SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 19ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

25/11/2021
QUINTA-FEIRA
às 09 horas

Presidente: Senadora Kátia Abreu
Vice-Presidente: VAGO

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM

19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 53/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR NELSINHO TRAD**	**11**
2	**MSF 62/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR GIORDANO**	**88**
3	**MSF 60/2021** - Não Terminativo -	**SENADORA SORAYA THRONICKE**	**186**
4	**MSF 55/2021** - Não Terminativo -	**SENADORA NILDA GONDIM**	**244**
5	**MSF 67/2021** - Não Terminativo -	**SENADORA MARA GABRILLI**	**308**
6	**MSF 68/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR RENAN CALHEIROS**	**361**

7	**MSF 54/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR NELSINHO TRAD**	**437**
8	**MSF 51/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR ZEQUINHA MARINHO**	**568**
9	**MSF 57/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR CARLOS VIANA**	**625**
10	**MSF 58/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR CID GOMES**	**704**
11	**MSF 46/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR ESPERIDIÃO AMIN**	**777**

(22)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES				SUPLENTES		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)						
Renan Calheiros(MDB)(9)(50)(53)	AL	3303-2261	1	Dário Berger(MDB)(9)(50)(53)(52)	SC	3303-5947 / 5951
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)(50)(53)	PE	3303-2182 / 4084	2	Marcio Bittar(PSL)(9)(50)(53)	AC	3303-2115 / 2119 / 1652
Jarbas Vasconcelos(MDB)(9)(50)(53)	PE	3303-3522	3	Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(50)(53)	PB	3303-2252 / 2481
Nilda Gondim(MDB)(11)(51)(50)(53)	PB	3303-6490 / 6485	4	Flávio Bolsonaro(PATRIOTA)(4)(35)(21)(51)(50)(53	RJ	3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(5)(17)(21)(42)	SC	3303-6446 / 6447 / 6454	5	Daniella Ribeiro(PP)(10)(42)	PB	3303-6788 / 6790
Kátia Abreu(PP)	TO	3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466	6	Eliane Nogueira(PP)(61)(60)	PI	3303-6187 / 6188 / 6192
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(PODEMOS, PSDB, PSL)						
Mara Gabrilli(PSDB)(7)(30)(31)(45)	SP	3303-2191	1	Plínio Valério(PSDB)(7)(28)(26)(33)(45)	AM	3303-2833 / 2835 / 2837
Roberto Rocha(PSDB)(7)(45)	MA	3303-1437 / 1506	2	Chiquinho Feitosa(DEM)(13)(62)(45)	CE	3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573
Flávio Arns(PODEMOS)(12)(39)(54)	PR	3303-6301	3	Soraya Thronicke(PSL)(14)(39)(54)	MS	3303-1775
Marcos do Val(PODEMOS)(25)(19)(44)	ES	3303-6747 / 6753	4	Giordano(MDB)(25)(19)(27)(36)(44)(56)(58)	SP	3303-4177
PSD						
Antonio Anastasia(2)(43)	MG	3303-5717	1	Lucas Barreto(2)(32)(43)	AP	3303-4851
Nelsinho Trad(2)(29)(43)	MS	3303-6767 / 6768	2	Sérgio Petecão(2)(29)(43)	AC	3303-4086 / 6708 / 6709
Carlos Viana(47)	MG	3303-3100	3	VAGO		
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)						
Chico Rodrigues(DEM)(3)(37)	RR	3303-2281	1	Marcos Rogério(DEM)(3)	RO	3303-6148
Zequinha Marinho(PSC)(3)	PA	3303-6623	2	Maria do Carmo Alves(DEM)(3)	SE	3303-1306 / 4055 / 2878
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)						
Jaques Wagner(PT)(6)(16)(20)(46)	BA	3303-6390 / 6391	1	Fernando Collor(PROS)(6)(46)	AL	3303-5783 / 5787
Humberto Costa(PT)(6)(46)	PE	3303-6285 / 6286	2	Telmário Mota(PROS)(15)(6)(46)	RR	3303-6315
PDT/CIDADANIA/REDE(REDE, PDT, CIDADANIA)						
Cid Gomes(PDT)(49)	CE	3303-6460 / 6399	1	Fabiano Contarato(REDE)(57)(49)	ES	3303-9049
Randolfe Rodrigues(REDE)(24)(49)	AP	3303-6777 / 6568	2	Weverton(PDT)(49)	MA	3303-4161 / 1655

(1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

(2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

(3) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

(4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(5) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(6) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

(7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

(8) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

(9) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

(10) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(12) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

(13) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

(14) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).

(15) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).

(16) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

(17) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

(18) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)

(19) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).

(20) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).

(21) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).

(22) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

(23) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.

(24) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
(25) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
(26) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
(27) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
(28) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
(29) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
(30) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
(31) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
(32) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
(33) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
(34) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
(35) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
(36) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
(37) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
(38) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
(39) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
(40) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
(41) Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
(42) Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
(43) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
(44) Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
(45) Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
(46) Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
(47) Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
(48) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
(49) Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
(50) Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
(51) Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
(52) Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
(53) Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
(54) Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
(55) Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
(56) Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
(57) Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
(58) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
(59) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
(60) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
(61) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)
(62) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-5919
E-MAIL: cre@senado.leg.br
HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODCOL=54

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 25 de novembro de 2021
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA

19ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:
1. Inclusão de textos (18/11/2021 00:07)
2. Inclusão de item na pauta e mudança de relatoria (18/11/2021 13:54)
3. Inclusão de textos (20/11/2021 18:51)
4. Alteração da pauta e inclusão de documentos (23/11/2021 19:04)
5. Alteração das partes da pauta (23/11/2021 21:00)
6. Idem (23/11/2021 21:08)
7. Mudança de horário: REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (24/11/2021 11:13)
8. Inclusão de relatórios (24/11/2021 23:05)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 53, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Giordano

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 60, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 55, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 67, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Honduras.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAIMUNDO CARREIRO SILVA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 54, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 51, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 9

MENSAGEM (SF) N° 57, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o

nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 58, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 11

MENSAGEM (SF) N° 46, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

1

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *CLÁUDIA FONSECA BUZZI*
CPF.: 342.834.711-00
ID.: 9072 MRE

1962	Filha de Mário Buzzi Filho e Rôsyrene Vieira Fonseca Buzzi, nasce em 31 de julho, em Presidente Prudente/SP
Dados Acadêmicos:	
1984	Direito pela Universidade de São Paulo
1985	CPCD-IRBr
1995	CAD - IRBr
2007	CAE - IRBr, A literatura como instrumento da diplomacia cultural: reflexões à luz das relações Brasil-Argentina.
Cargos:	
1986	Terceira-secretária
1992	Segunda-secretária
1999	Primeira-secretária, por merecimento
2004	Conselheira, por merecimento
2009	Ministra de segunda classe, por merecimento
2015	Ministra de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1986-90	Divisão de Cadastro e Lotação, assistente
1990-91	Departamento da Ásia e da Oceania, assessora
1991-95	Embaixada em Buenos Aires, terceira-secretária e segunda-secretária
1995-96	Divisão de Visitas, assistente
1996-99	Divisão da América Meridional-I, assistente
1999-2001	Secretaria-Geral, assessora
2001-06	Embaixada em Buenos Aires, primeira-secretária
2006-09	Consulado-Geral em Buenos Aires, cônsul-geral adjunta
2009-12	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, coordenadora
2012-14	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, chefe de Gabinete
2015-17	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, chefe de Gabinete
2017-19	Consulado-Geral em Buenos Aires, cônsul-geral
2019-21	Secretaria de Gestão Administrativa, secretária
2021-	Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional, chefe de Assessoria
Condecorações:	
1995	Ordem Cruz do Mérito, Alemanha, Cavaleiro
1996	Ordem do Príncipe Yaroslav O Sábio, Ucrânia, Cavaleiro
1999	Ordem do General San Martin, Argentina, Cavaleiro
2000	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2000	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2001	Medalha do Mérito Alvorada, Brasil
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2017	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Gruz

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2021

(nº 555/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 555

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **CLAUDIA FONSECA BUZZI**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **CLAUDIA FONSECA BUZZI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de outubro de 2021.

EM nº 00201/2021 MRE

Brasília, 14 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CLÁUDIA FONSECA BUZZI**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **CLÁUDIA FONSECA BUZZI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 888/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 29/10/2021, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2979244** e o código CRC **5C775B27** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008015/2021-49 SEI nº 2979244

16 CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa II

SUÍÇA

Ficha-País





Setembro – 2021

Informação Ostensiva

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Confederação Suíça
GENTÍLICO	Suíço
CAPITAL:	Berna
ÁREA:	41.285 km²
POPULAÇÃO (2016):	8,4 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS:	Alemão, 63,7%; francês, 20,4%; italiano, 6,5%; e romanche, 0,7%
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos, 41,8%; protestantes, 35,3%; nenhuma, 11,1%; muçulmanos, 4,3%
SISTEMA POLÍTICO:	Parlamentarismo com poder executivo colegiado (Conselho Federal)
LEGISLATIVO	Bicameral: Conselho Nacional ("Conseil National") e Conselho dos Estados ("Conseil des États")
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente do Conselho Federal, Guy Parmelin (mandato rotativo para 2021)
CHANCELER	Chefe do Departamento de Negócios Estrangeiros Ignazio Cassis (desde nov./2017)
PIB nominal (2020)	US$ 748 bilhões (fonte: World Economic Outlook – set/2021)
PIB nominal *per capita* (2020)	US$ 80 mil (fonte: World Economic Outlook – set/2021)
PIB PPP *per capita* (2020)	US$ 68 mil (fonte: World Economic Outlook – set/2021)
VARIAÇÃO DO PIB	-2,9% (2020); 1,1% (2019); 3,0% (2018); 2,3% (2017); 1,5% (2016)
IDH (2019)	0,955 (2ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)	83,68
ALFABETIZAÇÃO	n/d
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2,7% (fonte: Secretariado de Estado para a Economia (SECO) – agosto/2021)
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco suíço (CHF)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Pietro Lazzeri
BRASILEIROS NO PAÍS	79.000 (est.)

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US$ bilhões (MDIC)

Brasil → Suíça	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	4,4	4,4	5,3	5,1	4,2	3,5	2,7	3,0	3,8	3,3
Exportações	1,7	1,7	2,3	2,3	1,9	1,6	0,7	0,8	1,2	1,4
Importações	2,8	2,7	2,9	2,7	2,3	1,8	1,9	2,2	2,6	1,9
Saldo	- 1,1	- 1,0	- 0,5	- 0,4	- 0,4	- 0,2	- 1,1	- 1,4	- 1,4	-0,5

PERFIS BIOGRÁFICOS



GUY PARMELIN

PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO

Guy Parmelin (Partido Popular Suíço), 61 anos, é cidadão de Bursins, no cantão da Vaud. Formou-se em Agricultura e Viticultura em 1985. Iniciou a carreira política como presidente da comuna de Bursins, entre 1993 e 1999. Foi membro, pelo Partido Popular Suíço (SVP), do parlamento cantonal de Vaud, entre 1994 e 2003. Entre 2000 e 2004, foi presidente cantonal de seu partido. Em dezembro de 2015, foi eleito para o Conselho Federal (órgão de sete representantes que exerce de forma colegiada o poder executivo suíço). Exerce, peça primeira vez, a presidência rotativa da Confederação em 2021, sucedendo a Simonetta Sommaruga (Partido Socialista).



IGNAZIO CASSIS

CONSELHEIRO FEDERAL

CHEFE DO DEPARTAMENTO FEDERAL DE ASSUNTOS ESTRANGEIROS

Ignazio Cassis (Partido Liberal), 58 anos, nasceu em Malcantone, no cantão de Ticino. Formou-se em medicina na Universidade de Zurique, em 1988. Especializou-se em medicina interna e em prevenção e saúde pública. Obteve mestrado em saúde pública (MPH), pela Universidade de Genebra, em 1996. Iniciou a carreira política em 2004, com eleição para a câmara legislativa do município de Collina d'Oro, em Ticino. Entre 2008 e 2012, foi vice-presidente da Associação Médica Suíça (FMH). Foi presidente da Curaviva (Associação de Abrigos e Instituições Sociais, 2012-2017) e da Curafutura (associação de seguradoras médicas, 2013-2017). Foi presidente do grupo parlamentar do Partido Liberal. A partir de 2015, presidiu o Comitê de Previdência e Saúde do Conselho Nacional. Entre 2007 e 2017, ocupou assento no Conselho Nacional (câmara baixa do parlamento). Foi eleito membro do Conselho Federal em setembro de 2017 e assumiu a chancelaria em 1º de novembro de 2017.

APRESENTAÇÃO

A Suíça, oficialmente Confederação Suíça, é uma república federal na Europa, composta por 26 cantões. A cidade de Berna é a sede do executivo e do parlamento. O país está situado na Europa Ocidental-Central e faz fronteira com a Itália ao sul, França a oeste, Alemanha ao norte e Áustria e Liechtenstein a leste. A Suíça é país sem litoral, geograficamente dividido entre os Alpes – que ocupam a maior parte do território –, a Cordilheira do Jura e o Planalto Suíço, onde se concentra a população e se localizam as principais cidades, entre as quais dois importantes centros globais: Zurique e Genebra.

A Confederação Suíça foi fundada em 1291 como aliança defensiva entre os cantões de Uri, Schwyz e Unterwalden. A união desses três cantões foi denominada Waldstätte e permaneceu sob o Sacro Império Romano-Germânico. A eles viriam a juntar-se, paulatinamente, outros cantões. O país garantiu sua autonomia no Sacro Império em 1499. Sua independência foi formalmente reconhecida na Paz da Vestefália, em 1648.

A Suíça tem história de neutralidade armada desde a Reforma Protestante e não participou de nenhum conflito armado desde 1815. É o berço da Cruz Vermelha e abriga inúmeras organizações internacionais, incluindo o segundo maior escritório das Nações Unidas, bem como a OMC, a OMPI e a UIT, entre outras agências internacionais. É membro fundador da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), porém não faz parte da União Europeia, do Espaço Econômico Europeu UE-EFTA, nem da Zona Euro. Participa do Espaço Schengen e do mercado único europeu por meio de tratados bilaterais. Integra também a Convenção de Dublin, que regula o sistema europeu de refúgio. O país só se tornou membro das Nações Unidas em 2002.

Abrangendo a intersecção da Europa germânica e românica, a Suíça compreende quatro principais regiões linguísticas e culturais: alemã (majoritária), francesa, italiana e romanche (língua reto-românica). A identidade nacional suíça está enraizada em fundo histórico comum, em valores compartilhados – como o federalismo e a democracia direta – e no simbolismo alpino.

A Suíça é um dos países mais desenvolvidos do mundo, com elevada renda nominal e o 5º maior PIB per capita. Está classificada no topo, ou perto dele, em várias métricas de desempenho nacional, incluindo transparência do governo, liberdades civis e qualidade de vida.

RELAÇÕES BILATERAIS

O relacionamento entre o Brasil e a Suíça teve início na migração helvética, no século XIX, e deixou marcas no Rio de Janeiro – em Nova Friburgo e na região serrana –, assim como em cidades espalhadas por vários estados brasileiros. A Suíça estimava, ao final de 2019, em 13.900 o número de seus nacionais no Brasil – a 2ª maior comunidade na América Latina, pouco atrás da Argentina. Também segundo os dados oficiais do governo suíço, havia, em fevereiro de 2021, 22.055 cidadãos brasileiros residentes na Suíça. A cifra real, contudo, é muito superior, pois esse dado exclui brasileiros com nacionalidade suíça ou ingressados com passaporte europeu. Nas eleições de 2018, havia quase 20 mil eleitores brasileiros registrados na Suíça, cifra quase duas vezes superior à de eleitores na França. De acordo com estimativa dos consulados-gerais em Genebra e Zurique, em 2020 havia cerca de 80 mil brasileiros na Suíça (aproximadamente 1% da população do país). A entrada em vigor do Acordo Previdenciário, em outubro de 2019, beneficia significativamente essa expressiva comunidade.

Esses tradicionais laços de amizade entre o Brasil e a Suíça ganharam, há pouco mais de uma década, renovado impulso. A maior aproximação deu-se, em forte medida, por iniciativa da Confederação, que, como parte de sua estratégia de diversificação das parcerias internacionais, buscou prioritariamente, desde 2005, aproximação mais estreita com os países do BRICS, os Estados Unidos, a Turquia e o Japão.

Nesse contexto, foi assinado em 2008 – por ocasião da visita ao Brasil da chanceler Micheline Calmy-Rey –, o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica, assentado em três pilares: i) mecanismo regular de consultas políticas de alto nível; ii) projetos comuns de cooperação; e iii) coordenação nos organismos internacionais, em especial nas Nações Unidas.

As reuniões de consultas políticas – a mais recente das quais em Berna, em 27 de novembro de 2019 – realizam-se a cada ano, desde 2010, sob condução, no lado brasileiro, do Secretário-Geral do Itamaraty e, no lado suíço, do Secretário de Estado. Ambos os países mantêm, ainda, diálogos regulares em diversas áreas, como economia e comércio; finanças; ciência, tecnologia e inovação; temas consulares e migratórios; e direitos humanos.

A Suíça tem dado sinais, desde o primeiro momento do atual governo brasileiro, de interesse em manter diálogo e relação de trabalho. Partiu do presidente Ueli Maurer proposta de encontro com o Presidente Jair Bolsonaro em Davos, ocorrido em 23/01/19. Foi também por iniciativa suíça a visita de Ignazio Cassis ao Brasil em abril de 2019, ocasião em que se reuniu com o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

As visitas, nos últimos anos, de altas autoridades suíças ao Brasil, com assinatura de vários atos bilaterais, reafirmam a relevância conferida pela Suíça a essa relação. Em abril de 2019, como mencionado acima, o Chanceler Ignazio Cassis realizou sua primeira visita ao Brasil (e à América do Sul). Em julho de 2018, o Conselheiro Federal Ueli Maurer esteve em Brasília, na condição de Ministro das Finanças. Em maio de 2018, viajara a São Paulo o então Ministro da Economia, Johann Schneider-Ammann.

O Brasil é, na América Latina, o principal parceiro econômico da Suíça. Operam no país, segundo estimativa da Câmara de Comércio Suíço-Brasileira (Swisscam), com sede em São Paulo, cerca de 350 empresas de origem suíça, algumas das quais com

presença no mercado nacional há mais de 100 anos. No setor produtivo, ressaltam-se empresas como Nestlé (alimentos), Syngenta (defensivos agrícolas), Novartis, Clariant e Roche (setor fármaco-químico) e ABB-Asea Brown Boveri.

A Suíça era, no final de 2019 (últimos dados divulgados pelo Banco Central), a quinta principal origem de investimentos diretos no Brasil (IDP), com estoque de USD 44 bilhões, equivalentes a 5% do total de USD 874 bilhões: (i) USD 22 bilhões correspondiam a investimentos em participações de capital, item em que a Suíça estava na 9ª posição, com 3,6% do total; (ii) USD 22 bilhões se referiam a operações intercompanhia, nas quais a Suíça ocupava a 3ª posição, com 8,8% do total, superada, nesta ordem, apenas por Holanda e Luxemburgo.

Em matéria de proteção de investimentos, a Suíça reforçou o interesse em acordo bilateral de promoção e proteção de investimentos (APPI). Em 1994, os dois países chegaram a assinar um APPI, mas o acordo não foi ratificado pelo lado brasileiro. Para o lado suíço, é crucial que as negociações de um novo acordo de investimentos prevejam mecanismo de solução de controvérsias investidor-Estado. Na perspectiva suíça, os acordos de investimentos nos moldes do APPI são um dos elementos, ao lado dos acordos de livre comércio e dos acordos para evitar a dupla tributação, que definem o marco ideal para as relações da Confederação com outros países. O Brasil tem defendido junto à Suíça a assinatura do modelo brasileiro de acordo, o ACFI (Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos), baseado em 3 pilares: a) mitigação de riscos; b) governança institucional; e c) agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos. Esse modelo inclui, de resto, as cláusulas clássicas de proteção, excetuada a possibilidade de recurso a mecanismo de solução de controvérsias investidor-Estado.

Na esfera financeira e tributária, o Brasil e a Suíça mantêm diálogo regular. Em 4/1/2019, entrou em vigor o Acordo entre Brasil e Suíça sobre Troca de Informações em Matéria Tributária, concluído em 2015. No mesmo ano, entrou em funcionamento mecanismo bilateral para troca automática de informações bancárias, que visa a combater a evasão e a elisão fiscais. Trata-se de mecanismo estabelecido ao amparo da "Convenção Multilateral da OCDE sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária" e do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias. Em março de 2021, o Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (DFAE) confirmou recebimento da nota informativa do cumprimento, pelo Brasil, dos requisitos internos para a entrada em vigor da Convenção para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais, assinada em maio de 2018. O parlamento suíço aprovara o acordo em março de 2019. Com isso, o acordo entrou em vigência, no plano internacional, em 16/3/2021.

Na balança comercial, persiste desequilíbrio em favor da Suíça e dificuldade enfrentada pelo Brasil, por motivos estruturais, para diversificar suas exportações.

De acordo com dados da base de dados Swiss-Impex, do governo suíço, o fluxo do comércio bilateral totalizou, em 2020, CHF 3,5 bilhões (USD 3,7 bilhões), o que representou decréscimo de 11% em relação a 2019, quando o fluxo comercial já havia mostrado decréscimo de 9%. A Confederação obteve superávit (CHF 716 milhões), tendo exportado CHF 2,1 bilhões e importado CHF 1,4 bilhão. Esses dados não são inteiramente coincidentes com os informados pelo governo brasileiro, segundo os quais o fluxo comercial totalizou, em 2020, USD 3,3 bilhões. De acordo com o Ministério da Economia, os principais produtos exportados pelo Brasil foram ouro não monetário (74%) e aeronaves (10%). Os capítulos 30 (produtos farmacêuticos) e 29 (produtos orgânicos) do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) responderam, respectivamente, por 37% e 26% das vendas suíças.

O Brasil e a Suíça contam com Comissão Mista para Relações Comerciais e Econômicas, estabelecida por Memorando de Entendimento de 2007, cuja décima e mais recente edição se realizou virtualmente, em 19 de abril de 2021.

No âmbito multilateral, os dois países mantêm estreito diálogo e cooperação em matéria econômica, comercial, tributária e fiscal, com pontos de interesse mútuo refletidos em iniciativas patrocinadas pela OCDE e pelo G-20, no intuito de promover práticas de boa governança e de transparência nos negócios, combate à evasão e elisão fiscais e luta contra a corrupção. A Suíça apoia o ingresso do Brasil na OCDE.

Na área judiciária e tributária, o Brasil e a Suíça mantêm fluida cooperação bilateral, que tem sido importante ferramenta de combate à corrupção. Em visita ao Brasil do então Procurador-Geral suíço, Michael Lauber, em abril de 2019, o Ministro da Justiça e a Procuradora-Geral da República ressaltaram a relevância dessa cooperação.

No campo de direitos humanos, diálogo institucional foi estabelecido em 2017. No campo de ciência, tecnologia e inovação, os países contam com comitê conjunto de cooperação, cuja quarta reunião foi organizada em Brasília, em 7 de novembro de 2019, com foco em áreas prioritárias, como energias renováveis; tecnologias convergentes e habilitadoras; e tecnologias de informação e comunicação.

POLÍTICA INTERNA

A Suíça é um estado federal, com ampla diversidade cultural, linguística e religiosa, no qual o poder se divide entre Confederação (governo federal), cantões (unidades federativas) e municipalidades. A política interna das últimas décadas orienta-se, ao menos em tese, pelo princípio da busca de decisões de consenso. Há ampla liberdade política e administrativa dos 26 cantões e intensa utilização de mecanismos da democracia direta, como o referendo e a consulta popular.

O Conselho Federal é o órgão máximo do Poder Executivo suíço e conta com 7 membros (um dos quais exerce a presidência rotativa, com mandatos de 1 ano). Toma suas decisões, tanto quanto possível, de forma colegiada. A composição do Conselho Federal obedece, desde 1959, com raras exceções, a fórmula fixa – denominada "fórmula mágica" – que estabelece divisão das pastas entre partidos conforme sua representatividade no Parlamento. Hoje, o Conselho Federal apresenta a seguinte repartição entre os quatro principais partidos, com perfil predominante de centro-direita:

i) Partido Popular Suíço (SVP), também conhecido como União Democrática do Centro: de orientação conservadora e nacionalista e, portanto, mais à direita no espectro político. Conta com 55 "deputados" e 7 "senadores" e possui dois assentos no Conselho Federal;

ii) Partido Socialista (PS): única agremiação de esquerda com representação no Conselho Federal, com dois assentos. Tem 39 "deputados" e 9 "senadores";

iii) Partido Liberal Radical (FDP): de centro-direita, voltado à defesa dos princípios liberais (redução do papel do Estado e promoção das liberdades individuais). Conta com 29 "deputados" e 12 "senadores" e tem dois assentos no Conselho Federal;

iv) "O Centro" (DM): de centro, como o nome diz, favorece o princípio da "economia social de mercado". Compõe bloco que reúne 31 "deputados" e 13 "senadores" e tem um assento no Conselho Federal.

A adequação da fórmula mágica tem sido foco de debates na Suíça, em face do crescimento, nas eleições nacionais de 2019, dos dois partidos ambientalistas: o Partido Verde (PV), de esquerda, e o Partido Verde-Liberal (PVL), de orientação econômica liberal. Somadas, as duas agremiações possuem 46 "deputados" (30 do PV e 16 do

PVL), quase 25% do total. No “Senado”, apenas o PV está representado, com 5 cadeiras.

Nas questões mais relevantes, o Conselho Federal toma decisões por consenso e geralmente atua em consonância com o poder legislativo. Seus membros (Conselheiros Federais) são eleitos pela Assembleia Federal (duas casas do Parlamento) para mandatos de 4 anos. A reeleição, a cada fim de mandato, é uma regra geral. A Assembleia Federal elege, dentre os membros do Conselho Federal – para mandatos de um ano, em regime de rotação –, o Presidente da Confederação e o Vice-Presidente do Conselho Federal. O Presidente da Confederação é, basicamente, um "primus inter pares", com funções de representação e condução das sessões do Conselho Federal.

É a seguinte a distribuição de pastas ministeriais entre os atuais sete Conselheiros Federais (Ministros):

(i) Economia: Guy Parmelin (SVP), Conselheiro Federal desde 2016 e atual Presidente da Confederação.

(ii) Assuntos Estrangeiros: Ignazio Cassis (FDP), Conselheiro Federal desde 2017 e atual Vice-Presidente do Conselho Federal (salvo desdobramento muito imprevisto, será, assim, o Presidente da Confederação em 2022);

(iii) Interior (assuntos sociais): Alain Berset (PS), Conselheiro Federal desde 2012;

(iv) Meio Ambiente, Transporte, Energia e Comunicações: Simonetta Sommaruga (PS), Conselheira Federal desde 2010;

(v) Defesa, Proteção da População e Esporte: Viola Amherd (DM), Conselheira Federal desde janeiro de 2019;

(vi) Justiça e Polícia: Karin Keller-Sutter (FDP), Conselheira Federal desde janeiro de 2019;

(vii) Finanças: Ueli Maurer (SVP), Conselheiro Federal desde 2009.

Em eleição indireta realizada em 9/12/2020, em sessão conjunta das duas casas do Parlamento, foram eleitos, com mandatos para 2021, para a Presidência da Confederação, o Conselheiro Federal Guy Parmelin e, para a Vice-Presidência do Conselho Federal, o Conselheiro Federal Ignazio Cassis.

O Poder Legislativo (federal) é exercido pela Assembleia Federal, formada por duas casas: o Conselho dos Estados, composto por 46 membros ("senadores"), eleitos pelo voto majoritário de cada cantão ou semicantão (dois por cantão e um por semicantão); e o Conselho Nacional ("deputados"), integrado por 200 membros, eleitos pelo voto proporcional de cada cantão ou semicantão, cujo número de representantes é proporcional ao tamanho de sua população. Os "deputados" e "senadores" têm mandato de quatro anos.

O poder legislativo não se reúne de forma permanente. Realiza quatro sessões anuais. Como regra, os parlamentares exercem o mandato paralelamente a suas profissões e não mantêm gabinetes em Berna (trata-se do chamado “sistema de milícia”).

Em 30/11/2020, foram eleitos, para mandatos de um ano (2020/2021), os novos presidentes das duas casas do Parlamento suíço.

No Conselho Nacional (Câmara Baixa), Andreas Aebi (SVP), do cantão de Berna, substituiu Isabelle Moret (FDP), do cantão de Vaud. A Comissão de Assuntos Estrangeiros é presidida por Tiana Angelina Moser (PVL), e a de Assuntos Econômicos e Fiscais por Christian Lüscher (FDP).

No Conselho dos Estados (Câmara Alta), Alex Kuprecht (SVP), do cantão de Schwyz, substituiu Hans Stöckli (PS), do cantão de Berna. A Comissão de Assuntos

Estrangeiros é presidida por Damian Müller (FDP), e a de Assuntos Econômicos e Fiscais por Christian Levrat (PS).

O cenário político foi marcado, nos últimos anos, pelo fortalecimento do SVP, em detrimento dos principais partidos de centro e centro-direita. O SVP ganhou, entre 1995 e 2019, 24 assentos na Assembleia Federal, ao passo que o FDP e o DM (sucessor do CVP e do BDP) perderam, respectivamente, 16 e 6 assentos. Nas últimas eleições parlamentares, em outubro de 2019, destaca-se, no Conselho Nacional, o crescimento dos dois partidos ambientalistas – o Partido Verde (PV) e o Partido Verde Liberal (PVL) –, que angariaram, respectivamente, 13,2% e 7,8% dos votos. O Partido Popular Suíço (SVP) continuou a receber a maior parte dos escrutínios, mas em proporção reduzida em relação à eleição anterior: passou de 29,4% para 25,6%.

No Conselho dos Estados, o PV teve o maior incremento absoluto de assentos na nova legislatura (ganho de 4), sem, contudo, alterar de forma significativa o equilíbrio de forças entre a direita e a esquerda, pois a transição de assentos se deu, principalmente, entre Socialistas (que perderam 3 assentos) e Verdes. Na atual composição do Conselho dos Estados, o DM conta com 13 assentos; o FDP com 12; o PS com 9; o SVP com 7; e o PV com 5.

O Poder Judiciário é exercido pelo Tribunal Federal, pelo Tribunal Federal de Seguros e pela Corte Administrativa Federal. Na cúpula, está o Tribunal Federal, com sede em Lausanne, composto por 30 juízes e 15 suplentes eleitos pela Assembleia Federal, com mandato de seis anos. O Tribunal Federal de Seguros, com sede em Lucerna, composto por 11 juízes eleitos pela Assembleia Federal, também com mandato de seis anos, é divisão especial do Tribunal Federal.

POLÍTICA EXTERNA

O estatuto da neutralidade é a característica marcante da política externa suíça. Essa característica favoreceu sua escolha para sede de numerosos organismos internacionais. A Confederação hospeda, atualmente, 25 organizações de caráter intergovernamental, das quais 22 em Genebra – entre as quais a Organização Mundial do Comércio (OMC) –, assim como 250 organizações não estatais, associações e ONGs, incluindo a Cruz Vermelha Internacional e a Federação Internacional de Futebol (FIFA). A promoção da "Genebra Internacional" está entre as prioridades da política externa suíça.

A Suíça buscou, nos últimos anos, elevar o perfil de sua atuação internacional no âmbito das Nações Unidas – organização da qual só em 2002 passou a fazer parte – e de outros foros. Apresentou candidatura, pela primeira vez na história e após intenso debate doméstico, a cadeira rotativa do Conselho de Segurança, período 2023-24.

Tem-se valido do capital político de sua tradicional neutralidade, igualmente, para intermediar conflitos. Iniciativa relevante nesse sentido foi a assinatura de acordo com os Estados Unidos, em abril de 2019, para representação dos interesses daquele país na Venezuela – que não foi implementado por ausência de aprovação de Caracas.

A Suíça exerce, atualmente, os seguintes mandatos internacionais: (i) representação dos interesses do Irã no Egito e no Canadá; (ii) representação dos interesses dos Estados Unidos no Irã; e (iii) representação recíproca de interesses entre o Irã e a Arábia Saudita e entre a Rússia e a Geórgia. Representou os interesses brasileiros em Cuba entre 17/8/1964 e 30/7/1986.

A União Europeia é, de longe, o principal parceiro comercial suíço. Em 2020, 54,5% das exportações tiveram por destino o bloco europeu, e 66,3% das importações

foram oriundas da UE. Por 50,3% a 49,7%, porém, a população helvética rejeitou, em referendo de 1992, a participação do país na Área Econômica Europeia UE-EFTA. A fim de assegurar forma flexível de participação suíça nesse mercado único, construiu-se, na sequência, ao longo dos anos, a chamada "via bilateral", por meio da conclusão de mais de 100 acordos temáticos bilaterais.

A manutenção dessa fórmula flexível e *ad hoc* de participação no mercado único tornou-se politicamente inaceitável para o agrupamento europeu, em particular no contexto do Brexit. Por iniciativa da UE, assim, concluiu-se, no final de 2018, a negociação de um acordo-quadro, espécie de "guarda-chuva" para a rede de acordos bilaterais UE-Suíça, mas o documento acabou não assinado, em razão de resistências de todo o espectro político suíço.

O anúncio do abandono definitivo das negociações, por iniciativa suíça, ocorreu em maio de 2021. Considerou-se que seriam irreconciliáveis as posições das duas partes em relação aos três pontos mais controversos do documento: proteção salarial, subsídios estatais e direitos sociais a imigrantes europeus.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Suíça apresentou, em 2020, PIB de USD 747,97 bilhões. Esse resultado representa retração econômica de 2,9%, resultado menos desfavorável do que se previra ao longo do ano. Ainda assim, essa foi a maior queda da economia suíça desde 1975.

Em 2021, prevê-se crescimento de 3,2% e, em 2022, de 3,4%, não obstante o alto grau de incerteza dessas previsões favoráveis, sobretudo em razão dos riscos de prolongamento da crise sanitária.

O país – sede de algumas das principais multinacionais globais, bem como de uma série de empresas renomadas pela constante busca de inovações tecnológicas – notabiliza-se nos segmentos industriais de química e farmacêutica; metais e pedras preciosas; alimentos, bebidas e tabaco; e instrumentos de precisão. Distingue-se, ademais, pela expressão de seus setores de serviços financeiros e de turismo.

A economia suíça vinha apresentando até a pandemia de covid-19, ano após ano, crescimento regular, em ambiente econômico caracterizado por reduzida inflação, baixo endividamento público (inferior a 30% do PIB), baixíssima taxa de desemprego e contínuos superávits na balança de transações correntes (na faixa de quase 10% do PIB). O país é regularmente classificado nos primeiros lugares em *rankings* internacionais de competitividade global, liberdade econômica e inovação tecnológica.

No comércio global, a Suíça caracteriza-se como mercado muito aberto, excetuando-se o altíssimo grau proteção da agricultura. Em 2020, as exportações atingiram CHF 299,2 bilhões (USD 318,9 bilhões); as importações, CHF 272,9 bilhões (USD 304 bilhões). Os maiores mercados de exportação da Suíça são, em ordem decrescente: Alemanha, Estados Unidos, China, Itália, França e Reino Unido. Os de importação são Alemanha, Itália, China, França, Estados Unidos, e Espanha.

No âmbito da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), a Suíça impulsiona negociações de acordos de livre comércio como parte de estratégia de manutenção do crescimento econômico no longo prazo. A EFTA é atualmente parte de 29 acordos de livre-comércio, que abrangem 40 países e territórios fora da UE.

Na esfera bilateral, a Suíça possui cinco outros ALCs em vigor, com China, Japão, Ilhas Faroe, Reino Unido e União Europeia.

O mecanismo de diálogo MERCOSUL-EFTA, com assinatura de declaração conjunta de cooperação, foi estabelecido em dezembro de 2000. As negociações para

um acordo de livre comércio, lançadas em 2017, chegaram a sua conclusão em agosto de 2019.

Até a realização de referendo sobre o ALC EFTA-Indonésia, em 7/3/2021, o governo suíço dava consistentes sinais de interesse em concluir o acordo com o MERCOSUL ainda em 2021. Havia expectativa de que o ALC com a Indonésia seria aprovado com maioria confortável, em razão de conjuntura interna particularmente favorável. Ao contrário do que se esperava, contudo, a aprovação se deu por margem estreita (apoio de 51,6%). Esse desdobramento levou de imediato a processo de reexame da agenda de negociações comerciais por parte da Suíça, inclusive com o MERCOSUL.

Diante desse novo quadro, a Suíça seguirá os movimentos da UE em favor de uma alegada necessidade interna de reforço dos compromissos de sustentabilidade relacionados ao ALC MERCOSUL-EFTA. Dessa forma, tornou-se muito improvável a perspectiva de assinatura do acordo ainda em 2021. Em mensagem encaminhada em 13 de setembro ao Parlamento sobre os objetivos do Conselho Federal para 2022, o presidente da Confederação, Guy Parmelin, reiterou a intenção do Conselho Federal de conclusão dos pontos ainda em aberto do ALC MERCOSUL-EFTA e de sua assinatura em 2022.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1648 – Países europeus reconhecem a independência helvética e sua neutralidade
1798 – Exércitos da Revolução Francesa conquistam a Suíça
1798 – Proclamação da República Helvética em 12 de abril
1815 – Congresso de Viena restabelece a independência do país
1848 – Suíça adota uma Constituição Federal, que sofre extensas emendas em 1874 e 1999
1914 – I Guerra Mundial. Neutralidade suíça
1933 – "*Spiritual Defense*". Defesa da independência e da democracia contra os nazistas
1939 – II Guerra Mundial. Neutralidade suíça
1945 – Início do período de prosperidade: estabilidade política e progresso econômico
1971 – Introdução do direito de voto às mulheres
1992 – Ingresso no Espaço Econômico Europeu (EEE) é rejeitado em referendo popular
1999 – Atual Constituição Federal
2002 – Suíça torna-se membro integrante das Nações Unidas
2005 – Referendo aprova livre-circulação de pessoas com a UE
2014 – Proposta do partido UDC, a qual prevê a imposição de quotas de imigração mais restritas, é aprovada em referendo popular, em fevereiro
2014 – Simonetta Sommaruga é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2015.
2015 – Joahann Schneider-Ammann é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2016.
2015 – Realizadas eleições para a câmara baixa e para o senado, com vitória do Partido do Povo Suíço.
2016 – Doris Leuthard é eleita Presidente do Conselho Federal para o ano de 2017.
2016 – Os eleitores suíços rejeitam, em referendo, proposta de renda mínima para todos os residentes.
2017 – Alain Berset é eleito Presidente do Conselho Federal para o ano de 2018.
2017 – Ignazio Cassis é nomeado chefe do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (cargo equivalente ao de Ministro das Relações Exteriores, no Brasil)
2018 – Ueli Maurer é eleito Presidente da Confederação para o ano de 2019
2019 – Crescimento dos partidos verdes nas eleições nacionais
2019 – Simonetta Sommaruga é eleita Presidente da Confederação para o ano de 2020.
2020 – Guy Parmelin é eleito Presidente da Confederação para o ano de 2021.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1818 – D. João VI autoriza 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes na então Fazenda do Morro Queimado, no Rio de Janeiro.

1819 – Nomeado cônsul no Rio de Janeiro o cidadão suíço Sebastian Nicolás Gachet, que havia organizado a instalação daquelas famílias com apoio financeiro do Brasil.

1820 – Com a vinda de novos imigrantes suíços, aquele núcleo de colonização prospera e se transforma na "vila de Nova Friburgo".

1826 – Reconhecimento da independência do Brasil pelo governo da Confederação Suíça (carta de 30 de janeiro enviada a D. Pedro I pelo Conselho Federal, então baseado em Lucerna).

1855 – Primeiro representante diplomático (Cônsul) do Brasil em Berna, José Francisco Guimarães.

1856 – Estabelecimento, no Estado do Espírito Santo, de uma nova colônia de imigrantes suíços (hoje, município de Rio Novo do Sul).

1880 – Primeira empresa suíça (Bally, fabricante de calçados) a instalar-se no Brasil.

1890 – Nomeação do primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Berna, Barão de Aguiar d'Andrada.

1898-1900 – Barão do Rio Branco designado como enviado especial do Brasil em Berna, no contexto da arbitragem suíça sobre questão territorial com a França (Amapá). Laudo suíço, com data de 1º/12/1900, foi inteiramente favorável ao Brasil.

1907 – Designação do primeiro representante diplomático da Suíça no Brasil, Albert Gertsch, como encarregado de negócios.

1920 – Designação de Albert Gertsch como ministro plenipotenciário.

1958 – Legação suíça no Rio de Janeiro elevada à condição de Embaixada.

1959 – Legação brasileira em Berna elevada à condição de Embaixada; assume o primeiro Embaixador do Brasil na Suíça, Afrânio de Mello Franco.

1994 – Visita ao Brasil do Conselheiro Federal Jean Pascal Delamuraz, Chefe do Departamento Federal de Economia

1997 – Primeira visita oficial de um Ministro do Exterior suíço ao Brasil, Conselheiro Federal Flavio Cotti.

1998 – Primeira visita oficial de Chefe de Estado brasileiro a Berna, Presidente Fernando Henrique Cardoso.

2006 – Departamento Federal de Economia estabelece estratégia específica de ação junto aos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

2007 – Assinatura, em Brasília, pelo Chanceler Celso Amorim e pela Conselheira Federal Doris Leuthard, de Memorando de Entendimento que cria a Comissão Mista de Relações Econômicas e Comerciais.

2007 – Visita a Berna do Chanceler Celso Amorim.

2008 – Visita ao Brasil da Conselheira Federal para Assuntos Exteriores da Suíça, Micheline Calmy-Rey.

2009 – Visita oficial do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, a Berna (setembro).

2009 – Visita oficial à Suíça do Ministro da Justiça, Tarso Genro (novembro).
2010 – 1ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Berna (junho).
2010 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Didier Burkhalter, Chefe do Departamento Federal do Interior (agosto).
2011 – Encontro do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, com a Presidente da Confederação suíça, Micheline Calmy-Rey, em Davos (janeiro).
2011 – 2ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Peter Maurer, em Brasília (junho).
2011 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann, Chefe do Departamento Federal de Economia (outubro).
2012 – 3ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais entre o Secretário-Geral das Relações Exteriores e o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores da Confederação Suíça, Yves Rossier, em Friburgo (novembro).
2013 – Visita da Conselheira Federal Doris Leuthard (novembro).
2013 – 4ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
2014 – Visita do Conselheiro Federal Schneider Ammann.
2015 – 5ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
2015 – Assinatura do Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais e das Notas para Isenção de Vistos em Passaportes Comuns
2016 – 6ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
2016 – Pascale Baeriswyl sucede Yves Rossier no cargo de Secretário de Estado do Departamento Federal dos Assuntos Estrangeiros.
2016 – O Presidente da Confederação Suíça, Johann Schneider-Ammann realiza viagem ao Brasil.
2017 – 7ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
2018 – O Conselheiro Federal Johann Schneider-Ammann realiza visita ao Brasil acompanhado de expressiva delegação de empresários suíços,
2018 – Assinatura do Acordo para Evitar a Dupla Tributação entre o Brasil e a Suíça.
2018 – 8ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Brasília.
2019 – Encontro em Davos entre os presidentes Jair Bolsonaro e Ueli Maurer
2019 – Visita oficial ao Brasil do Conselheiro Federal para Assuntos Estrangeiros Ignazio Cassis. Reunião com o Chanceler Ernesto Araújo.
2019 – 9ª Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, em Berna.
2020 – O Ministro da Economia, Paulo Guedes, participa do Fórum Econômico Mundial, em Davos, onde se reúne com os Conselheiros Federais Guy Parmelin e Ueli Maurer.
2021 - O Embaixador Pietro Lazzeri apresenta, em julho, cópias figuradas das Cartas Credenciais ao Secretário-Geral do Itamaraty, Fernando Simas Magalhães

ACORDOS INTERNACIONAIS

Título do Acordo	**Data**	***Status* da Tramitação**
Protocolo sobre Aduanas, Impostos e Tarifas	03/05/2018	Em vigor.
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais.	03/05/2018	Em vigor.
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais Regulares em Matéria de Direitos Humanos.	09/06/2017	Em vigor
Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Confederação Suíça sobre a Transferência de Pessoas Condenadas	23/11/2015	Tramitação Congresso Nacional
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça para o intercâmbio de informações sobre matéria tributária	23/11/2015	Em vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre Isenção de Requisitos de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	21/04/2015	Em vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça, para o estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de ambos os Países	21/04/2015	Em vigor
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	03/04/2014	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Departamento Federal de Relações Exteriores da Confederação Suíça para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Consulares e Migratórias	22/11/2013	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares	08/07/2013	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço relativo ao Intercâmbio de Treinandos	13/10/2011	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia	29/09/2009	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Familiares dos Membros de Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Missões Permanentes	15/06/2009	Em vigor

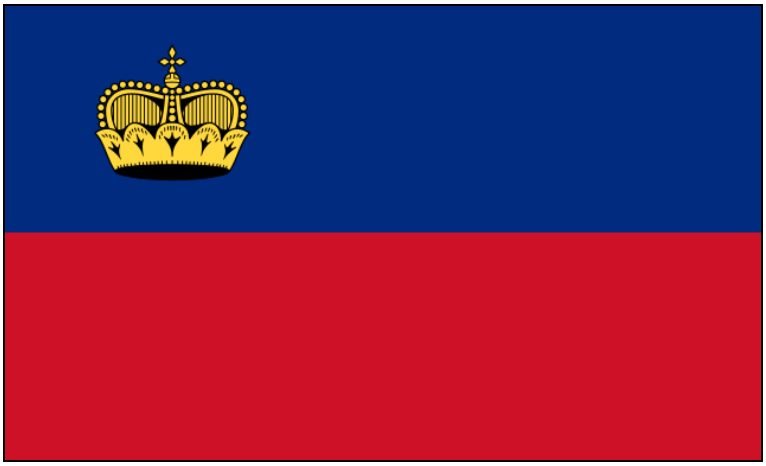
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica	14/08/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Confederação Suíça para o Estabelecimento de uma Comissão Mista para Relações Comerciais e Econômicas	08/02/2007	Em vigor
Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça	12/05/2004	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre Serviços Aéreos Regulares	29/07/1998	Superado
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça	06/07/1995	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	11/11/1994	Superado
Ajuste Complementar, por Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, ao Acordo de Transportes Aéreos para Inclusão de Milão no Quadro de Rotas Brasileiro.	27/04/1984	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, atualizando e Modificando o Protocolo de Assinatura Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	12/02/1981	Em vigor
Ajuste Modificativo dos Incisos I e II do Anexo A do Acordo sobre Transportes Aéreos, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	27/07/1978	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica sobre o Projeto de Cooperação entre o Instituto Ingenbohl e o SENAI-BA, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	05/08/1975	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica que Regulamenta o Projeto de Cooperação entre a "Caritas" e Fundação Bahiana, entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	26/05/1975	Em vigor
Acordo Modificativo do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	23/01/1975	Em vigor
Ajuste sobre Aplicação, em Projetos de Cooperação Técnica, de Recursos Originados do Acordo Internacional sobre Cereais, de 1967, entra a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	01/12/1972	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica de 26 de abril de 1968, Relativo à Cooperação do Movimento Popular das Famílias (MPF) à Cooperativa Mista Artesanal do Recife (COMAR), entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	19/06/1972	Em vigor

Ajuste Relativo à Cooperação Técnica entre o SENAI de São Paulo e a Fundação Suíça de Assistência ao Desenvolvimento Técnico, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 1968.	18/04/1972	Em vigor
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça Relativo à Prestação de Assistência Técnica ao Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (INUFP).	10/01/1972	Expirado
Convênio sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	30/06/1971	Em vigor
Acordo para a Dispensa da Legalização Consular entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça.	14/10/1970	Em vigor
Ajuste Complementar relativo ao Ajuste Internacional sobre Cereais de 1967 para a Compra de Trigo entre a Confederação Suíça e a República Federativa do Brasil.	11/03/1970	Expirado
Acordo para o Desenvolvimento Agrícola do Vale do Capibaribe entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suíça.	17/06/1968	Expirado
Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	16/05/1968	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	26/04/1968	Em vigor
Acordo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	26/05/1965	Expirado
Protocolo Adicional ao Acordo de Consolidação dos Compromissos Comerciais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	09/10/1964	Expirado
Acordo de Consolidação de Compromissos Comerciais e Protocolo Adicional entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	09/10/1964	Expirado
Memorando sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Suíça.	25/06/1962	Em vigor
Acordo sobre Isenção Recíproca do Imposto de Renda para as Empresas Brasileiras e Suíças de Navegação Aérea e Marítima entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	22/06/1956	Em vigor
Substituição dos Quadros de Rotas Anexos ao Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares de 10 de Agosto de 1948 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	27/08/1954	Expirado
Acordo sobre a Vinda de Refugiados para Colônias do Estado de Goiás entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	14/12/1950	Expirado

Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	10/08/1948	Denunciado
Entendimento entre os Estados Unidos do Brasil e a Confederação Helvética sobre Dispensa de Visto para Turistas	05/02/1948	Superado
Acordo para a Liberação dos Congelados entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	24/07/1936	Expirado
Acordo Comercial Provisório entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	24/07/1936	Expirado
Tratado de Extradição entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	23/07/1932	Em vigor
Acordo Comercial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	29/10/1931	Substituído
Tratado para a Solução Judicial das Controvérsias entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	23/06/1924	Em vigor
Acordo para a Aplicação, Mediante Reciprocidade, do Decreto nº 855, de 08 de novembro de 1851, às Sucessões dos Suíços Falecidos no Brasil, a Contar de 01 de janeiro de 1896 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Confederação Suíça.	25/11/1895	Denunciado
Convenção sobre Atribuições Consulares entre o Império do Brasil e a Confederação Suíça.	21/10/1878	Denunciado
Convenção para Regular os Direitos, Privilégios e Imunidades Recíprocas dos Cônsules, Vice-Cônsules e Chanceleres, e as Funções e Obrigações a que Ficam Respectivamente Sujeitos nos Dois Países, o Império do Brasil e a Confederação Suíça.	26/01/1861	Denunciado

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa I

LIECHTENSTEIN





FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Principado de Liechtenstein
GENTÍLICO	Liechtensteinense
CAPITAL	Vaduz
ÁREA	160 km²
POPULAÇÃO (2020) [1]	38.137 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Católica (76%), protestante (9%), islâmica (5%), sem afiliação (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (*Landtag*), com 25 conselheiros
CHEFE DE ESTADO	Príncipe Hans-Adam II (desde novembro de 1989); Príncipe regente Alois (desde agosto de 2004)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Daniel Risch (desde março de 2021, União Patriótica)
CHANCELER	Dominique Hasler (desde março de 2021, União Patriótica)
PIB (2018) [1]	US$ 6,8 bilhões
PIB PER CAPITA (2018) [1]	US$ 181.402
VARIAÇÃO DO PIB [2]	-11% (2020E); 4,2% (2018); 5% (2017)
IDH (2019) [3]	0,919 – 19º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) [1]	83,04
ALFABETIZAÇÃO (2019) [2]	99%
DESEMPREGO (12/2020) [2]	1,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco suíço (fr)
COMUNIDADE BRASILEIRA [5]	Cerca de 100 pessoas

Fontes: *(1) Banco Mundial; (2) Trading Economics; (3) PNUD; (4) Estimativa do Itamaraty*

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões						
Brasil → Liechtenstein	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	33	10	10	16	22	14
Exportações	23	0,3	0,09	7	9	6
Importações	9	9	10	10	13	8
Saldo	14	-9	-10	-3	-4	-2

Fonte: *ComexVis – Ministério da Economia*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Hans-Adam II
Príncipe de Liechtenstein



Nasceu em 1945, em Zurique (Suíça). Filho primogênito do Príncipe Franz Joseph II de Liechtenstein e da princesa Gina. É casado com a Condessa Marie Kinsky de Wichnitz e Tettau e tem quatro filhos. Cursou o ensino médio em Viena (Áustria) e em Zuoz (Suíça). Após sua graduação, trabalhou como *trainee* no Banco de Londres. Formou-se, em 1969, na Universidade de St. Gallen. Em 1970, recebeu o mandato de reorganizar a administração dos ativos da dinastia (*Fürstenhaus*). Foi indicado, em 1984, Representante Permanente de seu pai, o Príncipe Franz Josef II, e passou a administrar os negócios do Estado. Assumiu o reinado em 13 de novembro de 1989, com a morte do pai. Sob sua liderança, Liechtenstein ingressou, em 1990, nas Nações Unidas (ONU) e, em 1995, na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Alois

Príncipe herdeiro e regente de Liechtenstein



Nascido em 1968 em Zurique. Filho mais velho do Príncipe Hans-Adam II e da princesa Marie. Em 1988, iniciou graduação em Direito na Universidade de Salzburgo, onde concluiu os estudos em 1993, com o título de mestre. Entre setembro de 1993 e maio de 1996, trabalhou no setor financeiro em Londres. Mudou-se, então, para Vaduz, onde passou a ocupar-se da administração dos ativos da família. Em 15 de agosto de 2004, recebeu delegação para o exercício de todas as atribuições de chefe de Estado como representante de seu pai.

Daniel Risch

Primeiro-Ministro e Ministro de Assuntos Gerais do Governo e das Finanças de Liechtenstein



Nasceu em 1978, em Grabs (Suíça). É graduado em Economia pela Universidade de Zurique e doutor em informática empresarial pela Universidade de Friburgo. Com carreira consolidada na iniciativa privada e participação política por meio do partido União Patriótica, Risch foi nomeado vice-chefe de governo de coalizão em 2017. Em 2021, tornou-se Primeiro-Ministro, após seu partido vencer as eleições do mesmo ano.

Dominique Hasler

Ministra dos Negócios Estrangeiros, Educação e Esportes de Liechtenstein



Nasceu em 1978, em Mauren. Foi professora de educação especial em diversas escolas até tornar-se mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Liechtenstein. Membro do partido União Patriótica, Hasler foi nomeada Ministra do Interior, Educação e Meio Ambiente após as eleições de 2017. Em 2021, com a vitória de seu partido nas eleições, tornou-se Ministra dos Negócios Estrangeiros, Educação e Esportes.

APRESENTAÇÃO

Em 1719, Carlos VI, Sacro Imperador Romano Germânico, decretou a unificação das comunidades de Schellenberg e Vaduz, de propriedade da família austríaca Liechtenstein, elevando-as à condição de Principado.

Em 1806, após a dissolução do Sacro Império, o Principado ratificou a Confederação do Reno, tornando-se Estado soberano. Ocupado tanto por tropas francesas quanto por russas durante as Guerras Napoleônicas, o Principado recuperou a independência em 1815, no Congresso de Viena, quando passou a fazer parte da Confederação Germânica, que veio a ser dissolvida em 1866.

Em 1852, Liechtenstein adotou União Econômica com o Império Austríaco. Após a Primeira Guerra Mundial, o Principado aproximou-se da Suíça, com quem estabeleceu uma união aduaneira (1923) e monetária (1924).

Liechtenstein é membro das Nações Unidas, da Associação Europeia de Livre Comércio e do Conselho da Europa. Embora não seja membro da União Europeia, o país participa do Espaço Schengen e do Espaço Econômico Europeu (EEE).

Com 160 quilômetros quadrados, o pequeno país alpino faz fronteira a oeste com a Suíça (o rio Reno separa os dois países) e a leste e norte com a Áustria. O país é dividido em duas regiões – o Baixo País (*Unterland*) e o Alto País (*Oberland*) – divididas em 11 comunas. Do total de habitantes, 65% são liechtensteinenses e o restante, imigrantes. A capital é Vaduz, que concentra o mercado financeiro e as instituições federais. A principal cidade, entretanto, é Schaan.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Berna (cumulatividade – Liechtenstein)	Evandro de Sampaio Didonet (desde novembro de 2018)
Embaixador da Suíça em Brasília (representante dos interesses de Liechtenstein no Brasil)	Pietro Lazzeri (desde setembro de 2021)

Brasília e Vaduz mantêm laços cordiais. O diálogo diplomático se realiza por meio das Embaixadas do Brasil em Berna e da Suíça em Brasília, esta representante dos interesses do Principado no território nacional.

A Associação Casa Brasil, fundada em 2012 com a finalidade promover e divulgar as artes brasileiras, desenvolve atividades regulares no Principado. Oferece aulas semanais em língua portuguesa a crianças de diversas faixas etárias, com conteúdo de arte, folclore, música e história do Brasil.

COMÉRCIO

Em 2020, o valor das exportações brasileiras elevou-se a cerca de US$ 6,1 milhões (-30,7% em relação a 2019), enquanto os bens importados pelo Brasil totalizaram cerca de US$ 8,1 milhões (-38,6%), de forma que a balança comercial brasileira com Liechtenstein apresentou, em 2020, déficit de cerca de US$ 2 milhões.

Vale notar que o baixo valor relativo das exportações brasileiras para Liechtenstein pode explicar a variação abrupta na pauta e no valor de exportações de ano a ano. Em 2019, por exemplo, óleos combustíveis representaram 83% das exportações brasileiras para aquele país, enquanto areia e cascalho representaram 14%. As importações são mais diversificadas, sobretudo baseadas em partes e acessório de veículos automotivos (38%); outros artigos manufaturados (19%); e medicamentos e produtos farmacêuticos (17%).

ACORDO MERCOSUL-EFTA

Foram concluídas, em 23/08/2019, as negociações do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco integrado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Com sua entrada em vigor, o MERCOSUL passará a contar, na condição de parceiro preferencial, com liberalização total e imediata, nos quatro países da EFTA, das tarifas aplicadas à importação de 100% do universo industrial e pesqueiro. A expectativa em Liechtenstein é que a tramitação do processo de aprovação seja iniciada assim que terminar a revisão do acordo.

ASSUNTOS CONSULARES

O Consulado-Geral do Brasil em Zurique é responsável por atender as demandas consulares originárias do território de Liechtenstein. O Consulado-geral do Brasil em

Zurique estima que haja em torno de 100 brasileiros vivendo atualmente em Liechtenstein.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O Príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no parlamento (*Landtag*) é indicado para o cargo de Primeiro-Ministro, enquanto o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de Vice-Primeiro-Ministro. O parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo parlamento e confirmado pelo Príncipe regente. Os dois principais partidos políticos são o Partido Progressista dos Cidadãos (FBP, centro-direita) e a União Patriótica (VU, centro-direita).

O Príncipe regente é o chefe de Estado e inaugura a sessão anual do parlamento no início do ano, na cerimônia da Fala do Trono. O tradicional discurso, feito por ocasião da sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos do *Landtag*, é importante evento político do Principado, no qual se anunciam as grandes linhas que nortearão o governo.

Em 2003, foi adotada nova Constituição, com concessão de maiores poderes ao Príncipe, mediante aprovação popular (64% para o "sim"). O regente acumulou poderes para destituir o governo e vetar leis, passou a ter mais influência na nomeação de juízes e tornou-se imune à jurisdição do tribunal constitucional. Pela primeira vez, de outro lado, os cidadãos receberam a prerrogativa de expressar seu descontentamento com a atuação do Príncipe, por meio de convocação de referendo específico.

CONTEXTO RECENTE

As eleições parlamentares de fevereiro de 2021 foram decididas por diferença irrisória de apenas 23 votos. A União Patriótica deverá receber a incumbência de liderar o governo do Principado de Liechtenstein. Em segundo lugar, ficou o Partido Progressista dos Cidadãos, que deverá compor a coalizão governista. A coalizão entre VU e FBP forma tradicionalmente o governo do Principado (ininterruptamente desde 2005).

O partido de direita Independentes (DU), que havia surpreendido no pleito de 2017, não alcançou a cláusula de barreira e não terá representação na nova legislatura. O DpL atingiu a cláusula de barreira e terá 2 cadeiras na legislatura que se inicia em 2021.

Foram os seguintes os resultados das eleições:

- União Patriótica (VU), 35,9% – 10 cadeiras (+2);
- Partido Progressista dos Cidadãos (FBP), 35,9% – 10 cadeiras (+1);
- Lista Livre (FL - verdes), 12,9% – 3 cadeiras (mesmo número da legislatura anterior);
- Democratas pelo Liechtenstein (DPL - direita), 11,1% – 2 cadeiras (+2);
- Independentes (DU - direita), 4,24% – sem representação parlamentar (-5), em razão da cláusula de barreira de 8%.

Em 25 de março tomou posse o novo governo, com a seguinte composição:

- Daniel Risch (União Patriótica) – Primeiro-Ministro, Ministro de Assuntos Gerais do Governo e Finanças;
- Sabine Monauni (Partido Progressista dos Cidadãos) – Vice-primeira-Ministra, Ministra de Interior, Economia e Meio Ambiente;
- Graziella Marok-Wachter (União Patriótica) – Ministra de Infraestrutura e Justiça;
- Dominique Hasler (União Patriótica) - Ministra de Negócios Estrangeiros, Educação e Esportes;
- - Manuel Frick (Partido Progressista dos Cidadãos) – Ministro de Assuntos Sociais e Cultura.

POLÍTICA EXTERNA

Liechtenstein considera fundamental a manutenção de relações estreitas com seus vizinhos imediatos, Suíça e Áustria. Define, ademais, quatro outros países prioritários para suas relações exteriores: Alemanha, Estados Unidos, Santa Sé e República Tcheca. Outros Estados tornam-se progressivamente mais importantes e incluem, em particular, os outros componentes do EFTA (Islândia e Noruega) e membros individuais da União Europeia considerados estratégicos.

Por fazer parte do Espaço Econômico Europeu (EEE), Liechtenstein forma, ao lado dos Estados-membros da União, área de livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. A importância da relação com a UE é medida, contudo, não só pelas vantagens advindas do mercado único, mas também pelos desafios comuns, que incluem cooperação em fóruns internacionais e apoio na implementação de sanções definidas pelo bloco.

Com a exceção do Tratado Aduaneiro com a Suíça, de 1923, os demais pilares da política econômica externa de Liechtenstein – EEE, EFTA e OMC – datam do início dos anos 90. Em 1991, no decurso de negociações sobre eventual adesão ao EEE, o país tornou-se membro pleno da EFTA. Em 1995, seguiu-se a adesão formal ao EEE e à OMC.

Na esfera multilateral, além de integrar os diversos organismos do Sistema ONU, Liechtenstein é membro fundador da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e faz parte do Conselho da Europa desde 1978. A participação do país nesses fóruns tem como objetivos principais a proteção e a promoção dos direitos humanos, do estado de direito e do direito internacional. Merecem destaque as contribuições do país à justiça criminal internacional, tema em que o engajamento em favor do Tribunal Penal Internacional (TPI) e do Mecanismo da Síria (IIIM) ganharam notoriedade recente.

ECONOMIA

Durante séculos, Liechtenstein foi relativamente isolado, dependente de seu pequeno setor agrícola e de reduzida produção têxtil para sustentar sua economia. Após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, redefiniu-se como sociedade industrial moderna e orientada à exportação.

Desde 1924, Liechtenstein adota o franco suíço como moeda oficial. Todas as moedas, cédulas e outros meios de pagamento utilizados na Suíça são reconhecidos como moeda oficial no Principado.

Liechtenstein possui economia próspera, extremamente diversificada, altamente industrializada, com um setor vital de serviços financeiros e um dos mais elevados PIBs per capita do mundo. O alto valor de seu PIB origina-se, principalmente, do setor de serviços, que responde por 54% do PIB, e da indústria, que representa 41%. O setor de serviços financeiros, individualmente, equivale a 25% do PIB de Liechtenstein.

O governo aposta no desenvolvimento e na utilização de novas tecnologias. Nesse sentido, o programa Impulse Liechtenstein, lançado em 2016, tem por objetivo apoiar modelos de negócio inovadores e atrair novas *start-ups* ao país. Na mesma linha, têm sido estimuladas iniciativas de *e-government*, com vistas a facilitar o acesso da população a informações e serviços públicos.

Uma característica da economia de Liechtenstein é o grande número de pequenas e médias empresas. Em 2017, havia 95 empresas com atividades no setor agrícola, 604 no industrial e 4.011 no setor de serviços. Outro aspecto distintivo de sua economia é a expressiva presença de trabalhadores transfronteiriços, responsável, em 2017, por 55% da força de trabalho do país.

REGIME TRIBUTÁRIO

Liechtenstein optou por regime de baixa tributação para atrair empresas e capitais e fomentar a prosperidade local. Essas regras, contudo, foram flexibilizadas nos últimos anos, especialmente a partir de 2009, quando a OCDE retirou o país de sua lista de paraísos fiscais não-cooperantes. O governo, entretanto, enfatiza a visão de que seria falsa a imagem de que o país seria um paraíso fiscal, e de que a economia dependeria essencialmente do sistema bancário.

Em 2015 acordou com a UE medidas de repressão a fraudes e evasão fiscal e, em 2018, iniciou troca de informações fiscais e bancárias com o bloco europeu. Hoje, estão em vigor acordos na área fiscal e/ou sobre dupla tributação com 44 países ou blocos.

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações de Liechtenstein para o mundo concentram-se em produtos industrializados de médio e pequeno valor agregado: maquinário de pequeno porte; conectores de áudio e de vídeo; peças de motores de automóveis; produtos odontológicos; hardware; alimentos processados; equipamentos eletrônicos e produtos oftalmológicos. Os principais destinos das exportações são Alemanha, Estados Unidos,

Áustria, Finlândia, Itália, China, Reino Unido, Espanha e Suécia. Entre os produtos mais importados pelo país encontram-se máquinas, subprodutos metálicos, produtos químicos, veículos, móveis, madeira e roupas. Os principais parceiros de importação de Liechtenstein são Alemanha, Áustria, Itália, China, França, Polônia e Holanda.

Liechtenstein integra, junto com a Suíça, Islândia e Noruega, a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), com a qual o MERCOSUL concluiu, recentemente, negociações sobre um ALC.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1719	Elevação a Principado de Liechtenstein.
1806	Independência do Principado, que passa a integrar a Confederação do Reno.
1815	Integra a Confederação Germânica.
1862	Independência da Confederação Germânica.
1868	Abolição das forças militares nacionais.
1923	União aduaneira com a Suíça.
1924	Adoção do franco suíço como moeda nacional.
1989	Príncipe regente Hans-Adam II assume o trono.
1990	Adesão às Nações Unidas.
1991	Adesão à Associação Europeia de Livre Comércio.
1995	Adesão à OMC e ao Espaço Econômico Europeu (EEE).
2003	Atual Constituição entra em vigor.
2004	Hans-Adam II aponta seu filho mais velho, o Príncipe herdeiro Alois de Liechtenstein, como seu representante permanente, a fim de prepará-lo para suceder-lhe no trono.
2011	Adesão ao Espaço Schengen.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
2012	Fundação da Casa Brasil em Vaduz.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Entendimento sobre Dispensa de Visto para Turistas	11/12/1948	Em vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-LIECHTENSTEIN

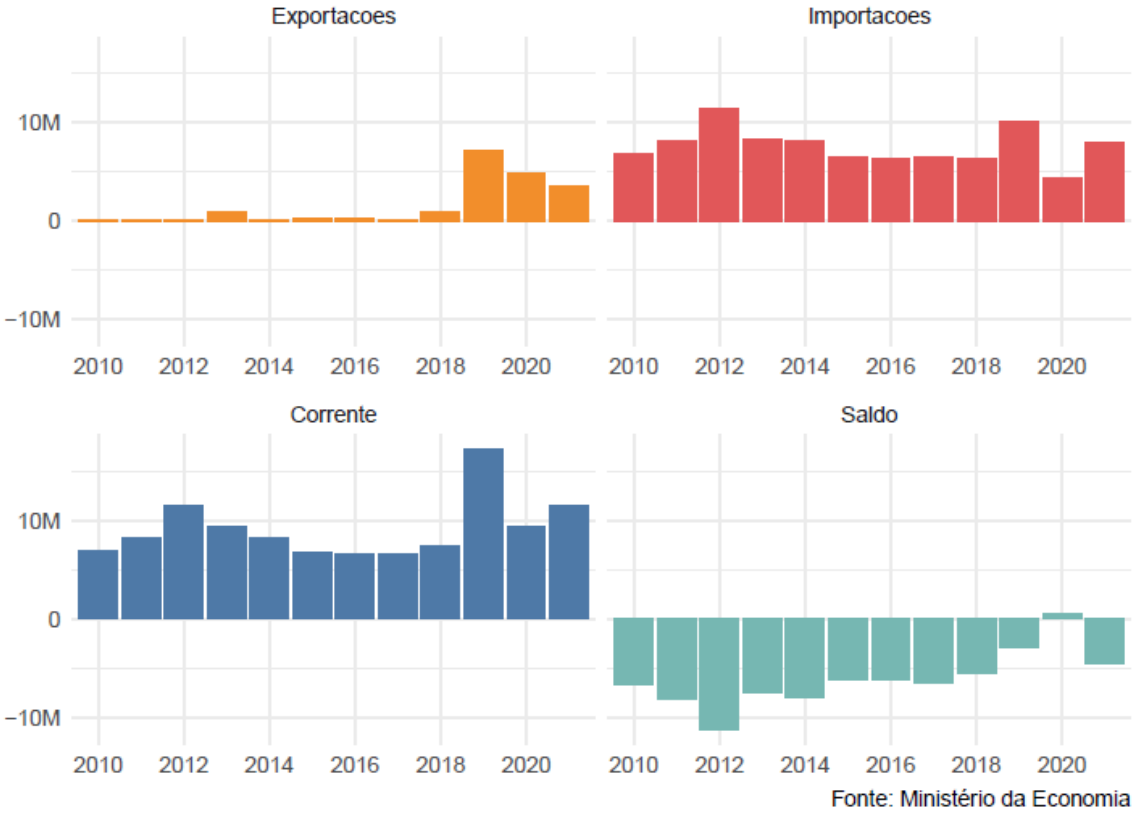
Fluxo de comércio anual



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	6M (-31%)	9M (33%)	7M (7 563%)	86K (-73%)	320K (-99%)
Importações	8M (-39.85%)	13M (34.49%)	10M (-1.48%)	10M (4.89%)	9M (2.06%)
Saldo	-2M (-142.3%)	-4M (-236.9%)	-3M (-132.2%)	-10M (-207.6%)	-9M (-164.5%)
Corrente	14M (-36.3%)	22M (34.0%)	16M (63.7%)	10M (2.3%)	10M (-70.1%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	23M (13 581%)	171K (-83%)	1M (77%)	587K (147%)	237K (-14%)
Importações	9M (-19.94%)	12M (-3.82%)	12M (-29.35%)	17M (35.40%)	13M (8.35%)
Saldo	14M (24.1%)	-11M (-203.7%)	-11M (-166.9%)	-16M (-233.3%)	-12M (-208.9%)
Corrente	33M (178.3%)	12M (-10.1%)	13M (-25.8%)	18M (37.5%)	13M (7.8%)

Fluxo de comércio agregado até agosto

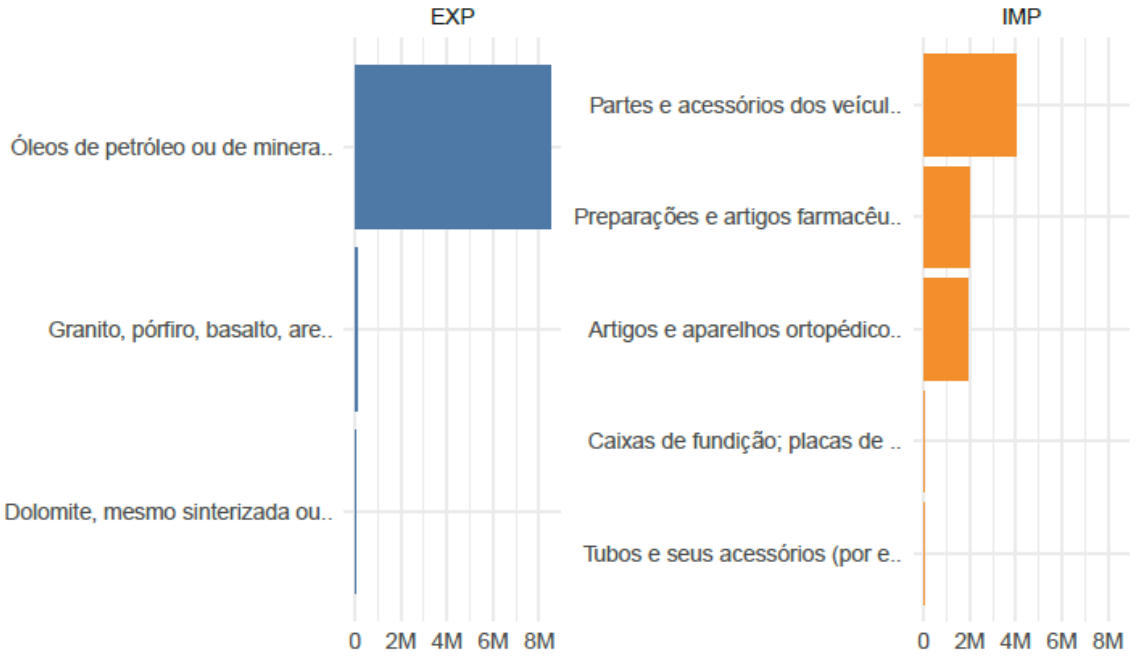


Fonte: Ministério da Economia

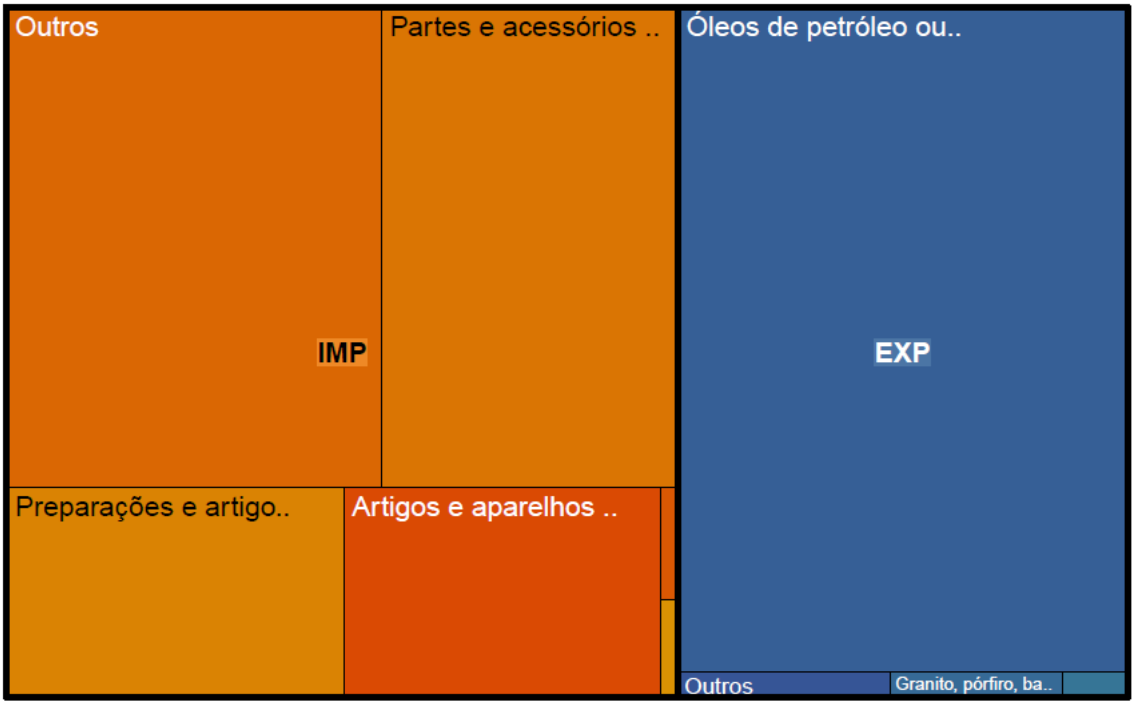
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	4M (-28.2%)	5M (-30.9%)	7M (630.6%)	980K (1 043.3%)	86K (-68.2%)
Importacoes	8M (81.79%)	4M (-56.11%)	10M (57.76%)	6M (-2.19%)	7M (2.06%)
Saldo	-5M (-972.0%)	517K (-82.4%)	-3M (-154.2%)	-5M (-183.9%)	-6M (-205.1%)
Corrente	12M (23.746%)	9M (-45.646%)	17M (133.835%)	7M (11.336%)	7M (-0.778%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	270K (-8.9%)	296K (149.5%)	119K (-87.8%)	974K (492.3%)	164K (41.0%)
Importacoes	6M (-0.38%)	6M (-20.78%)	8M (-2.90%)	8M (-26.74%)	11M (38.89%)
Saldo	-6M (-200.0%)	-6M (-176.7%)	-8M (-208.3%)	-7M (-165.7%)	-11M (-238.9%)
Corrente	7M (-0.748%)	7M (-18.331%)	8M (-11.758%)	9M (-19.368%)	12M (38.916%)

Principais produtos da pauta comercial em 2020

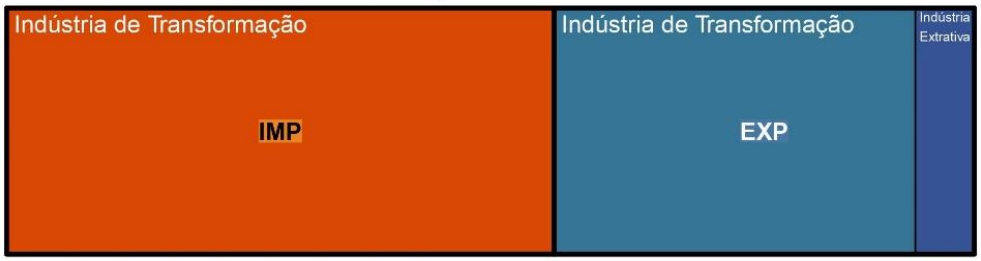


Fonte: Ministério da Economia

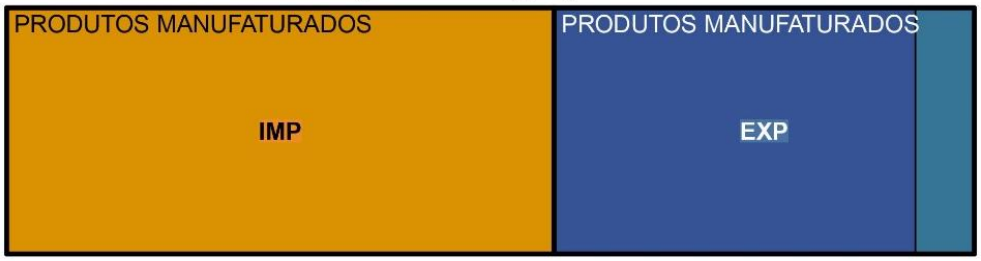


Classificações do comércio

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



EMBAIXADA DO BRASIL EM BERNA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão do período entre novembro de 2018 e outubro de 2021:

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-SUÍÇA

2. Busquei ressaltar os seguintes aspectos centrais dessa relação:

(i) a Suíça é a quinta principal origem do estoque de investimentos diretos no Brasil (trata-se, possivelmente, do aspecto mais notável do relacionamento bilateral);
(ii) a Suíça abriga numerosa comunidade de nacionais brasileiros;
(iii) é a economia mais relevante da EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio, também integrada pela Noruega, Islândia e Liechtenstein), bloco com o qual o MERCOSUL concluiu substancialmente, em agosto de 2019, a negociação de acordo de livre comércio;
(iv) a Suíça tem projeção diplomática muito superior aos números de sua dimensão demográfica e territorial, em razão (a) de sua tradição de neutralidade, mediação e bons ofícios em conflitos internacionais e (b) de sua condição de segunda mais importante sede das Nações Unidas;
(v) o país está entre as vinte maiores economias do mundo, com PIB nominal de cerca USD 748 bilhões em 2020. É o 17º maior importador global de bens (USD 291 bilhões em 2020) e o 12º maior importador de serviços (USD 114 bilhões em 2020) (fontes: Banco Mundial e OMC).

Parceria estratégica

3. Fora da Europa Ocidental, o Brasil é um dos únicos oito países com os quais a Suíça tomou a iniciativa de lançar parcerias estratégicas bilaterais. Integram essa lista a África do Sul, China, Estados Unidos, Índia, Japão, Rússia e Turquia. A Suíça valoriza e distingue essas parcerias de forma consistente. No caso do Brasil, sua base normativa é o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Plano de Parceria Estratégica, assinado em 2008, em cujo âmbito foram lançados diálogos regulares em amplo leque de temas: consultas políticas; direitos humanos; combate à corrupção; finanças; ciência e tecnologia; e assuntos consulares. A Comissão Mista Econômica tem quadro institucional próprio.

4. O quadro geral das relações Brasil-Suíça é, assim, marcadamente positivo, favorecido (a) pela própria densidade da agenda bilateral e (b) pela identidade dos valores fundamentais de ambas as sociedades (democracia, estado de direito, direitos humanos, liberdades civis). No período deste relatório de gestão, a única nota dissonante, sem dúvida de alcance menor em contexto amplamente positivo, foi a forma de manifestações da Suíça sobre situações de direitos humanos e liberdades civis no País, a qual, por listar o Brasil juntamente com determinadas nações, permitia uma imagem de dúvidas sobre suas credenciais democráticas. Expressou-se ao governo suíço a preocupação a esse respeito.

Dois momentos distintos nas relações bilaterais

5. O primeiro momento de minha gestão, desde novembro de 2018 até o início da pandemia da COVID-19, em março de 2020, coincidiu com uma série de desdobramentos positivos na relação bilateral, em particular as visitas de alto nível nos dois sentidos, a entrada em vigor de acordos relevantes, a conclusão substancial das negociações do ALC MERCOSUL-EFTA e as numerosas reuniões dos mecanismos de diálogo criados no âmbito da parceria estratégica.

6. Desde o início da pandemia, perdeu-se em boa medida esse dinamismo. Houve desaceleração na agenda de trabalho da Embaixada. Entendo, contudo, que as relações bilaterais – graças a suas sólidas bases acima mencionadas – retomarão seu curso de expansão à medida que a situação sanitária continue a normalizar-se.

Visitas e encontros em alto nível

7. No primeiro período de minha gestão, teve sequência a realização de visitas e encontros em alto nível:

- em 23/1/2019, o Presidente Jair Bolsonaro encontrou-se em Davos com o então Presidente de turno da Suíça, Ueli Maurer;
- em 25-26/4/2019, o Conselheiro Federal (Ministro do Exterior) Ignazio Cassis visitou o Brasil;
- em 2/7/2019, o Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, fez apresentação em Zurique sobre a economia brasileira;
- em 21/1/2020, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, reuniu-se em Davos com os Conselheiros Federais (Ministros) das Finanças, Ueli Maurer, e da Economia, Guy Parmelin.

Reuniões dos mecanismos da parceria bilateral

8. Como já referido, o primeiro período de minha gestão, antes do início da pandemia, foi marcado pela continuação da agenda intensa de encontros regulares dos mecanismos da parceria estratégica. Mencionem-se, inicialmente, os dois mecanismos mais relevantes (consultas políticas e comissão mista econômica):

- em 27/11/2019, em Berna, ocorreu a IX Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, na qual a delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA), Embaixador Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega. Por razões de agenda, não foi possível manter, nessa edição, as chefias de delegação em nível de vice-ministros;
- a X Reunião, inicialmente prevista para dezembro de 2020, novamente em nível de vice-ministros, não pôde ser realizada. Está pendente o seu reagendamento;
- após hiatos em 2019 e 2020, realizou-se em 19/4/2021, por videoconferência, a X Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica.

9. Registrem-se, ainda, os seguintes encontros:

- em 11/10/2019, ocorreu em Berna a II Reunião de Consultas Políticas sobre Direitos Humanos. Em 4/11/2020, por videoconferência, a III Reunião. Está sendo agendada a quarta edição, ainda em 2021;
- em 7/11/2019, teve lugar, em Brasília, a IV Reunião do Comitê Conjunto em Ciência, Tecnologia e Inovação. Registre-se que a cooperação em C,T&I se beneficia de diálogos regulares e institucionalizados entre os órgãos setoriais e operacionais, em particular entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e o Secretariado de Estado para a Educação, Pesquisa e Inovação (SERI), entre a EMBRAPII e a Innosuisse ou entre o CONFAP e a Fundação Nacional da Suíça para a Pesquisa Científica (SNSF);
- em 25/11/2019, realizou-se em Brasília reunião de diálogo consular.

Novos acordos

10. Houve, entre novembro de 2018 e outubro de 2021, avanços relevantes no arcabouço institucional da relação bilateral:

- em 4/1/2019, entrou em vigor o Acordo para Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária;
- nessa mesma área da cooperação tributária, teve início, em 2019, a troca automática de informações bancárias entre as autoridades tributárias do Brasil e da Suíça, no marco da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua (OCDE);
- em 1/10/2019, entrou em vigor o Acordo de Previdência Social, instrumento de grande relevância para a numerosa comunidade brasileira na Suíça;
- foi promulgada, em 9/6/2021, a Convenção para Eliminação da Dupla Tributação, em vigor no plano externo desde 16/3/2021;
- em 13/6/2021, entrou em vigor, no plano internacional, o Acordo de Serviços Aéreos.

11. A pendência de maior alcance, nessa área de acordos bilaterais, é a finalização e assinatura do acordo de livre comércio (ALC) MERCOSUL-EFTA, assunto referido no item I.10. Outra questão a ser mencionada é a de um acordo na área de investimentos. Em resposta ao interesse suíço em negociar acordo de promoção e proteção de investimentos, o Brasil contrapropôs entendimento baseado em seu modelo de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (o qual contempla as cláusulas clássicas de proteção, mas não incorpora, entre outros aspectos, uma cláusula de solução de controvérsias investidor-Estado, aspecto essencial para a Suíça). Em razão dessa diferença de perspectiva, o tema não se encontra em pauta no momento.

Contatos parlamentares

12. Os únicos grupos formais de amizade, de caráter bilateral, são aqueles com os cinco países vizinhos. Nos demais casos, os grupos têm caráter informal. No caso da América Latina, há grupo de amizade informal que cobre toda a região.

13. Reuni-me, em 2019, em duas oportunidades, com os presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Conselho Nacional (câmara baixa) e do Conselho dos Estados (câmara alta). Naquele momento, o Senador Filippo Lombardi (democrata-cristão/Ticino), presidente da Comissão de

Relações Exteriores no Conselho dos Estados, era, também, o presidente do Grupo de Amizade com a América Latina. Em razão de sua não reeleição no pleito nacional de 2019, assumiu a liderança desse grupo o Senador Daniel Jositsch (Partido Socialista/Zurique). Participei, em 2020, de encontro conjunto de embaixadores do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) com o novo presidente. Em razão da pandemia, não tiveram seguimento, até o momento, as propostas de contatos e eventos com as embaixadas da região e parlamentares suíços.

Cooperação judiciária

14. A Suíça é um dos principais parceiros do Brasil em matéria de combate à corrupção e cooperação judiciária, sendo o principal em termos de recuperação de ativos. Em manifestações públicas, a PGR singulariza a cooperação judiciária com a Suíça como um exemplo de boas práticas. O ex-Procurador-Geral da Confederação, Michael Lauber, em visita ao Brasil em abril de 2019, assinou Declaração Conjunta com a então PGR, Raquel Dodge, em que se reafirmou o compromisso de manter e intensificar a cooperação bilateral. Como regra geral, essa cooperação ocorre por meio de contatos diretos entre as autoridades competentes dos dois países, sem conhecimento ou envolvimento da Embaixada em Berna.

Visitas a cantões

15. As visitas de cortesia a governos cantonais constituem expectativa em relação aos embaixadores acreditados em Berna. Trata-se de aspecto que reflete característica central da formação histórica da Suíça, baseada em sucessivas uniões entre seus cantões. O forte sentimento de identidade cantonal é um dos tantos traços peculiares deste país.

16. Visitei em 2019 os cantões de Basileia-Cidade, Valais e Genebra; em 2020, Zurique, Ticino e St.Gallen. Antes do final de minha missão, tencionava visitar, ainda, os cantões de Vaud, Friburgo e Berna. No contexto da pandemia, contudo, não foi possível fazer esses agendamentos.

Imagem do Brasil

17. O noticiário sobre o Brasil na mídia suíça – como de resto na mídia europeia em geral – tem tido, de modo geral, viés negativo e, muitas vezes, distorcido. Os temas de maior atenção tendem a ser a Amazônia e questões ambientais em geral, direitos humanos, situações envolvendo populações indígenas e alegados impactos ambientais e sociais da agricultura brasileira. Conjunturalmente, adicionou-se a essa lista o enfoque crítico sobre a gestão da pandemia da COVID-19 pelo governo brasileiro.

18. Durante o período 2018-2021, o posto tomou iniciativas para buscar esclarecer os fatos:

(i) em 2019, enviei cartas ao jornal Neue Zürcher Zeitung (duas), ao Le Temps e ao Le Matin Dimanche, além de duas outras cartas à seção suíça da Anistia Internacional;
(ii) em 2020, enviei cartas à RTS (televisão de língua francesa) e aos jornais Tages Anzeiger, Neue Zürcher Zeitung e Blick. Mantive encontro com a ONG Sociedade pelos Povos Ameaçados (GfbV);
(iii) em 2021, enviei cartas aos jornais Le Matin Dimanche e Le Temps;

(iv) antes do início da pandemia, visitei as redações dos jornais Neue Zürcher Zeitung, Tages Anzeiger e Le Temps, bem como a redação da rádio estatal SRF;
(v) em cumprimento às instruções do Itamaraty, foram circuladas a destinatários selecionados informações sobre ações do governo brasileiro em defesa da Amazônia e a sustentabilidade do agronegócio nacional.

Acordo MERCOSUL-EFTA

19. Havendo o MERCOSUL concluído substancialmente, em linhas gerais, em agosto de 2019, a negociação de acordo de livre comércio com a EFTA, atribuí prioridade a contatos e ao trabalho de informação sobre o quadro interno suíço no que diz respeito às perspectivas para futura assinatura, tramitação parlamentar e implementação do acordo.

20. O posto informou regularmente sobre o quadro político interno, na Suíça, no que diz respeito à futura conclusão e implementação do acordo. Fui recebido, em 9/9/2019, pelo Ministro da Economia, Guy Parmelin. Mantive interlocução regular com o Secretariado de Estado da Economia (SECO).

21. Em discurso no parlamento, em 13/9/2021, sobre as prioridades do governo em 2022, o presidente Guy Parmelin singularizou, no tocante à política comercial, o objetivo de conclusão da negociação e assinatura do ALC com o MERCOSUL. Uma vez superada a tramitação parlamentar, o acordo seria submetido, na sequência, a referendo facultativo, para cuja convocação são suficientes 50 mil assinaturas. Caso a assinatura efetivamente ocorra em 2022, pode-se estimar, considerando-se os prazos de tramitação parlamentar e de convocação e realização de referendos, que essa votação popular dificilmente ocorreria antes de 2024.

Comércio bilateral, investimentos diretos e promoção comercial

22. O relacionamento econômico-comercial bilateral é marcado pelo contraste entre o quadro positivo na área de investimentos diretos no Brasil e negativo no campo das trocas comerciais.

23. Em outro aspecto nem sempre percebido sobre a relevância das relações bilaterais, a Suíça era, no final de 2019, conforme dados do Banco Central do Brasil, pelo critério mais representativo do controlador final, a quinta mais importante origem do estoque de investimento direto no País (IDP), superada apenas pelos Estados Unidos, Países Baixos, Espanha e França. O estoque de IDP suíço era de USD 44,19 bilhões, equivalente a 5% do IDP total (USD 873,97 bilhões). Esse estoque suíço resultava da soma de USD 22,21 bilhões em participações de capital e USD 21,98 bilhões em operações intercompanhia. (O posto registrou a discrepância substancial entre os dados oficiais brasileiros e suíços.)

24. Repita-se que este é, possivelmente, o aspecto mais notável da relação bilateral. Ressalte-se o anúncio, no período deste relatório, do encerramento de atividades de produção, no Brasil, de multinacionais do porte da Roche e da Holcim.

25. O estoque de investimentos diretos brasileiros (IDE) na Suíça é relativamente modesto no quesito de participações no capital: USD 1,25 bilhão no final de 2020 (cifra que se compara com USD 87,37 bilhão no caso da Holanda). Presumivelmente, essa situação decorre da ausência, até o momento, de acordo sobre bitributação com a Suíça. A entrada em vigor desse instrumento, em 2021, poderá ter impacto nesse quadro. Já no outro quesito do IDE, o de operações intercompanhia, o estoque de investimentos brasileiros na Suíça no final de 2020, de USD 9,34 bilhões, era o mais significativo, com 25,6% do total.

26. O comércio Brasil-Suíça permanece aquém dos níveis que corresponderiam à expressão econômica dos dois países. Em 2020, conforme dados do Ministério da Economia, o fluxo nas duas direções foi de USD 3,25 bilhões, com exportações brasileiras de USD 1,35 bilhão e importações de USD 1,90 bilhão. Mesmo sendo o 17º maior importador global de bens, a Suíça foi, em 2020 e 2019, respectivamente, o 34º e o 36º mercado para as exportações brasileiras.

27. Ademais da tendência estrutural de superávits persistentes em favor da Suíça, preocupa, em particular, a escassa diversificação da pauta de exportações nacionais, concentradas em "commodities" (sobretudo ouro). Trata-se de aspecto estrutural, presente também na relação comercial com economias de características semelhantes às da Suíça. Nesse quadro, a nota decididamente mais positiva são as vendas de aviões da Embraer para a Helvetic Airways.

28. Na área da promoção comercial, trabalhei em estreito contato com as Câmaras de Comércio, em particular com a LATCAM (Zurique) e a SWISSCAM (São Paulo). Participei regularmente de seus encontros. Fiz apresentação no tradicional encontro anual da SWISSCAM na Suíça, em 2019 (as edições de 2020 e 2021 foram suspensas em razão da pandemia). Publiquei artigos em relatórios anuais da SWISSCAM. O posto valeu-se das plataformas dessas duas câmaras para divulgar notícias de interesse.

29. A LATCAM, com sede em Zurique, é a mais importante e tradicional câmara de comércio na Suíça voltada à América Latina. Sua atuação foi reforçada após a eleição, em 2019, de novo presidente, Ramon Esteves, CEO da ECOM (empresa de grande porte na comercialização de "commodities" como café e cacau, entre outras). Seu mais importante evento, de periodicidade anual, é o "Latin America Day". Já a SWISSCAM congrega, no Brasil, as multinacionais suíças estabelecidas no País. Registro, ainda, os contatos com a CHamBR, câmara de comércio Brasil-Suíça estabelecida em Genebra. Foram mantidos, também, contatos regulares com a S-GE (Switzerland Global Enterprise), entidade que "grosso modo" pode ser comparada à APEX.

30. Mantive contatos e/ou visitei as sedes da Economiesuisse (principal associação empresarial da Suíça) e de firmas relevantes para as relações econômico-comerciais bilaterais, a exemplo da Nestlé, Novartis, UBS, Helvetic Airways, Zurich Airport e RUAG. No contexto da pandemia, não foi possível agendar as visitas planejadas à Roche e à Syngenta.

31. Busquei ressaltar outro aspecto nem sempre conhecido sobre a Suíça: trata-se de importante centro global de comercialização de "commodities". Parcela substancial das transações mundiais de numerosos produtos – como café, soja, açúcar, cacau, petróleo, minério de ferro e outros – é efetuada a partir da Suíça por firmas deste país (Glencore, Trafigura, Vitol, ECOM, entre outras) ou por subsidiárias de multinacionais estabelecidas na Suíça (entre as quais a ADM, Bunge,

Cargill, Cosco, Dreyfus, além de brasileiras como a Vale ou a Cutrale). Visitei a sede da STSA (Swiss Trading and Shipping Association), em Genebra, que congrega boa parte das empresas de comercialização de "commodities".

32. Não obstante as limitações decorrentes da ausência de um Setor de Promoção Comercial (SECOM) estruturado, o posto retomou, em 2020, a rotina de respostas a consultas comerciais de exportadores brasileiros. Em cumprimento a instruções específicas do Itamaraty, foram preparados estudos de mercado para produtos selecionados do agronegócio brasileiro.

Comunidade brasileira na Suíça

33. A dimensão da comunidade brasileira na Suíça é outro aspecto de destaque no quadro bilateral. Conforme dados do governo suíço, havia, em agosto de 2021, 22.355 nacionais brasileiros residentes neste país. Essa cifra, contudo, está longe de sua dimensão real, pois não inclui (a) o número sabidamente muito significativo de brasileiros com dupla nacionalidade europeia que se registram como residentes com seu passaporte de país da UE e (b) os cidadãos brasileiros que adquiriram dupla nacionalidade suíça.

34. Um dado particular ilustra a dimensão da comunidade brasileira na Suíça. Nas eleições presidenciais de 2018, a Suíça foi o nono país com maior número de eleitores brasileiros registrados (19,7 mil); a França, o décimo, tinha 11,1 mil.

35. A Embaixada em Berna não tem serviço consular. Os dois Consulados-Gerais no país estão sediados nas duas cidades com maior número de nacionais brasileiros: Genebra e Zurique. Sem prejuízo do que precede, desde o início da pandemia o posto adotou rotina de respostas às numerosas consultas sobre regras sanitárias para viagens entre o Brasil e a Suíça.

Cultura

36. O posto participou, em 2019, da VIII edição do Festival de Cinema Latino-Americano e Caribenho de Berna, promovendo a exibição do filme "Meu nome não é Johnny". A apresentação do filme "Real Beleza", na IX edição, em 2020, foi cancelada em razão da pandemia. Em 2021, foram tomadas providências para exibição do filme "Pacarrete".

37. O posto prestou apoio a projetos da Fundação Brasilea, sediada em Basileia, a qual dispõe de espaço físico único, dedicado a exibições de arte brasileira.

ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA INTERNA, DA POLÍTICA EXTERNA
E DA CONJUNTURA ECONÔMICA SUÍÇA

Política interna

38. O acompanhamento da política interna suíça é experiência interessante, em razão das particularidades de seu sistema político:

- o governo é exercido de forma colegiada pelo Conselho Federal, composto por 7 membros, indicados tradicionalmente pelos quatro partidos mais importantes no Conselho Nacional (câmara baixa). O Conselho Federal busca adotar decisões por consenso. Segue-se a prática de não dar publicidade a suas discussões internas. Verifica-se, assim, que não se pode falar de uma distinção clara entre "situação" e "oposição";
- a chefia de Estado é exercida de forma rotativa, com mandatos anuais, pelos membros do Conselho Federal. Mesmo assim, não se trata de chefia de Estado plena, o que se verifica em diferentes particularidades, como por exemplo no fato de que as cartas credenciais de novos embaixadores devem ser dirigidas ao Conselho Federal, e não ao presidente de turno;
- o presidente de turno não é, tampouco, um chefe de governo. Pode ser visto, no máximo, durante seu mandato de um ano, como um "primus inter pares" nas deliberações do Conselho Federal;
- mesmo que se tenha a impressão geral de que, na prática, a Suíça não chega a constituir um modelo distinto de federação, a cultura política enfatiza a importância e a autonomia dos Cantões. O país foi formado "de baixo para cima", pela união progressiva desses Cantões, e não a partir de um núcleo central, "de cima para baixo". Manteve-se, em seu nome oficial, a memória histórica desse fato – "Confederação Suíça". As principais áreas de atuação dos Cantões são a segurança pública, educação e saúde;
- há apenas quatro breves períodos de sessões plenárias durante o ano, e os parlamentares não dispõem de escritórios e estruturas de apoio em Berna. No exercício de seus mandatos, continuam a atuar, paralelamente, suas respectivas profissões;
- por fim, naquela que talvez seja a característica mais conhecida do seu sistema político, a chamada "democracia direta" tem peso decisivo na vida nacional. Quaisquer decisões do parlamento podem ser submetidas a "referendo", sendo suficiente para tanto recolher 50 mil assinaturas. Ademais, a população pode apresentar propostas legislativas próprias, por meio do mecanismo de uma "iniciativa popular", para a qual são necessárias 100 mil assinaturas.

39. O principal evento no período entre novembro de 2018 e outubro de 2021 foram as eleições nacionais de outubro de 2019. Ainda que algo enfraquecida, não se alterou, fundamentalmente, a característica histórica de predomínio no parlamento dos partidos de centro-direita. O fato marcante do pleito foi o fortalecimento dos dois partidos ecológicos: o Verde e os Verdes Liberais (de orientação econômica liberal).

40. A partir do início da pandemia, em março de 2020, o posto informou regularmente sobre as medidas adotadas pela Suíça. Em sintonia com sua tradição política de busca de equilíbrio e consenso, as respostas da Suíça seguiram caminho intermediário.

41. Como se observou nos demais países em geral, a política interna foi constantemente marcada por embates entre os que demandavam medidas mais rígidas de restrição da vida econômica e social ("grosso modo", partidos de esquerda e sindicatos) e os que, na direção oposta, consideravam excessivas as restrições impostas pelo governo (em particular o Partido Popular Suíço, de orientação conservadora, e as associações empresariais).

Política externa

42. A mais importante questão de política externa durante o período coberto por este relatório de gestão foi a negociação de atualização do marco normativo singular que assegura a participação da Suíça no mercado único UE-EFTA. (Observe-se que a Suíça é membro da EFTA, mas não da área econômica comum UE-EFTA.) Trata-se de questão existencial para a economia suíça. O país debate-se, há décadas, com a busca de um ponto de equilíbrio entre, de um lado, a manutenção de suas margens de soberania e autonomia, de acordo com sua tradição histórica, e, de outro, a necessidade inescapável de integrar-se ao espaço econômico europeu.

43. Em referendo realizado em 1992, a população rejeitou – por estreitíssima margem de 50,3% a 49,7% – a participação da Suíça no espaço único UE-EFTA, com liberdade de circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. Com esse resultado, desfez-se também a perspectiva daquele momento de que a Suíça se movimentaria na direção de plena adesão à UE.

44. Na sequência, de forma a assegurar ampla participação no mercado único, a Suíça assinou, ao longo dos anos, mais de cem acordos setoriais com a UE (a chamada "via bilateral"). Com o decorrer do tempo, contudo, e mais ainda no contexto do Brexit, essa fórmula única de participação flexível passou a demandar a negociação de acordo-quadro para consolidar em um marco único, com aperfeiçoamentos institucionais, a rede de acordos. Após a conclusão de negociação desse documento em 2018, a Suíça recusou-se a assiná-lo, em razão da oposição interna.

45. Em 26/5/2021, o país interrompeu as tratativas subsequentes com a Comissão. Bruxelas passou a não mais modernizar os instrumentos setoriais – o que representa, na prática, erosão progressiva das condições de participação da Suíça no mercado único. No momento, prevalece a imagem de um impasse.

Conjuntura econômica

46. No acompanhamento da conjuntura econômica, o fato mais relevante no período coberto por este relatório foram os impactos da pandemia da COVID-19. O posto informou regularmente sobre as medidas de apoio adotadas pelo governo para fazer frente a esses impactos. Ao final, a economia suíça foi relativamente menos afetada do que na média dos demais países europeus. O PIB teve queda de apenas 2,9% em 2020 e, neste ano, deverá crescer mais de 3%, recuperando-se assim o nível de atividade pré-pandemia. Esse melhor desempenho relativo no contexto europeu pode ser explicado, também, pelo fato de que as restrições à vida econômica e social foram marcadamente menos rígidas na Suíça, como observado acima.

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-LIECHTENSTEIN (cumulatividade)

47. Como no caso da maior parte das missões estrangeiras na Suíça, a Embaixada do Brasil em Berna é responsável, cumulativamente, pelas relações com o Principado de Liechtenstein. A rotina dessas relações é conduzida, via de regra, por meio de contatos com a Embaixada do Principado em Berna.

48. Os deslocamentos a Vaduz ocorrem sobretudo por ocasião da cerimônia de Ano Novo (janeiro), da data nacional (agosto) e do chamado "Dia de Informação aos Embaixadores" (outono). Participei regularmente desses eventos.

49. Os assuntos da relação bilateral tratados com maior frequência pela Embaixada em Berna foram os pedidos de apoio a candidaturas brasileiras em organismos internacionais e a tramitação de temas da cooperação judiciária. O posto informou, ainda, sobre as eleições nacionais realizadas em 7/2/2021 e a posse subsequente de novo gabinete de governo em 25/3/2021.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

50. A Embaixada acompanha, em bases "ad hoc", em resposta a instruções pontuais, assuntos e reuniões da União Postal Universal, agência internacional com sede em Berna. O posto não está formalmente credenciado como Representação Permanente do Brasil junto à organização. Essa representação é rotineiramente exercida por funcionários do MCTI e dos Correios.

51. Está em exame a possibilidade de acreditamento formal do posto. Tratar-se-ia de situação idêntica à de outras embaixadas bilaterais, a exemplo daquela em Viena, igualmente acreditadas como Representações Permanentes junto a organismo(s) internacional(is).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BERNA CONFEDERACÃO SUÍÇA E PRINCIPADO DO LIECHTENSTEIN

Candidata CLÁUDIA FONSECA BUZZI

PERFIL DA CANDIDATA



CLÁUDIA FONSECA BUZZI

Nascida em 31 de julho de 1962 em Presidente Prudente, São Paulo, Cláudia Fonseca Buzzi graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo no ano de 1984. Em 1986, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Foi promovida a Ministra de Primeira Classe em 2015.

Sua primeira experiência profissional como diplomata foi na área de administração, na Divisão do Pessoal. Completou o primeiro estágio de sua formação de diplomata, nos primeiros degraus da carreira, atuando em áreas políticas (assessora do Departamento da Ásia e Oceania em 1990-1991 e subchefe da Divisão da América Meridional), no Cerimonial (1995-1996) e como assessora do Secretário-Geral das Relações Exteriores (1999-2001).

No período de 2009 a 2012 desempenhou-se como coordenadora na Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA). Como chefe de gabinete na Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2012-2014), foi responsável pelo acompanhamento de temas relacionados a migrações e cooperação jurídica, tendo integrado a delegação brasileira à Comissão Mista consular Brasil-Suíça. Foi chefe de gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores (2015-2017), período em que compôs o Comitê de Ética do Ministério.

No exterior, realizou missões transitórias na Embaixada em Santiago (1987), no Consulado-Geral em Hong Kong (1988) e na Embaixada do Brasil em Varsóvia (1989). Realizou missões permanentes na Embaixada em Buenos Aires em dois períodos: no primeiro, de 1991 e 1995, chefiou o Setor de Administração da missão, e entre 2002 e 2006, à frente do Setor Cultural da Embaixada, cuja experiência foi determinante para a escolha do tema de seu trabalho no Curso de Altos Estudos da Carreira de Diplomata: “A literatura como instrumento da diplomacia cultural: reflexões à luz das relações Brasil-Argentina”.

No Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires, foi cônsul-geral adjunta e chefe do setor de Relações com a Coletividade, de 2006 a 2009, e cônsul-geral, de 2017 a 2019.

Ao longo de toda a sua carreira, em meio à transversalidade de temas afetos às funções e cargos que exerceu, em áreas diversificadas, o tratamento de assuntos relacionados à administração e às relações com o Congresso ocuparam um lugar expressivo e a qualificaram a ocupar, neste seu último período na Secretaria de Estado, a Secretaria de Gestão Administrativa (2019/abril 2021) e desde abril de 2021, a Chefia da Assessoria das Relações Federativas e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Entre as condecorações que recebeu destacam-se, ao lado da Grã-Cruz da Ordem do Brio Branco, a Ordem do Mérito Aeronáutico, a Ordem do Mérito Naval e a Ordem do Mérito da Defesa. Dentre as recebidas de governos estrangeiros, a Ordem do General San Martin, da Argentina.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade por administrar competentemente, de forma integrada e com visão global, as relações do Brasil com a Suíça e com o Principado de Liechtenstein em todos os seus âmbitos e níveis, em especial no que se refere à promoção comercial e de investimentos suíços no Brasil, e prestar contas ao governo brasileiro, ao Congresso Nacional, aos entes federados interessados e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

relações Brasil-Suíça. Ter assegurados os interesses brasileiros na Suíça e no Principado de Liechtenstein e promover, em coordenação com os consulados-gerais brasileiros na Suíça, políticas e ações específicas de apoio à comunidade brasileira que vive no país ou por ali está de passagem.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a Suíça e com o Principado de Liechtenstein, fomentando a cooperação bilateral em todos os níveis e apoiando os consulados-gerais na implementação de políticas e ações para proteger e promover a comunidade brasileira que vive na Suíça ou os brasileiros que visitam o país

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar e fortalecer a parceria estratégica do Brasil com a Suíça, bem como a inserção econômica competitiva do País no mercado suíço, com foco no desenvolvimento sustentável e prosperidade da sociedade brasileira.
2. Ampliar a cooperação com a Suíça, nas diversas as áreas de interesse comum.
3. Intensificar a promoção da imagem e da cultura do Brasil na Suíça, mediante diálogo permanente com interlocutores públicos e privados e apoio às diversas formas de expressão cultural e a diferentes tipos de eventos.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais, por meio da identificação de prioridades comuns com a Suíça e da articulação com o governo suíço.
5. Fortalecer as relações bilaterais e com blocos regionais de que a Suíça faz parte.
6. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Suíça, apoiando as empresas que ali investem ou buscam oportunidades de comércio e investimento.
7. Promover os investimentos suíços no Brasil.
8. Promover o turismo suíço no Brasil, pela identificação do perfil do potencial viajante helvético ao País e contatos com operadoras de turismo locais.
9. Contribuir para o desenvolvimento da cooperação científico-tecnológica entre os dois países.
10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do posto, com vistas a aumentar sua eficiência e capacidade de resposta e a melhorar a relação custo-benefício da atividade diplomática do Brasil na Suíça.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

SUÍÇA

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. **Contribuir para a conclusão, assinatura e internalização, pela Suíça, do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio integrada, além da Suíça, pela Noruega, pela Islândia e pelo Liechtenstein), a fim de promover o aumento do fluxo comercial e das exportações brasileiras para o mercado consumidor suíço, por meio da implementação de reduções tarifárias e mecanismos de facilitação de comércio e acesso.**

- *Organizar reuniões com autoridades do governo suíço em favor da solução de pendências e da assinatura do acordo MERCOSUL-EFTA.*
- *Realizar gestões com vistas a prestar esclarecimentos sobre a realidade brasileira, em particular sobre temas considerados relevantes para o meio político e sociedade civil locais, com incidência sobre o Acordo.*
- *Divulgar boas práticas brasileiras, em particular em áreas que possam influenciar a opinião pública local no tocante ao ALC MERCOSUL-EFTA, como preservação do meio-ambiente, estímulo à agricultura sustentável e proteção a povos indígenas.*
- *Acompanhar e produzir relatórios sobre votações populares em temas com potencial impacto no ALC MERCOSUL-EFTA.*
- *Manter diálogo com Embaixadores do MERCOSUL e dos países da EFTA residentes em Berna, com o mesmo objetivo.*
- *Acompanhar e informar o Itamaraty sobre os debates internos com impacto na assinatura e futura implementação do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a EFTA.*
- *Apoiar a elaboração ou a divulgação de estudos de impacto e de oportunidades de negócios ao amparo do acordo.*
- *Efetuar ações de fomento junto a empresas, câmaras e associações comerciais com interesse no acordo.*

2. **Promover o acesso ao mercado suíço para produtos brasileiros.**

- *Realizar ações de divulgação da qualidade e da sustentabilidade da produção e das exportações brasileiras, contribuindo para a promoção da imagem do produto e do serviço brasileiros, inclusive por meio de mídias sociais e iniciativas junto a academia e sociedade civil organizada.*

- *Contribuir para a ampliação do acesso ao mercado suíço para produtos do agronegócio brasileiro, transmitindo aos interlocutores pertinentes a imagem de uma produção agrícola sustentável e dotada de alto grau de tecnologia.*
- *Realizar eventos na Embaixada e/ou em locais de visibilidade em Berna ou em outras cidades suíças para a divulgação do produto do agronegócio brasileiro.*
- *Manter contatos e realizar gestões regulares junto a importadores e distribuidores locais.*
- *Monitorar e identificar feiras comerciais que possam interessar a exportadores brasileiros.*
- *Atuar em prol da diversificação da pauta de exportação de produtos brasileiros à Suíça.*
- *Apoiar novas vendas de aeronaves brasileiras para companhias aéreas suíças, na esteira das duas concretizadas antes da pandemia.*

3. Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com a Suíça, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos.

- *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico.*
- *Organizar eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado suíço.*
- *Interagir com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes.*
- *Apoiar a realização de missões empresariais, de lado a lado.*
- *Organizar palestras dirigidas e manter diálogo com setores produtivos brasileiros.*
- *Apoiar investidores suíços interessados no mercado brasileiro.*
- *Apoiar empresários brasileiros interessados no mercado suíço.*
- *Articular ações integradas com a Apex.*
- *Promover a participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial.*
- *Manter e aprimorar a rotina regular de respostas a consultas comerciais de exportadores brasileiros.*
- *Elaborar estudos de mercado para produtos brasileiros selecionados, em conformidade com instruções recebidas do Itamaraty, em Brasília.*

4. Manter contatos regulares e acompanhar os trabalhos das Câmaras de Comércio.

- *Dar continuidade ao trabalho de estreitamento dos contatos regulares, em particular com a LATCAM (Zurique) e a SWISSCAM (São Paulo), bem como com a CHamBR (Genebra).*
- *Manter contatos regulares com a S-GE (Switzerland Global Enterprise), entidade que "grosso modo" pode ser comparada à APEX.*

- *Divulgar junto às câmaras de comércio notícias de interesse e informações sobre oportunidades de negócios no Brasil.*

5. Contribuir para a ampliação do volume de investimentos brasileiros na Suíça e suíços no Brasil.

- *Acompanhar a implementação da Convenção para Eliminação da Dupla Tributação e informar sobre seu impacto nos investimentos diretos entre os dois países.*
- *Contribuir para a evolução das negociações sobre eventual acordo de cooperação e facilitação de investimentos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros com representantes do governo suíço para tratar da implementação do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-EFTA

2) Número de encontros e reuniões com empresas, câmaras e associações de comércio para a promoção do acordo MERCOSUL-EFTA.

3) Número de eventos sociais organizados pela embaixada, em diferentes formatos (cafés da manhã de trabalho, almoços ou jantares de trabalho, recepções/coquetéis) oferecidas a interlocutores interessados na aprovação do ALC MERCOSUL-EFTA.

4) **Número de postagens e ações de divulgação.**

5) Número de reuniões com empresas importadoras e/ou distribuidoras.

6) Índice de diversificação de empresas com as quais o posto mantém contato comercial regular.

7) Número de telegramas com informações relativas a temas comerciais e de investimento.

8) Quantidade de estudos de mercado para produtos brasileiros.

9) Número de respostas a consultas comerciais de exportadores brasileiros.

10) Número de reuniões com câmaras de comércio.

11) Número de eventos comerciais realizados pelo posto.

12) Número de empresas brasileiras com participação em feiras comerciais na Suíça.

II - Relações políticas bilaterais

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1. Observar e produzir relatórios sobre aspectos relevantes das políticas interna e externa da Suíça.

- *Acompanhar o desenvolvimento das relações entre a Suíça e a União Europeia, notadamente as tratativas subsequentes ao fracasso da negociação para o Acordo-Quadro, que objetivava reunir, em um único documento, os mais de 100 compromissos que regulam a chamada "via bilateral" que assegura amplo acesso da Suíça ao mercado único UE/EFTA.*

- *Acompanhar a publicação das estratégias regionais e temáticas do Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros (DFAE), em particular a relativa à América Latina, que poderá oferecer importantes indicações sobre as expectativas da Suíça para seu relacionamento com o Brasil e o MERCOSUL.*
- *Acompanhar os debates internos acerca da assinatura do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a EFTA.*
- *Acompanhar os temas mais relevantes para o relacionamento bilateral durante as quatro sessões anuais do parlamento suíço.*
- *Acompanhar as iniciativas da diplomacia helvética em matéria de segurança internacional, em particular em sua tradicional área de atuação, a mediação de conflitos e o oferecimento de bons ofícios.*
- *Identificar interesses convergentes e oportunidades de cooperação no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2023, ocasião em que é esperado que ambos os países ocupem assento não-permanente.*
- *Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa da Suíça e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil.*
- *Identificar soluções adotadas na Suíça que possam ser de interesse do governo brasileiro, nas mais diferentes esferas da atividade política.*

2. Aprofundar a parceria estratégica com a Suíça.

- *Fortalecer os mecanismos permanentes de diálogo institucional, no âmbito da parceria estratégica estabelecida em 2008, bem como da Comissão Mista de Cooperação Econômica.*
- *Retomar reuniões regulares do Mecanismo de Consultas Políticas, cuja última edição foi realizada em novembro de 2019.*
- *Manter o acompanhamento dos Diálogos em Direitos Humanos, cuja quarta edição está prevista para 2021.*
- *Retomar reuniões de coordenação consular com a Suíça e exame das perspectivas de cooperação na área da participação das comunidades no exterior em pleitos eleitorais*

3. Administrar e, sempre que possível, ampliar a interlocução com a Chancelaria e demais e instâncias do estado suíço.

- *Manter canais regulares de diálogo e interação com o governo suíço, por meio da Chancelaria (DFAE) e outras autoridades.*
- *Apoiar processos de negociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais.*
- *Representar o governo brasileiro em cerimônias e celebrações oficiais.*

4. **Manter interlocução permanente com governos cantonais.**

   - *Manter rotina de visitas às administrações cantonais, em especial os mais relevantes em termos de peso econômico, político e presença da comunidade brasileira.*

5. **Manter interlocução permanente com parlamentares.**

   - *Manter contatos com parlamentares suíços, com vistas a informar o debate interno sobre temas que interessem ao Brasil.*
   - *Apoiar a instalação do grupo de amizade parlamentar Brasil-Suíça e a incentivar sua atuação, em especial no que se refere à aprovação legislativa, uma vez assinado, do ALC MERCOSUL-EFTA.*
   - *Estreitar laços com o grupo informal de amizade do parlamento suíço para a América Latina.*

6. **Identificar possibilidades de ampliação do arcabouço normativo do relacionamento bilateral.**

   - *Identificar áreas em que possa haver demanda para uma maior institucionalização do relacionamento bilateral, por meio da assinatura de acordos específicos.*
   - *Contribuir para retomada da discussão acerca de eventual acordo sobre proteção de investimentos.*

7. **Apoiar a realização de visitas de alto nível.**

   - *Contribuir para a retomada, pós-pandemia, do ritmo de visitas de alto nível de parte a parte.*

8. **Realizar gestões em favor de candidaturas brasileiras em organismos internacionais.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de telegramas elaborados pela Embaixada sobre temas relevantes, na perspectiva brasileira, de política interna e política externa da Suíça.

2) Número de reuniões com representantes dos governos federal e cantonais e do parlamento.

3) Número de visitas reciprocas de parlamentares brasileiros e suíços

3) Número de reuniões de consultas, no âmbito dos mecanismos permanentes de diálogo já existentes ou que venham a ser criados.

4) Número de visitas de alto nível de parte a parte.

5) Número de eventos sociais organizados pela embaixada, em diferentes formatos (cafés da manhã de trabalho, almoços ou jantares de trabalho, recepções/coquetéis) oferecidas pela embaixada a interlocutores estratégicos para o cumprimento das metas.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1. **Manter interlocução permanente com o secretariado da Comissão Internacional Humanitária de Estabelecimento de Fatos (CIHEF).**

- *Fazer gestões junto ao Secretariado da CIHEF, em atendimento a instrução do Itamaraty.*
- *Representar o Brasil, em atendimento a instrução do Itamaraty, durante as eleições dos membros CIHEF, que ocorrem em Berna a cada 5 anos.*

2. **Acompanhar assuntos e reuniões da União Postal Universal, em coordenação com o Ministério das Comunicações e os Correios.**

- *Manter diálogo com o Secretariado Internacional da UPU, em particular nos temas de contribuições financeiras e eleições.*
- *Acompanhar o processo de acreditação formal do posto junto à UPU.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Número de reuniões com o Secretariado da CIHEF.**
2) **Número de reuniões com o Secretariado da UPU.**

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

1. **Promover a imagem do Brasil como país promotor da paz, da diversidade, do desenvolvimento sustentável e do respeito aos direitos humanos**

- *Monitorar continuamente e informar a respeito de eventuais menções ao Brasil na mídia local, bem como em publicações de ONGs, em particular as voltadas a temas de meio ambiente e de direitos humanos.*
- *Enviar cartas de esclarecimento a veículos da imprensa local, sempre que forem identificadas matérias com informações distorcidas sobre a realidade nacional.*
- *Manter rotina de visitas a redações e contatos com editorias dos principais veículos da imprensa Suíça com vistas a estabelecer diálogo que possa se refletir em*
- *Manter diálogo permanente com o governo suíço e com ONGs, em especial aquelas dedicadas a temas de meio ambiente e de direitos humanos.*
- *Ampliar o perfil do posto nas mídias sociais.*
- *Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas à celebração da Data Nacional na Suíça e ao bicentenário da Independência do Brasil, respeitadas as restrições vigentes em relação à COVID-19*

2. Apoiar a internacionalização da Economia Criativa, da Gastronomia e do Turismo

- *Estimular a divulgação do artesanato regional brasileiro, com o apoio da APEX, do SEBRAE e do SENAC, mediante a realização de eventos em espaços a serem identificados pela embaixada*
- *Realizar, com o apoio da APEX, do SEBRAE e do SENAC, eventos voltados à divulgação da gastronomia brasileira, em particular seu papel no desenvolvimento do turismo no Brasil*
- *Apoiar convites a formadores de opinião para realização de viagens ao Brasil*
- *Apoiar a realização de eventos, na embaixada e em restaurantes locais, com "chefs de cozinha" brasileiros*
- *Manter contatos regulares com os principais operadores turísticos da Suíça e do Brasil;*
- *Fortalecer o diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo na Suíça*
- *Incentivar a realização de estudos para identificação do perfil do potencial turista suíço interessado em viajar ao Brasil*
- *Divulgar novos destinos turísticos que possam atrair o turista suíço em sua ida ou regresso ao Brasil*
- *Divulgar os destinos turísticos brasileiros nas redes sociais do posto, também por meio de campanhas digitais direcionadas ao público suíço.*

3. Ampliar a divulgação da diversidade cultural brasileira, como forma de fortalecer a marca Brasil.

- *Apoiar projetos que se enquadrem na estratégia do Itamaraty de promoção cultural brasileira no exterior, contemplando a diversidade das manifestações culturais brasileiras no Programa de Atividades Culturais do Posto (PACP), elaborado anualmente.*
- *Promover a literatura brasileira e identificar oportunidades no mercado editorial suíço para a produção literária brasileira contemporânea*
- *Apoiar a divulgação da língua portuguesa em sua vertente brasileira*
- *Estimular atores locais que cultivem a cultura brasileira na Suíça e no Liechtenstein.*
- *Identificar, na cena cultural local, possibilidades de acesso e apoio a artistas brasileiros.*
- *Apoiar a participação brasileira anual no Festival de Cinema Latino-Americano em Berna.*
- *Estabelecer e manter contatos regulares com instituições e personalidade suíças ligadas à área cultural, tais como galerias de arte, museus, teatros e festivais de música e de cinema. Apoiar a participação brasileira na ArtBasel, a principal e mais prestigiosa feira de artes em âmbito mundial.*
- *Apoiar o fomento da produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios filmes, seminários e eventos)*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Número de visitas a redações e reuniões com representantes de veículos da imprensa local.**

2) **Número de informações sobre menções positivas ao Brasil nos veículos locais de imprensa.**

3) **Número de eventos com temática cultural brasileira.**

4) **Número de reuniões com instituições e personalidades ligadas à cena cultural.**

5) **Número de eventos sociais organizados pela embaixada, em diferentes formatos (cafés da manhã de trabalho, almoços ou jantares de trabalho, recepções/coquetéis) com vistas a alcançar o objetivo de melhor inserção e divulgação da diversidade cultural brasileira**

6) **Número de publicações sobre o Brasil nas mídias sociais do posto.**

7) **Evolução do público espectador dos filmes brasileiros participantes do Festival de Cinema Latino-Americano e Caribenho de Berna.**

8) **Evolução do número de turistas oriundos da Suíça que visitam o Brasil.**

V – Apoiar a divulgação da promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil e de ações de proteção ao meio ambiente no País

1. **Identificar oportunidades de missões técnicas para intercâmbio de boas práticas**

- *Retomar tratativas para realização de missão agrícola brasileira para apresentação a autoridades suíças das melhores práticas de sustentabilidade na produção agropecuária do Brasil. Planos nesse sentido foram suspensos em razão da pandemia.*
- *Procurar apoio para organizar viagens ao Brasil de associações de consumidores suíços, jornalistas e de representantes de ONGs voltadas para o meio ambiente, para divulgação de "boas práticas" de manejo florestal e de agricultura sustentável.*
- *Manter contatos regulares com órgão técnicos do Governo federal, inclusive por meio da participação em atividades e encontros, voltados para o desenvolvimento da agricultura sustentável.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões de temática ambiental e de desenvolvimento sustentável com representantes do governo suíço.**

2) **Número de missões técnicas para intercâmbio de boas práticas na área de agricultura sustentável.**

3) **Número de viagens ao Brasil de associações de consumidores suíços, jornalistas e de representantes de ONGs**

4) Número de eventos na área de agricultura com participação da Embaixada.

VI – Estimular a cooperação em ciência, tecnologia e inovação

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Suíça.

- *Identificar oportunidades de cooperação bilateral em áreas prioritárias, em sintonia com as diretrizes do Programa de Diplomacia da Inovação.*
- *Aprofundar relações com a "Leading House for the Latin America Region", sob coordenação da Universidade de Sankt Gallen.*
- *Manter atualizado o mapeamento do ecossistema suíço de inovação.*
- *Manter contato regular com a Swissnex, rede global suíça de inovação que conta com representações in loco em grupo seleto de países, entre os quais o Brasil.*
- *Apoiar os programas de cooperação entre instituições de apoio à pesquisa dos dois países, tais como CNPq, CONFAP, Embrapii, SNSF (Swiss National Science Foundation) e Innosuisse.*

2. Apoiar a aproximação científico-tecnológica entre academia e indústria;

- *Apoiar o programa Academy Industry Training Camp (AIT Brazil) organizado pela "Leading House for the Latin America Region".*
- *Acompanhar e apoiar a evolução da parceria e dos projetos conjuntos entre EMBRAPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e Innosuisse (Agência Suíça de Inovação), assim como entre CONFAP e SCNF.*

3. Estimular a mobilização da diáspora científica brasileira na Suíça

- *Manter contatos regulares com o grupo Pesquisadores Brasileiros na Suíça (PUBSuíça), bem como apoiar suas atividades, sempre que compatíveis com as diretrizes do Programa de Diplomacia da Inovação.*
- *Identificar possibilidades para realização de eventos multi e interdisciplinares que congreguem pesquisadores brasileiros residentes na Suíça.*

4. Promover a imagem do Brasil como país produtor de tecnologia

- *Divulgar, por meio das redes sociais do posto, o estado-da-arte da produção científico-tecnológica brasileira.*
- *Planejar eventos multi e interdisciplinares com a participação de acadêmicos, pesquisadores, e representantes de empresas e startups de ambos os países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões com representantes de instituições de apoio à pesquisa e inovação.**
2) **Número de startups brasileiras contempladas pelo programa AIT Brazil.**
3) **Número de eventos realizados pela embaixada com vistas ao cumprimento das metas.**
4) **Número de publicações de promoção da imagem do Brasil como país inovador nas redes sociais do posto.**

VII – Estimular a cooperação nas áreas de educação, cultura, saúde, justiça e defesa

1. **Promover cooperação judiciária bilateral.**

- *Contribuir para a manutenção dos canais de comunicação entre autoridades judiciárias do Brasil e da Suíça.*
- *Encaminhar pedidos de cooperação entre autoridades de ambos os países.*
- *Apoiar a tramitação de demandas de extradição e cartas rogatórias de lado a lado.*

2. **Apoiar programas de intercâmbio de estudantes com a Suíça**

- *Divulgar a oferta de bolsas de estudo, por instituições suíças, que possa em particular beneficiar estudantes brasileiros.*

iii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Índice de tramitação dos documentos na área de cooperação judiciaria recebidos pela Embaixada.**
2) **Fluidez do diálogo entre as autoridades centrais de cooperação judiciaria do Brasil e da Suíça**
3) **Número de estudantes brasileiros na Suíça e de estudantes suíços no Brasil, vinculados a programas de intercâmbio acadêmico.**

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso, de forma complementar ao trabalho dos Consulados-Gerais em Zurique e em Genebra

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1. **Coordenar esforços com os Consulados-Gerais do Brasil em Zurique e em Genebra – a embaixada em Berna não dispõe de setor consular – para informar a comunidade brasileira na Suíça e estrangeiros sobre requisitos sanitários para ingresso no Brasil e**

indicação de autoridades locais responsáveis pela implementação das diretrizes de ingresso e de controle sanitário na Suíça.

- *Manter, em contexto de continuidade de medidas de restrição impostas pela pandemia, a publicação regular, em seu site institucional, das Portarias sobre requisitos de ingresso no Brasil, com as respectivas traduções, efetuadas pelo Posto, em francês e em alemão.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) Grau de avanço na elaboração e implementação de mecanismo de coordenação com os Consulados-Gerais do Brasil em Zurique e em Genebra para resposta a consultas da comunidade brasileira e de estrangeiros.

2) Número de portarias sobre ingresso e controle sanitário na Suíça e no Liechtenstein divulgadas, com sua respectiva tradução, no site da Embaixada.

LIECHTENSTEIN

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1. Representar, cumulativamente, os interesses do Brasil junto ao Principado de Liechtenstein.

- *Acompanhar e informar sobre os principais temas de política interna e externa do Principado.*
- *Realizar gestões em prol das candidaturas brasileiras em organismos internacionais.*
- *Manter rotina de tramitação de documentos no âmbito da cooperação entre autoridades judiciárias de ambos os países.*
- *Manter rotina de participação, em Vaduz, nas principais atividades organizadas pelo governo local para o Corpo Diplomático.*
- *Acompanhar os debates internos acerca da assinatura do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a EFTA*

2. Ampliar a divulgação da diversidade cultural brasileira

- *Apoio as atividades da Associação Casa Brasil, criada em 2012,, para promover e divulgar as artes brasileiras no Principado.*

3. Fortalecer a cooperação judiciária bilateral

- *Contribuir para a manutenção dos canais de comunicação entre autoridades judiciárias do Brasil e do Principado do Liechtenstein.*
- *Encaminhar pedidos de cooperação entre autoridades de ambos os países.*
- *Apoiar a tramitação de demandas de extradição e cartas rogatórias de lado a lado.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Número de telegramas sobre temas relativos ao Principado de Liechtenstein.**

2) **Número de contatos com autoridades e representantes diplomáticos do Principado do Liechtenstein.**

3) **Índice de tramitação dos documentos na área de cooperação judiciaria recebidos pela Embaixada.**

4) **Fluidez do diálogo entre as autoridades centrais de cooperação judiciaria do Brasil e do Liechtenstein**

5) **Número de eventos sociais organizados pela embaixada, em diferentes formatos (cafés da manhã de trabalho, almoços ou jantares de trabalho, recepções/coquetéis), para o fortalecimento das relações entre Brasil e Liechtenstein.**

6) **Índice de realização das gestões determinadas pelo Itamaraty em favor de candidaturas brasileiras realizadas junto ao governo de Liechtenstein.**

7) **Índice de atividades realizadas pela Associação Casa Brasil com o apoio da Embaixada.**

***

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/21759.14454-90

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 53, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein*.

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora CLAUDIA FONSECA BUZZI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores submeteu o currículo da diplomata. Nele consta que é filha de Mário Buzzi Filho e Rôsyrene Vieira Fonseca Buzzi e nasceu em Presidente Prudente/SP no dia 31 de julho de 1962. É formada em Direito pela Universidade de São Paulo (1984). A indicada iniciou sua carreira como Terceira-Secretária em 1986, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheira, em 2004; a Ministra de Segunda

SF/21759.14454-90

Classe, em 2009; e a Ministra de Primeira Classe, em 2015. Todas as promoções por merecimento. Em 2007, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada "A literatura como instrumento da diplomacia cultural: reflexões à luz das relações Brasil-Argentina".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: coordenadora da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2009/12); chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2012/14); chefe de Gabinete da Secretaria-geral das Relações Exteriores (2015/17); secretária da Secretaria de Gestão Administrativa (2019/21); e chefe da Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional (2021).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de primeira-secretária na Embaixada em Buenos Aires (2001/06); cônsul-geral adjunta no Consulado-Geral em Buenos Aires (2006/09); e cônsul-geral no Consulado-Geral em Buenos Aires (2017/19). Registre-se, ainda, que a diplomata indicada foi agraciada com distintas condecorações.

Além do currículo referido, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Suíça e Liechtenstein, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

Fundada em 1291, a Confederação Suíça é uma república federal composta por 26 cantões e a cidade de Berna. Topograficamente, o país é dividido entre os Alpes, o Planalto Suíço e a Cordilheira de Jura. Sua população, estimada em 8,4 milhões de habitantes, está majoritariamente situada no Planalto, não obstante os Alpes ocuparem a maior parcela do território.

O país se caracteriza, desde 1815, por sua neutralidade armada, como também por ser o berço do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e sede tanto do Comitê quanto de inúmeras outras organizações internacionais. Embora não faça parte da União Europeia (UE), os suíços participam do Espaço Schengen e do mercado único europeu. Em decorrência de sua política de neutralidade, a Confederação só se tornou membro da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002. Cuida-se de um dos países mais desenvolvidos do planeta com o quinto maior produto interno bruto (PIB) *per capita*. A Suíça ocupa, ainda, a segunda posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

SF/21759.14454-90

No tocante às relações bilaterais, elas datam do reinado de D. João VI que, há duzentos anos, autorizou 100 famílias suíças a se instalarem como imigrantes no Rio de Janeiro. Desde então e sobretudo após o reconhecimento da nossa independência pelos helvécios em 1826, o relacionamento foi se aperfeiçoando. Ele alcançou patamar de parceria estratégica em 2008, sendo o Brasil o principal parceiro comercial suíço na América Latina. Verifica-se, desse modo, cooperação bilateral consistente em vários domínios (ciência e tecnologia, educação, saúde, energia, meio ambiente).

Registre-se, por igual, a presença de importantes empresas brasileiras na Suíça (Vale, Suzano), bem como de grandes empresas suíças em solo brasileiro (Nestlé, Syngenta, Roche, Novartis). Para além disso, o empresariado helvético tem demonstrado crescente interesse em investir no Brasil. A Confederação era, no final de 2019, a quinta principal origem de investimentos direitos no Brasil, com estoque de USD 44 bilhões. No tocante à balança comercial, percebesse persistente desequilíbrio em favor da Suíça. Exportamos ouro não monetário (74%) e aeronaves (10%). Produtos farmacêuticos e orgânicos respondem por 63% das importações brasileiras.

No tocante aos temas consulares, os consulados-gerais em Genebra e Zurique estimavam que 80 mil brasileiros residiam na Suíça em 2020. Esse contingente é atendido pelos referidos consulados.

Sobre Liechtenstein, trata-se de Principado com 160 quilômetros quadrados e população estimada em 38 mil pessoas. É um dos menores países da Europa. Desde o romper do século passado, mantém fortes vínculos com a Confederação Helvética. O Principado adota o franco suíço e delega à nação vizinha as relações exteriores e os serviços telefônicos e postais. O país é uma praça financeira incluída pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) na lista de paraísos fiscais. Liechtenstein é sede de cerca de 75 mil empresas, atraídas pelos baixos impostos. O turismo é, por igual, importante fonte de receitas. Ingressa na ONU em 1990 e participa dos Espaços Schengen e Econômico Europeu (EEE). Calcula-se em 100 o número de brasileiros radicados no país, que são atendidos pelo Consulado-Geral do Brasil em Zurique.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/21759.14454-90

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES*
CPF.: 606.835.207-25
ID.: 9580 MRE

1957	Filha de Lauro Escorel Rodrigues de Moraes e Sarah Escorel de Moraes, nasce em 26 de agosto, em Buenos Aires, Argentina (brasileira, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1981	Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1983	Bacharelado em História pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1985	CPCD - IRBr
1994	CAD - IRBr
2006	CAE - IRBr, "A Política externa do Governo Lagos: a reinserção chilena na América do Sul e as relações com o Brasil"
2006	Mestrado em Ciência Política pela Universidad Andrés Bello, Instituto de Estudios Políticos, Santiago, Chile - conceito: summa cum laude.
Cargos:	
1986	Terceira-Secretária
1991	Segunda-Secretária
1998	Primeira-Secretária, por merecimento
2004	Conselheira, por merecimento
2009	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2016	Ministra de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1987-90	Departamento de Administração, assessora
1990-91	Divisão Especial do Meio Ambiente, assessora
1991-94	Consulado-Geral em Vancouver, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunta
1994-97	Embaixada em Caracas, Segunda-Secretária
1997-99	Divisão da Europa II, Chefe, substituta
1999-2000	Secretaria-Geral, assessora
2000-04	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Primeira-Secretária
2004-07	Embaixada em Santiago, Primeira-Secretária e Conselheira
2007-09	Embaixada em Wellington, Conselheira, Ministra-Conselheira, comissionada, e Encarregada de Negócios, a.i.
2009-15	Delegação Permanente em Genebra, Ministra-Conselheira
2015-16	Divisão de Paz e Segurança Internacional, Chefe
2016-18	Departamento de Organismos Internacionais, Diretora
2018-	Delegação Permanente junto às Nações Unidas e organismos especializados em Genebra, Representante Permanente Alterna
Condecorações:	
1998	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Cavaleiro
1999	Ordem de Danneborg, Dinamarca, Cavalheiro 1ª classe
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2000	Ordem Nacional "Pentru Merit", Romênia, Comendador
2001	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
2013	Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (TST), Grande Oficial
2017	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa

2017	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2017	Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
2018	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz
Publicações:	
2015	"O Brasil e as Nações Unidas: 70 anos" - FUNAG, 2015 (co-organizadora)
2017	"O Brasil e a Minustah - os três "Ds" da cooperação brasileira para o Haiti: diplomacia, desenvolvimento e defesa" - revista Doutrina Militar Terrestre - out-dez 2017 - edição temática: "O Brasil no Haiti, um caso de sucesso (2004-2017)".
2017	"O Brasil e a Proteção Internacional dos Refugiados"- revista Interesse Nacional, 2017

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2021

(nº 580/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 580

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de novembro de 2021.

EM nº 00221/2021 MRE

Brasília, 28 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 911/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 09 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto

Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 09/11/2021, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2996218** e o código CRC **95A85344** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008516/2021-25 SEI nº 2996218

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa I

SUÉCIA





FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Suécia
GENTÍLICO	Sueco
CAPITAL	Estocolmo
ÁREA	450.295 km²
POPULAÇÃO (2020) [1]	10,4 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Sueco (língua nacional), finlandês, meänkieli, sámi, romani, iídiche (línguas locais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Luterana (58%), sem afiliação (34%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (*Riksdag*), com 349 membros
CHEFE DE ESTADO	Rei Carl XVI Gustaf (desde 1973)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Stefan Löfven (desde outubro de 2014, Partido Social-Democrata)
CHANCELER	Ann Linde (desde setembro de 2019, Partido Social-Democrata)
PIB (2020) [1]	US$ 538 bilhões
PIB PPC (2020) [1]	US$ 562 bilhões
PIB PER CAPITA (2020) [1]	US$ 51.800
PIB PPC PER CAPITA (2020) [1]	US$ 54.150
VARIAÇÃO DO PIB [1]	3,1% (2021E); -2,8% (2020); 1,4% (2019)
IDH (2019) [3]	0,945 (7º no *ranking*)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018) [1]	82,56
ALFABETIZAÇÃO (2020) [2]	99%
DESEMPREGO (7/2021) [4]	8,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa sueca (kr)
COMUNIDADE BRASILEIRA [5]	16.814 pessoas

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo da Suécia; (3) PNUD; (4) OCDE; (5) Estimativa do Itamaraty*

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões						
Brasil Suécia	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	1.656	1.486	1.556	1.767	1.410	1.237
Exportações	503	514	466	605	439	381
Importações	1.153	973	1.185	1.350	1.351	1.237
Saldo	-649	-458	-623	-556	-535	-856

Fonte: *ComexVis – Ministério da Economia*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Carl XVI Gustav
Rei da Suécia



Carlos Gustavo nasceu em Solna, em 1946. Recebeu treinamento no exército, na marinha e na força aérea real, recebendo o título de oficial nos três serviços antes de assumir o trono. Completou igualmente estudos em história, sociologia, ciências políticas, direito e economia, nas universidades de Uppsala e Estocolmo. Serviu na missão sueca junto às Nações Unidas e na Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Exterior Sueca (SIDA). Ascendeu ao trono em 1973. É conhecido por seu envolvimento em questões de meio ambiente e preside, desde 1988, o ramo sueco do World Wide Fund for Nature, o WWF. É casado com a Rainha Sílvia, filha da brasileira Alicia Sommerlath.

Stefan Löfven

Primeiro-Ministro da Suécia



Nasceu em Estocolmo em 21 de julho de 1957. Trabalhou como metalúrgico e foi líder sindical. Em 2001, foi eleito Vice-líder do Sindicato dos Metalúrgicos da Suécia (Metall). Entre 2005 e 2012, foi Líder da IF Metall, fusão da Metall com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Suécia. Löfven foi eleito membro do comitê executivo do Partido Social-Democrata em 2006. Em janeiro de 2012, com a renúncia de Hakan Juholt, passou a ocupar a posição de Líder da agremiação e, portanto, a de Líder da Oposição ao então governo de centro-direita. É Primeiro-Ministro da Suécia desde 3 de outubro de 2014.

Twitter: @SwedishPM

Ann Linde

Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia



Ann Christin Linde, nasceu em 4 de dezembro de 1961. Graduada em Ciências Políticas, Sociologia e Economia pela Universidade de Estocolmo, é uma política pertencente à social-democracia sueca. Linde foi Secretária Internacional do Partido Social-Democrata de 2000 a 2013. Durante o mesmo período, esteve no Conselho do Centro Internacional Olof Palmer, onde chegou a ser Vice-presidente.

Atuou como Ministra do Comércio Exterior e Ministra da Cooperação Nórdica e Ministra dos Assuntos e Comércio da União Europeia do Gabinete de Löfven desde 25 de maio de 2016. Foi nomeada Ministra das Relações Exteriores em 10 de setembro de 2019.

Twitter: @AnnLinde

APRESENTAÇÃO

A Suécia está situada na península da Escandinávia, no norte da Europa, e é banhada pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira, a oeste, com a Noruega e, a nordeste, com a Finlândia. A Dinamarca está situada ao sudoeste, do outro lado dos estreitos de Öresund, Categate e Escagerraque. Desde 2000, há ponte em Öresund ligando Malmö, na Suécia, a Copenhague, na Dinamarca.

Com 450 mil km² de área, a Suécia é o terceiro país em território da União Europeia. No entanto, com apenas 10,2 milhões de habitantes, o país possui baixa densidade demográfica (cerca de 22 habitantes por quilômetro). A população está concentrada ao sul do território, onde as temperaturas são mais amenas. A capital é Estocolmo, maior cidade do país. O idioma oficial é o sueco.

Historicamente, a Suécia emergiu como território unificado ao redor do ano 1.000 d.C. As origens do estado sueco, no entanto, são posteriores, remontando ao reinado de Gustav Vasa (1523–60). Em 1905, após a dissolução da união com a Noruega, a Suécia adquiriu, em linhas gerais, sua configuração atual. O país evitou envolver-se em conflitos internacionais e manteve neutralidade ao longo do século XX. A despeito de ter sido potência militar até o início do século XVIII, a Suécia caracteriza-se atualmente por promover política externa em prol da paz e do multilateralismo.

A população sueca passou a usufruir de um dos mais altos padrões de vida do mundo após a II Guerra Mundial, com a adoção de generoso estado de bem-estar social. Após experimentar turbulências financeiras na década de 1990, o país passou por ambicioso programa de reformas econômicas com ênfase no equilíbrio fiscal, sem sacrificar os gastos sociais. Atualmente, o país é considerado um dos mais inovadores do mundo, com um setor dinâmico de *startups* e novas tecnologias e uma economia ancorada nas exportações.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Estocolmo	Nelson Antonio Tabajara de Oliveira (desde dezembro de 2018)
Embaixador da Suécia em Brasília	Johanna Brismar Skoog (desde setembro de 2019)
Cônsul-geral da Suécia no Rio de Janeiro	Renato Pacheco Neto
Cônsul-geral da Suécia em São Paulo	Louise Anderson

A relação de amizade entre o Brasil e a Suécia tem raízes nos laços entre a Família Real brasileira e a sueca (Dona Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, era irmã da Rainha Josefina, consorte do Rei Oscar I da Suécia) e no estabelecimento de colônia sueca no Brasil, no final do século XIX. As relações diplomáticas Brasil-Suécia foram estabelecidas em 1826. Os primeiros contingentes de imigrantes suecos chegaram ao Brasil em 1890. Em 1909, foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. Os investimentos no Brasil começaram com a pioneira Ericsson em 1924. Aumentaram e diversificaram-se a partir de 1946, concentrando-se em São Paulo, onde em 1953 foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira.

Em 1984 o relacionamento bilateral mudou de patamar, com a Visita de Estado do Rei Carl XVI Gustav e Rainha Sílvia ao Brasil. Foi assinado Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica e criada a Comissão Mista Bilateral. Desde então, há fluxo regular de visitas e contatos entre autoridades dos dois países. A presença de cerca de 220 empresas suecas no Brasil, o volume do comércio bilateral e dos investimentos suecos no país e o fluxo de turistas suecos conferem grande vitalidade às relações Brasil-Suécia.

Desde 2009, com o estabelecimento do Plano de Ação da Parceria Estratégica, o Brasil mantém com a Suécia relação estratégica que, além da fluidez do diálogo político, prevê maior interação na área econômico-comercial e o desenvolvimento de projetos conjuntos em diversos campos. Esse documento programático foi atualizado no Novo Plano de Ação, de 2015, que recomenda iniciativas para a efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais, de modo a reforçar a cooperação nas áreas de comércio e investimentos, defesa, educação, ciência, tecnologia e inovação, meio ambiente, energias renováveis, seguridade social e cultura.

Nesse contexto, vale ressaltar a realização de diversos eventos bilaterais de alto nível como a Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, o Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), o Grupo de Trabalho em Alta Tecnologia Industrial Inovadora (GTATI), o Diálogo Político-Militar (formato 2+2), o Mecanismo de Consultas Políticas e o Conselho de Líderes Empresariais e a Semana da Inovação Brasil-Suécia. Também como resultado do Novo Plano de Ação, os países acordaram

memorando de entendimento sobre Mineração Sustentável e iniciaram negociações para convênios nas áreas de previdência social e bitributação.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

Desde 2007, diversas visitas oficiais contribuíram para renovar o interesse mútuo no aprofundamento do diálogo político e da cooperação econômica entre Brasil e Suécia. Pode-se citar a visita de estado do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2007, a sua viagem a Estocolmo para participar da Cúpula Brasil-União Europeia, em outubro de 2009, bem como a visita oficial da então Presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2015. Em agosto de 2012, atendendo a convite do então Vice-Primeiro-Ministro Jan Björklund, o então Vice-Presidente Michel Temer realizou visita oficial à Suécia. Cabe destacar, também, constantes visitas em nível ministerial para a Suécia, sobretudo no âmbito do Ministério da Defesa.

Também contribuíram para adensar as relações bilaterais a visita ao Brasil do então Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt, em maio de 2011, e a viagem do Primeiro-Ministro Stefan Löfven para participar, em janeiro de 2015, da cerimônia de posse de Dilma Rousseff, com quem manteve reunião bilateral no dia seguinte. O Rei Carl XVI Gustav e a Rainha Silvia, realizaram visita oficial ao Brasil em abril de 2017, no contexto da realização do *Global Child Forum* e de reunião do Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia, em São Paulo. Na ocasião, os monarcas suecos se avistaram com o então Presidente Michel Temer e a Primeira-Dama e foram homenageados em almoço em Brasília.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os fluxos comerciais entre o Brasil e a Suécia têm observado quedas na última década, tendo, em 2020, alcançado US$ 1,6 bilhão, com diminuição de 9,7% em relação a 2019. As exportações brasileiras para a Suécia foram de US$ 381 milhões (-13,2%), o que representou 0,2% do total das exportações brasileiras, ao passo que as importações a provindas da Suécia, de US$ 1,2 bilhão (-8,5%), representaram 0,8% do total das importações brasileiras. O saldo comercial bilateral manteve-se desfavorável ao Brasil em US$ 856 milhões. A Suécia, assim, figura em 55º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e no 25º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram minérios de cobre e seus concentrados (39%); café não torrado (25%); e equipamentos de telecomunicações (4,8%). A pauta importadora é composta por parte e acessórios de veículos automotivos (21%); aeronaves e outros equipamentos correlatos (7,1%); e motores de pistão e duas partes (5,8%).

Segundo o Banco Central, em 2019 havia US$ 5,4 bilhões de capital sueco investidos no Brasil pelo critério de participação no capital (20º maior) e US$ 3,2 bilhões pelo critério de controlador final (23º maior). Grandes empresas suecas de renome e atuação mundial mantêm unidades produtivas no Brasil, tais como Scania, Ericsson, Electrolux, Stora Enso (por meio da *joint-venture* Veracel), SKF e Tetra Pak. Estima-se que haja mais de 60 mil pessoas trabalhando em cerca de 220 empresas

suecas no Brasil. Devido à concentração dessas empresas em São Paulo, a cidade é considerada a segunda cidade industrial da Suécia.

O principal projeto de parceria e investimentos de empresas suecas no Brasil refere-se ao projeto de construção dos caças militares Gripen, da empresa SAAB. A empresa construiu fábrica em São Bernardo do Campo, em São Paulo, que irá produzir estruturas para o Gripen. Em novembro de 2016, a SAAB e a Embraer Defesa e Segurança inauguraram, em Gavião Peixoto, Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen. O centro será *hub* de desenvolvimento tecnológico do Gripen no Brasil.

Da perspectiva de inserção das empresas brasileiras no mercado sueco, atuam atualmente naquele país as empresas Stefanini (Consultoria e Assessoria em Informática), a Fitesa (fabricante de tecidos de polipropileno *nonwoven* para aplicação nas áreas de higiene e especialidades médicas e industriais) e a Weg (fabricante de equipamentos eletroeletrônicos).

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Em novembro de 2019, a Ministra de Comércio Exterior da Suécia, Anna Hallberg, apontou a promoção do livre comércio como prioridade diante do protecionismo internacional que ressurge. Nesse contexto, disse que acordos como o MERCOSUL-UE são importantes para a Suécia. Na questão ambiental, o país deverá seguir o consenso europeu no que diz respeito ao acordo.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

Na área de defesa, houve a celebração, em outubro de 2014, do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a Saab para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen NG, ao custo aproximado de US$ 5,4 bilhões (o maior contrato de exportação da história da empresa sueca). Em agosto de 2015, houve a assinatura do contrato financeiro, o que marcou o aprofundamento da cooperação em aeronáutica militar. Essa parceria no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação entre Brasil e Suécia.

O cronograma do projeto encontra-se em consonância com os prazos previstos no contrato. A cerimônia de entrega do primeiro caça ocorreu em setembro de 2019, em Linköping, e contou com a presença do então Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, e outras autoridades das Forças Armadas. O início da produção de partes do caça no Brasil, na unidade da SAAB em São Bernardo do Campo (SP), começou em julho de 2020. Em 20 de agosto do mesmo ano, foi realizado, na Suécia, o primeiro voo pilotado por oficial brasileiro em um Gripen E. Em setembro de 2020, o primeiro caça, agora batizado de F-39, chegou ao Brasil para novos ensaios e testes.

Nesse contexto, cabe ainda destacar a realização periódica do Diálogo Político-Militar (formato 2+2), que teve sua quarta edição organizada em fevereiro de 2020, em Brasília, e do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), que realizou sua sexta reunião em novembro de 2020.

COOPERAÇÃO EM ENERGIA

Em matéria de energia, o Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, foi firmado em setembro de 2007. O instrumento estabeleceu o marco legal dessa vertente do relacionamento bilateral. Com a instituição de Grupo de Trabalho (GT) de Alto Nível, os dois países procurariam promover o diálogo sobre política energética e encorajar a cooperação em pesquisa e desenvolvimento na área da bioenergia.

Também vale destacar a realização do Seminário sobre a Bioeconomia, em Estocolmo, em outubro de 2017, que congregou atores governamentais, empresariais e acadêmicos do Brasil e da Suécia. O seminário permitiu a identificação de interesses convergentes acerca de uma maior participação da biomassa nas soluções voltadas para a mitigação da mudança do clima, como a utilização de biocombustíveis com alto desempenho em termos de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No tocante a ciência, tecnologia e inovação, constituiu importante passo na cooperação bilateral a criação, em 2011, do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), com expressivo suporte financeiro da SAAB. Com sedes em São Bernardo do Campo e Gotemburgo, o CISB propõe-se a ser espaço de inovação aberta a empresas, agências governamentais e instituições acadêmicas do Brasil e da Suécia, com foco no setor aeronáutico, mas também abrangendo outros temas, como desenvolvimento urbano. Nesse sentido, vislumbra-se a possibilidade de que a bem-sucedida parceria Brasil-Suécia no âmbito do projeto Gripen poderá gerar transbordamentos para áreas estratégicas da indústria da inovação tais como nos campos relacionados à inteligência artificial (IA) e às novas tecnologias de transporte.

DIPLOMACIA CULTURAL

O intercâmbio cultural entre os dois países é relevante e tem seu eixo principal na promoção da literatura brasileira. O Brasil se faz presente na Feira do Livro de Gotemburgo, a terceira maior da Europa, desde 2014, ano no qual o país foi homenageado pela organização do evento como *country in focus*. Existe interesse pela literatura nacional, sendo a Suécia o sétimo maior mercado consumidor de escritores brasileiros. Exemplo disso é que se registrou a publicação de pelo menos dois títulos brasileiros por ano, nos últimos cinco anos. Em 2020, serão lançados Roça Barroca, de Josely Batista Vianna, e Correspondências, de Clarice Lispector.

A promoção do audiovisual brasileiro também se faz presente na Suécia. O Festival BrasilCine ocorre há onze anos, com nomes e formatos distintos, sempre se adaptando às necessidades e restrições locais. O evento contou com o apoio da Embaixada em quase todos os anos.

O *Brazilian Day*, cujo propósito essencial é a promoção do Brasil como destino turístico, tem sido organizado anualmente pela Embaixada do Brasil desde 2010 na Kungsträdgården, principal praça de Estocolmo e local onde são realizados os mais importantes eventos públicos da cidade. Em 2019, o festival cumpriu seu 10º ano, ocasião em que houve apresentações de uma ampla gama de atrações musicais para cerca de doze mil pessoas.

CONSULTAS POLÍTICAS

Brasil e Suécia possuem mecanismo de consultas políticas firmado em 2009. Contudo, é possível observar reuniões do gênero ocorrendo desde 1997. Até o momento, foram realizadas cinco reuniões nesse âmbito: 1997 (Brasília), 2006 (Brasília), 2007 (Estocolmo), 2016 (Brasília) e 2017 (Estocolmo). Todas as reuniões ocorreram em nível de Subsecretários (salvo a de 2006, que foi em nível de Secretários-Gerais).

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira residente na Suécia é estimada em 16.814 pessoas, segundo dados levantados em dezembro de 2020. Esse número inclui 10.725 cidadãos nascidos no Brasil e 6.089 cidadãos nascidos na Suécia, em que um ou ambos os pais são brasileiros. A comunidade é composta majoritariamente por mulheres e concentra-se, principalmente, nas três maiores cidades suecas, sendo que 30% encontra-se em Estocolmo, 16% em Gotemburgo e 15% em Malmö (dados de 2018). Ademais da embaixada do Brasil em Estocolmo, existem consulados honorários em Gotemburgo e em Malmö.

IDEA INTERNATIONAL

O Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA International), organização intergovernamental orientada a promover a democracia globalmente, tem sede em Estocolmo. O Instituto provê assistência em eleições e também em processos de transição, com expertise em justiça transicional, elaboração de constituição e justiça restaurativa. O Instituto ainda presta assistência técnica a partidos políticos e a parlamentos. Desde sua adesão, em 2016, o Brasil tem participado ativamente da organização. O IDEA celebrou 25 anos de existência em 2020 em meio a questionamentos. Os principais doadores (Suécia, Noruega, Suíça e Países Baixos) vêm reduzindo suas contribuições e participações na instituição.

Em 2015, ocorreu visita à Suécia do então Presidente do TSE, Ministro José Antonio Dias Toffoli, e do então Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Aloysio Nunes Ferreira, por ocasião do 20º aniversário do Instituto.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O Reino da Suécia é uma monarquia parlamentarista cujo chefe de Estado é o rei Carl XVI Gustav, desde 15 de setembro de 1973. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, nomeado – por consenso entre os partidos – pelo parlamento (*Riksdag*), que é unicameral e composto por 349 membros, eleitos para mandatos de quatro anos. A eleição é feita pelo sistema proporcional com lista aberta e o sistema parlamentar dispõe de cláusula de barreira de 4%. O parlamento nomeia o Primeiro-Ministro para formar o governo. Como chefe de governo, o *premier* seleciona os membros do gabinete ministerial.

O sistema judiciário é dividido em dois sistemas paralelos: as cortes administrativas, para casos entre o governo e cidadãos privados, e as cortes gerais, para casos civis e criminais. Ambos os sistemas possuem três níveis, sendo que, no topo, estão, respectivamente, a Suprema Corte Administrativa e a Suprema Corte.

CONTEXTO RECENTE

Como resultado das eleições gerais de setembro de 2018, os partidos passaram a ter a seguinte representação no *Riksdag*: Partido Social-Democrata (100 assentos, centro-esquerda), Partido Moderado (70 assentos, liberal-conservador), Democratas-Suecos (62 assentos, direita nacionalista), Partido do Centro (31 assentos, centro-direita), Partido de Esquerda (28 assentos, esquerda), Democratas Cristãos (22 assentos, direita), Partido Liberal (19 assentos, liberal-conservador) e Partido Verde (16 assentos, centro-esquerda).

O Primeiro-Ministro Stefan Löfven, do Partido Social-Democrata, logrou obter votos suficientes em favor de sua candidatura a novo mandato somente em janeiro de 2019, após três rodadas de consultas ao parlamento. Diferentemente da gestão de Löfven entre 2014-2018, em que, para a aprovação de matérias relevantes, o governo central firmou coligação com o Partido Verde e contou com o apoio informal do Partido de Esquerda, o governo atual decorre de articulação com o Partido Verde e com os Partidos Liberal e de Centro, ambos de centro-direita, que tradicionalmente compunham o bloco de oposição Aliança, em conjunto com os Democratas Cristãos e o Partido Moderado.

A coalizão governamental acima descrita sustentou-se no Acordo de Janeiro, pacote que permitiu a formação do atual governo, com a formalização de 73 propostas que condicionaram o apoio dos quatro partidos ao governo Löfven.

A coalizão durou até maio de 2021, quando o Partido Liberal formou coalizão de oposição, conjuntamente com o Moderado, o Democrata Cristão e o Democratas Suecos.

Após tentativas de outros partidos formarem governo, Löfven foi reconduzido ao cargo.

Em agosto de 2021, o Primeiro-Ministro anunciou que renunciará ao cargo, bem como à liderança do partido Social Democrata. A renúncia se efetivará durante a

convenção da agremiação, a ser realizada novembro de 2021, abrindo oportunidade para a eleição de novo líder e inaugurando, assim, uma campanha dos social-democratas com vistas às eleições gerais de 2022.

POLÍTICA EXTERNA

Para a diplomacia sueca, a arena prioritária de inserção internacional é a União Europeia.

Após ser confirmado no cargo de Primeiro-Ministro, em outubro de 2014, Stefan Löfven manifestou, contudo, a intenção de tornar a Suécia um "strong player". Naquela ocasião, anunciou a decisão de reconhecer o Estado da Palestina, o que de fato ocorreu ainda no final daquele ano – sendo o primeiro Estado europeu a tomar tal decisão. Asseverou não pretender tornar a Suécia membro da OTAN, mas manter seu status de neutralidade. Em diversas ocasiões ao longo de seu primeiro mandato, Löfven expressou sua avaliação de que as ações agressivas da Rússia, isto é, a "anexação ilegal da Crimeia" e a "desestabilização da Ucrânia", constituíam o principal desafio à segurança europeia desde o fim da Guerra Fria. Em seu segundo mandato, iniciado em janeiro de 2019, Löfven parece manter a postura em relação à OTAN e à Rússia. Embora o tema de eventual adesão à OTAN seja constante nas discussões sobre política externa na Suécia, não se vislumbra essa possibilidade no horizonte próximo.

Por sua vez, a chanceler Ann Linde, que também foi reconduzida ao cargo de chanceler no novo gabinete de Löfven, afirmou, na última edição do documento programático Declaração de Política Externa, que os principais desafios internacionais da Suécia são, entre outros, a mudança do clima, o terrorismo e a crise migratória.

Em linhas gerais, a Suécia almeja projetar-se na arena global como potência humanitária, mediante ações como: ativismo na ONU; participação em operações de paz; perfil de relevante doador de ajuda para o desenvolvimento; lançamento de iniciativas sobre questões internacionais, mormente as ligadas à paz, à democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é importante registrar que a Suécia foi membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2017-2018.

Tradicionalmente defensora do multilateralismo, a Suécia é membro das Nações Unidas desde 1946; da União Europeia desde 1995; do Conselho Nórdico desde 1952; da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico desde 1961, do Conselho de Estados do Mar Báltico desde 1992, e do Conselho Ártico desde 1996.

OTAN

As forças armadas do país têm expandido, e em certos aspectos aprofundado, sua cooperação com aquela organização, por meio da participação em reuniões, da intensificação de exercícios militares conjuntos na região do Báltico e até mesmo do envio de instrutores para missões da OTAN no Afeganistão e no Iraque. Talvez o mais importante marco legal dessa cooperação tenha ocorrido em 2016, quando, após quase dois anos de tramitação, o Riksdag aprovou o acordo sobre Apoio de Nação Sede, estabelecendo base legal para futuros exercícios militares da organização em território

sueco. A intensidade de declarações em favor da parceria com a OTAN e da sua relevância para a segurança da Suécia e da Europa também foi significativamente incrementada. O Ministro da Defesa tem tentado obter declarações claras de aliados, como OTAN e EUA, de que, na eventualidade de um conflito em escala maior, a Suécia poderá contar com apoio estratégico militar. Os esforços internacionais nesse sentido, porém, não têm sido frutíferos.

Mais recentemente, tem ganhado força a discussão sobre eventual adesão à OTAN no debate político sueco. Pesquisa de opinião de janeiro de 2020 apontou que apenas 38% dos suecos se opõem à adesão formal à OTAN, em comparação com 47% que se opunham em 2014.

ECONOMIA

A economia sueca estabeleceu-se no mercado internacional mediante expansão estratégica de unidades produtivas no exterior e implementação de rede global de comercialização. A tecnologia de ponta e a inovação, tanto de bens de consumo como de serviços, são dois eixos que permitem a projeção da indústria sueca, conferindo confiabilidade e credibilidade a seus produtos, o que possibilita que se mantenha competitiva com produtos tecnologicamente atualizados e adequados à alta demanda do mercado internacional.

Dentre os principais setores da economia, destacam-se o de telecomunicações, tecnologia da informação, maquinário e automação, indústria química e farmacêutica, veículos automotores, siderurgia, bem como a indústria florestal (madeira e papel/celulose). A taxa de investimento é da ordem de 25% do PIB, enquanto a taxa de poupança é de, aproximadamente, 30%. Apesar de fazer parte da União Europeia desde 1995, a Suécia não adotou o euro como moeda, optando por preservar a coroa sueca.

O setor terciário é o que mais contribui para o PIB, representando cerca de 65% do agregado. Em seguida, está o setor secundário, com cerca de 33% de contribuição. Por fim, a agricultura representa apenas cerca de 2% do PIB.

O crescimento do PIB no ano de 2019 foi fundamentado, principalmente, na alta do consumo das famílias e dos gastos do governo. Em 2020, o PIB sueco encolheu -2,8% devido aos impactos da pandemia do novo coronavírus.

O ambiente de negócios na Suécia é considerado positivo. O país figura em 10º lugar (entre 190 países) no ranking Doing Business do Banco Mundial de 2020, com *score* de 82. Não fosse a posição mediana no critério de acesso ao crédito, o país estaria ainda mais bem colocado. Com relação à liberdade econômica, o país está em 22º lugar (entre 180 países) no Índice de Liberdade Econômica da The Heritage Foundation, refletindo a visão liberal majoritária na política sueca.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2020

Cerca de 51,2% das exportações e 67,5% das importações suecas tiveram como destino ou origem a União Europeia.

Em 2020, as exportações suecas chegaram a US$ 155,6 bilhões, representando queda de 3% em relação a 2019. Os principais destinos das exportações foram Noruega

(10,5% do total), Alemanha (10,4%) e Estados Unidos (8,1%). Os principais produtos da pauta de exportação foram máquinas (15% do total), veículos (13%) e eletrônicos (9,7%).

A Suécia importou cerca de US$ 149,8 bilhões (-6% em relação a 2019), sobretudo da Alemanha (18,2% do total), Países Baixos (9,8%) e Noruega (9%). Os principais produtos importados foram eletrônicos (12,9%), máquinas (12,9%) e óleos e minerais combustíveis (7,8%). A balança comercial do país ficou superavitária em US$ 5,8 bilhões em 2020.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
~1000	Unificação dos povos suecos.
1523	Rei Gustav Vasa é considerado o fundador da Suécia moderna, com introdução da monarquia absoluta e hereditária.
1905	União entre a Suécia e a Noruega é dissolvida pacificamente.
1914	Suécia permanece neutra na I Guerra.
1939	Suécia declara-se neutra na II Guerra.
1946	Suécia torna-se membro das Nações Unidas.
1952	Suécia torna-se membro fundador do Conselho Nórdico.
1953	Diplomata sueco Dag Hammarskjoeld torna-se Secretário Geral das Nações Unidas.
1959	Suécia torna-se membro fundador da Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA).
1971	Substituição das duas câmaras do parlamento por uma câmara eleita proporcionalmente.
1975	Reformas constitucionais removem os últimos poderes do monarca.
1986	O Primeiro-Ministro Olof Palme é assassinado em Estocolmo.
1995	Suécia torna-se membro da União Europeia.
2003	Referendum na Suécia rejeita a moeda única europeia.
2004	A Chanceler Anna Lindh é assassinada em Estocolmo.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1826	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o Reino da Suécia.
1876	D. Pedro II visita a Suécia.
1953	Inauguração da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo.
1984	Visita de Estado do Rei Carl XVI Gustav e Rainha Sílvia ao Brasil.
1998	Missão Real Tecnológica chefiada pelo Rei Carl XVI Gustav ao Brasil.
2002	Presidente Fernando Henrique Cardoso participa de reunião sobre a Governança Progressista, em Estocolmo, a convite do Primeiro-Ministro Göran Persson.
2003	Primeiro-Ministro Göran Persson comparece à cerimônia de posse do Presidente Lula.
2007	Visita de Estado à Suécia do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2008	Visita ao Brasil da Rainha Sílvia, para participar da III Conferência Internacional sobre o Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
2009	Visita ao Brasil da Ministra do Comércio Exterior, Ewa Björling.
2009	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Estocolmo, por ocasião da Cúpula Brasil-União Europeia.
2009	Estabelecimento de Parceria Estratégica Brasil-Suécia.
2010	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt, e do Casal Real.
2011	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt.
2011	Visita ao Brasil da Rainha Sílvia para Conferência no Congresso Nacional sobre o Direito das Crianças, patrocinada pela ONU.
2012	Participação do Rei da Suécia e do Primeiro-Ministro Fredrik Reinfeldt na Conferência Rio+20.
2012	Visita à Suécia do Vice-presidente Michel Temer.
2012	Visita à Suécia do Chanceler Antonio Patriota.
2012	Visita ao Brasil da Ministra da Defesa, Karin Enström.
2013	Visita ao Brasil da Ministra de Indústrias, Annie Lööf.
2013	Visita ao Brasil da Ministra do Comércio, Ewa Björling.
2013	Missão ao Brasil do Rei Carl XVI Gustav e da Real Academia de Engenharia.
2014	Visita à Suécia do Ministro da Defesa Celso Amorim, acompanhado do Ministro-chefe do GSI, do Comandante da Aeronáutica e de outras autoridades.
2015	Visita ao Brasil do Ministro de Indústria e Inovação Mikael Damberg, acompanhado de comitiva empresarial.
2015	Visita à Suécia da Presidente Dilma Rousseff.
2017	Visita ao Brasil do Rei da Suécia, Carl XVI Gustav, e da Rainha Silvia.
2017	Visita ao Brasil do Ministro da Educação da Suécia, Gustav Fridolin.
2017	Visita à Suécia do Ministro da Defesa, Raul Jungmann.
2018	Visita à Suécia do Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra.
2019	Visita à Suécia do Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva.
2021	Visita à Suécia do Ministro das Comunicações, Fábio Faria.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Acordo para a proteção de Marcas Comerciais e Industriais	26/04/1955	Em vigor
Acordo Relativo a Facilidades para a Concessão de Vistos em Passaportes	22/03/1956	Em vigor
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes	04/12/1959	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	Em vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	08/03/1969	Em vigor
Convênio sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia	08/12/1972	Em vigor
Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo	22/09/1971	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda	25/04/1975	Em vigor
Troca de Notas Determinando a Entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos e a República Federativa do Brasil	17/12/1976	Em vigor
Troca de Notas Colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre a República Federativa do Brasil e os Países Escandinavos	30/10/1979	Em vigor
Acordo Relativo às Exportações de Produtos Têxteis	25/04/1983	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	03/04/1984	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Exportação de Produtos Têxteis	14/01/1985	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa	07/07/2000	Em vigor
Anexo Aditivo ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos às Defesa	24/04/2001	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	11/09/2007	Em promulgação MRE
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	11/09/2007	Em vigor
Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	06/10/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	06/10/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento para Parceria e Diálogo sobre Desenvolvimento Global	29/08/2012	Em vigor
Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informação	03/04/2014	Em vigor

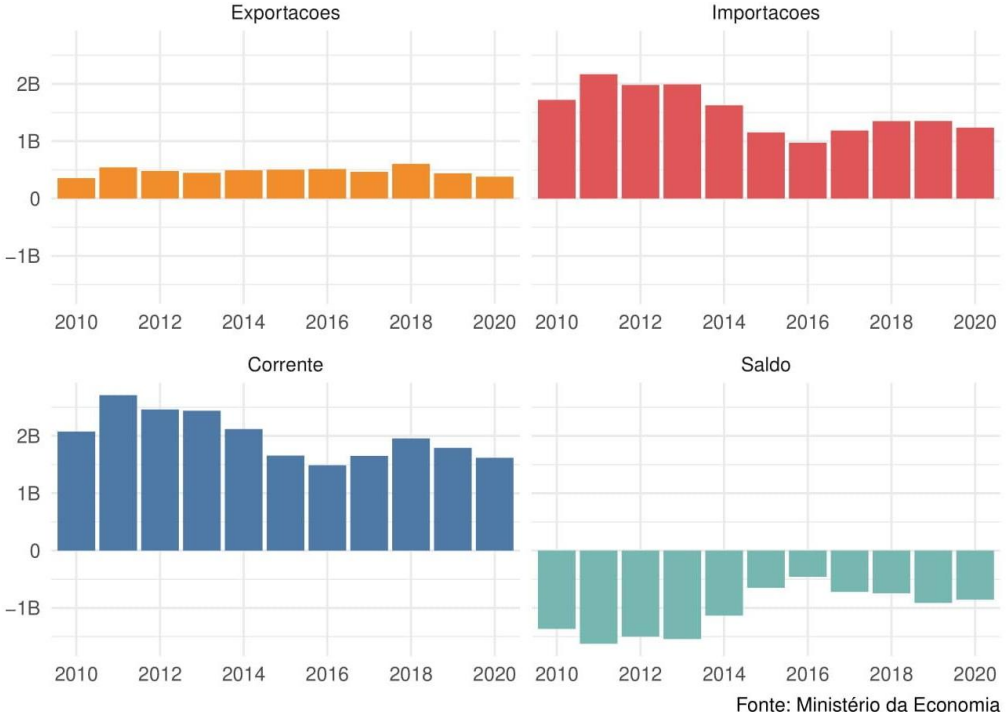
Classificada		
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa	03/04/2014	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Mineração Sustentável	18/10/2016	Em vigor
Protocolo de Emenda à para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda	19/03/2019	Tramitação Congresso

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-SUÉCIA

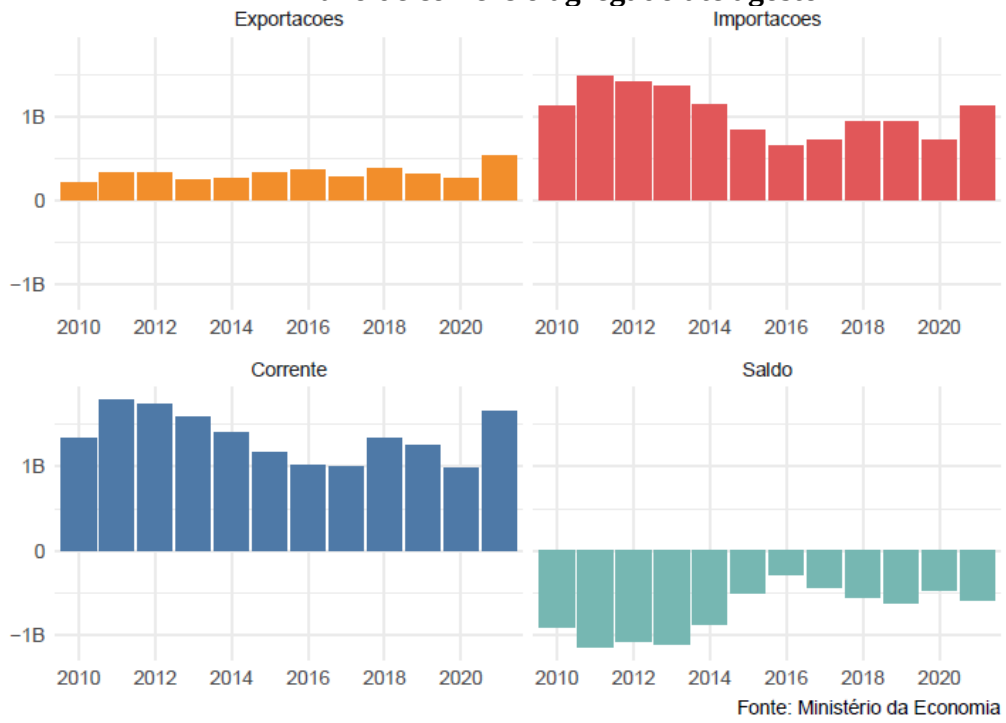
Fluxo de comércio anual



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	381M (-13.240%)	439M (-27.439%)	605M (29.824%)	466M (-9.377%)	514M (2.193%)
Importacoes	1B (-8.51%)	1B (0.11%)	1B (13.87%)	1B (21.86%)	973M (-15.58%)
Saldo	-856M (-193.76%)	-913M (-222.50%)	-745M (-203.54%)	-720M (-256.91%)	-459M (-170.64%)
Corrente	2B (-9.67%)	2B (-8.41%)	2B (18.37%)	2B (11.06%)	1B (-10.18%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	503M (2.139%)	493M (9.845%)	449M (-6.462%)	480M (-11.637%)	543M (52.931%)
Importacoes	1B (-29.10%)	2B (-18.34%)	2B (0.53%)	2B (-8.62%)	2B (25.96%)
Saldo	-649M (-157.30%)	-1B (-173.46%)	-2B (-202.76%)	-2B (-192.39%)	-2B (-218.95%)
Corrente	2B (-21.84%)	2B (-13.16%)	2B (-0.84%)	2B (-9.22%)	3B (30.57%)

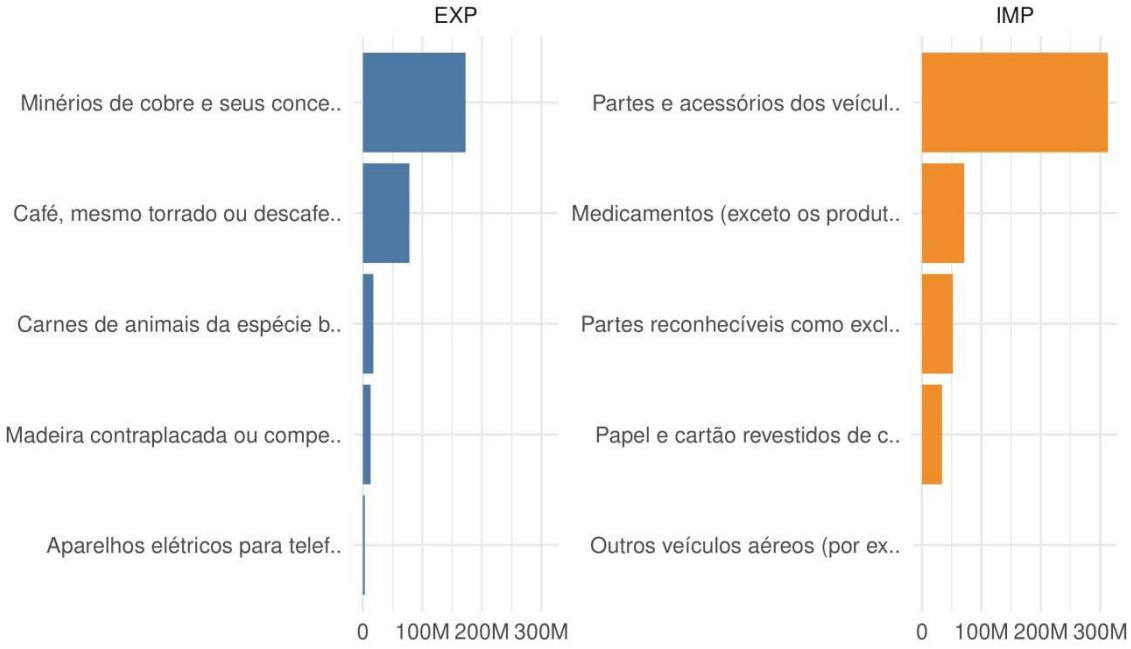
Fluxo de comércio agregado até agosto



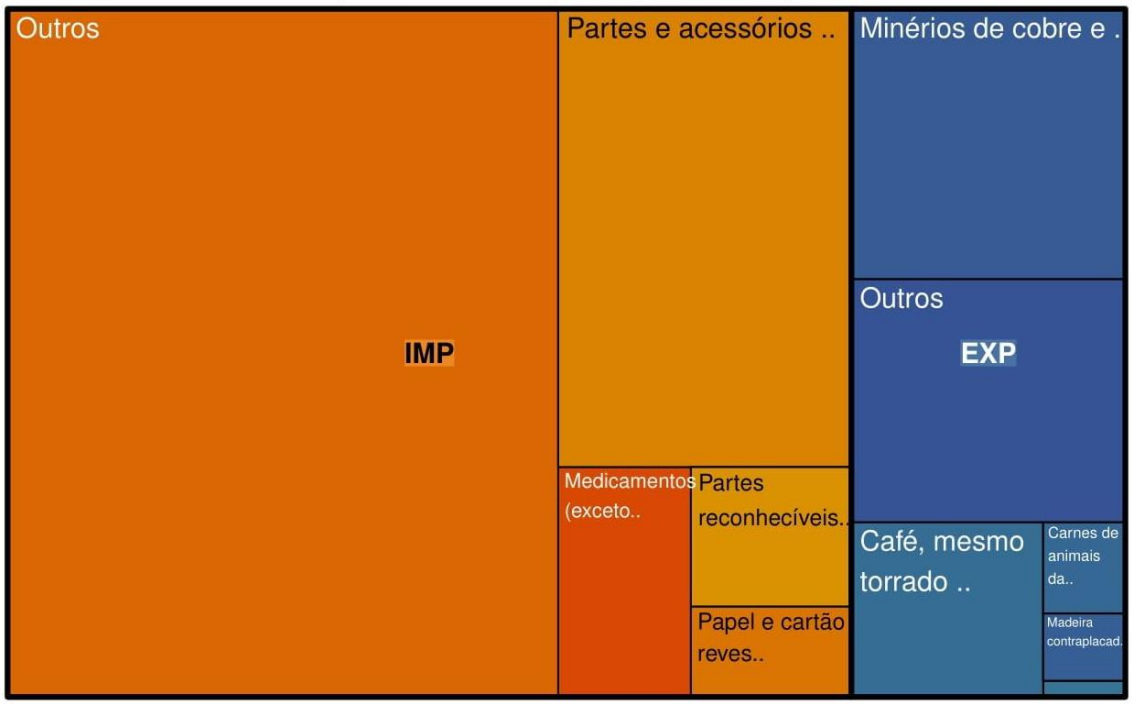
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	532M (105.3%)	259M (-17.4%)	314M (-18.6%)	385M (38.9%)	277M (-23.2%)
Importacoes	1B (54.88%)	726M (-22.24%)	934M (-1.29%)	946M (32.05%)	716M (9.19%)
Saldo	-592M (-226.90%)	-467M (-175.29%)	-620M (-210.62%)	-560M (-227.69%)	-439M (-248.86%)
Corrente	2B (68.144%)	985M (-21.014%)	1B (-6.303%)	1B (33.971%)	993M (-2.317%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	361M (10.3%)	327M (22.6%)	267M (12.4%)	237M (-29.4%)	336M (4.7%)
Importacoes	656M (-21.68%)	838M (-26.90%)	1B (-15.44%)	1B (-3.98%)	1B (-4.27%)
Saldo	-295M (-157.78%)	-510M (-158.06%)	-879M (-178.64%)	-1B (-203.98%)	-1B (-193.23%)
Corrente	1B (-12.691%)	1B (-17.547%)	1B (-11.282%)	2B (-8.872%)	2B (-2.663%)

Principais produtos da pauta comercial em 2020

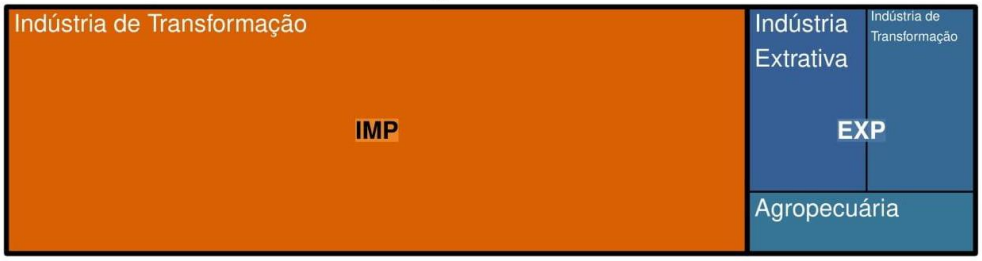


Fonte: Ministério da Economia

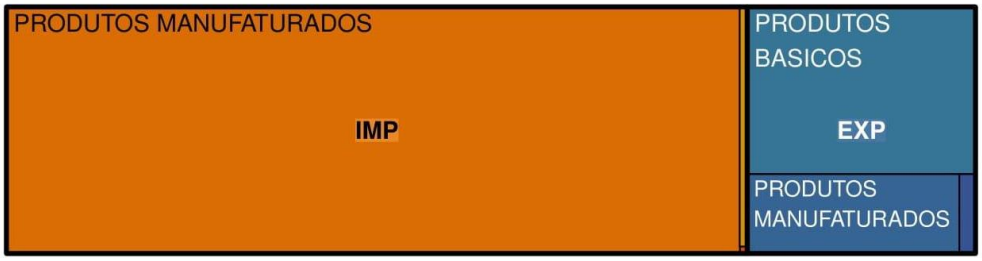


Classificações do comércio

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020

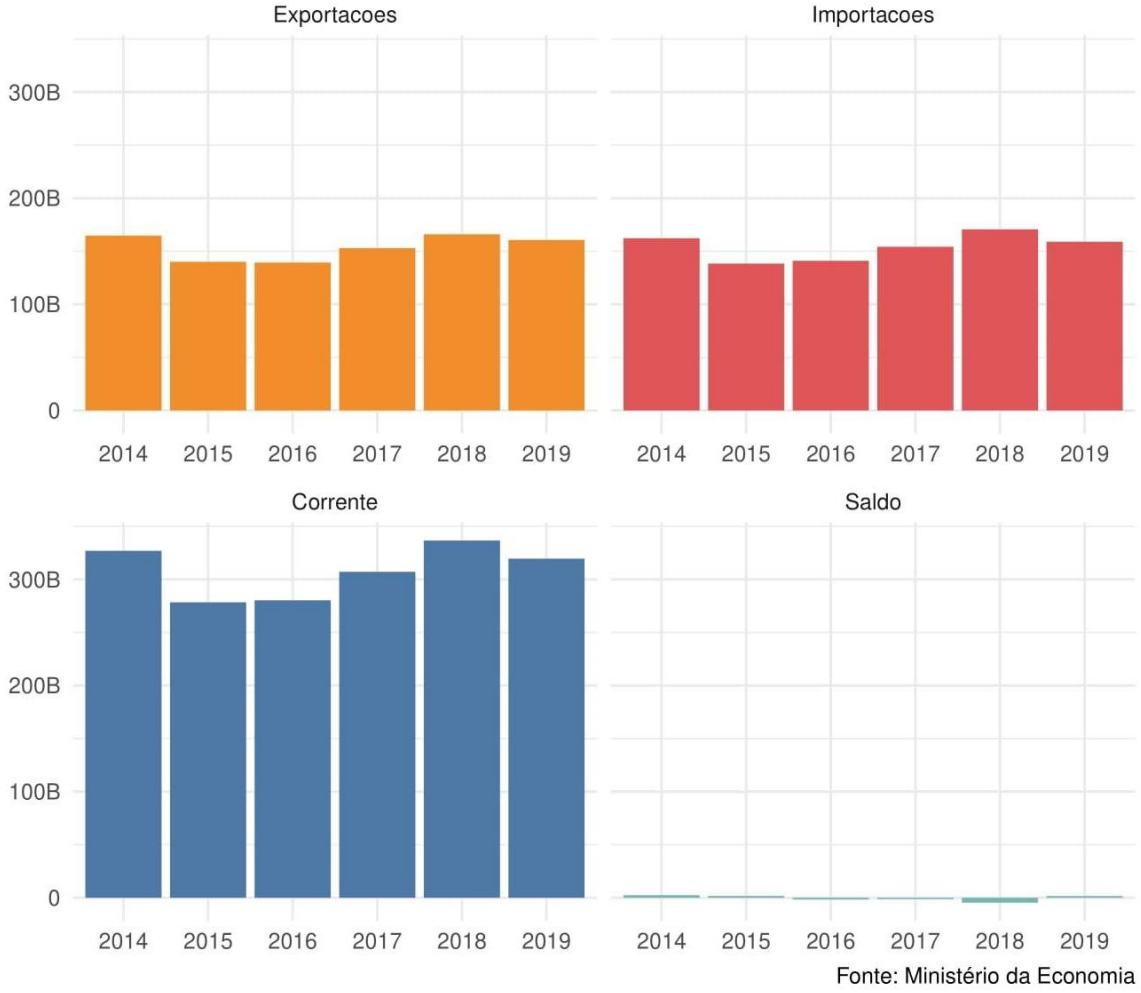


Classificação CUCI em 2020



COMÉRCIO TOTAL DA SUÉCIA

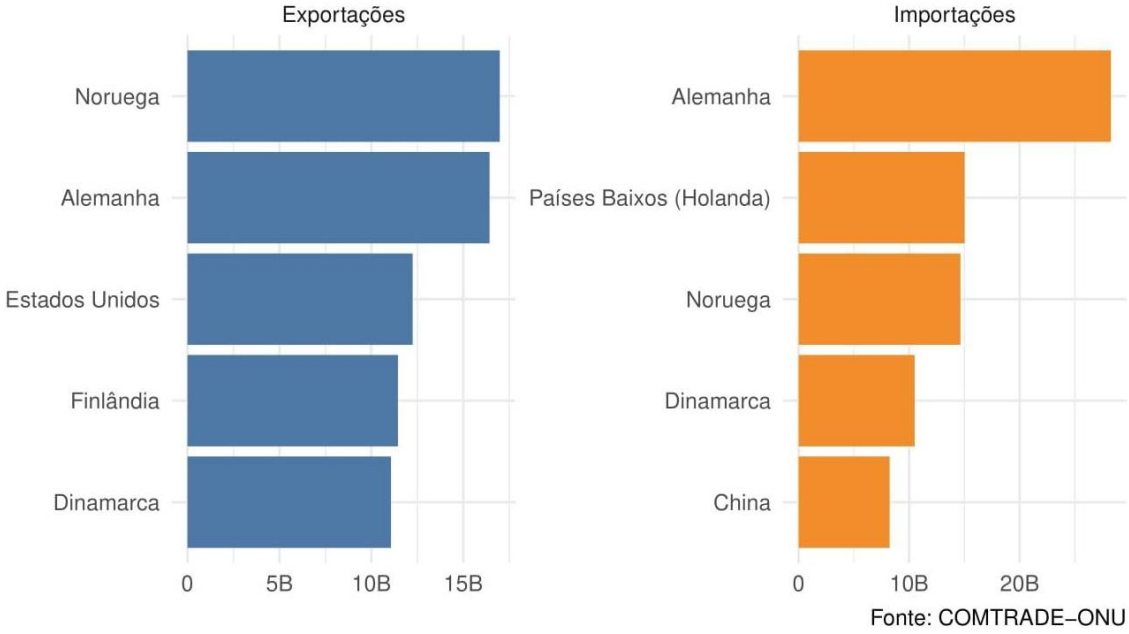
Fluxo de comércio anual

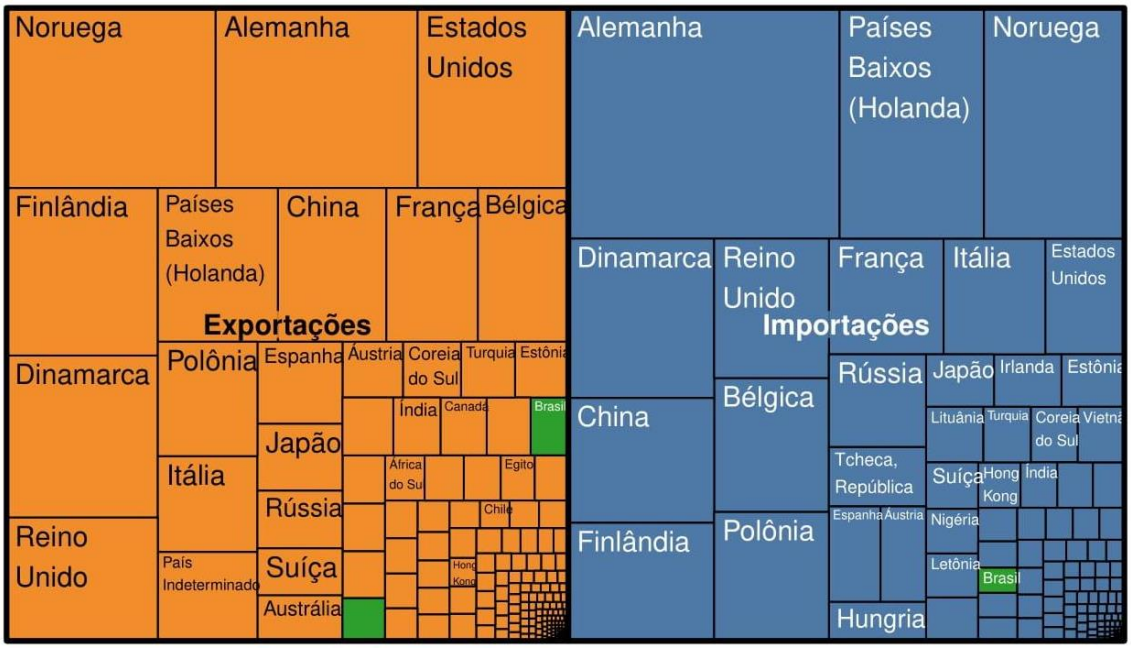


Fonte: Ministério da Economia

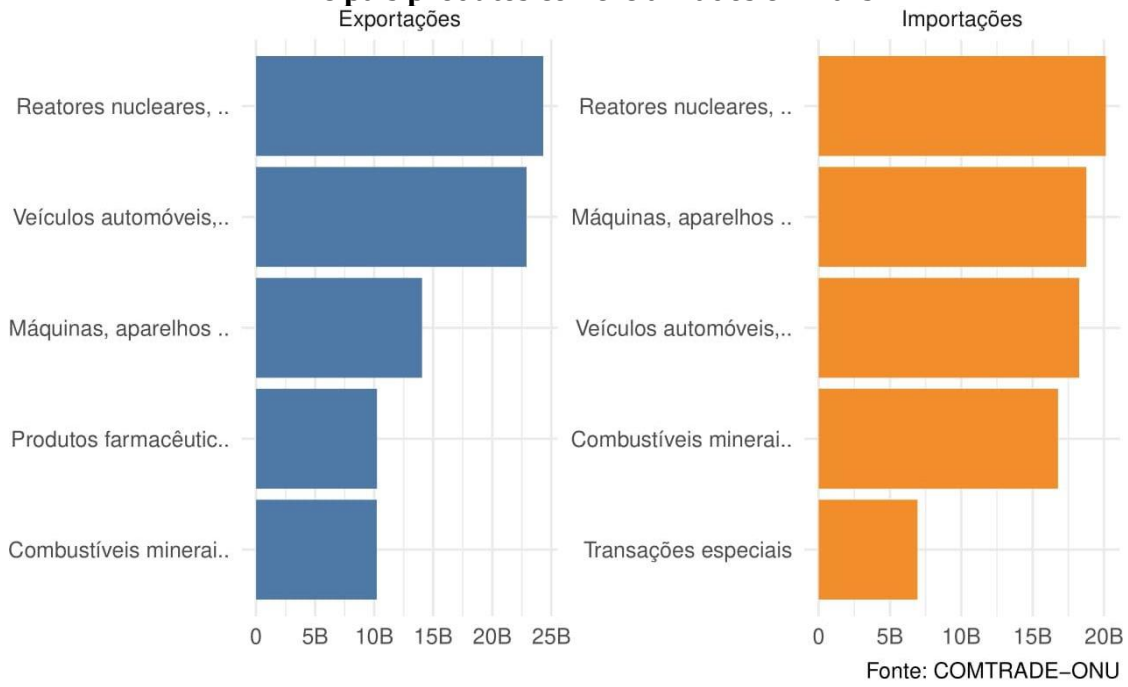
	2019	2018	2017
Exportacoes	160.57B (-3.2%)	165.96B (8.5%)	152.90B (9.8%)
Importacoes	158.96B (-6.8%)	170.59B (10.6%)	154.20B (9.4%)
Saldo	1.61B (-65%)	-4.63B (-458%)	-1.29B (-176%)
Corrente	319.53B (-5.058%)	336.55B (9.591%)	307.10B (9.577%)

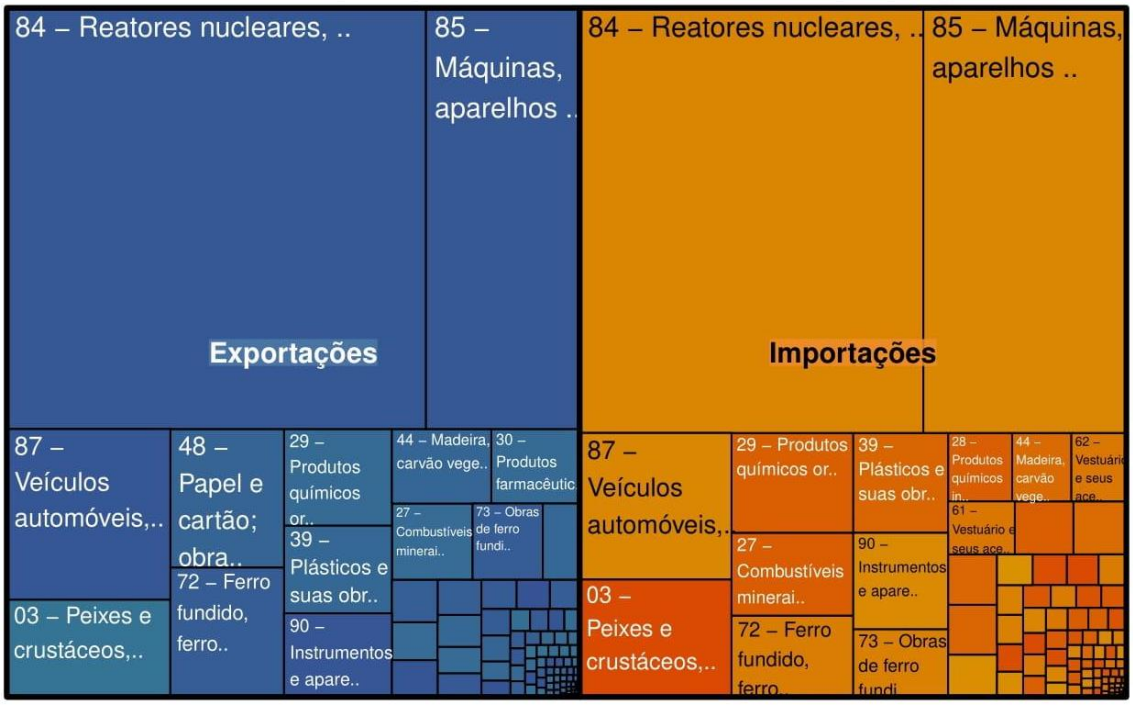
Principais parceiros comerciais em 2019





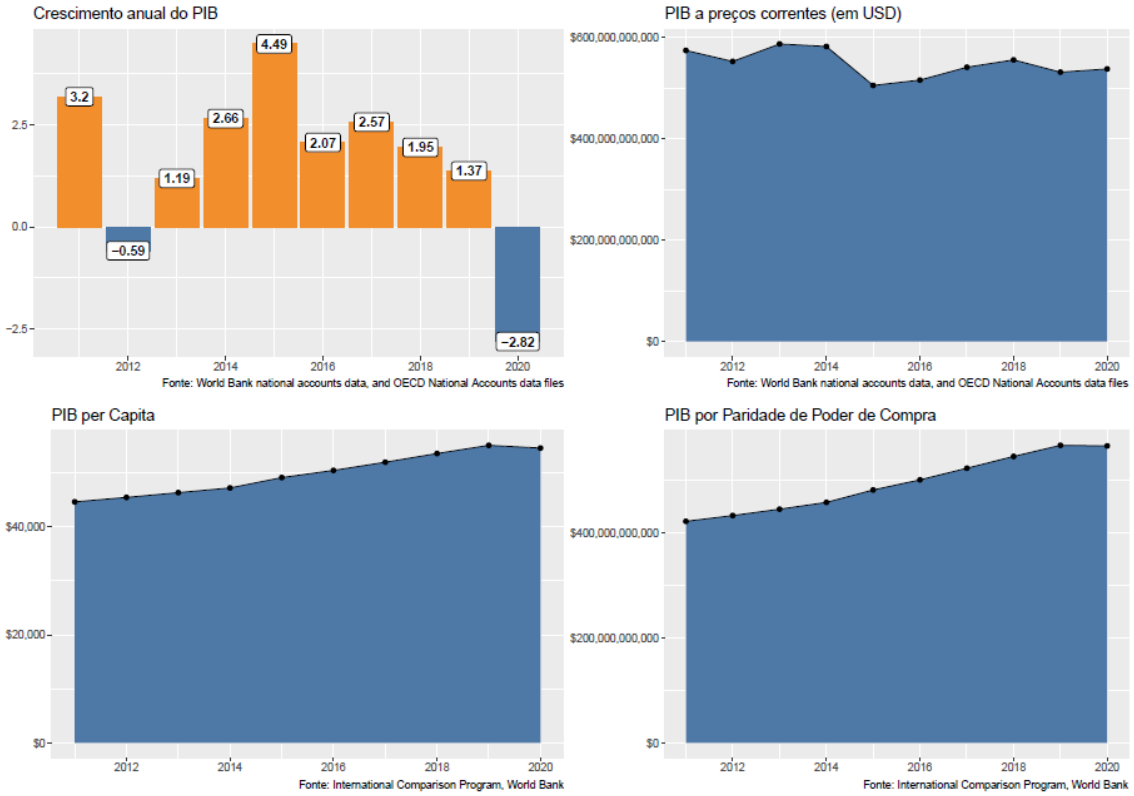
Principais produtos comercializados em 2019



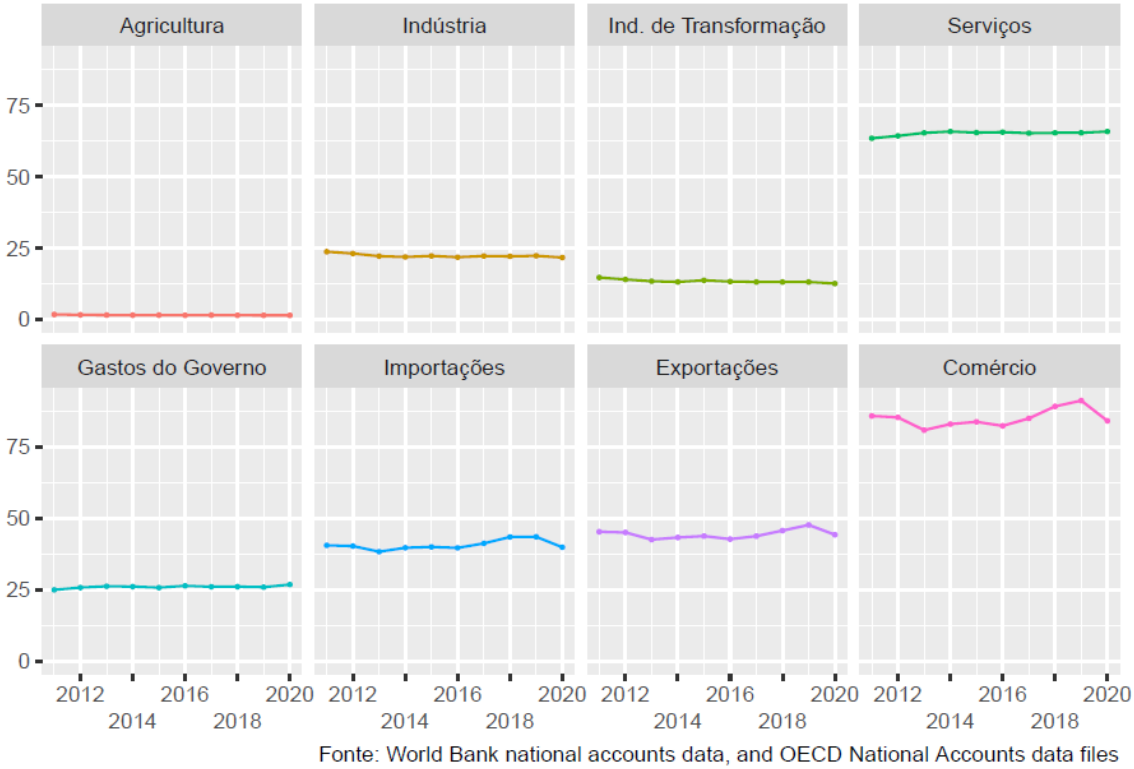


INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

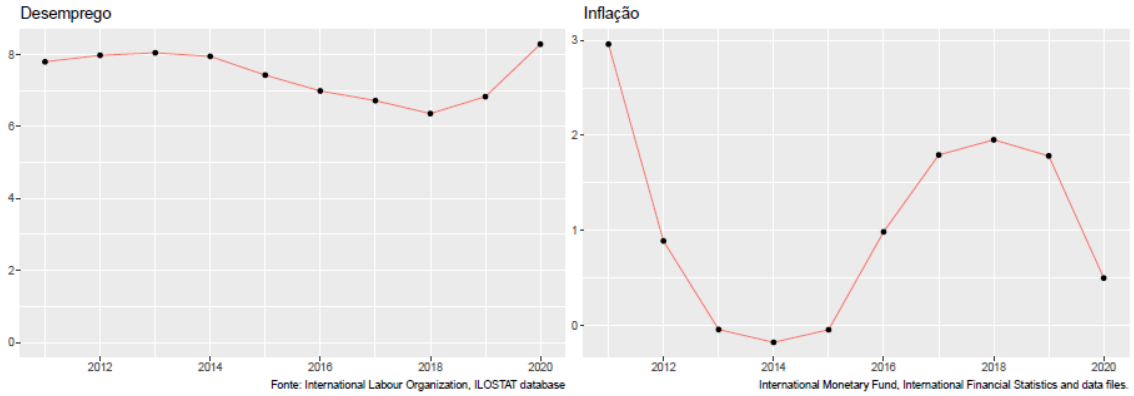
Produto interno bruto (PIB)



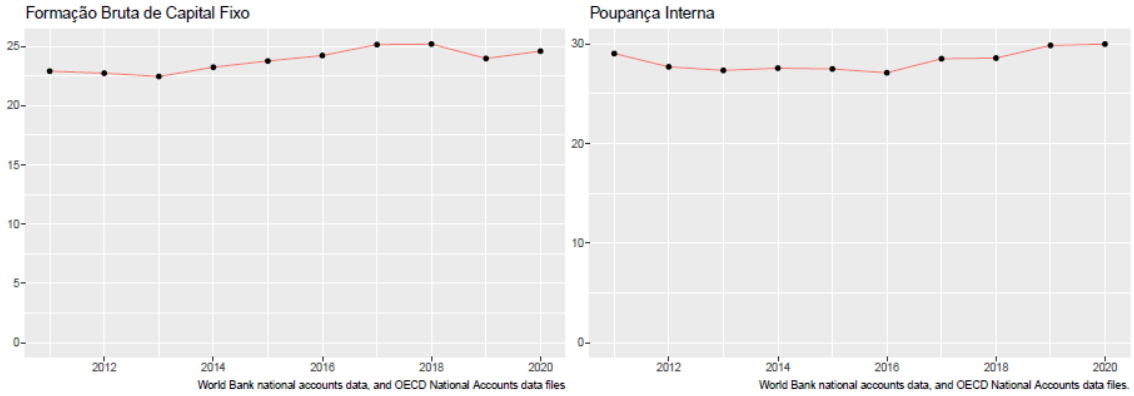
Estrutura da economia em proporção ao PIB



Indicadores de desemprego e inflação



Indicadores de investimentos



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa I

LETÔNIA



FICHA-PAÍS
INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Letônia
GENTÍLICO	Letão
CAPITAL	Riga
ÁREA	64.589 km²
POPULAÇÃO (2020) [1]	1,9 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Letão
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Luterana (34%), católica (25%), outros ou sem afiliação (20%), ortodoxa (19%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (*Saeima*), composto por 100 membros
CHEFE DE ESTADO	Presidente Egils Levits (desde julho de 2019, sem partido)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Arturs Krišjānis Kariņš (desde janeiro de 2019, partido Unidade)
CHANCELER	Edgars Rinkēvičs (desde outubro de 2011, partido Unidade)
PIB (2020) [1]	US$ 33,5 bilhões
PIB PPC (2020) [1]	US$ 60,1 bilhões
PIB PER CAPITA (2020) [1]	US$ 17.560
PIB PPC PER CAPITA (2020) [1]	US$ 31.510
VARIAÇÃO DO PIB [1]	3,9% (2021E); -3,6% (2020); 2% (2019)
IDH (2019) [3]	0,866 – 37º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) [4]	75,24
ALFABETIZAÇÃO (2020) [2]	99%
DESEMPREGO (7/2021) [5]	7,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 50 pessoas

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo da Letônia; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (5) Estimativa do Itamaraty.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões						
Brasil Letônia	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	58,5	29,8	24,0	61,5	94,1	42,4
Exportações	26,6	20,7	13,0	48,2	75,4	23,5
Importações	31,9	9,1	11,0	13,2	18,8	18,9
Saldo	-5,3	11,7	2,0	35,0	56,6	4,5

Fonte: *ComexVis – Ministério da Economia*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Egils Levits

Presidente da República da Letônia



Egils Levits nasceu em Riga, Letônia, em 30 de junho de 1955, durante a ocupação soviética. A sua família emigrou em 1972 e se estabeleceu na Alemanha Ocidental, onde moravam parentes. Lá residiu até 1990, quando a Letônia recuperou sua independência.

Durante o final da era soviética, Egils foi membro da Frente Popular da Letônia e contribuiu para a declaração da renovada independência de seu país em 1990. Foi Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Justiça da Letônia de 1993 a 1994 e embaixador na Hungria, Áustria e Suíça, de 1994 a 1995. Foi então nomeado juiz do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, cargo que ocupou até 2004. Terminou em segundo lugar na eleição indireta para Presidente da Letônia em 2015, atrás de Raimonds Vējonis. Embora independente, ele era o candidato apoiado pela Aliança Nacional. Em 2018, Levits foi nomeado juiz do Tribunal de Justiça Europeu. Elegeu-se Presidente em 20 de maio de 2019, na terceira vez que concorreu às eleições.

Twitter: @valstsgriba

Arturs Krišjānis Kariņš
Primeiro-Ministro da Letônia



Arturs Krišjānis Kariņš nasceu em Wilmington, Delaware (EUA), em 1964. Kariņš visitou a Letônia pela primeira vez em 1984, tendo passado diversos verões no país natal de seus pais até se mudar definitivamente em 1997. Tem doutorado em Linguística pela Universidade da Pensilvânia. De 1999 a 2000, foi presidente de uma empresa de automóveis e material de escritório chamada Formula. Nesse mesmo período, começou a envolver-se com a atividade política, tendo participado da fundação do Partido Nova Era, que se tornaria o atual partido Unidade, pelo qual alcançaria a posição de Primeiro-Ministro, em 23 de janeiro de 2019.

Twitter: @krisjaniskarins

Edgars Rinkēvičs

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Letônia



Nasceu em Jūrmala, em 21 de setembro de 1973. Bacharel em História e mestre em Ciência Política pela Universidade da Letônia. Estudou Relações Internacionais na Universidade de Groeningen, nos Países Baixos, bem como na Universidade Nacional de Defesa dos Estados Unidos, onde se titulou mestre em Estratégia Nacional.

Atuou como jornalista especializado em assuntos internacionais pela Rádio Latviias. Ingressou no Ministério da Defesa em 1995, onde exerceu as funções de *Senior Desk Officer* (1995-1996), Diretor do Departamento de Políticas (1996), Subsecretário de Estado (1996-1997) e Secretário de Estado (1997-2008). Em 2003, foi subchefe da delegação letã que negociou a admissão do país à OTAN. Dirigiu o escritório responsável pela organização da Cúpula da OTAN em Riga, entre 2005 e 2007. Em outubro de 2008, foi designado Chefe da Chancelaria (homólogo da Casa Civil) da Presidência da República. Foi nomeado Ministro das Relações Exteriores em 25 de outubro de 2011.

Twitter: @edgarsrinkevics

APRESENTAÇÃO

A Letônia situa-se ao norte da Europa. É uma das três repúblicas bálticas, junto com Lituânia e Estônia. Riga, capital letã, foi fundada em 1201 por povos germânicos. Em 1285, a cidade tornou-se parte da Liga Hanseática. Em 1621, a região da atual Letônia foi conquistada pela Suécia, em situação que durou até 1710, quando o Czar Peter I, da Rússia, anexou o território.

A Letônia obteve sua primeira independência em 1918, em contexto de enfraquecimento da Rússia no pós-Primeira Guerra Mundial. Porém, em 1940, o país é anexado pela União Soviética. A segunda independência ocorreu somente em 1990, em contexto de dissolução da União Soviética e fim da Guerra Fria. Em 1991, o país tornou-se membro da ONU e, em 2004, da União Europeia e da OTAN. Em 2014, a Letônia ingressou na zona do euro.

O país báltico é uma república parlamentarista. O Presidente é o chefe de Estado, eleito pelo parlamento. O principal órgão executivo é o Conselho de Ministros, liderado pelo Primeiro-Ministro, chefe de governo. O parlamento letão é unicameral, conhecido como *Saeima*, e exerce o poder legislativo.

A economia é fortemente dependente das exportações. A entrada na União Europeia trouxe crescimento para o país. O país adota política fiscal reconhecidamente disciplinada, resultando em condição de estabilidade macroeconômica. Os principais setores da economia são a agricultura, produção de químicos, logística e marcenaria.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Estocolmo (cumulatividade – Letônia)	Nelson Antonio Tabajara de Oliveira (desde dezembro de 2018)
Embaixadora da Letônia para o Brasil (não residente)	Alda Vanaga (desde março de 2012)

Os vínculos entre os povos brasileiro e letão precedem o estabelecimento das relações diplomáticas formais. De acordo com registros históricos, a colonização letã no Brasil teve início em 1890, quando chegaram a Laguna (SC), 25 famílias oriundas de Riga. O fluxo de imigrantes letões intensificou-se durante o começo do século XX, e estima-se que mais de três mil letões emigraram para o Brasil a partir de então, estabelecendo-se em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Atualmente, estima-se que a comunidade de letões no Brasil some três mil indivíduos e a população brasileira de origem letã alcance 25 mil habitantes, formando a maior comunidade letã na América do Sul, concentrada sobretudo na cidade de Nova Odessa (SP). A comunidade brasileira na Letônia é numericamente muito reduzida.

Em dezembro de 1921, o Brasil reconheceu a independência da Letônia, e voltou a fazê-lo em setembro de 1991, após a dissolução da URSS (embora o governo brasileiro jamais tenha endossado formalmente a anexação do país por Moscou). Os dois países estabeleceram relações diplomáticas formais em julho de 1992.

Há interesse do governo, do meio acadêmico e da sociedade da Letônia na promoção da aproximação com o Brasil em áreas como cooperação educacional-acadêmica e cultural.

RELAÇÕES POLÍTICAS

As relações Brasil-Letônia se desenvolvem em bases positivas e cordiais. O Brasil é reconhecido como país de peso nas Américas e ator importante no cenário global.

A Letônia tem, pouco a pouco, buscado explorar novas parcerias internacionais, em particular com os grandes países emergentes, embora ainda confira prioridade à Europa e ao seu entorno sub-regional báltico. Na América Latina, o país se volta em especial para o Brasil.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

A mais alta autoridade brasileira a visitar oficialmente a Letônia foi o então Ministro-chefe da Secretaria de Portos, Pedro Brito, em 2010. Pelo lado letão, as mais importantes visitas oficiais de alto nível foram as da então Presidente Vaira Vaike-Freiberga (2007), a do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Edgars Rinkevics, em

2012, e a do então Presidente Raimonds Vejonis, em 2016, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As trocas bilaterais têm potencial de se intensificarem com a progressiva inserção da Letônia na cadeia logística europeia e, sobretudo, com maior conhecimento mútuo entre os setores privados. O projeto *Rail Baltica* poderá elevar o perfil da Letônia como centro distribuidor para os mercados da Rússia e Belarus, tendo como fator favorável os portos de águas profundas do país. Esse reposicionamento que a Letônia tenciona promover na cadeia logística europeia deverá ser acompanhado com atenção pelo Brasil.

Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 42,4 milhões, com queda de 55% em relação ao ano de 2019. As exportações brasileiras para a Letônia foram de US$ 23,5 milhões (-68,8%), e as importações desde a Letônia, de US$ 18,9 milhões (+0,5%). O saldo comercial bilateral foi favorável ao Brasil em US$ 4,6 milhões.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram farelos de soja (28%); café não torrado (22%); e armas e munições (17%). A pauta importadora é composta por linhita e turfa, variedades de carvão mineral (38%); equipamentos de telecomunicações (31%); e máquinas de geração de energia (7,3%).

Representantes da Embraer e da Embraer Defesa e Segurança realizaram visitas de trabalho à Letônia nos últimos anos, quando puderam prospectar oportunidades de negócios para aeronaves e produtos de defesa. A Embraer comprometeu-se a retomar essa aproximação com a Letônia, em momento oportuno, também na perspectiva da promoção da aeronave de transporte multimissão KC-390.

ACESSÃO DO BRASIL À OCDE

A Letônia é membro da OCDE desde 2016 e pode ser um país com o qual o Brasil poderia contar para apoiar seu ingresso. A Letônia fez sinalização positiva a respeito do pleito brasileiro de ingresso na OCDE.

ASSUNTOS CONSULARES

A Letônia conta com três cônsules honorários no Brasil: Brasília, Natal e São Paulo. O Brasil, por sua vez, mantém cônsul honorário em Riga. A Embaixada em Estocolmo é responsável por acompanhar os interesses da comunidade brasileira na Letônia, formada por cerca de 50 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

A Letônia é uma República Parlamentarista. O Presidente, chefe de Estado, eleito pelo parlamento para mandato de quatro anos, exerce atribuições majoritariamente simbólicas. Dentre as poucas funções efetivas de que dispõe estão a iniciativa legislativa e a possibilidade de convocar referendo para dissolver o parlamento.

O Conselho de Ministros é o principal órgão do poder executivo; o Primeiro-Ministro, líder de coalizão majoritária no parlamento, é apontado pelo Presidente da República e, se confirmado pelo parlamento, exerce a chefia do governo.

O parlamento (*Saeima*), unicameral, exerce o poder legislativo. É formado por 100 deputados eleitos por voto direto proporcional, para mandatos de quatro anos.

ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 2018

As eleições parlamentares de 6 de outubro de 2018 trouxeram algumas mudanças para o cenário político letão. O partido União dos Verdes e Fazendeiros, do então Primeiro-Ministro Maris Kucinskis, sofreu acentuada redução de assentos e a ascensão de novas forças políticas levaram à criação de novas coligações. O resultado garantiu ao partido russófilo Harmonia manteve a manutenção da maior bancada do *Saeima*.

O *Saeima* aprovou em janeiro de 2019 a nomeação de Krisjanis Karins (Nova Unidade) para o cargo de Primeiro-Ministro para o mandato 2019-2022, com apoio dos membros dos partidos Nova Unidade, Novo Partido Conservador, Aliança Nacional, Desenvolvimento! e parte do KPV LV. A eleição de Karins marcou o final do mais longo processo para formação de um governo letão desde a restauração da independência do país em 1990.

A composição do parlamento letão após as eleições de 2018 é a seguinte:

- Base governista (63 cadeiras): Novo Partido Conservador (14 cadeiras, centro-direita), Desenvolvimento/Para! (13 cadeiras, aliança de partidos de centro-direita), Aliança Nacional (12 cadeiras, direita), Para uma Letônia Humana (10 cadeiras, centro-direita), Unidade (10 cadeiras, liberal-conservador) e mais o apoio de três deputados independentes;
- Oposição (37 cadeiras): Harmonia (19 cadeiras, centro-esquerda, vinculado à parcela etnicamente russa), União dos Verdes e Fazendeiros (10 cadeiras, centro) e mais 8 deputados sem filiação.

O Harmonia possui representatividade na vida política por aglutinar os votos da parcela etnicamente russa da população (25% do total). O pico de população etnicamente russa na Letônia ocorreu em 1989, quando atingiu quase 34% da população total.

O partido empenha-se em transmitir uma nova imagem, mais alinhada aos valores da social-democracia europeia, com vistas a também angariar apoio dos letões étnicos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa letã preconiza a defesa do multilateralismo, das normas do direito internacional, dos valores democráticos e da defesa dos direitos humanos. A Letônia conta com arquitetura de segurança e de cooperação regional e internacional para garantir sua soberania, além de cultivar relações especiais com os Estados Unidos, com o Canadá e com o Reino Unido, especialmente no campo da defesa.

A Letônia enfatiza as convergências possíveis entre os mecanismos de cooperação de que participa no seu imediato entorno regional - como a Cooperação Nórdico-Báltica (NB8, integrado por Noruega, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Islândia, Estônia, Lituânia e Letônia) e o Conselho dos Estados do Mar Báltico (conformado em 1992) - e as alianças e blocos mais abrangentes dos quais também é parte, como a OTAN e a União Europeia.

RÚSSIA

A Letônia estrutura suas relações com o país a partir de eixo defensivo (que leva em conta a sua participação na OTAN) e de diálogo bilateral em torno de questões de interesse mútuo.

UNIÃO EUROPEIA

O país sustenta um aprofundamento da integração europeia, notadamente nas esferas da defesa e segurança, da energia, dos transportes e das finanças. Com vistas a garantir a estabilidade na região ao Sul de seu território, apoia a continuidade da Parceria para o Leste, de forma a aproximar Belarus, Ucrânia, Georgia, Moldova, Armênia e Azerbaijão do campo comunitário.

O governo letão defende a intensificação dos esforços europeus que possam não somente levar a uma maior independência do bloco, mas também favorecer o incremento da cooperação entre seus membros.

A Letônia, em consonância com a Estônia e a Lituânia, está engajada no processo de implementação do projeto *Rail Baltica*, financiado com recursos da UE, que compreende a construção de ferrovia que, até 2026, interligará os três países bálticos à rede ferroviária europeia. A Letônia vislumbra também a utilização dessa futura conexão ferroviária para promover o comércio regional e a interligação de seus portos de águas profundas com os mercados da Ásia Central.

ESTADOS UNIDOS

A Letônia mantém relações estratégicas com os Estados Unidos. O então Presidente Vejonis, acompanhado dos mandatários da Estônia e da Lituânia, visitou o

então Presidente Trump em março de 2018, ocasião em que foram ressaltados os compromissos norte-americanos de apoiar o incremento da capacidade de defesa dos países bálticos. Os Estados Unidos vêm, há mais de vinte anos, prestando assistência no domínio militar à Letônia, que inclui o fornecimento de equipamentos cruciais para o desenvolvimento das forças armadas.

CHINA

A estratégia letã de inserir-se na cadeia logística europeia, por meio do projeto ferroviário *Rail Baltica*, tem interface com a perspectiva do país de integrar-se à iniciativa chinesa *Belt and Road*. O país vem cultivando laços amistosos com a China, especialmente focados no comércio, tanto bilateralmente quanto no contexto do agrupamento 16+1 (países da Europa Central e Oriental e China). O então Presidente Raimonds Vejonis, em consonância com essas aspirações, encontrou-se com o Presidente Xi Jinping no contexto do 12º Encontro Anual dos Novos Campeões do Fórum Econômico Mundial, realizado Tianjin, em setembro último.

Com vistas a permitir inserção competitiva no projeto chinês, a Letônia também vem favorecendo a expansão do comércio e da cooperação com países da Ásia Central, notadamente Uzbequistão e Cazaquistão.

OTAN

A Letônia privilegia o relacionamento com a organização e tem apoiado a atuação, desde junho de 2017, do batalhão multinacional da OTAN com 1000 soldados liderado por tropas canadenses, no contexto do programa *Enhance Forward Presence (*dedicado aos três países bálticos e à Polônia). A liderança do Canadá fomentou especial aproximação entre os dois países, tendo sido a Letônia o primeiro país europeu a ratificar o Acordo de Comércio Canadá-UE, em 2017.

A Letônia acolhe, ademais, a *Multinational Division Headquarters North*, criada 2018, em Bruxelas. O mecanismo é responsável pelo planejamento e coordenação da defesa na região do Báltico, organização e implementação de treinamentos militares e outras ações que possam fomentar a interoperabilidade dos países da região.

Em consonância com as diretrizes da OTAN, a *Saeima* aprovou norma que reserva para o setor de defesa um montante do orçamento público de 2018 equivalente a 2% do PIB, patamar mantido desde então. Pela primeira vez, a Letônia alcançou o patamar de gastos recomendado pela aliança norte-atlântica.

ECONOMIA

A Letônia possui economia aberta. O país é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1999, da União Europeia desde 2004, e da OCDE desde 2016. Tornou-se o 18º país a adotar o euro, em janeiro de 2014. O desenvolvimento econômico está estreitamente vinculado às condições do ambiente externo e da economia global, uma vez que a economia letã se apoia fortemente nas oportunidades de exportação. O espaço comum da UE é de grande importância para a economia local. O panorama econômico do país a médio prazo está fundamentado principalmente na estabilidade macroeconômica, que resultou na melhora das condições de crédito.

A indústria madeireira é uma das mais importantes do país e desempenha papel fundamental na geração de empregos e nas exportações. O sucesso dessa indústria baseia-se em combinação favorável de vastos recursos florestais, localização estratégica e força de trabalho eficiente em termos de custos. Além disso, as políticas governamentais destinadas a alcançar o desenvolvimento florestal sustentável têm apoiado o sucesso da indústria.

Outra área de relevância é o tradicional setor de processamento de metais. Suas principais vantagens incluem mão de obra qualificada e eficiente em termos de custo, acesso a suprimentos de metal e proximidade com mercados no leste e oeste.

O setor terciário é o mais importante para o PIB, representando cerca de 74% desse agregado. Em seguida, vem a indústria, com cerca de 22%, e a agricultura, com cerca de 4%.

No ranking Doing Business de 2020, do Banco Mundial, o país figurou na 19ª posição entre os 190 países estudados, com *score* de 80,3. No âmbito da liberdade econômica, a Letônia também ficou bem posicionada no Índice de Liberdade Econômica da The Heritage Foundation: 32º lugar (entre 180 países) com *score* de 71,9.

COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior do país tem aumentado consistentemente desde a recuperação de sua independência e de sua adesão à União Europeia. Cerca de 66% das exportações e 75,8% das importações da Letônia tiveram como destino ou foram provenientes da União Europeia em 2020.

Em 2020, as exportações chegaram a US$ 15 bilhões, representando aumento de 4% em relação a 2019. Os principais destinos das exportações foram Lituânia (16,4% do total), Estônia (11,7%) e Rússia (8,5%). Os principais produtos da pauta de exportação são madeira e seus artigos (16,5% do total), eletrônicos (12,5%) e máquinas (6,3%).

A Letônia importou cerca de US$ 17,2 bilhões (-3% em relação a 2019), sobretudo de Lituânia (18% do total), Alemanha (10,3%) e Polônia (10,2%). Os principais produtos importados foram eletrônicos (12,7%), máquinas (9,9%) e veículos (6,8%). A balança comercial do país ficou deficitária em US$ 2,1 bilhões em 2020.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
3000 a.C.	Povos fino-úgricos se estabelecem na região onde hoje é a Letônia.
1201	Após conquista pelos povos germânicos, o território é batizado de Livônia. Riga é fundada pelo bispo Alberto de Livônia.
1285	A cidade de Riga torna-se parte da Liga Hanseática, criando laços econômicos e culturais com o resto da Europa.
1621	A região é conquistada pela Suécia.
1710	Sob o reinado do Czar Peter I, a Rússia anexa a região.
1918	Com a Rússia enfraquecida, Letônia declara sua independência no dia 18 de novembro.
1940	A Letônia, juntamente com Lituânia e Estônia, é anexada à URSS.
1959	A liderança soviética dissolve o partido comunista da Letônia e destitui os líderes do governo e os substitui, quase que em sua maioria, por políticos russos.
1989	O Soviete Supremo letão adota a Declaração da Soberania, dando às leis letãs primazia sobre as soviéticas.
1990	Declarada a independência da Letônia da URSS.
1991	A Letônia torna-se membro da ONU.
1994	Rússia e Letônia assinam acordo para a retirada de tropas russas do território letão.
2004	A Letônia torna-se membro da OTAN e da União Europeia.
2007	Após dez anos de negociação, a Letônia assina com a Rússia o tratado de fronteiras, consolidando, assim, seus limites atuais.
2014	Adesão da Letônia à zona do euro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1890	1890: Início da colonização letã no Brasil, em Laguna (SC).
1921	Reconhecimento pelo Brasil da independência da Letônia.
1991	Conhecimento da independência letã em relação à URSS.
2007	Visita oficial ao Brasil da Presidente Vaira Veike-Freiberga.
2010	Visita a Riga do Ministro da Secretaria de Portos Pedro Brito.
2011	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Valdis Dombrovskis.
2012	Visita ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros Edgars Rinkevics.
2016	Visita ao Brasil do Ministro da Defesa Raimonds Vejonis, por ocasião dos Jogos Olímpicos.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Acordo de Cooperação Cultural	09/06/2008	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Esportiva	24/05/2010	Em vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-LETÔNIA

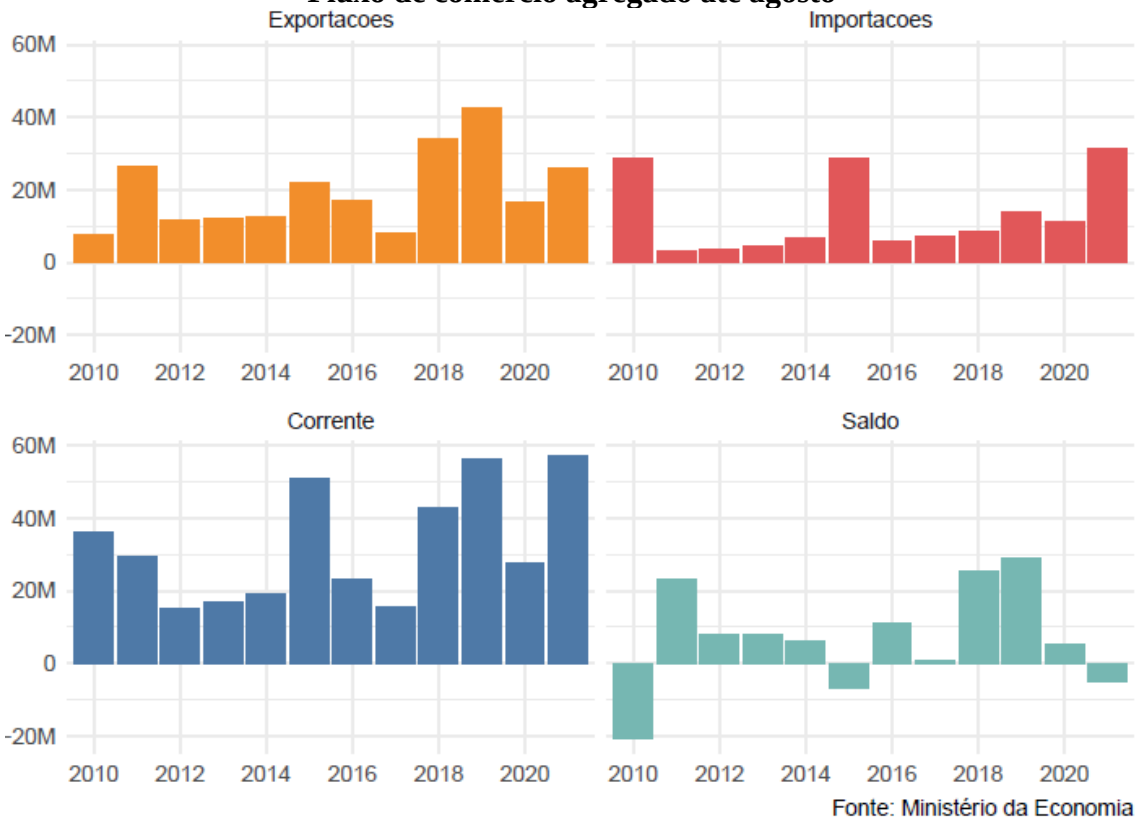
Fluxo de comércio anual



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	23M (-68.866%)	75M (56.273%)	48M (270.179%)	13M (-37.186%)	21M (-21.976%)
Importacoes	19M (0.85%)	19M (41.80%)	13M (20.28%)	11M (21.12%)	9M (-71.51%)
Saldo	5M (-92.0%)	57M (61.7%)	35M (1 629.6%)	2M (-82.6%)	12M (119.6%)
Corrente	42M (-55.0%)	94M (53.2%)	61M (155.7%)	24M (-19.4%)	30M (-49.0%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	27M (-37.219%)	42M (104.656%)	21M (27.802%)	16M (-48.239%)	31M (161.620%)
Importacoes	32M (213.20%)	10M (54.22%)	7M (22.24%)	5M (9.17%)	5M (-83.34%)
Saldo	-5M (-116.5%)	32M (128.3%)	14M (30.6%)	11M (-59.0%)	26M (48.4%)
Corrente	58M (11.3%)	53M (92.5%)	27M (26.4%)	22M (-40.4%)	36M (-13.0%)

Fluxo de comércio agregado até agosto

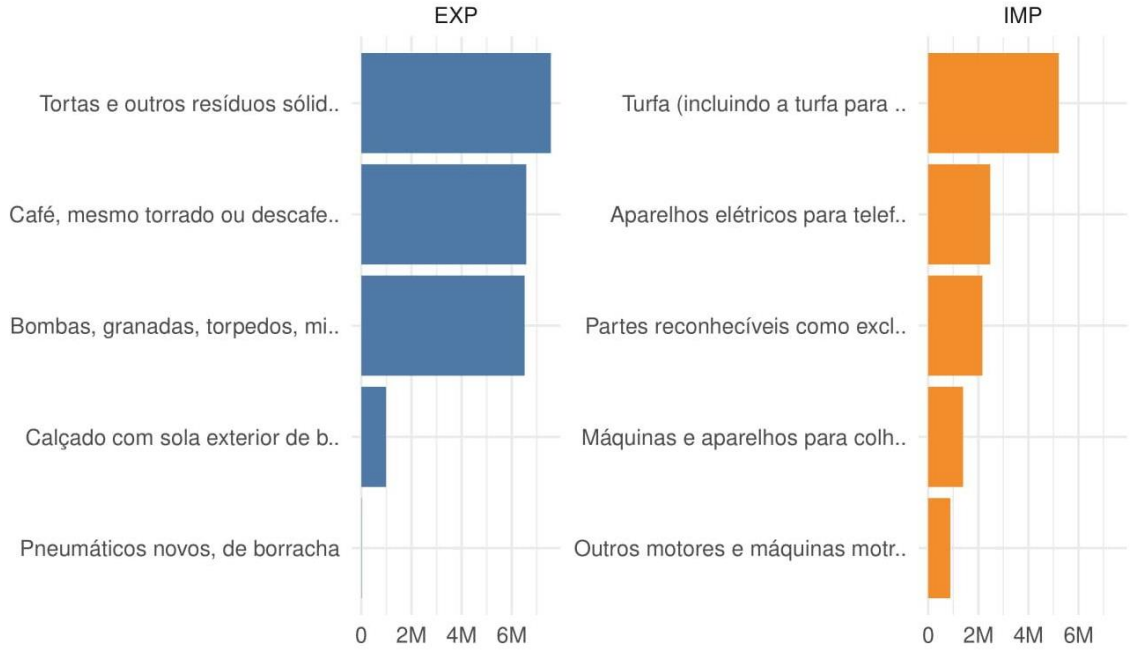


Fonte: Ministério da Economia

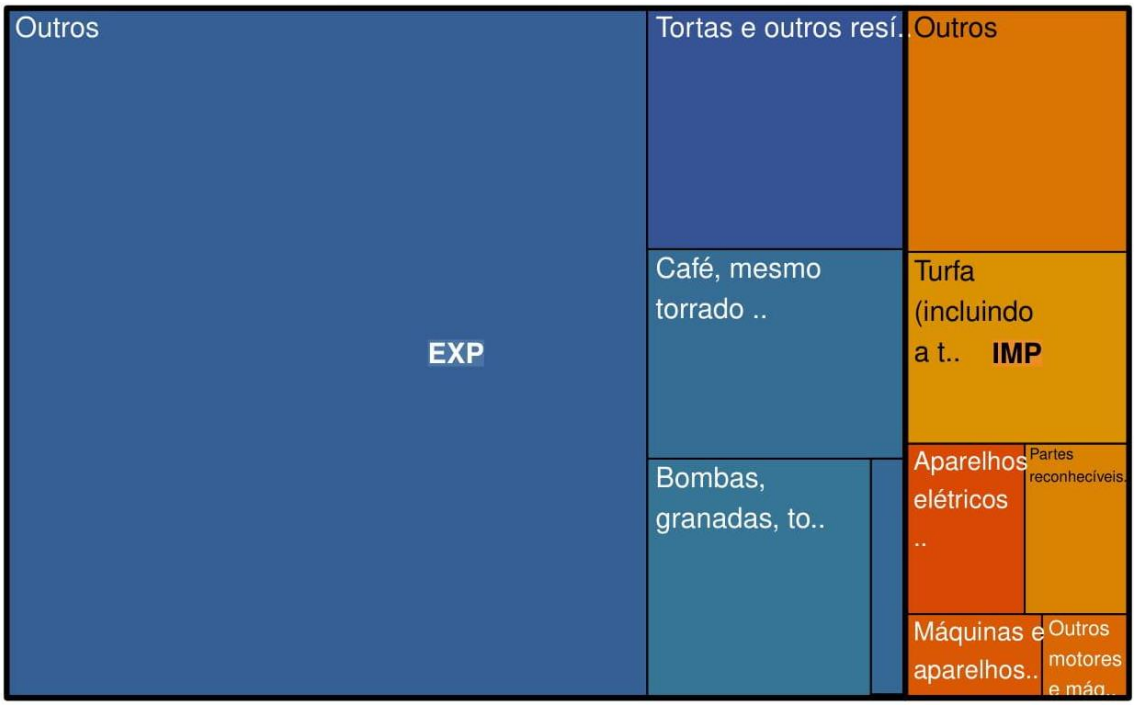
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	26M (58.3%)	16M (-61.6%)	43M (25.2%)	34M (316.0%)	8M (-52.2%)
Importacoes	31M (178.29%)	11M (-18.53%)	14M (58.08%)	9M (17.66%)	7M (26.50%)
Saldo	-5M (-201.4%)	5M (-82.1%)	29M (13.9%)	25M (3 120.2%)	787K (-93.0%)
Corrente	57M (107.1%)	28M (-51.1%)	56M (31.9%)	43M (174.4%)	16M (-32.1%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	17M (-21.7%)	22M (74.5%)	13M (1.7%)	12M (6.9%)	12M (-56.0%)
Importacoes	6M (-79.75%)	29M (342.15%)	7M (46.88%)	4M (18.64%)	4M (25.76%)
Saldo	11M (60.3%)	-7M (-217.2%)	6M (-23.9%)	8M (1.3%)	8M (-66.5%)
Corrente	23M (-54.7%)	51M (166.2%)	19M (13.7%)	17M (9.8%)	15M (-47.7%)

Principais produtos da pauta comercial em 2020

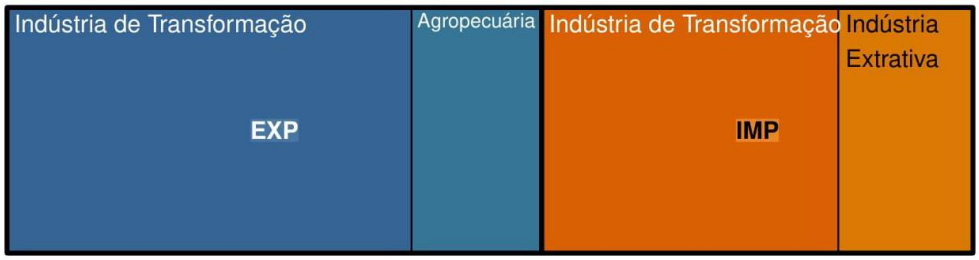


Fonte: Ministério da Economia



Classificações do comércio

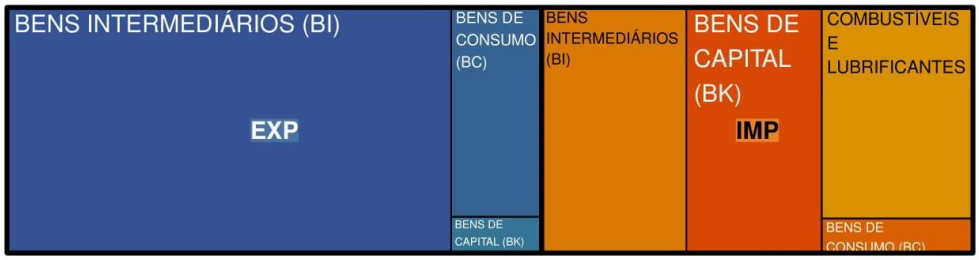
Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



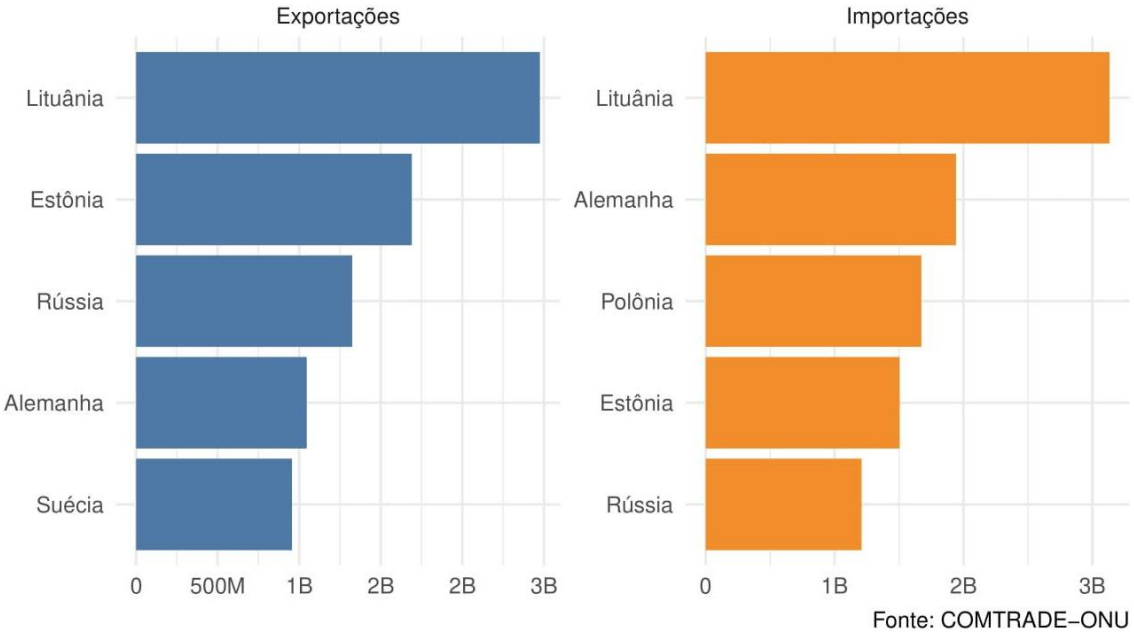
COMÉRCIO TOTAL DA LETÔNIA

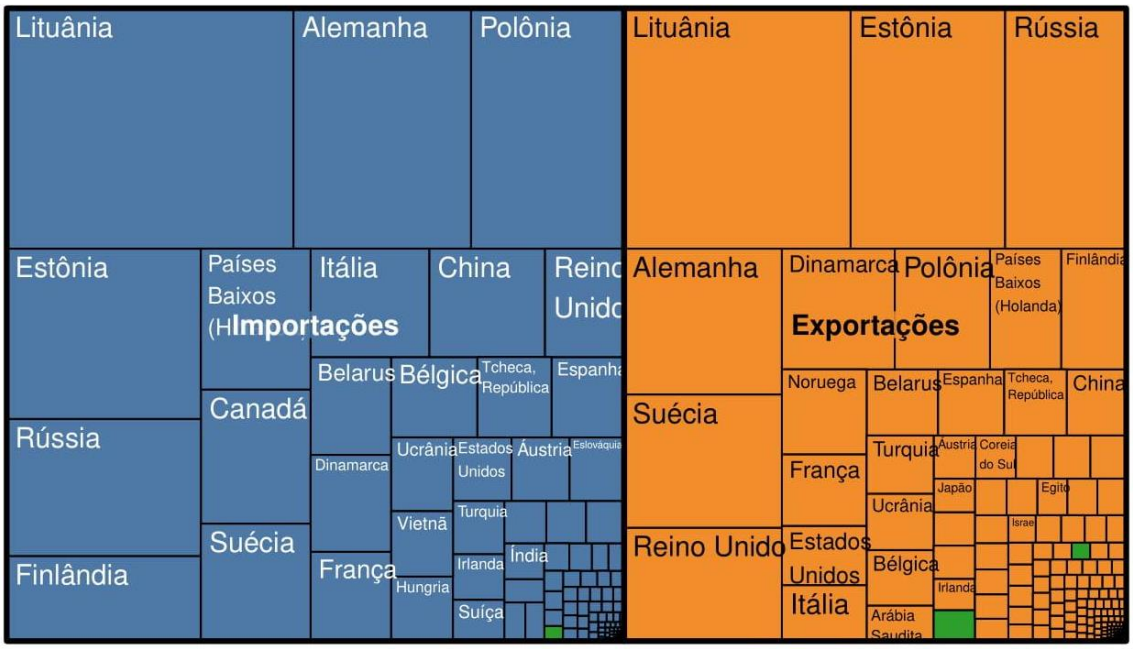
Fluxo de comércio anual



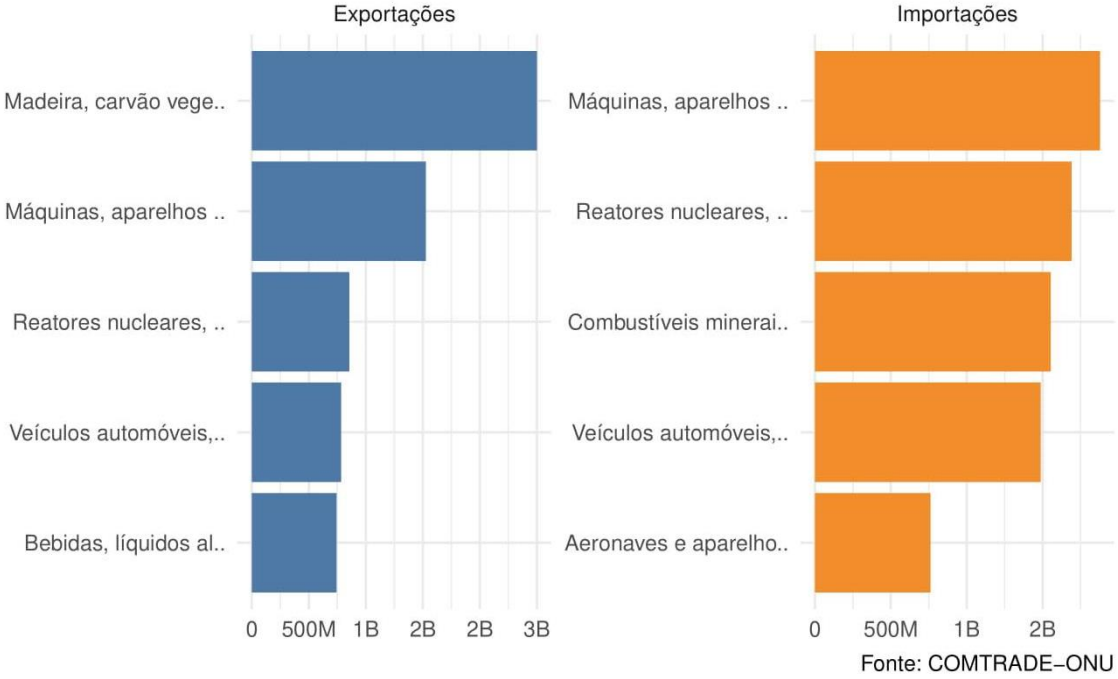
	2019	2018	2017
Exportacoes	14.45B (-4.10%)	15.06B (14.22%)	13.19B (13.63%)
Importacoes	17.77B (-4.54%)	18.61B (15.95%)	16.05B (16.86%)
Saldo	-3.32B (-193.6%)	-3.55B (-223.9%)	-2.86B (-234.5%)
Corrente	32.21B (-4.34%)	33.68B (15.17%)	29.24B (15.39%)

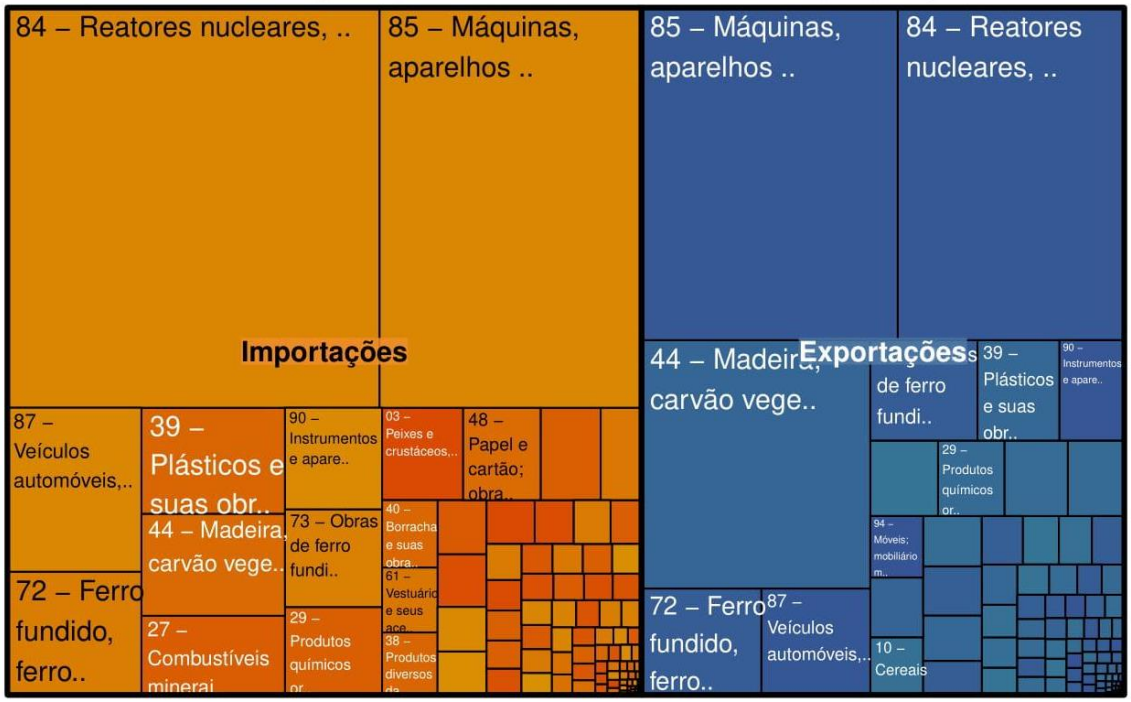
Principais parceiros comerciais em 2019





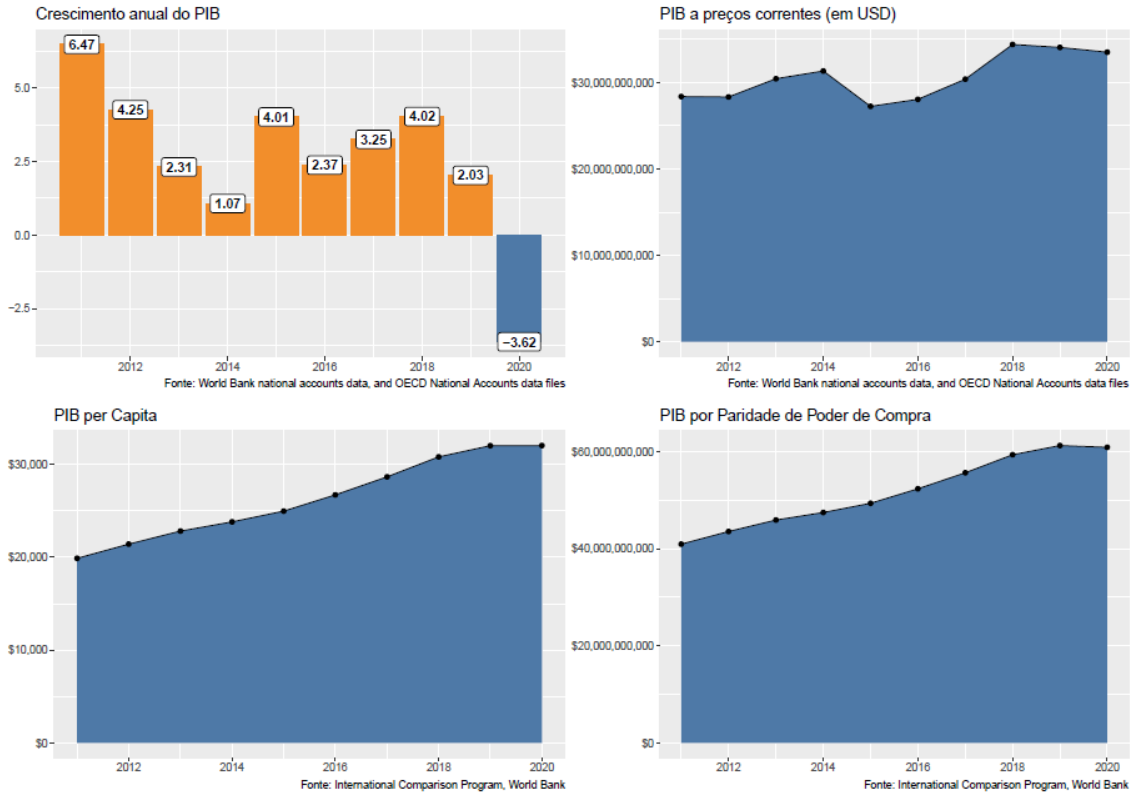
Principais produtos comercializados em 2019



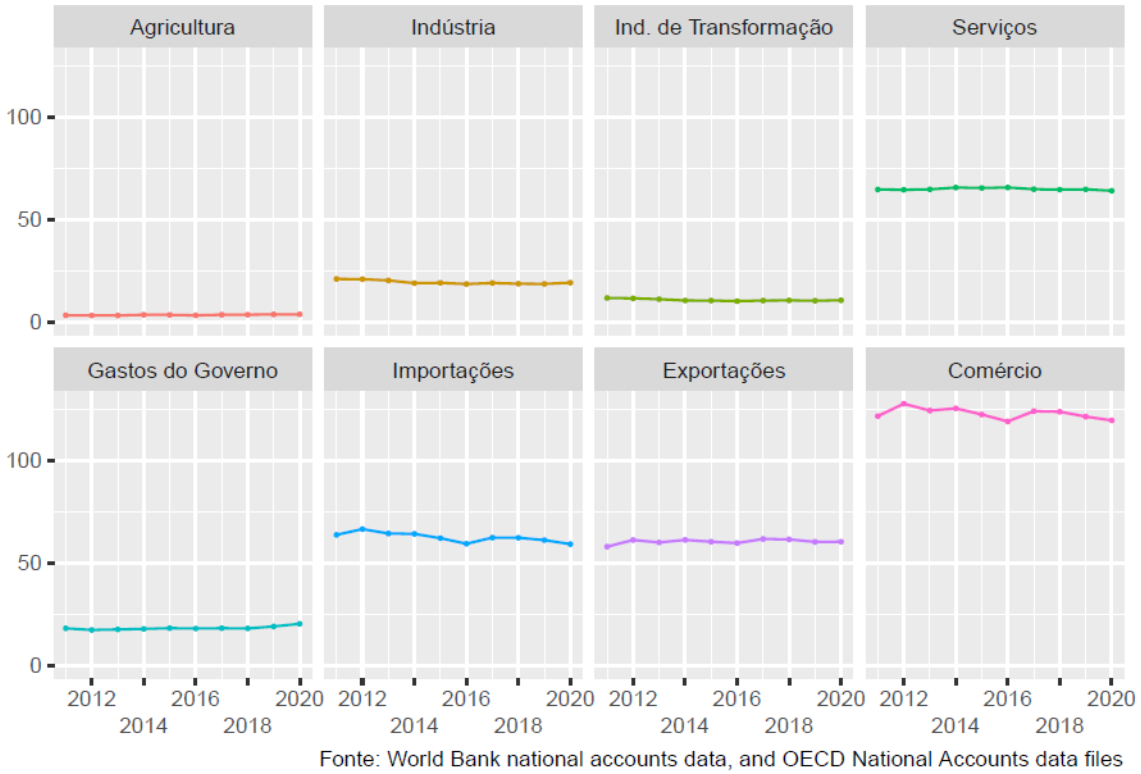


INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

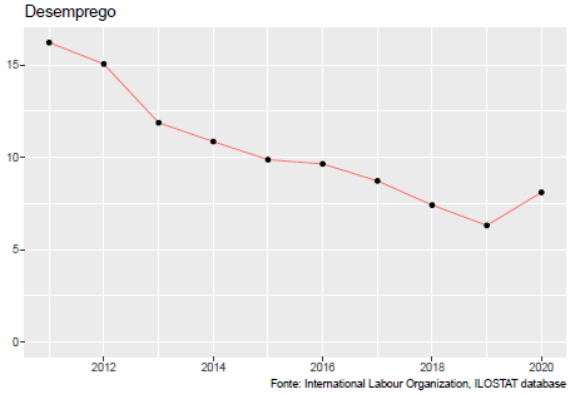
Produto interno bruto (PIB)

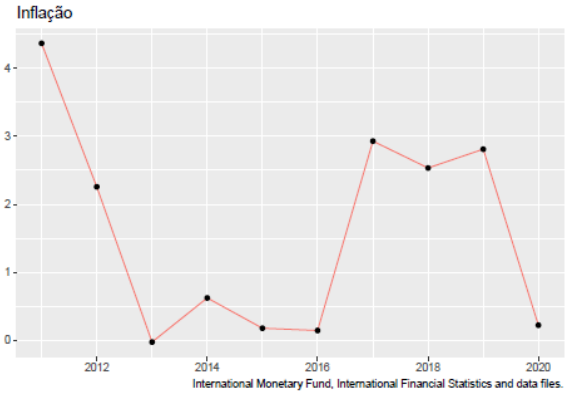


Estrutura da economia em proporção ao PIB

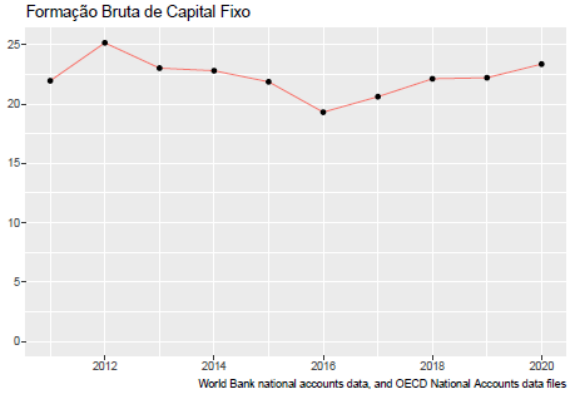


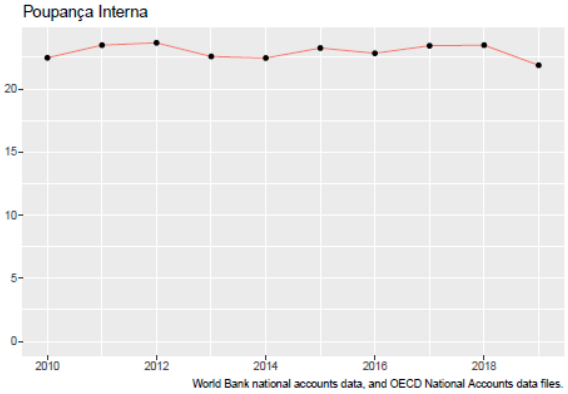
Indicadores de desemprego e inflação





Indicadores de investimentos





RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL EM ESTOCOLMO
EMBAIXADOR NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA
2018-2021

POLÍTICA INTERNA

No momento em que assumi a Embaixada em Estocolmo, em 2018, a Suécia encontrava-se no processo de formar novo governo, após eleições nacionais que acabavam de ser concluídas no mês anterior. O processo foi liderado pelo então primeiro-ministro Stefan Löfven, do partido Social Democrata, que se reelegeu. Assim, Löfven assumiu a frente das negociações e formou uma coalizão para tentar obter endosso parlamentar.

2. Essa coligação constituiu-se em torno de peça política fundamental, que se chamou Acordo de Janeiro, em que se negociou 73 ações que estabeleceram as prioridades e as condições dos partidos (Liberal, Centro e Verde) que apoiariam o governo, e que sustentou em boa medida a base do governo Social Democrata. Essa frente não obteve maioria, mas os Sociais Democratas negociaram votos de "não obstrução" junto a outros partidos, o que, como pode-se depreender, permitiu a formação do governo sem que houvesse votos explicitamente contra que impedissem o endosso parlamentar.

3. Uma vez formado e composto, o governo de Löfven tratou, ao longo daquele ano, de temas cruciais na agenda política sueca, com grande pressão do Parlamento, sobretudo as questões da imigração, de violência urbana e crime organizado e políticas de emprego, entre outros temas laborais. A insatisfação geral da população com esses temas deu espaço para que os Suecos Democratas, a nova direita sueca, ascendessem a terceiro partido com maior apoio popular, pois a administração social democrata não obteve êxito em solucioná-los.

4. No ano de 2020, como ocorreu nas demais áreas, a pandemia da COVID-19 fez com que, a partir de março, o governo central e o parlamento da Suécia (Riksdag) reduzissem o ritmo de trabalho. Também em razão da própria pandemia, o surto de coronavírus passou a monopolizar a agenda política interna do país, fazendo com que temas, antes centrais nas discussões parlamentares, passassem a segundo plano. O grande debate nacional ao longo daquele ano, sobretudo no Parlamento, foi a questão de quão eficiente era a estratégia do governo e autoridades sanitárias em combater o Covid-19, uma vez que muitos óbitos, considerados excessivos, ocorreram na primeira onda do vírus.

5. À medida em que a pandemia foi esmaecendo, em meados de 2021, os temas centrais da agenda política interna da Suécia recobraram centralidade, e o primeiro ministro chegou a enfrentar moção de voto de não-confiança, pois alguns temas lograram esgarçar, ainda mais, o "Acordo de Janeiro".

6. Houve forte contestação do Partido de Esquerda sobre a capacidade de Löfven de conduzir temas prementes, como, entre outros, a questão da padronização dos aluguéis, tema que aquele partido sempre priorizou. Diante da moção, que obteve tração política junto a outros partidos, o PM Löfven foi afastado, mas teve, no entanto, de articular delicadas negociações para recuperar o apoio do Partido de Esquerda e as demais agremiações e reconfirmar-se na liderança do governo central, reassumindo seu cargo.

7. Um dos temas que ressurgiram foi o "Programa de 34 Pontos de Combate ao Crime", proposto pelo governo, que logrou ser aprovado, a despeito das críticas da oposição conservadora. A reforma da provisória lei imigratória de 2016, que expiraria em 2020, também foi aprovada, porém com efeitos políticos colaterais: as fortes divergências entre, de um lado, os Verdes e, de outro, os Liberais, acabaram levando este partido a abandonar a coalizão governamental.

8. Diante dos desgastes, Stefan Löfven anunciou, em setembro de 2021, que resignaria da liderança do Partido Social Democrata e renunciaria, também, ao governo central - o que de fato fez na convenção do partido, em 10 de novembro último. Após ser referendada por todos os 26 distritos eleitorais dos Sociais Democratas, a ministra das Finanças, Magdalena Andersson, emergiu como a virtual primeira ministra da Suécia, a ser confirmada pelo Riksdag. O fato é histórico, posto que, apesar da forte influência de políticas feministas, a Suécia só terá sua primeira-ministra mulher se e quando materializar a eleição de Andersson para o cargo.

9. No lado da oposição, a situação tampouco é tranquila. Como o maior partido de oposição, os Moderados são francos candidatos a disputar, contra os Sociais Democratas, a liderança do governo central, a partir das eleições gerais de setembro de 2022. Ocorre que, na base liberal-conservadora, os números tendem também a desenhar um quadro de indefinições: os Liberais, que aderiram à oposição conservadora, sofrem ameaça de perderem representação parlamentar ao não cumprirem a cláusula de barreira; e os Democratas Cristãos, embora em melhor situação numérica, também oscilam perigosamente em torno da barreira de 4% de preferência eleitoral. Um apoio fundamental, porém controverso, será a possibilidade de os Moderados contarem

com apoio da nova direita, o que fará a balança pender contra os Sociais Democratas.

POLÍTICA EXTERNA

10. A Suécia é um ator com boa projeção nas relações internacionais, com destaque em campanhas mundiais e multilaterais em áreas críticas como direitos humanos, meio ambiente, assistência humanitária a países vulneráveis, democracia e desarmamento. Sua posição de país neutro, a qual assumiu desde o início do século XIX, logo após as guerras napoleônicas, lhe deu status de neutralidade nos principais cenários geoestratégicos e diante de conflitos internacionais. A Suécia nunca iniciou qualquer conflito armado a partir do ano da sua "Policy of 1812". Assim, a Suécia tem-se apresentado junto à comunidade internacional como país com credencias de mediador imparcial em conflitos e crises internacionais.

11. Em linhas gerais, a Suécia é um país que almeja projetar-se na arena global como "potência humanitária", mediante ações como ativismo na ONU; participação em operações de paz; perfil de relevante doador de ajuda para o desenvolvimento; e lançamento de iniciativas sobre questões internacionais, mormente as ligadas à paz, à democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

12. Na área de segurança internacional, a Suécia não pretende tornar-se membro da OTAN, pois mantém seu status de neutralidade (o que não significaria "indiferença", pois, caso algum aliado europeu fosse atacado por agressor externo, mobilizaria seus efetivos militares). Com relação às preocupações no âmbito da segurança de seu entorno estratégico, em diversas ocasiões ao longo de seu mandato, o primeiro ministro Stefan Löfven expressou sua avaliação de que alegadas "ações agressivas" da Rússia constituiriam o principal desafio à segurança europeia desde o fim da Guerra Fria.

13. Por sua vez, a chancelaria sueca, nas edições anuais do documento programático "Declaração de Política Externa", apresentado ao Parlamento, assinala sempre como principais desafios internacionais da Suécia as supostas "ações agressivas" da Rússia, a mudança do clima, o terrorismo e a crise migratória. Para a diplomacia sueca, a arena prioritária de inserção internacional é a União Europeia (UE), que tem sido testada mais recentemente por fatores adversos como "recuperação econômica desigual" e crescimento das "forças populistas e xenófobas", além das repercussões do "Brexit" (decisão do Reino Unido de sair da UE). Mais

recentemente, a diplomacia sueca tem implementado a "política externa feminista", com ênfase na promoção dos direitos das mulheres.

14. Dentre as principais contribuições e iniciativas da Suécia para a solução de tensões ou em favor de solução de controvérsias, o país tem-se oferecido para tentar moderar, por exemplo, o conflito no Iêmen, tendo abrigado em sua capital a reunião organizada pelas Nações Unidas, que levou à firma do Acordo de Estocolmo, para avançar tratativas com vistas à liberação de prisioneiros sauditas e houthis. Desde então, os chanceleres suecos assumem a copresidência nas rodadas de negociações entre Arábia Saudita e Iêmen.

15. Outra ação de destaque é a Iniciativa de Estocolmo para o Desarmamento Nuclear, que já se reuniu três vezes desde 2019, aglutinando dezesseis países não-nuclearizados, com vistas a promover uma agenda que conduza ao desarmamento no âmbito do Tratado de Não Proliferação.

16. A Suécia é proeminente em matéria de cooperação internacional, papel que assumiu nos anos 1960 com a política internacional da social democracia inaugurada pelo ex-primeiro-ministro Olof Palme. Desde então, se atribuiu tanto o papel de levar ajuda internacional aos países em desenvolvimento como o de abrigar refugiados e acolher cidadãos em situação de vulnerabilidade humana.

ECONOMIA E FINANÇAS

17. A Suécia registra o 12° maior PIB per capita do mundo (US$ 51,8 mil) e, no mais recente ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2019, figura na 7ª posição. Com PIB nominal de US$ 537,6 bilhões (24ª economia mundial), a Suécia teve desempenho econômico acima da média europeia em 2020. Dentre os principais setores da economia, destacam-se o de telecomunicações, tecnologia da informação, maquinário e automação, indústria química e farmacêutica, veículos automotores, siderurgia, bem como a indústria florestal (madeira e papel/celulose). A taxa de investimento é da ordem de 25% do PIB, enquanto a taxa de poupança é de aproximadamente 30%. Apesar de fazer parte da União Europeia (desde 1995), a Suécia não adotou o euro como moeda, optando por preservar a coroa sueca.

18. O PIB sueco caiu drasticamente no primeiro semestre de 2020, como resultado da pandemia de COVID-19. Em especial, a pandemia atingiu diretamente a indústria de transportes e os setores de hotéis, restaurantes e lazer, enquanto setores como o da indústria farmacêutica e da transformação digital obtiveram melhores resultados. Apesar da queda de 2,8% do

PIB em 2020, pode-se considerar que o declínio da economia foi moderado em comparação com outros países europeus: na UE, o PIB apresentou queda de 6,2% em 2020.

19. O balanço das finanças públicas em 2020 foi negativo, muito por conta do impacto que a pandemia de COVID-19 teve nos gastos públicos. O déficit do governo correspondeu a 3,1% do PIB em 2020, em comparação com um superávit de 0,6% em 2019. A maior parte do apoio voltado para a contenção da crise provocada pela COVID-19 foi financiado pelo governo central, levando a um déficit de SEK 156 bilhões em 2020, em comparação com um superávit de SEK 69 bilhões em 2019. As finanças públicas deverão apresentar leve melhora no curto prazo, o que justificaria o prognóstico governamental de queda da proporção dívida pública/PIB para os próximos anos (37,8% em 2021; 35,4% em 2022 e 32,8% em 2023).

20. Já a taxa de inflação, que ao final de 2020 registrava índice de 0,5%, apresentou rápido aumento e deverá fechar 2021 pouco acima de 2%, estabilizando-se abaixo da meta do governo (de 2%) somente entre 2022 e 2023. Ainda assim, o BC sueco tem optado pelo prolongamento da política monetária expansionista ao manter a taxa de juros referenciais em 0% (patamar adotado em dezembro de 2019). De acordo com o prognóstico do "Riksbank", a taxa de juros deverá permanecer em 0% até 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

21. No período de minha gestão, Brasil e Suécia lograram dar continuidade a vários temas da agenda bilateral. A cooperação bilateral no domínio da aeronáutica ganhou nova dinâmica com a criação, em outubro de 2015, no contexto da visita da então presidente Dilma Rousseff a Estocolmo, do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), conformado por representantes militares e civis de entidades públicas e privadas dos dois países que se dedicam a potencializar os efeitos de transbordamento da cooperação estabelecida no projeto de cofabricação dos caças Gripen NG para outras cadeias produtivas.

22. Em outubro de 2019, conforme previsto, a Embaixada em Estocolmo organizou a II Semana de Inovação Brasil-Suécia (II SIBS), em paralelo às reuniões, também em Estocolmo, do Grupo de Trabalho de Alto Nível em Aeronáutica (GAN) e do Grupo de Trabalho de Tecnologia Industrial Inovadora (GT-ATI). A II SIBS, voltada exclusivamente para o debate da Mineração Sustentável e Grafeno, pôde se beneficiar da presença de autoridades e especialistas que vieram participar do GAN e GT-ATI. Na sequência, a Embaixada logrou realizar, em suas instalações, a I Reunião da Diáspora

Brasileira em Ciência, Tecnologia e Inovação, com o intuito de aproximar-se da extensa comunidade científica de brasileiros na Suécia e facilitar a interação entre vários de seus integrantes.

23. A pandemia, no entanto, também teve impacto na agenda bilateral, com o adiamento de reuniões e mecanismos de concertação política. É o caso do 5º Diálogo Político-Militar Brasil-Suécia (o Diálogo 2 + 2, com representantes do MRE e do Ministério da Defesa dos dois países), que após sucessivos adiamentos devido à pandemia, deve ser retomado, em formato presencial, no primeiro trimestre de 2022.

24. Por sua vez, a III Semana de Inovação Brasil-Suécia, prevista inicialmente para ocorrer em Estocolmo, em outubro de 2021, também teve que ser adiada em razão da pandemia, junto com a II Reunião da Diáspora Brasileira em CTI. Quanto às reuniões do GAN e GT-ATI optou-se por sua realização no formato meramente virtual. Com o adiamento da III SIBS, a Embaixada em Estocolmo planeja realizá-la, junto com a II Reunião da Diáspora Brasileira em CTI, em maio de 2022, ocasião em que será debatida a cooperação bilateral em Mineração Sustentável/Grafeno, Saúde e Bioeconomia.

25. Num cenário pós-pandemia, a Embaixada em Estocolmo deve dar apoio à visita, a Estocolmo, do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Suécia, cujos componentes, inicialmente interessados em retomar o contato com suas contrapartes no Riksdag, planejavam visitar a capital sueca.

26. Não obstante os empecilhos criados pela pandemia, a Embaixada em Estocolmo deu continuidade às atividades de contato junto a empresas brasileiras, interessadas em ingressar no mercado sueco; prestou informações relativas a estudos sobre o mercado sueco, destacando as principais oportunidades; e favoreceu a interação com os representantes das principais empresas suecas que investem no Brasil, como por exemplo a SAAB, que participa da parceria com a Embraer para a produção dos caças Gripen.

27. Ao longo de 2019 e 2020, a Embaixada do Brasil em Estocolmo deu continuidade à promoção da imagem dos produtos e do turismo no Brasil. Nesse sentido, em junho de 2019, a realização do "Brazilian Day", com shows de música e divulgação da culinária brasileira numa das praças mais conhecidas e centrais de Estocolmo. Em sua 10ª edição, continuou contribuindo para estreitar os laços culturais da Suécia com o Brasil. O evento foi suspenso em 2020 e 2021 em razão da pandemia, mas o "Brazilian Day" deverá ser realizado em 2022, num formato que envolva mais a iniciativa privada, mas que poderá contar com o apoio da Embaixada em Estocolmo.

28. No tocante ao aspecto de cooperação em temas e fóruns multilaterais, a Embaixada em Estocolmo logrou manter fluida interlocução com o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério da Defesa da Suécia. O resultado foi constatar o apoio sueco a várias candidaturas e iniciativas brasileiras.

29. Frente aos laços empresariais e econômicos entre Brasil e Suécia, a Embaixada em Estocolmo pôde aprofundar a interação com a Chancelaria sueca em temas econômicos, que resultaram, por vezes, em respaldo ao Brasil junto à União Europeia. É o caso, por exemplo, da postura favorável da Suécia à aprovação do Acordo de Livre Comércio com o Mercosul. Além de grande defensora do livre-comércio como princípio geral, a Suécia aposta numa parceria econômica de longo prazo com o Brasil, sustentada pela presença de muitos investimentos diretos suecos em nosso país.

PROGRAMA GRIPEN

30. No contexto da Parceria Estratégica entre os dois países na área de defesa, foi possível aprofundar a cooperação em aeronáutica militar com a celebração, em outubro de 2014, do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a Saab para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen NG, ao custo aproximado de US$ 5,4 bilhões (o maior contrato de exportação da história da empresa sueca). Seguiu-se a essa firma a assinatura do contrato financeiro, em agosto de 2015. A parceria entre a Embraer e a SAAB no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação bilateral, capaz de gerar externalidades positivas para outros setores da economia brasileira.

31. Passados cinco anos, em 10 de setembro de 2019, a primeira unidade do novo Gripen foi entregue formalmente nas dependências da empresa SAAB, na cidade de Linköping, ao então Comandante da Força Aérea do Brasil, Brigadeiro Antonio Carlos Bermudez, com a presença do ex-Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva. Neste ano de 2021, está prevista a entrega de mais quatro unidades do caça, em 24 de novembro, ao atual Comandante da FAB, Brigadeiro Carlos de Almeida Batista Junior, durante cerimônia na cidade de Linköping.

32. Além dessas quatro unidades, já está programada a entrega de mais outras quatro aeronaves em 2022. Já em 2023, terá início a produção do Gripen no Brasil, na cidade de Gavião Peixoto, na planta da Embraer onde são produzidos os aviões de defesa.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

33. A Suécia é tradicional fonte de investimentos produtivos no Brasil, uma vez que há mais de duzentas e vinte empresas suecas instaladas somente em São Paulo (empregando cerca de 60 mil pessoas, sobretudo no setor industrial), algumas delas com longo histórico, como a SKF (desde 1915), a Ericsson (desde 1924), Volvo (1960), Scania (1957), Electrolux (1972), etc. De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BACEN), o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de origem sueca em 2020 foi de US$ 119 milhões (0,36% do total), frente a US$ 290 milhões em 2019 e US$ 174 milhões em 2018. O BACEN registrou estoque de investimento sueco no País no montante de US$ 5,405 bilhões em 2019 (último dado disponível) pelo critério de investidor imediato. Já pelo critério de investidor final, o estoque de IED sueco no Brasil soma US$ 3,29 bilhões (0,53% do total investido no Brasil).

34. Os esforços deste Posto durante minha gestão se concentraram no apoio à consolidação dos mecanismos de diálogo que fomentam a coordenação entre atores privados e governamentais. Tais esforços foram motivados também pela necessidade de se criarem vias de diálogo e coordenação que possam favorecer as reflexões e iniciativas a serem exploradas no eixo da cooperação em aeronáutica, que evoluiu sobremaneira desde 2015, e cujos desdobramentos para outras áreas da cadeia produtiva exigem ainda esforços de ambos os lados.

35. Nesse sentido, no dia 19 de março de 2019, em São Paulo, os governos do Brasil e da Suécia firmaram Protocolo de Emenda à Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada pelos países em 25 de abril de 1975. A assinatura reflete os esforços do Brasil para modernizar a sua rede de acordos tributários diante de um contexto de crescente mobilidade das atividades comerciais e de internacionalização das empresas.

36. O Protocolo traz importantes melhorias ao texto do acordo, dentre as quais pode-se citar a redução dos limites à tributação na fonte em categorias específicas de rendimentos, a modificação do artigo sobre os métodos para evitar a dupla tributação e a atualização do artigo que disciplina o procedimento amigável, com vistas a promover uma maior efetividade deste mecanismo de solução de disputas.

37. Realizou-se, também, em 28 de junho de 2019, nas dependências do Royal Armoury Museum, em Estocolmo, a 1ª edição do "Brazilian Day Business" - evento que objetivou promover as oportunidades de investimento em setores

estratégicos da economia brasileira, aproveitando-se do contexto da realização do "Brazilian Day in Stockholm" acima assinalado. As atividades programadas no evento transcorreram em formato de apresentações institucionais, seguidas por debate e interação com a plateia (formada por cerca de 60 pessoas, dos setores público, privado e acadêmico), tendo como principais pontos os painéis: Aspectos gerais da economia brasileira e oportunidades de investimentos, Mineração e Agronegócio, Investimentos - privatizações, startups e inovações sustentáveis. O "Brazilian Day Business" provou ser eficiente plataforma para o debate de oportunidades no ambiente de negócios do Brasil tendo, certamente, facilitado o surgimento de novas parcerias em setores estratégicos brasileiros.

38. Segundo os mais recentes dados disponibilizados pelo governo federal, a corrente de comércio entre o Brasil e a Suécia totalizou US$ 1,61 bilhão (FOB) em 2020, frente a US$ 1,79 bilhão em 2019 (queda de 9,7%). As exportações brasileiras para a Suécia em 2020 sofreram queda de 13,2% em relação ao ano anterior, ao somarem US$ 381 milhões. Já as importações brasileiras de produtos suecos totalizaram US$ 1,23 bilhão (queda de 8,5% em 2020, em relação a 2019).

39. Os dados oficiais, portanto, indicam um aparente déficit brasileiro no intercâmbio comercial com a Suécia no montante de US$ 855 milhões em 2020 (déficit de US$ 913 milhões em 2019). As exportações brasileiras para a Suécia consistem, predominantemente, em produtos básicos, tais como minérios (cerca de 39% em 2020), café em grão não torrado (25%) e carne bovina (3,1%). Por sua vez, as importações brasileiras apresentam uma pauta diversificada, mas dominada por manufaturados, como máquinas, produtos farmacêuticos e partes e acessórios para veículos automotores.

40. Cabe registrar, contudo, que muitos produtos brasileiros chegam ao mercado sueco por meio de distribuidores europeus, o que altera a realidade da presença comercial brasileira na Suécia, pois a importação não é registrada como oriunda do Brasil. Esse fato ocorre porque boa parte da demanda sueca não atrai a atenção do exportador brasileiro, pois se trata de mercado modesto, e as encomendas suecas não justificam a exportação direta, e sim via "hubs" europeus, como Holanda, Alemanha e França.

41. Os esforços da Embaixada na área de promoção do comércio e dos investimentos têm sido no sentido de buscar diversificar a pauta brasileira de exportações e atrair investidores em áreas não tradicionais, como as de “venture capital”, produção de software, comércio eletrônico e fomento das startups tecnológicas.

42. De 2019 a 2021, o Setor de Promoção Comercial da Embaixada em Estocolmo apoiou os esforços da Secretaria de Estado de Relações Exteriores de mapear o mercado local, identificando possíveis importadores para produtos brasileiros, bem como potenciais parceiros suecos para iniciativas oriundas tanto do setor privado, quanto da esfera governamental (Federal, Estadual e Municipal), no Brasil. Nesse sentido, ao ser contatada diretamente por empresas exportadoras brasileiras, a Embaixada prestou esclarecimentos sobre as condições do mercado local, suas normas, além de favorecer a interlocução dessas empresas com suas contrapartes na Suécia.

43. Buscou-se, ademais, valorizar a promoção de produtos do agronegócio brasileiro. Foi realizado, em 21 de outubro de 2021, o evento de divulgação de bebidas brasileiras "The flavor and spirit of Brazil". O evento contou com cerca de 110 participantes, entre os quais jornalistas, sommeliers, importadores - inclusive representante do monopólio estatal sueco Systembolaget - empresários do ramo de restaurantes e bares, influenciadores, entre outros formadores de opinião e outros convidados da Embaixada do Brasil. Participaram as cachacerias Weber Haus, Pitú e Novo Fogo e as vinícolas: Vivant, Salton, Aurora, Casa Valduga, Mioranza, Foppa e Ambrosi, Garibaldi, além da produtora de suco Organovita.

DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO

44. De acordo com relatório de 2021 da Organização de Propriedade Intelectual (OMPI), a Suécia ocupa o segundo lugar no ranking mundial de inovação, atrás apenas da Suíça e à frente de países como os EUA. O protagonismo sueco na área de inovação, somado à presença massiva de investimentos suecos no Brasil, faz do país um parceiro essencial ao desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil.

45. Neste cenário, a cooperação bilateral vem ganhando dinâmica com a realização da "Semana da Inovação Brasil-Suécia" (SIBS), em Estocolmo, evento bianual organizado desde 2017 pela Embaixada do Brasil em Estocolmo. Pude contribuir para o impulso das iniciativas voltadas a fomentar a produção conjunta de inovação entre o Brasil e a Suécia, tendo acompanhado o empreendimento da II SIBS, ocorrida em Estocolmo entre 7 e 11 de outubro de 2019, e que foi orientada para o tema específico da mineração sustentável.

46. Nessa ocasião, os seminários contaram com a participação de mais de 100 especialistas dos setores público, privado e acadêmico do Brasil e da Suécia. Um dos principais resultados da II SIBS foi a abertura e pavimentação de frentes de

parceria estratégica com o país escandinavo, expoente da mineração na UE e detentor de amplo parque tecnológico e de inovação. Constatou-se no evento que Brasil e Suécia são parceiros confiáveis e capacitados e que há interesse concreto de ambos lados em avançar nas áreas identificadas. Entre as pautas estratégicas, ressalta-se a possibilidade concreta de parceria bilateral na questão da produção e utilização do grafeno, por meio da promoção do "matchmaking" entre instituições dos dois países.

47. A terceira edição da SIBS, inicialmente prevista para ocorrer em outubro de 2021, teve de ser postergada para maio de 2022 em função do cenário de incertezas e restrições causado pela pandemia da COVID-19. A agenda de encontros deverá contemplar sessões de "matchmaking" entre pesquisadores e empresas, além de painéis de discussão sobre os temas definidos com base no "Working Plan on Innovation Brazil-Sweden 2021-2023", em quatro eixos temáticos: mineração sustentável/grafeno, saúde, cidades inteligentes e bioeconomia.

48. As vantagens de basear a agenda da III SIBS nos projetos bilaterais previstos no Plano de Trabalho são inúmeras: ilustrar o grau de concretude e de foco da cooperação Brasil-Suécia em inovação; expandir a cooperação entre os atores mediante a discussão de subtemas conexos; e incentivar o aprofundamento da cooperação bilateral. A dinâmica de interação prevista na III SIBS atua, assim, para aproximar os ecossistemas de CT&I de Brasil e Suécia, mediante o contato pessoal entre as partes, em torno de projetos e discussões focadas e concretas, visando a fomentar efetivamente parcerias bilaterais entre os atores da "tríplice hélice".

49. O significativo potencial sueco-brasileiro para produção conjunta de inovação, com reciprocidade e benefício mútuo, vem atraindo, ademais, a atenção do governo brasileiro, em seus três níveis, o que vem resultando na promoção de missões à capital sueca. Em novembro de 2019, este posto acompanhou missão oficial do Estado do Rio Grande do Sul, liderada pelo secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia do governo estadual, composta por outros integrantes do governo gaúcho, empresários e representantes do setor acadêmico.

50. A pandemia da COVID-19 diminuiu o fluxo deste intercâmbio em 2020 mas, em 4 de fevereiro de 2021, acompanhei a visita do ministro das Comunicações, Fábio Faria, à capital sueca, onde tivemos a oportunidade de visitar a sede da empresa Ericsson e conhecer os detalhes da tecnologia 5G desenvolvida pela empresa sueca.

COOPERAÇÃO ACADÊMICA

51. Os encontros da diáspora brasileira em ciência, tecnologia e inovação na Suécia têm como propósito aprofundar os vínculos estratégicos com os pesquisadores brasileiros que atuam no país escandinavo, para que esse imenso potencial seja capitalizado para as áreas de C,T&I no Brasil. O primeiro encontro foi realizado em outubro de 2019 na Embaixada do Brasil em Estocolmo e contou com 14 pesquisadores brasileiros numa primeira iniciativa de mapeamento do perfil dos cientistas brasileiros radicados na Suécia. A segunda edição do encontro deverá ocorrer em 2022, às margens da III SIBS, e pretende expandir o número de participantes, com a articulação de uma rede de pesquisadores brasileiros em atuação em universidades, empresas e institutos de pesquisas suecos. O objetivo da rede é de mobilizar esses cientistas para a divulgação do Brasil como um país dinâmico e inovador. A rede da diáspora, uma vez mapeada, também será um ponto de intercâmbio entre esses pesquisadores, com apoio institucional da Embaixada, para que explorem novas parcerias e colaborações, entre si ou com outros parceiros, estreitando os laços de cooperação científica e acadêmica entre Brasil e Suécia.

DIVULGAÇÃO CULTURAL

52. A Embaixada em Estocolmo deu seguimento à tradição deste posto de prestar especial atenção à cultura brasileira na Suécia. Entre vários eventos nesse campo, o posto participou, em 2019, da Feira Internacional do Livro de Gotemburgo, última edição antes da pandemia de coronavírus. O tradicional estande do Brasil, situado em área privilegiada da feira literária, contou com eventos e seminários proferidos pelos autores convidados - a saber, a novelista Tatiana Salém Levy, o autor infanto-juvenil Rogério Andrade e a cartunista Luciana Cafaggi.

53. No mesmo contexto, com o apoio financeiro da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Embaixada em Estocolmo financiou a tradução para o sueco e a publicação do livro "Senhor dos Pássaros", de Rogério de Andrade.

54. Para a Feira de Gotemburgo de 2022, a Embaixada está dialogando com editoras locais com vistas a traduzir para o sueco e publicar no país a obra "Torto Arado", de Itamar Vieira Junior. A ideia é trazer para a próxima edição da Feira o autor brasileiro.

55. Com o apoio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Embaixada em Estocolmo logrou traduzir para o

sueco e editar neste país a obra infanto-juvenil "TOM", do autor e ilustrador André Neves. Ainda no campo da literatura, foi organizado seminário sobre a obra de Clarice Lispector, em parceria com a editora sueca Tranan, cujo catálogo contém a obra completa da autora, e a revista literária Karavan.

56. A fim de salientar a importância do ensino de língua portuguesa como língua de herança, assim como difundir a história, geografia e cultura geral do Brasil, a Embaixada em Estocolmo pretende organizar, em 2021-2022, concurso de redação em língua portuguesa em duas categorias, infantil e juvenil. A premiação aos vencedores nas duas categorias ocorrerá em cerimônia nas instalações da sede da Embaixada. Na mesma linha, organizou-se concurso de desenhos para crianças da comunidade brasileira com o título "Meu Momento predileto da História do Brasil".

57. No domínio do cinema, a Embaixada vem oferecendo apoio institucional a diversos festivais de cinema do país. São eles o Festival Internacional de Cinema de Estocolmo, O Festival de Cinema Latino-Americano da Universidade de Estocolmo, o Festival BUFF de filmes infanto-juvenis de Malmö, entre outros.

58. Graças ao apoio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, esta Embaixada pôde patrocinar parte das despesas do Festival de cinema latino-americano "Panoramica", no qual se insere o festival de cinema brasileiro "BrasilCine", que oferece exibições dedicadas exclusivamente ao cinema brasileiro.

59. Apesar das limitações impostas pela pandemia de Covid-19, o espaço existente na sede da Chancelaria tem possibilitado a organização de diversos eventos culturais de menor porte, tais como saraus musicais, atividades literárias, atividades lúdicas de leitura de histórias para crianças sueco-brasileiras, entre outros.

TEMAS CONSULARES

60. A comunidade brasileira residente na Suécia foi estimada em 10.725 nacionais, segundo dados de dezembro de 2020. Esse número refere-se, apenas, a cidadãos nascidos no Brasil, residentes legalmente na Suécia. De acordo com as estatísticas disponíveis para consulta no Escritório de Estatística da Suécia, os brasileiros estão concentrados, principalmente, nas três maiores cidades suecas, sendo que 30% encontram-se em Estocolmo, 16% em Gotemburgo e 15% em Malmö. Além disso, segundo dados do pesquisador Tobias Hubinette da Universidade de Karlstad, estima-se a presença de mais 6.089 (dado de 2019) brasileiros binacionais nascidos

na Suécia, com ao menos um dos pais sendo brasileiro. A comunidade é composta majoritariamente por mulheres. Além da Embaixada do Brasil em Estocolmo, existe consulado honorário em Gotemburgo e em Malmö (no momento, vacante).

61. O atendimento à comunidade é feito pessoalmente, mas foi reduzido por causa da pandemia, tendo-se recorrido a agendamento prévio para evitar acúmulo na sala de espera. Faz-se, também, atendimento por e-mail e telefone, e muitos serviços podem ser solicitados e atendidos por correio, sem que haja necessidade de o cidadão deslocar-se de sua cidade de residência. Mesmo durante a pandemia de COVID, manteve-se essa estrutura, no setor consular, de atendimento tanto pessoal, mediante agendamento, como remoto, ao longo de 2020.

62. O serviço consular da Embaixada tem desenvolvido trabalho de forma célere, o que pode ser comprovado pelo prazo expedito com que os serviços de natureza cartorial têm sido realizados. Visando maior eficiência, divulgamos em nossa página oficial e no Facebook informações úteis que visem a poupar tempo e esforço tanto do cidadão brasileiro como dos funcionários consulares.

63. Durante o primeiro semestre de 2020, a Embaixada foi mobilizada a dar apoio a nacionais ao ensejo de um aumento do número de pedidos de assistência, orientações e informações, devido aos cancelamentos de voos durante a pandemia de COVID-19, que dificultou o retorno de centenas de brasileiros que se viram, involuntariamente, num limbo migratório. A extensão do prazo legal de permanência na Suécia exigia providências burocráticas complicadas para aqueles que não falavam inglês ou sueco. Muitos se queixavam da falta de recursos para permanências prolongadas num país de custo de vida muito alto, como é o caso da Suécia. Foi-lhes prestada assistência e todo apoio para resolverem seu retorno ao Brasil, não tendo ficado qualquer brasileiro para trás na Suécia.

64. No decorrer de minha gestão, constataram-se alguns casos de detenção de brasileiros, mormente por conexão com o narcotráfico, assim como casos de alegada agressão psicológica ou física relacionada a gênero, contra mulheres. Nesse particular, assevero que o Setor Consular dispõe de excelente e eficaz relacionamento com autoridades policiais e de serviço social local, o que facilita a localização de brasileiros em situação vulnerável para prover atendimento profissional àqueles cidadãos e a seus filhos, especialmente para dar apoio em casos de envio ao Brasil de menores filhos de detentas brasileiras.

COMUNIDADE BRASILEIRA NA SUÉCIA

65. Tenho procurado, ao longo de minha gestão, incentivar que as várias associações de brasileiros na Suécia procurassem integrar-se e interagir entre si, pois quando cheguei encontrei-as dispersas e sem articulação. Diante disso, promovi, ainda em 2019, antes da eclosão da epidemia de Covid-19, uma confraternização em que reuni na residência oficial lideranças brasileiras das seis principais cidades suecas e propus que formassem um conselho das associações distribuídas pela Suécia afora. O incentivo a esse associativismo surtiu efeito positivo, culminando na criação do CABS - Conselho das Associações das Comunidades Brasileiras na Suécia, que ora se articula e interage de forma mais integrada e coesa.

66. É perceptível a presença, na Suécia, de cidadãos brasileiros, em sua maioria documentados e com vínculos familiares e profissionais, o mais das vezes bem estruturados e estabelecidos. Há muitos profissionais brasileiros bem qualificados, atuando em grandes empresas multinacionais suecas e em setores ligados à informática e à engenharia, além de estudantes em nível de pós-graduação, mormente na região de Estocolmo.

67. Tenho procurado incentivar o empreendedorismo e atividades sociais de brasileiros que se destacam em iniciativas culturais, comerciais e empresariais, a quem tenho oferecido medalhas de reconhecimento por bons serviços prestados à comunidade brasileira e por divulgar positivamente a imagem do Brasil. O espaço da Embaixada também é utilizado para promover eventos que estimulem a integração da comunidade e difusão de iniciativas de interesse dos brasileiros na Suécia.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ESTOCOLMO

(EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO AO REINO DA SUÉCIA E JUNTO À REPÚBLICA DA LETÔNIA)

Candidata EMBAIXADORA MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES

PERFIL DO CANDIDATO



MPC MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES

Nascida em 26/08/1957, em Buenos Aires, Argentina (Brasileira, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946), a MPC Maria Luisa Escorel de Moraes tem longa e ampla experiência diplomática, tanto no campo bilateral quanto multilateral, bem como em assistência a brasileiros no exterior. Bacharel e licenciada em História pela PUC-RJ, concluiu curso de mestrado em Ciência Política pelo Instituto de Estudios Politicos da Universidad Andrés Bello (Santiago, Chile), além dos Cursos de formação, atualização e de Altos estudos do Instituto Rio Branco.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1985. No Brasil, atuou inicialmente como assessora do chefe do Departamento de Administração e, em seguida, como assessora da Divisão Especial de Meio Ambiente (DEMA), oportunidade em que participou dos preparativos iniciais da Rio-92 e de discussões sobre os primeiros instrumentos internacionais e regionais ambientais. Trabalhou na Divisão da Europa II e foi assessora do Secretário-Geral das Relações Exteriores para temas politicos. Posteriormente, chefiou a Divisão de Paz e Segurança Internacional e foi Diretora do Departamento de Organismos Internacionais (DOI). Nesse período, atuou como coordenadora do grupo de trabalho interministerial estabelecido para elaborar o primeiro Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNA-MPS), adotado em 2016 e renovado em 2018, em linha com a resolução 1325 (2000) do CSNU. Integrou a delegação do Brasil à Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), bem como em reuniões paralelas ao Debate Geral, como os encontros ministeriais do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão), da Iniciativa Política Externa e Saúde Global (FPGH, na sigla em inglês), bem como do Grupo de Amigos da Mediação e da Aliança das Civilizações, entre outras.

No exterior, a diplomata serviu como primeira-secretária na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (2001-2004), responsável por defender as posições brasileiras na II Comissão da AGNU, em particular sobre erradicação da pobreza, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Participou ativamente como delegada e negociadora da Rio + 10 em Joanesburgo (2002) e representou o Brasil em diversas reuniões do grupo de países megadiversos e sobre padrões sustentáveis de produção e consumo. Posteriormente, serviu em Genebra (2009-2014), como MSC, ocupando-se principalmente dos assuntos de OMS, OIT, meio ambiente e direitos humanos. Nessa ocasião, coordenou e facilitou negociações de diversos documentos, como a Declaração do Rio sobre

Determinantes Sociais da Saúde-2011, e mecanismos importantes, entre resoluções, decisões, convenções e declarações políticas.

A Embaixadora Escorel de Moraes serviu, igualmente, no Consulado-Geral em Vancouver, Canadá, e na Embaixada do Brasil em Wellington, Nova Zelândia. Em ambas as oportunidades, adquiriu experiência consular e contribuiu para o mapeamento, atendimento e assistência aos brasileiros no exterior, bem como apoiou eventos culturais e acadêmicos de difusão da imagem e cultura do Brasil. Serviu também na Embaixada do Brasil em Caracas, onde chefiou o setor cultural, e na Embaixada do Brasil em Santiago, onde se ocupou dos temas políticos e concluiu mestrado.

Desde abril de 2018, a embaixadora Escorel de Moraes ocupa o cargo de Representante Permanente Alterna na Missão do Brasil junto às Nações Unidas e demais organismos internacionais em Genebra. Ademais da chefia da Chancelaria e acompanhamento geral das diversas áreas de atuação da Missão, coordena diretamente as atividades do setor humanitário, que congrega ACNUR, OIM e CICV, entre outros, bem como os setores cultural, de meio ambiente e de ciência e tecnologia do Posto. No campo da C&T, destaca-se, nesse período, o avanço no processo de adesão do Brasil ao CERN, com sede em Genebra. Como Vice-Presidente do Conselho Executivo da Unitaid, organização do setor saúde voltada para o acesso equitativo e a inovação, sobretudo no combate ao HIV, malária e tuberculose, do qual o Brasil é membro-fundador, acompanha e participa dos debates e zela pelos interesses brasileiros, com o apoio técnico do Ministério da Saúde.

Cronologia dos cargos do Serviço de Relações Exteriores do Brasil no exterior:

- Consulado Geral em Vancouver, Canadá, 1991/1994
- Embaixada em Caracas, Venezuela, 1994/1997
- Missão junto à ONU, Nova York, 2000/2004
- Embaixada em Santiago, Chile, 2004/2007
- Embaixada em Wellington, Nova Zelândia, 2007/2009
- Delegação permanente junto à ONU e agências especializadas em Genebra, 2009/2015
- Delegação Permanente junto à ONU e agências especializadas em Genebra, como Representante Permanente Suplente, 2018 até o presente.

No Ministério das Relações Exteriores, entre outros cargos, foi:

- Assessora do Departamento de Administração
- Assessora da Divisão Especial de Meio Ambiente
- Chefe da Divisão da Europa-II
- Assessora do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil
- Chefe da Divisão Internacional de Paz e Segurança
- Diretora do Departamento de Organizações Internacionais

Recebeu as seguintes medalhas e condecorações:

Ordem de Danneborg, Dinamarca; Ordem Nacional "Mérito Pentru", Romênia, Comandante; Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial; Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (TST), Grande Oficial; Medalha da Vitória, Ministério da Defesa; Ordem de Defesa do Mérito, Grande Oficial; Medalha de Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz.

Contexto atual e proposta geral de curso de ação:

Em 2022, serão celebrados os 50 anos da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972) e também os 30 anos da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). Em 2026, comemoraremos o Bicentenário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Suécia (1826).

As efemérides dos próximos anos constituem oportunidade de revisitar as relações de amizade históricas entre Brasil e Suécia, bem como os princípios e objetivos comuns no plano multilateral, além dos interesses econômicos e comerciais, que com o projeto Gripen foram elevados a novo patamar estratégico, e apostar na revitalização da agenda de desenvolvimento sustentável e inovação entre os dois países.

Caberia, assim, continuar a desenvolver a nova parceria estratégica com a Suécia (e aprofundar as relações com a Letônia) mediante uma "diplomacia da inovação" com miras ao desenvolvimento sustentável, tendo a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como parâmetros para a implementação de iniciativas conjuntas sustentáveis.

Para tanto, propõe-se promover e intensificar diálogos, visitas, encontros e intercâmbios bilaterais - presenciais e/ou virtuais – com representantes governamentais, empresariais, acadêmicos, estudantes, cientistas e pesquisadores, valendo-se dos mecanismos bilaterais de concertação já estabelecidos entre os dois países.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na administração das relações bilaterais do Brasil com o Reino da Suécia e com a República da Letônia em todas as áreas, de modo a implementar a Política Externa brasileira atinente ao relacionamento com os referidos países, mediante gestões e ações no âmbito da competência do Posto. Corresponder, igualmente, nos vários setores das relações bilaterais às demandas e oportunidades que se ofereçam e que possam atender aos interesses do Brasil.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a defender, promover e representar os interesses do Brasil em suas relações com o Reino da Suécia e com a República da Letônia, prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior bem como promover parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais suecos e letões.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Conduzir e administrar iniciativas na Suécia e na Letônia, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Ampliar a parceria política com a Suécia e a Letônia em temas de interesse comum;
3. Promover a parceria em Ciência, Tecnologia e Inovação, utilizando como base os mecanismos já existentes com a Suécia e de possíveis novos entendimentos com a Letônia;
4. Explorar novas frentes de cooperação em Meio Ambiente, sobretudo em temas que envolvam, também, vertente de Ciência, Tecnologia e Inovação;
5. Fortalecer ainda mais a cooperação em Defesa com a Suécia, no âmbito do projeto dos caças Gripen NG e de possíveis novas iniciativas na área;
6. Buscar parcerias que permitam aumentar o fluxo de conhecimento, aprofundamento da integração bilateral e que ampliem a capacidade de intercâmbio nas áreas de educação, ciência e tecnologia entre entidades brasileiras, suecas e letãs;
7. Estimular o interesse no Brasil por parte do público, de entidades privadas e de órgãos suecos e letões, com vistas a fomentar viagens, investimentos e maior fluxo de nacionais suecos e letões ao Brasil;
8. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
9. Ampliar e aprimorar mecanismos de concertação e de consultas entre setores especializados de ambos os governos nas vertentes de política bilateral e da área multilateral;
10. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira na Suécia e na Letônia como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;

11. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais e ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais;
12. Oferecer serviços consulares de qualidade e com rapidez junto ao público brasileiro, que necessite de assistência e documentação, bem como a suecos e letões interessados em vistos, consularização de documentos e outros serviços oferecidos pelo setor consular.
13. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

I - Promoção de comércio e investimentos

Brasil e Suécia possuem relação comercial sólida e densa. Em 2021, o comércio agregado entre janeiro e setembro apresentou aumento de 53,7% em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando US$ 1,8 bilhão. No âmbito dos investimentos, segundo o Banco Central, em 2019 havia US$ 5,4 bilhões de capital sueco investidos no Brasil pelo critério de participação no capital (20º maior) e US$ 3,2 bilhões pelo critério de controlador final (23º maior). Grandes empresas suecas de renome e atuação mundial mantêm unidades produtivas no Brasil. Estima-se que haja mais de 60 mil pessoas trabalhando em cerca de 220 empresas suecas no Brasil.

Com a Letônia, os fluxos comerciais são mais tímidos, atingindo cerca de US$ 42 milhões em 2020. As trocas bilaterais têm potencial de se intensificarem com a progressiva inserção da Letônia na cadeia logística europeia e, sobretudo, com maior conhecimento mútuo entre os setores privados.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Promover maior abertura do mercado sueco e letão aos produtos agrícolas do Brasil

- Procurar interfaces para ampliar o acesso de produtos do agronegócio brasileiro ao mercado sueco, especialmente aqueles que apresentem diferenciais de origem ou de qualidade que tenham potencial para o mercado sueco (por exemplo: carnes com certificação ambiental; cafés especiais; cachaças; vinhos, sucos de uva e espumantes; nozes e castanhas; entre outros);

2. Incrementar e diversificar o comércio bilateral

- Buscar incluir na pauta de exportações brasileira para a Suécia e a Letônia produtos de maior valor agregado, como produtos de defesa e componentes industriais;
- Buscar diversificar a pauta brasileira de exportações e atrair investidores em áreas não tradicionais, como a produção de software, comércio eletrônico e fomento a startups tecnológicas;
- Apoiar a participação em feiras e mostras comerciais que promovam a imagem do país e a qualidade dos produtos brasileiros, em especial a sustentabilidade do agronegócio brasileiro tanto do ponto de vista da produção de alimentos quanto de bioenergia;

3. Trabalhar na atração de investimentos suecos para o Brasil

- Atrair investimentos suecos para o Brasil, seja nas áreas em que a Suécia já tem tradicional presença no mercado brasileiro (telecomunicações, mineração, maquinário e veículos pesados) seja em novas áreas (veículos elétricos, biotecnologia, saúde, serviços) que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Brasil;

4. Ampliar o diálogo, o conhecimento e a troca de informações entre atores suecos e brasileiros

- Reativar a Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica estabelecida pelo Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984) entre atores privados e governamentais;

- Intensificar o intercâmbio e promover iniciativas com a Câmara de Comércio Brasil-Suécia;
- Apoiar a realização de reunião do Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia (última reunião realizada em São Paulo, em 2017);
- Fomentar e facilitar o contato entre empresários brasileiros e suecos, seja por meio de apoio a missões empresariais ou a contatos entre empresários, federações industriais, associações setoriais e outras entidades relevantes dos dois países;

5. Apoiar e estimular iniciativas específicas com capacidade de transformar o comércio e o cenário de investimentos entre o Brasil e a Suécia

- Apoiar a consolidação de novos mecanismos de diálogo que possam fomentar o intercâmbio e cooperação bilateral, bem como a aproximação entre Mercosul e União Europeia;
- Dar continuidade às consultas para a elaboração de Plano de Ação previsto no Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Proteção do Meio Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável (2013);
- Acompanhar os trâmites e apoiar a conclusão do Acordo entre Brasil e Suécia para Evitar a Dupla Tributação;

6. Ampliar o diálogo, o conhecimento e a troca de informações entre atores letões e brasileiros

- Aumentar o conhecimento mútuo entre os empresários brasileiros e letões, para explorar oportunidades comerciais entre os dois países
- Apoiar a organização de uma missão empresarial da Letônia ao Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos;
2) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre acordo UE-Mercosul;
3) Número de consultas comerciais de empresas brasileiras suecas atendidas pelo Posto;
4) Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil e da Suécia, com foco em aumentar o fluxo de comércio e de investimentos;
5) Número de ações de promoção de produtos brasileiros organizadas pela Embaixada;
6) Número de missões e eventos de promoção da base industrial e de defesa brasileira;
7) (Letônia, cumulatividade) Número de consultas e de encontros com empresários letões ou de empresários brasileiros interessadas em exportar ou estabelecer presença comercial na Letônia.

II - Relações políticas bilaterais

a) Relações Políticas Bilaterais com a Suécia

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Fortalecer a parceria estratégica Brasil-Suécia, por meio da retomada dos mecanismos diplomáticos bilaterais

- Dinamizar o Diálogo Político e dar seguimento à execução do novo Plano de Ação da Parceria Estratégica (2015), com vistas à efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais;

- Convocar a Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia, cuja última edição ocorreu em Estocolmo, em outubro de 2017, quando a delegação brasileira foi chefiada pelo então Subsecretário de Assuntos Políticos I do MRE (a próxima Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia deverá ser organizada em Brasília);
- Realizar a V Reunião do Diálogo Político-Militar Brasil-Suécia (Diálogo 2 + 2), chefiada em nível de Chefes de Departamento do MRE e do MD e prevista para ocorrer em Estocolmo, no primeiro trimestre de 2022;
- Encorajar a realização de Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, cuja última edição ocorreu em Estocolmo, em outubro de 2017, e foi co-presidida pelo Secretário-Executivo do então MDIC.

2. Fortalecer a parceria estratégica Brasil-Suécia, por meio de troca de visitas oficiais, envolvendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive de Entes Federativos, dos dois países

- Apoiar os contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e suecos, em formato presencial ou virtual;
- Apoiar as visitas de autoridades brasileiras à Suécia e de autoridades suecas ao Brasil;
- Estimular a troca de visitas e o contato entre os Grupos Parlamentares de Amizade Brasil-Suécia, tanto no Congresso brasileiro, quanto no parlamento sueco;
- Sob instruções de Brasília, facilitar o contato entre os Governos Estaduais e Municipais no Brasil e suas contrapartes na Suécia, com vistas a fortalecer o intercâmbio econômico, cultural, educacional e científico;
- Estimular a criação de novas parceiras entre “Cidades Irmãs” do Brasil e da Suécia.

3. Estimular a interlocução com a Chancelaria sueca com vistas a construir uma relação bilateral sólida e fluida

- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o governo sueco, por meio de uma interlocução fluida entre a Embaixada do Brasil em Estocolmo e o Ministério de Relações Exteriores da Suécia;
- Apoiar os processos de negociação de instrumentos bilaterais entre Brasil e Suécia, inclusive quando envolver outros ministérios, e recorrer, quando necessário, aos préstimos da Chancelaria sueca para a obtenção de informações sobre posições suecas em temas pontuais, de competência de outros ministérios;
- Buscar a interlocução com a Chancelaria sueca, com vistas a esclarecer posições do Brasil ou transmitir informações do governo brasileiro sobre temas afetos à União Europeia e solicitar o apoio sueco às posições do Brasil;
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional;
- Buscar, na medida do possível, a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, bem como, sob instruções do governo brasileiro, facilitar o apoio sueco a candidaturas brasileiras.

4. Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa da Suécia, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual

- Relatar fatos que envolvam o governo e a sociedade civil da Suécia, com vistas a permitir, por meio de dados objetivos e projeções analíticas, informação qualificada ao governo brasileiro sobre temas estratégicos e tendências globais;

- Esclarecer aspectos e tendências da política interna e da política externa da Suécia, com vistas a antecipar cenários e sugerir possíveis linhas de ação para o governo brasileiro em várias vertentes – segurança e defesa; comércio e investimentos; ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saúde pública; desarmamento e não-proliferação; direitos humanos, entre outros;
- Elaborar materiais informativos para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros;
- Encorajar a realização de visitas, reuniões, encontros e eventos envolvendo observadores e atores políticos locais, com participação ou apoio da Embaixada.

5. Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral

- Realizar gestões, junto ao governo sueco, para finalizar a negociação de acordos ou de mecanismos de interesse brasileiro, como é o caso das propostas brasileiras de Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-Suécia em Ciência, Tecnologia e Inovação e do mecanismo de Diálogo de Indústria de Defesa Brasil-Suécia, ambos atualmente sob análise interna do governo sueco;
- Encorajar a assinatura do Protocolo Brasil-Suécia sobre Controle de Exportação de Produtos de Defesa, que aguarda a visita oficial do Ministro da Defesa da Suécia ao Brasil para a cerimônia de formalização do instrumento (cujo texto já está finalizado).
- Informar e analisar propostas do governo sueco para a abertura de negociação de acordos bilaterais;
- Acompanhar a tramitação dos seguintes instrumentos bilaterais: convênio sobre previdência social e ajuste administrativo; convênio para evitar a bitributação e promover a execução do memorando de entendimento sobre mineração sustentável;
- Sugerir ao MRE do Brasil a negociação de novos instrumentos ou mecanismos bilaterais que atendam ao interesse brasileiro, caso se verifique a necessidade de suprir algum vácuo legal nas relações Brasil-Suécia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais
   (Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas em 2022-2023 / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas em 2020-2021) x 100
2) Índice de interlocução com a Chancelaria sueca
   (Número de gestões junto à Chancelaria sueca em 2022-2023/Número de gestões junto à Chancelaria sueca, 2020-2021) x 100
3) Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa sueca, bem como sobre outros assuntos de interessa para a Política Externa Brasileira, por ano
4) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e suecos
5) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos e demais formadores e opinião
6) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e suecos
7) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão
8) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações para promover a conclusão de acordos de cooperação técnica bilateral durante a gestão

b) Relações políticas bilaterais com a Letônia (cumulatividade)

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Contribuir para o fortalecimento das relações entre Brasil e Letônia e ampliar o conhecimento mútuo entre os dois países

- Apoiar a retomada da Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, cuja última edição ocorreu em 2017, tendo a Chancelaria letã manifestado interesse em realizar o próximo encontro em nível de Vice-Chanceler;
- Fortalecer os canais regulares de diálogo com o governo letão, por meio de agenda de viagens à Riga e contatos da chefe do Posto e do desk Letônia com autoridades e outros interlocutores da Letônia;
- Dar apoio substantivo e logístico a eventuais visitas de autoridades brasileiras à Letônia, especialmente às autoridades sanitárias, para permitir o processo de importação e exportação de produtos agropecuários de modo mais eficiente.

2. Fomentar e facilitar o diálogo parlamentar entre Brasil e Letônia, principalmente por meio do Grupo de Amizade Brasil-Letônia, já formado no Parlamento Letão

- Apoiar visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e letões;
- Apoiar iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e letões.

3. Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral

- Estimular e avançar a negociação de diversos acordos bilaterais que já se encontram em andamento (Acordo sobre Extradição; Acordo sobre Assistência Jurídica em Assuntos Penais; Acordo de Cooperação em Assuntos Civis; Acordo de Cooperação em Temas Educacionais e Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia);
- Iniciar a discussão de Acordo para Evitar Bitributação, sugestão feita pelo lado letão ainda em 2018.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de visitas do chefe do Posto e de diplomatas à Letônia
2) Número de visitas de autoridades brasileiras à Letônia
3) Número de visitas de autoridades letãs ao Brasil
4) Número de reuniões (presenciais e virtuais) entre contrapartes brasileiros e letões.

III – Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação – Suécia e Letônia

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Promover diálogo periódico com a Chancelaria sueca sobre temas regionais e multilaterais de interesse comum, tais como, paz e segurança, direitos humanos, desenvolvimento, meio ambiente e mudanças climáticas, imigração, saúde, defesa e trabalho.

- Intercambiar experiências e perspectivas sobre a participação, como membros não-permanentes, no Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU (Suécia, 2017-2018 (4a vez); Brasil: 2022-2023 (11a vez);

- Promover conjuntamente a agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), estabelecida pela resolução 1325 do CSNU, bem como discutir desafios para implementação dos respectivos planos nacionais de ação sobre MPS.

2. Contribuir para manutenção e aprofundamento da participação brasileira no IDEA – Institute for Democracy and electoral Assistance, com sede em Estocolmo
- Participação nas reuniões bianuais do Conselho de Estados Membros;
- Produção de subsídios, registros e análises sobre o IDEA para a Secretaria de Estado e para o Tribual Superior Eleitoral, fundamentando assim a participação brasileira no Instituto
- Busca de oportunidades de projetos e eventos a serem realizados no Brasil, organizados pelo IDEA
- Apoio substantivo e cerimonial a eventual participação de autoridade brasileira em eventos do IDEA

3. Buscar apoio a candidaturas brasileiras em organismos que contem com a participação da Suécia e/ou da Letônia
    - Realizações de gestões em favor de candidaturas brasileiras, a pedido da Secretaria de Estado, inclusive com propostas de troca de votos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros virtuais e presenciais com interlocutores da Chancelaria da Suécia e da Letônia para consultas e intercâmbio de informações sobre temas de interesse comum da agenda política regional e multilateral;
2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas políticos regionais e multilaterais/ano;
3) Número de reuniões promovidas com autoridades suecas e letãs sobre temas e iniciativas multilaterais de interesse mútuo;
4) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais;
5) Número de apoios da Suécia e da Letônia a candidaturas brasileiras em órgãos internacionais;
6) Número de reuniões do IDEA que contaram com participação de representante brasileiro;
7) Número de projetos do IDEA feitos no Brasil ou em colaboração com agências brasileiras.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. No contexto do bicentenário da independência e do centenário da Semana de Arte Moderna (1922), ampliar a difusão da cultura brasileira junto às sociedades sueca e letã, de forma a diversificar as referências e ir além das manifestações da cultura brasileira já tradicionalmente conhecidas, para divulgar demais expressões culturais em que a produção nacional adquiriu excelência;

2. No contexto dos 30 anos da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e dos 50 anos da Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, promover participação em eventos e organização de debates, mesas-redondas e seminários sobre os esforços, a complexidade, as oportunidades e os desafios para alcançar os objetivos de

desenvolvimento sustentável (ODS) até 2030, bem como a necessidade de cooperação e meios para tanto;

3. Participar nas reuniões e eventos de centros de excelência na formação da opinião pública local, tais como IDEA International, do qual o Brasil é membro, Instituto de Relações Internacionais e SIPRI (think tank -defesa);

4. Apoiar a organização regular de mostras de fotografia, design, música e dança brasileiras e em festivais latinoamericanos e internacionais de cinema nas várias cidades suecas, bem como eventos que contem com participação de obras e artistas brasileiros;

5. Apoiar a organização e execução de eventos especiais como o Brazilian Day e de gastronomia brasileira na Suécia e na Letônia;

6. Promover a literatura brasileira e a língua portuguesa, especialmente por meio de parcerias como a Feira Internacional do Livro de Gotemburgo, e apoiar a publicação de edições em sueco e em letão de obras da literatura brasileira;

7. Fomentar à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua sueca, em letão e em inglês, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o País;

8. Fomento ao conhecimento mais amplo da música, da gastronomia, da dança, do teatro, do design, do marketing digital cultural e da diversidade brasileiros.

9. Continuidade de coordenação entre Postos em países nórdicos e EMBRATUR.

MÍDIAS SOCIAIS

10. Explorar e ampliar a divulgação de informação sobre o Brasil nos vários meios digitais e mídias disponíveis.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de eventos culturais realizados com participação e apoio do Posto;
2) Quantidade de pessoas alcançadas em eventos virtuais, híbridos e presenciais;
3) Número de acessos nas páginas virtuais do Posto;
4) Número de formadores de opinião engajados.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Dinamizar a cooperação com a Suécia na área do desenvolvimento sustentável e de proteção Ambiental, inclusive boas práticas no manejo florestal sustentável;

2. Facilitar continuidade das consultas para elaboração do plano de ação previsto no Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Proteção do Meio Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável (2013);

3. Apoiar o Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre Cooperação em Energia, constituído com base no memorando de entendimento Brasil-Suécia, sobre Cooperação na área de Bioenergia, incluindo biocombustíveis, para redução de emissões de gases com efeito estufa (GGE);

4. Atuar junto à opinião pública sueca e letã para divulgar boas práticas ambientais no Brasil, e promover informação sobre os padrões de excelência do agronegócio brasileiro;

5. Buscar apoio do Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia para impulsionar projetos no Brasil que estejam em linha com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

6. Fomentar, junto a empresários brasileiros e investidores suecos e letões, discussões sobre bioeconomia e sobre critérios sociais e ambientais para investimentos (ESG), de maneira a ampliar as oportunidades de financiamento para empreendimentos brasileiros que promovam o desenvolvimento sustentável.

7. Identificar oportunidades de cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente no contexto das iniciativas em curso no âmbito da diplomacia de inovação;

8. (Letônia, cumulatividade) Explorar possibilidades de cooperação na área de desenvolvimento sustentável.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros e consultas com interlocutores suecos relevantes na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
2) Número de iniciativas bilaterais implementadas na área do desenvolvimento sustentável;
3) (Letônia, cumulatividade) Número de consultas e de encontros com representantes do governo, do empresariado e da sociedade civil da Letônia, com foco em parcerias para o desenvolvimento sustentável dos dois países.

VI- Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Suécia e fomentar parcerias inovadoras, tais como joint ventures entre empresas brasileiras e suecas;

2. Estimular contatos entre universidades, agências governamentais e institutos de pesquisa do Brasil e da Suécia;

3. Manter e aprofundar os mecanismos bilaterais de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive mediante a mencionada reativação da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, estabelecida pelo Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, em especial o Grupo de Trabalho em Tecnologia e Inovação (GTATI) e o Grupo de Alto Nível sobre Aeronáutica (GAN);

4. Fomentar e apoiar visitas, em ambas as direções, de representantes de instituições científicas e tecnológicas dos dois países, bem como de autoridades do setor de ciência e tecnologia;

5. Realizar, a cada dois anos, a Semana de Inovação Brasil-Suécia, em Estocolmo, com a participação de empresas e pesquisadores dos dois países, nas áreas prioritárias para a cooperação bilateral em inovação;

6. Apoiar o lançamento de projetos conjuntos de pesquisa entre instituições de ambos os países, como a Vinnova e a FINEP, inclusive na área de inovação em saúde, bioenergia e mineração;

7. Apoiar missões de "startups" brasileiras que venham buscar parcerias e investidores na Suécia;

8. Identificar novas áreas de possível cooperação bilateral em ciência e tecnologia;

9. Acompanhar as atividades do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), criado em 2011, com sedes em São Bernardo do Campo e Gotemburgo;

10. Acompanhar o projeto GRIPEN e promover a geração de transbordamentos par áreas estratégicas da indústria da inovação, tais como os campos relacionados à inteligência artificial e às novas tecnologias de transporte;

11. Mapear a diáspora científica brasileira na Suécia, identificando pesquisadores brasileiros que atuem em universidades, institutos de pesquisa e empresas na Suécia;

12. Promover encontros da diáspora científica na Suécia, e fortalecer os contatos entre os membros da rede, e entre esta rede e as redes de diáspora científica brasileira em outros países nórdicos e europeus;

13. Letônia (cumulatividade): explorar possibilidades de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões realizadas no âmbito do GAN;
2) Número de reuniões realizadas no âmbito do GTATI;
3) Número de consultas e de encontros com representantes de universidades e outras instituições científicas e tecnológicas do Brasil e da Suécia;
4) Número de pesquisadores brasileiros em atuação na Suécia identificados e contatados pela Embaixada;
5) Número de encontros da rede de diáspora científica brasileira na Suécia;
6) (Letônia, cumulatividade) Número de consultas e de encontros com representantes do governo, do empresariado e da sociedade civil da Letônia, com foco em parcerias para o desenvolvimento sustentável e demais possibilidades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação dos dois países.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

Educação e cultura

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Apoiar a expansão de programas de intercâmbio e cooperação entre universidades suecas, letãs e suas congêneres brasileiras;

2. Apoiar ampliação de estudos brasileiros e da língua portuguesa em universidades suecas e letãs;

3. Promover intercâmbio de práticas de gestão e de elaboração de política pública cultural e educacional, bem como estreitamento de laços entre a iniciativa privada da cadeia produtiva de economia criativa dos três países;

4. Apoiar cooperação museal;

5. Promover intercâmbio de práticas entre escolas técnicas no âmbito dos serviços, da indústria, do empreendedorismo e da educação financeira;

6. Promover intercâmbio de experiências em restauração de patrimônio cultural material;

7. Apoiar cooperação em gestão de equipamentos públicos de cultura;

8. Estimular colaboração em estabelecimento de políticas públicas voltadas à preservação, difusão e valorização de patrimônio cultural imaterial;

9. Promover intercâmbio entre associações culturais suecas e letãs e suas congêneres brasileiras;

10. Estimular cooperação entre institutos geográficos e históricos e fundações culturais dos três países;

11. Apoio a residências artísticas nos mais diversos ramos das artes;

12. Intermediação de contatos entre produtores e coletivos culturais, bem como entre galerias de arte e afins, do Brasil, da Suécia e da Letônia.

13. Estimular participação recíproca em oficinas de capacitação envolvendo os três países.

14. Apoiar diálogo e troca de experiências interdisciplinares entre atores culturais dos três países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de simpósios, congressos e encontros virtuais, híbridos e presenciais realizados,
2) Número de termos de compromisso celebrados,
3) Número de alunos e de professores participantes de programas de intercâmbio,
4) Número de residências artísticas realizadas

Saúde

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Identificar oportunidades de cooperação com a Suécia na área de saúde e de biotecnologia, com foco no desenvolvimento de vacinas e de novos medicamentos, não só contra a COVID-19, mas também outras doenças, com ênfase no acesso equitativo e universal;

2. (Letônia, cumulatividade) Trocar experiências sobre o combate à pandemia de COVID-19 com o governo da Letônia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros com pesquisadores e empresas da área de tecnologia aplicada à saúde;
2) Número de eventos relacionados a biotecnologia promovidos ou apoiados pela Embaixada;
3) Número de contatos e consultas junto a autoridades e outros interlocutores locais sobre cooperação na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos médicos.
4) (Letônia, cumulatividade) Número de encontros ou conversas com o governo da Letônia sobre COVID-19 e outros temas sanitários.

Defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Em coordenação com a Adidância de Defesa, dar apoio às demandas que possam surgir no contexto do contrato para a produção do caça Gripen - New Generation de parceria entre as empresas Embraer-SAAB;

2. Dar continuidade ao monitoramento, em coordenação com a Adidância de Defesa, das propostas das Forças Armadas de ambos os países para participação em exercícios virtuais e visitas mútuas de oficiais de altas patentes;

3. Manter estreita coordenação com a Adidância de Defesa para acompanhar reuniões entre Forças Armadas em temas militares;

4. Apoio à realização periódica do Diálogo Político-Militar (formato 2+2), do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN) e do Comitê Executivo em Aeronáutica.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros, gestões e reuniões, presenciais ou virtuais, com representantes do governo sueco, em especial das Forças Armadas da Suécia, e de empresas suecas que atuam na área de indústria de defesa.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate a desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Promover intercâmbio de informações entre autoridades e especialistas sobre políticas públicas, boas práticas e parcerias para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

2. Fomentar projetos conjuntos, no âmbito dos diversos mecanismos bilaterais existentes, que visem à promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades no Brasil, com envolvimento e apoio do setor empresarial;

3. Promover, de forma transversal, o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar e saúde da população e o combate às desigualdades, como metas prioritárias, nas discussões, iniciativas e projetos bilaterais dos diversos setores de relacionamento bilateral;

4. Gestionar junto a entidades na área de cooperação internacional para desenvolvimento socioeconômico e desigualdades, com vistas a explorar possíveis parcerias e cooperação que visem à troca de experiências.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de gestões, encontros e reuniões com representantes dos governos sueco e letão para explorar novas formas de cooperação bilateral na área de desenvolvimento socieconômico e combate a desigualdades sociais.

IX – Apoio à comunidade brasileira na Suécia

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Atualizar periodicamente o mapeamento da comunidade brasileira na Suécia e na Letônia;

2. Dar continuidade ao apoio prestado às várias associações brasileiras na Suécia e estimular a coordenação entre elas, para consolidar a plataforma da Comunidade de Associações Brasileiras na Suécia (CABS);

3. Apoiar iniciativas de empreendedorismo da diáspora brasileira;

4. Apoiar o ensino da língua portuguesa e da cultura e história do Brasil para crianças e jovens estudantes brasileiros que vivem na Suécia e na Letônia;

5. Divulgar brasileiros (as) bem sucedidos como modelos para crianças, jovens e recém-chegados à Suécia e à Letônia.

6. Estimular iniciativas de cunho cultural realizadas pela diáspora brasileira.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira na Suécia e Letônia;
2) Número de reuniões da Embaixada com as associações brasileiras; e
3) Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Giordano

SF/21829.47363-09

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 62, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia*.

Relator: Senador **GIORDANO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora MARIA LUISA ESCOREL DE MORAES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A indicada é filha de Lauro Escorel Rodrigues de Moraes e Sarah Escorel de Moraeis e nasceu em 26 de agosto de 1957 em Buenos

Aires, Argentina, sendo brasileira de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946).

Em 1985, graduou-se no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também no Instituto Rio Branco, em 1994 concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata e, em 2006, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido tese intitulada "A política externa do Governo Lagos: a reinserção chilena na América do Sul e as relações com o Brasil". Na área acadêmica, bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Mestra em Ciência Política pelo Instituto de Estudios Políticos da Universidad Andrés Bello, de Santiago, Chile.

SF/21829.47363-09

A diplomata indicada tornou-se Terceira-Secretária em 1986 e Segunda-Secretária em 1991. Por merecimento, ascendeu a Primeira-Secretária em 1998; a Conselheira em 2004; a Ministra de Segunda Classe em 2009; e a Ministra de Primeira Classe em 2016.

Em sua carreira, desempenhou diversas e importantes funções, entre as quais a de Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunta no Consulado-Geral em Vancouver (1991-1994); Chefe, substituta da Divisão da Europa II (1997-1999); Primeira-Secretária na Missão junto às Nações Unidas, Nova York (2000-2004); Primeira-Secretária e Conselheira Embaixada em Santiago (2004-2007); Conselheira, Ministra-Conselheira, comissionada, e Encarregada de Negócios na Embaixada em Wellington (2007-2009); Ministra-Conselheira na Delegação Permanente em Genebra (2009-2015); Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional (2015-2016); Diretora do Departamento de Organismos Internacionais (2016-2018); e Representante Permanente Alterna na Delegação Permanente junto às Nações Unidas e organismos especializados em Genebra, de 2018 até o presente.

Além do currículo do diplomata indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Suécia e a República da Letônia. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

Com 450 mil km² de área, a Suécia é o terceiro país em território da União Europeia. No entanto, com apenas 10,2 milhões de habitantes, o país possui baixa densidade demográfica (cerca de 22 habitantes por

quilômetro). A população está concentrada ao sul do território, onde as temperaturas são mais amenas.

As relações diplomáticas Brasil-Suécia foram estabelecidas em 1826. Os primeiros contingentes de imigrantes suecos chegaram ao Brasil em 1890. Em 1909, foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. Os investimentos no Brasil começaram com a pioneira Ericsson em 1924. Aumentaram e diversificaram-se a partir de 1946, concentrando-se em São Paulo, onde em 1953 foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira.

SF/21829.47363-09

Desde 2009, com o estabelecimento do Plano de Ação da Parceria Estratégica, o Brasil mantém com a Suécia relação estratégica que, além da fluidez do diálogo político, prevê maior interação na área econômico-comercial e o desenvolvimento de projetos conjuntos em diversos campos. Esse documento programático foi atualizado no Novo Plano de Ação, de 2015, que recomenda iniciativas para a efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais, de modo a reforçar a cooperação nas áreas de comércio e investimentos, defesa, educação, ciência, tecnologia e inovação, meio ambiente, energias renováveis, seguridade social e cultura.

A presença de cerca de 220 empresas suecas no Brasil, o volume do comércio bilateral e dos investimentos suecos no país e o fluxo de turistas suecos conferem grande vitalidade às relações Brasil-Suécia.

Os fluxos comerciais entre o Brasil e a Suécia têm observado quedas na última década, tendo, em 2020, alcançado US$ 1,6 bilhão, com diminuição de 9,7% em relação a 2019. As exportações brasileiras para a Suécia foram de US$ 381 milhões (-13,2%), o que representou 0,2% do total das exportações brasileiras, ao passo que as importações a provindas da Suécia, de US$ 1,2 bilhão (-8,5%), representaram 0,8% do total das importações brasileiras. O saldo comercial bilateral manteve-se desfavorável ao Brasil em US$ 856 milhões. A Suécia, assim, figura em 55º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e no 25º lugar no ranking das importações.

Na área de defesa, houve a celebração, em outubro de 2014, do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a Saab para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen NG, ao custo aproximado de US$ 5,4 bilhões (o maior contrato de exportação da história da empresa

sueca). Atualmente é o principal projeto de parceria e investimentos de empresas suecas no Brasil.

Em agosto de 2015, houve a assinatura do contrato financeiro, o que marcou o aprofundamento da cooperação em aeronáutica militar. Essa parceria no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação entre Brasil e Suécia. O cronograma do projeto encontra-se em consonância com os prazos previstos no contrato. A cerimônia de entrega do primeiro caça ocorreu em setembro de 2019, em Linköping.

O início da produção de partes do caça no Brasil, na unidade da Saab em São Bernardo do Campo (SP), começou em julho de 2020. Em 20 de agosto do mesmo ano, foi realizado, na Suécia, o primeiro voo pilotado por oficial brasileiro em um Gripen E. Em setembro de 2020, o primeiro caça, agora batizado de F-39, chegou ao Brasil para novos ensaios e testes.

A comunidade brasileira residente na Suécia é estimada em 16.814 pessoas, segundo dados levantados em dezembro de 2020. Esse número inclui 10.725 cidadãos nascidos no Brasil e 6.089 cidadãos nascidos na Suécia, em que um ou ambos os pais são brasileiros.

Sobre a Letônia, cabe registro nesse Relatório que as relações Brasil-Letônia se desenvolvem em bases positivas e cordiais. O Brasil é reconhecido como país de peso nas Américas e ator importante no cenário global. A Letônia tem, pouco a pouco, buscado explorar novas parcerias internacionais, em particular com os grandes países emergentes, embora ainda confira prioridade à Europa e ao seu entorno sub-regional báltico. Na América Latina, o país se volta em especial para o Brasil.

As trocas bilaterais têm potencial de se intensificarem com a progressiva inserção da Letônia na cadeia logística europeia e, sobretudo, com maior conhecimento mútuo entre os setores privados. O projeto Rail Baltica poderá elevar o perfil da Letônia como centro distribuidor para os mercados da Rússia e Belarus, tendo como fator favorável os portos de águas profundas do país. Esse reposicionamento que a Letônia tenciona promover na cadeia logística europeia deverá ser acompanhado com atenção pelo Brasil.

Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 42,4 milhões, com queda de 55% em relação ao ano de 2019. As exportações brasileiras para a Letônia foram de US$ 23,5 milhões (-68,8%), e as

SF/21829.47363-09

importações desde a Letônia, de US$ 18,9 milhões (+0,5%). O saldo comercial bilateral foi favorável ao Brasil em US$ 4,6 milhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/21829.47363-09

3

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *SUSAN KLEEBANK*
CPF.: 238.617.461-15
ID.: 8122 MRE

1961	Filha de Ruben Kleebank e Miriam Kleebank, nasce em 11 de outubro, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1980	História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1981	CPCD - IRBr
1985	Pós-graduação em História pela Universidade de Paris X, Nanterre/FR
1989	CAD – IRBr
2000	CAE - IRBr, Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo
Cargos:	
1982	Terceira-Secretária
1986	Segunda-Secretária
1992	Primeira-Secretária, por merecimento
1999	Conselheira, por merecimento
2005	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2009	Ministra de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1983-84	Divisão da Ásia e Oceania I, Assessora
1986-87	Embaixada em Berlim Oriental, Terceira e Segunda-Secretária
1987-89	Embaixada em Pequim, Segunda-Secretária
1989-92	Embaixada em Bonn, Segunda-Secretária
1992	Departamento de Organismos Internacionais, Assessora
1992-95	Fundação Alexandre de Gusmão, Assessora
1995-98	Embaixada em Roma, Primeira-Secretária
1998-99	Departamento da Ásia e Oceania, Assessora
1999-01	Divisão Jurídica, Chefe de Divisão
2001-03	Embaixada em Ottawa, Conselheira
2003-07	Embaixada em Washington, Conselheira e Ministra-Conselheira
2007-08	Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, Coordenadora-Geral
2008-10	Supremo Tribunal Federal, Presidência, Assessora-Chefe de Assuntos Internacionais
2010-12	Tribunal Superior Eleitoral, Assessora de Cerimonial e Internacional
2012-2017	Embaixada em Bratislava, Embaixadora
2017-	Consulado-Geral em Genebra, Cônsul-Geral
Condecorações:	
1989	Medalha do Mérito Santos-Dumont
2009	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2018	Medalha Mérito Tamandaré
Publicações:	
2004	Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo, Editora Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2021

(nº 575/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

MENSAGEM Nº 575

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **SUSAN KLEEBANK**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **SUSAN KLEEBANK** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de novembro de 2021.

EM nº 00212/2021 MRE

Brasília, 22 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SUSAN KLEEBANK**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Hungria, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **SUSAN KLEEBANK** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 909/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa, o nome da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto

Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 08/11/2021, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2992323** e o código CRC **F55AFB15** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447 191

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa II

HUNGRIA



Ficha-País

SETEMBRO DE 2021

APRESENTAÇÃO

A Hungria (em húngaro: *Magyarország*) é um país localizado na Europa Central, especificamente na Bacia dos Cárpatos. Faz fronteira com a Eslováquia ao norte, Romênia ao leste, Sérvia ao sul, Croácia a sudoeste, Eslovênia a oeste, Áustria a noroeste e Ucrânia a nordeste. A capital do país é Budapeste. A Hungria é membro da União Europeia, da OTAN, da OCDE, do Grupo de Visegrado e do Espaço Schengen. A língua oficial é o húngaro, que é o idioma não indo-europeu mais falado na Europa.

Após séculos de sucessivas ocupações de celtas, romanos, hunos, eslavos, gépidas e ávaros, a Hungria foi fundada no final do século IX pelo grão-príncipe Árpád durante o *Honfoglalás* ("conquista da pátria"). Seu bisneto, Estêvão I, subiu ao trono no ano 1000, quando converteu o país em reino cristão. Até o século XII, a Hungria era potência média no mundo ocidental, alcançando seu auge no século XV. Após a Batalha de Mohács, em 1526, e de cerca de 150 anos sob ocupação otomana (1541-1699), a Hungria ressurgiu sob o domínio dos Habsburgos e, mais tarde, formou parte significativa do Império Austro-Húngaro (1867-1918).

Suas fronteiras atuais foram estabelecidas pela primeira vez pelo Tratado de Trianon (1920), após a Primeira Guerra Mundial, quando o país perdeu 71% de seu território, 58% da sua população e 32% dos húngaros étnicos. Após o período entre-guerras, a Hungria aderiu às Potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial, quando sofreu danos significativos. Após o conflito, ficou sob a esfera de influência da União Soviética, o que contribuiu para o estabelecimento de ditadura comunista por quatro décadas (1947-1989). O país ganhou ampla atenção internacional por conta da Revolução Húngara de 1956 e da abertura parcial de sua fronteira anteriormente restrita com a Áustria, em 1989, o que acelerou o colapso do Leste Europeu.

Em 23 de outubro de 1989, a Hungria tornou-se república parlamentar democrática e atualmente tem economia considerada de alta renda, com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O país também é destino turístico popular no continente europeu, atraindo cerca de 10 milhões de visitantes por ano. A Hungria abriga o maior sistema de fontes termais, o segundo maior lago termal do mundo (Lago Hévíz), o maior lago da Europa Central (lago Balaton) e as maiores pastagens naturais do continente europeu (o Parque Nacional de Hortobágy).

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Hungria
CAPITAL	Budapeste
ÁREA	93.030 km²
POPULAÇÃO	9,8 milhões de habitantes
IDIOMAS	Húngaro (oficial, 93,6%), dialetos ciganos
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (57,8%); Protestantes (23,9%); Outras crenças (5%)
REGIME DE GOVERNO	República Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente János Áder
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Viktor Orbán
MINISTRO DO EXTERIOR	Péter Szijjártó
PIB NOMINAL (2020)	US$ 155 bilhões
PIB PPP (2020)	US$ 323 bilhões
PIB per capita (2020)	US$ 15.863
PIB per capita PPP (2020)	US$ 33.084
VARIAÇÃO DO PIB	-5,0% (2020), 4,9% (2019), 5,1% (2018)
UNIDADE MONETÁRIA	Florim húngaro
IDH	0,854 - 40º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA	76,9 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,4% (OIT 2020)
BRASILEIROS NO PAÍS	Estima-se que 800 brasileiros residam na Hungria
EMBAIXADOR DA HUNGRIA NO BRASIL	Zoltán Szentgyörgyi
EMBAIXADORA DO BRASIL NA HUNGRIA	José Luiz Machado e Costa

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ milhões, FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL HUNGRIA	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	**484,3**	**633,2**	**650,8**	**656,3**	**479,7**	**526,7**	**480,9**	**381,5**	**341,3**
Exportações	145,6	145,8	164,0	239,0	197,7	181,7	115,64	69,5	53,5
Importações	338,6	487,4	486,8	417,2	282,0	345,0	364,45	312	287,8
Saldo	**-193,0**	**-341,5**	**-322,7**	**-178,1**	**-84,2**	**-163,3**	**-248,81**	**-242,4**	**-234,3**

PERFIS BIOGRÁFICOS

János Áder
Presidente da República



János Áder nasceu no dia 9 de maio de 1959, na pequena cidade de Csorna, próxima à fronteira com a Áustria. Entre 1978 e 1982, frequentou o curso de direito da Faculdade de Direito e Ciências Políticas da Universidade Eötvös Loránd (ELTE), em Budapeste. Colou grau *cum laude* em 1983. Em seguida, atuou como advogado em Budapeste até 1986, quando passou a atuar como pesquisador do Instituto de Sociologia da prestigiosa Academia de Ciências Húngara, até 1990.

Em 1988, juntamente com Viktor Orbán e outras lideranças estudantis, foi um dos membros fundadores da Aliança dos Jovens Democratas (Fiatal Demokraták Szövetsége - FIDESZ) e, no ano seguinte, participou das negociações que culminaram no final do regime comunista na Hungria. Foi o arquiteto das campanhas do FIDESZ em 1990, nas primeiras eleições livres na Hungria desde 1945, e novamente em 1994. Por cinco vezes consecutivas foi eleito para a Assembleia Nacional.

Em 1998, no início do primeiro governo do FIDESZ, liderado por Viktor Orbán (1998-2002), foi eleito presidente da Assembleia Nacional, cargo que ocupou até o final daquela legislatura. Em seu mandato seguinte (2002-2006), assumiu a liderança da bancada do FIDESZ no parlamento.

Com a renúncia do presidente Pál Schmitt, em abril de 2012, foi candidato único para o mandato presidencial de cinco anos. Em 2017, novamente indicado por Viktor Orbán, foi reeleito e cumpre mandato que se estende até 2022.

János Áder é um dos 11 chefes de estado que compõem o "High Level Panel on Water - HLPW", constituído em abril de 2016 pelo secretário-geral das Nações Unidas e pelo presidente do Banco Mundial, com vistas a buscar soluções inovadoras no gerenciamento de recursos hídricos. Participou do segmento de alto nível da oitava edição do Fórum Mundial da Água, em Brasília, de 17 a 23 de março de 2018.

Esteve no Brasil para participar da Rio+20 (2012) e da abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, ocasião na qual também visitou São Paulo e Foz do Iguaçu.

Viktor Mihály Orbán
Primeiro-ministro



Nasceu em 31 de maio de 1963 em Székesfehérvár, capital da Transdanúbia, de uma família rural de classe média. Completou o ensino médio na Escola Blanka Teleki em 1981, onde aprendeu inglês. Aos 14 anos, foi secretário da organização de juventude comunista Kisz. Após dois anos de serviço militar, estudou direito na Universidade Eötvös Loránd (ELTE) em Budapeste, tendo apresentado, em 1987, tese de mestrado sobre o Movimento Solidariedade. Em 1988, ingressou na política como um dos membros fundadores do movimento Aliança dos Jovens Democratas (Fiatal Demokraták Szövetsége – FIDESZ), sendo seu primeiro porta-voz.

Em junho de 1989 ganhou notoriedade nacional quando proferiu discurso na Praça dos Heróis, no Centro de Budapeste, em que exigiu eleições livres e a retirada das tropas soviéticas. Semanas depois, foi convidado para participar das “Round Table Talks” que resultaram no fim do unipartidarismo.

Após estudar por alguns meses em Oxford, retornou ao país natal em 1990 para participar das primeiras eleições livres realizadas na Hungria desde 1945. Foi eleito deputado, encabeçando a lista do FIDESZ. Ao assumir, tornou-se o primeiro líder parlamentar do partido e, em 1993, foi seu primeiro presidente.

Em 1998, elegeu-se primeiro-ministro pela primeira vez, em uma coalizão, permanecendo no cargo até 2002. Em 2010, Orbán voltou ao poder com grande votação e supermaioria no parlamento. Graças à maioria obtida pelo seu partido, aprovou nova constituição em 2011, promulgada em 1º de janeiro de 2012.

Orbán reelegeu-se em 2014, com ampla vantagem de votos, e seu partido manteve a supermaioria de dois terços no parlamento. Em 2018, elegeu-se para o terceiro mandato consecutivo, dispondo, novamente, de maioria de dois terços.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2017, Brasil e Hungria celebraram 90 anos de relações diplomáticas. A presença de aproximadamente cem mil descendentes húngaros no Brasil, sobretudo em São Paulo e nos estados do Sul, constitui importante aspecto do relacionamento bilateral. Merecem destaque as atuações, em São Paulo, da Associação Húngara, que promove a cultura e o idioma húngaros, bem como a do Colégio Santo Américo, fundado por monges beneditinos húngaros em 1951, cujo nome presta homenagem a um dos filhos de Santo Estevão, primeiro rei da Hungria.

Em 2011, o governo húngaro anunciou a inclusão do Brasil entre as prioridades da política externa do país. Na sequência, registraram-se encontros de alto nível - especialmente a visita a Budapeste do vice-presidente brasileiro, em 2013 - e a implementação de alguns dos acordos firmados anteriormente (cooperação econômica; cooperação em ciência, tecnologia e inovação; e consultas políticas).

O governo húngaro decidiu reabrir, em 2015, o Consulado-Geral da Hungria em São Paulo, fechado em 2009, por conta da crise econômica do país.

Os eventos esportivos realizados pelo Brasil – Mundial FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 – aproximaram os dois países. A atividade desportiva é muito valorizada na Hungria, que se orgulha de ser o 10º maior vencedor de medalhas olímpicas (o Brasil é o 26º). O primeiro-ministro Viktor Orbán, aficionado por futebol, esteve no Brasil em visita privada, quando da Copa do Mundo. O presidente János Áder, por sua vez, representou o país na abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O presidente János Áder esteve presente à Rio+20 e participou no segmento de alto nível da oitava edição do Fórum Mundial da Água, que ocorreu em Brasília de 17 a 23 de março de 2018, na terceira viagem ao Brasil do chefe de estado húngaro desde 2012. Anteriormente, o presidente Árpád Göncz realizara visita ao Brasil em 1997.

Em 2016, o subsecretário dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior Laszló Szábo visitou o Brasil e manteve reunião de consultas políticas. Em novembro de 2017, o então Subsecretário Geral de Assuntos Econômicos, Embaixador Santiago Mourão, esteve em Budapeste para participar da IV Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Hungria e do III Fórum Hungria-América Latina. O embaixador aproveitou o ensejo para manter consultas políticas com o país e com o Grupo de Visegrado (Hungria, Eslováquia, Polônia e República Tcheca).

A partir de 2017, depois de celebrado memorando de entendimento entre o Ministério das Capacidades Humanas da Hungria e o MEC, o governo húngaro passou a oferecer anualmente 250 bolsas para brasileiros no âmbito do seu programa *Stipendium Hungaricum*, voltado ao ensino de graduação, pós-graduação e doutorado. As bolsas são objeto de grande procura por estudantes brasileiros. Mais de mil candidatos participaram do processo seletivo para o ano letivo 2021-2022.

As relações bilaterais ganharam novo ímpeto em 2019, como se verifica pelo alto número de visitas de alto nível. O Primeiro-Ministro Viktor Orbán esteve no

Brasil para a posse do senhor Presidente da República, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior Péter Szijjártó visitou o país em outubro de 2019. O ex-Ministro Ernesto Araújo esteve em Budapeste em maio de 2019, e a Ministra Damares Alves, em setembro.

Em 18 de novembro de 2020, o ex-Ministro Ernesto Araújo manteve conversa por videoconferência com o MNE Szijjartó. Tratou-se da planejada visita do Sr. Presidente da República à Hungria, da acessão do Brasil à OCDE e do acordo MERCOSUL-UE, entre outros temas.

Mais recentemente, em setembro de 2021, o Chanceler Carlos França e seu homólogo húngaro mantiveram encontro à margem da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, celebraram acordo para a cooperação na área de formação de diplomatas e examinaram perspectivas para a cooperação em educação e no campo da indústria de defesa, tendo em conta a aquisição pelas forças húngaras de duas aeronaves C-390 Millennium, de fabricação Embraer. Em Nova York, o chanceler húngaro reiterou o apoio de seu governo à adesão do Brasil à OCDE.

A convergência de posições em vários pontos da agenda internacional entre o novo governo brasileiro e o governo Orbán abre espaço para maior aproximação. Além do mencionado apoio à acessão do Brasil à OCDE, a Hungria apoiou a candidatura brasileira a assento não-permanente do CSNU, mandato 2022-2023, e apoia a assinatura do Acordo MERCOSUL-UE. Ambos os países fazem parte da Aliança Internacional para a Liberdade Religiosa, lançada em Washington, em fevereiro de 2020.

A firme intenção do governo da Hungria em aprofundar as relações com o Brasil ficou evidente com a publicação no diário oficial húngaro, em março de 2019, da resolução assinada pelo primeiro-ministro sobre a "refundação das relações Hungria-Brasil". O documento instrui diversos ministros a realizar iniciativas com o Brasil, priorizando os seguintes itens:

- Organização da 5ª Reunião da Comissão Econômica Mista
- Fórum Comercial
- Cooperação em tecnologia da informação e comunicações
- Cooperação educacional (*Stipendium Hungaricum*)
- Identificação de barreiras tarifárias e não-tarifárias
- Investimentos húngaros no Brasil
- Cooperação aeroespacial
- Cooperação em ciência, tecnologia e inovação
- Gestão de recursos hídricos e tratamento de esgoto

Por ocasião de sua visita a Brasília em outubro de 2019, o MNE Péter Szijjártó co-presidiu a 5ª reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-Hungria. Durante o evento, o ex-Ministro Ernesto Araújo e seu contraparte exploraram iniciativas para o aprofundamento da cooperação bilateral nas seguintes áreas: gestão de recursos hídricos, cooperação em ciência e tecnologia, cooperação em tecnologia espacial, cooperação em agricultura e cooperação educacional e cultural. Na mesma viagem, foi firmada declaração conjunta em que os países reafirmam seu desejo de continuar aprofundando sua cooperação e sua convergência de visões de mundo.

Em novembro de 2020, o governo húngaro, conforme mencionado, assinou contrato para a compra de duas aeronaves de transporte militar Embraer C-390, que serão entregues à Força Aérea Húngara até 2024. A Hungria tornou-se o terceiro país do mundo a adquirir o C-390 e o segundo com padrão técnico da OTAN, após Portugal, o que abre novas perspectivas de venda para outros países da organização. A venda, no valor total de 300 milhões de dólares, reflete o bom momento das relações bilaterais entre Brasil e Hungria, que certamente favoreceu a criação de um ambiente propício para a fluidez das negociações.

Cabe ressaltar que, ademais do significativo impacto do ponto de vista comercial, o acordo estabelecido entre a Embraer e a Força Aérea Húngara deverá estimular a cooperação científica e tecnológica entre os dois países em diferentes campos. Estão previstas ações de colaboração em matéria de pesquisa e desenvolvimento, em particular na área de satélites, bem como com "startups" e pequenas empresas potenciais fornecedoras locais de componentes. Em agosto de 2021, a Embraer abriu um escritório permanente na Hungria.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se que 800 brasileiros residam na Hungria. No que diz respeito à comunidade brasileira no país, cabe mencionar o Conselho de Cidadãos Brasileiros, estabelecido em 2011. O grupo é composto por onze pessoas e foi responsável, entre outras iniciativas, pelo projeto “Brincando em Português”, dedicado à promoção do português como língua de herança entre crianças da comunidade.

POLÍTICA INTERNA

O parlamento (Assembleia Nacional) é unicameral, composto de 199 deputados (número estabelecido pela constituição de 2012). Os deputados são eleitos para mandatos de quatro anos, sendo as últimas eleições realizadas em abril de 2018, e as próximas, previstas para abril de 2022. O presidente, cujo mandato é de cinco anos, tem o poder de vetar leis aprovadas pelo parlamento ou enviá-las para revisão pelo Tribunal Constitucional. É permitida uma reeleição.

Os poderes executivos repousam no cargo de primeiro-ministro, eleito por maioria simples na Assembleia Nacional. Este tem o poder de selecionar o gabinete e propor projetos de lei. Não há limite para o tempo de permanência no cargo.

Embora a Suprema Corte seja o mais alto tribunal do país, a revisão de constitucionalidade de leis é feita pelo Tribunal Constitucional da Hungria. É composto de quinze juízes eleitos pelo parlamento para um mandato de nove anos, com possibilidade de uma reeleição.

A coligação FIDESZ-KDNP governa o país, sob a liderança do Primeiro-Ministro Viktor Orbán, desde 2010, contando com maioria de dois terços na Assembleia Nacional. A segunda maior agremiação representada no Parlamento é o partido Jobbik

(centro-direita; 26 assentos). A terceira posição é ocupada pelo MSZP (socialistas; 20 assentos), que governou a Hungria entre 2002 e 2010. Em seguida, o partido Coalizão Democrática (DK) conta com nove deputados, o LMP com oito. Sem representação parlamentar, cumpre destacar, ainda, o partido *Momentum*. Fundado em 2017 e integrado por jovens quadros, a nova legenda surpreendeu previsões políticas em maio de 2019, ao eleger duas eurodeputadas. Somados ao Diálogo para a Hungria (ou apenas Diálogo), agremiação do prefeito de Budapeste Gergely Karácsony, os partidos de oposição concorrerão juntos, pela primeira vez, nas eleições vindouras de 2022, com o objetivo de evitar um quinto mandato – o quarto consecutivo – da coalizão governista FIDESZ-KDNP.

POLÍTICA EXTERNA

Em discurso ao corpo diplomático, em janeiro de 2018, o Presidente János Áder apresentou as diretrizes da política externa húngara. De acordo com o mandatário, Budapeste continuaria discutindo o papel que pode e deve ter, como *policy shaper* na determinação do futuro do continente; reconhecendo a importância da OTAN e envidando esforços para honrar todos os compromissos assumidos no âmbito da Organização; atuando com vistas a proteger as comunidades magiares no estrangeiro; buscando coordenação com seu entorno imediato; engajada no combate ao terrorismo; e, acatando a responsabilidade na preservação de "nossas águas, terras e recursos naturais".

No plano regional, a questão migratória tem sido, desde 2015, tratada como assunto prioritário. Budapeste advoga a eficaz defesa das fronteiras externas da UE. O governo húngaro nega também a perspectiva de que a imigração possa contribuir para a economia doméstica ou atenuar desafios demográficos. Como alternativa, busca promover políticas de apoio a famílias e incentivo à natalidade.

O governo defende a permanência da Hungria em um bloco europeu ampliado - inicialmente com a acessão de Montenegro e Sérvia e, posteriormente, dos demais países dos Bálcãs Ocidentais – e reformado, retomando de Bruxelas competências que julga exclusivas dos estados nacionais.

A Hungria ocupa desde julho de 2021 a presidência de turno do Grupo de Visegrado (V4), composto também por Eslováquia, Polônia e República Tcheca. Com a chegada ao poder do partido Lei e Justiça (PiS) na Polônia, os governos húngaro e polonês aproximaram-se. Essa sintonia implicou a elevação do perfil do V4 na representação dos interesses regionais face à União Europeia.

Budapeste conta com Moscou para o fornecimento de gás natural e para a construção da usina nuclear de Paks 2. Com Pequim, destaca-se a importância do fluxo de comércio e de investimentos, além de projeto para a instalação em Budapeste de campus da universidade chinesa de Fudan.

Recentemente, a política húngara de “Abertura para o Leste” tem-se traduzido em intensa agenda de visitas diplomáticas aos países da Ásia Central, com foco nas

relações econômicas, comerciais e energéticas, e, em particular, aos estados-membros do Conselho de Cooperação dos Estados de Línguas Túrquicas (Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Turquia e Uzbequistão), do qual é membro associado.

No âmbito de sua política de "Abertura para o Sul", cujo foco é África e América Latina, a Hungria abriu embaixadas em Bogotá e em Lima. Em reciprocidade, foram estabelecidas missões diplomáticas da Colômbia e do Peru em Budapeste.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após a queda do regime comunista em 1990, a Hungria passou de economia centralizada para uma economia baseada no mercado, por meio de reformas econômicas que incluíram privatização de empresas estatais e redução de programas de gastos sociais. Em maio de 2004 ingressou na União Europeia, sem, contudo, ter adotado o Euro. Em 2008, atingida pela crise econômica global, a Hungria negociou pacote de resgate econômico com o FMI, o Banco Mundial e a União Europeia, concretizado em 2009.

Em 2010, foram adotadas políticas fiscais e monetárias (conhecidas como plano "Széll Kálmánn") com o objetivo de manter o déficit orçamentário abaixo de 3% do PIB; controlar a dívida pública; e assegurar o acesso aos fundos de desenvolvimento da União Europeia. O plano de reforma estrutural consolidou medidas de reajustes fiscais e de contenção de despesas públicas. Associadas a políticas de controle e eficiência da arrecadação, essas ações têm contribuído para manter o déficit orçamentário abaixo do limite de compromisso europeu de 3% do PIB.

Analistas consideram que o mercado de trabalho da Hungria tem apresentado notável resiliência à pandemia de Covid-19. Destacam, nesse sentido, a forte recuperação observada antes da segunda onda da pandemia, bem como a surpreendente manutenção dos níveis de emprego ao longo da segunda onda. Avaliam que as medidas governamentais de apoio a empresas e de manutenção de empregos evitaram, de fato, que os cenários pessimistas – considerados os mais prováveis – viessem a se concretizar. Com a superação dos efeitos da crise de 2020, prevê-se a continuação do aumento do poder de compra e da renda, mediante novos incentivos fiscais às pequenas e médias empresas, redução de impostos e das contribuições patronais à seguridade social.

Políticas fiscal e monetária asseguram ambiente econômico estável, onde vigem políticas de incentivos fiscais para atrair investidores. A estrutura da diplomacia húngara está organizada também para atender aos interesses econômicos magiares, com ênfase na exploração por oportunidades de negócios em novos mercados mediante iniciativas voltadas para o Leste e o Sul (que inclui a América Latina).

Em 2021, as três principais agências de classificação de risco mantêm o grau de investimento da Hungria. A Fitch, em julho, manteve a classificação em “BBB” com perspectiva estável; a Moody’s elevou, em setembro, a classificação “Baa3” para “Baa2”, com perspectiva estável; a Standard & Poor’s, em agosto, manteve inalterada a classificação em “BBB” com perspectiva estável.

A Hungria tem crescido a taxas superiores às da União Europeia seguidamente, de acordo com o Banco Mundial:

2016: Hungria (2,3%) e UE (1,9%)
2017: Hungria (4,0%) e UE (2,4%)
2018: Hungria (5,4%) e UE (2,1%)
2019: Hungria (4,5%) e UE (1,5%)
2020: Hungria (-5,0%) e UE (-6.0%)

Após diversos anos com crescimento expressivo, o PIB da Hungria apresentou contração de 5% em 2020, em razão da crise decorrente da pandemia de Covid-19. A adoção de diferentes medidas governamentais de apoio à economia, que incluíram a facilitação de acesso ao crédito e diferentes isenções fiscais, evitou uma contração da economia ainda maior, mantendo taxas de desemprego em níveis inferiores a 4,5%. No entanto, a dívida pública da Hungria, que vinha seguindo trajetória descendente desde 2011, tendo recuado até 65,4% do PIB em 2019, alcançou, em 2020, 81,2% do PIB.

Desde o segundo trimestre deste ano, a Hungria tem apresentado forte retomada da atividade econômica, prevendo-se crescimento do PIB entre 6,5% e 6,7% em 2021, entre 5% e 6% em 2022, e entre 3% e 4% em 2023.

As exportações brasileiras para a Hungria em 2020 caíram 23,1% em relação a 2019, atingindo US$ 54 milhões. A pauta exportadora brasileira registra prevalência de produtos semimanufaturados (52% do total). Couros e peles foram responsáveis por 40% da pauta de produtos brasileiros exportados para a Hungria, seguidos de tabaco (13%), produtos de aquecimento e resfriamento (7,1%), máquinas e aparelhos elétricos (6,2%) e demais produtos da indústria de transformação (4,6%).

As importações brasileiras originárias da Hungria decresceram 7,8% em relação a 2019, alcançando a cifra de US$ 288 milhões. Na pauta, bastante diversificada, predominam os bens industrializados. Os principais produtos importados da Hungria pelo Brasil foram: automóveis (15%), medicamentos e produtos farmacêuticos (11%), partes para veículos (7,5%) e instrumentos e aparelhos de medição (5,5%).

Não há atualmente empresas brasileiras instaladas na Hungria. O país conta com presença de importantes montadoras (Audi/Volkswagen, Daimler/Mercedes, Opel/GM e Suzuki) e empresas de autopeças (Bosch) que, como multinacionais, realizam operações comerciais entre os dois países.

Por ocasião da 5ª reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-Hungria, em outubro de 2019, o MNE Péter Szijjártó sublinhou a importância da criação de ambiente para a troca de experiências e de informações para o incremento do comércio e do investimento mútuos, bem como oportunidade de se dar maior visibilidade às iniciativas governamentais e intensificar a cooperação bilateral. Entre as oportunidades para ampliação das relações econômicas, citou a linha de crédito aberta pelo EXIMBANK húngaro no montante de cerca de EUR 460 milhões, para financiar empresas húngaras interessadas em operar no mercado brasileiro (comércio e “joint ventures”).

O MNE Péter Szijjártó manteve, também, agenda em São Paulo. Na capital paulista, Szijjártó abriu o Fórum Empresarial Brasil-Hungria e participou de evento na FIESP. Na ocasião, defendeu a conclusão do acordo Mercosul-UE "at the earliest opportunity".

A Hungria apoia a acessão do Brasil à OCDE.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

670	Nômades magiares deslocam-se dos Montes Urais para os Cárpatos.
896	Árpád é eleito príncipe pelos chefes das sete tribos magiares e se torna o primeiro governante de um povo húngaro unificado.
1000	Estêvão (posteriormente Santo Estêvão) é batizado e coroado rei pelo Papa Silvestre II, fundando o reino cristão da Hungria.
1241	A Hungria é invadida pelos mongóis, chefiados por Gengis Khan.
1521	Invasão da Hungria pelos turcos.
1526	O exército húngaro é derrotado na Batalha de Mohács, abrindo caminho para a conquista da Hungria pelos turcos.
1541	Tomada do castelo de Buda. Opera-se a divisão tripartite da Hungria: a Hungria Monárquica, governada por Fernando I de Habsburgo; o Principado da Transilvânia, Estado vassalo do Império Otomano; e o Território Central, sob controle direto do Império Otomano.
1718	Após longa campanha do exército cristão sob o comando do Sacro Império Romano-Germânico, a Hungria é libertada do domínio turco. Os Habsburgo mantêm o controle de todo o reino.
1848	Revolução húngara contra o domínio Habsburgo.
1849	Tropas russas, convocadas pelos Habsburgo, derrotam o exército magiar e restabelecem o domínio austríaco. Os 13 principais generais húngaros são executados na cidade de Arad.
1867	Monarquia Dual Austro-Húngara.
1918	Após a 1ª Grande Guerra, forças nacionalistas húngaras assumem o poder na Hungria sob o regente Almirante Miklós Horthy.
1920	Tratado de Trianon. A Hungria perde ⅔ de seu território (190.000 km2) e mais da metade da população é dividida pelas novas fronteiras.
1940	A Hungria alinha-se ao Eixo na 2ª Guerra.
1945	Tropas do exército soviético ocupam a Hungria.
1945	Nas primeiras eleições do pós-guerra, após a intervenção das forças aliadas em prol da formação de governo de coalizão, o partido comunista húngaro toma conta da máquina estatal.
1956	Violenta repressão da revolta popular que busca liberar a Hungria do controle soviético e torná-lo país neutro. Invasão soviética põe fim à tentativa húngara de deixar o bloco socialista.
1989	A Hungria abre sua fronteira com a Áustria. Queda do Muro de Berlim e fim do regime socialista na Hungria.
1990	Árpád Göncz eleito primeiro Presidente após o regime socialista.
1999	Adesão da Hungria à OTAN.
2004	Entrada da Hungria na União Europeia.
2010	Eleição do Primeiro-Ministro Viktor Orbán (maio).
2010	Eleição do Presidente Pál Schmitt (junho).
2011	Presidência húngara do Conselho da União Europeia.
2012	Entrada em vigor da nova Constituição da Hungria (janeiro). Renúncia do Presidente Pál

	Schmitt (abril). Eleição do Presidente János Áder (maio).
2014	Eleições parlamentares resultam em nova maioria para o Fidesz, com consequente manutenção de Viktor Orbán como primeiro-ministro.
2016	No contexto da crise migratória ensejada pela guerra civil na Síria, Orbán convoca referendo para decidir se a Hungria aceitará as cotas de refugiados estabelecidas pela UE.
2018	Uma vez mais, eleições parlamentares resultam maioria para o Fidesz, com consequente manutenção de Viktor Orbán como primeiro-ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1871	Imperador D. Pedro II visita a Hungria, na época integrante do Império Austro-Húngaro.
1873	Império do Brasil abre Consulado em Budapeste.
1925	Brasil abre Missão diplomática permanente junto ao Governo húngaro, em Budapeste, no nível de Legação.
1927	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1942	Interrupção do relacionamento bilateral devido à II Guerra Mundial.
1961	Restabelecimento das relações bilaterais.
1962	Reabertura da Missão diplomática permanente em Budapeste, no nível de Legação.
1974	Brasil eleva a Missão diplomática permanente em Budapeste ao nível de Embaixada (maio).
1988	Hungria abre Consulado-Geral em São Paulo (dezembro).
1992	Géza Jeszenszky, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, visita o Brasil (abril).
1993	György Szabad, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, visita o Brasil (maio).
1994	Presidente-Eleito do Brasil visita a Hungria (novembro)
1997	Árpád Göncz, Presidente da Hungria, visita o Brasil (abril).
1998	Ministro do Exército visita a Hungria (maio).
1999	Ministro da Agricultura e Abastecimento, visita a Hungria (março).
1999	Ministro das Relações Exteriores participa em Budapeste de reunião ministerial preparatória à Conferência da OMC, a convite do Ministro da Economia (maio).
2000	János Áder, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria e atual Presidente da Hungria, visita o Brasil (maio).
2004	Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior visita a Hungria (maio).
2004	Presidente do Senado Federal visita a Hungria (julho).
2005	Ministro da Agricultura visita a Hungria (fevereiro).
2008	O Brasil reconhece a Hungria como economia de mercado.
2009	Visita a Hungria do Secretário Executivo do MDIC.
2010	Péter Balázs, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, visita o Brasil (março).
2011	László Kövér, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, visita o Brasil (outubro). O então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, visita a Hungria (novembro).
2012	O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visita a Hungria (março). Visitas ao Brasil do Chanceler János Martonyi (maio), do Presidente János Áder e do Ministro do Desenvolvimento Rural Sándor Fázekas (junho).

	Realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria (novembro).
2013	Visita do Vice-Presidente Michel Temer à Hungria
2016	Visita do Presidente János Áder e do primeiro-ministro Viktor Orbán ao Brasil, no contexto da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.
2017	IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria
2018	Visita do Presidente János Áder a Brasília, por ocasião do Fórum Mundial da Água.
2019	Visita do Primeiro-Ministro Viktor Orbán para participar da posse do Presidente Jair Bolsonaro
2019	Visita do Ministro das Relações Exteriores a Budapeste
2019	Visita do MNE Péter Szijjartó ao Brasil, ocasião em que foi realizada V Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Hungria.
2020	O governo húngaro adquire duas aeronaves de transporte militar Embraer C-390 Millennium

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Húngaro de Relações Internacionais sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	18/05/2012	Em Vigor
Protocolo entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Hungria sobre Consultas Políticas	10/03/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria	05/05/2006	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	27/09/2005	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários nas Áreas Veterinária e de Saúde Pública Animal	10/11/1999	Expirado
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre Cooperação nos Campos da Quarentena Vegetal e da Proteção das Plantas	10/11/1999	Expirado
Acordo, por Troca de Notas, para a Abolição Recíproca da Exigência de Visto de Entrada entre	09/11/1999	Em Vigor

o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria	03/04/1997	Em Vigor
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria	03/04/1997	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria no Campo da Cooperação Cultural	19/03/1992	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria	13/12/1990	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Abertura do Consulado-Geral em São Paulo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	12/12/1988	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Ministério das Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria da República Popular da Hungria	26/11/1987	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	17/11/1987	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	17/11/1987	Em Vigor
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria Destinada a Evitar a Dupla	20/06/1986	Em Vigor

Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda		
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	20/06/1986	Em Vigor
Pró-Memória do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Popular da Hungria	07/10/1982	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, de Fornecimento Recíproco a Longo Prazo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	25/03/1982	Expirado
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria para o Estabelecimento de Escritórios para Fins Comerciais nas Cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo	29/01/1980	Em Vigor
Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	30/04/1979	Denunciado
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria sobre Aquisição de Trigo pelo Brasil à Hungria	13/02/1969	Superado
Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria sobre a Aquisição de Trigo pelo Brasil na Hungria	09/05/1967	Superado
Acordo Referente à Cooperação Técnico-Científica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular Húngara	15/05/1961	Superado
Acordo Cultural entre o Governo da República	15/05/1961	Superado

dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular Húngara		
Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria	15/05/1961	Substituído
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria sobre o Restabelecimento de Relações Diplomáticas	21/03/1961	Em Vigor

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUDAPESTE
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA
(2020 - 2021)

Em minha gestão, iniciada em 30 de janeiro de 2020, busquei promover a intensificação das relações bilaterais, com especial atenção às áreas com maior potencial para expansão, como a cooperação nas áreas de defesa, educacional, científica, tecnológica e de inovação. Atuei em favor de uma interlocução fluida e construtiva com o governo húngaro e outros atores locais relevantes. Procurei, igualmente, assegurar o acompanhamento tempestivo e analítico da situação política interna e externa da Hungria, que, nos últimos anos, fortaleceu suas credenciais como um dos atores de grande visibilidade no cenário político europeu.

2. Relaciono, a seguir, algumas das ações específicas realizadas ao longo de minha gestão à frente do posto:

DIÁLOGO POLÍTICO / ENCONTROS DE ALTO NÍVEL

3. Ao longo de 2019, ano que antecedeu minha chegada ao posto, cultivou-se grande expectativa com relação à elevação do perfil do relacionamento bilateral, após a participação do primeiro-ministro Viktor Orbán na cerimônia de posse do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro. Em 18 de março de 2019, o governo húngaro publicou a Resolução nº 1132/ 2019, que dispõe sobre a "refundação das relações Hungria-Brasil". Assinado pelo primeiro-ministro Viktor Orbán, o documento "reconhece a necessidade de se relançar, sobre novas bases, as relações com o Brasil" e dá instruções a ministros com vistas fortalecer o perfil do relacionamento bilateral em áreas como cooperação em tecnologia da informação e comunicações, cooperação educacional, identificação de barreiras tarifárias e não-tarifárias, investimentos húngaros no Brasil, cooperação aeroespacial, cooperação em ciência, tecnologia e inovação e gestão de recursos hídricos e tratamento de esgoto.

4. Ainda na qualidade de embaixador designado, participei, em Brasília, em outubro de 2019, da V Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Hungria. A reunião foi presidida pelo então ministro de Estado Ernesto Araújo e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior, Péter Szijjártó, em sua primeira visita ao Brasil desde que assumira a chancelaria, em

2014. A ida do chanceler húngaro ao Brasil deu-se cinco meses após viagem do então ministro Ernesto Araújo à Hungria, a primeira visita de um chanceler brasileiro a este país, ainda na gestão de minha antecessora.

5. O início de minhas funções no posto, em fevereiro de 2020, coincidiu com a eclosão da pandemia da COVID-19. A expectativa de elevação das relações bilaterais não se pôde ver refletida, nos meses que seguiram, na intensificação da agenda de visitas de alto nível. A visita presidencial programada para abril daquele ano, em périplo a outras capitais do continente, teve de ser adiada por duas vezes em razão das restrições sanitárias.

6. Em quadro de pandemia, o então ministro Ernesto Araújo manteve conversa por videoconferência com seu homólogo em novembro de 2020. Tratou-se da defesa de valores compartilhados no cenário internacional, da planejada visita do Senhor Presidente da República à Hungria, da acessão do Brasil à OCDE, do acordo MERCOSUL-UE, de apoios mútuos a candidaturas no âmbito das Nações Unidas, de acordos bilaterais em negociação e de possíveis cooperações no setor espacial e em prol de comunidades cristãs em terceiros países.

7. O mais recente encontro de chanceleres, o primeiro entre os Chanceleres Carlos Alberto Franco França e Péter Szijjártó, teve lugar em Nova York, à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 22 de setembro de 2021. Na ocasião, firmou-se memorando de entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática Húngara, o qual permitirá iniciativas de treinamento de diplomatas. O lado húngaro reiterou o compromisso de seu governo com o apoio à candidatura do Brasil para aderir à OCDE e ao Acordo MERCOSUL-UE e saudou a presença de estudantes brasileiros em universidades húngaras. O fortalecimento recente das relações bilaterais foi reconhecido como elemento a favorecer a venda de duas aeronaves KC-390 às forças armadas húngaras, em novembro de 2020.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

8. Em 17 de novembro de 2020, o governo húngaro firmou contrato de compra de duas aeronaves de transporte médio KC-390, que serão entregues à Força Aérea húngara até 2024. A venda das referidas aeronaves constitui uma vitória e um marco na história da Embraer Defesa e Segurança e da indústria aeronáutica brasileira. Cabe destacar que a Hungria foi o primeiro país não

envolvido na produção da aeronave - caso do Brasil e de Portugal - a adquirir o KC-390.

9. A venda, no valor total de 300 milhões de dólares, refletiu o bom momento das relações bilaterais entre o Brasil e a Hungria e decorreu, igualmente, da bem-sucedida estratégia comercial e de "confidence building" desenvolvida pela Embraer na Hungria, com o apoio da Embaixada, que envolveu, além da aproximação com autoridades governamentais e formadores de opinião do setor de defesa, a construção de laços e parcerias com empresas, universidades e centros de pesquisa.

10. Em 27 de agosto de 2021, a Embraer inaugurou escritório permanente em Budapeste. Ademais de ampliar a capacidade de promoção comercial da empresa na Hungria e nos países da região, a instalação do escritório traduz-se na perspectiva de elevação do patamar das relações comerciais e de cooperação técnico-científica entre o Brasil e a Hungria, com oportunidades de vínculo entre empresas, inclusive pequenas e médias (PMEs), 'startups', centros de pesquisa e universidades dos dois países. Merece especial atenção a perspectiva de fortalecimento da cooperação no campo do desenvolvimento de satélites.

DIPLOMACIA DA SAÚDE

11. Desde o início da pandemia de COVID-19, cuja primeira onda atingiu a Hungria em março de 2020, o posto produziu relatos e análises sobre a evolução da situação de saúde na Hungria, bem como sobre as ações de combate à pandemia adotadas pelo governo húngaro tanto no plano interno como no plano internacional.

12. No primeiro semestre de 2021, em resposta a consulta formulada pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), o posto transmitiu informações relativas à utilização do imunizante Sputnik V na Hungria. A Hungria foi o primeiro país da União Europeia (UE) a receber amostras da vacina Sputnik V, no final de 2020, com vistas à realização de testes clínicos e, em 22 de janeiro de 2021, firmou contrato relativo à aquisição de 2 milhões de doses do imunizante, que contribuíram para que o país mantivesse, por vários meses, a segunda melhor posição no 'ranking' de vacinação entre os países-membros da UE.

PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

13. Ao longo dos primeiros meses de 2021, o Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTEC) do posto, criado em 2019,

elaborou o planejamento do primeiro plano de trabalho no âmbito do Programa da Diplomacia da Inovação (PDI). As quatro iniciativas propostas para 2022 foram aprovadas, com alvo em ações de inteligência sobre o sistema de inovação húngaro e a promoção da imagem do Brasil como país inovador e de excelência no campo da ciência e tecnologia. Digno de particular nota, programa de incubação cruzada foi concebido para apoiar 'start-ups' brasileiras em seu processo de inovação, prospecção de mercados e decisões sobre internacionalização, paralelamente à divulgação de soluções tecnológicas produzidas no Brasil junto ao ecossistema húngaro.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

14. Na seara da cooperação educacional, tema ao qual a chancelaria húngara atribui elevada prioridade, o posto notou, com satisfação, a continuidade no grande número de estudantes brasileiros candidatos às 250 vagas anualmente ofertadas em universidades húngaras no âmbito do programa 'Stipendium Hungaricum' (com a maior parte dos cursos ministrada em língua inglesa). Ao longo de 2021, a parte húngara selecionou bolsistas para o ano letivo 2021-2022, entre mais de mil candidatos.

15. A Embaixada envidou esforços também no sentido de divulgar oportunidades de estudo em cursos de graduação no Brasil, no âmbito do programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). Avalia-se que o ensino em português e a não previsão de bolsa para cobrir parte das despesas com moradia, alimentação, material didático, além, nos anos de 2020 e 2021, das restrições sanitárias e de viagens, estariam por trás da ausência de postulantes do lado húngaro.

PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

16. Em 16 de outubro de 2021, resultado importante na área de promoção da língua portuguesa foi alcançado, com o relançamento da inciativa "Brincando em português", de cultivo do nosso idioma como língua de herança. O evento reuniu 35 crianças, o maior público desde a sua criação.

17. O projeto, concebido por iniciativa da comunidade brasileira residente em Budapeste, fora interrompido pela pandemia de COVID-19. Com o seu relançamento, o posto buscou dar o impulso institucional necessário à retomada do projeto e à sua "reapropriação" pela comunidade brasileira local.

18. Ainda no campo da promoção do português, durante a minha gestão foi renovado o leitorado brasileiro na Universidade Eötvös Loránd (ELTE), com a seleção da professora Luma Miranda e início de suas atividades em setembro de 2020. Cabe à professora Luma, entre outras tarefas, formar os futuros professores de português como língua estrangeira.

TEMAS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

19. Ao longo de minha gestão, envidei esforços no sentido de ampliar as exportações brasileiras para a Hungria, com o intuito de reduzir o déficit comercial bilateral, procurei atrair investimentos húngaros para o Brasil e promovi a divulgação do Brasil como destino turístico. A pandemia de COVID-19, no entanto, produziu efeitos negativos sobre os fluxos de comércio e investimentos em âmbito global, padrão esse refletido no intercâmbio comercial entre o Brasil e a Hungria que, em 2020, registrou queda de 23,1% nas exportações brasileiras e redução de 7,8% nas importações, pelo Brasil, de produtos provenientes da Hungria.

20. Acompanhei, igualmente, a evolução da economia húngara e as relações entre a Hungria e seus principais parceiros comerciais, mantendo a Secretaria de Estado das Relações Exteriores permanentemente informada sobre estes temas.

21. As exportações brasileiras para a Hungria em 2020 caíram 23,1% em relação a 2019, atingindo US$ 53,5 milhões. A pauta exportadora brasileira registra prevalência de produtos semimanufaturados (52% do total). Couros e peles foram responsáveis por 40% da pauta de produtos brasileiros exportados para a Hungria, seguidos de tabaco (13%), produtos de aquecimento e resfriamento de (7,1%), máquinas e aparelhos elétricos (6,2%) e demais produtos da indústria de transformação (4,6%).

22. As importações brasileiras originárias da Hungria decresceram 7,8% em relação a 2019, alcançando a cifra de US$ 287,8 milhões. Na pauta, bastante diversificada, predominam os bens industrializados. Os principais produtos importados da Hungria pelo Brasil foram automóveis (15%), medicamentos e produtos farmacêuticos (11%), partes para veículos (7,5%) e instrumentos e aparelhos de medição (5,5%).

23. Por ocasião da V reunião da Comissão Mista Econômica Brasil-

Hungria, realizada em Brasília, em outubro de 2019, o ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior Péter Szijjártó sublinhou a importância da criação de ambiente para a troca de experiências e de informações para o incremento do comércio e do investimento mútuos, bem como oportunidade de se dar maior visibilidade às iniciativas governamentais e intensificar a cooperação bilateral. Entre as oportunidades para ampliação das relações econômicas, citou linha de crédito aberta pelo EXIMBANK húngaro no montante de cerca de EUR 460 milhões, para financiar empresas húngaras interessadas em operar no mercado brasileiro (comércio e 'joint ventures'). Em visita a São Paulo, o MNE Péter Szijjártó abriu o Fórum Empresarial Brasil-Hungria e participou de evento na FIESP. Na ocasião, defendeu a conclusão do acordo Mercosul-UE "o mais breve possível".

24. Não há atualmente empresas brasileiras instaladas na Hungria. O país conta, no entanto, com a presença de importantes montadoras como Audi/Volkswagen, BMW, Daimler/Mercedes, Opel/GM e Suzuki e empresas de autopeças, como a Bosch, que, como multinacionais, realizam operações comerciais entre os dois países.

25. A Embaixada realizou atendimento frequente de consultas de empresas brasileiras e húngaras interessadas em exportar para o outro país, fornecendo informações sobre o mercado para compradores em potencial. Dentre as empresas brasileiras que formularam consultas ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) destacam-se aquelas dos setores de produtos têxteis, produtos alimentícios (carnes, arroz e grãos de outros cereais, frutas, óleo de girassol e de soja, soja, açúcar, guaraná em pó, cachaça, fécula de mandioca, cacau, castanha do Brasil, amendoim, frutas tropicais, extratos naturais da flora brasileira, suco de frutas e extratos vegetais, café, laticínios e derivados, chocolates, doces e confeitos, cerveja de malte, produtos de padaria e pastelaria), produtos cosméticos, calçados, revestimentos cerâmicos, móveis, vestuário de marcas infantis, tabaco, papel/celulose, acumuladores e baterias, óleos e lubrificantes para motores, autopeças, partes para equipamentos de gás, chapas e tiras de alumínio, granito, instrumentos de cutelaria, medicamentos, máscaras de proteção e painéis elétricos. O SECOM mantém permanentemente atualizado o Cadastro de Empresas Não-Brasileiras da "Invest & Export Brasil".

26. Em minha gestão, procurou-se assegurar o permanente acompanhamento sobre eventuais barreiras ao comércio, com o

envio periódico de 'clipping' de notícias sobre o agronegócio brasileiro publicadas na imprensa húngara.

27. O Setor Comercial realizou, ainda, a distribuição de publicações relativas a feiras no Brasil, tendo como principais destinatários de materiais promocionais a Agência Húngara de Promoção de Investimentos (HIPA), a Câmara de Comércio e Indústria da Hungria, a Câmara de Comércio e Indústria de Budapeste, a Associação Nacional de Empresários e representantes de empresas húngaras constantes do banco de dados da Embaixada.

28. Entre as atividades de promoção do Brasil como destino turístico, cabe destacar o apoio prestado pela Embaixada a empresas brasileiras participantes da Feira Internacional de Turismo de Budapeste (Utazás), realizada anualmente no centro de exposições Hungexpo, evento que conta com público médio superior a 35 mil pessoas.

DIFUSÃO CULTURAL

29. A pandemia do coronavírus impactou fortemente as possibilidades de atuação do Setor Cultural durante minha gestão, provocando o cancelamento de eventos programados de natureza presencial a partir de março de 2020. As novas circunstâncias exigiram a adaptação de atividades culturais ao formato virtual, o que permitiu dar continuidade de forma exitosa às ações de difusão da cultura brasileira e promoção da língua portuguesa na Hungria. Relaciono, a seguir, as principais atividades desenvolvidas na área cultural em minha gestão:

Exposição "Thomaz Farkas The Rhythm of Light"

30. O posto promoveu a exposição "Thomaz Farkas: the Rhythm of Light", que reuniu 81 obras do mestre e pioneiro da fotografia moderna no Brasil. Trata-se da maior exposição individual no exterior dedicada a Thomaz Farkas e também sua primeira mostra na Hungria, país onde nasceu em 1924 e viveu até os seis anos, quando emigrou para o Brasil e se instalou em São Paulo.

31. A iniciativa de promover a exposição partiu do posto e envolveu coordenação com o Thomaz Farkas Estate, que responde pelo acervo do fotógrafo, e com o Centro de Fotografia Contemporânea Robert Capa, principal instituição cultural da Hungria dedicada à fotografia, que abrigou a exposição. "Thomaz Farkas: the Rhythm of Light" foi aberta ao público em 3 de março de 2020, mas teve de ser fechada na semana seguinte devido à

pandemia. Foi reaberta posteriormente no período de 7 de julho a 23 de agosto. Após a conclusão da mostra, parte dos trabalhos seguiu para Viena, onde foi apresentada no espaço cultural da Embaixada do Brasil. A exposição integrou a programação do Budapest Photo Festival, principal evento dedicado a mostras fotográficas na Hungria, e gerou amplo interesse tanto nas mídias brasileiras como húngaras.

X Edição do Dia da Língua Portuguesa

32. O posto promoveu, em 5 de maio de 2021, a X Edição do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em colaboração com as Embaixadas de Angola e Portugal, o Departamento de Português da Universidade Eötvös Loránd (ELTE), o Instituto Camões e o Consulado Honorário de Cabo Verde. Em função das restrições ainda vigentes em face da pandemia do coronavírus, a celebração deu-se de forma inteiramente virtual, por meio da plataforma 'Zoom'. O evento do ano anterior, programado para realizar-se de modo presencial, teve de ser cancelado.

33. O programa incluiu um ciclo de debates sobre o tema "Interculturalidade - Influências Culturais Mútuas", apresentação de danças e um programa de promoção da gastronomia dos países participantes, com demonstrações ao vivo dedicadas ao preparo de alguns dos mais emblemáticos pratos do mundo lusófono. A celebração do Dia Internacional da Língua Portuguesa na Hungria encerrou-se com uma conversa entres jovens dos quatro países atualmente residentes em Budapeste, que falaram sobre suas raízes, relacionamento com a língua portuguesa e experiências de adaptação na Hungria. Ao longo do dia, em paralelo à programação ao vivo no 'Zoom', foi apresentado em canal do evento no 'Vimeo' um conjunto de documentários de diferentes países lusófonos.

Festival de Cinema de Língua Portuguesa 2a. e 3a. edições

34. Entre 9 e 13 de dezembro de 2020, o posto promoveu, em cooperação com as Embaixadas de Angola e Portugal e com o Instituto Camões, a segunda edição do Festival de Cinema de Língua Portuguesa na Hungria. O festival foi realizado em formato online, em função da pandemia do coronavírus, e incluiu cinco filmes inéditos na Hungria (um angolano, dois portugueses e dois brasileiros). Os filmes foram disponibilizados gratuitamente na plataforma de vídeos 'Vimeo', permanecendo cada produção disponível para visualização durante 24 horas. Todos os

filmes foram projetados em língua portuguesa, com legendas em inglês.

35. Os filmes brasileiros incluídos na programação da segunda edição do festival foram o drama "A Colmeia" (2018), de Gilson Vargas, premiado como Melhor Longa-Metragem de Ficção Estrangeiro no Festival de Zaragoza e "Humberto Mauro" (2019), documentário de André di Mauro sobre a trajetória do diretor pioneiro do cinema de arte no Brasil, indicado ao Leão de Bronze de Melhor Documentário no Festival de Veneza.

36. A terceira edição do festival, já em formato presencial, foi marcada para o período de 28 a 31 de outubro de 2021, com dois títulos representativos da produção brasileira contemporânea: "Pacarrete", de Allan Deberton, e "Aos Olhos de Ernesto", de Ana Luíza Azevedo, ambos apresentados com legendas em húngaro.

Publicação "Kino Latino"

37. Foi publicado em 2020, pela importante revista de arte cinematográfica húngara Prizma, o livro "Kino Latino", editado por Márton Árva. A publicação contém ensaios sobre as obras de alguns dos mais importantes cineastas latino-americanos contemporâneos, incluindo os brasileiros Anna Muylaert, Fernando Meirelles e José Padilha. A publicação de "Kino Latino" deve contribuir significativamente para ampliar a difusão, na Hungria, do cinema brasileiro contemporâneo, e contou com o apoio do posto, graças aos recursos recebidos no marco do PACP 2019.

Centenário de João Cabral de Melo Neto

38. O posto apoiou a realização, em maio de 2020, de concurso de tradução de alguns dos mais conhecidos poemas de João Cabral de Melo Neto, em celebração de seu centenário de nascimento. O concurso foi realizado em parceria com o Centro Científico e Cultural Brasileiro da Universidade Eötvös Loránd (ELTE). As traduções vencedoras foram contempladas com prêmios em dinheiro, além de sua publicação na página de 'Facebook' da Embaixada.

Centenário de Clarice Lispector

39. O posto promoveu, em 10 de dezembro de 2020, em sua página no 'Facebook', comemoração virtual do centenário de nascimento de Clarice Lispector. A iniciativa procurou ampliar o interesse, junto ao público húngaro, em torno da obra da escritora

brasileira, cuja presença no mercado editorial local ampliou-se nos últimos anos, com as publicações de "Todos os contos" e "A hora da estrela".

40. A celebração incluiu a postagem de quatro vídeos nos quais trechos das obras de Lispector editadas na Hungria foram interpretados pelos atores Ildikó Lipták e Arnold Nyári. A curadoria do projeto foi de Mónika Bense, principal tradutora da obra de Clarice Lispector em atividade na Hungria. A embaixada convidou igualmente personalidades do meio acadêmico local para contribuírem para a comemoração virtual. Todo o material publicado na página do posto no âmbito do centenário de Clarice Lispector foi produzido especialmente para a ocasião.

Concurso Cultural Hungria-América Latina - 4ª e 5ª edições

41. O posto seguiu apoiando a realização do Concurso Cultural Hungria-América Latina, tendo a 4ª (2020) e 5ª edições (2021) ocorrido durante o período de minha gestão. Trata-se de iniciativa conjunta das Embaixadas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México e Peru e da Universidade Eötvös Loránd (ELTE), apoiada igualmente por outras instituições húngaras. Seu objetivo é promover o conhecimento e estreitar os vínculos entre os dois espaços políticos, ao convidar estudantes a participarem com estudos sobre a cooperação entre a Hungria e os países da América Latina em diferentes níveis. O concurso é aberto à participação de estudantes do ensino secundário, de graduação e pós-graduação e a jovens empreendedores, residentes tanto na Hungria como na América Latina.

42. Dois trabalhos brasileiros foram premiados na 4ª edição do Concurso Cultural Hungria - América Latina: "Paulo Rónai no Museu da Literatura Brasileira ou Como construir pontes", de Elizama Almeida, que obteve o 3º lugar na categoria II (estudantes do ensino universitário - nível de graduação e mestrado), e "Entretecendo contos de fadas húngaros na cultura brasileira", de Rita de Cassia Lima Bittar, que obteve o 3º lugar na categoria III (estudantes do ensino universitário - nível de doutorado).

Lançamento do podcast "Brazil Magyarok – Húngaros Brasileiros"

43. O posto apoiou, com recursos do Programa de Atividades Culturais dos Postos (PACP), o lançamento, em 2021, do podcast "Brazil Magyarok - Húngaros Brasileiros", dedicado exclusivamente a temas relacionados ao Brasil. O projeto foi

desenvolvido por Luca Hézer, estudante do curso de Letras Português da Universidade Eötvös Loránd (ELTE), principal instituição de ensino superior na área de Humanidades na Hungria e que abriga o Programa de Leitorado brasileiro no país, e Tamás Jamriskó, redator-chefe da Primeira Rádio Universitária de Budapeste. Ao todo, serão apresentados 20 episódios semanais de 30 minutos, que podem ser acessados pela plataforma Spotify.

44. "Húngaros Brasileiros" vem apresentando episódios tanto em português como em húngaro e cobre ampla variedade de temas, com ênfase nos intercâmbios culturais bilaterais. A iniciativa colheu reações positivas por parte de membros da comunidade brasileira na Hungria e da comunidade húngara no Brasil. Apoiando-se no crescente êxito dos podcasts como canal de comunicação com o grande público, o projeto contribui para a divulgação da cultura brasileira na Hungria e para fortalecer os vínculos entre húngaros e brasileiros.

ASSISTÊNCIA CONSULAR

45. Uma das prioridades de minha gestão foi assegurar que, no contexto particularmente desafiador da pandemia do coronavírus, fosse assegurada toda a assistência consular possível aos brasileiros em dificuldades. Nesse âmbito, logrou-se promover a repatriação de cidadãos brasileiros retidos na Hungria com recursos da União, além de fornecer auxílio financeiro àqueles que se encontravam em situação de desvalimento durante a primeira onda da pandemia, em 2020, e demandaram a assistência em caráter emergencial do posto. Envidei esforços, igualmente, para que os serviços de atendimento consular a nossos cidadãos mantivessem a regularidade, mesmo no período em que vigoraram as medidas mais restritivas de circulação no país. Por meio de sua página web e no "Facebook", o posto publicou informações de interesse relacionadas à pandemia, em português e em húngaro.

46. Procurou-se, ainda, prestar a assistência consular devida aos cidadãos brasileiros presos na jurisdição do posto. Quando assumi minhas funções, havia quatro brasileiros presos em território húngaro. Três deles já foram libertados e retornaram para o Brasil. Em 2020, porém, o posto passou a prestar assistência a mais um nacional preso. O posto tem prestado, assim, assistência consular e humanitária aos dois cidadãos brasileiros em situação carcerária, mediante visitas regulares e distribuição de artigos de primeira necessidade.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

47. A maior dificuldade que enfrentei no exercício de minha gestão, como mencionado em diferentes passagens deste relatório, foi o impacto da pandemia do coronavírus, que atingiu praticamente todos os setores e atividades da Embaixada. Saliento, em particular, os efeitos negativos sobre a realização de visitas de alto nível e de ações de promoção comercial e difusão cultural.

SUGESTÕES PARA A PRÓXIMA CHEFE DE MISSÃO

48. Minha sucessora deverá assumir suas funções em quadro político favorável para o relacionamento bilateral, marcado pelo diálogo político fluido e pelo interesse mútuo em aprofundar a cooperação em diferentes níveis. Não há atualmente irritantes ou pendências significativas no quadro das relações entre o Brasil e a Hungria.

49. A perspectiva de retorno à normalidade após o final da pandemia, que, espera-se, deverá se consolidar na gestão de minha sucessora, deverá favorecer a retomada do processo de consultas políticas regulares.

50. Outro terreno promissor para o aprofundamento do diálogo político bilateral é o da diplomacia parlamentar, igualmente interrompida em função da pandemia. A existência de grupos de amizade nos parlamentos de ambos os países oferece uma plataforma propícia para que se intensifiquem os contatos entre representantes do Poder Legislativo, sobretudo a partir de janeiro de 2023, quando terão sido iniciadas novas legislaturas tanto no Brasil como na Hungria.

51. A compra, pelo governo da Hungria, de dois aviões de transporte militar médios Embraer KC-390, em 2020, e a instalação do escritório da Embraer em Budapeste, em setembro último, devem contribuir para a promoção da imagem do Brasil como parceiro da Hungria na área de defesa e como fornecedor de produtos de defesa de alta qualidade, abrindo oportunidades para diferentes empresas brasileiras do setor de defesa, sobretudo no atual contexto de crescentes investimentos no setor de defesa por parte do governo húngaro. A esse respeito, cabe frisar que a Hungria vem promovendo amplo programa de modernização e fortalecimento da sua estrutura militar de modo a cumprir com a meta, definida pela OTAN aos países membros, de destinar ao

menos 2% do PIB a gastos com defesa até 2024. A Hungria vem avançando igualmente com o programa "Zrínyi 2026" destinado à modernização das forças armadas e que inclui, entre seus objetivos, a substituição de equipamento militar soviético, que em sua maioria se encontra em franca obsolescência.

52. No que se refere ao comércio bilateral, o principal desafio consiste em reduzir ou reverter o déficit crônico da balança comercial, caracterizado, grosso modo, pela importação, pelo Brasil de produtos de maior valor agregado, incluindo componentes da indústria automobilística, e pela elevada participação de produtos primários nas exportações para a Hungria, com destaque para o couro brasileiro utilizado na fabricação de automóveis. Não obstante a importância de promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado, como é o caso dos produtos de defesa, considero de vital importância que o posto siga explorando oportunidades em diferentes setores, incluindo o agronegócio.

53. O campo da ciência, tecnologia e inovação aponta para oportunidades de aprofundamento da cooperação. As mais evidentes estariam na vertente de inteligência, por meio do mapeamento de informações sobre o ecossistema de inovação húngaro - ainda pouco familiar para empresas brasileiras – e sobre áreas de especial interesse brasileiro, como inteligência artificial, por exemplo. Paralelamente, reputo importante o desenvolvimento de iniciativas de difusão da imagem do Brasil como país inovador e de excelência no campo científico-tecnológico.

54. No plano da promoção de nosso idioma, avalio importante que a Embaixada continue a apoiar a iniciativa 'Brincando em português', de incentivo ao cultivo do português como língua de herança. O apoio traduz-se em eventos com reduzido ônus para a Embaixada e elevado impacto junto às famílias com crianças da comunidade brasileira residente em Budapeste.

55. A cooperação educacional tem-se consolidado como uma das áreas de maior dinamismo da agenda bilateral. Há interesse do Brasil em fortalecer essa agenda, sobretudo por meio da intensificação da cooperação entre universidades brasileiras e húngaras. A possibilidade de que sejam iniciadas atividades em Budapeste no marco da cooperação já existente com a ELTE, pode contribuir para um salto significativo no ensino do português brasileiro e na difusão da cultura do Brasil na Hungria.

56. Recomendo, por fim, especial atenção à área de difusão

cultural, que encontra grande receptividade e interesse junto ao governo e ao público locais. Com efeito, a diplomacia húngara utiliza amplamente as instituições culturais do país em suas ações de política externa junto a parceiros prioritários. A perspectiva de aproximação entre Brasil e Hungria deverá oferecer, assim, excelentes oportunidades para parcerias exitosas também no terreno cultural, sobretudo em contexto de retomada de tais atividades em contexto pós-pandemia.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BUDAPESTE

Candidata EMBAIXADORA SUSAN KLEEBANK

PERFIL DA CANDIDATA

Embaixadora Susan Kleebank



Nascida em Porto Alegre, em 11 de outubro de 1961, a embaixadora Susan Kleebank formou-se em História, em 1980, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 1985, obteve "Diplôme d'Etudes Aprofondies" em História pela Universidade de Paris X (Nanterre), com trabalho sobre as relações econômicas entre a China e América Latina.

Prestou concurso para ingresso no Instituto Rio Branco em 1980 e frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1981-1982. Foi aprovada no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1989 e, no Curso de Altos Estudos, em 2000, com a tese "Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo" (publicada pela Editora da Fundação Alexandre de Gusmão).

No Brasil, desempenhou as seguintes funções: Assessora na Divisão da Ásia e Oceania I (1982-1984), Assessora no Departamento de Organismos Internacionais (1992), Assessora na Fundação Alexandre de Gusmão (1992-1995), Assessora no Departamento da Ásia e Oceania (1998), Chefe da Divisão Jurídica (1999-2001), Chefe da Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, (2007-2008), Assessora-Chefe de Assuntos Internacionais da Presidência do Supremo Tribunal Federal (2008-2010) e Assessora Internacional e de Cerimonial da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (2010-2012).

No exterior, serviu nas embaixadas em Berlim Oriental, na antiga República Democrática Alemã (1986), Pequim (1987-1989), Bonn (1989-1992), Roma (1995-1998), Ottawa (2001-2003) e Washington (2003-2007).

Foi promovida a ministra de primeira classe em 2009. Entre 2012-2017, foi embaixadora na Eslováquia. Desde fevereiro de 2017, é a Cônsul-Geral do Brasil em Genebra.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover serviços consulares de qualidade.
3. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
4. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
5. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
6. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade pelo fortalecimento do diálogo e da cooperação com a Hungria em todos os níveis, de modo a promover os interesses do Brasil e dos brasileiros no país, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

Propor e executar as diretrizes de Política Externa brasileira junto ao governo e a todos os atores relevantes na Hungria, com ênfase no fortalecimento dos eixos de cooperação que possam se traduzir em benefícios concretos para a população brasileira, assim como assegurar a prestação de serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros na Hungria.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil na Hungria, com foco nas prioridades nacionais.
2. Intensificar a cooperação bilateral em áreas já identificadas como promissoras, como cooperação em matéria de defesa, educação, ciência, tecnologia e inovação, assim como explorar outros campos potenciais de atuação.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil, em suas diferentes vertentes, junto ao público húngaro, reconhecidamente bem formado e aberto a manifestações culturais do exterior.
4. Promover serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros na Hungria.
5. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais, por meio do aprofundamento do diálogo político junto ao governo húngaro.
6. Fortalecer as relações bilaterais e com blocos regionais, tendo presente a atuação da Hungria na União Europeia, na OTAN, no Grupo de Visegrado e na OCDE.
7. Acompanhar o posicionamento da Hungria em relação ao acordo MERCOSUL-UE e realizar gestões correspondentes, conforme instruções do Itamaraty.
8. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Hungria, inclusive do Brasil como destino turístico para o público húngaro, bem como a atração de investimentos húngaros no Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Ampliar e diversificar as exportações brasileiras para a Hungria.

- Difusão da imagem do Brasil como fornecedor de produtos competitivos e de alta qualidade em diferentes setores.
- Elaboração e/ou contratação de estudos de mercado para identificação de produtos e/ou serviços brasileiros com potencial de expansão de exportações para a Hungria.
- Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de venda para a Hungria.
- Apoio a empresários brasileiros que realizem ou tenham interesse na realização de negócios com contrapartes húngaros.

- Identificação de oportunidades na Hungria para empresas brasileiras do setor de defesa.
- Realização de ações destinadas a aproximar empresas húngaras e brasileiras, ampliando o conhecimento mútuo.
- Interlocução com a Agência Húngara de Promoção de Investimentos (HIPA), a Câmara de Comércio e Indústria da Hungria, a Câmara de Comércio e Indústria de Budapeste e a Associação Nacional de Empresários da Hungria;
- Apoio a empresas brasileiras instaladas e que se queiram instalar na Hungria.
- Apoio à participação de empresas brasileiras em feiras e exposições na Hungria.
- Apoio a possíveis atividades de interesse do escritório da Apex-Brasil para a Europa junto a seus interlocutores na Hungria.
- Apoio à realização de missões empresariais de parte a parte.

2. Atrair investimentos húngaros para o Brasil.

- Manutenção de canais de diálogo com representantes dos setores público e privado da Hungria sobre oportunidades de investimento no Brasil.
- Interlocução com formadores de opinião e veículos de imprensa para divulgação de oportunidades de investimento no Brasil.
- Apoio a empresários húngaros interessados em investir no Brasil.

3. Informar sobre economia e comércio.

- Produção de relatórios sobre a situação da economia húngara e sobre as relações econômico-comerciais da Hungria com seus principais parceiros.
- Produção de relatórios sobre desenvolvimentos setoriais relevantes na economia húngara, incluindo temas de setores tais como indústria, agronegócio, energia, infraestrutura, comércio, construção, tecnologia e serviços.
- Produção de relatórios sobre desenvolvimentos na Hungria relativos à indústria de defesa e ao comércio de produtos de defesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de estudos de mercado produzidos ou contratados pela Embaixada.
2) Número de eventos de promoção de produtos brasileiros apoiados ou realizados pela Embaixada.
3) Número de encontros e contatos mantidos com representantes de empresas brasileiras que exportam ou estão interessadas em exportar para a Hungria.
4) Número de encontros ou contatos mantidos com a Agência Húngara de Promoção de Investimentos (HIPA), a Câmara de Comércio e Indústria da Hungria, a Câmara de Comércio e Indústria de Budapeste e a Associação Nacional de Empresários da Hungria.
5) Número de contatos e encontros com representantes do escritório da Apex-Europa.
6) Número de missões empresariais.

7) Número de encontros ou contatos com representantes dos setores público e privado da Hungria sobre oportunidades de investimento no Brasil.
8) Número de encontros ou contatos com formadores de opinião e veículos de imprensa para divulgação de oportunidades de investimento no Brasil.
9) Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras.
10) Número de publicações sobre produtos e serviços brasileiros ou sobre oportunidades de investimento no Brasil elaboradas e/ou divulgadas pela Embaixada.
11) Número de encontros ou contatos com empresários húngaros interessados em investir no Brasil.
12) Número de atendimentos a consultas telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais ou presenciais.
13) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre a situação da economia húngara e sobre as relações econômico-comerciais da Hungria com seus principais parceiros.
14) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre a balança comercial bilateral.
15) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre desenvolvimentos setoriais relevantes na economia húngara.
16) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre desenvolvimentos na Hungria relativos ao setor de defesa.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Fortalecimento do diálogo político.

- Apoio à realização de encontros entre autoridades brasileiras e húngaras em diferentes níveis.
- Construção e manutenção de canais de comunicação fluidos com autoridades governamentais húngaras, bem como outros atores locais relevantes.
- Promoção do incremento da diplomacia parlamentar entre Brasil e Hungria.

2. Acompanhamento e análise do cenário político local.

- Produção regular de informações e análises sobre a situação política interna da Hungria, bem como sobre as principais linhas e movimentações da política externa húngara, de modo a subsidiar o governo brasileiro em suas decisões e propostas associadas ao relacionamento com a Hungria.
- Fortalecimento de contatos com observadores e analistas locais de diferentes âmbitos, incluindo imprensa, meios acadêmicos e representantes de partidos políticos, que permitam ao posto formar uma visão plural e abrangente acerca das questões principais de política interna e externa da Hungria.

3. Ampliação do quadro de acordos bilaterais.

- Fortalecimento do seguimento dos acordos já existentes, propondo, conforme o caso, sua revisão ou a conclusão de outros em área de interesse da sociedade brasileira.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros entre autoridades brasileiras e húngaras;
2) Número de encontros com atores locais relevantes, como dirigentes políticos, representantes da sociedade civil, jornalistas, acadêmicos e formadores de opinião;
3) Número de telegramas produzidos pelo posto;
4) Número de acordos, em diferentes formatos, assinados durante a gestão.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Obter apoio a candidaturas brasileiras.

- Realização de gestões específicas junto a autoridades húngaras para assegurar o apoio a todas as candidaturas brasileiras em organismos internacionais.
- Fortalecimento dos canais de comunicação regulares com os responsáveis por candidaturas junto ao governo local, em particular no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, de forma a assegurar tratamento fluido e atento das demandas brasileiras.

2. Fortalecer o diálogo e a cooperação com o Grupo de Visegrado.

- Estreitamento do diálogo político e da cooperação em todos os níveis com o Grupo de Visegrado (integrado, também, pela Eslováquia, Polônia e República Tcheca).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de gestões específicas realizadas junto ao governo húngaro em favor de candidaturas brasileiras.
2) Número de encontros com responsáveis por candidaturas no governo húngaro;
3) Número de reuniões com o governo húngaro para o tratamento de questões relacionadas ao diálogo e à cooperação com o Grupo de Visegrado.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

ii) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Promover a imagem do Brasil junto ao público húngaro.

- Divulgação de informações produzidas pelo governo brasileiro destinadas a promover a imagem do Brasil junto a diferentes setores da sociedade húngara.
- Aumento do número de seguidores das páginas do posto em mídias sociais, mantidas em português e húngaro, de modo a ampliar o alcance de iniciativas.
- Construção de canais com formadores de opinião locais, de modo a facilitar a promoção da imagem do Brasil a Hungria.

2. **Difundir a cultura brasileira junto ao público húngaro.**
   - Planejamento e execução de projetos de difusão da cultura brasileira, em suas diferentes vertentes, junto ao público húngaro.
   - Apoio, em diferentes formatos (apoio institucional, divulgação) a iniciativas promovidas por agentes culturais brasileiros na Hungria.
   - Divulgação de produtos e bens culturais junto aos meios de imprensa e instituições culturais locais, bem como junto ao público em geral por meio de mídias sociais.

3. **Promover a língua portuguesa.**
   - Promoção do português como língua de herança junto à comunidade brasileira residente em Budapeste.
   - Apoio e promoção de iniciativas de divulgação do português, em parceria com o Leitorado do Brasil junto à Universidade Eötvös Loránd (ELTE).

4. **Promover o turismo ao Brasil.**
   - Promoção da imagem do Brasil como destino turístico para viajantes húngaros.
   - Interlocução com agências e operadores de turismo, bem como com companhias aéreas que operam destinos no Brasil partindo de Budapeste.
   - Apoio à divulgação do Brasil como destino turístico na Feira Internacional de Turismo (Utazás), realizada anualmente em Budapeste e que tem contado com público superior a 35 mil pessoas, bem como em outras eventuais feiras ou eventos do setor.
   - Divulgação de publicações, materiais promocionais, eventos ou campanhas que promovam o Brasil como destino turístico, principalmente por meio da distribuição de recebidos pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM).

5. **Promover a marca Brasil junto à sociedade húngara.**
   - Realização de ações destinadas à promoção da imagem do Brasil na Hungria em diferentes áreas, incluindo: divulgação de informes sobre a economia brasileira e oportunidades de investimentos; difusão da imagem do Brasil como fornecedor de produtos e serviços competitivos, de qualidade e produzidos de forma sustentável; divulgação da ampla diversidade de destinos turísticos no Brasil; e promoção e difusão da cultura brasileira.

iii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de informações produzidas pelo governo brasileiro divulgadas na Hungria.
2) Número de encontros com formadores de opinião locais.
3) Número de seguidores das páginas do posto em mídias sociais.
4) Número de projetos de difusão cultural planejados e executados pelo post.
5) Número de iniciativas culturais apoiadas em diferentes formatos pelo posto.
6) Número de produtores e bens culturais divulgados nos meios de mídia e cultura locais.
7) Número de eventos realizados pela Embaixada e número de eventos realizados diretamente pela comunidade brasileira residente em Budapeste.
8) Número de eventos de promoção da língua portuguesa realizados em parceria com o Leitorado.
9) Número de participações na Feira Internacional de Turismo (Utazás) ou em outros eventos do setor de turismo.
10) Número de gestões ou contatos realizados com agentes de turismo.
11) Número de gestões ou contatos realizados com empresas aéreas.
12) Número de materiais de divulgação do Brasil como destino turístico distribuídos junto a empresas ou instituições húngaras do setor de turismo.
13) Número de ações destinadas à promoção da marca Brasil realizadas pela Embaixada.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. **Apoiar o desenvolvimento de cooperação bilateral em agricultura e recursos naturais.**
   - Apoio ao desenvolvimento de cooperação nas áreas de agricultura e recursos naturais, tendo como base o acordo firmado em 2019 entre a Embrapa e o Centro Nacional de Inovação e Pesquisa em Agricultura da Hungria (NAIK), que estabelece como metas a realização de projetos conjuntos nesse setor com vistas ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento institucional.

2. **Apoiar o desenvolvimento de cooperação bilateral em recursos hídricos.**
   - Apoio ao desenvolvimento de cooperação recursos hídricos, tendo como base o acordo firmado em 2019 entre o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) e o Ministério do Interior da Hungria.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de missões realizadas pela Embrapa à Hungria ou pelo NAIK ao Brasil
2) Número de projetos na área de agricultura e recursos naturais desenvolvidos entre a Embrapa e o NAIK
3) Número de missões de parte a parte na área de recursos hídricos
4) Número de projetos na área de recursos hídricos desenvolvidos entre o MDR e o Ministério do Interior da Hungria

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. **Ampliar parcerias no campo da ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) com o governo húngaro, com foco no bem-estar da sociedade brasileira.**
   - Intensificação de ações de inteligência no campo da C,T&I, com vistas à identificação de áreas promissoras e proposição de iniciativas.
   - Promoção de iniciativas de colaboração em setores de tecnologia de ponta no Brasil e na Hungria.

2. **Promover a imagem do Brasil no campo da C,T&I junto ao governo, ao empresariado e à sociedade húngara.**
   - Promoção de produtos e serviços brasileiros inovadores na Hungria.
   - Promoção da imagem do Brasil como país de excelência no campo científico e tecnológico.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de estudos/mapeamentos de inteligência e respostas a consultas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE)
2) Número de gestões/reuniões voltadas à promoção de iniciativas em C,T&I
3) Número de ações de promoção tecnológica propostas e realizadas

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. **Valorização de iniciativas de cooperação educacional voltadas à mobilidade acadêmica.**
   - Preservação, em colaboração com o governo húngaro, da oferta de bolsas de estudos de graduação e pós-graduação em instituições de ensino húngaras, no interesse da comunidade estudantil brasileira.
   - Apoio à internacionalização de instituições de ensino brasileiras, por meio da divulgação da oferta de vagas em cursos de graduação no Brasil, no âmbito do Programa de Estudante-Convênio (PEC-G).

2. **Aprofundamento da cooperação cultural com a Hungria.**
   - Promoção de novos vínculos entre instituições culturais brasileiras e húngaras, que permitam a realização de iniciativas conjuntas ou de intercâmbio de projetos e artistas.

3. **Promoção da cooperação com a Hungria na área de saúde, com ênfase no enfrentamento da pandemia de COVID-19.**

- Acompanhamento de desenvolvimentos da Hungria no setor de saúde, particularmente no que se refere ao enfrentamento da pandemia de COVID-19.
- Identificação de possibilidades de cooperação no setor de saúde, particularmente no combate à pandemia de COVID-19.
- Apoio à interlocução entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia.

4. Estímulo ao desenvolvimento de cooperação bilateral na área de defesa.

- Estímulo ao desenvolvimento de cooperação na área de defesa.
- Manutenção da interlocução com empresas do setor de defesa, com particular atenção para a Embraer - que conta com escritório de representação em Budapeste - sobre possibilidades de cooperação com a Hungria na área de defesa.
- Monitoramento do desenvolvimento de atividades de cooperação bilateral realizadas ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Espacial com Fins Pacíficos, firmado em 2019.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de bolsas de estudos oferecidas anualmente pelo governo húngaro a estudantes brasileiros
2) Número de estudantes residentes na Hungria candidatos à matrícula em instituição de ensino brasileira, no âmbito do PEC-G
3) Número de acordos, parcerias ou intercâmbio de projetos estabelecidos entre instituições culturais brasileiras e húngaras
4) Número de encontros, gestões ou contatos mantidos com representantes de instituições governamentais ou de empresas públicas ou privadas sobre temas de saúde
5) Número de relatórios elaborados pela Embaixada sobre temas de saúde
6) Número de encontros ou contatos mantidos com representantes de instituições governamentais ou de empresas públicas ou privadas sobre temas de defesa
7) Número de eventos ou outras atividades de cooperação na área de defesa
8) Número de projetos na área de defesa
9) Número de eventos ou outras atividades relacionadas ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Espacial com Fins Pacíficos
10) Número de projetos realizados ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Espacial com Fins Pacíficos
11) Número de relatórios elaborados pela Embaixada sobre temas de defesa

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. **Promover iniciativas voltadas à cooperação humanitária, tendo em conta a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.**
   - Busca de definição de quadro normativo para a consecução de iniciativas bilaterais de cooperação humanitária em terceiros países.
   - Desenvolvimento, em parceria com o governo húngaro, de iniciativas de cooperação humanitária com alvo em comunidades em situação de particular vulnerabilidade.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Celebração de instrumento voltado à promoção da cooperação humanitária
2) Número de ações de cooperação humanitária concebidos e realizados em terceiros países

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. **Apoiar as atividades do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Hungria.**
   - Estímulo à retomada de encontros regulares do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Hungria, interrompida após a pandemia do coronavírus.
   - Avaliação, em coordenação com os membros do Conselho, da necessidade de renovação de seus quadros, inalterada desde 2017.

2. **Encorajar a ampliação da matrícula consular.**
   - Promoção de iniciativas voltadas a estimular os cidadãos brasileiros a efetuarem a matrícula consular, de modo a facilitar o mapeamento da comunidade brasileira na Hungria.

3. **Assegurar a prestação de serviços de qualidade aos consulentes brasileiros.**
   - Monitoramento da qualidade dos serviços de atendimento a cidadãos brasileiros por parte da embaixada.
   - Inclusão dos funcionários do Setor Consular nas atividades de formação e treinamento promovidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE).
   - Divulgação nas páginas do posto na Internet e mídias sociais de informações de interesse para os cidadãos brasileiros residentes na Hungria.

4. **Prestar apoio aos cidadãos brasileiros presos na jurisdição do posto.**
   - Realização de visitas regulares aos cidadãos brasileiros em situação de encarceramento na jurisdição do posto, com a prestação de pequenos auxílios quando cabível.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros do Conselho de Cidadãos Brasileiros na Hungria

2) Realização de eleições para o Conselho, caso haja acordo nesse sentido de seus integrantes
3) Número de novas matrículas consulares registradas no posto
4) Número de referências ao atendimento consular prestado pelo posto na Ouvidoria Consular
5) Número de funcionários inscritos nas atividades de formação e treinamento promovidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores
6) Número de informações de interesse da comunidade brasileira divulgadas nas páginas do posto na Internet e mídias sociais
7) Número de visitas realizadas aos cidadãos brasileiros em situação de encarceramento na jurisdição do posto

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

SF/21376.91103-65

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 60, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria*.

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 18, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Hungria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, item IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da interessada.

Segundo o referido documento, a Sra. Susan Kleebank, filha de Ruben Kleebank e Miriam Kleebank, nasceu em Porto Alegre/RS, em 11 de outubro de 1961.

Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1981. Nomeada Terceira Secretária em 1982, foi promovida a Segunda Secretária, em 1986; a Primeira Secretária, em 1992; a Conselheira, em 1999; a Ministra de Segunda Classe, em 2005; e a Ministra de Primeira Classe em 2009.

No âmbito da Secretaria de Estado, as principais funções que exerceu foram as de Chefe da Divisão Jurídica, de 1999 a 2001, e Chefe da Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, de 2007 a 2008. Em outros órgãos governamentais onde atuou, foi Assessora-Chefe de Assuntos Internacionais da Presidência do Supremo Tribunal Federal, de 2008 a 2010, e em 2010 assumiu a assessoria de Cerimonial e Internacional no Tribunal Superior Eleitoral.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu nas Embaixadas em Berlim Oriental, de 1986 a 1987; em Pequim, de 1987 a 1989; em Bonn, de 1989 a 1992; em Roma, de 1995 a 1998; em Ottawa, de 2001 a 2003; na Embaixada em Washington, de 2003 a 2007; foi Embaixadora em Bratislava (2012 a 2017); e, desde 2017, Cônsul-geral em Genebra.

Em 2001, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese: "Cooperação judiciária por via diplomática: avaliação e propostas de atualização do quadro normativo", publicada pela Editora Fundação Alexandre de Gusmão em 2004.

É formada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980) e pós-graduada em História pela Universidade de Paris X, em Nanterre (1985).

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Hungria, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata. Além disso, consta Relatório de Gestão do Embaixador JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, que deixa o posto.

A Hungria é um país situado na Europa Central. Faz fronteira com a Eslováquia ao norte, Romênia ao leste, Sérvia ao sul, Croácia ao sudoeste, Eslovênia ao oeste, Áustria ao noroeste e Ucrânia ao nordeste. A capital e maior cidade do país é Budapeste. A população de 9,8 milhões de

SF/21376.91103-65

habitantes distribui-se em um território de 93.030 km². Seu produto interno bruto (PIB), calculado em termos de paridade de poder de compra, foi de 323 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB per capita de 33.084 mil dólares (2020). Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,854, o que coloca o país em 40º lugar no panorama mundial. A expectativa média de vida naquele país está no patamar de 76,9 anos. Estima-se que cerca de 800 brasileiros vivam naquele país. É parte da OTAN (desde 1999) e da União Europeia (desde 2004).

Estabelecidas em 1927, as relações diplomáticas entre Brasil e Hungria foram interrompidas em 1942, quando os dois países se encontravam em campos opostos na 2ª Guerra Mundial, e seriam restabelecidas somente em 21/3/1961, ao amparo da Política Externa Independente levada a cabo pelo Governo Jânio Quadros. A missão diplomática em Budapeste foi reaberta em 1962, em nível de Legação, e elevada à categoria de Embaixada em 1974. Em 2015, a Hungria reabriu o Consulado-Geral em São Paulo, fechado em 2009 em razão da crise econômica.

O Brasil foi incluído entre os principais parceiros da Hungria no âmbito da chamada "abertura global" e na proposta de "abertura para o sul" da política externa do país, especialmente na área econômico-comercial.

Politicamente, o Primeiro-Ministro húngaro Viktor Orbán se aproxima do Governo brasileiro, tendo até mesmo participado da posse do Presidente Jair Bolsonaro.

As exportações brasileiras para a Hungria em 2020 caíram 23,1% em relação a 2019, atingindo US$ 54 milhões, com vendas sobretudo de couros e peles (40% da pauta), seguidos de tabaco (13%), produtos de aquecimento e resfriamento (7,1%), máquinas e aparelhos elétricos (6,2%) e demais produtos da indústria de transformação (4,6%). Já as importações brasileiras originárias da Hungria decresceram 7,8% em relação a 2019, totalizando US$ 288 milhões, a envolver automóveis (15%), medicamentos e produtos farmacêuticos (11%), partes para veículos (7,5%) e instrumentos e aparelhos de medição (5,5%).

Destaca-se que, em novembro de 2020, a Hungria adquiriu duas aeronaves de transporte médio KC-390, da Embraer, que serão entregues até 2024. O valor do contrato foi de 300 milhões de dólares.

SF/21376.91103-65

Por derradeiro, destacamos excerto do relatório de gestão do Embaixador JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, que deixa o posto:

> 52. No que se refere ao comércio bilateral, o principal desafio consiste em reduzir ou reverter o déficit crônico da balança comercial, caracterizado, grosso modo, pela importação, pelo Brasil de produtos de maior valor agregado, incluindo componentes da indústria automobilística, e pela elevada participação de produtos primários nas exportações para a Hungria, com destaque para o couro brasileiro utilizado na fabricação de automóveis. Não obstante a importância de promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado, como é o caso dos produtos de defesa, considero de vital importância que o posto siga explorando oportunidades em diferentes setores, incluindo o agronegócio.

SF/21376.91103-65

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

4

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE *VIVIAN LOSS SANMARTIN*
CPF.: 635.254.020-15

1965	Filha de Zeniro José Sanmartin e Maria Edi Loss Sanmartin. Nasce em Porto Alegre - RS, em 12 de maio.
Dados Acadêmicos:	
1990	Letras pela Pontífica Universidade Católica / RS, 1990.
1993	CPCD IRBr,1993
2003	CAD IRBr, 2003
2009	Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr. Tese: "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".
Cargos:	
1994	Terceira-secretária
1999	Segunda-secretária
2004	Primeira-secretária, por merecimento
2007	Conselheira, por merecimento
2010	Ministra de segunda classe, por merecimento
Funções:	
1994-97	Divisão do Meio Ambiente, assistente
1997-99	Embaixada em Moscou, terceira e segunda-secretária. Chefe dos setores cultural e de imprensa.
1999-2003	Missão junto à CEE, Bruxelas, segunda-secretária. Responsável pelos setores de política interna e externa da UE; responsável pela coordenação das relações ALC-UE.
2003-06	Embaixada em Assunção, segunda e primeira-secretária. Chefe de Gabinete do embaixador; chefe do setor econômico e de Mercosul.
2006	Departamento de Integração, assessora
2007-08	Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, chefe
2008-12	Embaixada em Buenos Aires, conselheira. Chefe do setor de energia; chefe do SECOM.
2012-18	Embaixada do Brasil em Viena, ministra-conselheira. Chefe da Chancelaria. Responsável pela coordenação dos setores de administração, de política interna e externa; cultural e de educação; de imprensa; consular; SECOM e dos temas multilaterais acompanhados pelo posto junto aos escritórios das Nações Unidas com sede em Viena (UNODC, UNOOSA, UNCITRAL) e à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); bem como junto à Academia Internacional Anticorrupção (IACA) e à organização Energia Sustentável para Todos (SEforAll)
2018-	Embaixada em Iaundê (cumulativa com o Chade), junho de 2018. Chefe do posto.
Condecorações	
	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 55, DE 2021

(nº 568/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 568

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **VIVIAN LOSS SANMARTIN** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.

EM nº 00210/2021 MRE

Brasília, 21 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Namíbia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **VIVIAN LOSS SANMARTIN** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 901/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2985575** e o código CRC **BA82E6B3** no site:

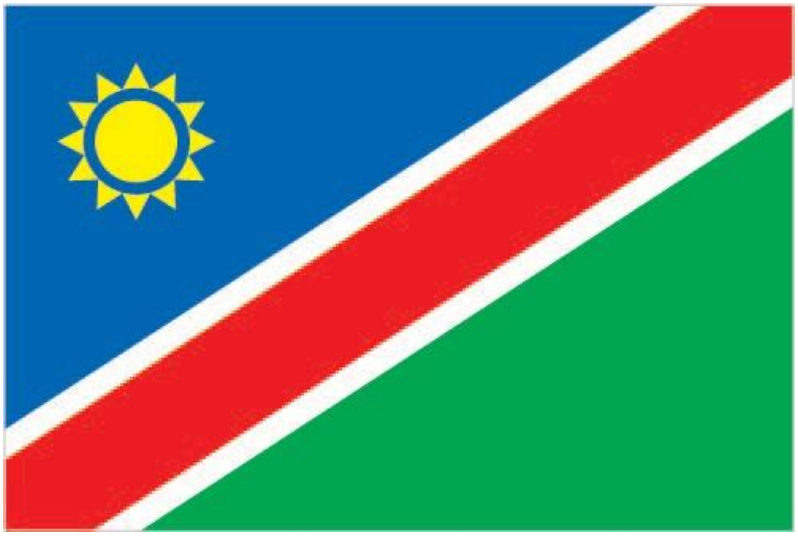
Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008258/2021-87 SEI nº 2985575

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 –- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

NAMÍBIA







OSTENSIVO

Divisão de África II – DAF II

Setembro de 2021

Sumário

PERFIS BIOGRÁFICOS 3
APRESENTAÇÃO 5
RELAÇÕES BILATERAIS 5
POLÍTICA INTERNA 13
ECONOMIA 14
POLÍTICA EXTERNA 15
MAPA DA NAMÍBIA 21
DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS 24

PERFIS BIOGRÁFICOS

HAGE GEINGOB
Presidente da República



Nascido em 3 de agosto de 1941, Hage Geingob iniciou sua militância ainda jovem. Aos vinte anos, teve de se exilar no Botsuana, onde foi nomeado, em 1963, representante da *South West Africa People's Organization* (SWAPO) – atualmente partido político e antes movimento pró-independência. Em 1964, migrou para os Estados Unidos, onde concluiu a educação superior e obteve título de mestre em Relações Internacionais pela *New School University*, em Nova York. Também em 1964, foi escolhido representante da SWAPO junto às Nações Unidas, posto no qual permaneceu até 1971. Em 1972, foi nomeado oficial de assuntos políticos junto ao Secretariado das Nações Unidas, e em 1975, diretor do Instituto da ONU para a Namíbia. Em 1989, voltou à Namíbia – após 27 anos – para chefiar a campanha da SWAPO nas primeiras eleições independentes do país. No mesmo ano, foi eleito *chairman* da Assembleia Constituinte responsável pela redação da Constituição. Em 1990, tornou-se primeiro-ministro, cargo para o qual foi reeleito em 1995. Em 2002, deixou o cargo e, no ano seguinte, assumiu o secretariado executivo do fórum intergovernamental *Global Coalition for Africa*, baseado em Washington. Em 2007, foi eleito vice-presidente da SWAPO e indicado para o Ministério da Indústria e Comércio. Em 2012, foi reeleito para a vice-presidência do partido e novamente nomeado primeiro-ministro, credenciando-se para a sucessão do presidente Hifikepunye Pohamba nas eleições de 2014. Em novembro de 2014, foi eleito presidente da Namíbia com 86,7% dos votos, maior votação da história do país, sendo reconduzido ao cargo em novembro de 2019, com margem de votos sensivelmente menor, 56,3%.

SAARA KUUNGONGELWA-AMADHILA

Primeira-Ministra



Nascida em 12 de outubro de 1967, na província de Omusati, Saara Kuugongelwa-Amadhila é membro da SWAPO desde 1980. No âmbito de sua militância pela independência da Namíbia, exilou-se em Serra Leoa em 1982, com apenas quinze anos. Graduou-se em economia pela *Lincoln University* (Pensilvânia, Estados Unidos), em 1994. É membro da Assembleia Nacional da Namíbia desde 1995, ano em que foi designada diretora-geral da Comissão Nacional de Planejamento (órgão ligado à Presidência). Em 2003, foi indicada para o cargo de ministra das Finanças, no qual permaneceu até 2015. Com a eleição de Hage Geingob para a Presidência, foi convidada a ocupar o cargo de primeira-ministra da Namíbia.

NETUMBO NANDI-NDAITWAH
Ministra de Relações Internacionais e Cooperação



Nascida em 1952, a Chanceler Nandi-Ndaitwah ingressou no SWAPO aos 14 anos de idade. Ativa na luta anti-*apartheid* e em favor da independência da Namíbia, exilou-se na Zâmbia (1974-1980) e na Tanzânia (1980-1986). Chefiou o Escritório de Representação da SWAPO em Lusaca. Realizou estudos de pós-graduação em Administração Pública e Gestão, pela Faculdade de Tecnologia de Glasgow (1987). Concluiu mestrado em Estudos Diplomáticos e em Relações Internacionais na Keele University (1989), também no Reino Unido. Assumiu o ministério de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO) em fins de 2012.

MPBAPEUA MUVANGA
Embaixador da Namíbia no ***Brasil***



Formado em sensoriamento remoto e uso do solo, com pós-graduação em administração. Exerceu as funções de vice-diretor no então Ministério de Terras, Reassentamento e Reabilitação (1990-2005). Na chancelaria namibiana, foi subchefe (2005-2006) e chefe do Protocolo (2006-2014). Foi Alto Comissário da Namíbia em Gaborone (2015-2019). Também exerce atividade privada, como fazendeiro. O embaixador Mbapeua Muvangua é casado com Dina Muvangua, tendo oito filhos.

APRESENTAÇÃO

A República da Namíbia, com área superior a 800 mil km² e população de cerca de 2,5 milhões de habitantes, localiza-se na porção sudoeste do continente africano, banhada pelo Oceano Atlântico. Possui fronteiras terrestres com a África do Sul, ao sul; com o Botsuana, a leste; com Angola, ao norte; e, no extremo nordeste do país, nos limites da região do Zambeze (outrora conhecida como "Faixa de Caprivi"), com a Zâmbia. A cerca de 200 metros da fronteira namibiana com a Zâmbia está o Zimbábue, com o qual oficialmente a Namíbia não possui fronteiras.

A maior parte do território namibiano tornou-se um protetorado do Império Alemão em 1884, tendo permanecido como colônia germânica até o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1920, a Liga das Nações transferiu sua administração para a África do Sul, que impôs suas leis ao novo território, inclusive a política de *apartheid*, em vigor desde 1948. Em 1973, em meio ao processo de descolonização no continente africano, a ONU reconheceu a SWAPO como representante oficial do povo namibiano. Após longa luta contra o governo sul-africano, em 21/03/1990, a Namíbia teve reconhecida sua independência (a cidade portuária de Walvis Bay, no entanto, permaneceu sob controle sul-africano até 1994).

RELAÇÕES BILATERAIS

O governo brasileiro estabeleceu contatos com a SWAPO desde a década anterior à independência da Namíbia (21/03/1990). Sam Nujoma, principal liderança da SWAPO, realizou visita ao Brasil em março de 1987. Dois anos depois, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito da ONU, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência do país.

As relações bilaterais iniciaram-se formalmente ainda em 1990, com a criação da embaixada brasileira na Namíbia, e, em 1991, com a visita oficial do então presidente Fernando Collor de Mello a Windhoek. Ao longo da década de 1990, as relações bilaterais adensaram-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995.

A década de 2000 representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2001, com a assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica, renovou-se o principal instrumento de cooperação entre os dois países. Entre 2003 e 2004, houve duas visitas presidenciais recíprocas e a ida à Namíbia do então chanceler brasileiro.

Logo após sua eleição, em 2004, o presidente Hifikepunye Pohamba afirmou esperar que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só em nível político, mas também – e principalmente – no âmbito econômico-comercial. Em março de 2005, o vice-presidente José Alencar visitou a Namíbia por ocasião da posse de Pohamba. Em setembro de 2008, o ministro das Relações Exteriores namibiano, Marco Hausiku, assinou, no Brasil, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. No ano seguinte, o presidente Pohamba visitou novamente o Brasil.

Em 2011 e 2012, os então chanceleres de Brasil e Namíbia visitaram-se reciprocamente. Entre os temas abordados, destacaram-se a cooperação naval e o apoio brasileiro ao levantamento da plataforma continental namibiana, bem como a expectativa de que a presença brasileira no país pudesse ser estendida a setores como mineração, beneficiamento de diamantes e modernização do porto de Walvis Bay. A última visita do ministro da Defesa do Brasil à Namíbia ocorreu em 2013, e a última visita de chanceler brasileiro àquele país teve lugar em maio de 2017, oportunidade em que foram tratados temas de cooperação naval e nas áreas de saúde, agricultura e investimentos.

Em 03/11/2020, realizou-se reunião virtual de consultas políticas. A delegação brasileira foi chefiada pelo Senhor SOMEA, e a delegação namibiana, pela Diretora do Departamento de Relações Bilaterais do Ministério de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO), embaixadora Sabine Bölke-Möller. O encontro permitiu que se elencassem inúmeras áreas de conexão no bojo da parceira bilateral, entre as quais se destacaram a escolha de pontos focais para discutir parcerias entre academias diplomáticas e a cooperação em segurança e defesa – a partir da revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

A cooperação em matéria de defesa, e em especial a cooperação naval, constitui tema de grande importância nas relações entre o Brasil e a Namíbia. Em 2009, foi assinado o Acordo de Cooperação em Defesa, que entrou em vigor internacional em agosto de 2011 e serve de base para as relações bilaterais na matéria.

Cooperação naval

A cooperação naval é o principal motor da cooperação bilateral em matéria de defesa. Foi iniciada em 1994, quando da devolução do porto de Walvis Bay à Namíbia pela África do Sul, tendo sido a fragata brasileira "Niterói" o primeiro navio a atracar sob a jurisdição namibiana.

Naquele ano, foi firmado Acordo de Cooperação Naval a fim de prestar apoio à criação e formação da Ala Naval da Força de Defesa da Namíbia; assistência na organização do Serviço de Patrulha Naval; aquisição de meios; e assistência ao desenvolvimento de infraestrutura e suporte logístico à Ala Naval. Este acordo foi revisado em 2001, para, por exemplo, fornecimento de uniformes; construção de meios navais; assessoria técnica para construção da nova Base Naval de Walvis Bay, entre outros.

O Brasil tem exercido importante papel na formação de militares da Marinha da Namíbia, com diversas atividades de intercâmbio e treinamento militar, em territórios brasileiro e namibiano, como: cursos de formação de marinheiros na Base de Walvis Bay; em curso de formação de fuzileiros navais; cursos de especialização em infantaria, para fuzileiros navais, entre outros.

As ações decorrentes do referido acordo permitiram a criação da Marinha da Namíbia, em 2004, e do Corpo de Fuzileiros Navais, em 2016, com a formação de mais de mil militares namibianos, entre oficiais e praças, a partir da realização de cursos no Brasil e na Namíbia e o estabelecimento da Missão de Assessoria Naval e do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, em Walvis Bay, para assessoria ao Adestramento, Manutenção e Ensino nos âmbitos da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais. Durante sua missão, o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais já formou a quase totalidade da força namibiana, num total de 673 soldados, 194 cabos (com previsão de mais 49, em 2021) e 15 sargentos.

A profundidade da presença brasileira pode ser constatada pelo fato de que todos os postos de comando das forças navais da Namíbia são atualmente ocupados por oficiais treinados no Brasil, o que faz do português língua amplamente disseminada naquela força. Na maioria dos atos solenes a cargo da Marinha do Brasil e de que participam oficiais da Marinha namibiana, o português é a língua de trabalho.

No início de 2020, após dois anos consecutivos sem apresentar candidatos, a Marinha da Namíbia indicou três militares para o Curso de Graduação na Escola Naval (CGEN), voltado para a formação de oficiais, com duração de cinco anos.

Ainda no âmbito da cooperação naval, o Brasil ajudou na coleta de dados da plataforma continental da Namíbia e na elaboração do Relatório de Submissão às Nações Unidas apresentado por aquele país, em 2009, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC).

Em 2004, o Brasil doou à Marinha da Namíbia a corveta "Purus", rebatizada "NS Lt-Gen Dimo Hammambo", e forneceu apoio logístico, assistência técnica e treinamento a toda a tripulação. No mesmo ano, foi assinado acordo para o fornecimento de um navio-patrulha de 200 toneladas e duas lanchas-patrulha, o que resultou na entrega oficial à Marinha da Namíbia, em 2009, do navio patrulha "Brendan Sinbwaye", da classe Grajaú, construído pela Indústria Naval do Ceará (INACE), e de duas lanchas de patrulha da classe Marlim.

Cooperação em matéria de forças terrestres

Em 2013, após a 1ª Reunião Bilateral de Defesa, ocorrida em Windhoek, ficou estabelecida a Cooperação Militar entre os Exércitos do Brasil (EB) e da Namíbia. A partir do ano seguinte, oficiais do Exército brasileiro passaram a ministrar aulas de português aos militares namibianos, com vistas a possibilitar-lhes seguir curso de

treinamento no Brasil. A partir de 2015, oficiais e praças do Exército da Namíbia começaram a cursar os institutos de treinamento militar no Brasil, nos seguintes centros de ensino: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar Agulhas Negras, Escola de Sargentos das Armas e Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas, entre outros.

Em 2020, o "VII Curso Internacional de Língua Portuguesa para Militares das Forças Armadas da Namíbia", com duração de dez meses, conduzido por instrutores do Exército Brasileiro, teve quinze alunos inscritos, entre oficiais e praças, para a preparação de candidatos a diversos outros programas de treinamento a serem ministrados no Brasil.

Ainda no plano da defesa, recorda-se, também, acordo de cooperação celebrado em 2009 entre os Ministérios da Defesa do Brasil e da Namíbia, por meio do qual se pretende (i) promover a cooperação no domínio da defesa, nas áreas da pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos, sistemas e serviços de defesa; (ii) partilhar conhecimentos e experiências adquiridos no campo de operações, na utilização de equipamentos militares de origem nacional e estrangeira, bem como no cumprimento de operações internacionais de manutenção da paz; (iii) partilhar experiências na área de ciência e tecnologia; (iv) promover ações conjuntas de instrução e treinamento militar, exercícios militares conjuntos, bem como a correspondente troca de informações; (v) colaborar em assuntos relacionados a sistemas, softwares e equipamentos militares; e (vi) cooperar em outras áreas do domínio da defesa que possam ser de interesse dos dois países.

É inegável o aspecto central que a pauta de defesa, sobretudo naval, assume nas relações do Brasil com a Namíbia. Seu alcance de longo prazo e sua especificidade temática permitiram que dela se cristalizasse espaço privilegiado de rotinas e de contatos de alto nível, a ponto de gerar os desejáveis resultados concretos.

Cooperação policial

Em março de 2019, o embaixador em Windhoek reuniu-se com o inspetor-geral de Força Policial da Namíbia (NPF), Sebastian H. Ndeitunga, com quem discutiu a possibilidade de explorar eventual cooperação bilateral em âmbito policial. A reunião teve como pano de fundo sinalização da ministra de Relações Internacionais e de Cooperação (MIRCO), Netumbo Nandi-Ndaitwah, quanto ao aprofundamento de discussões sobre o tema.

Ndeitunga transmitiu a expectativa de que a robustez da cooperação naval entre os países – em suas palavras: "*solidified in terms of capacity-building*" – se dissemine para o campo policial, para o que indicou, como passo necessário, a assinatura de Memorando de Entendimento. Apontou a conveniência de que eventual MdE a ser negociado privilegie itens como treinamento e troca de informações. Sugeriu fossem estabelecidas, ainda, metas de curto, médio e longo prazo.

Como resultado desses entendimentos, entre 19/08 e 30/08/2019, policiais namibianos participaram do 23º Ciclo do Programa Internacional de Cooperação Policial – INTERCOPS, oferecido pela Polícia Federal e realizado no Aeroporto de Guarulhos. Na oportunidade, dois policiais namibianos puderam acompanhar aulas

teóricas e práticas, ministradas em língua inglesa, com o objetivo de apresentar as práticas operacionais da Polícia Federal no campo da investigação criminal em aeroportos internacionais, discutir desafios comuns na repressão do crime naquele ambiente e trocar experiências e metodologias de trabalho entre os participantes sobre a repressão ao tráfico internacional de drogas.

Mulheres, paz e segurança

Em outubro de 2019, a Embaixada do Brasil em Windhoek foi consultada sobre a possibilidade de que fossem recebidas mulheres da NPF para treinamento no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no âmbito da agenda de Mulheres, Paz e Segurança do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Consultado, o Ministério da Defesa informou que haveria possibilidade de realização de estágio específico no Brasil, "desde que os custos de passagens aéreas possam ser arcados por aquele país ou por outra fonte".

Em junho de 2019, a Namíbia lançou seu segundo "*National Action Plan on Women, Peace and Security*" (NAP). Na ocasião, a ministra das Relações Internacionais e Cooperação, Netumbo Nandi-Ndaitwah, realizou intervenção em que recordou seu papel na coordenação das negociações que levaram à aprovação da Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Comprometeu-se a envidar esforços, no âmbito do NAP, para ampliar o percentual de mulheres na corporação militar, atualmente 23%.

Em 01/09/2021, na reunião de despedida do Embaixador José Augusto Andrade da chefia da Embaixada em Windhoek com a chanceler namibiana, Nandi-Ndaitwah, foi feita referência ao estabelecimento, em Windhoek, em 31 de outubro de 2020, do Centro Internacional das Mulheres pela Paz, para o qual o lado namibiano desejaria contar com apoio internacional, oportunidade de cooperação com o Brasil.

COMÉRCIO BILATERAL

A pauta econômico-comercial entre o Brasil e a Namíbia mostra oscilações abruptas no volume anual de trocas. No rol de particularidades, deve-se considerar, ainda, o peso relativo da África do Sul sobre o perfil de circulação de mercadorias na União Aduaneira da África Austral (SACU), tendente a mascarar, para baixo, a participação efetiva dos produtos provenientes do Brasil na economia namibiana.

O retrospecto analítico do comércio bilateral registra períodos em que bens de capital ou industriais de alto valor agregado foram negociados. Em razão do reduzido fluxo de negócios, as aquisições esporádicas de itens como locomotivas, tratores, maquinários ou outros implementos para uso agrícola tendem a elevar, substantivamente, ainda que com incidência pontual, a curva estatística em determinado ano.

O intercâmbio entre os países revela a existência de saldo comercial constante em favor do Brasil – ao menos até 2019 e sem que se considere o impacto de variáveis exógenas. Tal tendência parece explicar-se, de um lado, pela reduzida diversificação na pauta de exportações namibiana e, de outro, pela orientação dos principais exportadores

à Europa e à China, compradores preferenciais de minérios – sobretudo cobre, diamantes, urânio, zinco e chumbo –, carne bovina e pescados.

Em 2019, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 9 milhões, com aumento de 34,3% em relação a 2018.

Em 2020, a corrente de comércio bilateral somou US$ 18 milhões (aumento de 97,1% em relação ao período anterior). Nesse período, o Brasil importou US$ 11 milhões e exportou US$ 6 milhões, com saldo negativo para o lado brasileiro de US$ 5 milhões. Tais dados representam movimento incomum, em especial do lado das importações. Explica-os, muito provavelmente, o contexto de impedimentos, por conta da pandemia de COVID-19, para a exportação de produtos aos mercados mais consolidados na pauta namibiana e para a produção de bens localmente.

A lista dos dez principais produtos exportados pelo Brasil em 2020 compõe-se de: i) carnes e miudezas; ii) máquinas mecânicas; iii) vestuário e acessórios, exceto malha; iv) cereais; v) papel e cartão, obras de pasta de celulose; vi) açúcares e produtos de confeitaria; vii) chapéus e artefatos; viii) produtos cerâmicos; ix) móveis e mobiliário; x) instrumentos de precisão. O Brasil ficou na posição 150 entre os exportadores para a Namíbia.

A pauta de exportações concentrou-se, apesar do declínio relativo, em produtos do agronegócio, sobretudo em carnes de aves e miudezas (54%) e arroz (6,2%). No período, nota-se também aumento de produtos industrializados no rol das exportações: maquinário de uso industrial (12%); roupas (8,1%); equipamentos mecânicos (4,2%); e papel e cartão (3,5%).

As principais importações, por outro lado, constituíram-se, no mesmo período, de: i) minérios, escórias e cinzas; ii) sais, terras, cal e cimento; iii) outros artefatos têxteis; iv) máquinas elétricas; v) máquinas mecânicas; vi) sementes e frutos oleaginosos; vii) obras de ferro fundido; viii) instrumentos de precisão; ix) borracha e suas obras. A Namíbia ficou na posição 91 entre as origens das importações brasileiras. 98% do total das importações foram classificados como “outros minérios e concentrados dos metais de base”.

O cômputo de saldo comercial em 2020 favorável à Namíbia refletiria, em leitura superficial, tração nova no movimento comercial entre os países. A excepcionalidade gráfica não pode, porém, ser desconsiderada, à luz das medidas restritivas oriundas da COVID-19 e do conjunto amplo de medidas que muitos países aplicaram, a título emergencial, para suavizar o ciclo epidêmico.

COOPERAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ACADEMIA DIPLOMÁTICA

Na área de cooperação internacional, o Instituto Rio Branco (IRBr) mantém memorandos de entendimento com cerca de 70 países, cujos objetivos principais traduzem-se, geralmente, na participação de jovens diplomatas estrangeiros em dois semestres do Curso de Formação de Diplomatas (CFD) e no envio de diplomatas brasileiros para estudarem em academias diplomáticas estrangeiras. Até o presente,

cerca de 260 diplomatas estrangeiros, oriundos de 50 países, participaram do curso do Instituto Rio Branco.

Os programas de cooperação internacional são executados com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e da Divisão de África-II (DAF-II), órgãos do Ministério das Relações Exteriores que se encarregam, por exemplo, do custeio das passagens aéreas e das bolsas de estudo dos intercambistas.

Em ocasiões anteriores, as autoridades namibianas manifestaram interesse em enviar diplomatas para cursar do IRBr e na abertura de canais de diálogo sobre formação diplomática para conhecer, em detalhes, como se dá o preparo para o desempenho das atividades profissionais, sua grade curricular e os procedimentos de seleção.

O IRBr está à disposição para cooperar para a instalação de academia diplomática na Namíbia, desde que sejam bem definidas as questões dos objetivos, do financiamento e dos cronogramas a cumprir.

Brasil e Namíbia não possuem memorando de entendimento sobre cooperação entre academias diplomáticas, ou similar. Assinar um instrumento com esse escopo é condição prévia para o desenvolvimento de projetos comuns na área.

O assunto foi tratado na reunião de consultas políticas de novembro de 2020 e reveste-se de importância política doméstica na Namíbia.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Estudantes namibianos beneficiam-se, desde 2002, da possibilidade de participação no Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). Atualmente, são dezoito alunos, treze dos quais em Engenharia, quatro em Arquitetura e um em Meteorologia. A maioria deles recebe apoio financeiro do governo namibiano, por intermédio do Ministério dos Transportes e Obras Públicas, para o deslocamento e a manutenção no Brasil.

Desde 2017, contudo, devido ao agravamento das restrições orçamentárias dos órgãos públicos namibianos, foi reduzido o valor do auxílio governamental e suspensa a concessão de novas bolsas. Não sendo o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) aplicado na Namíbia, os candidatos namibianos selecionados desfrutam da oportunidade de, previamente ao início do curso escolhido, estudar português no Brasil, durante um ano, a título de preparação para o Celpe-Bras.

TEMAS CONSULARES

Estimativas da comunidade brasileira residente e de passagem na Namíbia apontam para 120 pessoas, entre militares, pequenos empresários, membros de igrejas e brasileiros(as) casados(as) com nacionais do país, de acordo com as matrículas consulares. Cabe notar que geólogos, engenheiros, técnicos e mergulhadores brasileiros trabalham para empresas petrolíferas multinacionais, como Total, Shell e Exxon, em plataformas marítimas de prospecção no litoral. Muitos possuem dupla nacionalidade e são deslocados à Namíbia por períodos limitados.

A eclosão da pandemia da Covid-19, com o fechamento das fronteiras namibianas entre março e setembro de 2020, afetou o fluxo de brasileiros de passagem. Da mesma forma, a restrição da oferta de voos internacionais para a Namíbia contribuiu para a expressiva redução do número de visitantes.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica com a Namíbia está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, que foi celebrado em 7 de março de 1995. Atualmente, não existem projetos vigentes com o país.

No entanto, a ABC tem ciência de que, segundo informações da Embaixada do Brasil em Windhoek, há áreas de interesse do governo daquele país para a cooperação técnica: agricultura familiar (cultivo de espécies adaptadas a climas áridos, tanto para consumo humano como animal); combate à malária; comercialização local de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar; e treinamento em segurança presidencial para oficiais da Namíbia.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E EM SEGURANÇA ALIMENTAR

Em razão do agravamento, em 2019, dos períodos de ausência de chuvas que a Namíbia vinha enfrentando em anos recentes, o governo namibiano viu-se obrigado a decretar estado de calamidade e a lançar pedido de apoio à comunidade internacional, prontamente atendido pelo Brasil, com a doação de US$ 100 mil, efetuada, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA). O montante foi utilizado, por sugestão do PMA, para a aquisição de 29,84 toneladas cúbicas de alimento-suplementar-pronto-para-uso (RUSF, na sigla em inglês), distribuídas em centros de saúde a crianças em estado de desnutrição grave.

A entrega formal da referida doação foi feita, em 3 de fevereiro de 2020, à primeira-ministra Saara Kuugongelwa-Amadhila, cujo gabinete concentrou as iniciativas governamentais de mitigação dos efeitos da seca. A primeira-ministra foi enfática em seus agradecimentos ao governo brasileiro, tendo mencionado que havia sido surpreendida por número muito maior de solicitantes de apoio governamental do que originalmente previsto.

Uma segunda contribuição brasileira foi aplicada, entre outras, em iniciativa de trabalhadores para a manutenção de horta destinada à preparação de sopa a ser distribuída a crianças, mães, mulheres gestantes e puérperas, com vistas à melhoria de seu nível nutricional, inserida no conceito maior de estímulo à produção local de alimentos em instituições de saúde e ensino, com potencial efeito disseminador junto a famílias e pequenos produtores regionais, e agrupada pelo PMA em "projetos integrados para melhoria da disponibilidade e do acesso a dietas nutritivas". A chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah agradeceu reiteradas vezes ao Brasil seu engajamento na promoção da segurança alimentar na Namíbia.

De modo a atender às necessidades nutricionais diárias dos estudantes namibianos, representantes do governo da Namíbia transmitiram a expectativa de conhecer a experiência brasileira de aprimoramento da merenda escolar, a partir de

estímulos à agricultura de pequena escala da região das escolas para a produção e o fornecimento de legumes e frutas frescas para consumo dos alunos.

Em almoço com o embaixador em Windhoek, o novo representante do PMA na Namíbia, George Fedha, mencionou o interesse da chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah em conhecer projeto-piloto, nos moldes do modelo brasileiro, estabelecido pelo PMA no país. Aventou-se, na ocasião, a possibilidade de que venham a ser abertas discussões para eventual cooperação trilateral nessa área.

Interlocutores namibianos fizeram, ainda, referência, em diferentes oportunidades, sobre a possibilidade de cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A existência de centro de pesquisa da Embrapa relacionado especificamente ao desenvolvimento de espécies, tanto para consumo humano como animal, adaptadas ao clima semiárido – a "Embrapa Semiárido", situada em Petrolina, Pernambuco –, despertou particular interesse do governo namibiano.

POLÍTICA INTERNA

INSTITUIÇÕES

Desde que se tornou independente da África do Sul, em 1990, a Namíbia constitui-se como uma república semipresidencialista democrática, fundada no Estado de Direito. Reconhece-se o pluripartidarismo, e eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais são realizadas regularmente a cada cinco anos. O Poder Legislativo é bicameral, dividido em Assembleia Nacional (câmara baixa, com 72 representantes) e Conselho Nacional (câmara alta, com 26 representantes). O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e sobre as finanças públicas. A Comissão Anticorrupção tem atuado para preservar um ambiente de respeito ao bem público e favorece a formação de um bom clima de negócios.

A Namíbia destaca-se entre os principais investidores africanos na área social. Cerca de 30% do orçamento é destinado à área social, especialmente educação e saúde.

DESDOBRAMENTOS RECENTES

Em 30/11/2019, o presidente Hage Geinbgob foi reeleito, com 56,3% dos votos válidos. O partido Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, na sigla em inglês) manteve maioria na Assembleia Nacional, ao conquistar 536.861 votos (65,5%), sem o privilégio, porém, do domínio de 2/3 de que usufruiu desde a independência, há trinta anos. Dos 1.358.468 eleitores registrados, 826.198 (60,8%) exerceram o direito de escolher seus representantes – percentual alto, à luz do voto facultativo garantido na legislação local.

Apesar da vitória, os números destoam do êxito absoluto que o partido dirigente obtivera em eleições anteriores. Jamais o chefe do Executivo havia sido eleito com menos de 75% dos votos (92,4% em 2014; 75,2% em 2009; 76,4% em 2004; 76,8% em 1999; e 76,3% em 1994). É também inédito o percentual de votação que o SWAPO colheu para a Assembleia Nacional (havia sido de 85,1% em 2014; 74,2% em 2009; 75,8 em 2004; 76,1% em 2004; 76,1% em 1999; e 73,8% em 1994), o que significou, pela primeira vez, a perda da maioria qualificada.

Trata-se de cenário político novo, talvez impulsionado por questões sociais.

Deve-se notar, também, a ascensão de Panduleni Itula no espectro político. O dissidente do SWAPO – dentista de profissão – foi a escolha de 242.657 namibianos (29,4%) no último pleito, havendo capitaneado candidatura independente e longe dos espaços tradicionais da mídia. Mesmo em contexto de adversidades várias, Itula sagrou-se vitorioso no departamento de Khomas, onde se encontra a capital, e no do Erongo, com 50% e 48% dos votos, respectivamente (o atual mandatário alcançou 35% em ambas as regiões). Venceu, portanto, em Windhoek, maior colégio eleitoral do país, e nas cidades litorâneas de Swakopmund e Walvis Bay, as quais reúnem, nessa ordem, o terceiro e o quarto maior número de eleitores.

As eleições distritais, 25 de novembro de 2020, também puseram em xeque a predominância do SWAPO, apesar da vitória do partido na maioria dos municípios. Na votação para os conselhos regionais, o SWAPO contabilizou 292.772 votos, correspondentes a 56,7% dos que participaram do sufrágio. Os números situam-se em patamares bem inferiores aos percentuais obtidos nas eleições de 2015 e de 2010, quando o partido alcançara, respectivamente, 83% e 78% das preferências. Os partidos opositores passaram a constituir a força representativa dominante nos departamentos do Erongo (*Independent Patriots for Change*); de Hardap (*Landless People's Movement*); de Kharas (*Landless People's Movement*); e do Kunene (*Popular Democratic Movement*).

ECONOMIA

No plano econômico, o triênio 2019-2021 trouxe muitas adversidades. A pandemia de Covid-19 solapou os fundamentos socioeconômicos de um país que iniciou 2020 já fragilizado pelos efeitos da seca de extremas proporções no decorrer de 2019, e pelo insistente ciclo recessivo, ininterrupto desde meados de 2015. Nessas condições, os motores geradores de renda tradicionais, ao longo de toda a cadeia produtiva, foram submetidos a choque adicional, com grave impacto no índice de desemprego, que ultrapassou 40% na população ativa, devendo chegar a 50% entre os jovens em 2021.

Estimativas oficiais apontam que, ao fim do exercício financeiro de 2020, a produção de bens e serviços no país retroagiu a patamares de 2013. Considerando o cenário mais otimista, espera-se que o montante produzido pelo país em 2015 seja retomado somente em 2024. Sob intensa desmobilização do parque produtivo, por conta das medidas para contenção da Covid-19, o Ministério das Finanças namibiano publicou relatório atualizado – de agosto de 2021 – sobre o declínio do PIB em 2020, que atingiu 8,5%. As perspectivas para 2021 pouco trazem de alvissareiro.

Comércio exterior da Namíbia

De acordo com os dados mais atuais da Agência de Estatísticas da Namíbia (NSA, na sigla em inglês), a corrente de comércio na Namíbia movimentou NAD 197 bilhões (USD 12,7 bilhões) em 2020, cifra 3,7% inferior ao valor registrado em 2019. Daquele montante, NAD 88,7 bilhões (USD 5,7 bilhões) resultaram das exportações e NAD 108,3 bilhões (USD 6,9 bilhões), das importações. Estruturalmente, os números

comprovam padrão deficitário. Em 2020, observou-se déficit de NAD 19,6 bilhões (USD 1,2 bilhão), pouco abaixo dos NAD 20 bilhões (USD 1,3 bilhão) registrados em 2019. A participação da África do Sul no comércio namibiano é significativa. Do lado das importações, os artigos sul-africanos, na primeira colocação, representaram 38,1% do total importado pela Namíbia em 2020.

Políticos, estudiosos e agentes econômicos locais acalentam o desejo de que a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), em vigor desde 1º de janeiro de 2021, possa oferecer, a um só tempo, maior amplitude nas opções comerciais do país e maior densidade nas redes logísticas de comércio a partir do porto namibiano de Walvis Bay.

POLÍTICA EXTERNA

LINHAS GERAIS

Desde a independência, a política externa namibiana tem sido marcada por uma participação construtiva do país em fóruns multilaterais, como as Nações Unidas, a União Africana, a União Aduaneira da África Austral (SACU), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Movimento Não-Alinhado.

Premissa no mapa estratégico da chancelaria namibiana, o multilateralismo tem no contexto regional um de seus principais pilares. Conforme terminologia elaborada pelo ex-presidente Hifikepunye Pohamba, haveria seis círculos concêntricos dentro dos quais a Namíbia busca movimentar-se no plano externo, quais sejam as Nações Unidas, a União Africana, a Commonwealth, a SADC, a SACU e, recentemente, a Zona de Livre Comércio Africana (AfCFTA, na sigla em inglês). No entorno regional, o país parece encontrar sua expressão nacional na construção de consensos, sobretudo nos foros de discussão da SADC.

O governo namibiano também tem mantido relações estreitas com países que o ajudaram materialmente durante as lutas pela independência, como Cuba, China e Rússia.

Ressalte-se a preocupação do governo com a formação e atualização dos quadros diplomáticos. Os namibianos orgulham-se da experiência negociadora internacional acumulada pelos seus líderes ao longo da luta pela emancipação política do país. Anualmente, os chefes de missão diplomática são chamados à capital, a fim de atualizarem-se acerca dos principais projetos e programas nacionais.

Em seu discurso na 75ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 23/09/2020, o presidente Hage Geingob não escapou da linha mestra de continuidade histórica da política externa da Namíbia. O multilateralismo ascendeu, uma vez mais, ao estatuto de premissa conceitual, a partir do que se iluminam os caminhos de atuação do país no contexto externo.

A chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah goza de reconhecida reputação na ONU, por ter ela capitaneado, como mencionado, a edição da resolução 1325 do Conselho de Segurança – "*Women, Peace and Security*", aprovada em 31/10/2000 –, à época sob a presidência da Namíbia. A Namíbia distingue-se de muitos países por terem as suas

principais lideranças políticas vivência no sistema onusiano, por valorizarem as práticas e iniciativas multilaterais e por prestigiarem a atuação em foros regionais.

Entre as linhas conceituais desenvolvidas ou acolhidas pela Namíbia em âmbito regional se destacam, dentre outros temas, em elenco não exaustivo:

- o respeito às normas internacionais e a primazia às iniciativas multilaterais;
- a noção de "solidariedade africana" e a promoção de união continental;
- a busca de soluções negociadas para impasses ou conflitos regionais;
- a imanência dos ideais de paz e de segurança, como pressupostos necessários ao crescimento e ao desenvolvimento;
- a valorização das "credenciais democráticas";
- o não-alinhamento, assim como – para país que se libertou há poucas décadas da ocupação externa – a filiação ideológica aos principais países que o ajudaram nesse combate e a promoção da autodeterminação dos povos;
- o favorecimento da institucionalização nos foros de concertação política;
- o apoio às iniciativas de integração comercial, com expectativa de ganhos de escala da produção nacional com o aprimoramento das trocas no mercado internacional;
- o patrocínio e respaldo às discussões para aperfeiçoamento da matriz energética;
- a priorização de ações voltadas à segurança alimentar, à garantia de recursos hídricos e à mudança do clima; e
- o reconhecimento da temática de gênero, com ênfase no empoderamento feminino e na perspectiva de equidade.

ÁFRICA

A Namíbia é tradicional defensora da união continental. O governo reconhece o apoio da Organização da Unidade Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA), na luta pela independência do país. Como entusiasta da integração regional, o país tem tido papel de destaque na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), cuja presidência rotativa exerceu nos biênios de 2010-2011 e 2018-2019, e na União Aduaneira da África Austral (SACU). Em julho de 2018, a Namíbia firmou o Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA), ratificado em 31/01/2019.

Com efeito, a UA é considerada eixo formador da diplomacia namibiana, que, em seu seio, tem concentrado sua atuação no apoio à integração econômica, por meio

do AfCTA, e na implementação de políticas de desenvolvimento e erradicação à pobreza, como a Agenda 2063.

Em junho de 2016, a Namíbia assinou - conjuntamente com Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul e eSwatini, todos membros da SADC, Acordo de Parceria Econômica (APE) que lhe permite livre acesso ao mercado da União Europeia.

A Namíbia entende que se devem buscar soluções africanas para problemas africanos. Ancorado neste princípio, o governo condenou a intervenção na Líbia e considera que a decisão teve efeito direto sobre os desdobramentos no Mali. Opõe-se energicamente a toda tentativa de mudança de governo pela força e de alteração das fronteiras reconhecidas pela União Africana. A Namíbia é também defensora histórica da independência da autodenominada República Árabe Saarauí Democrática (RASD), tendo recebido, no fim de maio de 2018, com honras de Chefe de Estado, o senhor Brahim Gali, líder saarauí, em visita a Windhoek.

ZIMBÁBUE

Em seu discurso na 75ª AGNU, o presidente namibiano denunciou as sanções econômicas que continuam a ser aplicadas sobre o Zimbábue, pontuando que, entre outros impeditivos, aquelas medidas têm obstaculizado o enfrentamento satisfatório da pandemia no "país irmão". A passagem revela que o africanismo, como se sabe, é peça importante no tabuleiro de movimentações políticas da Namíbia.

REPÚBLICA ÁRABE SAARAUÍ DEMOCRÁTICA (RASD)

Outra tradicional vertente de sensibilidade na atuação externa da Namíbia no continente se vincula, nos tempos atuais, ao apoio à autodeterminação da autodenominada República Árabe Saarauí Democrática (RASD).

COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

O fato de constituir órgão de alcance assumidamente político, para o que se conjugam leque mais dinâmico de pautas temáticas e volume heterogêneo de vozes, empresta à SADC estatura especial na realidade namibiana. Convém recordar que o país sediou, na capital Windhoek, em 17/08/1992, a Cimeira de chefes de Estado e de Governo que fundou aquele foro. O tratado que o instituiu propiciou maior adensamento normativo e afinamento de propósitos ao órgão intergovernamental precedente, a SADCC ("*Southern African Development Coordination Conference*").

No fórum, convém mencionar que o país tem postura propositiva histórica sobre temas securitários e relacionados à democracia.

A perspectiva logística mereceu do mandatário namibiano o devido realce durante a presidência namibiana da Comunidade. Na oportunidade, Hage Geingob valorizou os aportes da SADC para o desenvolvimento de rodovias e portos na região – aspecto que mereceu também o registro da Ministra de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO) da Namíbia, Nandi-Ndaitwah em entrevista veiculada pela mídia local – com efeitos que oportunamente se podem multiplicar, inclusive junto aos países sem acesso ao mar (como o "porto seco" do Zimbábue em Walvis Bay, construído ao custo de N$ 50 milhões – ou US$ 3,5 milhões).

ÁFRICA DO SUL

As relações com a África do Sul são estreitas, apesar da excessiva dependência econômica de Windhoek em relação a Pretória. A África do Sul é o principal parceiro comercial da Namíbia. É também o principal investidor na Namíbia, notadamente nos setores minerador, bancário e de seguros. A África do Sul fornece metade da energia elétrica e do petróleo consumido pelo país vizinho. O presidente Hage Geingob compareceu às exéquias de Winnie Mandela, em Soweto, em abril de 2018, quando convidou a primogênita dos Mandela a receber, em Windhoek, a comenda civil que o presidente namibiano havia conferido a Winnie em 2016 – pois a homenageada não pudera comparecer na ocasião.

ANGOLA

As relações com o governo de Luanda são consideradas particularmente importantes, refletindo as ligações estreitas entre a SWAPO e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Entre 1976 e 1985, Luanda foi sede do quartel-general do movimento independentista namibiano.

O governo namibiano tem expressado reiteradamente sua disposição de estreitar vínculos com o governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência econômica da Namíbia em relação à África do Sul. Em maio de 2018, o presidente angolano João Lourenço visitou a Namíbia e tomou parte na solenidade em memória do 40º aniversário do massacre de Cassinga, quando forças da África do Sul atacaram o campo de refugiados localizado no sul de Angola, matando cerca de 600 namibianos e 300 angolanos. Tropas cubanas prestaram os primeiros socorros e evacuaram os feridos, tendo acolhido dezenas de órfãos namibianos a quem foram oferecidos estudos até que pudessem retornar ao país – sendo uma das ações que contribuem para o imenso prestígio de Cuba junto ao governo da Namíbia. Durante a visita, João Lourenço anunciou que o banco de Angola liberaria montante de cerca de US$ 51 milhões referentes ao acordo de conversão cambial firmado entre os dois países em 2014, o que representa ajuda significativa para o combalido estado das contas externas da Namíbia. Angola e Namíbia firmaram acordo sobre o uso comum do rio Cunene e projeto de construção de uma usina hidrelétrica (Baynes) na região fronteiriça, com capacidade de 600 MW.

O presidente João Lourenço ainda se fez presente na cerimônia de posse do presidente Hage Geingob, em março de 2020, apesar das medidas de suspensão de voos internacionais partindo de Angola, por causa da pandemia de Covid-19.

ALEMANHA

As relações entre a Namíbia e a Alemanha têm caráter especial. Antiga metrópole, a Alemanha ainda se faz presente na língua e em prédios e monumentos construídos no período colonial.

Os países têm disputa histórica referente ao pedido namibiano de compensações do governo alemão, em razão do genocídio perpetrado contra os povos autóctones herero e nama. O processo dos chamados "*Genocide Talks*" é dificultado, na origem, pelo fato de Berlim não reconhecer oficialmente as ações do governo colonial alemão como genocídio, a despeito das inúmeras comprovações históricas da campanha de

extermínio racial implementada notadamente entre 1904 e 1907, que levaram à morte cerca de 100.000 hereros e namas.

Atualmente, a Alemanha busca intensificar as relações comerciais e a cooperação para o desenvolvimento com a Namíbia, inclusive por meio de investimentos na infraestrutura social e econômica do país. O país é o principal beneficiário per capita da assistência ao desenvolvimento prestada pela Alemanha ao continente africano.

CHINA

Parceira histórica na época da luta pela independência, a China é uma clara prioridade política na agenda namibiana. A presença chinesa é considerável e expandiu-se constantemente nos últimos anos. Apesar da pouca relevância do mercado namibiano, a China parece atentar para a imagem da Namíbia como parceiro confiável e dotado de expressiva riqueza em recursos minerais. O urânio namibiano, em particular, tem despertado o interesse chinês. Em abril de 2017, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Zhang Ming, foi ao país para manter encontros com o presidente Hage Geingob e a chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah. O vice-ministro chinês prometeu doar US$ 2,9 milhões para fundo de combate às secas e condenou a participação de chineses na caça ilegal de rinocerontes no país, que vem recebendo destaque da imprensa local.

Em março de 2018, o presidente Hage Geingob realizou visita de Estado à China, acompanhado de comitiva de 23 ministros de estado, governadores e mais de 60 empresários, com objetivo de atrair mais investimentos chineses para fomentar o desenvolvimento da Namíbia.

Em setembro de 2019, o embaixador chinês em Windhoek descreveu as relações diplomáticas entre China e Namíbia como “uma das melhores no continente africano”. Ressaltou a cooperação em ciência espacial entre os dois países, no âmbito do qual astronautas chineses visitaram o país e o presidente Geingob compareceu ao Centro de Controle Aeroespacial de Pequim.

Em novembro do mesmo ano, o presidente Geingob recebeu a vice-primeira ministra chinesa Sun Chunlan. Na ocasião, o mandatário namibiano declarou que seu país promoverá ativamente a iniciativa “*Belt and Road Initiative*” (BRI) e dela participará.

REFORMA DA ONU

A Namíbia segue a posição da União Africana no que se refere à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em relação ao processo negociador, vê com resistências a proposta de arranjo intermediário, não aceitando “assentos de segunda classe” para a África. O país expressou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU em junho de 2004, por ocasião da visita do então Presidente Sam Nujoma a Brasília.

Ao proferir discurso na 75ª sessão da AGNU, o presidente Geingob ressaltou, na sessão de debates gerais da AGNU, a necessidade de reformulação dos critérios de representatividade no seio do Conselho de Segurança, de forma a torná-lo mais apto

para lidar com as complexas questões contemporâneas. Para o chefe de Estado namibiano, é inaceitável que um país africano não represente o continente nas instâncias decisórias daquele órgão. O mandatário reafirmou, nesse sentido, o compromisso e apoio da Namíbia aos princípios do Consenso de Ezulwini e da Declaração de Sirte, para a representação do continente no CSONU.

Cabe recordar que, desde outubro de 2020, a Namíbia sedia o Centro Internacional das Mulheres pela Paz.

DAF II, 13/09/2021

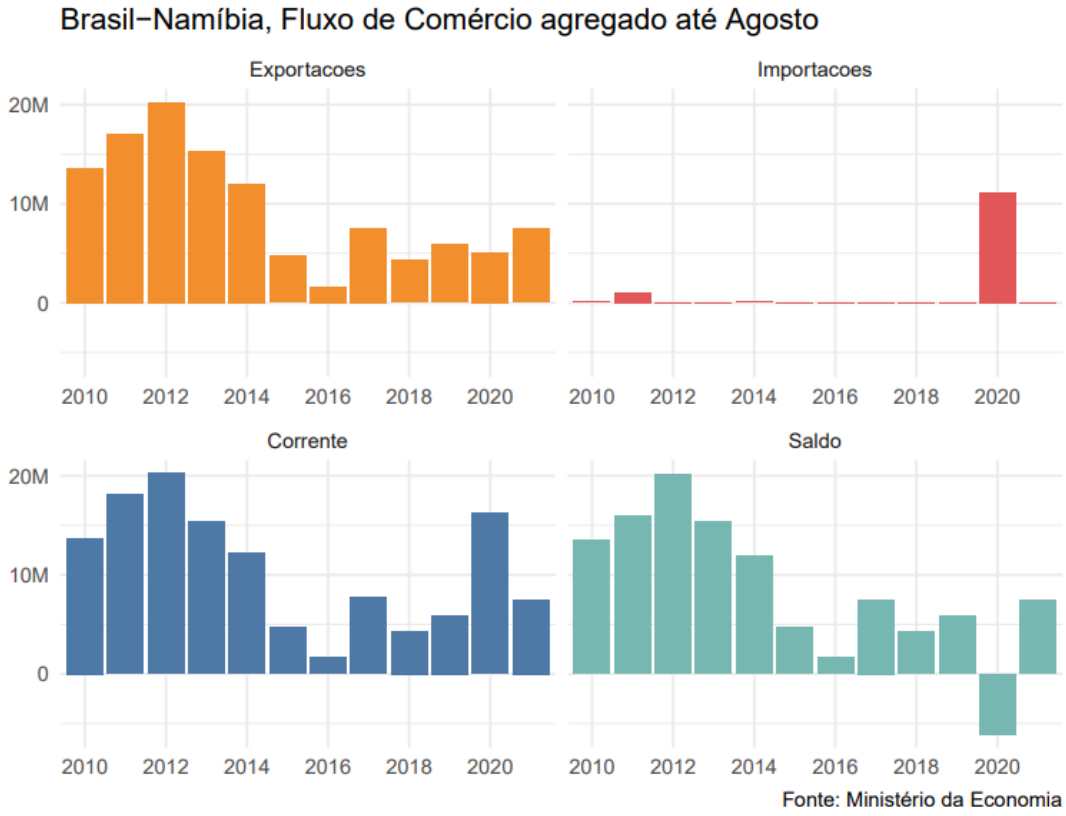
MAPA DA NAMÍBIA



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Namíbia
GENTÍLICO:	Namibiano
CAPITAL:	Windhoek
ÁREA:	823.290 Km^2
POPULAÇÃO (2020):	2,53 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial), africâner, alemão e línguas nativas (Oshivambo, Herero, Nama, etc)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãs, sobretudo luterana (50%) e religiões tradicionais africanas (10 a 20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Hage Geingob (desde mar/2015, reeleito em novembro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Saara Kuugongelwa-Amadhila (desde mar/2015)
CHANCELER:	Netumbo Nandi-Ndaitwah (desde dez/2012)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2020):	US$ 10,7 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2020):	US$ 23,83 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2020)	US$ 4.211
PIB PPP *PER CAPITA* (2020)	US$ 9.382
VARIAÇÃO DO PIB	-7,98% (2020); -0,6% (2019); +1,1% (2018); -1,02% (2017)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):	0,645 (130º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	63,37 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	91,5%

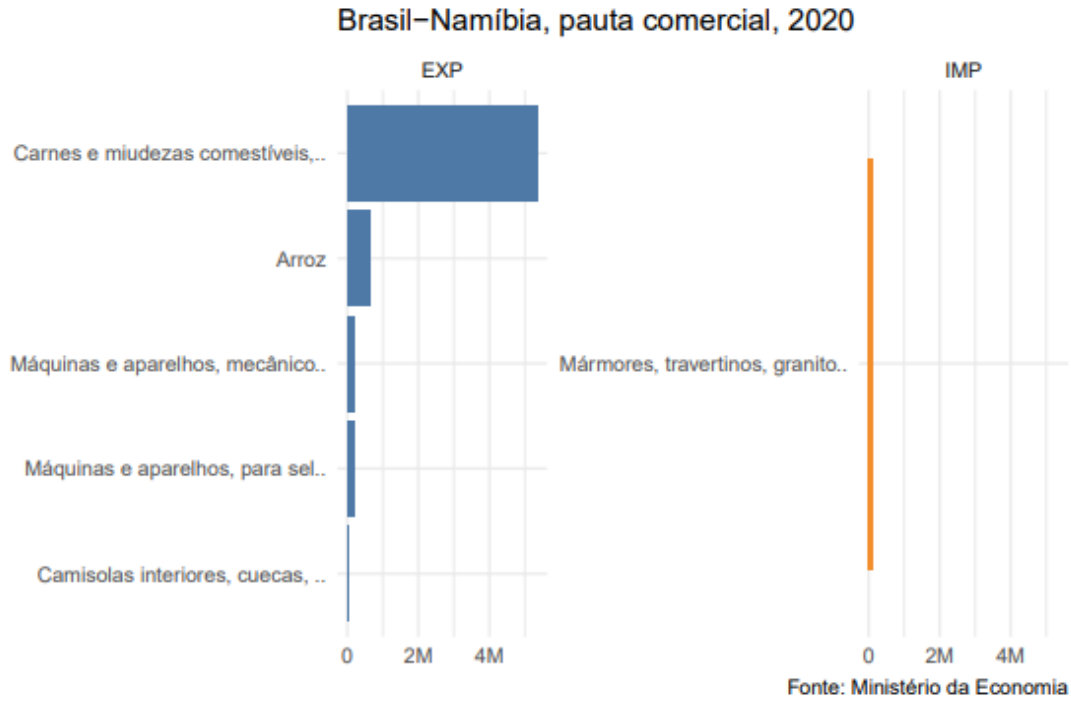
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021):	40%
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar namibiano
EMBAIXADOR EM WINDHOEK:	A ser designado
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Mbapeua Muvanga (desde janeiro de 2021)

DADOS ECONÔMICOS-COMERCIAIS



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	7M (48.0%)	5M (-14.0%)	6M (36.3%)	4M (-43.2%)	8M (354.1%)
Importacoes	48K (-99.57%)	11M (22 908.27%)	49K (10.26%)	44K (-53.25%)	94K (159.47%)
Saldo	7M (20.7%)	-6M (-205.7%)	6M (36.5%)	4M (-43.1%)	7M (358.4%)
Corrente	8M (-53.7%)	16M (174.6%)	6M (36.0%)	4M (-43.4%)	8M (350.0%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	2M (-64.6%)	5M (-60.8%)	12M (-21.3%)	15M (-24.2%)	20M (18.5%)
Importacoes	36K (3 044.56%)	1K (-99.04%)	120K (467.01%)	21K (-59.64%)	53K (-95.11%)
Saldo	2M (-65.4%)	5M (-60.5%)	12M (-22.0%)	15M (-24.1%)	20M (26.1%)
Corrente	2M (-63.8%)	5M (-61.2%)	12M (-20.6%)	15M (-24.3%)	20M (11.8%)



Brasil-Namíbia, Dados Comerciais

Dados Anuais						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Variação	Proporção
2020						
	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.48M	-34,9%	54,1%
		Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própri..	8479	515.33K	132,5%	8,0%
		Arroz	1006	347.28K	-44,0%	5,4%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	253.31K	50,1%	3,9%
		Camisolas interiores, cuecas, ceroulas, camisas de..	6207	250.30K	1 215,4%	3,9%
	IMP	Mármores, travertinos, granitos belgas e outras pe..	2515	106.98K	-27,7%	1,0%
		Máquinas automáticas para processamento de dados e..	8471	12.88K	146,1%	0,1%
2019						
	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	5.35M	38,3%	61,0%
		Arroz	1006	619.68K	39,4%	7,1%
		Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própri..	8479	221.65K	-30,8%	2,5%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	168.80K	-11,1%	1,9%
	IMP	Mármores, travertinos, granitos belgas e outras pe..	2515	147.96K	-15,5%	75,1%
2018						
	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.87M	4,6%	58,6%
		Arroz	1006	444.67K	13,9%	6,7%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	189.93K	-5,3%	2,9%
	IMP	Máquinas automáticas para processamento de dados e..	8471	5.24K	74,0%	9,8%
2017						
	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.70M	367,5%	33,3%
		Arroz	1006	390.26K	-8,2%	3,5%
		Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própri..	8479	320.33K	100,2%	2,9%
		Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, ..	8474	200.48K	11,5%	1,8%
	IMP	Mármores, travertinos, granitos belgas e outras pe..	2515	175.18K	147,8%	72,7%

Brasil-Namíbia, Dados Comerciais

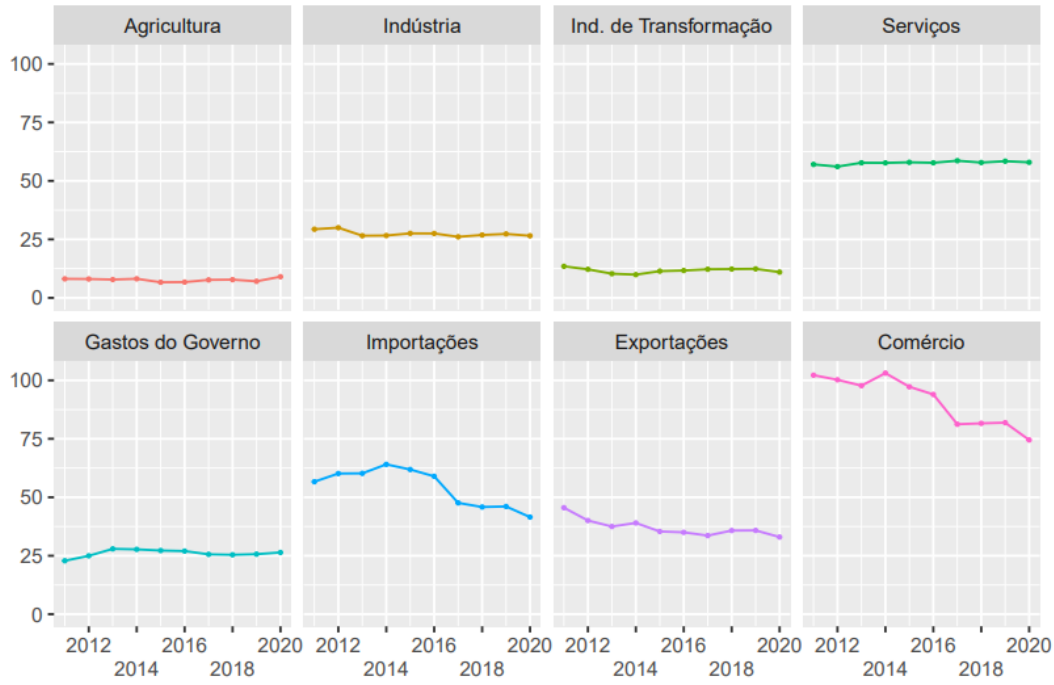
2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	6.4M	100,0%
	Outros Produtos	2.5K	0,0%
IMP	Indústria Extrativa	11.1M	98,7%
	Indústria de Transformação	140.3K	1,2%
	Agropecuária	8.8K	0,1%

Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS BASICOS	4.0M	61,7%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	2.5M	38,3%
IMP	PRODUTOS BASICOS	11.1M	98,8%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	140.3K	1,2%

Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	4.7M	73,0%
	BENS DE CAPITAL (BK)	1.3M	20,3%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	431.5K	6,7%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	11.1M	99,1%
	BENS DE CONSUMO (BC)	69.1K	0,6%
	BENS DE CAPITAL (BK)	27.1K	0,2%

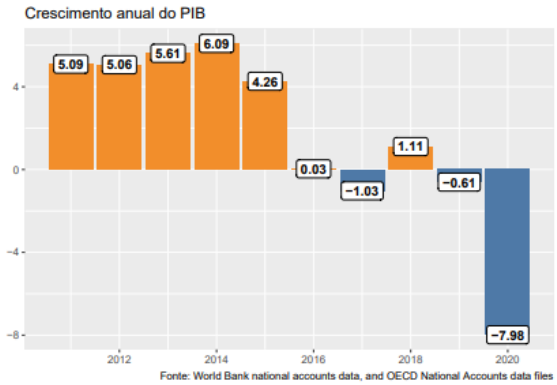
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	4.1M	64,3%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	1.3M	20,2%
	OBRAS DIVERSAS	720.4K	11,2%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	278.9K	4,3%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	89.0	0,0%
IMP	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	11.1M	98,8%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	98.1K	0,9%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	40.9K	0,4%
	OBRAS DIVERSAS	1.4K	0,0%

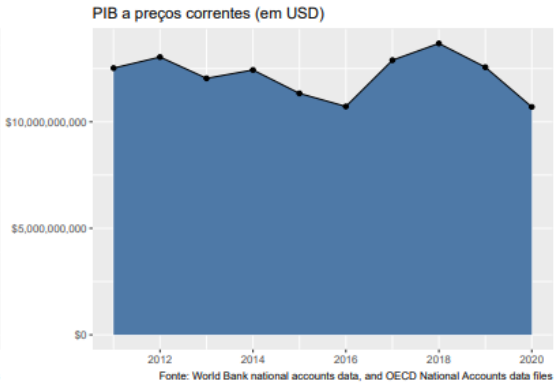
Estrutura da Economia em Proporção do PIB

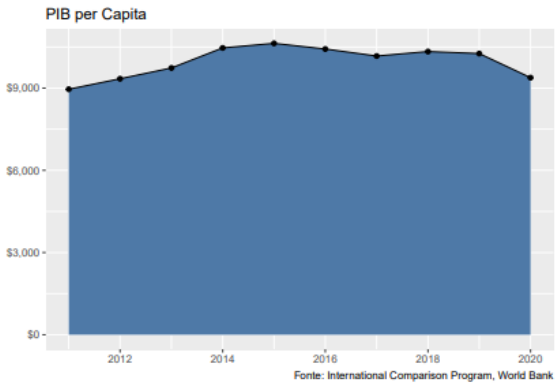


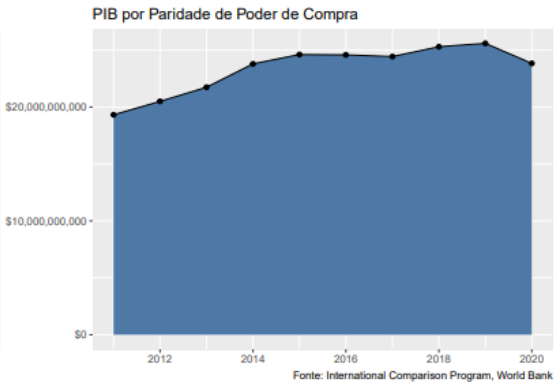
Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Produto Interno Bruto

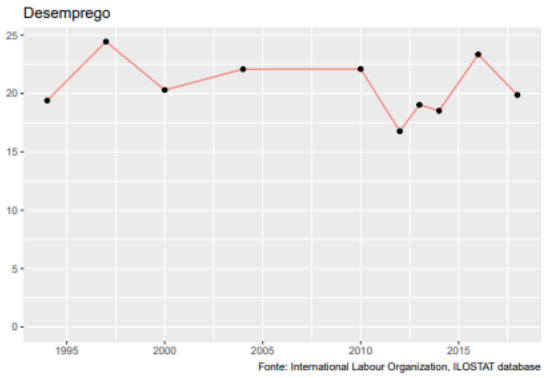


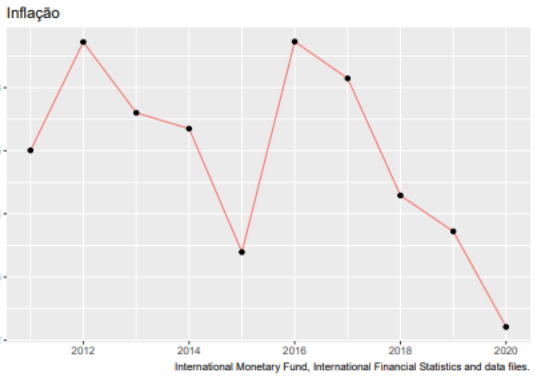




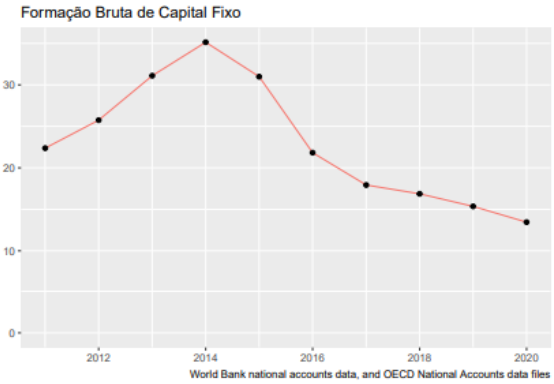


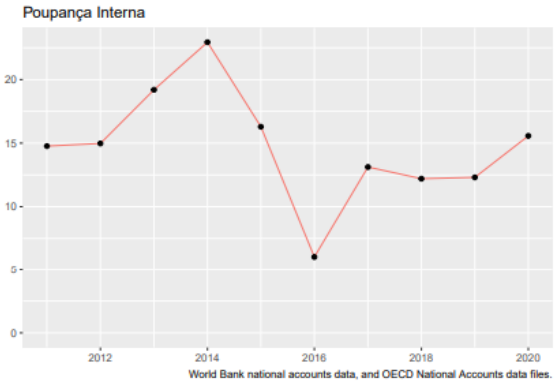
Indicadores de Inflação e Desemprego



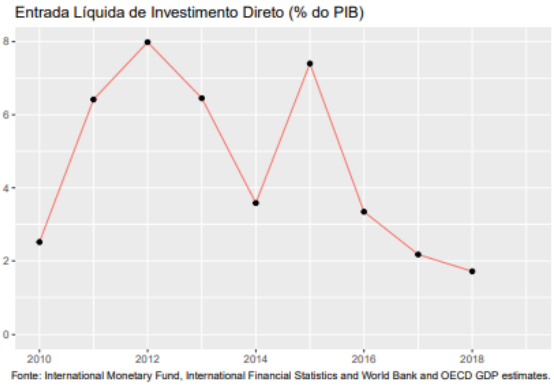


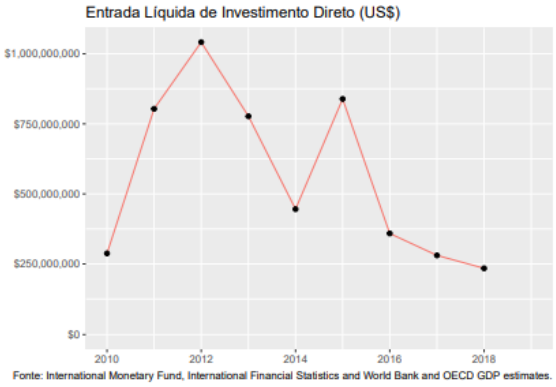
Indicadores de Investimento

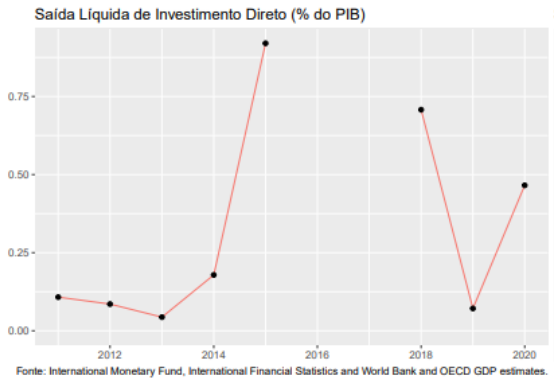




Fluxo de Investimentos









EMBAIXADA DO BRASIL EM WINDHOEK

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO

Apresento, a seguir, as principais ações realizadas durante minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Windhoek.

AÇÕES REALIZADAS

2. Gestões junto ao Ministério de Relações Internacionais & Cooperação (MIRCO) e a entes públicos setoriais - como o "Walvis Bay Corridor Group (WBCG) - no intuito de averiguar oportunidades para incremento das exportações brasileiras à Namíbia.

3. Gestões junto ao MIRCO e à Força Policial da Namíbia (NPF, na sigla em inglês), nomeadamente o inspetor geral da NPF e a diretora do Departamento de Gênero e Bem-Estar da NPF, com o objetivo de explorar frentes de cooperação no âmbito policial, por meio do compartilhamento de informações aeroportuárias e estágios de aperfeiçoamento.

4. Gestões junto ao MIRCO para avaliar a possibilidade de intercâmbio entre academias diplomáticas, dado o interesse demonstrado pela chancelaria namibiana - no seu mais alto nível de representação - em conhecer o arcabouço institucional e a grade curricular do Instituto Rio Branco.

5. Acompanhamento de temas multilaterais, principalmente pelo fato de que a capital da Namíbia, Windhoek, sedia:

(a) a União Aduaneira da África Austral ("SACU", na sigla em inglês) -- integrado por África do Sul, Botsuana, Essuatíni, Lesoto e Namíbia;
(b) o Centro de Eficiência Energética e Energias Renováveis (SACREEE, conforme a sigla em inglês) da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e
(c) o "Centro Internacional das Mulheres pela Paz" ("International Women's Peace Center" -- IWPC), que institucionalizou, a partir de novembro de 2020, espaço

referendado pelas Nações Unidas para mediar discussões sobre a participação da mulher em ações de paz e segurança, bem como para oferecer cursos de treinamento específicos na área.

Com relação ao IWPC, deve-se ressaltar o crescente compromisso do governo namibiano em adensar os espaços de debates sobre a participação da mulher em ações de paz e segurança, o que se tem consolidado como um dos principais vértices de projeção internacional da Namíbia. Recorde-se, a propósito, que a abertura do IWPC ocorreu exatas duas décadas após a edição da Resolução 1325 do Conselho de Segurança - intitulada "Mulher, Paz e Segurança" – em outubro de 2000, à época sob a presidência da Namíbia e liderada pela atual chanceler do país.

6. Acompanhamento e atos de representação sobre projetos na área da segurança alimentar junto ao Programa Mundial de Alimentos na Namíbia e ao MIRCO, como resultado de doações brasileiras, a saber:

(a) em agosto de 2019: doação de US$ 100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos) a título de cooperação humanitária, para atender às necessidades alimentares e nutricionais da população afetada pela seca prolongada na Namíbia.

O montante foi utilizado para a aquisição de 29,84 toneladas cúbicas de "alimento-suplementar-pronto-para-uso" (RUSF, na sigla em inglês), distribuídas em centros de saúde a crianças em estado de desnutrição grave. Também por sugestão do PMA, a distribuição concentrou-se na faixa dos 6 aos 59 meses, período crucial para o adequado desenvolvimento físico e cognitivo infantil. A entrega formal da referida doação foi feita em 3 de fevereiro de 2020 à primeira-ministra Saara Kuugongelwa-Amadhila, cujo gabinete concentrou as iniciativas governamentais de mitigação dos efeitos da seca. A autoridade foi enfática em seus agradecimentos ao governo brasileiro.

Cumpre recordar que a referida doação se deu em contexto extremo de escassez hídrica na Namíbia, considerada por analistas locais a mais grave seca dos últimos oitenta anos. Tal situação levou o governo namibiano a decretar estado de calamidade e a lançar pedido de apoio à comunidade internacional.

Em outubro de 2020, representantes da Embaixada compareceram a segunda cerimônia, em galpão de armazenamento do escritório da primeira-ministra, para a entrega física de lote do "RUSF" adquirido com a doação brasileira.

Em seguida, com o objetivo de conhecer, na prática, como seria feita a distribuição às crianças elegíveis para o recebimento do alimento de alto valor nutritivo, o PMA organizou visita de representantes da Embaixada a centro de saúde na cidade de Gobabis, na província de Omaheke, a noroeste de Windhoek - a meio caminho da fronteira com Botsuana.

(b) em dezembro de 2020: doação adicional de US$ 100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos) a título de cooperação humanitária, para que fosse dada continuidade aos esforços da Namíbia para superação da insegurança alimentar crônica dos últimos cinco anos, agravada pelas recorrentes secas e, desde março de 2020, pela pandemia da COVID-19.

A nova doação amplia o escopo da ajuda humanitária mobilizada pelo Brasil. Com efeito, insere-se dentro de espectro maior de estímulo à produção local de alimentos em instituições de saúde e ensino, com potencial efeito disseminador junto a famílias e pequenos produtores regionais.

A Namíbia tenciona aplicar os novos recursos nos seguintes projetos:

- Projeto Integrado Agricultura Comunitária-Escola, em Stampriet, na região de Hardap: Integrado ao Programa de Agricultura Familiar para Alimentação nas Escolas do governo namibiano, está voltado para a criação de horta destinada à diversificação dos alimentos da merenda escolar, sobretudo com o estímulo ao consumo de vegetais frescos. Visa a estimular, igualmente, a produção e o consumo locais de alimentos de adequado valor nutritivo, com divulgação de melhores práticas e treinamento de professores para a difusão de técnicas pertinentes.

- Projeto Integrado na Clínica Olukulo, na região de Ohangwema:
A clínica Olukulo situa-se em região com elevados índices de má nutrição, atraso no crescimento infantil ("stunting") e peso abaixo do normal ("wasting"). Com vistas a diminuir esses números, o PMA disponibiliza apoio a iniciativas locais já existentes, com fornecimento de apoio técnico e estímulo ao engajamento de entidades governamentais regionais e nacionais. Em particular, busca-se a ampliação da horta, implantada originalmente na clínica por membros da equipe, destinada à diversificação dos alimentos utilizados em "Soup Kitchen" que atende crianças, mulheres grávidas e lactantes. O projeto

almeja, igualmente, estimular junto à população local o cultivo de hortas familiares destinadas à melhoria dos padrões nutricionais da alimentação diária.

- Projeto Integrado Clínica-Comunidade de Tsumkwe:
Tsumkwe é um assentamento rural a 290 quilômetros a leste da província de Grootfontein, na região de Otjozondjupa, constituído predominante por membros da etnia San, de condição econômica muito precária. Os San não têm tradição agrícola, sendo predominantemente coletores nômades e caçadores. O projeto integrado clínica-comunidade visa a diversificar o consumo de alimentos, aprimorando, assim, seu valor nutricional; estimular a produção agrícola local; e criar condições para a autossuficiência alimentar.

Representantes da embaixada visitaram Tsumkwe, a convite do PMA-Namíbia, para o lançamento do aludido projeto. Prestigiaram o evento a vice-primeira-ministra e ministra das Relações Internacionais & Cooperação (MIRCO) e embaixadores dos países africanos residentes na Namíbia, que efetuaram doação simbólica do valor que teria sido utilizado para as celebrações, em maio, do Dia da África, suspensas em função da pandemia.

- Horta da Casa de Acolhimento da Maternidade "Kazentjindire Muharuka", em Opuwo, na região de Kaoko, província de Kunene:
A região de Kaoko, na província de Kunene, onde vive a marginalizada etnia Himba, sofre há cinco anos os efeitos da seca. Devido às dificuldades de transporte na área, mulheres grávidas dirigem-se ao Hospital de Opuwo muito antes do parto, aumentando a pressão sobre a logística hospitalar. Com vistas a desafogar o atendimento às parturientes, foi criada a Casa de Acolhimento vinculada à maternidade, onde será instalada horta destinada a melhorar a qualidade nutricional das refeições servidas e a difundir a prática de cultivos familiares.

7. Auxílio à missão naval do Brasil na Namíbia:

A principal área de cooperação histórica com a Namíbia se dá, desde 4 de março de 1994, com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, ao abrigo do qual a Marinha do Brasil apoiou a criação da Ala Naval da Força de Defesa namibiana -posteriormente consolidada, em 2004, como a Marinha da Namíbia -, e, em 2016, com o início da estruturação do Corpo de Fuzileiros Navais namibiano.

Dois aspectos demonstram a importância da bem sucedida cooperação de cunho institucional: o papel do Brasil na estruturação de uma das Forças Armadas do jovem país e a data da assinatura do acordo, apenas quatro anos após a independência e no mesmo ano da transferência da soberania, pela África do Sul, do estratégico porto de águas profundas em Walvis Bay, onde se encontram baseados os militares brasileiros da Missão de Assessoria Naval (MAN) e do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN).

São as seguintes atividades ora em curso no âmbito da cooperação naval, de acordo com relatório elaborado pela Adidância brasileira na Namíbia:

Missão de Assessoria Naval: a missão conta, atualmente, com um efetivo de doze militares, sendo cinco oficiais e sete praças. Tem como missão prestar assessoria militar, técnica e administrativa à Marinha da Namíbia, a fim de contribuir para estruturação e crescimento daquela força, bem como o estreitamento dos laços de amizade entre o Brasil e a Namíbia. Suas atividades concentram-se, atualmente, em funções de capacitação e adestramento, além da prestação de consultoria técnica nas áreas de operações, ensino e manutenção.

As seguintes atividades foram empreendidas nos últimos dois anos:

- contribuição com adestramentos operativos, valendo-se de programa específico que prevê aulas teóricas, práticas e simuladores;
- capacitação e adestramento do pessoal para atuar como inspetores da CIAsA (Comissão de Inspeção, Assessoria e Adestramento);
- apoio à implementação, estruturação e condução dos cursos de formação e de carreira na Escola Técnica para a Armada;
- assessoria sobre adestramento e inspeções operativas dos meios e unidades da armada namibiana;
- apoio à criação de programa de manutenção da marinha local, e
- assessoria para os adestramentos no pátio de combate a incêndios.

Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais: o grupo conta atualmente com um efetivo de treze militares, sendo quatro oficiais e nove praças. Tem o propósito de formar batalhão de infantaria de fuzileiros navais, incluindo os cursos de formação de soldados e de especialização de infantaria e a instrução de

operações especiais. Nesse quadro, sobressaíram, nos últimos dois anos, as seguintes atividades:

- assessoramento na conformação de fluxo de carreira viável para o Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia;
- assessoria na organização e condução da força de fuzileiros navais namibiana;
- assistência na condução de estágios e cursos de formação e de especialização,
- apoio e contribuição para atividades de cerimonial militar, e
- cooperação para a implementação do Plano de Desenvolvimento Doutrinário da Marinha da Namíbia.

Durante sua missão, o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais já formou quase a totalidade da força namibiana, o que corresponde a 673 soldados, 194 cabos (com previsão de mais 49, em 2021) e 15 sargentos.

8. Gestões junto ao MIRCO com o objetivo de alinhavar consensos sobre temas da agenda política bilateral e multilateral, de que seriam exemplos os pedidos de apoio a candidaturas do Brasil, entre os quais:

(a) candidatura brasileira a assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para o biênio 2022-2023;
(b) candidatura brasileira ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI);
(c) candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos (CDH);
(d) candidatura brasileira ao Conselho de Operações Postais (COP) da União Postal Universal (UPU);
(e) candidatura ao cargo de Vice-Presidente para as Américas do Comitê-Executivo da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL).

9. Ampliação da rede de contatos do Posto.

O cotejamento das informações colhidas junto a autoridades locais com as opiniões oriundas de atores privados à margem do espectro político ofereceu elementos mais seguros de análise para o desenvolvimento de recortes de conjuntura - e, quando possíveis, avaliações projetivas de cenários - sobre assuntos políticos internos ou econômicos, o que teria evidenciado, como consequência, oportunidades nas relações entre o Brasil e a Namíbia.

Encontro realizado em dezembro de 2020 com representante da Fundação Konrad Adenauer (FKA) para Namíbia e Angola - cujas atividades se direcionam à capacitação da sociedade civil, como o financiamento de ONGs e a composição de quadros institucionais --, por exemplo, lançou luzes diferentes do olhar oficialista dispensado pelas autoridades locais, o que, concomitantemente, ampliou o lastro da análise conjuntural.

Em paralelo às gestões pessoais, a atuação diplomática foi canalizada igualmente em favor de participações em eventos oficiais, conferências, seminários e colóquios, alguns dos quais exemplificados a seguir:

(a) em maio de 2019, a convite da Câmara de Minas da Namíbia (CNM): abertura da "Mining Expo & Conference";
(b) em 19 de junho de 2019: lançamento do "National Action Plan on Women, Peace and Security - NAP";
(c) em setembro de 2020, sob os auspícios da Namibian Agronomic Board" (NAB): "Agricultural Conference Namibia", com o título "Agriculture Fit for the Future -- Robust, Resilient and Responsive";
(d) em março de 2021, convite do diretor-executivo do MIRCO, embaixador Penda Naanda: 10ª Sessão das "Conferências Dr. Theo-Bem Gurirab", realizada, no Instituto de Administração Pública e Gerenciamento da Namíbia, com o tema "Como pode o multilateralismo melhorar a segurança alimentar?".

10. O acesso a fontes primárias de diferentes perfis e o cruzamento subsequente de dados levou a Embaixada a considerar o atual contexto histórico como favorável ao aumento do intercâmbio do Brasil com a Namíbia, nos níveis político - com impactos positivos na articulação multilateral - e comercial. No plano das trocas comerciais, o momento parece oportuno para a exportação de produtos agropecuários e o desenvolvimento de parcerias para a cooperação técnica em solos áridos. Alguns elementos ampariam tal perspectiva:

(a) o caráter estrutural do ciclo recessivo por que passa a Namíbia desde meados de 2015, caracterizados, a um só tempo:
- pela reduzida malha industrial;
- pela elevada dependência da economia sul-africana;
- pela acentuada desigualdade de renda;
- pelos índices elevados de pobreza, sobretudo no meio rural;
- pela carência de iniciativas cooperativistas no campo para articular demandas junto ao governo local; e

- pela limitada oferta de implementos técnicos para desenvolver culturas diversificadas em país onde a escassez de terras agriculturáveis prevalece.

O triênio 2019-2021 deverá ser lembrado pela maioria dos namibianos como um período inaudito de adversidades. O espalhamento da pandemia de Covid-19 em âmbito global solapou os fundamentos socioeconômicos de um país que iniciou 2020 já fragilizado pelos efeitos da seca, de extremas proporções no decorrer de 2019. Nessas condições, os motores geradores de renda tradicionais, ao longo de toda a cadeia produtiva, foram submetidos a choque adicional, com grave impacto no índice de desemprego, que ultrapassou 40% na população ativa, devendo chegar a 50% entre os jovens no corrente ano, conforme dados oficiais.

Estimativas oficiais apontam que, ao fim do exercício financeiro de 2020, a produção de bens e serviços no país retroagiu a patamares de 2013. Considerando o cenário mais otimista, espera-se que o montante produzido pelo país em 2015 seja retomado somente no ano 2024. Sob intensa desmobilização do parque produtivo, por conta das medidas para contenção da Covid-19, o Ministério das Finanças namibiano publicou relatório atualizado - de agosto de 2021 - sobre o declínio do PIB em 2020, que atingiu -8,5%. O Banco da Namíbia (BoN) -- autoridade monetária local revisou, em relatório divulgado também em agosto, de 2,7% para 1,4% as estimativas para crescimento no atual exercício financeiro, o que refletirá um desempenho de contornos assumidamente marginais. No documento, o BoN avaliou que o PIB crescerá 3,3% em 2022 e 4,2% em 2023. Não se sabe, contudo, quando o desenho gráfico indicará traçado sustentável e como a expressiva capacidade ociosa será satisfatoriamente absorvida pelo mercado. Tais projeções dariam provas, na avaliação de muitos especialistas locais, de um processo de recuperação penosamente longo, em formato "L".

Autoridades do alto escalão têm lamentado que o retrocesso sobre avanços obtidos para reduzir a pobreza entre as classes destituídas terá chegado a números de 2010, caracterizando uma década perdida de progresso econômico. Em relatório revelado no dia 11 de junho de 2021, a Agência de Estatísticas da Namíbia (NSA, na sigla em inglês) atestou que 43,3% da população namibiana vivencia situação de pobreza multidimensional. O órgão pautou suas conclusões pelo "Índice de Pobreza Multidimensional" (IPM), critério elaborado pela Universidade de Oxford, de que se utilizam organismos internacionais como as Nações Unidas e o

Banco Mundial. O IPM considerou indicadores que extrapolam a restrição de receitas econômicas, entre os quais frequência escolar e acesso à infraestrutura básica. Os dados apresentados pela NSA apontaram, por exemplo, que namibianos residentes no meio rural - quase metade da população de 2,5 milhões do país - são quase duas vezes mais propensos a viverem sob pobreza multidimensional, se comparados aos moradores dos centros urbanos. Conforme o relatório, 59,3% dos que residem em áreas de menor densidade populacional enfrentam pobreza multidimensional. Nas cidades, 1/4 da população urbana está nessa situação.

(b) o interesse do país em diversificar a pauta comercial por meio da dinamização do porto de Walvis Bay, local onde as autoridades locais esperam consolidar, igualmente, um "hub" logístico no contexto da África Austral.

As autoridades namibianas parecem cientes de que a baixa diversificação na corrente de comércio se reflete em menor capacidade do país para acomodar choques externos, o que, por sua vez, gera oscilações anormais na oferta e na demanda de produtos que compõem a cesta básica local. A crescente participação da Zâmbia como parceiro comercial da Namíbia resulta dessa percepção. Aquele país africano figurou, em 2020, na 6ª posição entre os parceiros para onde a Namíbia exportou (4,5% do total) e no 2º lugar entre os principais destinos importadores (20,1% do total). Políticos, estudiosos e agentes econômicos locais acalentam o desejo de que a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), em vigor desde 1º de janeiro de 2021, possa oferecer, entre outras vantagens, maior diversidade nas opções comerciais do país e maior densidade nas redes logísticas de comércio a partir do porto namibiano de Walvis Bay.

(c) as articulações ministeriais em curso para apoiar e desenvolver a produção doméstica, para o que se farão necessários, entre outros pontos, a importação de insumos básicos e aprimoramentos de ordem técnica para que a produção agroindustrial alcance ganhos de escala.

De 2019 a 2021, parcela significativa do empresariado local se viu impelida, de alguma maneira, a redimensionar sua folha salarial e o alcance operativo de seus negócios. Foram mais afetados os que não puderam adaptar o perfil e o portfólio de suas atividades no médio prazo, por problemas incontornáveis de caixa, sem que lhes tenha sido facultada sequer a possibilidade de migrar parte dos serviços para o mercado eletrônico, setor

ainda pouco difundido no país. Os ramos que operam direta ou indiretamente na rede turística e da hospitalidade receberam, por óbvio, os ventos mais desfavoráveis. Relatos proliferam na mídia local sobre proprietários de pousadas e donos de restaurantes que não conseguiram articular saídas gerenciais à altura de desafios que emergiam em sequência, ao cabo das quais foram obrigados a decretar falência. Os efeitos na economia como um todo são ainda mais dramáticos tendo em vista a importância da atividade hoteleira e de turismo para a economia local.

De indiscutível pujança e sabida solidez para enfrentar tempos turbulentos, a indústria de turismo amargou perdas incalculáveis. Segundo a última versão do "Tourist Statistical Report 2020", produzido pelo Ministério do Meio Ambiente e do Turismo (MET, na sigla em inglês), entre janeiro e dezembro de 2020 foi registrado ingresso de 192.026 estrangeiros, tendo 169.565 deles manifestado propósitos declaradamente turísticos. De acordo com o documento, 81% desses turistas visitaram o país no primeiro trimestre de 2020 -- antes, portanto, da adoção de medidas mais restritivas de circulação por conta daCovid-19, entre março e maio.

Na comparação com 2019, o declínio foi expressivo: impressionantes -89,4%. A diminuição drástica no afluxo de visitantes estrangeiros levou a demissões em massa, cujas reverberações negativas geraram focos inéditos de miserabilidade no interior, de onde provêm a maior parte do contingente responsável pelos cargos de assessoramento e operativos nos "lodges", os hotéis-fazenda localizados em reservas de animais ou em parques ecológicos que caracterizam parte expressiva do setor hoteleiro no país. Um dos pilares da economia nacional, o ramo turístico se constituiu, no passado, na terceira fonte de divisas do país, após mineração e pesca. Antes da crise sanitária, o setor empregava, diretamente, quase 20% da força de trabalho total, isto é, em torno de 47.000 pessoas; de forma indireta, os números alcançavam 120 mil pessoas.
Ciente das fragilidades estruturais que o país enfrenta, o Ministério das Finanças local mobiliza-se para moldar novo paradigma produtivo e social. Nesse ponto, as arestas de opinião entre os entes públicos e os setores privados se dissipam: a maioria da população namibiana concorda que se impõe reduzir a exposição a choques exógenos, o que somente seria possível a partir da ampliação da produção nacional. O Ministério de Industrialização & Comércio e o Ministério de Agricultura, Águas & Reforma Agrária (respectivamente MIT e MAWLR, nas siglas em inglês) vêm incrementando o grau de articulação institucional

nesse âmbito, ancorados pela perspectiva de dotar o país de melhores fundamentos econômicos, fazendo uso das potencialidades do território.

Em 11 de agosto de 2021, o MIT divulgou nota pública em cujo teor convidou produtores locais a opinarem sobre os procedimentos técnicos ("Standards Operating Procedures" - "SOPs") relativos à quota de importação de produtos avícolas, da subespécie "Gallus Domesticus". O comunicado constitui passo subsequente à redução no volume importado daqueles itens, de 1.500 para 1.200 toneladas, determinada pelo governo namibiano em fevereiro de 2020, no intuito de favorecer empreendedores nacionais.

No mesmo sentido, o MAWLR determinou o fechamento da fronteira, em agosto de 2021, para a entrada de 13 linhas de artigos hortifrutigranjeiros, entre eles tipos de cenoura, batata, cebola, melancia, milho e alface. Medidas assim se inscrevem efetivamente no rol de atribuições do MAWLR, mas muitos se surpreenderam positivamente com o alcance inédito das restrições e com a alegada capacidade do produtor doméstico em atender a demanda local naqueles itens. Com vistas a aumentar a capilaridade da produção nacional, o MAWLR tem crescentemente promovido foros de diálogo para encorajar sinergias entre produtores agrícolas e divulgado marcas nacionais para celebrar avanços na produção. O MAWLR concluiu, também recentemente, estudos de viabilidade para instauração de nova planta de dessalinização na zona costeira, seja para o abastecimento humano, seja para a alavancagem produtiva de setores industriais.

É possível que os referidos esforços governamentais permitam nova dinâmica de relações comerciais. A balança de trocas com o exterior registra perfil deficitário e potencialmente inibidor para redimensionar a matriz de produção doméstica. De acordo com os dados mais atuais da Agência de Estatísticas da Namíbia (NSA, na sigla em inglês), a corrente de comércio na Namíbia movimentou NAD 197 bilhões (USD 12,7 bilhões) em 2020, cifra 3,7% inferior ao valor registrado em 2019. Daquele montante, NAD 88,7 bilhões (USD 5,7 bilhões) resultaram das exportações e NAD 108,3 bilhões (USD 6,9 bilhões), das importações. Estruturalmente, os números comprovam padrão deficitário. Em 2020, observou-se déficit de NAD 19,6 bilhões (USD 1,2 bilhão), pouco abaixo dos NAD 20 bilhões (USD 1,3 bilhão) registrados em 2019. O desenho negativo no conjunto das trocas comerciais tem na baixa produtividade agregada nacional e na proximidade do

parceiro sul-africano, com maior pujança econômica, seus principais determinantes. A participação da África do Sul no comércio namibiano é, portanto, significativa. Do lado das importações, os artigos sul-africanos, na primeira colocação, representaram 38,1% do total importado pela Namíbia em 2020.

As forças produtivas sul-africanas se beneficiam da baixa escala de produção namibiana, da proximidade geográfica e de articulações empresariais lastreadas por história comum (1918-1990). A gravitação econômica favoreceu, por isso, a profusão de redes de abastecimentos de matriz sul-africana ("Spar", "Pick'n Pay", "Checkers", entre outras) no mercado local, onde operam praticamente sem concorrência e dominam as preferências, o que tem dinamizado a pauta comercial em termos de amplitude e heterogeneidade. Convém recordar, ainda, que a África do Sul detém não apenas a centralidade das ações no que diz respeito ao "quantum" produzido na SACU, mas também quanto às operações portuárias para o desembaraço da maioria das mercadorias que ingressam no bloco, inclusive quando elas se destinam a outros países. Nesse sentido, não é exagero afirmar que parte considerável dos bens exportados do Brasil para a Namíbia, sobretudo produtos avícolas, faz escala inicial nos portos sul-africanos da Cidade do Cabo ou de Durban.

(d) o partido dominante SWAPO vem buscando responder a críticas relacionadas a sua gestão e aos indicadores sociais do país.

A imagem de uma "Namibian house", como pretendem os políticos governantes idealizar o país - a partir da comunhão de tijolos de diferentes ascendências -, parece revelar constantes fissuras. Diferentes grupos de pressão vêm almejando maior espaço no espectro cívico para o encaminhamento de suas demandas; questionam, como nunca antes, a capacidade do partido dirigente SWAPO em agenciar pautas que escapem de seu repertório programático tradicional.

De 1990 a 2019, o SWAPO exerceu liderança que se pode nomear inconteste. Além da maioria absoluta dos congressistas, o partido elegeu, naquele período, três presidentes: Sam Nujoma (1990-2005), Hifikepunye Pohamba (2005-2015) e Hage Geingob (a partir de 2015). Sob muitos aspectos, no entanto, as eleições gerais de 2019 representaram um divisor de águas na narrativa política do país. Embora Geingob tenha logrado vencer o escrutínio para exercer segundo mandato, tal como seus antecessores, ele venceu o pleito com somente 56% dos votos válidos, o que deixou o partido com menos assentos na Assembleia

Nacional; pela primeira vez o partido dominante restou sem a maioria qualificada naquela Casa deliberativa. O candidato concorrente, Panduleni Itula, ex-membro do SWAPO, logrou obter expressivos 30% das intenções, sem contar com o peso e a influência do governo e das empresas estatais, sem dispor da sólida máquina partidária do SWAPO e sem desfrutar de apoio financeiro. A perda de capital político se aclarou em números: Geingob havia obtido 87% dos votos em novembro de 2014.

Centros urbanos como Windhoek e as litorâneas cidades de Walvis Bay e Swakopmund têm reunido, pela heterogeneidade dos grupos que neles transitam, as aspirações mais veementes contra o perfil de gestão do partido hegemônico. Oferecem, por isso, espaço privilegiado para a gestação de tensões sociais diversas, muitas das quais emergentes e potencialmente desestabilizadoras. O incremento nos índices da violência urbana parece traduzir os termos mais agudos desse esgarçamento social.

Naqueles e em outros aglomerados urbanos consolida-se a percepção de que o governo do SWAPO perdeu o pulso político para gerir o país, motivo por que seria responsável pelo atual estado de deterioração anímica: culpam-no, entre outras coisas, pela consecução de políticas públicas pouco abrangentes e por aquelas sobre as quais nada desenvolveu. Embora as críticas conservem ainda algo de fragmentário e não venham sendo moduladas por uma liderança hábil o suficiente para conduzi-las por diferentes foros decisórios, elas agrupam certo consenso ao identificar na estrutura impermeável do SWAPO e em seu lastro exclusivista de exercício do poder as razões para as dificuldades que hoje maculariam os planos profissionais e pessoais de toda uma geração.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

11. A pandemia da Covid-19 trouxe inúmeras dificuldades à atuação dos representantes da Embaixada, pelo fato de que, por exemplo:

(a) se reduziram as possibilidades de reuniões interpessoais junto aos interlocutores namibianos;
(b) gerou, no país, o cancelamento de reuniões, conferências, cerimônias e eventos, públicos ou privados;
(c) obstou a realização de potenciais missões empresariais da Namíbia ao Brasil;
(d) desarticulou o setor produtivo namibiano, que teve de reorientar seu planejamento estratégico, sobrestando iniciativas

voltadas a ganhos de escala a partir de parcerias com outros países.

12. Diminuta interlocução entre membros do setor agrícola nacional, onde a formação de cooperativas, por exemplo, é noção pouquíssimo difundida.

13. Elevado atrelamento da economia namibiana às forças produtivas sul-africanas, cujos produtos costumam figurar, por motivos históricos, na preferência do consumidor local;

14. Empecilhos de ordem climática:
(a) a Namíbia é um país de clima majoritariamente árido, cujo território é dominado pelos desertos do Namib e Kalahari, fator que, por si só, limita o alcance da produção no país, sobretudo dos ramos que exigem água em abundância;

(b) Com a mudança do clima --- e o consequente aumento das ondas de calor em número, intensidade e duração ---, solos áridos no país podem-se desertificar, o que deve diminuir as terras cultiváveis.

SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DA MISSÃO

15. Com o declínio da pandemia e o retorno gradual às atividades cotidianas, retomada das gestões de alto nível em benefício:

(a) do aprimoramento da cooperação técnica em produtos agropecuários;
(b) da ampliação das trocas comerciais em itens do agronegócio brasileiro;
(c) do incremento da cooperação policial, voltada, em um primeiro momento, à indicação de pontos focais e, em seguida, à troca de informações sobre tráfico de entorpecentes e controle de fronteiras;
(d) do estabelecimento de cronograma tentativo para a cooperação entre academias diplomáticas;
(e) de iniciativas relacionadas à projeção cultural do Brasil na Namíbia;
(f) de propostas de intercâmbio de experiências entre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e o "Centro Internacional das Mulheres pela Paz" (IWPC) de Windhoek, para as quais já houve indicação de pontos focais.

16. Avaliação sobre a conveniência de terceira reunião da Comissão Mista de Cooperação, no âmbito da qual poderia ser revisto o estágio atual dos projetos bilaterais e mapeadas novas áreas de intercâmbio.

17. Continuidade e aprofundamento do programa de assistência humanitária para redução da insegurança alimentar que o Brasil atualmente desenvolve na Namíbia, cujos dividendos políticos têm sido inegáveis.

18. Abertura de Setor de Promoção Comercial e Investimentos (SECOM) na Embaixada, de forma a ampliar a rede de contatos comerciais e a permitir visitas a feiras de negócios por todo o país.

19. Adensamento dos vínculos políticos em torno da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM WINDHOEK

Candidata Embaixadora Vivian Loss Sanmartin

PERFIL DO CANDIDATO



A Embaixadora Vivian Loss Sanmartin entrou para a carreira diplomática em 1993. Chefiou a Divisão de Recursos Energéticos não Renováveis, entre2006 e 2008. Exerceu o cargo de Ministra-Conselheira na Embaixada do Brasil em Viena a partir de 2012 e, em 2018, assumiu a Embaixada do Brasil em Iaundê, cumulativa com o Chade.**MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)[1]**

VISÃO
Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO
Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com insumos para o planejamento e a execução com excelência da Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Dinamizar a cooperação política com a Namíbia, no intuito de ampliar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado namibiano e no contexto da África Austral, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem do Brasil na Namíbia, inclusive para promoção do agronegócio.
3. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais.
4. Fortalecer as relações bilaterais com a Namíbia e com os blocos regionais de que ela faz parte, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).
5. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros, assim como da língua portuguesa, dado que a Namíbia tem estatuto de observador associado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
6. Oferecer serviços consulares com qualidade e rapidez.
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio e os investimentos bilaterais.

- Avaliar, em coordenação com a Secretaria de Estado, a possibilidade de criação do Setor Comercial (SECOM) na Embaixada em Windhoek, de maneira a ampliar os contatos junto à iniciativa privada.
- Elaborar e/ou encomendar estudos exploratórios de complementaridade entre as economias de ambos os países;
- Em consulta à APEX-Brasil, prospectar nichos de mercado em potencial na economia namibiana, de modo a promover produtos e serviços de alto valor agregado originários do Brasil;
- Realizar gestões, em coordenação com a Secretaria de Estado, junto à secretaria da SACU e à chancelaria namibiana para explorar a possibilidade de expansão do ALC Mercosul-SACU;
- Diversificar os pontos de entrada no continente africano das exportações brasileiras tendo presente a prioridade atribuída pelo governo namibiano à promoção do porto de águas profundas de Walvis Bay como "hub" logístico na África Austral.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada;
2) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;
3) Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela Embaixada ou com a sua participação;
4) Número de atuações da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis ou outro formato;
5) Número de reuniões com representantes do governo da Namíbia cuja pauta tenha como prioridade o aumento do comércio e dos investimentos bilaterais;
6) Número de relatórios de conjuntura sobre o desempenho da economia namibiana, bem como sobre o resultado da balança comercial com o Brasil produzidos pela Embaixada;
7) Número de atendimentos a consultas por meio telefônico, virtual ou presencial;

8) Número de publicações elaboradas (estudos, boletins, revistas);

9) Número de estudos ou encontros presenciais realizados para identificação de oportunidade de Investimento Direto Brasileiro (IDB).

II - Relações políticas bilaterais;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Acompanhar a dinâmica política local, de maneira a subsidiar análises de inteligência;**

- *Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa da Namíbia, bem como sobre os principais grupos de pressão em jogo no espectro representativo; a fim de identificar possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil.*

2. **Fortalecer o mecanismo de consultas políticas;**

3. **Aproximar os órgãos públicos dos dois países.**

- *Intensificar a cooperação bilateral nas seguintes áreas:*

[i] de defesa, por meio da busca do estreitamento do contato entre os Ministérios da Defesa e da continuidade da capacitação profissional;

[ii] da cooperação entre Chancelarias, sobretudo na área de formação de diplomatas, dado o interesse manifestado pelo governo namibiano em contar com o apoio brasileiro para a criação de uma academia diplomática; e

[iii] da paz e segurança em operações internacionais, mediante o compartilhamento de experiências, por meio de palestras ou cursos técnicos, entre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no Rio de Janeiro, e o "Centro Internacional das Mulheres pela Paz" (IWPC, na sigla em inglês), sediado em Windhoek, para o que já foram indicados pontos focais para ambos os países".

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Namíbia;

2) Número de reuniões com representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa namibianas;

3) Número de reuniões de consulta política, em formato presencial ou virtual;

4) Número de reuniões com representantes do governo da Namíbia para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reunião de consultas políticas.

III – Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e a proteção do meio ambiente;

i) METAS PRIORIÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover intercâmbio de experiências e boas práticas sobre energias renováveis e eficiência energética com a Chancelaria namibiana e o SACREE (South African Center for Renewable Energy and Energy Efficiency), à luz do interesse da Namíbia em ampliar a geração de energias limpas e reduzir as importações.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões com representantes do governo da Namíbia e do SACREEE para discutir iniciativas conjuntas e aprofundar projetos comuns.

IV – Cooperação para o Desenvolvimento Econômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORIÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Avançar em projetos de cooperação com a Namíbia e com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), com vistas a fortalecer a segurança alimentar do país, mediante, *inter alia*, o apoio ao desenvolvimento da agricultura namibiana, com base em tecnologias brasileiras de cultivo no semiárido.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões com representantes do governo da Namíbia e do PMA para discutir iniciativas conjuntas e aprofundar projetos comuns;

2) Número de visitas de campo para acompanhar o andamento de iniciativas voltadas à redução da segurança alimentar na Namíbia que tenham sido alavancadas por meio de doações brasileiras.

V - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras.

- *Realizar gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio da Namíbia a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução do MRE.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões com representantes do governo da Namíbia em favor de candidaturas internacionais do Brasil.

VI - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras.

- *Propor junto a potenciais parceiros locais, ou realizar, a depender da disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e da obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação ao público namibiano de artistas e profissionais da cultura brasileiros, como*

artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos e músicos, entre outros;

- *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público namibiano sobre o país, inclusive com engajamento da comunidade brasileira local em Windhoek e outras cidades namibianas;*

- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Namíbia, valendo-se, entre outros, do histórico de divulgação do português no contexto da cooperação naval entre ambos os países;*

- *Explorar formas de ampliar a oferta de bens e serviços culturais brasileiros na Namíbia;*

- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Namíbia e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira;*

- *Aproveitando a isenção de visto para viagens de turismo, divulgar o Brasil como destino turístico, mediante publicações e ferramentas de divulgação via redes sociais, a depender da disponibilidade orçamentária-financeira do MRE; e*

- *Divulgar o Brasil como destino turístico, mediante publicações e ferramentas de divulgação via redes sociais, a depender da disponibilidade orçamentária-financeira do MRE.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Namíbia.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1. Incentivar a vinda de namibianos ao Brasil por meio dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG);2. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras;

- Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Namíbia, valendo-se, entre outros aspectos, do histórico de divulgação do português no contexto da cooperação naval entre ambos os países;
- Explorar formas para ampliação da oferta de bens e serviços culturais brasileiros na Namíbia, a exemplo de exibição de filmes, divulgação de música e gastronomia brasileiras e outras vertentes a serem identificadas localmente.

3. Reforçar a cooperação com as Forças Armadas da Namíbia, sobretudo a Marinha.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões com agências governamentais e instituições de ensino superior para divulgar oportunidades de estudos no Brasil;

2) Número de reuniões com agências governamentais e com a iniciativa privada sobre possíveis projetos de cooperação técnica;

3) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Namíbia;

4) Número de reuniões com o Ministério da Defesa da Namíbia e com o alto comando militar, em conjunto com o Adidância em Windhoek, para ampliar o arco de projetos no âmbito dessa cooperação;

5) Número de cursos de capacitação e treinamento em matéria de defesa.

RELATÓRIO Nº , DE 2021

SF/21042.82075-67

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 55, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia*.

Relatora: Senadora **NILDA GONDIM**

Vem ao exame desta Comissão a indicação pelo Presidente da República do nome da Senhora VIVIAN LOSS SANMARTIN, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Namíbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A diplomata é filha de Zeniro José Sanmartin e Maria Edi Loss Sanmartin. Nasceu em Porto Alegre - RS, no dia 12 de maio de 1965.

Em 1990, concluiu o Curso de Letras pela Pontifícia Universidade Católica - RS.

No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1993); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

(2003); e o Curso de Altos Estudos (2009). Neste último, defendeu a tese "A terceira nacionalização do setor de hidrocarbonetos na Bolívia: repercussões sobre a integração gasífera no Cone Sul e a atuação diplomática brasileira na região".

SF/21042.82075-67

Iniciou sua carreira como Terceira-Secretária no ano de 1994. Tornou-se Segunda-Secretária em 1999. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária em 2004; Conselheira em 2007; e Ministra de Segunda Classe em 2010.

Entre as atividades por ela exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se: de 2003 a 2006, Segunda e Primeira-Secretária na Embaixada em Assunção, como Chefe de Gabinete do embaixador e Chefe do Setor Econômico e de Mercosul; de 2007 a 2008, Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis; de 2008 a 2018, Conselheira na Embaixada em Buenos Aires, como Chefe do setor de energia e chefe do setor de comunicações (SECOM), e Ministra-Conselheira da Embaixada do Brasil em Viena, sendo Chefe da Chancelaria, responsável pela coordenação de diversos setores e dos temas multilaterais acompanhados pelo posto junto aos escritórios das Nações Unidas com sede em Viena (UNODC, UNOOSA, UNCITRAL) e à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), bem como junto à Academia Internacional Anticorrupção (IACA) e à organização Energia Sustentável para Todos (*SEforAll*, sigla em inglês); desde 2018, como Chefe do Posto da Embaixada em Iaundê (cumulativa com o Chade).

Foi agraciada com a Ordem do Rio Branco, Brasil, no grau de Grande-Oficial.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Namíbia.

Com área superior a 800 mil km² e cerca de 2,5 milhões de habitantes, a Namíbia localiza-se a sudoeste do continente africano, sendo banhada pelo Oceano Atlântico. Tornou-se protetorado do Império Alemão em 1884 e permaneceu como colônia germânica até o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1920, foi submetida à administração da África do Sul. Somente em 1990, a Namíbia teve reconhecida sua independência.

Cerca de uma década antes da independência da Namíbia, o governo brasileiro estabeleceu contato com o movimento pró-independência SWAPO (*South West Africa People's Organization*), que hoje é partido político. Formalmente, as relações bilaterais foram iniciadas em 1990, quando aberta a Embaixada na Namíbia, tendo o então Presidente Fernando Collor visitado o país no ano seguinte.

As relações bilaterais se adensaram na década seguinte, com destaque para a assinatura: de novo Acordo de Cooperação Técnica, em 2001, que é o principal instrumento de cooperação entre os dois países; de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas, em 2008; de Acordo de Cooperação em Defesa, em 2009, que tem na cooperação naval o principal eixo.

A pauta econômico-comercial entre os dois países apresenta oscilações abruptas. Há que se considerar o peso relativo da África do Sul sobre o perfil de circulação de mercadorias na União Aduaneira da África Austral (SACU), o que mascara, para baixo, a real participação dos produtos brasileiros na economia namibiana.

Em 2020, as trocas comerciais foram impactadas pela pandemia de COVID-19, sobretudo para a exportação para a Namíbia. Assim, a corrente de comércio bilateral somou US$ 18 milhões (aumento de 97,1% em relação ao período anterior), com saldo negativo para o Brasil, que importou US$ 11 milhões e exportou US$ 6 milhões.

Na pauta de exportações, predominaram produtos do agronegócio, sobretudo em carnes de aves (54%) e arroz (6,2%). Houve aumento de produtos industrializados no rol das exportações: maquinário de uso industrial (12%); roupas (8,1%); equipamentos mecânicos (4,2%); e papel e cartão (3,5%).

Já as principais importações foram: i) minérios, escórias e cinzas; ii) sais, terras, cal e cimento; iii) outros artefatos têxteis; iv) máquinas elétricas; v) máquinas mecânicas; vi) sementes e frutos oleaginosos; vii) obras de ferro fundido; viii) instrumentos de precisão; ix) borracha e suas obras.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

SF/21042.82075-67

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SF/21042.82075-67

5

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ANDREA SALDANHA DA GAMA WATSON*
CPF.: 606.999.301-20
ID.: 6803 MRE

1961	Filha de Sérgio da Veiga Watson e Lêda Saldanha da Gama Watson, nascida em Berna, Suiça.
Dados Acadêmicos:	
1979-84	Curso de graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas/SP
1995	Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, 1994-95
2003	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 2003
2014	Curso de Altos Estudos, 2014 (tese: "O Brasil e as Restrições às Exportações"),
Cargos:	
1995	Terceira-secretária
2000	Segunda-secretária
2004	Primeira-secretária, por merecimento
2007	Conselheira, por merecimento
2014	Ministra de segunda classe por merecimento
2021	Ministra de segunda classe do Quadro Especial
Funções:	
1995	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco
1995-99	Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assessora
1999-03	Delegação do Brasil junto à OMC em Genebra, terceira-secretária
2003-06	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessora
2006-11	Embaixada em Buenos Aires, primeira-secretária
2011-13	Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, assessora internacional
2014-16	Divisão de Operações de Promoção Comercial, chefe
2016-18	Agência Brasileira de Cooperação, diretora-adjunta
2018-	Consulado-Geral em Cochabamba, cônsul-geral

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2021

(nº 586/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Honduras.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 586

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Honduras.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de novembro de 2021.

EM nº 00243/2021 MRE

Brasília, 10 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de ANDREA SALDANHA DA GAMA WATSON, ministra de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República de Honduras, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de ANDREA SALDANHA DA GAMA WATSON para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 921/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 12 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, para conhecimento e providências cabíveis, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa, o nome da Senhora ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Honduras.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto

Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 12/11/2021, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3005400** e o código CRC **8D6039D2** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe
Divisão de México e América Central

HONDURAS



OSTENSIVO

2021

HONDURAS – DADOS BÁSICOS

	Honduras	Brasil
Nome oficial	República de Honduras	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol	Português
População	10 milhões (FMI)	211,7 milhões (IBGE)
Área	112.492 km²	8,516 milhões km²
PIB nominal (FMI, 2020)	US$ 23,69 bilhões	US$ 1,43 trilhão
PIB *per capita* (FMI)	US$ 2,38 mil	US$ 6,78 mil
Crescimento do PIB (FMI)	-8% (2020) 4,5% (2021)	-4,1% (2020) 3,7% (2021)
IDH (PNUD, 2019)	0,634 (132ª posição)	0,765 (84ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	87,2%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	75,3 anos	75,9 anos
COVID-19 (8/9)	348 mil casos 9.179 mortes 338 mil recuperados	20.918.100 casos 584.427 óbitos 19.246.432 recuperados

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões)

BRASIL-HONDURAS	2018	2019	2020
Intercâmbio total	**128,8**	**119,9**	**113,1**
Exportações	114,9	108,01	103,2
Importações	13,9	11,9	9,9
Saldo	101,0	96,11	93,3

*** Principais produtos da pauta comercial (2020)**

- **Exportações:** ladrilhos e placas (lajes); tratores; papel e cartão.
- **Importações:** alumínio; fios e cabos; trapos e cordas têxteis

MAPA DE HONDURAS



PERFIS BIOGRÁFICOS

JUAN ORLANDO HERNÁNDEZ – PRESIDENTE



Nascido em 1968, o Presidente Juan Orlando Hernández graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Universidad Nacional Autónoma de Honduras* (UNAH). É advogado e tabelião. Obteve o título de mestre em Administração Pública na *State University of New York*. Foi professor de Direito Constitucional de 1997 a 2000. Iniciou sua carreira política em 1988, como Presidente da Associação de Estudantes de Direito da UNAH. Em 1998, elegeu-se Deputado pelo Partido Nacional, sendo reeleito em 2002. De 2005 a 2009, foi Secretário-Geral do Partido Nacional. Eleito novamente para o Congresso em 2010, assumiu a Presidência do Legislativo até 2013, quando renunciou ao mandato para dedicar-se a sua candidatura à Presidência. Elegeu-se em 24/11/2013 e tomou posse em janeiro de 2014. Foi eleito para um segundo mandato no pleito de 26/11/2017, sendo empossado em 27/01/2018.

LISANDRO ROSALES – CHANCELER



Lisandro Rosales Banegas nasceu em Tegucigalpa, em 26/12/1969. É graduado em Administração pela Universidade Tecnológica Centro-Americana (UNITEC), com especialização em Defesa e Segurança pela Universidade de Defesa de Honduras (UDH). Foi cônsul-Geral em Nova York (2004-06) e ministro do Desenvolvimento Social (2014-15). Entre 2010-2014 e 2016-2019, serviu na Comissão Permanente de Contingências (Defesa Civil), chegando a ocupar o cargo de ministro-chefe. Foi nomeado chanceler (Secretário de Relações Exteriores e Cooperação Internacional) em julho de 2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

Encontros bilaterias de alto nível

Brasil e Honduras estabeleceram relações diplomáticas em 1906. Em 1953, a delegação brasileira em Tegucigalpa, aberta em 1951, foi elevada à condição de embaixada. Em 1971, o ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza fez a primeira visita de um Chanceler brasileiro a Honduras. O primeiro encontro presidencial bilateral – entre os então Presidentes Lula da Silva e Ricardo Maduro – ocorreu em 2005.

Dilma Rousseff reuniu-se com o presidente Porfirio Lobo em Buenos Aires, à margem da posse da Presidente da Argentina, Cristina Kirchner, em 2011. O Chanceler Arturo Corrales realizou visita ao Brasil, em 2012. O Presidente Juan Orlando Hernández visitou o Brasil em 2014, por ocasião da Copa do Mundo. Poucos meses após sua reeleição, o Presidente Juan Orlando Hernández reuniu-se com o Presidente Michel Temer às margens da Cúpula das Américas, em abril de 2018, em Lima.

Juan Orlando Hernández foi o único mandatário centro-americano a comparecer à cerimônia de posse do Presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. O Chanceler Lisandro Rosales manteve encontro bilateral com o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em Brasília, no dia 7 de novembro de 2019, por ocasião da realização da XVI Reunião de Chanceleres do Grupo de Lima.

Em fevereiro de 2020, Araújo realizou visita oficial a Honduras. A visita a Tegucigalpa (a primeira de chanceler brasileiro desde 1971) foi marco em processo de aproximação entre os dois países baseado em visão comum dos desafios regionais.

A destituição de Zelaya e a evolução das relações bilaterais

As relações bilaterais foram marcadas, em anos recentes, pelo papel protagônico exercido pelo Brasil por ocasião da grave crise política decorrente da destituição do ex-presidente Manuel Zelaya, em 2009, a qual gerou profunda divisão em Honduras, característica que permanece elemento central do panorama político do país.

As iniciativas bilaterais de interlocução política, cooperação e empréstimos para obras de infraestrutura foram interrompidas no período 2009-2011, mantendo-se apenas as atividades consulares e administrativas da representação brasileira em Honduras. Com o retorno do ex-presidente José Manuel Zelaya a Tegucigalpa, em maio de 2011, a assinatura do Acordo de Reconciliação Nacional ("Acordo de Cartagena") e a readmissão de Honduras na OEA, as relações entre o Brasil e o país centro-americano foram formalmente retomadas, com a nomeação de Embaixadores.

A mudança do Executivo brasileiro, em agosto de 2016, e o reconhecimento da reeleição de Juan Orlando Hernández pelo Governo brasileiro, em fevereiro de 2018, constituíram ponto de inflexão que abriram novas perspectivas para o relacionamento bilateral, até então mantido, basicamente, por meio das atividades de cooperação técnica.

Adoção por Honduras do Padrão ISDB-T de TV Digital

Em setembro de 2013, Honduras anunciou oficialmente a adoção do sistema brasileiro de televisão digital, ISDB-T, juntando-se a Costa Rica, El Salvador, Nicarágua e Guatemala, entre os países centro-americanos que adotaram o sistema.

Honduras solicitou cooperação brasileira para o desenvolvimento da TV digital e apoio para a realização, em Tegucigalpa, em maio de 2016, do II Foro Internacional de Televisão Terrestre Digital (TTD 2016).

Em junho de 2018, foi realizado, em Tegucigalpa, seminário técnico sobre radiodifusão e tv digital, que contou com a participação de representantes da ANATEL e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e e Comunicações e, pelo lado hondurenho, representante da Comissão Nacional de Telecomunicaciones (CONATEL), quando foram discutidos detalhes da experiência brasileira de desligamento do sinal analógico.

Propostas de acordo MERCOSUL-SICA e MERCOSUL-Honduras

Frente aos obstáculos para a negociação de acordo comercial MERCOSUL-SICA, o Brasil apresentou a Honduras, em outubro de 2019, oferta de negociação de acordo entre o MERCOSUL e Honduras. Oferta semelhante foi estendida a Guatemala e Costa Rica. Em resposta, o Chanceler Rosales respondeu afirmativamente. Na oportunidade, Rosales indicou sua disposição de discutir o tema com a Vice-presidente ("designada presidencial") e também Ministra de Desenvolvimento Econômico Maria Antonia Rivera.

No início de setembro de 2020, o MERCOSUL apresentou proposta de termos de referência para negociação de acordos de livre comércio com países individuais da América Central e do Caribe, incluindo Honduras. Os termos de referência sugerem patamar de oferta inicial de 93%; negociação concentrada em aspectos tarifários; troca de pedidos prioritários desde o início, a fim de lograr acesso efetivo, principalmente para produtos agrícolas; e proposta ambiciosa em medidas sanitárias e fitossanitárias.

Em reação à mais recente proposta do MERCOSUL, Honduras indicou, contudo, em setembro de 2020, que este não seria o momento oportuno para iniciar negociações com o bloco. O país alegou que os setores público e privado estariam orientados a controlar a crise causada pelo COVID-19 e que ainda não se conhecem os impactos da pandemia sobre a economia do país, intensificado pelos efeitos da temporada de furacões de 2020.

I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Honduras

Em 15 de julho de 2021, ocorreu, por videoconferência, a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Honduras. O Mecanismo havia sido criado em 2007, mas desde então não havia sido ativado. Sua ativação, em 2021, demonstra o bom estado atual do relacionamento bilateral.

Tratou-se da possibilidade de cooperação para responder à pandemia de COVID-19 e acesso a vacinas. Na área econômica, a delegação brasileira reforçou a abertura para entabular diálogo sobre proposta de acordo comercial MERCOSUL-Honduras. Também houve convergência sobre o interesse em se explorar possibilidades de cooperação no combate ao crime organizado transnacional.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Honduras tem como amparo jurídico o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, firmado em 11/06/1976 e promulgado em 31/01/1977.

Realizou-se, em Tegucigalpa, em junho de 2019, a VII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Honduras, ocasião em que foram avaliados os programas em andamento e acordadas cinco novas iniciativas, em temas de capacitação do serviço público e do corpo de bombeiros, irrigação e produção de hortaliças, inspeção sanitária e desenvolvimento da cadeia de alimentos frios (refrigerados).

Dentre os projetos implementados, cumpre destacar iniciativa na área de banco de leite humano, em cujo âmbito foram doados equipamentos para a implantação de dois novos bancos de leite, atendendo a 30 mil mulheres lactantes e beneficiando 733 recém-nascidos. Igualmente relevante, o projeto "Programa de Alimentação Nutricional Cozinha Brasil – Honduras" atende 5 mil mães que formaram os comitês de alimentação escolar de 32 municípios capacitados na metodologia do programa.

No que se refere a ajuda humanitária, o governo brasileiro atendeu a pedido de Honduras e fez doação, em junho de 2018, de 1.200 comprimidos e 3.500 cápsulas de fosfato de oseltamivir, com vistas a auxiliar o tratamento da população acometida pelo vírus H1N1 no país. Em 2020, no contexto da destruição causada pela temporada de furacões, o governo brasileiro enviou US$ 25 mil ao país, em caráter de ajuda humanitária, que foram utilizados para a aquisição e distribuição de cestas básicas a desabrigados da região Norte do país.

Cooperação Trilateral

Outra substantiva forma de cooperação dá-se no plano trilateral. Entre todas, destaca-se primordialmente a cooperação Brasil-Honduras-FAO, no campo do "Programa de Alimentação Escolar". O projeto piloto, que teve início em três municípios hondurenhos do estado de Lempira, foi ampliado para 116 municípios e atende hoje a meio milhão de estudantes carentes. O programa garante a produção de alimentos sadios para as crianças, baseada na agricultura familiar de cada região. Promove ainda a construção de refeitórios e cozinhas nas escolas, o que propicia aos estudantes condições dignas de alimentação.

Ainda no âmbito trilateral, o projeto de cooperação Brasil-Japão-Honduras em Policiamento Comunitário possibilitou o intercâmbio de visitas de oficiais da Polícia Nacional de Honduras e da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Mais de 120 policiais hondurenhos se beneficiaram de treinamentos nesse campo. A Agência de Cooperação do Japão (JICA) manifestou à parte hondurenha sua disposição de seguir com a cooperação.

Cooperação Educacional

Tendo como base legal o Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República de Honduras, assinado em 22 de outubro de 1957 e promulgado em 20 de maio de 1963, há mais de 50 anos jovens hondurenhos vêm-se beneficiando do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG). Atualmente, Honduras conta com o maior número de participantes nesse modelo de programa, entre todos os países beneficiados.

O Presidente Juan Orlando Hernández demonstrou interesse em dobrar o número de estudantes hondurenhos no Brasil, conforme solicitado ao Presidente Michel Temer, quando do encontro de ambos à margem da VIII Cúpula das Américas, no Peru, em abril de 2018.

Ademais dos programas acima mencionados, cabe destacar a concessão de bolsas de pós-graduação, para mestrado e doutorado, com ajuda financeira de US$ 1.200, por meio do programa PAEC-OEA-GCUP (Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras), no âmbito da OEA.

Cooperação em Defesa

O Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre Brasil e Honduras foi promulgado pelo Decreto nº 8.549, de 23/10/2015. As relações bilaterais são marcadas pela cooperação em treinamento e fornecimento de material bélico. Honduras tem revelado interesse na aquisição e modernização de aeronaves. Os contatos são mais intensos no campo aeronáutico, onde se concentram os interesses militares hondurenhos no que concerne ao Brasil. O comandante-Geral da Força Aerea de Honduras (FAH) realizou, nos últimos anos, duas viagens ao Brasil, ocasião em que pôde visitar bases aéreas. Visitou também a sede das empresas Embraer, em São José dos Campos, e da Avionics, em Botucatu.

A cooperação educacional no campo militar mantém-se como principal elemento de continuidade no âmbito das relações bilaterais em defesa. Cadetes hondurenhos realizam curso de formação de oficiais na Academia Militar das Agulhas Negras (Exército), Escola Naval e Academia da Força Aérea. Anualmente, são divulgados cursos de formação profissional oferecidos pela Marinha nas Escolas de Oficiais da Marinha Mercante do Rio de Janeiro e Belém. Por último, registra-se a presença continuada de oficiais do Exército brasileiro, que desempenham a função de Instrutor junto à Escola de Comando e Estado Maior das Forças Armadas de Honduras, em programa de cooperação militar iniciado em 1995.

Programa Brasileiro de Reassentamento para Refugiados do Norte da América Central

Em abril de 2019, foi lançado o Programa Brasileiro de Reassentamento para Refugiados do Norte da América Central. A iniciativa insere-se no marco do Acordo de Transferência de Proteção ("Protection Transfer Arrangement" - PTA, em inglês) firmado entre o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Costa Rica, pelo qual esta acordou atuar como país de trânsito para refugiados do norte da América Central até sua partida aos países de reassentamento.

Conforme decidido pelo Ministério da Justiça e pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Brasil propôs-se, em projeto piloto, a receber 28 refugiados oriundos do norte da América Central para reassentamento no País, valendo-se do mecanismo do PTA, dos quais efetivamente foram selecionados 15 salvadorenhos e 2 hondurenhos.

O reassentamento de refugiados do norte da América Central, nos moldes propostos pelo ACNUR, é iniciativa pioneira para o governo brasileiro, não apenas por valer-se de nova modalidade de proteção, como também por se tratar da primeira iniciativa de reassentamento no Brasil que contará com recursos próprios do orçamento federal para a assistência aos reassentados.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira em Honduras é relativamente pequena, estimada em cerca de 400 cidadãos, em sua quase totalidade residentes na capital e na cidade de San Pedro Sula. É formada

em sua maioria por brasileiras casadas com hondurenhos que estudaram no Brasil, missionários católicos e evangélicos, jogadores de futebol e funcionários de multinacionais. Há muitos nascidos em Honduras, filhos ou netos de brasileiros que são, portanto, também cidadãos hondurenhos.

Em Tegucigalpa funciona a Associação de Brasileiros Residentes em Honduras (ABRAREH), que promove eventos socioculturais com finalidade filantrópica. Em San Pedro Sula, residem cerca de cem nacionais brasileiros. Em vista da distância que separa Tegucigalpa daquela cidade no norte, decidiu-se pela designação de cônsul honorário naquela municipalidade, com jurisdição sobre o norte e ocidente do país.

Em junho de 2017, o Congresso Nacional aprovou o texto do Acordo sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras.

Candidaturas

Honduras tem concedido apoio com grande regularidade, em diversos foros internacionais, às candidaturas brasileiras. Mais recentemente, Honduras apoiou a eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, assim como à Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e à Organização Marítima Internacional (OMI), além de ter declarado apoio ao candidato brasileiro à Corte Interamericana de Direitos Humanos, Rodrigo Mudrovitsch. Do lado hondurenho, são poucas as candidaturas apresentadas. Cabe registro, no entanto, ao apoio que foi dado pelo Brasil à candidatura da embaixadora Mary Elizabeth Flores Flake à presidência da 73ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

No que diz respeito ao Conselho de Segurança das Nações Unicas (CSNU), os governos brasileiro e hondurenho acordaram trocar posições na lista de candidaturas do Grupo de Países da América Latina e Caribe na ONU (GRULAC). O Brasil utilizará o espaço (*slot*) que seria ocupado por Honduras, no biênio 2022-23, ao passo que Honduras ocupará o espaço anteriormente designado para o Brasil, no biênio 2033-34.

Comércio Bilateral e Investimentos

Em 2020, o comércio entre Brasil e Honduras totalizou US$ 113,1 milhões. As exportações brasileiras somaram US$ 103,2 milhões, ao passo que as importações brasileiras totalizaram US$ 9,9 milhões. A balança bilateral foi favorável ao Brasil, com superávit de US$ 93,3 milhões.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram ladrilhos e placas (lajes); tratores; papel e cartão. Já os principais produtos importados de Honduras pelo Brasil foram: alumínio; fios e cabos; trapos e cordas têxteis

POLÍTICA INTERNA

A Constituição de 1982 define Honduras como uma república democrática, representativa e presidencialista. O Poder Legislativo é unicameral, exercido pelo Congresso Nacional, composto de 128 deputados. As principais agremiações políticas do país são o Partido Nacional (PN), o Partido Liberal (PL) – ambos partidos tradicionais – e o *Partido Libertad y Refundación* (LIBRE), de José Manuel Zelaya. O candidato derrotado das eleições de 2017, Salvador Nasrallah, que liderou aliança de centro-esquerda, busca criar partido político próprio. As eleições em Honduras são em turno único.

Honduras viveu quadro de grave crise política com a destituição do ex-presidente Manuel Zelaya em junho de 2009, superado, de maneira relativa, com o retorno do ex-mandatário ao país em 2011. O ambiente de crise política em Honduras, no entanto, não é transitório, mas de larga data, em contexto de grave polarização herdado do período da Guerra Fria. Essa polarização voltou à tona durante o processo eleitoral que culminou com a reeleição de Juan Orlando Hernández, garantindo contínua instabilidade ao longo de seu mandato.

Reeleição de Juan Orlando Hernández para o período 2018-2022

Em 26 de novembro de 2017, foram realizadas eleições gerais em Honduras, quando foram escolhidos o presidente da República, 128 deputados para o Congresso Nacional, 20 deputados para o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN), e 298 prefeitos, além de vereadores. Nove candidatos disputaram as eleições presidenciais. Os principais foram: Juan Orlando Hernández, do Partido Nacional (PN); Luis Zelaya, do Partido Liberal (PL); e Salvador Nasralla, da coalizão Aliança de Oposição Contra a Ditadura (AOCD), cujo coordenador foi o ex-presidente Manuel Zelaya.

O Partido Nacional, do presidente Juan Orlando Hernández, logrou eleger a maior bancada, com 61 deputados, seguido pelo Partido Libertad y Refundación – Libre, com 30 deputados; Partido Liberal (26); Partido de Inovação e Unidade - PINU (4); Aliança Patriótica (4); Unificação Democrática (1); Partido Anticorrupção (1) e Democrata Cristão (1). O fato de o Partido Nacional ter sido o grande vitorioso no último pleito, em todos os níveis, torna mais abrangente seu domínio das esferas públicas. Se antes os nacionalistas controlavam o Executivo e o Judiciário, agora também contam com maioria no Congresso. O controle dos três poderes propicia mais condições ao chefe de governo para exercer seu mandato de forma personalista e centralizadora, características de seu estilo.

Juan Orlando Hernandez, foi reeleito ao receber 42,95% dos votos contra 41,42% de Salvador Nasralla, candidato da Aliança de Oposição (Partido Liberal e LIBRE). A diferença, de apenas 51 mil votos, levou o país de volta a quadro de crise política. A coalizão opositora manifestou, desde o início, inconformidade com a condução do processo de apuração. Os problemas na contagem acabaram por gerar conflito nas ruas, com episódios de violência e saques a estabelecimentos comerciais.

O impasse encerrou-se a partir do reconhecimento internacional do novo Governo, alavancado sobretudo com declarações da administração norte-americana, ademais de europeus e latino-americanos. O aval norte-americano buscou não apenas criar uma barreira à proposta do Secretário-Geral da OEA, de repetição do processo eleitoral, mas também induzir outros países a

reconhecer os resultados oficiais da eleição.

Em dezembro de 2017, o Governo brasileiro emitiu nota à imprensa pela qual congratulou o mandatário hondurenho pela reeleição e fez um "chamado a todas as lideranças políticas e civis hondurenhas em benefício da união e da conciliação nacional". Ao reconhecer a legitimidade do processo eleitoral, o Governo brasileiro não se furtou, contudo, a instar o governo hondurenho a promover genuíno diálogo de conciliação nacional e a adotar medidas de fortalecimento institucional e de aprimoramento do sistema eleitoral.

Nesse contexto, o presidente Juan Orlando Hernandez lançou proposta de diálogo com setores da sociedade hondurenha, inclusive a oposição, para celebrar pacto nacional de solução da crise política e social resultante da eleição. Em fevereiro de 2018, missão do Departamento de Assuntos Políticos da ONU visitou Tegucigalpa e produziu relatório para o estabelecimento de bases para um diálogo nacional. A missão das Nações Unidas ocorreu em momento de desgaste entre o Governo de Honduras e a OEA, a qual já mantinha no país uma "Missão de Apoio contra a Corrupção e a Impunidade em Honduras" (MACCIH).

A despeito dos esforços feitos para viabilizar o diálogo, não houve avanços substantivos. O partido Libre, de Manuel Zelaya, indicou que só participaria dos encontros quando houvesse um mediador internacional. Por sua vez, Salvador Nasralla, que assistiu às primeiras reuniões, retirou-se rapidamente das mesas preparatórias.

A contínua instabilidade causou dano à imagem internacional de Honduras e à credibilidade de seu mandatário, agravada pela condenação à prisão perpétua de seu irmão, Juan Antonio (“ Tony”) Hernández, pela Corte do Distito Sul de Nova York, em outubro de 2019, acusado de liderar grupo de narcotráfico que operou entre 2004 e 2016. O relativo isolamento do presidente, sublinhado pela ausência dos chefes de Estado e de Governo na última Cúpula do Mecanismo de Tuxtla, realizada em San Pedro Sula, aprofundou a dependência do mandatário hondurenho com relação à antiga administração dos EUA. Desde a eleição de Joe Biden, entretanto, os EUA têm mantido distância de Juan Orlando Hernández. Mesmo com maioria Democrata no parlamento, a administração Biden ainda não nomeou embaixador em Honduras.

Crise de Segurança Pública

Ao lado de Guatemala e El Salvador, Honduras integra o Triângulo Norte da América Central (TNAC), região do istmo que mais se ressente dos problemas ligados ao narcotráfico e marcado pela presença das gangues organizadas, as *maras*. O país ostentou, até recentemente, o título de mais violento do mundo, mas tem obtido resultados favoráveis na luta contra o crime, com a queda dos índices de homicídios.

Honduras enfrenta, há décadas, problemas no campo dos direitos humanos. Episódios de violência são comuns no país, registrando-se assassinatos de agricultores, ambientalistas, jornalistas, líderes de minorias LGBT, entre outros.

Em agosto de 2016, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pronunciou-se sobre os perigos enfrentados pelos defensores de direitos humanos em Honduras. Ao longo de 2016, foram reportados oito assassinatos do tipo, como o da líder ambientalista Berta Cáceres, que suscitou a apresentação, nos EUA, de projeto de lei que insta a suspensão da ajuda norte-americana às forças de segurança hondurenhas até que o governo do país mostre resultados concretos em termos de condenação dos assassinos. Também tiveram ampla repercussão os assassinatos do defensor das comunidades LGBT René Martínez e o da defensora do meio ambiente Lesbia Janeth

Urquía Urquía. O Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, condenou este último assassinato e pediu sua pronta investigação.

As Manifestações contra a Corrupção e a MACCIH

Ao longo de 2015, as ruas de Tegucigalpa foram tomadas por manifestações populares contra a corrupção e a inoperância do sistema judicial do país. Um dos grupos mais engajados nas manifestações populares, o movimento *Los Indignados*, reivindicou a instalação de uma Comissão Internacional contra a Corrupção e a Impunidade em Honduras (CICIH), nos moldes da comissão instalada na Guatemala (CICIG). O presidente Juan Orlando Hernández convocou um "diálogo nacional", com o aval da OEA e da ONU, defendendo a criação de um Sistema Integral Hondurenho contra a Impunidade e a Corrupção (SIHCIC), sob os auspícios da Justiça hondurenha. Nesse contexto, foi elaborada proposta de criação da Missão de Apoio da OEA contra a Corrupção e a Impunidade em Honduras (MACCIH).

A MACCIH foi instalada em fevereiro de 2016, com mandato até 2020. Suas atribuições eram supervisionar e assessorar os órgãos responsáveis pela investigação e persecução dos delitos de corrupção, bem como de elaborar diagnósticos sobre o sistema judicial hondurenho. A MACCIH não possuía, contudo, prerrogativas análogas às da CICIG guatemalteca, cujo caráter supranacional se traduzia em amplos poderes e independência em relação à da Justiça guatemalteca. Em contraste, a missão da OEA em Honduras configurou tão-somente órgão de assessoramento externo, sem poderes para conduzir investigações ou efetuar prisões.

Em janeiro de 2017, o Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, realizou visita oficial a Honduras. Na ocasião, testemunhou a promulgação, pelo Presidente Juan Orlando Hernández, da "Lei de Política Limpa", que havia sido aprovada pelo legislativo hondurenho em outubro de 2016. Em março de 2017, o porta-voz da MACCIH, Juan Jiménez Mayor, informou os êxitos alcançados pela missão em seu primeiro ano de operações: i) criação de jurisdição nacional anticorrupção; ii) criação da unidade de investigação especial contra a corrupção (UFECIC), integrada por promotores locais e internacionais; iii) emissão de três sentenças penais referentes ao caso do Instituto Hondurenho de Seguridade Social (IHSS); iv) aprovação da "Lei de Política Limpa", de iniciativa da MACCIH; v) engajamento da sociedade civil em suas atividades, por intermédio do Observatório do Sistema de Justiça Criminal da MACCIH; e vi) recomendações para o aperfeiçoamento da tipologia dos crimes de corrupção no novo código penal hondurenho.

No que tange ao financiamento da Missão, foi criado o "*Fondo Canasta Multilateral para la MACCIH-OEA*". Foram convidados para contribuir ao fundo os 33 países membros da OEA, assim como os 36 países observadores.

Frente aos avanços iniciais, instalou-se, crise entre a MACCIH e o Congresso hondurenho. A MACCIH denunciou, em 24/1/18, interferência do Congresso Nacional na autonomia do Poder Judiciário e da Procuradoria-Geral ("*Fiscalía*"), sobretudo em relação ao andamento do caso "*Red de diputados*". O Congresso Nacional hondurenho rechaçou o que considerou avanços mal intencionados da MACCIH e aprovou lei que impedia a investigação de deputados, posteriormente declarada inconstitucional.

A crise política decorrente do processo de reeleição de Juan Orlando Hernández acrescentou novo ingrediente à já difícil situação entre a MACCIH e a classe política hondurenha. Com base em

relatório da Missão de Observação Eleitoral da OEA (MOE/OEA), o Secretário-Geral Luís Almagro pediu a repetição do processo eleitoral, o que criou embate com o presidente eleito e seu partido. O porta-voz da MACCIH, Juan Jiménez Mayor, renunciou ao cargo, acusando a classe política hondurenha de obstaculizar os trabalhos da missão.

À margem da VIII Cúpula das Américas, em abril de 2018, Luis Almagro anunciou o nome do juiz brasileiro Luiz Antônio Guimarães Marrey (ex-Procurador-Geral da Justiça em São Paulo) para chefiar a Missão. O curto mandato de Marrey foi caracterizado por um período de busca de estabilização, seguido de uma retomada da iniciativa após a série de derrotas frente aos grupos políticos organizados.

A MACCIH foi encerrada em 19 de janeiro de 2020, a despeito do parecer favorável à prorrogação da missão emitido, em novembro de 2019, pela Mesa de Avaliação do Trabalho da MACCIH, formada por representantes do governo hondurenho e da OEA. Ainda em dezembro de 2020, não obstante, o Congresso de Honduras manifestou-se contrário à renovação da missão, em votação na qual houve 71 votos contrários à proposta e 56 favoráveis..

Pandemia de Covid-19

Após atingir os maiores níveis desde o início da pandemia em meados de agosto de 2021, o número de novos casos de COVID-19 em Honduras diminuiu cerca de 40% no início de setembro. A média móvel semanal de novas infecções diárias, que havia chegado a 1750 em 18/08, baixou para 1050 em 10/09. Até o meados de setembro, 350 mil hondurenhos haviam contraído a doença. Desde o início da pandemia, 9.260 pessoas perderam a vida no país em decorrência do novo coronavírus. A campanha nacional de vacinação, que chegou a ser a mais lenta da América Centra, ganhou velocidade o que fez com que, em meados de setembro, 29% dos hondurenhos já tivessem sido parcial ou totalmente imunizados.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa hondurenha tem como eixo central as ligações históricas do país com os Estados Unidos, secundada pela integração com os vizinhos no âmbito do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) e com o México. Nesse contexto, são tênues os laços de Honduras com outras regiões, com certo destaque para Taiwan e União Européia, com foco, nesses casos, em projetos de cooperação técnica.

Cabe destacar que a política externa hondurenha envolve ainda importante dimensão de administração de agenda negativa em torno dos temas de governança, direitos humanos, migrações, narcotráfico e crime organizado. Nesse sentido, a própria dinâmica da política interna é influenciada por atores externos diversos, como foi o caso da "Missão de Apoio ao Combate à Corrupção e à Impunidade em Honduras" (MACCIH/OEA), encerrada em 2020.

Ao assumir a função, em julho de 2019, o atual Chanceler, Lisandro Rosales, enumerou as seguintes prioridades para sua pasta: i) união aduaneira com Guatemala e El Salvador; ii) migração e dinamização consular; iii) abertura de novos mercados, promoção de investimentos e da imagem do país.

Entorno Regional

Na América Central concentra-se, naturalmente, a maior parte da atuação diplomática de Honduras, em função dos processos de integração econômico-comercial, física e político-institucional. Honduras é membro de todos os principais acordos e instituições de integração na América Central: além do SICA, integra o Mercado Comum Centro-americano, o Banco Centroamericano de Integração Econômica (BCIE, sediado em Tegucigalpa), e o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN).

Honduras tem-se empenhado, com os outros dois países do Triângulo Norte (El Salvador e Guatemala) em iniciativas que traduzem maior proximidade e interesse no desenvolvimento de projetos comuns. Os três países firmaram instrumento de conformação de União Aduaneira, em processo de implementação.

Honduras, juntamente com El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana, mantém acordo de livre comércio com os EUA (DR-CAFTA, na sigla em inglês), em vigor desde 2006. Honduras também celebrou, em conjunto com demais países centro-americanos, acordos de livre comércio com o México (2011), com a União Europeia (2013) e com o Canadá (2016).

Em 23 de agosto de 2019, Honduras sediou a XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla. O mecanismo foi criado em 1991, impulsionado pelo México, como foro privilegiado para suas relações com os países centro-americanos. Posteriormente, se somaram a Colômbia e a República Dominicana.

Relações com os Estados Unidos

Honduras tem representado um palco privilegiado da atuação dos EUA na América Central, que serviu de base de operações de contra-insurgência na Guerra Fria. Desde 1981, os Estados Unidos mantêm em Honduras a base aérea de Palmerola, além de base naval em Caratasca, inaugurada em 2011.

Os Estados Unidos também são importante parceiro econômico – respondendo por mais da metade do comércio exterior de Honduras– e abrigam a maior parte da diáspora hondurenha.

O tema migratório foi recentemente alçado ao grau máximo de prioridade nas relações entre Estados Unidos e Honduras. Em 15 de fevereiro de 2019, o presidente Trump, utilizando-se do *State of Emergency Act*, declarou haver uma "*National Emergency Concerning the Southern Border of the United States"*. Entre julho de 2018 e junho de 2019, quase um milhão de imigrantes irregulares tentaram cruzar a fronteira sul dos EUA, o maior número desde 2007. Diferentemente dos demais surtos históricos, os fluxos em 2019 foram impulsionados por verdadeiro êxodo de centro-americanos, com expressiva participação de hondurenhos.

As relações de Honduras com Israel e Taiwan devem ser analisadas no contexto das relações do país centro-americano com os EUA. No que se refere a Israel, há contínuo apoio de Honduras, no âmbito das Nações Unidas, às resoluções em favor do Estado judeu. Em março de 2018, Juan Orlando Hernández reconheceu Jerusalém como capital de Israel, e inaugurou ali um Escritório Comercial, em agosto de 2019, tendo finalmente transferido a Embaixada para Jerusalém em 2021.

A questão China/Taiwan

Honduras não mantém relações diplomáticas com a China continental, mas com Taiwan, apesar do interesse do empresariado local pelo mercado chinês e da presença da potência asiática no país por meio de projetos de infraestrutura. Taiwan figura entre os principais doadores para Honduras.

À luz do corte de relações com Taiwan por parte da República Dominicana e do Panamá, em maio e junho de 2017, e El Salvador, em agosto de 2018, o governo taiwanês vem promovendo uma intensificação de suas relações com Honduras.

Honduras vem usufruindo de benefícios diversos advindos dessa relação diplomática. Exemplo disso é a cooperação educacional. Atualmente, há mais de 200 bolsistas em Taiwan, e estima-se que 400 estudantes já se beneficiaram do programa nos últimos anos. Taiwan mantém ainda iniciativas diversas como combate a incêndios florestais e missões empresariais com vistas à exportação de produtos agrícolas hondurenhos, como café e açúcar, para Taiwan.

O Consórcio taiwanês Dong Jyu Group anunciou que pretende executar volumoso plano de investimentos em Honduras nos próximos dez anos, da ordem de US$ 200 milhões, nas áreas de construção civil, mineração, processamento de alimentos, produção de plásticos, suinocultura e agricultura.

Venezuela

No que concerne à crise política na Venezuela, o governo de Honduras tem mantido firme posição em favor do pleno restabelecimento da democracia no país sul-americano. O Presidente Juan Orlando Hernández defende a realização de eleições gerais, livres e democráticas naquele país. Para a Chancelaria hondurenha, a OEA constitui o foro apropriado para o debate da questão venezuelana. Honduras integra, juntamente com o Brasil e outros países da região, o Grupo de Lima.

ECONOMIA

Honduras é o terceiro país mais pobre das Américas, depois de Haiti e Nicarágua, com mais da metade da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Como efeito desse quadro, registra-se alto grau de migração populacional, em especial para os Estados Unidos e, em menor grau, para a Espanha. Essa leva de emigrados responde, com suas remessas provenientes do exterior, por cerca de 20% do Produto Interno Bruto. A economia caracteriza-se por elevada concentração de renda, por fortes vínculos com os EUA e pela interdependência com os países do istmo centro-americano. A baixa diversificação produtiva, a dependência energética em combustíveis fósseis e a deficiente inserção no comércio internacional impedem que se projetem melhorias significativas no desempenho econômico.

Em 2020, segundo dados preliminares do Banco Central de Honduras (BCH), a economia do país regrediu quase 9%, queda acentuada que se deveu, sobretudo, à pandemia e às tempestades tropicais Eta e Iota. Essa foi a a maior recessão registrada no país desde a década de 1960. O superávit das *maquilas*, principal força exportadora industrial do país, foi reduzido à metade, caindo de quase US$ 3 bilhões, em 2019, para os atuais US$ 1,57 bilhão. Ao mesmo tempo, Honduras registrou o menor fluxo de investimento estrangeiro direto na região, tendo superado apenas a Nicarágua. Completando esse quadro negativo, o mercado laboral hondurenho encolheu em 2020, elevando o número de desempregados a quase 450 mil, sem falar na massa de trabalhadores informais. Com isso, a taxa de desemprego aberto, que tradicionalmente se situava na casa de 5,7%, subiu para 10,9%, considerada uma população economicamente ativa de pouco mais de 4 milhões.

No lado positivo, as reservas internacionais do país subiram a US$ 8,13 bilhões, em 2020, graças fundamentalmente à manutenção do nível de remessas dos hondurenhos emigrados. No início, estimava-se que a pandemia provocaria uma queda de até 20% dessas remessas, mas elas tiveram pequeno acréscimo, ultrapassando a cifra de US$ 5,5 bilhões pela primeira vez. As remessas, que caíram substancialmente em março/abril de 2020, na esteira da recessão econômica mundial, recuperaram-se a partir de julho daquele ano e superaram os índices históricos.

Já em meados de 2021, o Banco Central de Honduras elevou a previsão de crescimento da economia local no ano, de 3,2% a 5,2%. A revisão deve-se a um aumento de 18% nas remessas de divisas por hondurenhos vivendo no exterior, acompanhado de elevação nas exportações, que devem ficar US$ 1 bilhão acima do previsto, e de leve recuperação nos investimentos estrangeiros. Fatores endógenos também vêm contribuindo para a recuperação. O BCH detectou recente retomada no consumo interno de bens e serviços, consequência do levantamento da maioria das medidas de restrição e de confinamento impostas em resposta à pandemia de Covid-19.

As contas externas e a situação fiscal constituem fatores de preocupação. Com a recuperação do consumo, o déficit da balança comercial voltou a subir, atingindo US$ 3,4 bilhões no primeiro

semestre de 2021, um aumento de 79% em relação ao mesmo período do ano anterior. A emissão de dívida pública, que, em 2020, somou US$ 1,25 bilhão, este ano deve chegar a US$ 1,42 bilhão, segundo estimativa do BCH, que reputa o aumento à queda de cerca de US$ 1 bilhão na arrecadação de impostos federais. Apesar de positivo, o crescimento de 2021 não será suficiente para recuperar as perdas de 2020.

Plano Nacional de Reconstrução e Desenvolvimento Sustentável

Honduras encontra-se mobilizada pelo tema da reconstrução da região norte do país, sobretudo o Valle do Sula, região industrial e agrícola, que sofreu grande impacto pela passagem dos furacões Eta e Iota, em novembro de 2020. Nesse contexto, o governo hondurenho lançou, em maio de 2021, o Plano Nacional de Reconstrução e Desenvolvimento Sustentável (PNRDS), desenvolvido com o apoio da União Europeia, da Espanha e do sistema-ONU. O principal objetivo do plano é auxiliar o país a se recuperar dos danos causados pela temporada de furações, que desabrigou 120 mil famílias e destruiu 534 escolas, 130 pontes, 921 rodovias e 92 mil casas.

O PNRDS dá grande relevo à sustentabilidade (incluindo o modelo "build back better" do plano europeu de recuperação, no qual foi inspirado), à mudança do clima, à promoção dos direitos humanos, à igualdade de gênero, à participação social e ao combate das causas da imigração internacional.

O valor do plano é estimado em cerca de US$ 7,9 bilhões, o equivalente a 30% do PIB hondurenho. Do montante total, apenas US$ 316 milhões (4% do valor total) são destinados a projetos de curto prazo. Os demais 96% foram classificados como iniciativas de médio e longo prazos, que deverão ocorrer após o término do mandato do Presidente Juan Orlando Hernández, em janeiro de 2022.

Avalia-se que o PNRDS tem base conceitual sólida e um repositório de projetos relevante para orientar a recuperação econômica e social de Honduras nos próximos anos. A grande questão, dada a larga proporção das iniciativas que estão previstas para o longo prazo, é se haverá continuidade, sobretudo tendo em vista a realização de eleições presidenciais em novembro de 2021. Além disso, o plano depende fundamentalmente da cooperação internacional, o que representa outro elemento de imprevisibilidade para sua real implementação.

Por sua vez, o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou a aprovação da Quarta Revisão do acordo *stand-by* (2019-2021) entre Honduras e a instituição. O acordo permitirá a elevação do montante disponível a Honduras de US$ 531 milhões para US$ 769 milhões. Os fundos serão utilizados no âmbito do PNRDS.

Acordo *stand-by* com o FMI

Novo acordo *stand-by* de Honduras com o FMI foi aprovado, em 15 de julho de 2019, em Washington, pelo Diretório Executivo do Fundo. Este foi o segundo entendimento alcançado com aquela instituição financeira durante o governo do Presidente Juan Orlando Hernández. O primeiro, firmado em dezembro de 2014, teve vigência de 36 meses. Desta feita, o acordo terá duração de 24 meses e foi inicialmente pensado para dispor ao país recursos da ordem de US$ 311 milhões (valor posteriormente revisado, chegando a US$ 769 milhões)

Por ocasião da assinatura do acordo, o coordenador do gabinete econômico de Honduras, Marlon Tábora, ressaltou que o acerto reforçava o compromisso do governo hondurenho com a estabilidade macroeconômica e a responsabilidade fiscal. O acordo foi, então, considerado uma

grande conquista, em vista do perigo representado pelo excessivo endividamento da empresa estatal de energia elétrica (ENEE), ao redor de US$ 2,5 bilhões, que poderia desestabilizar a economia do país. Entre os compromissos assumidos, destacam-se as reformas do setor elétrico e a busca de sustentabilidade financeira da empresa de eletricidade. De igual forma, incluem-se a melhora da governança para maior transparência, controle da inflação e manutenção de níveis adequados das reservas internacionais líquidas.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1906	O Presidente Afonso Pena assina decreto criando as Legações do Brasil na Guatemala, em Honduras, em El Salvador, na Nicarágua, na Costa Rica e no Panamá.
1907	Apresentação de credenciais de Antônio da Fontoura Xavier.
1951	Estabelecimento da Legação do Brasil em Tegucigalpa.
1953	Elevação da categoria da Missão a Embaixada.
1971	Visita do Chanceler Mario Gibson Barboza a Honduras.
1976	Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.
1981	Acordo para constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha.
1994	O Brasil participa na Missão de Assistência para a Remoção de Minas em Honduras.
1995	Oficiais brasileiros passam a dar instrução militar às Forças Armadas hondurenhas.
1996	O Brasil passa a participar na Missão para Remoção de Minas na América Central.
1998	Visita do Vice-presidente Marco Maciel a Honduras, para a posse do Presidente Carlos Flores
1998	O Governo brasileiro faz doações às vítimas do Furacão Mitch.
2005	Encontro de trabalho, em Brasília, do Presidente de Honduras, Ricardo Maduro, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2006	Apoio do Brasil à decisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de cancelar a dívida de Honduras junto à instituição.
2007	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Honduras. Assinatura de Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Pena e Memorandos de Entendimento em Cooperação entre Academias Diplomáticas e para estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas.
2008	O Presidente Zelaya participa da I Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe.
2009	O Presidente Zelaya visita o Brasil.
2012	Visita ao Brasil do Secretário de Relações Exteriores de Honduras, Arturo Corrales Alvarez (Brasília, 6 a 10 de fevereiro).
2014	O Presidente Juan Orlando Hernández visita o Brasil durante a Copa do Mundo de Futebol.
2018	Os presidentes Michel Temer e Juan Orlando Hernández participam de reunião bilateral à margem da VII Cúpula das Américas, em Lima, Peru.
2019	O Presidente Juan Orlando Hernández participa da cerimônia de posse do Presidente Jair Bolsonaro (Brasília, 1º de janeiro).
2020	Visita do Chanceler Ernesto Araújo a Honduras.
2020	O governo brasileiro doou a Honduras, por meio da ABC, US$ 25 mil, em caráter de cooperação humanitária, no contexto dos danos causados pelo furacão Eta.
2021	Realizada, por videoconferência, a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Honduras.

QUADRO DE ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Data Celebração	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gergelim Fase I"	Agricultura - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Técnica	14/10/2013	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto "Reforço a Cadeia Produtiva Apícola Fase I"	Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Técnica	14/10/2013	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto "Reforço a Segurança Alimentar e Nutricional na Região Sul de Honduras Fase I"	Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Técnica	14/10/2013	Em Vigor
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto - "Reforço à Cadeia Produtiva de Caju - Fase I"	Agricultura - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Técnica	14/10/2013	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto Capacitação para a Produção de Frutas Tropicais	Produtos Agrícolas - Agricultura - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Técnica	23/04/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto Gestão Integrada de Recursos Hídricos em Honduras	Recursos Naturais - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Técnica - Recursos Naturais	23/04/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para Implementação do Projeto "Apoio ao Fortalecimento e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados de Honduras"	Saúde - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Técnica	23/04/2012	Em Vigor
Acordo sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras	Dependentes - Atividades Remuneradas	09/02/2012	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para	Agricultura - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Técnica -	07/08/2007	Em Vigor

Implementação do Projeto "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção Pecuária e Organização de Cadeias Agroalimentares dos Setores de Carne, Leite, Suinocultura e Avicultura"	Pecuária		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para Implementação do Projeto "Apoio Técnico para Implantação/Implementação de Bancos de Leite Humano"	Saúde - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Técnica	07/08/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para Implementação do Projeto "Ações Integradas para a Gestão de Recursos Hídricos em Honduras"	Recursos Naturais	07/08/2007	Em Vigor
Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	Direito Penal	07/08/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para Implementação do Projeto "Intercâmbio de Conhecimentos sobre os Sistemas de Saúde Pública de Brasil e Honduras"	Saúde	07/08/2007	Em Vigor
Declaração do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República de Honduras sobre Cooperação Técnica na Área de Produção e Uso de Etano Combustível	Declaração Conjunta	07/08/2007	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras	Consultas Diplomáticas	07/08/2007	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática da Secretaria de Relações Exteriores da República de Honduras	Academias Diplomáticas	07/08/2007	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil o Governo da República de Honduras Sobre Cooperação no Domínio da Defesa	Defesa e Assuntos Militares	27/07/2007	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica Brasil- Honduras para Implementação do Projeto Capacitação em Manejo da Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga	Agricultura	09/02/2006	Em Vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.	Cooperação Técnica - Energia - Meio Ambiente	13/09/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo, por Troca de Notas, para a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Vistos e Imigração	12/08/2004	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns	Vistos e Imigração	12/08/2004	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha	Comissão Mista	28/08/1981	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, sobre Cooperação no Campo das Comunicações entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras	Meios de Comunicação	20/05/1981	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras	Declaração Conjunta	11/06/1976	Em Vigor

Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras	Cooperação Científica e Tecnológica	11/06/1976	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio	Comissão Mista	17/07/1971	Em Vigor
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Hondurenhos	Cooperação Artístico-cultural	17/07/1971	Em Vigor
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras	Declaração Conjunta	17/07/1971	Em Vigor
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República de Honduras	Cooperação Artístico-cultural	22/10/1957	Em Vigor
Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República de Honduras Administrativo para troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, por Via Comum.	Malas Diplomáticas	22/01/1952	Em Vigor
Convenção de Arbitramento entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República de Honduras.	Arbitragem e Conciliação	26/04/1909	Em Vigor

EMBAIXADA EM TEGUCIGALPA
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA

Transmito, a seguir, Relatório de Gestão simplificado. Destacam-se as principais atividades realizadas pela Embaixada em Tegucigalpa, assim como as dificuldades enfrentadas, e apresentam-se sugestões para o próximo representante do governo brasileiro neste país:

INTRODUÇÃO

2. Em 28 de junho de 2009, o então presidente José Manuel ("Mel") Zelaya foi deposto pelos militares e levado a exílio na Costa Rica. Desde o princípio, o governo brasileiro condenou a ação e exigiu a restituição do mandatário a seu cargo. De igual maneira, o Brasil foi um dos mais ativos defensores da suspensão de Honduras da Organização dos Estados Americanos (OEA), o que de fato veio a ocorrer em julho de 2009 e perdurou até junho de 2011. Assumiu interinamente a chefia do país o então presidente do Congresso Roberto Micheletti, que se manteve no poder até a assunção, em janeiro de 2010, do presidente eleito Porfirio ("Pepe") Lobo, candidato do partido Nacional.

3. A chegada dos nacionalistas ao poder representou um alto custo para as relações do Brasil com este país. O apoio prestado a Zelaya pelo governo brasileiro na época e o fato de o ex-presidente ter-se abrigado na embaixada brasileira durante quatro meses acabaram por singularizar o Brasil e geraram resistências no novo governo hondurenho. Em abril de 2016, quando de minha chegada ao posto, pude constatar essa persistente reação negativa por parte de vários interlocutores oficiais. Dessa forma, o início de minha gestão foi dedicado a restaurar os laços bilaterais.

POLÍTICA INTERNA

4. Durante décadas, a tradição política hondurenha foi o bipartidarismo, marcado por um revezamento entre os partidos Liberal e Nacional no poder. A chegada de Juan Orlando Hernández (conhecido pela sigla JOH) à presidência e sua reeleição, a despeito de a Constituição hondurenha de 1982 proibir a continuidade do mandato, deram aos nacionalistas um inédito terceiro mandato seguido (um de Pepe Lobo e dois de

JOH), que se encerrará em janeiro de 2022. Em 28 de novembro de 2021 ocorrerão eleições gerais para presidente da República, 128 deputados, 298 prefeitos, 2092 vereadores e 20 deputados para o PARLACEN (Parlamento Centro-Americano).

5. Em 2011, o ex-presidente Mel Zelaya, que havia sido eleito como candidato do partido Liberal, promoveu um cisma naquela agremiação política e criou o partido de esquerda Libertad y Refundación (LIBRE). Nas eleições de 2013, Xiomara Castro, esposa de Zelaya, foi postulada como a candidata do partido, que se transformou na segunda força eleitoral do país. Este ano, Castro foi novamente indicada a representante do Libre no pleito de novembro.

6. Outra força política é Salvador Nasralla, que começou a ganhar espaços desde 2013. Nas eleições de 2017, Nasralla aliou-se ao partido Libre e candidatou-se como representante da "Alianza de Oposición Contra la Dictadura". Perdeu para JOH por uma diferença de votos de 1,5%. Na realidade, as eleições de 2017 foram marcadas por suspeitas de fraudes que garantiram a vitória do candidato situacionista. A Missão de Observação Eleitoral da OEA questionou os resultados, e o Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, chegou a exigir a realização de nova eleição presidencial. Não obstante, o apoio dos EUA à candidatura de JOH foi fundamental para a manutenção do questionado resultado. Em 2021, Nasralla conseguiu criar seu próprio partido, Salvador de Honduras (PSH), mas acabou abrindo mão de sua candidatura ao acertar uma aliança com o Libre.

7. Segundo as últimas pesquisas eleitorais, Xiomara Castro estaria poucos pontos à frente do nacionalista Tito Asfura. Esse quadro indefinido, aliado aos problemas verificados no processo eleitoral atual, deixa antever a possibilidade de crise. As novas cédulas de identidade ainda não foram totalmente distribuídas (de um total de 5,3 milhões, ainda falta entregar quase 1 milhão), o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) ainda não conseguiu contratar a empresa responsável pela transmissão dos dados, e o Tribunal de Justiça Eleitoral (TJE) ainda não conta com a aprovação, pelo Congresso, da nova Lei Processual Eleitoral.

a) Principais ações realizadas:
A Embaixada envia à Secretaria de Estado, com regularidade, informações atualizadas sobre a situação política hondurenha. Ademais, analisa as principais tendências, acompanha as atividades dos principais atores políticos e sugere ao Itamaraty linhas de ação mais adequadas. Integra, ainda, grupo restrito de análise da situação política interna,

juntamente com os embaixadores dos EUA, Espanha, União Europeia, ONU e OEA.

b) Principais dificuldades encontradas:
Em Honduras, a dinâmica dos três Poderes tende a desestabilizar a vida política, ao não propiciar o fortalecimento das instituições democráticas e da segurança jurídica necessária. Ao mesmo tempo, os principais veículos de comunicação são controlados por políticos ou grandes empresários vinculados à elite que comanda o país. Dessa forma, torna-se mais difícil a obtenção de informações fidedignas.

c) Sugestões para o novo titular:
Diante dessa realidade, é fundamental o estabelecimento de uma rede de contatos com interlocutores locais confiáveis, sobretudo com integrantes da sociedade civil e de think tanks independentes, além do corpo diplomático estrangeiro.

POLÍTICA EXTERNA

8. A política externa hondurenha está essencialmente atrelada aos EUA, país que detém influência significativa nos assuntos de Honduras. Desde 1984, os Estados Unidos mantêm uma base aérea no território hondurenho, conhecida como "Força-Tarefa Conjunta Bravo", subordinada ao Comando Sul dos EUA.

9. Desde 2014, mais de vinte hondurenhos já foram extraditados para os EUA, por seu envolvimento com o narcotráfico. Por sua posição estratégica, entre as áreas produtoras da Colômbia e os pontos de destino nos EUA, Honduras transformou-se em principal rota do tráfico de entorpecentes nas Américas. O controle desse mercado por gangues hondurenhas, muitas vezes aliadas a cartéis mexicanos e colombianos, trouxe enorme prejuízo às instituições democráticas do país.

10. Outra questão a atrelar os governos de Tegucigalpa e Washington é a migração irregular. Calcula-se que cerca de 10% da população hondurenha tenha saído do país nos últimos anos. As causas desse êxodo são multidimensionais, passando pela miséria, insegurança, falta de oportunidades, corrupção e outros males. Como parte do Triângulo Norte da América Central (Honduras, El Salvador e Guatemala), o país é um exportador líquido de seus cidadãos, além de servir de passagem para migrantes procedentes do Caribe e África.

11. Honduras também participa do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA). Depois dos EUA, a América Central é

o principal parceiro comercial deste país. Os problemas comuns, em especial com El Salvador e Guatemala, requerem ações conjuntas para enfrentar os dilemas que afligem ao Triângulo Norte.

12. Cabe destacar ainda o reconhecimento de Taiwan pelo governo hondurenho. A cooperação internacional é um dos pilares da política externa hondurenha. EUA, Espanha, União Europeia e Taiwan são os principais doadores de recursos e cooperação técnica.

13. Outro aspecto é a fragilidade do país no campo ambiental. Honduras é um dos países mais vulneráveis do mundo às mudanças do clima. Nesse contexto, o governo hondurenho vem realizando gestões para que o país tenha acesso aos Fundos Verdes.

a) Principais ações realizadas:
A Embaixada tem acompanhado as relações bilaterais dos principais parceiros de Honduras. Nesse sentido, participa dos eventos do corpo diplomático e integra grupos de análise específicos. Atua, igualmente, em conjunto com seus pares no sentido de estimular ações do governo hondurenho em favor da democracia, do fortalecimento das instituições nacionais e do respeito aos direitos humanos, sempre com o cuidado de não interferir na soberania do país.

b) Principais dificuldades encontradas:
As dificuldades de obtenção de informações confiáveis têm requerido a participação da Embaixada em eventos específicos de análise da realidade hondurenha, assim como sua integração a grupos de atores como o G-16 (que reúne os principais países cooperantes com Honduras) e o GRULAC (grupo latino-americano).

c) Sugestões para o novo titular:
A participação no G-16 tem-se revelado estratégia fundamental para um adequado acompanhamento do que ocorre neste país.

ECONOMIA HONDURENHA

14. Durante o período 2016-2019, a economia hondurenha apresentou a segunda maior taxa de crescimento da América Central (3,6%), atrás apenas do Panamá. Essa expansão, entretanto, não foi suficiente para tirar o país do posto de segunda menor renda per capita da América Latina pelo critério de paridade de poder de compra (US$ 5.690), em patamar semelhante ao de Nicarágua e Venezuela, e superior apenas ao do Haiti.

15. Como efeito desse quadro, é intensa a migração, em especial para os EUA e Espanha. Os emigrados respondem, com suas remessas desde o exterior, por mais de 20% do PIB local. A economia caracteriza-se por elevada concentração de renda. A baixa diversificação produtiva, a dependência energética de combustíveis fósseis e a deficiente inserção no comércio internacional impedem melhorias no desempenho econômico.

16. Em 2020, o PIB hondurenho encolheu quase 9%, a maior recessão desde a década de 1960, em decorrência da pandemia de covid-19 e das tempestades tropicais Eta e Iota. A produção retornou, dessa forma, aos patamares em que se encontrava em 2016. O superávit das maquilas, principal força exportadora industrial do país, foi reduzido à metade, caindo de quase US$ 3 bilhões em 2019 para US$ 1,57 bilhão no ano seguinte. Ao mesmo tempo, Honduras registrou o segundo menor fluxo de investimento estrangeiro direto na América Central em 2020, superando apenas a Nicaragua. O mercado laboral hondurenho também encolheu no ano passado, elevando o número de desempregados a quase 450 mil. Com isso, a taxa de desemprego aberto, que não leva em consideração trabalhadores informais, subiu de 5,7% para 10,9%.

17. Para este ano, o Banco Central de Honduras (BCH) prevê crescimento da economia entre 3,2% e 5,2%. O desempenho no primeiro semestre, entretanto, ficou aquém do esperado.

18. As reservas internacionais do país subiram a US$ 8,13 bilhões em 2020, graças fundamentalmente às remessas da diáspora hondurenha. As contas externas e a situação fiscal, no entanto, persistem como fatores de preocupação. Com a recuperação do consumo, o déficit da balança comercial voltou a subir, atingindo US$ 3,4 bilhões no primeiro semestre de 2021, um aumento de 79% em relação ao ano anterior.

a) Principais ações realizadas:
A Embaixada manteve informes regulares à Secretaria de Estado sobre a situação da economia hondurenha.

b) Principais dificuldades encontradas:
A despeito de o BCH divulgar sistematicamente quadros estatísticos sobre a economia, algumas vezes os números apresentados deixam dúvidas quanto à sua exatidão. Nesse contexto, torna-se importante acompanhar os registros feitos por instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o FMI, além de órgãos regionais como o Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE).

c) Sugestões para o novo titular:
Manter contato com as instituições financeiras internacionais acreditadas em Honduras (BM, BID, BCIE), assim como organismos do sistema das Nações Unidas aqui lotados (como PNUD, FAO, PMA), uma vez que estes órgãos mantêm dados atualizados sobre o país.

RELAÇÕES BRASIL-HONDURAS

19. Como mencionado na introdução, as relações bilaterais sofreram com a interrupção dos contatos entre Brasil e Honduras a partir de 2009. Somente em 2012 os vínculos entre ambos os países foram retomados, com a visita ao Brasil de delegação hondurenha liderada pelo então chanceler Arturo Corrales. Pouco a pouco, foi sendo superado o distanciamento entre as capitais, com o comércio bilateral, que havia praticamente estagnado, voltando a atingir seus patamares tradicionais. A partir da assunção do ex-presidente Michel Temer, registraram-se diversos encontros de alto nível à margem de reuniões multilaterais, visitas de autoridades militares hondurenhas ao Brasil e do então chanceler Ernesto Araújo a Honduras.

20. Outros aspectos das relações bilaterais são igualmente detalhados nas seções sobre comércio bilateral, cooperação técnica e serviços consulares, mais adiante.

a) Principais ações realizadas:
Ademais do trabalho regular de acompanhamento da situação socioeconômica e política de Honduras, entre outras questões, a Embaixada participou de eventos oficiais, reuniões com autoridades locais e estrangeiras, gestões e outras atividades, de modo a defender os interesses do Brasil, manter em bom estado os vínculos com os principais atores do país e obter informações, em primeira mão, sobre as posições e ações adotadas pelo governo local. De igual maneira, buscou identificar as principais oportunidades para o Brasil. Entre outras tarefas, promoveu/divulgou a cultura, a ciência e os produtos brasileiros junto à comunidade local. Em fevereiro de 2019, realizou-se visita do então chanceler brasileiro a Honduras, fato que não ocorria desde o início dos anos 1970. A Embaixada desenvolveu também laços estreitos com as autoridades militares hondurenhas, no intuito de gerar oportunidades para empresas brasileiras que atuam nos setores de tecnologia e aeronáutico, como a EMBRAER, a Avionics e a Cruzeiro.

b) Principais dificuldades encontradas:
Como visto anteriormente, quando de minha chegada no posto em

abril de 2016, os laços bilaterais mantinham-se quase que em stand by. A situação requereu ação mais proativa por parte da Embaixada no sentido de serem retomados os contatos. A pandemia, contudo, reduziu significativamente o nível de atividades presenciais, só retomadas a partir do segundo semestre de 2021. De igual maneira, a crise sanitária afetou os trabalhos de cooperação técnica levados a efeito pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Do lado hondurenho, a falta de recursos também impediu, nos últimos anos, o cumprimento integral dos compromissos assumidos pelo governo local em termos de contrapartida à cooperação brasileira.

c) Sugestões para o novo titular:
Com a imunização massiva no Brasil e a aceleração do processo de vacinação contra a covid-19 em Honduras, vêm melhorando as condições para uma retomada dos contatos entre as autoridades de ambos os países. Tornam-se agora viáveis visitas de autoridades hondurenhas ao Brasil, a partir da assunção do novo governo local no final de janeiro de 2022. De igual forma, é importante reestimular as atividades da cooperação técnica entre os dois países, assim como as realizadas em nível trilateral (com Japão, EUA e FAO), bem como as relações militares.

COMÉRCIO BRASIL-HONDURAS E INVESTIMENTOS BILATERAIS

21. A balança comercial bilateral é historicamente superavitária para o Brasil. Em 2020, foram exportados US$ 103 milhões para Honduras, ao passo que as importações somaram apenas US$ 10,8 milhões. Até setembro de 2021, os resultados são, respectivamente, de US$ 119,2 milhões e 14,7 milhões, o que já denota maior recuperação das atividades comerciais bilaterais depois da queda verificada durante a pandemia de covid-19. Os principais produtos vendidos pelo Brasil são máquinas agrícolas, materiais de construção e papel e cartão. Honduras constitui, assim, mercado interessante para produtos manufaturados brasileiros. No tocante às importações brasileiras, têm destaque resíduos de metais não ferrosos e equipamento para distribuição de energia elétrica.

22. No que respeita aos investimentos, empresas como a Ambev (principal acionista da 'Cervecería Hondureña', maior e mais tradicional produtora de cerveja e refrigerantes no país) e a construtora Queiroz Galvão têm operações no país centro-americano. Foram igualmente acertados acordos para o fornecimento de ônibus coletivos brasileiros, que deverão ser utilizados em Tegucigalpa e San Pedro Sula.

Proposta de acordo comercial Mercosul-Honduras
23. Em resposta à consulta feita conjuntamente pelos governos brasileiro, argentino e uruguaio sobre eventual interesse em estabelecer acordo com o Mercosul de forma individual (e não como bloco centro-americano), o governo hondurenho respondeu, preliminarmente, de forma positiva. Entretanto, pressões por parte de empresários protecionistas levaram Honduras a indicar que as dificuldades geradas pela crise sanitária não favoreceriam, neste momento, eventuais negociações nesse sentido. A proposta poderia, no entanto,ser considerada no futuro.

a) Principais ações realizadas:
A Embaixada tem procurado defender os interesses dos produtores brasileiros, de modo a garantir-lhes oportunidades no mercado hondurenho e, indiretamente, facilitar seu acesso ao mercado norte-americano, uma vez que Honduras integra acordo de livre comércio entre os EUA e os países centro-americanos e a República Dominicana (conhecido pela sigla CAFTA-DR). De igual forma, tem prestado assistência aos investidores brasileiros, inclusive intermediando o acesso dos empresários nacionais às autoridades hondurenhas.

b) Principais dificuldades encontradas: Algumas gestões feitas pela Embaixada esbarram na resistência de produtores locais, que pretendem manter seus monopólios em determinados setores. De igual forma, são impostas barreiras, em alguns casos, com o argumento de medidas fitossanitárias.

c) Sugestões para o novo titular:
Buscar alianças com concorrentes locais para suspender as barreiras impostas. No que se refere ao acordo com o Mercosul, é fundamental dar prosseguimento às gestões conjuntas com Argentina e Uruguai junto às autoridades locais, tão pronto o nível da economia hondurenha registre melhoras no período pós-pandemia.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

24. Durante minha gestão, foi possível dar continuidade e ampliar o histórico de cooperação entre Brasil e Honduras. O relacionamento na área dá-se tanto no plano bilateral quanto no trilateral, e abarca campos diversos como saúde, agricultura, segurança alimentar e nutricional, segurança cidadã, educação (concessão de bolsas de estudo para graduação/pós-graduação), militar, entre outros.

25. Em junho de 2019, realizou-se em Tegucigalpa a VII reunião bilateral do GT de Cooperação Técnica, que avaliou de

maneira positiva os projetos desenvolvidos em Honduras com capacitação brasileira, coordenada pela ABC. Na ocasião, foi definida a implementação de cinco novos projetos (capacitação virtual de funcionários públicos, manejo de cadeia de frio em plantas agroindustriais, capacitação de bombeiros, irrigação e hortas familiares, e inspeção sanitária e qualificação em transfusão de sangue).

26. Na área de cooperação educacional, o Brasil oferece uma média de 30 bolsas anuais a estudantes hondurenhos em universidades nacionais, para os Programas de Estudante Convênio/Graduação (PEC-G) e Pós-graduação (PEC-PG). Atualmente, Honduras é o maior recipiendário de bolsas acadêmicas do Brasil. De igual maneira, a embaixada tem contribuído regularmente com o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), que distribui bolsas com base em convênio com a OEA. Encontra-se também em fase de conclusão o acordo entre o GCUB e a Universidade Nacional Autónoma de Honduras (UNAH), principal instituição acadêmica e responsável pelas diretrizes de todo o sistema educacional de nível superior em Honduras, que propiciará bolsas de pós-graduação no Brasil. No que concerne ao campo militar, atualmente há cinco cadetes hondurenhos nas academias militares brasileiras das três forças.

27. O Brasil mantém projetos trilaterais com a FAO no setor de alimentação escolar. Os programas, desenvolvidos com capacitação brasileira e recursos da Organização, têm proporcionado sensível melhora na alimentação de crianças em escolas primárias dessas localidades, inclusive em comunidade indígena da etnia Pech. Em movimento inédito em Honduras, elogiado pelo PNUD, esses programas estimulam a participação direta das comunidades locais e incentivam a agricultura familiar nesses municípios.

28. No que concerne à cooperação na área de saúde, o Brasil tem ajudado na formação de rede de bancos de leite humano e de bancos de sangue, proporcionando melhor distribuição dessas unidades pelo país, antes concentradas apenas em Tegucigalpa e San Pedro Sula.

29. No campo da cooperação agrícola, o Brasil prestou importante contribuição com o fornecimento de sementes fortificadas da EMBRAPA, resistentes ao calor das regiões áridas do sul de Honduras, permitindo assim o aumento da produtividade agrícola local.

30. No que concerne à cooperação humanitária, apraz-me recordar a ajuda que o Brasil enviou a Honduras por ocasião

das tormentas tropicais Eta e Iota, no final de 2020. Com os US$ 25 mil disponibilizados pela ABC, foi possível montar e entregar mil cestas básicas às populações mais atingidas pelo desastre natural.

a) Principais ações realizadas:
A Embaixada manteve acompanhamento das principais áreas de interesse do governo hondurenho para a cooperação internacional e auxiliou a ABC na realização de dois encontros bilaterais (em 2016 e 2019), que definiram a pauta da cooperação técnica em andamento entre ambos os países.

b) Principais dificuldades encontradas:
A pandemia forçou a suspensão temporária de diversos programas. A limitação do orçamento da ABC também trouxe alguma racionalização para os projetos ora em curso. De igual forma, as dificuldades enfrentadas pelo governo hondurenho, que acabaram por impedir o cumprimento, por Honduras, de compromissos assumidos nos acordos de cooperação técnica, levaram ao cancelamento de alguns projetos e/ou retardaram sua implementação.

c) Sugestões para o novo titular:
O retorno a uma situação de relativa normalidade, com a redução do número de casos de covid-19, propiciará oportunidades para a retomada dos programas de cooperação técnica bilateral e trilateral. O volume da cooperação militar também torna recomendável o estabelecimento de adidância militar em Honduras.

ASSISTÊNCIA CONSULAR

31. A Embaixada manteve serviço permanente de atenção a brasileiros e estrangeiros que necessitaram de apoio consular. Inclusive durante a pandemia, foi mantido sistema de atendimento especial, de forma virtual ou presencial, com os devidos protocolos de segurança sanitária. Realizei reunião com a comunidade brasileira residente no norte do país. Em vista das dificuldades relatadas por aquele grupo, propus a abertura de um consulado honorário em San Pedro Sula, iniciativa aprovada pela Secretaria de Estado e formalmente implementada em setembro de 2018.

a) Principais ações realizadas:
Durante toda a pandemia, as atividades do setor consular da Embaixada foram essenciais ao apoio sistemático à comunidade brasileira em Honduras. Em abril de 2020, a Embaixada teve participação ativa na organização de voo de repatriação de brasileiros que se encontravam impedidos de regressar ao

Brasil pela suspensão de transporte aéreo entre os países. A iniciativa permitiu não apenas o retorno de mais de 40 brasileiros, como de nacionais chilenos e uruguaios, que também se encontravam retidos em Honduras. Por sua vez, a designação de cônsul-honorário em San Pedro Sula mostrou-se decisão acertada e permitiu apoio constante aos brasileiros residentes no norte do país. O setor consular da Embaixada também sofreu reformas, de modo a permitir o atendimento ao público de forma mais segura e prática.

b) Principais dificuldades encontradas:
A necessidade de deslocamento a Tegucigalpa, para contar com serviços consulares, por parte dos brasileiros que vivem no norte de Honduras, gera dificuldades para essa comunidade. A logística de transporte entre San Pedro Sula e a capital hondurenha é relativamente eficiente, mas a malha rodoviária para a região litorânea do Caribe é deficiente, o que encarece e dificulta o traslado.

c) Sugestões para o novo titular:
O mandato do cônsul honorário foi estendido até 2024. Aproveitar a estrutura posta à disposição pelo cônsul para apoio à comunidade brasileira é fundamental. Durante a pandemia, foi possível agilizar a vacinação contra a covid-19 de brasileiros residentes no norte de Honduras. Em face das dificuldades de deslocamento entre o litoral norte e a capital, talvez seja recomendável a realização de consulado itinerante naquela localidade.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM TEGUCIGALPA, HONDURAS

Candidata MSC ANDREA SALDANHA DA GAMA WATSON

PERFIL DA CANDIDATA



Nascida em 7/9/1961 em Berna (Suíça), a Ministra de Segunda Classe Andrea Saldanha da Gama Watson é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (1984).

Ingressou na carreira diplomática em 1994. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 2003 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2014, com a tese "*O Brasil e as Restrições às Exportações*".

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi assessora da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (1995-1999) e do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2003-2006), chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial (2014-2016) e diretora-adjunta da Agência Brasileira de Cooperação (2016). Além do Itamaraty, atuou como assessora internacional do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2011-2013).

No exterior, serviu na Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra (1999-2003) e na Embaixada do Brasil em Buenos Aires (2006-2011). Desde 2018 é cônsul-geral do Brasil em Cochabamba, na Bolívia.

Sua trajetória diplomática demonstra sua capacidade para defesa e promoção dos interesses brasileiros como embaixadora em Honduras.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.

---

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Promover os interesses e a cooperação do Brasil e dos brasileiros em Honduras por meio de uma ação diplomática bem estruturada, dinâmica e atenta para as complexidades e desafios locais.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações, em coordenação com parceiros locais e internacionais, que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com Honduras, sempre em atenção aos imperativos da cooperação para o progresso dos povos e a prevalência dos direitos humanos, levando em conta também necessidades de desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a cooperação brasileira em Honduras.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil.
3. Promover assistência consular qualificada à luz dos desafios locais.

4. Ampliar a influência do Brasil nas tratativas com autoridades nacionais e parceiros internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais com Honduras e com demais países da América Central.
6. Intensificar a promoção de produtos, da imagem e da cultura brasileira em Honduras.
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Prestar assistência aos empresários brasileiros;

2) Atender às consultas recebidas tanto por parte de empresas brasileiras quanto hondurenhas sobre oportunidades de negócios;

3) Dar conhecimento à SERE e a outros órgãos brasileiros pertinentes, além de prestar assistência a empresas locais que enfrentam dificuldades com alguns poucos fornecedores brasileiros que não cumprem seus compromissos, zelando assim pelo bom nome do país;

4) Defender os interesses de produtores brasileiros quanto ao acesso ao mercado hondurenho, sobretudo à luz de barreiras indevidas aplicadas por associações de classe hondurenhas;

5) Programar a instalação da Câmara de Comércio Brasil-Honduras, suspensa por conta da pandemia;

6) Retomar as negociações para eventual acordo entre o MERCOSUL e Honduras;

7) Promover exportações de arroz brasileiro;

8) Atrair investimentos brasileiros na área de fabricação de cachaça;

9) Estimular a cooperação na área de café, melão, cítricos, manga, tilápia, feijão, arroz e milho.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Quantidade de informações e serviços prestados pela embaixada no campo comercial;

2) Número de encontros e reuniões com empresas, câmaras e associações empresariais;

3) Número de eventos organizados ou com participação da embaixada;

4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial;

5) Número de documentos preparados pela embaixada sobre a situação socioeconômica de Honduras, com dados estatísticos;

6) Número de oportunidades comerciais identificadas;

7) Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras.

II - Relações políticas bilaterais;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Municiar a SERE com informações atualizadas e fidedignas sobre os mais variados temas da realidade hondurenha;

2) Defender e/ou promover os interesses brasileiros junto ao governo local, ao setor privado e à sociedade em geral;

3) Manter boas relações e contatos permanentes com as principais autoridades do país;

4) Trabalhar em conjunto com o corpo diplomático acreditado em Honduras.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de comunicações trocadas com a SERE;

2) Regularidade dos informes enviados;

3) Número de gestões junto à chancelaria local e a outras autoridades dos âmbitos público e privado;

4) Número de notas trocadas com a chancelaria hondurenha;

5) Número de candidaturas brasileiras apoiadas pelo governo local.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Realizar gestões junto às autoridades hondurenhas em defesa de candidaturas brasileiras a organismos internacionais;

2) Acompanhar a atuação em Honduras das organizações internacionais;

3) Coordenar posições com o governo local em temas regionais de interesse do governo brasileiro.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de expedientes enviados à Secretaria de Estado;

2) Número de gestões (por nota verbal ou pessoais) em favor dos candidatos brasileiros.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Fortalecer a imagem do Brasil no campo da música, cinema e literatura.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de eventos e atividades culturais para promoção da cultura e da imagem do Brasil;

2) Número de parcerias com meios de comunicação locais para promover a cultura e o turismo no Brasil;

3) Número de contatos e reuniões com atores públicos e privados ligados às atividades acima elencadas.

4) Número de participantes, ouvintes, assistentes ou beneficiados de alguma forma pelas atividades realizadas.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Promover a cooperação com Honduras na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental;

2) Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental;

3) Explorar a possibilidade de desenvolver projeto de cooperação técnica na área de plantas exóticas entre o Jardim Botânico de Brasília e o Jardim Botânico Lancetilla, de Honduras, sob os auspícios da Agência Brasileira de Cooperação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Envolver a Embrapa e outros possíveis parceiros para identificar potenciais projetos de cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de reuniões/contatos com autoridades locais, setor privado e organizações da sociedade civil para fins de promoção de parcerias e possibilidades de atuação conjunta.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

ii) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Promover o idioma português, preservar a imagem do Brasil e divulgar sua cultura em Honduras;

2) Expandir os cursos de português como língua estrangeira nas universidades e centros de estudo hondurenhos. Atualmente, o idioma português é ensinado na Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH), na Universidad Pedagógica (UNPFM) e na Academía Europea;

3) Explorar a possibilidade de eventual doação, pelo Brasil, de vacinas contra covid-19;

4) Dar continuidade à participação da embaixada em eventos universitários de divulgação das bolsas de estudo brasileiras e de promoção da língua portuguesa;

5) Estimular a cooperação educacional, buscando novas formas de concessão de bolsas de estudo;

6) Buscar alternativas para incremento da concessão de bolsas de estudo, como o acordo entre o Grupo Coimbra e a UNAH.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de alunos nos diversos níveis e cursos;

2) Número de eventos universitários de que participa a embaixada;

3) Número de eventos culturais promovidos pela embaixada;

4) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Identificar, estimular e acompanhar projetos de cooperação bilateral/ trilateral, propiciando oportunidades de capacitação prestada pelo Brasil.

2) Identificar oportunidades de cooperação que atendam aos interesses do país receptor;

3) Identificar áreas de excelência no Brasil para cooperação com as instituições locais;

4) Estimular a retomada dos projetos em execução, parcialmente interrompidos pela pandemia ou dificuldades locais;

5) Sugerir à ABC a abertura de novos nichos de cooperação bilateral.

6) Retomar os projetos da ABC já em andamento, que se encontram paralisados (“Práticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil em Honduras”, “Apoio técnico para implantação de dois bancos de leite humano em Honduras” e “Desenvolvimento de capacidades na gestão da saúde mental”).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de projetos levados a efeito em determinado período;
2) Número de reuniões do GT de Cooperação Técnica;
3) Número de comunicações com a SERE sobre os temas de cooperação.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Prestar assistência consular aos cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito por Honduras e aos hondurenhos e outros estrangeiros que viajem ao Brasil a turismo, estudo ou negócios, com atenção especial nesse momento de crise sanitária;
2) Aperfeiçoar ainda mais o atendimento no setor consular da embaixada em Tegucigalpa;
3) Organizar a votação, em Honduras, da eleição presidencial brasileira de 2022, de acordo com as instruções do TSE;
4) Manter apoio à comunidade brasileira no norte do país, com a ajuda do cônsul-honorário em San Pedro Sula, Mario Roberto Faraj;
5) Organizar o apoio e atendimento consular aos estudantes hondurenhos que recebem bolsas de estudo para universidades brasileiras.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de atendimentos ao público: passaportes, vistos, registros civis, procurações, entre outros;
2) Número de repatriações e auxílios;
3) Número de eleitores cadastrados no pleito brasileiro de 2022.

SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

SF/21901.63018-56

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 67, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Honduras*.

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora ANDRÉA SALDANHA DA GAMA WATSON, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Honduras.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A indicada é filha de Sérgio da Veiga Watson e Lêda Saldanha da Gama Watson e nasceu em 1961 em Berna, Suíça.

Em 1995, graduou-se no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também no Instituto Rio Branco, em 2003 concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata e, em 2014, o Curso de Altos Estudos, tendo defendido tese intitulada "O Brasil e as Restrições às Exportações". Na área acadêmica, a diplomata é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas, São Paulo, em 1984.

A diplomata indicada tornou-se Terceira-Secretária em 1995 e Segunda-Secretária em 2000. Por merecimento, ascendeu a Primeira-Secretária em 2004; a Conselheira em 2007; e a Ministra de Segunda Classe em 2014. Em 2021 passou para o Quadro Especial.

Em sua carreira, desempenhou importantes funções, entre as quais a de assessora internacional do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de 2011 a 2013; chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial, entre 2014 e 2016; diretora-adjunta da Agência Brasileira de Cooperação, de 2016 a 2018; e cônsul-geral no Consulado-Geral em Cochabamba, de 2018 até o presente.

Além do currículo da diplomata indicada e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Honduras. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, sua política interna e externa, e economia.

Brasil e Honduras estabeleceram relações diplomáticas em 1906. Em 1953, a delegação brasileira em Tegucigalpa, aberta em 1951, foi elevada à condição de embaixada.

As relações bilaterais foram marcadas, em anos recentes, pelo relevante papel exercido pelo Brasil por ocasião da grave crise política decorrente da destituição do ex-presidente Manuel Zelaya, em 2009, a qual gerou profunda divisão em Honduras, característica que permanece elemento central do panorama político do país.

As iniciativas bilaterais de interlocução política, cooperação e empréstimos para obras de infraestrutura foram interrompidas no período 2009-2011, mantendo-se apenas as atividades consulares e administrativas da representação brasileira em Honduras.

SF/21901.63018-56

SF/21901.63018-56

Com o retorno do ex-presidente José Manuel Zelaya a Tegucigalpa, em maio de 2011, a assinatura do Acordo de Reconciliação Nacional ("Acordo de Cartagena") e a readmissão de Honduras na OEA, as relações entre o Brasil e o país centro-americano foram formalmente retomadas, com a nomeação de Embaixadores.

A mudança do Executivo brasileiro, em agosto de 2016, e o reconhecimento da reeleição de Juan Orlando Hernández pelo Governo brasileiro, em fevereiro de 2018, constituíram ponto de inflexão que abriram novas perspectivas para o relacionamento bilateral, até então mantido, basicamente, por meio das atividades de cooperação técnica.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Honduras tem como amparo jurídico o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, firmado em 11/06/1976 e promulgado em 31/01/1977.

Outra substantiva forma de cooperação dá-se no plano trilateral. Entre todas, destaca-se primordialmente a cooperação Brasil-Honduras-FAO, no campo do "Programa de Alimentação Escolar". O projeto piloto, que teve início em três municípios hondurenhos do estado de Lempira, foi ampliado para 116 municípios e atende hoje a meio milhão de estudantes carentes. O programa garante a produção de alimentos sadios para as crianças, baseada na agricultura familiar de cada região. Promove ainda a construção de refeitórios e cozinhas nas escolas, o que propicia aos estudantes condições dignas de alimentação.

Em 2020, o comércio entre Brasil e Honduras totalizou US$ 113,1 milhões. As exportações brasileiras somaram US$ 103,2 milhões, ao passo que as importações brasileiras totalizaram US$ 9,9 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram ladrilhos e placas (lajes); tratores; papel e cartão. Já os principais produtos importados de Honduras pelo Brasil foram: alumínio; fios e cabos; trapos e cordas têxteis.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SF/21901.63018-56

6

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2021

(nº 592/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAIMUNDO CARREIRO SILVA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 592

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, parágrafo único, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RAIMUNDO CARREIRO SILVA**, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RAIMUNDO CARREIRO SILVA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de novembro de 2021.

EM nº 00254/2021 MRE

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, parágrafo único, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RAIMUNDO CARREIRO SILVA** para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Portuguesa, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RAIMUNDO CARREIRO SILVA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 939/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 22 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAIMUNDO CARREIRO SILVA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 22/11/2021, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3020556** e o código CRC **618060A6** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009083/2021-25 SEI nº 3020556

366 Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

CURRICULUM VITAE
RAIMUNDO CARREIRO SILVA

DADOS PESSOAIS E FORMAÇÃO ACADÊMICA

Nascido em Benedito Leite (MA), em 06 de setembro de 1948, é filho de Salustiano Carreiro Varão e Maria Pinheiro da Silva.

É casado com Maria José Ávila e tem três filhos.

Formado em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, em 1981, foi funcionário público do Senado Federal até sua aposentadoria como Analista Legislativo em 2007. Exerceu a advocacia de 1982 a 1995.

HISTÓRICO PROFISSIONAL

Em 2007, é escolhido pelo Senado Federal e nomeado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Foi Vice-Presidente do TCU no biênio 2015/2016 e Presidente daquele Tribunal no biênio 2017/2018.

Cargos efetivos exercidos no Senado Federal:
- Analista Legislativo, área de Orçamentos Públicos
- Técnico em Legislação e Orçamento
- Assistente Legislativo

Funções de confiança exercidas no Senado Federal:
- Secretário-Geral da Mesa a partir de 2/2/1995
- Diretor da Secretaria de Comissões
- Secretário-Geral da Mesa-Adjunto

Funções exercidas no Poder Executivo:

- Vice-Presidente do Conselho Consultivo da ANATEL

- Membro do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

Outras funções:
- Secretário da Comissão Representativa do Congresso Nacional

ARTIGOS PUBLICADOS

Depoimento – Notas históricas sobre a Constituição de 1988

- Revista de Informação Legislativa, ano 56, nº 222, abril/junho -2019

Trinta anos de consolidação democrática

- Constituição da República: um projeto de nação, Homenagem aos 30 anos - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO

Cursos ministrados no Senado Federal:
- “Noções de Processo Legislativo”
- "Aspectos Práticos de Tramitação Legislativa"
- "Administração Legislativa"

CONDECORAÇÕES

- Grão-Colar da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios
- Ordem do Mérito Aeronáutico - Grau de Comendador
- Medalha Mérito Tamandaré - Ministério da Marinha
- Medalha do Pacificador - Ministério do Exército
- Ordem do Rio Branco - Grau de Grande Oficial - Ministério das Relações Exteriores
- Ordem do Mérito das Forças Armadas - Grau de Oficial
- Ordem do Congresso Nacional – Grau de Grande-Oficial - promoção
- Ordem do Mérito Militar – Grau de Grande-Oficial - promoção
- Ordem do Mérito de Brasília – Grau Grã-Cruz – promoção
- Ordem do Mérito da Defesa – Grau de Grande-Oficial
- Ordem Nacional do Mérito Educativo – Grau Grã-Cruz
- Cidadão Honorário de Brasília
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Grau Grã-Cruz – promoção

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DIVISÃO DE EUROPA-III

PORTUGAL







Ostensivo
Novembro de 2021

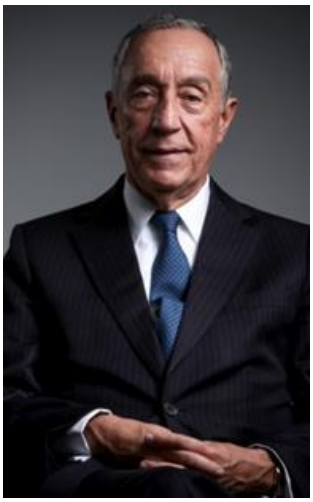
DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Portuguesa
CAPITAL	Lisboa
ÁREA	92 mil km²
POPULAÇÃO	10,287 milhões de habitantes
GENTÍLICO	Português
IDIOMAS	Português
RELIGIÃO	Catolicismo (84,5%); nenhuma (13%); outras religiões cristãs (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	Republicano Parlamentarista ou "Semipresidencialista"
LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia da República)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Marcelo Rebelo de Sousa (desde 2016, reeleito em 2021)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro António Costa (desde 2015)
CHANCELER	Augusto Santos Silva (desde 2015)
PIB NOMINAL (2020)	US$ 231,3 bilhões (FMI)
PIB PPP (2020)	US$ 350,2 bilhões (FMI)
PIB NOMINAL *PER CAPITA* (2020)	US$ 22.490 (FMI)
PIB PPP *PER CAPITA* (2020)	US$ 34.040 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	4,4% (2021, est); -7,6% (2020); 1,9% (2019); 2,4% (2018); 3,5% (2017); 2,0% (2016); 1,8% (2015)
IDH (2020)	0,864 - 38º lugar (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020)	82,1 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2019)	99,66%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020)	7,0% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR NO BRASIL	Luís Filipe Melo e Faro Ramos
COMUNIDADE BRASILEIRA	183.993 (regulares, segundo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2020).

ESTIMADA										
EMBAIXADOR EM PORTUGAL					Carlos Alberto Simas Magalhães					
	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	2.894,9	2.623,5	1.938,3	2.156,7	1.629,8	1.294,2	2.259,3	2.313,0	1.923,0	2.317,4
Exportações	2.054,8	1.624,6	854,2	1.060,2	819,9	654,5	1.432,6	1.454.6	1.165,1	1.634,8
Importações	840,1	998,9	1.084,1	1.096,5	809,9	639,7	826,7	858,4	758,2	682,6
Saldo	1.214,6	625,7	-229,9	-36,2	10,0	14,7	605,9	596,2	406,9	952,2

US$ milhões (FOB)

PERFIS BIOGRÁFICOS

MARCELO REBELO DE SOUSA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA



Nasceu em Lisboa, em 12 de dezembro de 1948. Seu pai, Baltazar Rebelo de Sousa, havia sido Ministro de Saúde e Assistência, das Corporações e da Previdência Social e do Ultramar entre 1970 e 1974.
Bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, da qual é professor catedrático, desenvolveu também carreira no jornalismo, tendo sido diretor do jornal "Expresso" (1980-1983) e comentarista político em canais de televisão (2000-2015). Casado, tem dois filhos e cinco netos. Integrou o Partido Social-Democrata (centro) de 1974, ano da Revolução dos Cravos até 2015. Presidiu o partido entre 1996 e 1999. Exerceu as funções de: Deputado constituinte (1975); Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (1981); ministro dos Assuntos Parlamentares (1982); Deputado europeu (1997-1999); Conselheiro de Estado (2000-2001 e 2006-2016). Foi eleito Presidente em 24 de janeiro de 2016, com apoio do PSD, mas com plataforma eleitoral independente. Em 2021, foi reeleito para mais um mandato de 5 anos.

ANTÓNIO LUÍS SANTOS DA COSTA
PRIMEIRO-MINISTRO



Nasceu em Lisboa, em 17 de julho de 1961. Graduou-se em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e fez pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa. Filiou-se à Juventude Socialista (JS) em 1975, aos 14 anos. Em novembro de 2014, tornou-se Secretário-Geral do Partido Socialista (PS). Exerceu as funções de Deputado (1991-2009), Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (1995-1997), Ministro dos Assuntos Parlamentares (novembro de 1997), Ministro da Justiça (1999-2002), líder da bancada do PS na Assembleia da República (2002-2004), Deputado e Vice-Presidente do Parlamento Europeu (2004-2005), Ministro de Estado e da Administração Interna (2005-2007) e Prefeito de Lisboa, por três mandatos (2007-2015). Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em 26 de novembro de 2015. Com a vitória parlamentar do PS em 2019, manteve-se no cargo. É considerado político habilidoso, tendo demonstrado em diversas ocasiões a capacidade de promover convergências. Em 1989, foi um dos responsáveis pela negociação da aliança entre o PS e o Partido Comunista Português (PCP), que conduziu Jorge Sampaio à Prefeitura de Lisboa (1989-2001). O PM António Costa já anunciou que não pretende demitir-se do cargo e que liderará novamente o PS nas eleições vindouras, em 30/1/2022, quando buscará uma "maioria reforçada, estável e duradoura".

AUGUSTO SANTOS SILVA
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



Nasceu no Porto, em 20 de agosto de 1956. Graduado em História, é doutor em Sociologia e professor na Universidade do Porto. Na juventude, militou em grupos de filiação comunista. Membro do Partido Socialista desde 1990, Deputado desde 1995, foi Ministro da Educação (2000-2001), da Cultura (2001-2002), dos Assuntos Parlamentares (2005-2009) e da Defesa (2009-2011). Tomou posse como Ministro dos Negócios Estrangeiros em novembro de 2015. Conhecido por suas firmes posições europeístas, sua nomeação representou sinalização do Primeiro-Ministro António Costa em favor dos compromissos de Portugal com a UE e a OTAN. Tem vários livros publicados, nas áreas da sociologia e das ideias políticas, sendo os mais recentes: "Os valores da esquerda democrática: vinte teses oferecidas ao escrutínio público" (2010) e "A sociologia e o debate público: estudos sobre a relação entre conhecer e agir" (2006).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais mantêm padrão histórico de densidade, beneficiando-se do reconhecimento proporcionado por governo e sociedade portugueses. Desempenham papel significativo na política de Portugal e, em especial, nas relações com a Europa, com a OCDE e com os países de língua portuguesa. Criam, outrossim, oportunidades diversificadas de convergência no plano multilateral.

Visitas de Alto Nível

O então Vice-Presidente Michel Temer visitou Portugal em abril de 2015. A vinda ao Brasil, em 2016, do Presidente Marcelo Rebelo e do Primeiro-Ministro António Costa, durante os Jogos Olímpicos, deu ímpeto às relações bilaterais, com retomada das cimeiras que haviam sido interrompidas no governo anterior.

Ainda em 2016, os dois mandatários portugueses participaram, em Brasília, da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (31/10 e 1/11/2016) e da XII Cimeira Bilateral Brasil-Portugal (1/11/2016). A realização, em Brasília, em 2016, da XII Cimeira Brasil-Portugal, após hiato de três anos, foi indicação positiva do interesse brasileiro em conferir mais densidade e volume ao relacionamento bilateral. A próxima Cimeira está prevista para 2022, em Portugal.

Em 10/1/2017, o então Presidente Temer encontrou-se, em Lisboa, com o Presidente Marcelo Rebelo, por ocasião das exéquias do ex-Presidente e ex-Primeiro-Ministro Mário Soares. Em junho daquele ano, o Presidente Marcelo Rebelo e o Primeiro-Ministro António Costa estiveram no Rio de Janeiro e em São Paulo, para participar das comemorações da data nacional portuguesa (10 de junho – Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas). Em 29 e 30/8/2017, o então Presidente Michel Temer realizou escala em Lisboa, a caminho da China, e manteve encontro com o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa. O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva esteve no Brasil por três vezes em 2017: em 29/3 e 19/7, para reuniões com o então Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes, em Brasília; e em 22 a 25/11, para

contatos com a comunidade portuguesa e encontros empresariais no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 21/3/2018, no contexto da realização do 8º Fórum Mundial da Água, a Secretária de Estado Teresa Ribeiro foi recebida, em Brasília, pelo ex-Chanceler Aloysio Nunes. Os presidentes e chanceleres dos dois países participaram, em julho de 2018, da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Cabo Verde. Em 10/10/ 2018, o então Ministro Aloysio Nunes reuniu-se com seu homólogo em Lisboa.

O Presidente Rebelo de Sousa esteve em Brasília para a posse do Presidente Jair Bolsonaro, ocasião em que mantiveram reunião bilateral. Ainda em 2019, o Secretário de Estado da Internacionalização de Portugal, Eurico Brilhante Dias, manteve encontro com o ex-Secretário-Geral Otávio Brandelli. Manteve encontro também nos ministérios da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, reuniu-se com seu homólogo português em 2019, em Mindelo, Cabo Verde, à margem da XXIV reunião do Conselho de Ministros da CPLP. Em sintonia com a revitalização das relações bilaterais em diversas áreas, o Ministro da Defesa de Portugal, João Gomes Cravinho, realizou visitas ao Brasil em 11/9/2019 e também em 10/2/2020. Adicionalmente, o então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, participou, em 28/5/2019, de evento do governo português sobre desafios globais.

Em 2020, houve comunicações telefônicas entre os Ministros de Relações Exteriores, em maio, e participação no IX Encontro "Triângulo Estratégico: América Latina-Europa-África", em julho. No mês de novembro, o ex-Secretário-Geral do MRE manteve ligação telefônica com o MNE acerca de temas consulares. Ainda em novembro daquele ano, houve nova visita do Secretário de Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, que manteve reunião com o ex-Ministro Ernesto Araújo, assim como com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, e com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina. Em outubro último, esta visitou Portugal, quando cumpriu densa agenda e se reuniu com a Ministra da Agricultura portuguesa, Maria do Céu Antunes.

Em janeiro de 2021, o Chanceler português Augusto Santos Silva manteve videoconferência com o ex-Ministro Ernesto Araújo, bem como participou de videoconferência com o Chanceler Carlos França pouco depois de sua nomeação. O Secretário de Internacionalização de Portugal,

Eurico Brilhante Dias, realizou nova visita ao Brasil entre 24 a 26 de maio último. Entre 31 de maio e 3 de junho, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, viajou a Lisboa, onde participou da cerimônia de inauguração do cabo Ellalink e encontrou-se com o Ministro da Economia e Transição Digital português, Pedro Siza Vieira.

Entre 30 de junho e 2 de julho de 2021, o Ministro Carlos França realizou vigem a Lisboa. Durante a estada em Portugal, o Ministro encontrou-se com o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, e reuniu-se com os Ministros de Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e do Meio Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, além de ter participado de evento com empresários portugueses. Ocorreram também encontros do Ministro Carlos França com o Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Embaixador Francisco Ribeiro Telles, e com representantes dos demais países membros daquela organização.

O Presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, acompanhado do Ministro de Negócios Estrangeiros, realizou visita ao Brasil entre 30 de julho e 2 de agosto de 2021. Marcelo Rebelo manteve encontro com o Presidente Jair Bolsonaro, quando examinaram a reativação dos mecanismos de diálogo bilateral, em preparação para a próxima Cimeira Brasil-Portugal e as celebrações do bicentenário da Independência em 2022.

Acordo Mercosul-UE

Portugal teve papel fundamental para a conclusão das negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-UE. Nelas se engajou para sensibilizar os parceiros europeus para a troca de ofertas entre os blocos. Em 20/6/2019, os líderes de Portugal, Alemanha, Espanha, República Tcheca, Letônia, Suécia e Países Baixos subscreveram carta de apoio ao acordo. Durante a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, houve diversas manifestações de apoio ao acordo birregional por autoridades portuguesas.

COMUNIDADE BRASILEIRA

A comunidade brasileira em Portugal é uma das maiores no mundo. É composta, sobretudo, por estudantes e profissionais liberais. Existem representações consulares brasileiras em Lisboa, Porto e Faro. Em números

totais, os nacionais que contam com residência oficial em Portugal totalizaram 183.993 ao término de 2020 (105.423 em 2018). Representam 27,8% dos residentes estrangeiros em Portugal, número que cresce e se acelera.

POLÍTICA INTERNA

O governo do Partido Socialista foi inicialmente viabilizado no Parlamento pelos partidos de esquerda (Bloco de Esquerda – BE –, Partido Comunista Português – PCP – e Partido Ecologista "Os Verdes") e empossado em 26 de novembro de 2015, obtendo, posteriormente, vitória parlamentar nas eleições de 10 de outubro de 2019. O atual governo foi o primeiro com apoio de partidos à esquerda do PS, os quais, no entanto, não integravam o gabinete governamental. O acordo segmentado entre as esquerdas rendeu ao arranjo governativo o apelido de "geringonça". Após as eleições legislativas de 2019, com obtenção de 106 assentos (maioria parlamentar seria de 116), o PS não renovou a "geringonça" – coalizão governamental com outros partidos de esquerda.

Desde sua posse como Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa tem adotado discurso de independência, conciliação e afastamento das disputas partidárias, contribuindo para a longevidade da atual solução governativa. Ademais, tem bom relacionamento pessoal com o Primeiro-Ministro António Costa, que foi seu aluno na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Em janeiro de 2021, Rebelo manteve sua popularidade e favoritismo, sendo reeleito para o cargo de Presidente da República com 60,7% dos votos, seguido por Ana Gomes (PS - 12,97%) e André Ventura (Chega! - 11,90%). Apesar da abstenção de cerca de 60,51%, Marcelo Rebelo obteve mais votos do que em 2016.

Ao longo de 2021 desenhou-se cenário de instabilidade política que culminou com a rejeição, em 27 de outubro, por parte da Assembleia da República, da proposta do governo de Orçamento de Estado para 2022. Em consequência, o PR Rebelo, citando "divergências inultrapassáveis" que dividiram a base de apoio governista, procedeu à dissolução do parlamento e à convocação de eleições legislativas antecipadas, a serem realizadas na data de 30 de janeiro de 2022. O PM António Costa já anunciou que não pretende demitir-se do cargo e que liderará novamente o PS nas eleições vindouras, quando buscará uma "maioria reforçada, estável e duradoura".

Ainda não está definido quem liderará o Partido Social Democrata (PSD), maior força de oposição e partido de origem do Chefe de Estado, que realizará eleições diretas em 4 de dezembro. O cargo de presidente do partido é postulado tanto pelo atual titular, o Deputado Rui Rio, como pelo Eurodeputado Paulo Rangel.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa portuguesa tem suas áreas prioritárias de atuação nos eixos europeu, atlântico, lusófono e, mais recentemente, também no eixo mediterrâneo. O Ministro Augusto Santos Silva tem propugnado voz mais ativa da diplomacia portuguesa nos foros de que participa e a valorização institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O alcance desse segundo objetivo tem sido facilitado por sua precedência entre os Ministros – a segunda figura do governo, após o PM António Costa.

Santos Silva tem reiterado a vocação histórica de Portugal, muito viva na identidade nacional, de estabelecer pontes entre a Europa e os outros continentes, manifestando a intenção de trabalhar pelo aprofundamento das relações com o Mediterrâneo e o Norte da África e com o Atlântico Sul – tanto a América Latina quanto a África Ocidental.

O relacionamento com os países sócios da União Europeia (UE) ocupa lugar central na agenda externa portuguesa, em virtude da importância do bloco para o desenvolvimento do país nas últimas décadas. Em todas as áreas do governo, as autoridades portuguesas apresentam discurso alinhado pró-UE. Em diversas ocasiões, os mandatários expressaram que o bloco tem contribuído significativamente para a construção da democracia e para a consolidação do desenvolvimento econômico e social da região, além de ressaltarem que Portugal tem mantido o "espírito construtivo" a favor da integração europeia.

Entre janeiro e junho de 2021, Portugal exerceu a presidência rotativa do Conselho da Europa, ocasião em que privilegiou esforços para promover a recuperação econômica pós-pandemia, o desenvolvimento social e o fortalecimento da Europa no cenário internacional, como região "autônoma e aberta ao mundo". Foi a quarta vez que o país exerceu a

Presidência do Conselho, tendo assumido a posição em 1992, 2000 e 2007. Como destaques das presidências anteriores, em 1992 houve assinatura do Tratado de Maastricht e do Acordo para o Espaço Econômico Europeu, em 2000 ocorreram a I Cúpula UE-África e a assinatura do Acordo de Cotonou entre países ACP e EU e, por fim, em 2007, destacaram-se a I Cúpula Brasil-UE, assim como a redação e assinatura do Tratado de Lisboa.

A cooperação entre os países lusófonos e a afirmação global da língua portuguesa são consideradas estratégicas para a política externa. O eixo lusófono credencia Portugal, dentro e fora da Europa, como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa, em especial de Angola, de Moçambique e do Brasil. Trata-se do espaço em que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de programas estratégicos de cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões.

A importância das comunidades portuguesas no exterior justificou a criação de um eixo autônomo da política externa portuguesa, responsável por contribuir para o bem-estar desses grupos e por explorar rede privilegiada de influência, para a promoção de interesses políticos, econômicos e culturais de Portugal. A fim de compreender a dimensão deste fenômeno, vale ressaltar que, atualmente, cerca de um terço dos portugueses e indivíduos com direito à cidadania portuguesa residem fora de Portugal. Acrescente-se que existem dez comunidades com mais de 120.000 pessoas espalhadas pelo mundo, dispersas por três continentes (Europa, África e América), além de populações relevantes na Ásia e Oceania. Quatro Deputados da Assembleia da República foram eleitos pelas comunidades portuguesas no exterior.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

ECONOMIA

O consenso político vigente desde a democratização do país, em 1974, impôs a todos os governos a construção de um estado de bem-estar social, com a consequente expansão do gasto público.

Em 2011, o país viu-se na contingência de adotar um rigoroso programa de austeridade, sob a supervisão da "troika", constituída pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia. Executado até 2014, o programa implicou elevados cortes de gastos, privatizações e aumentos de impostos, com a gradual melhora da maior parte dos indicadores.

Foi nesse cenário, com a recuperação já em curso, que o atual governo socialista de António Costa foi empossado, em 25 de novembro de 2015. Desde o princípio, a administração buscou seguir um receituário que se notabilizou pelo rigor no controle das despesas. O déficit fiscal continuou a reduzir-se, oscilando entre -3% em 2017 (o pior resultado) ao excedente de 0,2% afinal registrado em 2019.

Esse receituário garantiu ao país alguns anos de relativa bonança econômica, em que se chegou mesmo a postular a existência de um "modelo português" que aliasse rigor fiscal à proteção aos setores desfavorecidos. Fruto e coroação desses esforços, Portugal encerrou o ano fiscal de 2019 com um diminuto superávit orçamental, da ordem de 0,2% do PIB. Embora seja uma cifra modesta, tratou-se do primeiro resultado positivo desde 1973 (portanto antes da democratização do país).

O quadro, no entanto, alterou-se à medida que a pandemia da Covid-19 afetou uma a uma as economias europeias, causando grandes estragos também em Portugal. Para além das vulnerabilidades próprias da economia portuguesa, parte substancial do agravamento deveu-se à deterioração econômica nos principais parceiros comerciais do país. Os mercados comunitários representam 75% das vendas externas de Portugal, e a isso há de se somar a brutal contração no setor do turismo.

Segundo dados oficiais, o PIB caiu -7,6% em 2020. Apesar de o número representar uma retração histórica, causou certo alívio por representar cifra melhor do que as perspectivas de queda de -9,3%, do relatório econômico da Comissão Europeia, e de -10%, do FMI. De acordo com dados recentes do Eurostat, teria havido contração de -6,8% do PIB da Zona Euro e -6,4% do PIB da União Europeia em 2020 – ou seja, apesar do resultado acima do esperado, Portugal situa-se entre os países europeus que sofreram impacto econômico acima da média no contexto da pandemia da Covid-19. Como esperado, a queda do PIB foi creditada pelo governo

português aos afeitos abruptos da pandemia sobre o setor do turismo, chave para a economia portuguesa, bem como sobre o consumo das famílias.

O Orçamento de Estado vigente contém a previsão de crescimento do PIB de +5,4% em 2021 (as estimativas oficiais estão em +4,9% em 2022, +2,8% em 2023, +2,4% em 2024, e +2,2% em 2025). A Comissão Europeia, por sua vez, prevê crescimento do PIB de +3,9% em 2021 e +5,1% em 2022. O crescimento português está abaixo daquele estimado para a Eurozona em 2021 (de +4,8%).

O relatório de verão da Comissão Europeia afirma que "a economia portuguesa está no caminho de uma sólida recuperação a partir do segundo trimestre de 2021, a par do relaxamento das restrições no âmbito da pandemia". Segundo o documento, o PIB português atingiria o nível pré-pandemia em meados de 2022, numa trajetória semelhante às de Espanha e França, mas mais lenta do que as da Irlanda, Polônia e Romênia.

Outro componente a incidir sobre a flutuação do PIB será, naturalmente, a evolução do comércio exterior. Em 2020, as exportações portuguesas registraram queda de -10,2%, na comparação com 2019, alcançando a cifra de EUR 53,7 bilhões (ou US$ 64,7 bilhões). Já as importações portuguesas contraíram-se em 15,2%, registrando-se aquisições de EUR 67,8 bilhões (ou US$ 81,7 bilhões). Com esses resultados, Portugal registrou déficit comercial de EUR 14,1 bilhões (ou US$ 17 bilhões), o que não destoa de seu histórico recente de comprador líquido de bens.

Além disso, o envelhecimento da população também causa pressões sobre o sistema previdenciário e os custos laborais. O país possui baixa taxa de natalidade e esperança média de vida de 81,9 anos. Igualmente, o desemprego entre jovens (18,2% em 2019, acima da média de 14,4% da União Europeia) é grave preocupação para as autoridades locais.

Por outro lado, há grande expectativa em relação aos fundos do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) da União Europeia. No âmbito deste programa, estão previstos desembolsos da ordem de EUR 16,6 bilhões até 2026 (dos quais EUR 13,9 bilhões a fundo perdido e EUR 2,7 bilhões em empréstimos). O plano português prevê concentração de investimentos nas áreas da infra-estrutura, da "transição verde" e da "transição digital". Nesse sentido, o governo português criou o Fundo de

Capitalização de Empresas, com capital de EUR 1,3 bilhão e duração prevista de dez anos, com recursos provenientes do PRR.

COMÉRCIO BILATERAL

Pelo lado brasileiro, as perspectivas que se abrem de retomada do crescimento econômico, com o encaminhamento das reformas em curso, somadas ao processo já iniciado de internacionalização do setor produtivo nacional, tendem a reforçar tendências positivas no comércio bilateral. Nas duas pontas, haverão de verificar-se também os efeitos do acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia, que – quando efetivado – trará consigo a possibilidade de adensamento sem precedentes das relações econômicas entre Brasil e Portugal.

O comércio bilateral evoluiu de maneira irregular na última década, tendo registrado volume mínimo de US$ 1,29 bilhão em 2016 e máximo de US$ 2,9 bilhões em 2011. Em 2020, o intercâmbio comercial aumentou em 20,5% e alcançou US$ 2,31 bilhões, com exportações no montante de US$ 1,63 bilhão, representando crescimento de 40,3% em relação a 2019, enquanto as importações totalizaram US$ 682 milhões, com queda de 10% em relação a 2019. Desse modo, Portugal sagrou-se como 31º país de destino das exportações brasileiras e o 39º país de origem das importações brasileiras.

O Brasil é hoje um dos principais provedores de matérias-primas e bens intermediários para a indústria portuguesa. Com isso, altera-se o perfil das exportações brasileiras: produtos como o café, a madeira, o açúcar, o couro e o cacau, que eram dominantes no passado, vêm cedendo espaço a outros itens. Em 2020, a pauta exportadora brasileira foi composta principalmente por óleos brutos de petróleo (56%); soja (9%); milho (7,6%); produtos laminados de ferro ou aço (5,8%); e óleos combustíveis de petróleo (4,1%). Em volumes mais modestos, registram-se também vendas de ampla gama de produtos, que incluem alimentos, frutas tropicais, mobiliário, material elétrico, artigos de couro ou produtos eletrônicos.

Pelo lado das importações brasileiras, em 2020, o principal produto foi gorduras e óleos vegetais (42%); bebidas alcóolicas (9,8%), especialmente vinhos de mesa; peixes frescos ou congelados (7,1%); frutas

e nozes frescas ou secas (5%); e produtos da indústria de transformação (4,6%). As cifras do comércio bilateral têm sido magnificadas pelos números das transações intra-firma da petroleira GALP, cuja estratégia é de acumular estoques de petróleo bruto em suas refinarias portuguesas.

Entre janeiro e julho de 2021, houve crescimento de cerca de 28% da corrente de comércio (US$ 1,8 bilhão) e de 39% das exportações brasileiras (US$ 1,3 bilhão), com superávit brasileiro acumulado de US$ 849 milhões Os principais produtos exportados foram: óleos brutos de petróleo (63%), soja (15%) e óleos combustíveis de petróleo (2,8%). Registrou-se aumento de 65% das exportações de óleos brutos de petróleo e de 53% de soja.

INVESTIMENTOS

Estima-se que há, atualmente, cerca de 600 empresas de capital português atuando no Brasil. Segundo o Relatório de Investimentos Estrangeiros Direitos do Banco Central do Brasil, com dados consolidados até o final de 2019, Portugal figura na 16ª colocação (critério do controlador final) entre os países de origem de investimentos diretos no Brasil, com estoque de investimentos na casa dos US$ 10,7 bilhões, ou 6% do total dos investimentos portugueses no exterior. Essa cifra representa cerca de 1,7% do total de investimentos diretos no Brasil. Os investimentos portugueses concentram-se sobretudo no setor das indústrias extrativas, responsáveis por US$ 6 bilhões, ou 56% do total, como reflexo da atuação da estatal GALP em campos de extração de petróleo no Brasil. Destaca-se, ainda, o nível de investimentos no setor de eletricidade e gás, com quase US$ 1,7 bilhão, ou 16% do total, desta feita por conta das inversões da estatal EDP - Energias de Portugal. Por fim, o setor financeiro responde por US$ 643 milhões (6%); o de construção por US$ 572 milhões (5,3%); e as indústrias de transformação por US$ 535 milhões (5%).

Portugal, por sua vez, é o 12º destino dos investimentos diretos brasileiros no exterior, posição que se eleva quando se desconsideram países com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado. O relatório do Banco Central do Brasil demonstra o aumento dos investimentos brasileiros em Portugal, totalizando, ao final de 2019, US$ 3,82 bilhões, ou cerca de 1% do total dos investimentos brasileiros no exterior. Os investimentos brasileiros em Portugal concentram-se nos setores financeiro, imobiliário, cosméticos, metalomecânico, turismo, construção civil e saúde. Com os recentes movimentos do Itaú e do Bradesco, além da

presença consolidada do Banco do Brasil, em breve os três maiores bancos brasileiros se farão presentes em Portugal, o que poderá também facilitar atividades de financiamento de exportações.

Em relação aos projetos na carteira do PPI, Portugal figura como 7º maior investidor quando considerados investimentos potenciais (estimados em US$ 2,22 bilhões). A participação do país concentrou-se nas rodadas de licitações de blocos de óleo e gás (PETROGAL), nos leilões de Transmissão (EDP) e de Geração de Energia Nova e Renovável A-6 com fonte solar (Enerlife).

TURISMO

Segundo dados da EMBRATUR, o número de visitantes portugueses ao Brasil seria de aproximadamente 150 mil por ano (10º maior emissor). Em contrapartida, cerca de um milhão de turistas brasileiros iriam a Portugal anualmente. Portugal destaca-se como grande receptor de turismo internacional, sendo, de acordo com dados da Organização Mundial de Turismo (2019), o 17º maior receptor mundial. No mesmo ranking, o Brasil foi o 48º colocado.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1143	Fundação de Portugal por D. Afonso Henriques - Tratado de Zamora
1249	Fim da Reconquista cristã em Portugal
1297	Fixação das fronteiras - Tratado de Alcanices
1385	Batalha de Aljubarrota com Castela
1415	Conquista de Ceuta. Início da Expansão e das Descobertas
1419	Descoberta da Ilha da Madeira
1427	Descoberta do Arquipélago dos Açores
1456	Descoberta de Cabo Verde e da Guiné
1471	Descoberta de São Tomé e Príncipe
1419	Descoberta da Ilha da Madeira
1487	Passagem do Cabo da Boa Esperança
1494	Tratado de Tordesilhas
1498	Descoberta do caminho marítimo para a Índia

1500	Descoberta do Brasil
1697	Descoberta de ouro no Brasil
1703	Tratado de Methuen com a Inglaterra
1727	Introdução de café no Brasil
1755	2ª fase da industrialização do país pelo Marquês de Pombal / Terremoto em Lisboa
1807/10	Invasões francesas. Partida da família real para o Brasil
1820	Revolução Liberal
1822	Independência do Brasil
1828/34	Guerras Liberais
1910	Implantação da República
1926	Ditadura militar
1933	Estado Novo (Salazar)
1961	Início da guerra colonial (Angola, Moçambique, Guiné)
1962	Perda das feitorias na Índia - Goa, Moçambique, Guiné
1974	"25 de Abril" ("Revolução dos Cravos") - Início da II República
1975	Independência de Moçambique Independência de Cabo Verde Independência de São Tomé e Príncipe Independência de Angola
1976	Toma posse o I Governo Constitucional de Portugal
1986	Portugal entra na União Europeia
2002	O euro é adotado como moeda oficial.
2016	Início do mandato de Marcelo Rebelo de Sousa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1822	Declaração da Independência brasileira
1825	Reconhecimento da Independência brasileira por Portugal por meio do Tratado de Paz e Aliança
1991	Realização da I Cimeira Brasil-Portugal
1996	Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP
2000	Assinatura de Tratado de Cooperação, Amizade e Consulta
2003	Assinatura do Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas; do Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais; e do Acordo de Cooperação para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes
2011	Viagem da Presidente Dilma Rousseff a Portugal (29 e 30 de março)

2011	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (26 a 28 de julho)
2012	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (3 a 8 de setembro)
2013	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas (22 de maio)
2013	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, a Portugal (10 e 11 de abril)
2013	Visita da Presidente da República, Dilma Rousseff, a Portugal (10 de junho)
2013	Realização da XI Cimeira Brasil-Portugal (10 de junho)
2014	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, a Portugal (20 de março)
2015	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Machete (4 a 7 de maio)
2016	O Presidente Marcelo Ribeiro e o Primeiro-Ministro António Costa participam da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro.
2016	XII Cimeira Brasil–Portugal – Brasília, 1º de novembro
2017	Visita do Presidente Michel Temer a Portugal (10/1)
2017	Reuniões em Brasília entre os Chanceleres Augusto Santos Silva e Aloysio Nunes (29/3 e 19/7)
2017	O Presidente Marcelo Rebelo e o Primeiro-Ministro António Costa comemoram a data nacional portuguesa (10/6) junto às comunidades lusas no Rio de Janeiro e São Paulo
2019	Presença do Presidente Marcelo Rebelo na posse presidencial do Presidente Jair Bolsonaro.
2021	Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, a Lisboa, entre 30 de junho a 2 de julho.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data de celebração	Entrada em Vigor	Data de publicação
Protocolo Adicional ao Trabalho de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura	05/05/2017	nd	Enviado à Presidência da República para sanção

para a Infância e a Juventude			
Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	29/10/2005	01/11/2008	18/12/2008
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	13/10/2005	24/12/2009	06/10/2010
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	11/07/2003	05/12/2007	08/04/2008
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Serviços Aéreos	11/11/2002	03/01/2007	09/03/2007
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo, Técnico e de Apoio ou Serviço	05/09/2001	28/11/2004	04/02/2005
Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	16/05/2000	05/10/2001	14/11/2001
Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa	22/04/2000	05/09/2001	20/09/2001
Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países	20/07/1995	03/07/1997	25/07/1997
Protocolo de Alteração ao Acordo entre o Governo da República	10/10/1994	10/12/1995	29/03/1996

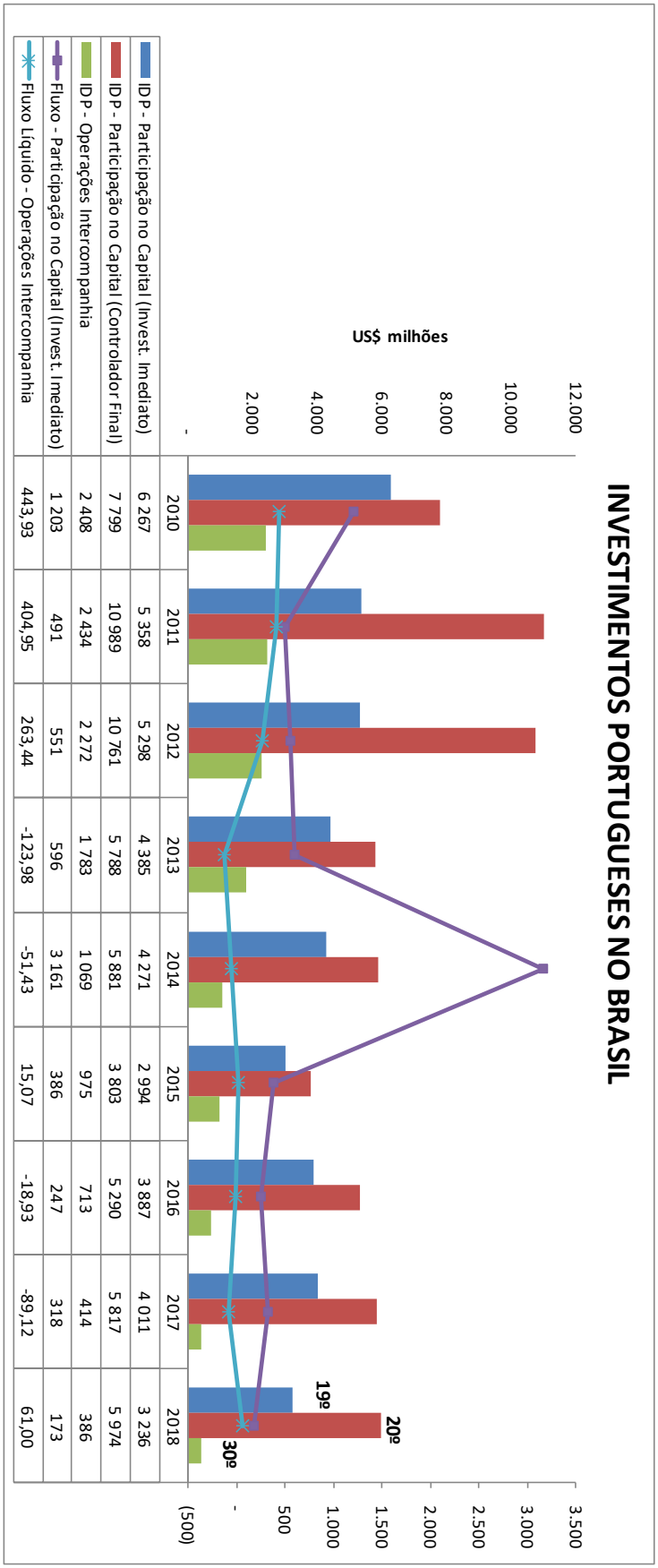
Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa sobre Transporte e Navegação			
Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	01/12/1994	01/12/1994
Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	01/12/1994	05/12/1994
Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	25/03/1995	18/04/1995
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa	07/05/1991	20/04/1994	05/07/1994
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Redução da Procura, Combate à Produção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Substâncias Psicotrópicas	07/05/1991	18/06/1995	11/09/1995
Acordo de Intercâmbio Cultural através da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca Nacional de Lisboa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	03/04/1987	03/04/1987	21/04/1987
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	05/05/1986	06/03/1990	13/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil	07/04/1983	07/04/1983	29/04/1983

Portugal de 07 de setembro de 1966, que põe em Vigor o Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Instituto de Investigação CientíficaTropical (IICT) de Portugal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.			
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa.	03/02/1981	04/06/1985	17/06/1985
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.	03/02/1981	17/06/1982	12/06/1982
Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	23/05/1978	23/09/1980	22/10/1980
Acordo de Comércio entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/09/1966	21/04/1968	07/05/1968
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa.	07/09/1966	16/12/1967	18/01/1968
Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.	18/06/1965	21/03/1968	16/04/1968
Convenção Ortográfica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República Portuguesa.	29/12/1943	01/01/1944	20/01/1944

Convenção Especial sobre Propriedade Literária e Artística entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República de Portugal.	26/09/1922	09/04/1924	12/04/1924
Convenção de Arbitramento entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Reino de Portugal.	25/03/1909	29/05/1911	04/06/1911

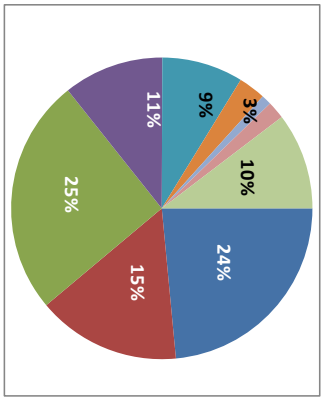
MAPA


Portugal
Fronteira internacional
Limite de distrito
Capital nacional
Sede de distrito
Grandes cidades
Ferrovia
Rodovia
Rios
0 25 50 km
Oceano Atlântico
Portugal
E S P A N H A
Golfo de Cadiz
Valença
Verin
Benavente
Bragança
Chaves
Viana do Castelo
Braga
Guimarães
Fafe
Zamora
Vila Real
Porto
Salamanca
Barca d'Alva
Viseu
Vilar Formoso
Aveiro
Ciudad Rodrigo
Guarda
Covilha
Figueira da Foz
Coimbra
Castelo Branco
Leiria
Tomar
Abrantes
Caceres
Trujillo
Caldas da Rainha
Valencia De Alcantara
Santarém
Portalegre
Merida
Mora
Estremoz
Badajoz
Lisboa
Vendas Novas
Barreiro
Almada
Setubal
Evora
Zafra
Alcacer do Sal
Grandola
Fregenal de la Sierra
Moura
Beja
Serpa
Sines
Sevilla
Vila Real de Santo Antonio
Ayamonte
Huelva
Portimão
Tavira
Utrera
Lagos
Faro
Sagres



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IDP - Participação no Capital (Invest. Imediato)	6 267	5 358	5 298	4 385	4 271	2 994	3 887	4 011	3 236
IDP - Participação no Capital (Controlador Final)	7 799	10 989	10 761	5 788	5 881	3 803	5 290	5 817	5 974
IDP - Operações Intercompanhia	2 408	2 434	2 272	1 783	1 069	975	713	414	386
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)	1 203	491	551	596	3 161	386	247	318	173
Fluxo Líquido - Operações Intercompanhia	443,93	404,95	263,44	-123,98	-51,43	15,07	-18,93	-89,12	61,00

Setor de atividade econômica *(Estoque 2018 - US$ milhões)*	**Invest. Imediato**	**Control. Final**
Eletricidade e Gás	548	**1 404**
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	955	**920**
Indústrias Extrativas	16	**1 517**
Atividades Imobiliárias	273	**643**
Indústrias de Transformação	526	**521**
Construção	194	**174**
Informação e Comunicação	64	**64**
Alojamento e Alimentação	115	**113**
Outros	545,00	**618,00**



IDP - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*		
	2010	**2015**
Investidor Imediato	813	1000 (5º)
Controlador Final	835	1045 (4º)

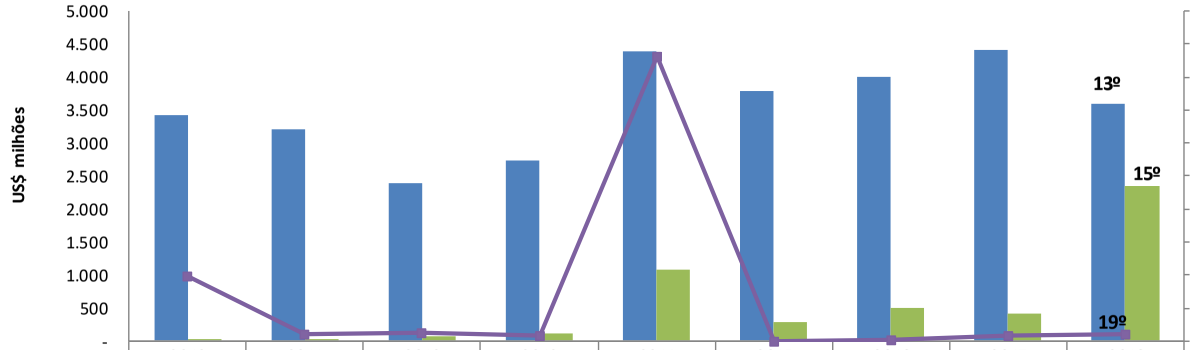
Fontes:

Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2018); Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;

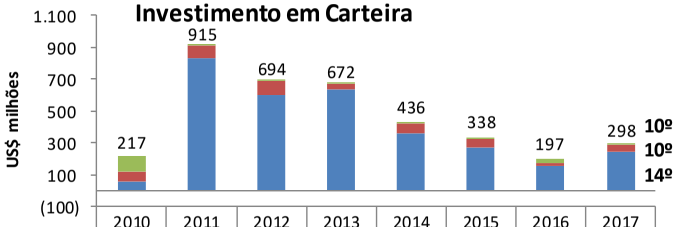
Elaboração DPIND/MRE

INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM PORTUGAL



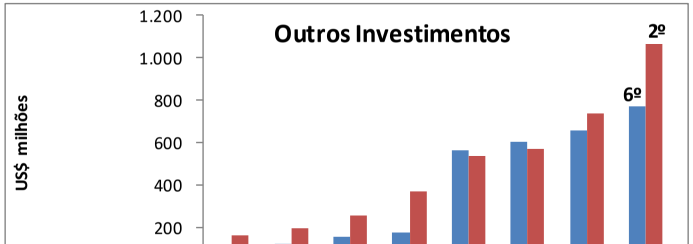
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IBD - Participação no Capital (Invest. Imediato)	3 418	3 202	2 390	2 742	4 391	3 785	4 000	4 410	3 591
IBD - Operações Intercompanhia	26	17	76	116	1 070	284	506	419	2 353
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)	974	97	128	91	4 313	-	16	86	101

Investimento em Carteira



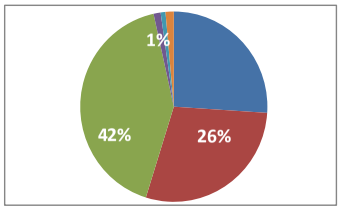
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Renda Fixa de Curto Prazo	93	2	5	3	17	11	20	4
Renda Fixa de Longo Prazo	66	84	88	34	58	56	20	53
Ações	58	829	601	635	361	271	157	241

Outros Investimentos



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moedas/Depósitos	111	122	150	176	562	605	654	772
Imóveis	160	194	252	368	533	570	738	1 065

IBD - Setor de atividade econômica *(2018 - US$ milhões)*	
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	935
Informação e Comunicação	1 034
Atividades Imobiliárias	1 497
Indústrias de Transformação	44
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	30
Outros	51,00



IBD - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*	
2010	**2017**
2 266	2560 (3°)

Fontes:

Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2018); Disponível em http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;

Elaboração DPIND/MRE

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA EM LISBOA
EMBAIXADOR CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES
2019-2021

Assumi a chefia da Embaixada do Brasil em Lisboa a 9 de dezembro de 2019. A 2 de março de 2020, o Governo português adotou um primeiro diploma legal relacionado aos impactos, que já se começavam a sentir em Portugal, da pandemia da covid-19. O cotejo das duas datas ilustra as condições inusuais e desafiadoras em que se desenvolveu a minha gestão à frente deste posto. Naturalmente, as restrições de toda ordem que se seguiram forçosamente impactariam a fluidez do relacionamento bilateral entre o Brasil e Portugal. A despeito disso, busquei manter a minha equipe engajada no encaminhamento das questões emergenciais, em primeiro lugar, mas também na ativa prospecção e exploração das oportunidades de diálogo e cooperação existentes. Os resultados parecem-me tão satisfatórios quanto seria lícito esperar, nas circunstâncias.

2. A relação entre o Brasil e Portugal, como se sabe, é particularmente densa, pela solidez dos laços históricos, econômicos e culturais a unir os dois povos. Este pano de fundo dava-nos as condições de avançar no sentido que me propus, a despeito do cenário desafiador, de modo que, superada a pandemia, pudéssemos avançar no adensamento dos laços de amizade e cooperação luso-brasileiros, sem jamais perder de vista o caráter instrumental que uma relação sólida com Portugal tem na consecução de outros objetivos nacionais (particularmente na União Européia e no mundo lusófono).

I. A - Conjuntura Política

3. No plano doméstico, minha gestão coincidiu com o XXII Governo Constitucional português, novamente liderado pelo Primeiro-Ministro António Costa, do Partido Socialista (PS). De cariz minoritário, o governo foi beneficiado pelo bom relacionamento entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República, professor Marcelo Rebelo de Sousa. Embora originário do PSD (centro-direita), Rebelo de Sousa atuou com firmeza, em seu papel de árbitro do sistema constitucional, na promoção da estabilidade política, especialmente no âmbito da crise pandêmica. Nesse contexto, António Costa chegou mesmo a apoiar discretamente a candidatura do Presidente à reeleição, no pleito de 28 de janeiro de 2021 -- a despeito da existência de uma candidata originária de seu próprio partido, a Embaixadora Ana Gomes. Marcelo Rebelo de Sousa foi reeleito com ampla margem e desfruta de elevados índices de popularidade.

4. No modelo constitucional português, de parlamentarismo com um Presidente da República que dispõe de competências robustas, a preeminência do Chefe de Estado tende a ser inversamente proporcional à solidez política do Governo. Com esse pano de fundo, era natural que a figura de Marcelo Rebelo de Sousa tendesse a fortalecer-se diante de um arranjo por natureza instável como foi a «geringonça».

5. O tensionamento do relacionamento do Partido Socialista (PS) com os antigos parceiros à esquerda culminou na rejeição do Orçamento de Estado para 2022, o que levou o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa a anunciar a dissolução da Assembléia da República e a convocação de eleições antecipadas para 30 de janeiro de 2022. Registre-se que, mesmo durante o atual contexto de crise política, esta Embaixada tem logrado

manter contatos de alto nível com as áreas relevantes do Governo português, de forma a dar continuidade às iniciativas de interesse mútuo.

I. B - Visitas Bilaterais

6. Apesar dos desafios impostos pela pandemia aos deslocamentos internacionais, foram realizadas diversas visitas oficiais, de lado a lado, de autoridades de ambos os Governos. Destaco, nesse contexto, a visita bilateral que fez a Lisboa o sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, a primeira que realizou à Europa, em julho último, na qual foi recebido para reuniões de trabalho pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e pelo Ministro do Ambiente e Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes. Na ocasião, participou, também, de encontro com representantes de empresas e associações empresariais representativas do relacionamento econômico e do intercâmbio comercial entre Brasil e Portugal, no qual ficou cristalino o anseio dos representantes do empresariado local de que o Acordo de associação entre o Mercosul e a União Européia possa entrar em vigor o mais brevemente possível. Todas as visitas realizadas, aliás, contribuíram para este objetivo fundamental: o de manter os atores relevantes do Governo e sociedade portugueses engajados neste que é hoje um de nossos principais objetivos compartilhados.

7. De resto, visitaram Portugal, no último par de anos, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias (outubro 2020); o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Cesar Pontes (junho 2021); o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga (Outubro 2021); e o Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Simonetti Marinho (novembro 2021). Esteve também em Portugal um número expressivo de parlamentares e ministros dos Tribunais Superiores, em demonstração da prioridade atribuída pelo Brasil às relações com Portugal. Singularizo, nesse contexto, o apoio logístico desta Embaixada para o IX Fórum Jurídico de Lisboa, organizado pelo Ministro Gilmar Mendes (15 a 17 de novembro de 2021), e os seminários a ele associados, organizados pelas Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, dedicados aos 25 anos da CPLP e à sustentabilidade do agronegócio brasileiro (11 e 12 de novembro de 2021).

8. Também o Governo português deu demonstrações da prioridade atribuída ao Brasil, aqui percebida como estrutural e independente de ciclos político-eleitorais. Mesmo com os desafios logísticos impostos pela pandemia, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa realizou, em agosto passado, visita oficial ao Brasil, durante a qual se reuniu com o sr. Presidente da República e outras altas autoridades e atores políticos e sociais de relevo. De resto, visitaram o Brasil o Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho (fevereiro 2020); o Secretário de Estado da Internacionalização, Dr. Eurico Brilhante Dias, em duas oportunidades (novembro 2020 e maio 2021); e a Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Berta Nunes, também em duas oportunidades (fevereiro 2020 e outubro 2021).

I. C - Diálogo Político

9. A estrutura do diálogo político entre o Brasil e Portugal é regida pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, de 22 de abril de 2002. Como ponto culminante desse diálogo estão as cimeiras entre Chefes de Governo, mas a condução algo mais técnica desse diálogo é responsabilidade da Comissão Permanente Bilateral (CPB), que deveria

reunir-se anualmente. Desde a assinatura daquele tratado, foram realizadas sete edições da cimeira, a última em 2016, em Brasília. Em 2022, a celebração do Bicentenário da Independência do Brasil poderia oferecer a oportunidade para a próxima cimeira, cogitada por ambas as partes desde 2018 e que deveria realizar-se, pela rotatividade das sedes, em Portugal. Neste ponto, será oportuno recordar que a VIII Reunião da Comissão Permanente Bilateral (Brasília, setembro 2019) decidiu pela desvinculação entre o calendário de realização da CPB e das Cimeiras, o que poderá facilitar o agendamento e a manutenção da periodicidade das reuniões.

10. Sob a égide da CPB, a Subcomissão de Educação e Reconhecimento de Graus e de Títulos reuniu-se, por videoconferência, a 25 de maio passado. Entre outros temas, debateu-se proposta brasileira de Acordo Bilateral sobre o Reconhecimento de Estudos em Nível Básico/Fundamental e Médio/Secundário. Também por videoconferência, realizou-se a 29 de outubro último reunião da Subcomissão de Assuntos Consulares e de Circulação de Pessoas, ocasião em que se discutiram soluções efetivas para problemas cotidianos constatados em domínios como o das Cartas de Condução e o da Subtração de Menores, bem como sobre a negociação em curso da Convenção para Evitar a Dupla Tributação.

11. Destaco, por fim, a realização de reunião virtual de Consultas Políticas Bilaterais (setembro de 2020), ocasião em que as delegações participantes de ambos os países puderam trocar impressões sobre assuntos da agenda internacional e definir estratégias de trabalho para os temas de interesse da relação bilateral.

II POLÍTICA EXTERNA, DEFESA E CANDIDATURAS

II.A - Política Externa

12. A política externa portuguesa tem nos eixos europeu, atlântico, lusófono e, mais recentemente, também no eixo mediterrâneo, suas áreas prioritárias de atuação. Sobre o eixo atlântico da política externa, o Governo português tem ampliado sua área de interesse na América do Sul, especialmente no tocante à Venezuela, onde reside numerosa comunidade portuguesa. Os Estados Unidos também são importante parceiro de Portugal, e é em boa medida o desejo português de preservar um relacionamento estreito com Washington, que estrutura a atuação de Portugal no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Quanto ao eixo lusófono, para além de sua forte atuação na CPLP e diversos projetos de cooperação em curso com os países que a compõem, Portugal tem procurado fortalecer as relações bilaterais especialmente com Moçambique e Angola.

13. Portugal tem alinhado seu discurso às diretrizes da União Européia em todas as áreas do Governo. No primeiro semestre de 2021, Portugal exerceu a presidência do Conselho da UE. Dentre as prioridades da presidência portuguesa, destacaram-se o fortalecimento do «pilar social» da UE (realizou-se Cimeira Social no Porto, em maio); a execução dos recursos do orçamento e dos fundos de recuperação face à pandemia; a autonomia estratégica da Europa nas cadeias de valor globais; e o papel que poderia desempenhar a UE no reforço do multilateralismo. Portugal também se esforçou para aproximar a UE de países de outras regiões, em particular da Índia e dos países lusófonos da África. Nesse contexto, a Embaixada em Lisboa manteve diálogo freqüente com interlocutores do Governo português a respeito desses temas e de prioridades brasileiras como o Acordo de Associação MERCOSUL-UE, a promoção comercial no setor aeronáutico, a

cooperação para a promoção da língua portuguesa e a cooperação para o combate à pandemia da covid-19.

II.B - Defesa

14. Na área da defesa, manteve-se um profícuo intercâmbio entre Brasil e Portugal nestes dois anos, a despeito das circunstâncias. O Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, visitou o Brasil entre 7 e 10 de fevereiro de 2020. Celebrou-se, na ocasião, o início da produção, em Portugal, de componentes para a aeronave militar de carga EMBRAER C-390, em fábricas da própria EMBRAER e da sua subsidiária OGMA na região do Alentejo.

15. O Brasil participou das discussões que levaram ao lançamento do «Atlantic Centre», a 14 de maio passado, na Ilha Terceira dos Açores. O centro pretende ser uma plataforma para discussões estratégicas e construção de capacidades em temas relacionados à segurança do espaço atlântico, e os setores relevantes do Governo brasileiro acompanharam de perto as discussões. Representante do Ministério da Defesa assinou, na ocasião, conjuntamente com 16 outros países, declaração política a favor da implementação do «Atlantic Centre» e do início de suas atividades como «think tank», tema a que Portugal dedicou prioridade no contexto de sua presidência do Conselho da UE.

II.C - Candidaturas

16. Brasil e Portugal mantiveram relação de apoio mútuo no que respeita a candidaturas em organismos internacionais. Portugal endossou, junto aos demais países da CPLP, a candidatura brasileira a assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2022-2023). Portugal também apoiou, durante minha gestão à frente da Embaixada, a candidatura brasileira ao Conselho de Operações Postais da União Postal Universal (UPU, 2021-2024); a candidatura do Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto ao Comitê de Contribuições das Nações Unidas (2021-2023); a candidatura brasileira à Comissão de Entorpecentes (CND, 2022-2025); a candidatura brasileira ao Comitê de Gestão da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP, 2022-2025); a candidatura do Professor George Rodrigo Bandeira Galindo à Comissão de Direito Internacional (CDI, 2023-2027); e a candidatura brasileira a Estado observador da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto.

III - PANDEMIA DA COVID-19 E DIPLOMACIA DA SAÚDE

III.A - Pandemia da Covid-19

17. Com a irrupção da pandemia da covid-19, parte significativa dos trabalhos de minha equipe teve de reorientar-se para as necessidades imediatas ocasionadas pela crise de saúde pública. A 19 de março de 2020, a Embaixada foi instruída a apoiar os esforços dos três consulados-gerais existentes em Portugal, no sentido de repatriar nacionais brasileiros retidos no país, devido aos cancelamentos de vôos comerciais. Já no dia seguinte, ponderei a conveniência da contratação de vôos "charter" para esse fim, uma vez que os escassos vôos previstos não dariam vazão ao fluxo represado de turistas retidos e imigrantes que desejavam retornar ao Brasil.

18. A partir de 18 de março de 2020, o Estado português adotou seguidas medidas unilaterais que obstaculizavam ou proscreviam os vôos comerciais entre o Brasil e Portugal. A partir de então, a Embaixada atuou junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Autoridade Nacional da Aviação Civil portugueses para obter autorizações excepcionais para dezenas de vôos operados por companhias privadas. Para lográ-lo, pedi fossem classificados como operações «humanitárias» «de repatriamento», nos termos exatos da legislação portuguesa. Estes esforços consumiram parte substancial do trabalho de minha equipe por mais de um ano: entre 19 de março de 2020 e 17 de abril de 2021, há registro de dezesseis pedidos nesses moldes, a maior parte deles englobando número substancial de vôos. Ao final, ter-se-ão beneficiado dos resultados vários milhares de nacionais brasileiros.

19. Para além disso, no entanto, dei seguimento aos esforços pela viabilização de vôos «charter», contratados pelo Estado brasileiro, em benefício de pessoas desvalidas ou que, de outro modo, não conseguiriam regressar ao país. A 2 de abril de 2020, a Embaixada foi instruída a coordenar-se com os três consulados-gerais existentes em Portugal com vistas à contratação de vôos nesses moldes, ao amparo da Lei nº 13.979/2020 (art. 6º). A 11 de abril de 2020, fruto desse esforço coordenado, assinou-se contrato viabilizando a operação. Com amparo nesse contrato, realizaram-se sete vôos de repatriamento sem qualquer custo para os passageiros, seis deles partindo de Lisboa (dois a 16/04 e outros a 19/04, 26/04, 30/04 e 22/05/2020) e um do Porto (a 18/04/2020), cada um deles com cerca de 300 passageiros a bordo.

20. Em meio a esses esforços, a Embaixada continuou operando junto às autoridades competentes para viabilizar a chegada a Portugal das autoridades brasileiras que aqui precisavam cumprir missões oficiais.

III.B - Diplomacia da Saúde

21. Em apoio às ações do Governo Federal no combate à pandemia da covid-19, a Embaixada em Lisboa participou do processo de doação do Estado português para o Brasil de 15,2 mil unidades do medicamento Atropina Labesfal 1mg/1ml. Embarcou-se a doação portuguesa a 29 de abril último, em voo da TAP que chegou a Guarulhos no dia seguinte. A Embaixada em Lisboa facilitou trâmites documentais, operacionalizou a contratação da empresa que empacotou os remédios para o embarque e empreendeu esforços de última hora para o desembaraço alfandegário dos medicamentos em Lisboa, em estreita coordenação com o Instituto Camões. Em conferência virtual realizada a 7 de maio passado com sua homóloga portuguesa, o sr. Ministro da Saúde teve a oportunidade de agradecer a doação portuguesa.

22. A atuação da Embaixada em Lisboa também contribuiu significativamente para a conclusão satisfatória do processo de doação da empresa FHC Farmacêutica ao Brasil de 1.000 unidades do medicamento Fentanilo Basi 0,05 mg/ml; 500 unidades do medicamento Midazolan Basi 5mg/ml; e 500 unidades do medicamento Morfina Basi 10mg/ml. Os anestésicos, que compõem o chamado «kit intubação», foram embarcados em vôo da TAP a 27 de outubro do ano corrente, com chegada a Guarulhos no dia seguinte. O vôo foi providenciado pela Embaixada, que se valeu dos seus contatos naquela companhia aérea para viabilizar o transporte dos medicamentos sem custos de qualquer natureza para o Brasil. O posto também manteve contato permanente com a

INFARMED, congênere local da ANVISA que operacionalizou a doação, e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

23. Em mais uma ação em apoio à diplomacia da saúde preconizada pelo sr. Ministro das Relações Exteriores, a Embaixada em Lisboa intermediou contatos entre autoridades brasileiras e portuguesas para viabilizar a doação, pelo Governo de Portugal, de 500 unidades do medicamento Midazolan 15mg/3ml e 27.000 unidades do medicamento Fentanilo Basi 0,05mg/5ml. Os referidos anestésicos foram embarcados, em Lisboa, no último dia 5 de novembro, em novo vôo da TAP providenciado pela Embaixada do Brasil, mais uma vez sem custos para o país. Os medicamentos chegaram a Guarulhos a 6 de novembro do ano corrente.

III.C - Visita do sr. Ministro da Saúde

24. O sr. Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, cumpriu agenda de trabalho em Lisboa a 26 de outubro de 2021. Na ocasião, reuniu-se com o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, António Sales. No encontro, discutiu-se a retomada da cooperação bilateral em temas de saúde sob o arcabouço do Memorando de Entendimento bilateral assinado em 2017, com foco em tele-saúde, sistema nacional de transplantes e vigilância em saúde. Levantou-se, ademais, a possibilidade de retomar os contatos para buscar avançar com o reconhecimento mútuo dos certificados digitais de vacinação contra a COVID-19 utilizados pelos dois países. Para além do encontro bilateral, o Ministro Queiroga proferiu palestra na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, sobre «As ações do Brasil no enfrentamento da COVID-19»; visitou o Centro de Contato do Serviço Nacional de Saúde (SNS 24); e manteve diálogo mais pontual com os responsáveis pelo setor de transplantes do Hospital Santa Maria, centro de referência para o tema em Portugal.

IV - PROMOÇÃO COMERCIAL

IV.A - Dados de Comércio e Investimentos

25. Como se poderia esperar, o desempenho econômico português no último par de anos foi impactado significativamente pela pandemia da covid-19. O PIB contraiu-se -7,6% em 2020. As estimativas para o crescimento econômico em 2021, no entanto, situam-se entre +4% e +5%. Embora tenha havido natural reflexo da retração no comércio exterior, o intercâmbio bilateral evoluiu positivamente em 2020. Nas estatísticas portuguesas, a corrente de comércio entre o Brasil e Portugal elevou-se de EUR 1,8 bilhão (USD 2,1 bilhões) em 2019 para EUR 2,3 bilhões (USD 2,6 bilhões) em 2020, com superávit brasileiro de EUR 873 milhões (USD 995 milhões). As exportações brasileiras, ao alcançar a cifra de EUR 1,6 bilhão (USD 1,8 bilhão), expandiram-se quase 60% em relação a 2019.

26. Como resultado, o Brasil integrou, em 2020, a lista da AICEP (congênere local da Apex-Brasil) dos 10 maiores fornecedores de Portugal, com fatia de 2,4% do total das importações portuguesas. O Brasil esteve à frente, por exemplo, dos Estados Unidos da América (1,8%). Os dados brasileiros também apontam evolução positiva no comércio luso-brasileiro. Em 2021, o Brasil exportou a Portugal USD 2,3 bilhões até outubro, com importações da ordem de USD 715 milhões. Na pauta do comércio, destacam-se as vendas brasileiras de petróleo e as vendas portuguesas de azeite de oliva.

27. As exportações do Brasil têm sido magnificadas pelo comércio intrafirma da petroleira estatal portuguesa GALP, que tem intensificado suas atividades na bacia de Santos. De acordo com o Banco Central do Brasil, o investimento da GALP no Brasil soma USD 6 bilhões, 56% de todo o IED português no Brasil. Outra estatal portuguesa, a Energias de Portugal (EDP), responde por 16% (USD 1,7 bilhão). Segundo o último Relatório de IED do BACEN, Portugal pulou da 21ª para a 16ª posição entre os países com maior estoque de investimentos no Brasil (USD 10,7 bilhões). O estoque de IED brasileiro em Portugal totaliza USD 3,824 bilhões. Portugal ocupa a 12º posição como maior destino dos IEDs brasileiros.

IV.B - Apoio à Atividade Empresarial

28. Nos últimos dois anos, embora tenha havido oscilações nos fluxos internacionais de pessoas e bens, manteve-se o interesse do empresariado brasileiro no mercado português. A Embaixada em Lisboa buscou prestar o melhor apoio possível às empresas e empresários que diariamente procuram receber informações e orientações sobre como melhor fazer negócios em Portugal. Em termos numéricos, o atendimento realizado pelo Setor de Promoção Comercial e Turismo (SECOM) da Embaixada totalizou 437 atendimentos de consultas empresariais; 54 elaborações de informações sobre produtos; 36 elaborações de publicações (estudos, boletins, revistas); 5 inserções de feiras locais; 13 atos de divulgação de feiras no Brasil; 15 atos de organização e apoio a missões empresariais, seminários, eventos, rodadas de negócio, «workshops», mostras e similares; e 26 participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, "workshops", mostras e semelhantes.

29. Durante minha gestão, a Embaixada manteve contato estreito com representantes das principais entidades portuguesas na área de comércio exterior, indústria, tecnologia e investimentos, tais como a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal; a Associação Industrial Portuguesa; a Confederação Empresarial Portuguesa (CIP) e a Associação Empresarial de Portugal. Registre-se muito especialmente a parceria mantida com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira (CCILB), que contribuiu para a organização de diversos eventos em conjunto. Sublinho, ademais, o reforço da interlocução com a Invest Lisboa para o atendimento a investidores brasileiros e a estreita coordenação mantida pelo SECOM com o escritório da Apex-Brasil em Bruxelas.

IV.C - Inteligência Comercial

30. Ao longo do período em que chefiei a Embaixada, o SECOM reforçou suas atividades de inteligência comercial, com vistas a promover as exportações brasileiras a Portugal. Para além de relatórios periódicos sobre o comércio bilateral, destaco as seguintes pesquisas e publicações produzidas: Informação sobre produtos inovadores do setor agropecuário e de alimentos (02/2020); Informação sobre as potencialidades do mercado português de mel, maçã, melão e manga (05/2020); Informação sobre o impacto comercial da crise do coronavírus em Portugal (03/2020); Informação sobre o mercado de carne bovina em português de limão (06/2020); Informação sobre o mercado português para nozes pecãs e nozes macadâmia (09/2020); e Informação sobre o mercado português para suco de uva (10/2020).

31. A Embaixada em Lisboa também lançou a nova Série Estudos de Mercado, que busca analisar de forma aprofundada o potencial de aumento de exportações de produtos e

serviços brasileiros ao mercado português. A primeira edição da série foi lançada em junho de 2021 e dedicou-se à carne bovina. O segundo volume, de setembro último, analisa o setor de cosméticos, com especial enfoque nos produtos capilares, e contou com a colaboração da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC).

32. Destaco também a manutenção de banco de dados de empresas portuguesas, que permite à Embaixada em Lisboa identificar com maior agilidade e exatidão as firmas portuguesas importadoras e as suas áreas de atuação. O banco de dados possibilitou a identificação mais precisa de empresas com o perfil buscado pelos exportadores brasileiros para consultas comerciais e organização de missões empresariais. Além dos estudos e informações elaborados pela própria equipe da Embaixada, o SECOM apoiou a elaboração das seguintes publicações: «Potencial de expansão das exportações do Brasil a Portugal» (06/2020), contratado em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira (CCILB); e Atualização do guia «Como Exportar - Portugal» (01/2021).

IV.D - Eventos e Missões Empresariais

33. Durante minha gestão, instruí o setor competente da Embaixada em Lisboa a manter reuniões com os principais grupos de supermercados com presença em Portugal. A iniciativa resultou na identificação de oportunidades de vendas de produtos brasileiros no setor de alimentos e bebidas, que foram transmitidas, com auxílio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, às associações setoriais e empresas brasileiras do setor. As atividades do SECOM da Embaixada foram significativamente impactadas pela pandemia da covid-19. Não obstante, a Embaixada realizou ou colaborou para a organização dos seguintes eventos: Apresentação do Calendário UBRAFE das principais feiras de negócios do Brasil; Degustação alusiva ao Dia Internacional do Café; «Espumantes do Brasil»; 4º Mercado da América Latina; «Cafés do Brasil»; Websummit; 3º Dia da Inovação Empresarial Brasil-Portugal/Demoday StartOut Brasil; Seminário «Agronegócio Sustentável no Brasil», organizado pela CRE/Senado Federal.

34. A Embaixada em Lisboa apoiou a realização de diversas missões empresariais brasileiras a Portugal. Dentre as missões oficiais, destaco o encontro realizado, durante a visita do Senhor Ministro de Estado de Relações Exteriores a Portugal, na sede da Confederação Empresarial de Portugal (CIP). Outras missões apoiadas pela Embaixada foram as seguintes: Missão técnico-comercial Brasil-Lisboa do Programa Jovem Exportador; «Missão Portugal», organizada pela APEX-Brasil; Apoio à visita do presidente da EMBRATUR a Lisboa; Visita do Ministro do Turismo, ocasião em que se assinou protocolo de entendimento com o Ministério da Economia e da Transição Digital sobre o «programa Revive»; Visita do Vice-governador da Bahia; Missão por ocasião da Web Summit do Diretor de Negócios Apex e do Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia do Brasil; e Visita do Secretário de Turismo e Cultura de Minas Gerais.

35. Nos últimos dois anos, a equipe da Embaixada participou de diversas conferências, «workshops», «webinars» e seminários com vistas a promover o comércio e os investimentos bilaterais. Divulgou, igualmente, grande número de iniciativas realizadas no Brasil, tais como: Feira Internacional Expodireto Cotrijal; Calendário de Feiras no Brasil da UBRAFE; Feira em São Paulo «Wine Trade & Cachaça Trade Fair»; Feira APAS SHOW; Licitação Internacional Urânio; Atlantic Connection 2020; Apex Brasil -

Web Summit 2020; Semana da Inovação 2020; Rodada Virtual de Negócios - Região Nordeste - Setor alimentos, bebidas e moda; «Brasil Investment Forum» 2021; Women in Coffee Business Round; Brazil Investment Infrastrucuture - Roads - Forum; Rodada de Negócios de produtos naturais orgânicos promovida pela Apex-Brasil; Wine & Cachaça Trade Fair; Rodada de Negócios ProGlobal do SEBRAE-RJ; ExpoQueijo Brasil; e World Plastic Connection Summit.

V - RELAÇÕES ECONÔMICAS

V.A - Acordo MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA

36. Portugal sempre esteve entre os maiores defensores do Acordo MERCOSUL-UE. Recentemente, o Primeiro-Ministro António Costa asseverou que a sua eventual não ratificação seria um «erro histórico». Na formulação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, o país enxerga-se como «beneficiário líquido» da tratativa, que, além de aumentar as vendas de seus produtos, sobretudo agropecuários (azeites, queijos e vinhos), teria relevantes implicações geopolíticas. Portugal é, com efeito, um parceiro especial neste domínio, tendo em vista o interesse convergente de Brasília e Lisboa na rápida aprovação e vigência do Acordo Mercosul-EU.

37. Minha equipe foi orientada a promover incessantemente o acordo entre os interlocutores locais e o público em geral, com apresentações em locais que foram desde a Assembleia da República até instituições de ensino portuguesas. O alcance do trabalho do posto nesse sentido foi ampliado significativamente pela circunstância de que Portugal assumiu, no primeiro semestre de 2021, a presidência do Conselho da UE. A Embaixada em Lisboa contribuiu para a realização, em abril último, de evento virtual sobre o Acordo MERCOSUL-UE que, organizado pela presidência portuguesa do Conselho da UE, a CNI e sua congênere portuguesa, reuniu os titulares das diplomacias dos dois países e repercutiu em veículos de imprensa.

38. Lisboa esteve, de fato, nos últimos anos, entre as principais capitais européias onde se concentrou o esforço brasileiro pela entrada em vigor do Acordo MERCOSUL-UE. Prova disso foi a extensa agenda, nesta capital, do sr. Ministro das Relações Exteriores, que, conforme já registrado neste relatório, escolheu Portugal para a realização da sua primeira visita bilateral a um país europeu, ao início de julho último. A visita ensejou a discussão de estratégias em favor do acordo com o Presidente da República Portuguesa e o Ministro Augusto Santos Silva, assim como uma defesa enfática da tratativa junto a empresários e imprensa locais, em entrevistas de ampla repercussão em Portugal.

V.B - Acordo de Serviços Aéreos

39. Brasil e Portugal celebraram novo Acordo de Serviços Aéreos a 2 de julho de 2021, assinado pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, durante a visita do titular da diplomacia brasileira a Lisboa. O novo acordo moderniza as relações bilaterais no setor de serviços aéreos, permitindo a ampliação do número já significativo de rotas operadas entre o Brasil e Portugal. Consolida, de resto, regras tarifárias nas viagens entre os países. A Embaixada em Lisboa acompanhou e favoreceu os trâmites que possibilitaram a assinatura do acordo, em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a Agência Nacional de Aviação Civil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. O novo Acordo de

Serviços Aéreos estimula o turismo entre o Brasil e Portugal, e pode revelar-se instrumental na persecução do objetivo de incrementar o número de turistas europeus que visitam o Brasil.

V.C - Criação do Setor do Agronegócio

40. Em linha com a orientação da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, criei o Setor do Agronegócio (SEAGRO) na Embaixada em Lisboa. O SEAGRO intensificou as relações desta Embaixada com autoridades portuguesas do Ministério da Agricultura e membros da sociedade civil ligados ao setor. Atuou em apoio ao Setor de Promoção Comercial na identificação de oportunidades de exportação para o Brasil. O SEAGRO, em articulação com a Embaixada em Londres, criou publicação própria, o «Boletim Agro Sustentável». A minha primeira intervenção no periódico teve boa repercussão na imprensa local. O SEAGRO também se dedicou com afinco à organização da visita muito satisfatória que veio a fazer a Portugal a titular brasileira da pasta da Agricultura, como se registrará a seguir.

V.D - Visita da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

41. A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, fez visita de trabalho a Portugal entre 11 e 14 de outubro de 2020. A Ministra e sua homóloga portuguesa, Ministra Maria do Céu Antunes, em pronunciamento público, fizeram vigorosa defesa conjunta do Acordo MERCOSUL-UE. O pronunciamento foi reproduzido com boa amplitude pela imprensa dos dois países. A Ministra Tereza Cristina da Costa Dias apresentou dados sobre a sustentabilidade da agropecuária brasileira aos mais relevantes atores locais no setor. Nessa mesma ocasião, o Secretário da Internacionalização do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dr. Eurico Brilhante Dias, proferiu uma das mais enfáticas defesas do Acordo MERCOSUL-UE já feitas por autoridade portuguesa.

42. A Ministra Tereza Cristina da Costa Dias visitou o porto de Sines, hoje o principal de Portugal em circulação de mercadorias, com vistas a perscrutar a criação de armazéns de empresas agropecuárias brasileiras nas novas instalações que lá se encontram em construção. A APEX-Brasil participou da missão e ajudou a viabilizar o contato de empresários brasileiros com o porto de Sines. Recentemente, o estado da Bahia firmou memorando de cooperação com o porto, explicitamente vinculado pelos seus gestores à visita da Ministra brasileira. A titular da Agricultura deu entrevistas a alguns dos principais periódicos locais. Artigo da sua autoria estampou edição especial do aludido «Boletim Agro Sustentável» desta Embaixada.

V.E - Visita do Ministro do Desenvolvimento Regional

43. O Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, realizou visita a Lisboa entre 7 e 9 de novembro de 2021. O Ministro Rogério Marinho destacou, no encontro que manteve com o Ministro do Ambiente e Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, que o maior desafio social e ambiental do Brasil consiste na universalização do tratamento de água e esgoto. O Ministro também destacou que o Brasil lançará em breve um novo marco hídrico, focado na sustentabilidade e no aprimoramento da infraestrutura hídrica, em parceria com o setor privado. O Ministro Rogério Marinho participou de evento social

com empresários selecionados dos dois países, ocasião na qual pode destacar oportunidades de investimentos.

44. O Ministro Rogério Marinho firmou, em Lisboa, Memorando de Entendimento institucional entre o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Ambiente e Ação Climática, bem como Planos de Trabalho com diversas instituições privadas e públicas locais. A comitiva brasileira visitou a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcântara. O Ministro brasileiro tratou de oportunidades de investimentos em obras públicas no Brasil com o CEO do Grupo Mota-Engil, Mário Rui, e com a Presidente do Cluster Nacional para a Construção, Engenharia e Arquitetura, Rita Moura.

VI - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

VI.A - Visita do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações

45. O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, realizou visita a Portugal entre 31 de maio e 3 de junho de 2021. A visita teve por objetivos principais a participação na cerimônia de inauguração do cabo submarino EllaLink; a assinatura de Memorandos de Entendimento em CTI; e a exploração de oportunidades de cooperação com instituições portuguesas. O Ministro Marcos Pontes participou, em Sines, da inauguração do cabo submarino EllaLink, em cerimônia que contou com a presença do Primeiro-Ministro António Costa. O EllaLink é o primeiro cabo submarino de fibra ótica que liga diretamente o Brasil e a Europa. O cabo tem 6 mil quilômetros de extensão, conectando diretamente a cidade de Fortaleza (Brasil) a Sines (Portugal), sem a necessidade de os dados passarem pelos Estados Unidos.

46. Firmaram-se, no encontro bilateral do Ministro Marcos Pontes com seu homólogo português, Ministro Manuel Heitor, três Memorandos de Entendimento em Nanociência, Física Nuclear e com vistas à formação de uma rede de cooperação em ciência, tecnologia e inovação. O Ministro Marcos Pontes visitou o Centro de Investigação em Materiais (CENIMAT) da Universidade Nova de Lisboa para tratar de possível cooperação no âmbito do Memorando de Entendimento em Nanociência. O Ministro Marcos Pontes também visitou o pavilhão da Ciência Viva para examinar possibilidades de cooperação no âmbito do Memorando de Entendimento para a formação de uma rede na área de ciência, tecnologia e inovação.

VI.B - «Fintech Match Brasil-Portugal»

47. A Embaixada em Lisboa promoveu, no dia 1º de outubro de 2021, o evento «Fintech Match Brasil-Portugal». O evento ocorreu presencialmente na Fintech House, principal hub para startups do setor financeiro em Portugal. Quatro fintechs brasileiras (S3 Bank, Stark Capital, Transfeera e Inco.vc) e quatro fintechs portuguesas (Swood, Visor.ai, Loqr e Utrust) fizeram apresentações acerca de sua experiência, soluções desenvolvidas e áreas de atuação, para jurado especializado. O evento contou com o apoio das seguintes empresas e associações: Itaú, Abreu Advogados, Fintech House, Abfintechs, Core Angels Atlantic e rede Record. Produziram-se três reportagens sobre o evento, duas em mídia eletrônica e uma em mídia televisiva.

VI.C - Startout Brasil - Lisboa 2021

48. A Embaixada em Lisboa prestou apoio à realização do programa StartOut Brasil em Lisboa. O StartOut é um programa de apoio à inserção de startups brasileiras nos mais promissores eco-sistemas de inovação do mundo, realizado pelo Itamaraty, o Ministério da Economia, a Apex-Brasil, o Sebrae Nacional e a Anprotec. Lisboa foi a primeira cidade do mundo a receber um segundo ciclo do programa StartOut. O segundo ciclo de Lisboa teve início em maio passado, com a seleção de 40 startups que passaram por um processo de capacitação e preparo para a internacionalização. Numa segunda etapa, foram selecionadas 15 startups para participarem da missão presencial ao Web Summit, maior evento de tecnologia da Europa

VI.D - Stand Brasileiro no Web Summit 2021

49. No dia 2 de novembro de 2021, realizou-se a inauguração do stand do Brasil no Web Summit, o maior evento de empreendedorismo e tecnologia da Europa. O stand foi contratado pela Embaixada em Lisboa, no âmbito do Programa Diplomacia da Inovação. A Apex-Brasil encarregou-se da montagem e gestão do espaço. O stand contribuiu para robustecer a imagem do Brasil como país que busca o fortalecimento da economia digital e da inovação, além de proporcionar maior visibilidade às startups presentes. Graças à cooperação entre o Itamaraty e a Apex-Brasil, um total de 34 startups foram trazidas à Lisboa, 15 no âmbito do StartOut e 19 exclusivamente para o Web Summit. Mais de 42 mil pessoas estiveram presentes no Web Summit. O evento também contou com a participação de 1.519 startups, 872 investidores, 1878 profissionais de mídia e 211 parceiros, entre os quais o Brasil.

VI.E - 3º Dia da Inovação Brasil-Portugal

50. Na esteira do Web Summit (01-04/11/2021), a Embaixada em Lisboa, em parceria com a Apex-Brasil e a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira, realizou o 3º Dia da Inovação Brasil-Portugal. No evento, foram realizadas dez apresentações por startups selecionadas, as quais foram avaliadas por um júri composto por representantes da Helena Amazon Web Services, Portugal Ventures, Cross Atlantic Ventures e Bynd Ventures Capital. A empresa NeuralMind ganhou o prêmio de melhor produto e o Portal de Compras Públicas obteve a melhor avaliação global. Também realizaram apresentações no evento o Secretário Especial Adjunto de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Bruno Portela, e o Presidente do SERPRO, Gileno Barreto.

VII - RELAÇÕES CULTURAIS E EDUCACIONAIS

VII.A - Relações Culturais

51. As atividades do Setor Cultural da Embaixada em Lisboa foram particularmente afetadas pela pandemia da covid-19. Após dois eventos realizados em fevereiro de 2020 com apoio da Embaixada -- o concerto da Orkestra Rumpilezz na Casa da Música, no Porto, e a exposição de desenhos do quadrinista André Diniz, em Lisboa --, o início da pandemia e o fechamento de espaços culturais em todo o país obrigaram a Embaixada a reformular sua forma de atuação nesse campo. Privilegiaram-se a cooperação e articulação institucional de longo prazo sobre a realização de eventos (ou, eventualmente, a busca de alternativas praticáveis para os eventos presenciais).

52. Merecem destaque, nesse sentido, a produção e o lançamento de podcasts informativos sobre cultura brasileira, como a série «Entre Dois Mundos», sobre arquitetura contemporânea brasileira, coordenada pelo arquiteto Gustavo Utrabo. Ou a série «Torna Viagem - as idas e vindas da música entre Brasil e Portugal», uma coprodução entre a Rádio MEC do Rio de Janeiro e a rádio Antena 2 (RTP). Coordenada pelo compositor João Guilherme Ripper, a série «Torna Viagem» já está em difusão no Brasil e deve ser transmitida em Portugal a partir de 2022.

53. A Embaixada em Lisboa coordenou o primeiro projeto de coprodução Brasil-Portugal em história em quadrinhos, num formato inovador para esse ramo da cultura em âmbito mundial. Esse projeto foi implementado com vistas ao lançamento, em 2022, de novela gráfica sobre D.Pedro I, no contexto das comemorações do Bicentenário da Independência. Participam do projeto a Bienal de Quadrinhos de Curitiba, pelo lado brasileiro, e a Editora Polvo, pelo lado português, com apoio do Itamaraty e do Instituto Camões.

54. Outros eventos previstos para 2020 foram adiados ou reformulados: a 3ª Mostra de Cinema do Brasil, originalmente prevista para junho de 2020, no Cinema São Jorge, foi realizada em outubro do mesmo ano, mas Putz! em formato drive-in -- também uma inovação concebida pela Embaixada para fazer frente aos protocolos sanitários. A exposição «Múltiplo Leminski», em parceria com a Casa da América Latina, originalmente prevista para março de 2020, foi finalmente realizada em outubro de 2021.

55. Dentre as iniciativas tradicionalmente apoiadas pela Embaixada, destaca-se a Feira do Livro de Lisboa -- um dos poucos eventos culturais do calendário da cidade que se realizou nos dois últimos anos, ainda que em datas alternativas às tradicionais (agosto/setembro em vez de maio/junho) devido à pandemia e com restrições ao acesso de público. A Embaixada participou com stand próprio nas duas edições. Os festivais de cinema IndieLisboa (independente), DocLisboa (documentários), MotelX (terror), Monstra (animação) e a feira de quadrinhos Amadora BD tiveram suas edições de 2020 canceladas ou transferidas parcialmente para o ambiente virtual. Os festivais DocLisboa e Monstra e a feira Amadora BD realizaram-se novamente no formato tradicional em 2021 e contaram com apoio da Embaixada por meio de recursos concedidos pelo Departamento Cultural e Educacional do Ministério das Relações Exteriores.

VII.B - Relações Educacionais

56. No campo educacional, parte do trabalho cotidiano da Embaixada volta-se para a emissão de «Declarações de Notas». Estas declarações têm por objetivo converter as notas de históricos escolares emitidos no Brasil à escala portuguesa de notas, a fim de que alunos de todas as idades, oriundos de instituições de ensino brasileiras, possam prosseguir seus estudos em Portugal. Anteriormente à pandemia da covid-19, o número de declarações emitidas crescia ano a ano, com um recorde de 7.194 declarações emitidas em 2019. Como era lícito esperar, tanto pelas restrições de mobilidade quanto pelo fechamento das instituições de ensino, este número caiu consideravelmente em 2020, tendo sido emitidas, naquele ano, 5.410 declarações. No entanto, em 2021 este número voltou a crescer, tendo sido emitidas, nos primeiros dez meses do ano corrente, 6.080 declarações.

57. Essa tendência traz consigo a preocupação de que a demanda de nacionais brasileiros ultrapasse a capacidade de resposta ágil do Setor Educacional. Para contornar o problema, a Embaixada gestionou o início de negociação de um Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa sobre a concessão de equivalência de estudos de educação básica/fundamental e média/secundária. O acordo visaria a regular e tornar mais célere a conversão de notas entre os diferentes métodos de avaliação, utilizados no Brasil, e o sistema único de notas de Portugal. Estima-se que, uma vez celebrado este acordo, aproximadamente 80% das declarações se tornariam desnecessárias, liberando recursos humanos para outras funções afetas à Cooperação Acadêmica e ao Acesso Profissional.

58. A este respeito, cabe o registro de que, em maio deste ano, se realizou, após um hiato de mais de três anos, a VII Reunião da Subcomissão para o Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e Questões relativas ao Acesso a Profissões e ao seu Exercício. Na ocasião, avançou-se nos trâmites em torno do Acordo referido acima. Para além disso, discutiram-se questões referentes ao acesso ao mercado de trabalho, com especial foco nas dificuldades sofridas, nesse domínio, por algumas categorias profissionais (sobretudo professores e profissionais de saúde). No futuro, convirá que a Embaixada em Lisboa continue a acompanhar de perto as soluções e propostas de encaminhamento então identificadas, de modo a estender a um número cada vez mais amplo de categorias profissionais a promessa do «estatuto da igualdade», consagrada no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta de 2001.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM LISBOA

Candidato: Doutor RAIMUNDO CARREIRO

PERFIL DO CANDIDATO



O Doutor **RAIMUNDO CARREIRO**, Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2007, tem longa trajetória de dedicação ao serviço público. Nasceu em Benedito Leite, no estado do Maranhão, a 6 de setembro de 1948. Graduou-se em Direito em 1981, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília.

Exerceu a advocacia entre 1982 e 1995, e teve destacada carreira como funcionário do Senado Federal, onde exerceu os cargos de Assistente Legislativo, Técnico em Legislação e Orçamento e Analista Legislativo dedicado à área de orçamentos públicos. Sempre no Senado Federal, foi Secretário-Geral da Mesa Adjunto, Diretor da Secretaria de Comissões e, finalmente, Secretário-Geral da Mesa a partir de fevereiro de 1995. Foi, de resto, Secretário da Comissão Representativa do Congresso Nacional.

Sempre em sua atividade no Senado Federal, ministrou cursos dedicados a Noções do Processo Legislativo, Aspectos Práticos de Tramitação Legislativa e Administração Legislativa.

Em 2007, foi escolhido pelo Senado Federal e posteriormente nomeado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, corte que chegou a presidir no biênio 2017-2018 (além de ter ocupado a sua vice-presidência no biênio imediatamente anterior).

É autor dos artigos *Depoimento: notas históricas sobre a Constituição de 1988*, publicado na Revista de Informação Legislativa (ano 56, nº 222, abril-junho de 2019) e *Trinta anos de consolidação democrática*, que integra a obra *Constituição da República: um projeto de nação — homenagem aos 30 anos*, publicada pelo Conselho Federal da OAB.

Ao longo de sua trajetória, foi agraciado com condecorações de relevo, dentre as quais se destacam a Ordem do Mérito Aeronáutico, a Medalha Mérito Tamandaré, a Medalha do Pacificador, a Ordem do Congresso Nacional, a Ordem do Mérito Educativo e a Ordem de Rio Branco.

Por sua longa dedicação à causa pública, pelo excelente trânsito que soube construir junto às mais elevadas instâncias formuladoras de políticas públicas, em Brasília, pelos conhecimentos que acumulou sobre o funcionamento do Estado e da sociedade brasileiras — por todas essas razões, o Doutor Raimundo Carreiro, se confirmado pelo Senado Federal, saberá exercer com distinção a missão de aprofundar o diálogo político e a cooperação com o Governo português, de defender os interesses e projetar os valores da sociedade brasileira junto à portuguesa, em posto diplomático sob todas as medidas singular, pela proximidade cultural com o Brasil.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) 1

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer as relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

1 O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a República Portuguesa, fomentando a cooperação bilateral em todos os níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Trabalhar para aprofundar o diálogo político entre os Governos do Brasil e de Portugal, ajudando a promover o pleno funcionamento de todas as instâncias de diálogo político estabelecidas — em particular a Comissão Permanente Bilateral — de modo a subsidiar tratativas diretas, fluidas e frequentes entre as mais altas autoridades dos dois países.
2. Promover a imagem do Brasil e contribuir para o correto entendimento da realidade nacional, por meio da difusão de informações fidedignas e atualizadas e de percepções ponderadas junto a formuladores de políticas públicas, formadores de opinião, órgãos de comunicação, à sociedade portuguesa em geral e ao corpo diplomático, de modo a dissipar ou mitigar percepções equivocadas ou nocivas que possam existir acerca do Brasil.
3. Trabalhar com vistas a identificar a existência de barreiras ao comércio e investimentos entre o Brasil e Portugal, relatá-los fielmente às instâncias decisórias em Brasília e aos agentes privados interessados, além de dialogar constantemente com as instâncias portuguesas que detenham competência subsidiária na matéria.
4. Contribuir para aumentar a influência do Brasil e a promoção de seus interesses nos processos decisórios portugueses e da União Europeia, buscando o apoio de Portugal para iniciativas de particular interesse brasileiro.
5. Promover a efetivação, na prática, e para o maior número possível de categorias, da promessa contida no «Estatuto de Igualdade entre Portugueses e Brasileiros» (arts. 12-22 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta de 2000), de modo que mais profissionais brasileiros possam exercer a sua profissão em Portugal.
6. Promover a cultura brasileira em Portugal, explorando as evidentes sinergias ocasionadas pela língua comum, e trabalhar conjuntamente com autoridades e agentes culturais portugueses pela promoção da língua portuguesa no mundo (em coordenação, quando aplicável, com a Missão do Brasil junto à CPLP).
7. Explorar mecanismos de cooperação científica, técnica, tecnológica e educacional, de modo que Brasil e Portugal possam compartilhar, entre si, soluções e práticas exitosas.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover maior acesso de produtos brasileiros ao mercado português, de modo a incrementar as vendas em geral e a diversificar a pauta exportadora (em que ainda persiste grande predomínio de *commodities*), sem descurar, sobretudo, os interesses do agronegócio.

    - Elaborar e/ou encomendar estudos de inteligência comercial que identifiquem ou explorem em maior detalhe os nichos promissores para produtos brasileiros.

    - Trabalhar em parceria com a APEX-Brasil para avaliar nichos a ser explorados, levando em conta o interesse em promover produtos e serviços brasileiros de mais alto valor agregado.

    - Apoiar o setor privado em seus esforços para o pleno aproveitamento do acesso disponível.

    - Promover mostras e degustações de produtos brasileiros para públicos selecionados, com foco em importadores potenciais, prestadores de serviços (por exemplo, restaurantes e hotéis) e formadores de opinião.

    - Promover reuniões regulares da Subcomissão bilateral de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, com o pleno engajamento dos Ministérios da área econômica, de modo a dialogar permanentemente com os atores portugueses competentes acerca de temas de interesse do setor produtivo brasileiro.

    - Apoiar a realização de missões empresariais.

2. Preservar o engajamento do Governo de Portugal na defesa do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia e aproveitar esse engajamento para a promoção conjunta ou coordenada, em Bruxelas, de interesses convergentes.

    - Manter encontros regulares com as áreas competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e outras agências envolvidas, de modo a manter os tomadores de decisão, em Brasília, atualizados acerca de tendências detectadas pelos atores portugueses acerca da evolução do tema.

    - Promover sessões de esclarecimento sobre o real alcance e impacto do acordo junto a formadores de opinião (universidades, empresários), com foco tanto nas oportunidades que o acordo traz para Portugal, como na dissipação de temores infundados acerca de setores específicos da economia brasileira.

3. Atrair investimentos para o Brasil.

    - Promover reuniões regulares da Subcomissão bilateral de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais, com o pleno engajamento dos Ministérios da área econômica, de modo a dialogar permanentemente com os atores portugueses competentes acerca de oportunidades existentes.

- Divulgar amplamente oportunidades existentes, com especial foco em concessões, leilões e licitações do Governo Federal.
- Realizar ou apoiar eventos específicos de divulgação da realidade econômica brasileira e de oportunidades existentes para o investimento português.
- Manter diálogo estreito e frequente com a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e com a Associação Empresarial de Portugal (AEP).
- Manter diálogo estreito, frequente e individualizado com os grandes grupos empresariais portugueses, particularmente aqueles atuantes em setores onde haja oportunidades evidentes de negócios no Brasil (gás e petróleo, energias renováveis, hotelaria e turismo).
- Apoiar prospectivos investidores portugueses interessados no Brasil.
- Buscar contato direto com as câmaras de comércio portuguesas existentes em vários estados brasileiros.

4. Apoiar os trabalhos da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira (CCILB).
    - Renovar anualmente convênio de cooperação com a CCILB, mediante a prévia negociação de programas de trabalho que atendam às prioridades da política comercial brasileira.
    - Realizar eventos conjuntos com a CCILB, de modo a promover a exportação de produtos e serviços brasileiros e divulgar oportunidades existentes no Brasil.
5. Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa brasileira no mercado português.
    - Apoiar a realização de eventuais missões e eventos de promoção da indústria de defesa brasileira, com ativo envolvimento das adidâncias militares acreditadas em Lisboa.
    - Manter diálogo estreito e frequente com a Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais (IdD), consórcio de empresas do ramo sob controle do Estado português, com vistas à identificação de oportunidades e sinergias.
    - Manter diálogo estreito e frequente com as empresas do ramo aeronáutico estabelecidas em Portugal, particularmente no *hub* localizado em Évora.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de estudos de mercado elaborados ou contratados.
2. Número de missões empresariais organizadas ou apoiadas.
3. Número de mostras organizadas ou apoiadas sobre degustação de produtos brasileiros.
4. Número de reuniões realizadas da Subcomissão bilateral de Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais.
5. Número de reuniões realizadas com a área competente do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia.

6. Número de eventos realizados com foco na divulgação de oportunidades existentes em concessões, leilões e licitações em curso no Brasil, bem como sobre o estado geral da economia brasileira.
7. Número de comunicações mantidas com eventuais interessados em concessões, leilões e licitações em curso no Brasil.
8. Número de reuniões mantidas com a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e com a Associação Empresarial de Portugal (AEP).
9. Número de reuniões mantidas com os grandes grupos empresariais portugueses.
10. Número de reuniões ou contatos mantidos com lideranças das câmaras comerciais portuguesas existentes no Brasil.
11. Número de convênios de cooperação firmados com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira.
12. Número de eventos de promoção comercial e de investimentos realizados conjuntamente com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira.
13. Número de missões e eventos de promoção da indústria de defesa brasileira.
14. Número de reuniões mantidas com a Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais (IdD).
15. Número de reuniões mantidas com empresas do ramo aeronáutico estabelecidas em Portugal.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DO CANDIDATO

1. Apoiar e fortalecer o diálogo político entre Brasil e Portugal por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado e da realização periódica de reuniões dos mecanismos diplomáticos de alto nível.
    - Apoiar a realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras a Portugal e vice-versa.
    - Apoio à realização da Cimeira anual de Chefes de Governo.
    - Apoio à realização da Comissão Permanente Bilateral Luso-Brasileira (CPB), anualmente ou extraordinariamente, quando as circunstâncias assim o requererem.
    - Realização ou apoio à realização de reuniões regulares de cada uma das subcomissões bilaterais subordinadas à CPB (Assuntos Consulares e de Circulação de Pessoas; Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e Questões Relativas ao Acesso a Profissões e ao seu Exercício; Educação, Cultura, Comunicação Social, Juventude e Desporto; Ciência, Tecnologia e Inovação; Assuntos Econômicos, Financeiros e Comerciais).
    - Apoio a contatos e reuniões entre representantes dos Governos brasileiro e português, em formato presencial ou virtual.
2. Administrar e ampliar, onde possível, a interlocução entre os dois Ministérios de Relações Exteriores.

- Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo português, por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
- Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informação sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Portugal.
- Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais.

3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, o desenvolvimento da política doméstica, europeia e externa de Portugal.
    - Manutenção de contatos ativos e regulares com os principais atores da vida política e administrativa portuguesa, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o Governo e demais forças políticas do país, preservando e ampliando canais ágeis para a discussão e encaminhamento de temas de interesse brasileiro em Portugal.
    - Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade portuguesa nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, militar e de segurança.
    - Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa portuguesa, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação a Portugal e sua ação regional e internacional.
    - Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.
4. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral, sobretudo por meio dos Grupos de Amizade Parlamentar existentes no Poder Legislativo dos dois países.
    - Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e portugueses.
    - Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e portugueses.
    - Apoiar atividades dos grupos parlamentares de amizade de ambos os países.
5. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral.
    - Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro.
    - Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo português para a abertura de negociação de acordos bilaterais.
    - Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado português.
6. Apoiar e incrementar programas de cooperação técnica bilateral.
    - Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos de cooperação técnica bilateral.

- Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo português para a abertura de negociação de acordos de cooperação técnica bilateral.
- Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado português na matéria.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões da Cimeira anual de Chefes de Governo.
2. Número de reuniões da Comissão Permanente Bilateral Luso-Brasileira.
3. Número de visitas oficiais de lado a lado.
4. Número de expedientes telegráficos expedidos pela Embaixada sobre temas de política doméstica e exterior portuguesa e demais temas de interesse para a política exterior brasileira.
5. Número de reuniões e eventos, presenciais ou virtuais, entre parlamentares brasileiros e portugueses.
6. Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos e formadores de opinião.
7. Número de acordos bilaterais negociados e concluídos durante a gestão.
8. Número de encontros, gestões e outras ações para promover temas de interesse brasileiro (inclusive a conclusão de acordos entre os dois países).

III -ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais a que pertença Portugal.
    - Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas por Portugal em foros multilaterais, como a ONU e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros.
    - Diálogo com representantes governamentais portugueses sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais.
    - Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.

2. Contribuir para que a atuação portuguesa em organismos regionais possa levar em conta a promoção de interesses compartilhados por Brasil e Portugal.

    - Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre a atuação portuguesa nos distintos foros da União Europeia.

    - Reuniões com autoridades competentes, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e outros órgãos do Governo português, acerca de temas da pauta comunitária de interesse do Brasil.

3. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais a que pertença Portugal.

    - Realização de gestões para buscar o apoio do Governo português a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de expedientes telegráficos sobre temas multilaterais.

2. Número de reuniões mantidas com autoridades portuguesas sobre iniciativas e projetos multilaterais de mútuo interesse.

3. Número de encontros bilaterais à margem de foros multilaterais.

4. Número de expedientes telegráficos sobre a atuação ou percepção portuguesa acerca de temas da pauta comunitária europeia de interesse do Brasil.

5. Número de reuniões mantidas com autoridades portuguesas sobre temas da pauta comunitária europeia de interesse do Brasil.

6. Número de apoios portugueses obtidos em favor de candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar a presença da produção cultural brasileira em Portugal.

    - Identificação de campos de subrepresentação da produção cultural brasileira em Portugal, buscando ampliar o espectro de referências culturais presentes e atualizar aquelas já existentes.

    - Estabelecer parcerias institucionais ou manter as parcerias institucionais para a difusão de conteúdos brasileiros por agentes portugueses, como, por exemplo, festivais, teatros e editoras, privilegiando sempre aqueles conteúdos desconhecidos ou menos presentes em Portugal.

- Fomentar o diálogo entre instituições culturais brasileiras e portuguesas, incluindo, onde possível, mecanismos de intercâmbio e coprodução.
- Apoiar e participar em iniciativas institucionais locais de promoção da cultura brasileira.
- Promover, quando cabível, ações diretas de difusão cultural, por meio da produção de eventos culturais, suprindo lacunas deixadas por agentes estabelecidos no cenário cultural.
- Promover a indústria cultural e criativa brasileira, em coordenação com a estratégia mais ampla de promoção comercial do posto, sempre que possível.

2. Planejar e coordenar ações comemorativas do Bicentenário da Independência do Brasil.
    - Estreitar o diálogo com instituições oficiais e órgãos de governo portugueses responsáveis pela gestão de patrimônio cultural, em particular no que se refere à História compartilhada, com vistas a identificar possibilidades de trabalho conjunto no contexto específico do Bicentenário.
    - Buscar parcerias com instituições culturais portuguesas para promover maior visibilidade de conteúdos brasileiros como forma de comemoração do Bicentenário.

3. Monitorar e ampliar a cobertura da imprensa portuguesa sobre temas brasileiros.
    - Identificar autores e veículos relevantes para a promoção de imagem positiva do país.
    - Estimular a publicação de artigos na imprensa portuguesa sobre temas relevantes da cultura e da realidade brasileiras.

4. Afirmar o caráter pluricêntrico da língua portuguesa e o uso da variante brasileira do idioma em Portugal.
    - Coordenar-se com agentes locais para inibir a adaptação ao português europeu de textos originalmente escritos na variante brasileira do português.
    - Zelar pelo amplo reconhecimento da variante brasileira em ambientes institucionais, em particular por meio da identificação de situações de desfavorecimento pessoal ou profissional de cidadãos brasileiros em razão do emprego da variante brasileira.

5. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes portugueses.
    - Ações promocionais do Brasil como destino turístico variado junto a operadores, agências de viagens e consumidores.
    - Participação nas principais feiras do setor turístico em Portugal, como a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e a Feira de Viagens Mundo Abreu.

- Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover destinos turísticos junto ao público português.
- Realização de campanhas digitais direcionadas ao público português por meio das redes sociais da Embaixada.
- Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para a organização de eventos junto a operadores de turismo emissivo em Portugal.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Evolução no número de ações de promoção cultural produzidas por iniciativa da Embaixada em relação ao ano anterior.
2. Número de artigos positivos sobre a realidade brasileira publicados na imprensa portuguesa.
3. Número de ações culturais promovidas por agentes portugueses e iniciativa da Embaixada no contexto específico das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil.
4. Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão.
5. Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão.
6. Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR e outras entidades brasileiras promotoras do turismo aprovadas e realizadas durante a gestão.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a cooperação com Portugal na área de desenvolvimento sustentável e de proteção do meio ambiente.
    - Realizar reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
    - Promover a participação brasileira em eventos em Portugal ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades portuguesas em eventos realizados no Brasil.
    - Promover a aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros.
    - Apoiar a negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente.

2. Contribuir para melhorar a imagem do Brasil no que respeita à proteção do meio ambiente.

    - Divulgar informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia.

    - Apoiar o diálogo entre pesquisadores portugueses e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental.

3. Monitorar iniciativas portuguesas voltadas para a inovação e energias renováveis.

    - Acompanhar o desenvolvimento de projetos para a produção de hidrogênio verde em território português.

    - Prospectar oportunidades de cooperação entre Brasil e Portugal na área de hidrogênio verde.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, ações de divulgação e gestões junto a órgãos e institutos portugueses durante o período da gestão.
2. Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e energia (por ano).
3. Número de acordos firmados entre instituições brasileiras e portuguesas nas áreas de meio ambiente e energias renováveis.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fortalecer a cooperação científico-tecnológica com Portugal na área de materiais avançados e tecnologias quânticas, além de outros setores com potencial de inovação.

    - Em linha com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de Materiais Avançados (Decreto nº 10.746 de junho de 2021), mapear centros de pesquisa portugueses voltados para o estudo do grafeno e de outros materiais avançados (monocamadas semicondutoras, heteroestruturas etc.) com potencial de revolucionar a indústria 4.0.

    - Prospectar iniciativas, seja de institutos de pesquisa, seja de *startups*, voltadas para aplicações tecnológicas com base em materiais avançados.

    - Em coordenação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, contribuir para a realização de parcerias entre instituições brasileiras e portuguesas, sob o marco do Memorando de Entendimento em matéria de Nanociência, Nanotecnologia e Tecnologias Quânticas, assinado em maio de 2021.

- Incrementar a cooperação entre pesquisadores brasileiros e portugueses prioritariamente nas áreas de materiais avançados, inteligência artificial e computação quântica, nas quais Portugal possui centros de excelência (Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, Centro de Física e Engenharia de Materiais Avançados, Instituto de Nanoestruturas, Nanomodelação e Nanofabricação, Laboratório de Inteligência Artificial e Ciência de Computadores, entre outros).
- Realizar análises do ambiente de CT&I em Portugal, com vistas a identificar potenciais para o desenvolvimento da cooperação bilateral.
- Apoiar a realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I.

2. Contribuir para os processos de internacionalização das *startups* brasileiras e de atração de investimentos no setor de inovação.
    - Identificar e manter interlocução com os principais atores do ecossistema de inovação português.
    - Divulgar para *startups* brasileiras oportunidades de negócios e iniciativas voltadas para o setor em Portugal.
    - Informar, ao Itamaraty e aos demais atores do ecossistema de inovação brasileiro, sobre as melhores práticas no setor, inclusive sobre propostas destinadas à aproximação entre a indústria e centros de pesquisa.
    - Desenvolver eventos de promoção tecnológica que contribuam para dinamizar o contato entre *startups* brasileiras e investidores estrangeiros, especialmente nas áreas de *fintech, agritech* e *healthtech*.
    - Garantir, ao longo da gestão, a participação institucional do Brasil no Web Summit, como forma de divulgar a imagem do Brasil como um polo de empreendedorismo e inovação, assim como contribuir para o processo de internacionalização das *startups* brasileiras.
    - Divulgar oportunidades para *startups* portuguesas instalarem-se no Brasil, assim como informações sobre o ecossistema de inovação brasileiro, com vistas a atrair investimentos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema.
2. Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas.
3. Número de expedientes telegráficos anuais do Posto sobre o tema.
4. Impacto na mídia local (número de reportagens, apreciações em redes sociais) de ações de promoção tecnológica feitas pela Embaixada.
5. Número e volume de negócios realizados pelas *startups* que participem do Web Summit ou de outros eventos com apoio governamental.
6. Número de acordos assinados e de iniciativas que tenham seguimento.
7. Número de apoio a missões.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Trabalhar com vistas a dar plena efetividade às promessas contidas no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta no que respeita à cooperação educacional e o acesso às profissões.
    - Agilizar os procedimentos de reconhecimento de diplomas e históricos emitidos por instituições de ensino brasileiras, por meio de Acordos celebrados entre os respectivos Ministérios da Educação.
    - Apoiar, estimular e promover o intercâmbio de estudantes entre Brasil e Portugal, com especial atenção ao tema das anuidades cobradas aos estudantes brasileiros.
    - Mapear o perfil da diáspora acadêmica brasileira em Portugal, tanto nas áreas de ciências humanas como de Ciência e Tecnologia, a fim de identificar áreas suscetíveis de maior cooperação.
    - Apoiar, estimular e promover o acesso ao mercado português por profissionais formados em instituições de ensino brasileiras, sobretudo nos casos em que este acesso é regulamentado por ordens profissionais, por meio da promoção do diálogo entre as Ordens brasileiras e suas congêneres portuguesas.
2. Apoiar, estimular e promover a cooperação bilateral no campo da gestão do patrimônio histórico.
    - Promover a troca de conhecimento e de experiências entre instituições dos dois países responsáveis pela conservação de patrimônio, sobretudo no que se refere à História compartilhada.
    - Estimular o intercâmbio entre estudiosos e acadêmicos dos dois países com vistas ao aprofundamento de pesquisas sobre o patrimônio histórico comum.
3. Ampliar o diálogo com Portugal para a cooperação na área de saúde, com especial ênfase no enfrentamento da pandemia da COVID-19 e na definição de estratégias para futuras pandemias.
    - Monitorar os avanços realizados por Portugal na área de saúde e, em particular, no contexto de enfrentamento da pandemia de COVID-19.
    - Compartilhar experiências bem sucedidas na área de saúde.
    - Apoiar a interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e ao diálogo.
    - Identificar possibilidades de cooperação entre instituições de pesquisa de ponta na área de saúde.
    - Desenvolver iniciativas de cooperação técnica, incluindo doações e programas de capacitação.

4. Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países.

    - Apoio às reuniões de autoridades militares e dos respectivos Ministérios de Defesa dos dois países.

    - Acompanhamento e participação, em coordenação com os adidos militares, de iniciativas do Governo português relacionadas à cooperação em defesa, muito particularmente o *Atlantic Centre*, no arquipélago dos Açores.

    - Acompanhamento da política portuguesa de defesa, com especial atenção à participação de Portugal em missões de paz ou de treinamento e instrução conduzidas sob o amparo das Nações Unidas, da União Europeia ou da OTAN.

    - Apoio a atividades voltadas à promoção do diálogo fluido e do convívio entre militares brasileiros e portugueses, com especial atenção às visitas regulares da fragata Cisne Branco e do Navio Escola Brasil.

    - Divulgação, junto aos setores interessados do Governo português, de informações sobre os produtos de defesa do Brasil.

    - Apoio a iniciativas para promover melhor conhecimento recíproco entre as indústrias de defesa do Brasil e de Portugal.

5. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa.

    - Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre o Brasil e Portugal.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões formais entre entidades de classe para tratar do acesso profissional.
2. Número de reuniões formais entre os Ministérios de Educação.
3. Número de acordos regulamentando maior acesso profissional.
4. Aumento do intercâmbio de estudantes e profissionais brasileiros em Portugal.
5. Diminuição do número de "Declarações de Histórico Escolar" emitidas pela Embaixada, como marco da agilização do processo de reconhecimento de Históricos Escolares.
6. Número de áreas temáticas onde exista mapeamento da presença de profissionais brasileiros no mercado português.
7. Número de projetos bilaterais desenvolvidos ou continuados no campo da cooperação em gestão de patrimônio.
8. Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão.

9. Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas afetos à área de saúde.
10. Número de visitas de autoridades militares ou dos respectivos Ministérios de Defesa.
11. Número de reuniões formais realizadas no marco do Atlantic Centre.
12. Número de telegramas produzidos sobre a política portuguesa de defesa ou o efetivo emprego de contingentes militares portugueses em operações de paz ou de treinamento e instrução.
13. Número de visitas realizadas por embarcações-insígnia brasileiras, como o Cisne Branco e o Navio Escola Brasil.
14. Número de comunicações dirigidas ou de reuniões mantidas com autoridades e atores privados portugueses sobre produtos de defesa brasileiros.
15. Número de eventos de demonstração, em solo português ou voltados para interlocutores portugueses, de produtos da indústria de defesa brasileira.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Contribuir para o fortalecimento das relações econômico-comerciais entre o Brasil e Portugal.
    - Promover atividades conducentes ao incremento do comércio luso-brasileiro.
    - Identificar áreas e nichos no mercado português nos quais há espaço para inserção de produtos brasileiros.
    - Fomentar o fluxo mútuo de investimentos estrangeiros diretos (IEDs) entre os dois países e acompanhar a evolução dos IEDs em setores estratégicos, como a crescente inserção portuguesa na área de energia no Brasil.
    - Identificar oportunidades para investimentos brasileiros em Portugal.
2. Articular e organizar visitas recíprocas de autoridades do setor econômico dos Governos dos dois países.
    - Apoio às visitas de Ministros e outras autoridades econômicas dos Governos dos dois países.
    - Organização de reuniões das autoridades econômicas brasileiras com empresários e membros da sociedade civil portuguesa.
    - Aproveitar as visitas e reuniões bilaterais na área econômica para promover a imagem do Brasil como País comprometido com o desenvolvimento sustentável, com equilíbrio ambiental e equidade social.
3. Prover auxílio para a celebração de instrumentos jurídicos bilaterais de caráter econômico que contribuam para o desenvolvimento sustentável brasileiro.
    - Acompanhar a aplicação do novo Acordo de Serviços Aéreos recentemente firmado entre os dois países.
    - Acompanhar a negociação de uma nova Convenção para Evitar a Dupla Tributação entre o Brasil e Portugal.

- Contribuir para a celebração de Memorandos de Entendimento Institucionais entre os órgãos econômicos diretores dos dois países.
- Acompanhar a assinatura de acordos de cooperação econômica entre unidades subnacionais brasileiras e suas contrapartes portuguesas.

4. Promoção e defesa da entrada em vigor do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia.
    - Permuta de informações com autoridades portuguesas sobre o trâmite do acordo em Bruxelas e nas mais diferentes capitais europeias, à luz da circunstância de que Portugal está entre os maiores defensores do acordo.
    - Organização de eventos políticos e acadêmicos com autoridades e especialistas brasileiros em Portugal para a defesa da entrada em vigor do Acordo MERCOSUL-UE.
    - Engajamento direto do corpo de funcionários da Embaixada no esforço de divulgação junto às sociedades política e civil locais dos benefícios da entrada em vigor do Acordo MERCOSUL-EU.
    - Acompanhamento de notícias na imprensa sobre o Acordo MERCOSUL-UE e eventual reação, em coordenação com a Secretaria de Estado, quando se publicam reportagens potencialmente refratárias ao interesse brasileiro quanto à entrada em vigor do acordo.
5. Promover intercâmbio de boas práticas em políticas sociais, com vistas a assegurar que os benefícios do crescimento econômico se distribuam mais equitativamente.
    - Promover reuniões entre autoridades da área social de ambos os Governos, com foco na redução das desigualdades.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Evolução do comércio bilateral.
2. Evolução do fluxo de investimentos entre os dois países.
3. Número de telegramas sobre temas de inteligência econômica.
4. Número de visitas trocadas entre as autoridades econômicas dos dois países.
5. Número de acordos da área econômica em negociação entre os dois países.
6. Número de acordos da área econômica firmados entre os dois países.
7. Número de eventos que a Embaixada do Brasil organizou ou participou diretamente em defesa da entrada em vigor do Acordo MERCOSUL-União Europeia.
8. Número de reportagens na imprensa portuguesa sobre iniciativas de caráter econômico promovidas pela Embaixada do Brasil.
9. Número de reuniões promovidas entre autoridades da área social de ambos os Governos.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR, QUANDO FOR O CASO

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover o diálogo com as instâncias competentes acerca de temas consulares.

   - Manter interação fluida e frequente com os consulados-gerais do Brasil existentes em Portugal, de modo a promover atuação coordenada e a identificar questões para cujo encaminhamento se recomendem gestões políticas.

   - Manter contato fluido com a área de assuntos consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de modo a estar habilitado a agir, sempre em coordenação com os consulados-gerais, no encaminhamento de questões que dependam de gestões políticas.

   - Contribuir para a realização periódica das reuniões da Subcomissão para Assuntos Consulares.

2. Possibilitar que mais profissionais brasileiros, de diferentes categorias, possam exercer a sua profissão em Portugal.

   - Gestionar junto às autoridades consulares portuguesas para que o conteúdo do "Estatuto de Igualdade entre Portugueses e Brasileiros" (arts. 12-22 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta de 2000) seja efetivamente implementado.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de interações mantidas com os consulados-gerais sobre temas de natureza consular.
2. Número de telegramas expedidos pela Embaixada sobre temas de natureza consular.
3. Número de telegramas expedidos pelos consulados-gerais em Portugal com retransmissão para a Embaixada.
4. Número de reuniões da Subcomissão para Assuntos Consulares.
5. Acordos bilaterais sobre temas de natureza consular firmados na gestão.
6. Outros arranjos bilaterais de natureza consular adotados após intervenção direta da Embaixada (e.g., adoção de novos procedimentos após troca de notas verbais).

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RENAN CALHEIROS

PARECER Nº , DE 2021

SF/21784.87364-26

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 68, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RAIMUNDO CARREIRO SILVA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa*.

Relator: Senador **RENAN CALHEIROS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor RAIMUNDO CARREIRO SILVA, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do indicado.

O indicado, Senhor **RAIMUNDO CARREIRO**, é Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2007, com mais de meio século de dedicação ao serviço público brasileiro. Raimundo Carreiro representa

SF/21784.87364-26

como poucos aquilo que o sociólogo alemão Max Weber qualificou como o ideal de servidor público: especialização, rigor técnico, cumprimento às regras, obediência à lei e atenção ao princípio da impessoalidade. Carreiro é sabedor do significado de 'servir' ao público e não se servir do público. Afinal são mais de 50 anos de dedicação e serviços prestados à administração pública.

Ele nasceu em Benedito Leite, no Estado do Maranhão, a 6 de setembro de 1948. Graduou-se em Direito em 1981, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília.

Exerceu a advocacia entre os anos de 1982 e 1995.Teve uma brilhante carreira como servidor do Senado Federal, acumulando em 39 anos de Senado Federal uma experiência única que o credencia para exercer as mais nobres funções, comparáveis às que ele já exerceu durante sua trajetória profissional. Nesta Casa, exerceu os cargos de Expedidor da Gráfica, Assistente Legislativo, Técnico em Legislação e Orçamento e Analista Legislativo dedicado à área de orçamentos públicos. No Senado Federal, foi Secretário-Geral da Mesa Adjunto, Diretor da Secretaria de Comissões e Secretário da Comissão Representativa do Congresso Nacional. Nomeado pelo Presidente José Sarney, atuou como Secretário-Geral da Mesa por três legislaturas, entre 1995 e 2007, período de 13 anos que correspondeu ao mandato de seis Presidentes do Senado Federal. Essa síntese sumária, relativa apenas ao longo período profissional no Senado Federal, caracteriza aquilo que muitos retoricamente cobram como a meritocracia, que deveria ser mais frequentemente observado. A ascensão funcional de Carreiro no Senado Federal, dos cargos iniciais mais modestos ao comando do centro Legislativo, demonstra por si só a capacidade e competência dele. Se no passado tivemos de compartilhar o Carreiro

com o TCU, agora, dividiremos com mundo, com sua indicação para ser embaixador em Portugal. Terá por lá, tenho certeza, todo reconhecimento e prestígio que conquistou no Brasil.

Como mencionei, Raimundo Carreiro, que tenho a honra de ter como um amigo, além de um técnico extremamente qualificado, testemunhou ciclos históricos, decisivos para o renascimento da democracia brasileira. Essa vivência história teve seu apogeu na elaboração da Constituição de 1988, a revisão constitucional e o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo, em 1993, além de vários anos nos dispositivos de regulamentação da nossa Carta Magna que ajudou a emoldurar a carta Cidadã, como bem qualificou o nosso saudoso Ulysses Guimarães, símbolo máximo da redemocratização brasileira. Foram 49 emendas à Constituição em doze anos –, incluindo a construção dos marcos regulatórios sobre a privatização das telecomunicações, a flexibilização do monopólio da exploração de gás natural e petróleo, a navegação de cabotagem, e as reformas do Poder Judiciário e da Previdência Social. Outra fonte de profícuos aprendizados foi o **referendo** nacional sobre o comércio de armas e munições, em 2005. Faço essa referência, em especial, porque esse referendo também é um dos orgulhos que carrego na vida publica, como ferramenta eficiente no combate à violência e à cultura da morte.

No Senado Federal, destacamos sua atuação como Secretário-Geral da Mesa. A Secretaria-Geral é órgão absolutamente indispensável na elaboração, condução e sistematização de tudo o que se passa no Senador Federal. É o que podemos qualificar como o centro nervoso do Legislativo no que tange a sua missão precípua, que é legislar, além de fiscalizar. No período em que foi Secretário-Geral

SF/21784.87364-26

SF/21784.87364-26

da Mesa, Raimundo Carreiro destacou-se pela segurança do seu conhecimento técnico, equilíbrio, temperança, agilidade de raciocínio, bem como pelo oferecimento de assessoria qualificada a todos os Senadores. O Regimento do Senado Federal é complexo, detalhista, do ponto de vista jurídico e Raimundo Carreiro sempre soube oferecer respostas seguras às demandas do Presidente do Senado e dos demais Senadores com sensatez e equanimidade. A Secretaria-Geral da Mesa, como já apontei em outras ocasiões, é o coração da Casa. Permanecer à sua frente por tanto tempo já é, por si só, demonstração de impressionante competência técnica, gerencial e, relevem a observação de excelente disposição física. São horas e horas, maratonas de sessões, muitas naturalmente tensas, que envolvem não apenas conhecimento regimental, jurídico e constitucional, mas equilíbrio, serenidade, paciência e, sobretudo, dedicação. Afinal a conhecida SGM impõe uma espécie de sacerdócio, tal o volume e a complexidade do trabalho, fiscalizado diuturnamente, e com lupa, pela sociedade. É uma responsabilidade enorme, mas recompensadora. Lembro-me das palavras dele quando aqui fizemos uma modesta homenagem aos titulares da Secretaria da Mesa, onde ele mencionou que a SGM é uma orquestra que demanda “aplicação, mas também inspiração”, disse se referindo aos episódios em que os impasses políticos exigem ousadia e soluções criativas.

Em 2007, quando tive a honra de presidir esta Casa, Carreiro foi escolhido pelo Senado Federal e posteriormente nomeado pelo Presidente da República para exercer o honroso e, igualmente complexo, cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, corte que chegou a presidir no biênio 2017-2018 (além de ter ocupado a sua vice-presidência no biênio imediatamente anterior). Frise-se, aqui,

SF/21784.87364-26

que o Senado Federal aprovou seu nome por unanimidade para a vaga no TCU. Foram 73 votos favoráveis e nenhuma abstenção. Na Câmara dos Deputados, seu nome foi aprovado por quase 90% dos deputados presentes à sessão. Aqui me permito uma pequena ressalva porque todos que aqui estão, ou estiveram, sabem a dificuldade para se construir uma maioria, imagine a unanimidade. Me permitir ainda uma humilde divergência com Nelson Rodrigues. Nessa unanimidade expressou-se uma inteligência justa e meritória. Naquela sessão do Senado, nada menos que 37 senadores, entre os 73 presentes, enalteceram a aprovação de Raimudo Carreiro para o Tribunal de Contas da União.

Na condição de Ministro do Tribunal de Contas da União foi relator de mais de 14 mil processos. Neste período relatou mais de 25 mil acórdãos, sendo quase 5 mil deles apreciados pelo Plenário do órgão. Além disso foram mais de 8 mil despachos feitos por ele.

Durante o período em que presidiu o Tribunal de Contas da União no biênio 2017-2018, passou a vigorar a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal.

Segundo informações fornecidas pelo Tribunal, em sua gestão, foram economizados mais de 33 milhões de reais. Importante ressaltar que sempre primou pelo diálogo em sua gestão.

Além disso, deu protagonismo às secretarias do Tribunal localizadas nas capitais dos 26 Estados. Tal iniciativa, ressalte-se, era defendida por ele desde muito antes.

SF/21784.87364-26

Em termos de estrutura da Corte de Contas, deu continuidade às ações de espelhar as áreas de atuação das unidades técnicas do tribunal ao que se passa no Executivo e Legislativo.

Marco importante de sua gestão foi a criação da Secretaria de Estratégias de Controle para o Combate a Fraude e Corrupção (Seccor). Durante o biênio em que Carreiro esteve à frente do TCU, ocorreram 1700 ações de controle externo, com benefícios potenciais de mais de R$ 22 bilhões ao erário.

Destaco, a seguir, alguns temas em que a atuação do Doutor Raimundo Carreiro foi relevante:

- Seguro DPVAT: Ele determinou à Superintendência de Seguros Privados (Susep) providências para assegurar a continuidade da operacionalização do Seguro DPVAT, sem qualquer interrupção.

- Garantia adicional: tema dos mais controversos, foi pacificado em relatório no Ministro Carreiro. O tema referia-se à garantia adicional exigida do licitante.

- BR-381 e BR-262: relatou o processo de concessão dessas rodovias, em que ambulâncias e motos terão isenção da tarifa de pedágio.

- Leilão 5G: um dos assuntos mais importantes para o futuro do Brasil. O processo foi relatado pelo Ministro Carreiro. O plenário aceitou a proposta de obrigação de conectividade das escolas públicas de educação básica, com determinados padrões de qualidade e velocidade.

SF/21784.87364-26

- Seguro de responsabilidade civil pela Petrobras não deve cobrir atos dolosos: A medida reduz possíveis fontes de insegurança jurídica, proporcionando maior clareza à norma.

- Teto de gastos e concursos: todas as despesas com a realização de concursos públicos devem ser consideradas integralmente na base de cálculo do teto de gastos e computadas para a aferição do seu cumprimento.

- Nova Lei de licitações: O ministro Raimundo Carreiro apontou ao Plenário da Corte de Contas a provável inconstitucionalidade de alguns dispositivos na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).

- Responsabilidade das estatais: Processo relevante apreciado em outubro de 2020 foi a fiscalização sobre a adequação de 20 estatais federais à Lei 13.303/2016, a Lei de Responsabilidade das Estatais (LRE).

Esses foram alguns dos muitos exemplos do quão relevante foi a passagem do Ministro Carreiro pelo Tribunal de Contas da União.

É autor dos artigos *Depoimento: notas históricas sobre a Constituição de 1988*, publicado na Revista de Informação Legislativa (ano 56, nº 222, abril-junho de 2019) e *Trinta anos de consolidação democrática*, que integra a obra *Constituição da República: um projeto de nação — homenagem aos 30 anos*, publicada pelo Conselho Federal da OAB.

SF/21784.87364-26

Ao longo de sua trajetória, foi agraciado com condecorações de relevo, dentre as quais se destacam a Ordem do Mérito Aeronáutico, a Medalha Mérito Tamandaré, a Medalha do Pacificador, a Ordem do Congresso Nacional, a Ordem do Mérito Educativo e a Ordem de Rio Branco.

Por sua longa dedicação à causa pública, pelo excelente diálogo que soube criar junto às mais elevadas instâncias formuladoras de políticas públicas, em Brasília, pelos conhecimentos que acumulou sobre o funcionamento do Estado e da sociedade brasileiras — por todas essas razões, o Doutor Raimundo Carreiro, se confirmado pelo Senado Federal, saberá exercer com distinção a missão de aprofundar o diálogo político e a cooperação com o Governo português, de defender os interesses e projetar os valores da sociedade brasileira junto à portuguesa, em posto diplomático sob todas as medidas singular, pela proximidade cultural com o Brasil.

Nossos laços históricos, políticos e culturais com Portugal nos obrigam sempre a indicar para o cargo de Embaixador brasileiro naquele país um nome que seja capaz de honrar as cores brasileiras e demonstrar o quão grande é o nosso afeto e respeito por aquela nação. Raimundo Carreiro, em minha avaliação preenche com folga esses dois ideais: honrar o Brasil e respeitar Portugal.

Além do currículo do indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Portugal. Constam dos documentos informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com

cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, e economia.

Segundo o Relatório de Gestão do Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, que ocupou o cargo de 2019-2021:

> A relação entre o Brasil e Portugal, como se sabe, é particularmente densa, pela solidez dos laços históricos, econômicos e culturais a unir os dois povos. Este pano de fundo dava-nos as condições de avançar no sentido que me propus, a despeito do cenário desafiador, de modo que, superada a pandemia, pudéssemos avançar no adensamento dos laços de amizade e cooperação luso-brasileiros, sem jamais perder de vista o caráter instrumental que uma relação sólida com Portugal tem na consecução de outros objetivos nacionais (particularmente na União Européia e no mundo lusófono).

Além disso, destaca-se que o eixo lusófono é considerado prioritário para Portugal, credenciando-o como interlocutor privilegiado dos demais países de língua portuguesa Trata-se do espaço em que Portugal concentra o maior volume de iniciativas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, por meio de Programas Estratégicos de Cooperação com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, implementados pelo Instituto Camões.

O Brasil corresponde a essas expectativas e igualmente tem uma agenda própria para os países lusófonos. Além disso, estima-se que há 183.993 residentes brasileiros em Portugal, segundo

SF/21784.87364-26

estatísticas de 2020, o que torna o setor consultar de grande valia para atender a essa enorme população.

Ao levar em conta a elevada experiência e conhecimento adquiridos no serviço público, tanto no Senado Federal quando no Tribunal de Contas da União, considero como valorosa a indicação do senhor Raimundo Carrero Silva para exercer o cargo de Embaixador da República Portuguesa. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório e entendo que a matéria está apta para deliberação desta Comissão.

SF/21784.87364-26

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2021.

, Presidente

, Relator

7

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO*
CPF.: 221.191.831-04
ID.: 7333 MRE

1959	Filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão, nasce em 14 de janeiro, em Nova York, EUA (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1979	CPCD - IRBr
1984	CAD - IRBr
1988	Mestrado em Relações Internacionais pela American University, Washington-DC/EUA
1997	CAE - IRBr, “Globalização: arautos, céticos e críticos. O conceito, o debate atual, alguns elementos para a política externa brasileira”
Cargos:	
1980	Terceiro-secretário
1982	Segundo-secretário
1987	Primeiro-secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
1999	Ministro de segunda classe, por merecimento
2006	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1980	Divisão da América Meridional-II, assistente
1981	Departamento das Américas, assistente
1982	Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil
1982	Secretaria-Geral, Assessor
1984	Missão Permanente junto à OEA, Washington, segundo-secretário
1987	Embaixada em Assunção, segundo-secretário e primeiro-secretário
1990	Instituto Rio Branco, professor-assistente de Relações Internacionais
1990	Instituto Rio Branco, orientador profissional
1990	Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
1992	Fundação Alexandre de Gusmão, diretor-geral
1993	Instituto Rio Branco, professor de Linguagem Diplomática
1993	Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, chefe de Gabinete do Ministro
1994	Ministério da Fazenda, assessor do Ministro
1995	Embaixada em Londres, conselheiro
1998	Gabinete do Ministro de Estado, subchefe e porta-voz
1999	Instituto Rio Branco, professor de Política Externa Brasileira
2001	Embaixada em Washington, ministro-conselheiro e encarregado de negócios
2005	Ministério da Fazenda, chefe de Gabinete do Ministro
2008	Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, secretário
2011	Embaixada em Tóquio, embaixador
2013-16	Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas, delegado permanente
2016-18	Secretário-Geral das Relações Exteriores Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores nas ausências do titular

2019-	Missão junto à União Europeia, embaixador
Publicações:	
1993	Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria, in Estudos Históricos, vol. 6, n. 12
1998	Globalização: arautos, céticos e críticos, in Política Externa, vol. 6, n. 4 e vol. 7, n. 1
2010	Brazil, Russia, India and China: Brand BRIC Brings Chance, in The World Today (August 2010, Number 3).
2011	O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante, in Política Externa, vol. 20, n. 3
Condecorações:	
1981	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro
1983	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1999	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
1999	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2000	Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial
2011	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2011	Grande Medalha do Mérito Presidente Juscelino Kubitscheck, Estado de Minas Gerais, Brasil
	Ordem do Sol Nascente, Japão, Grande Cordão
	Ordem do Infante Dom Henrique, Cavaleiro, Portugal.

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2021

(nº 554/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 554

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de outubro de 2021.

EM nº 00199/2021 MRE

Brasília, 13 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 897/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 03 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 03/11/2021, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2983462** e o código CRC **A74EC44D** no site:



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007992/2021-29 SEI nº 2983462

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CHINA





Outubro de 2021

PERFIS BIOGRÁFICOS

XI JINPING
Presidente da República



Nasceu em 1953. Formado em engenharia química com doutorado em direito. De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo. Exerceu cargos em nível provincial, e, entre 2002 e 2007, foi governador e secretário local do PCC na província de Zhejiang. Tornou-se, em 2008, vice-presidente da China. Sucedeu, em novembro de 2012, a Hu Jintao como Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da Comissão Militar Central e, em março de 2013, como Presidente da República. Visitou o Brasil em fevereiro de 2009, no cargo de Vice-Presidente, e, como Presidente, em julho de 2014 e novembro de 2019. Já manteve dois encontros com o Presidente Jair Bolsonaro, em outubro (Pequim) e novembro (Brasília) de 2019.

WANG YI
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 1953. Serviu no Exército de Libertação do Povo por oito anos e especializou-se em japonês na Universidade de Estudos Internacionais de Pequim. Foi, de 2001 a 2004, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 2004, foi nomeado embaixador no Japão. Tornou-se, em 2007, membro do Comitê Central do Partido Comunista da China. Foi, de 2008 a 2012, diretor do Escritório do Conselho de Estado para Assuntos de Taipé Chinês. Assumiu, em 2013, o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 2018, foi elevado também à posição de Conselheiro de Estado. Em julho de 2019, esteve em Brasília, para co-presidir a 3ª edição do Diálogo Estratégico Global Brasil-China (DEG).

YANG WANMING
Embaixador da China no Brasil



Nasceu em 1964. Possui mestrado em economia e doutorado em direito. Ingressou no serviço exterior chinês em 1990 e dedicou toda sua carreira à América Latina e Caribe. Fluente em espanhol, serviu no México, como conselheiro, e no Chile e na Argentina, como embaixador. De 2007 a 2012, foi diretor-geral do Departamento de Assuntos Latino-Americanos e Caribenhos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, período em que coordenou a elaboração do primeiro *white paper* sobre a política externa chinesa para a região. Tornou-se embaixador da China no Brasil em 2018.

VISÃO GERAL

Em 2014, a China tornou-se a maior economia do mundo pelo critério da paridade de poder de compra (PIB PPP). A classe média chinesa cresceu substancialmente nas últimas décadas, com contingente estimado em torno de 400 milhões de pessoas (a população total é de 1,4 bilhão), cuja capacidade de consumo deverá ser potencializada como grande motor da economia. Nos últimos anos, houve relativa desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Entre 1979 e 2015, a economia cresceu a uma taxa média anual de 9,3%. Em 2018, a taxa de crescimento foi de 6,6%; em 2019, foi de 6,1% e, em 2020, de 2,3%. Ainda que seja a menor alta do PIB chinês desde o fim da Revolução Cultural, o resultado concedeu à China o posto de única entre as grandes economias mundiais a registrar crescimento positivo em 2020. A China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. China e Brasil mantêm Parceria Estratégica desde 1993 e Parceria Estratégica Global desde 2012.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais são maduras, sólidas e baseadas em interesses comuns. Seus princípios basilares são soberania, respeito mútuo, cooperação, busca de resultados concretos para o bem-estar de suas populações e não-interferência no processo político interno de cada país. A China permanece, desde 2009, como o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos em território brasileiro.

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa e adquiriram progressiva densidade e elevado grau de institucionalização. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica — a primeira do Brasil com um país em desenvolvimento — e, a partir de 2004, passaram a contar com o arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância bilateral. A Comissão é o principal órgão decisório do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC).

Em 2012, foi estabelecida a Parceria Estratégica Global entre o Brasil e a China, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de ministros das relações exteriores para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral.

A densidade da agenda bilateral é refletida na intensa troca de visitas de alto nível entre as autoridades dos dois países. Em maio de 2019, o Vice-Presidente Hamilton Mourão realizou visita à China, no contexto da V COSBAN. Entre os dias 24 e 26 de outubro do mesmo ano, o Presidente Jair Bolsonaro realizou visita de Estado à China, onde manteve encontros com o Presidente Xi Jinping, com o Primeiro-Ministro Li Keqiang e com o Presidente do Congresso Nacional do Povo, Li Zhanshu, e participou de evento que reuniu empresários brasileiros e chineses. Durante a visita, foram assinados oito atos bilaterais nas áreas de ciência e tecnologia, agronegócio, energias renováveis, educação, entre outras. Em novembro, no contexto da realização da X Cúpula do BRICS, o Senhor Presidente da República encontrou-se novamente com o Presidente Xi Jinping, ocasião em que foram concluídos nove atos bilaterais, nas áreas do agronegócio, de saúde, de serviços, de investimentos, de transportes, de cultura e de migração.

A partir de 2020, diante das dificuldades de deslocamento impostas pela pandemia de COVID-19, a interlocução entre as autoridades permaneceu constante e passou a realizar-se por meio de telefonemas, cartas e outros canais de comunicação.

Em março de 2020, o Presidente da República manteve conversa telefônica com o Presidente Xi Jinping para tratar de temas da agenda bilateral e internacional. Também em 2020, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, manteve conversas telefônicas em abril e em setembro com o Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi.

Em 9 de abril de 2021, foi realizada conversa telefônica entre os Ministros Carlos França e Wang Yi. Foram discutidos diversos temas da agenda bilateral, como a reforma da COSBAN, cooperação em saúde e vacinas, sustentabilidade, cooperação econômica, comércio, investimentos, 5G, e cooperação em instâncias multilaterais e regionais.

COMÉRCIO

A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. O comércio bilateral atingiu, em 2020, seu maior volume histórico (US$ 102,56 bilhões), com saldo superavitário para o Brasil de US$ 33 bilhões. As exportações brasileiras destinadas à China cresceram 7% no período, apesar da pandemia, e representaram cerca de um terço do total exportado pelo país. A tendência se manteve em 2021 e, apenas nos nove primeiros meses do ano, já foram ultrapassados os valores recordes do ano anterior para a corrente de comércio, as exportações brasileiras e o superávit do Brasil.

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD bilhões)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan-set)
Intercâmbio total	77.1	75.4	83.3	77.9	66.2	58.5	74.8	98.6	98.7	102.5	105,6
Exportações	44.3	41.2	46.0	40.6	35.5	35.1	47.5	63.9	63.4	67.8	71,6
Importações	32.8	34.2	37.3	37.3	30.7	23.4	27.3	34.7	35.3	34.8	34
Saldo	11.5	7.0	8.7	3.3	4.8	11.7	20.2	29.2	28.1	33.0	37,6

Fonte: COMEX Stat

As exportações brasileiras à China atingiram US$ 67,8 bilhões em 2020 (recorde até então). A alta tem sido sustentada por um aumento na demanda chinesa por *commodities* ao longo dos últimos anos. De janeiro a setembro de 2021, as exportações atingiram US$ 71,6 bilhões, 34,1% a mais que o mesmo período de 2020. Em 2020, a pauta exportadora brasileira esteve concentrada sobretudo em três produtos: soja (31%), minério de ferro (27%) e petróleo (17%). Essa tendência foi mantida nos nove primeiros meses de 2021: soja (33%), minério de ferro (33%) e petróleo (15%).

O Brasil é o principal fornecedor de produtos do agronegócio à China, que absorveu mais de um terço de tudo que foi exportado pelo agronegócio brasileiro, com 33,7% em 2020, e 32,17% nos primeiros meses de 2021 (Agrostat – MAPA).

Desde o início de 2019, foram assinados importantes acordos sobre questões sanitárias e fitossanitárias, com destaque para protocolos para a exportação de carne bovina termoprocessada, farelo de algodão e melão. O Brasil segue buscando outros avanços nessa área, para ampliar ainda mais a presença de produtos brasileiros no mercado chinês. Exemplos de pleitos brasileiros incluem o reconhecimento pela China

do status do Brasil como país livre de febre aftosa e com risco negligenciável de encefalopatia espongiforme bovina e a assinatura de protocolos sanitários para a exportação de proteína de soja, milho, gergelim, farelo de soja, noz pecã, amendoim, feijão caupi, uva, abacate, pelotas de polpa cítrica, levedura, arroz, sorgo e leguminosas. Com relação às barreiras técnicas, foi assinado o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operador Econômico Autorizado (OEA) e entrou em vigor projeto-piloto entre o INPI e o Instituto Chinês de Propriedade Intelectual (CNIPA) para agilizar pedidos de patentes. Em 2020, as exportações de proteína animal (bovina, suína e de frango) representaram 9,7% do total (foram 7,18% em 2019), contribuindo para a diversificação da pauta.

Principais produtos brasileiros exportados para a China em 2020		
Produto	**Valor (US$ bilhões)**	**Participação no total**
1º Soja	20,9	31%
2º Minério de ferro e seus concentrados	18,5	27%
3º Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	11,3	17%
4º Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	4	6%
5º Celulose	2,9	4,2%

Enquanto a pauta de exportações brasileiras para a China está concentrada em produtos da indústria extrativa (45%) e agropecuária (32%), a pauta de exportações da China para o Brasil é praticamente toda composta de produtos da indústria de transformação (99%). Ao contrário do que ocorre com o Brasil, a pauta chinesa exibe elevado grau de diversificação, com as cinco principais categorias de produtos exportados somando menos de um terço da pauta (32,5%), proporção semelhante à ocupada na pauta brasileira somente pela soja (31%). Essa tendência se repetiu nos nove primeiros meses de 2021, porém com um aumento de 35,2% nas importações em relação ao mesmo período de 2020.

Principais produtos chineses exportados para o Brasil em 2020		
Produto	**Valor (US$ bilhões)**	**Participação no total**

1º Equipamentos de telecomunicações incluindo peças e acessórios	4,4	13%
2º Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores	2,2	6,2%
3º Plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes	1,89	5,4%
4º Compostos orgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais e sulfonamidas	1,74	5%
5º Demais produtos - Indústria de transformação	1,72	5%

Defesa Comercial

Atualmente, o Brasil possui 48 medidas antidumping contra produtos chineses, das quais duas contam com compromissos de preços e uma medida compensatória em vigor. Um dos direitos antidumping e o direito compensatório encontram-se suspensos. Sete das medidas antidumping estão sob revisão, processo durante o qual os direitos seguem em vigor. Além disso, há duas investigações antidumping e uma investigação de subsídios originais correntes, no Brasil, contra produtos chineses.

A China, por sua vez, aplica, atualmente, apenas uma medida de defesa comercial contra o Brasil, o antidumping sobre frangos, que conta com compromisso de preços. O país asiático não leva a cabo, hodiernamente, nenhuma investigação de defesa comercial sobre produtos brasileiros.

AGROPECUÁRIA

Em 2020, o agronegócio foi responsável por quase metade das exportações do Brasil no ano, ao atingir uma participação recorde de 48%. Entre os cinco principais produtos exportados no ano, três (soja, carne bovina, celulose) são do setor. A China é o principal destino das exportações agropecuárias brasileiras. Do conjunto das importações agrícolas chinesas em 2020, 22% foram supridos pelo Brasil (US$ 21 bilhões), colocando o país na posição de principal fornecedor de produtos agrícolas daquele país. A China foi o destino de 33,7% das exportações do agronegócio brasileiro, bem à frente de outros mercados, como os Estados Unidos (6,9%) e os Países Baixos (4%). Nos oito primeiros meses de 2021, a China segue como o principal destino de produtos do agronegócio brasileiro, com 37,9% das exportações brasileiras do setor.

Avanços recentemente obtidos nas relações sanitárias e fitossanitárias entre os dois países podem ser creditados, em grande medida, às discussões no âmbito da Subcomissão de Temas Sanitários e Fitossanitários (anteriormente chamada Subcomissão de Inspeção e Quarentena) da COSBAN. Podem-se citar, entre esses avanços, os seguintes: a) assinatura de certificados sanitários/fitossanitários para carne

bovina termicamente processada; farelo de algodão; exportação de melão brasileiro para a China e exportação de pera chinesa para o Brasil; b) envio de missões para inspeção "in loco" de estabelecimentos produtores de farelo de soja, farelo de algodão, material genético avícola, proteína concentrada de soja e soro fetal bovino; e c) habilitação (ou levantamento de suspensão de importação) de estabelecimentos chineses de pescado.

Carne bovina (SH 0202): As exportações brasileiras de carne bovina para a China registraram aumento de 50% em valor e 74% em volume em 2020, atingindo a marca de US$ 4 bilhões e 869 mil toneladas. O Brasil respondeu por 40% das importações chinesas totais, o que consolida o país na posição de principal fornecedor para a China, à frente da Argentina (23%) e da Austrália (11%). Nesse ano, o mercado chinês absorveu 60% do valor total das exportações de carne bovina do Brasil (72% incluindo-se Hong Kong), ao passo que o produto brasileiro representou 9% do consumo doméstico de carne bovina na China. Entre janeiro e setembro de 2021, o setor respondeu por 6% do total das exportações brasileiras para o país asiático, com variação de 50% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento deve-se, em grande medida, a mudanças de hábito do consumidor chinês. Com o aumento da renda, a crescente fatia da classe média tende a consumir mais carne bovina, em substituição a outras fontes de proteína animal.

Em cumprimento ao protocolo sanitário firmado entre o Brasil e a China, as exportações de carne bovina àquele país foram suspensas em 6/9/21, depois da confirmação de dois casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), em sua forma atípica, em território brasileiro. Diferentemente da forma clássica da doença, a forma atípica é ocorrência aleatória e natural no rebanho bovino, especialmente em vacas de idade mais avançada. Trata-se do quarto e do quinto casos de EEB atípica registrados em mais de 23 anos de vigilância para a doença. O Brasil nunca registrou a ocorrência de caso de EEB clássica, mantendo, desde 2012, o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como país de risco insignificante para a doença. A Embaixada em Pequim e autoridades do MAPA têm prestado informações e realizado gestões, em diferentes níveis, para a retomada das exportações.

Carne de frango (SH 0207): As exportações brasileiras de carne de frango para a China aumentaram 2,5% em valor e 14% em volume no ano de 2020, totalizando US$ 1,27 bilhão e 672 mil toneladas. O Brasil respondeu por 45% das importações totais da China nesse ano, queda significativa com relação aos anos anteriores. Entre janeiro e setembro de 2021, o país exportou US$ 973 milhões, decréscimo de 1% em relação ao mesmo período de 2020.

Carne suína (SH 0203): As exportações brasileiras de produtos suínos para a China continental em 2020 dobraram em valor e em volume em relação a 2019, alcançando US$ 1,2 bilhão e 498 mil toneladas. O Brasil respondeu por 11% das importações totais, na posição de terceiro principal fornecedor para a China no período, atrás de Espanha (22%) e Estados Unidos (16%). Mesmo com esse aumento recente, que tornou o mercado chinês destino de 58% do valor total das exportações brasileiras de carne suína (69% se também consideradas as vendas para Hong Kong), as importações brasileiras representam apenas 1% do consumo doméstico de carne suína na China (com base em dados do USDA).

As importações chinesas de carne suína alcançaram recorde histórico em 2020, elevando a participação do país asiático no comércio global desse produto acima de 50%. Entretanto, fontes externas estimam declínio de 10% a 30% nas importações em

decorrência da recuperação do plantel suíno. Estima-se que o plantel suíno deverá exceder 80% do nível pré-pandemia de peste suína africana (PSA), enquanto dados oficiais apontam que o plantel já teria recuperado 90% do nível anterior à epidemia de PSA. Entre janeiro e setembro de 2021, o Brasil exportou US$ 1,1 bilhão à China, acréscimo de 23% em relação ao mesmo período de 2020.

Pescados (SH Capítulo 3): A China representou o segundo principal destino das exportações de pescado brasileiro em 2020 com US$ 18,2 milhões, atrás apenas dos EUA, com 59,4 milhões (54%). Nos nove primeiros meses de 2021, as exportações brasileiras à China atingiram US$ 25,7 milhões (aumento de 41% com relação ao mesmo período do ano anterior).

Soja (SH 1201): A soja foi o principal produto da pauta exportadora do agronegócio em 2020, com vendas de US$ 35,24 bilhões e 101,04 milhões de toneladas. Quase três quartos (73%) das exportações brasileiras de soja vão para a China. O Brasil continua sendo o principal fornecedor de soja para a China, com 63% das compras chinesas, seguido dos EUA, com participação de 27% (2020). O grão representou 31% de participação nas exportações totais para a China. Entre janeiro e setembro de 2021, o Brasil exportou US$ 23,7 bilhões, uma variação positiva de 19,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, representando 33% do total das exportações brasileiras até o momento.

Desde 2013, a soja figura como o produto brasileiro mais exportado para a China. Em 2018, as exportações totalizaram US$ 27,3 bilhões, o que representou 42% da pauta exportadora brasileira para esse parceiro. Em 2019, houve queda expressiva da exportação de soja, tanto em valores absolutos, (US$ 20,5 bilhões, 25% a menos do que no ano anterior), quanto em participação na pauta de exportações (32% do total). A diminuição das exportações de soja para a China decorreu, principalmente, da epidemia de peste suína africana iniciada em meados de 2018, que diminuiu entre 25% e 35% a produção chinesa de carne suína e, em consequência, o consumo de ração à base de soja. Mesmo com essa diminuição, as exportações de soja para a China em 2019 corresponderam a 78,5% do total das exportações brasileiras do produto. Em 2020, apesar da pandemia de Covid-19, as exportações de soja para a China mantiveram-se estáveis, com leve diminuição em relação ao ano anterior, alcançando US$ 20,9 bilhões, 31% do total das exportações.

Entre 2015 e 2020, o Brasil manteve-se como o principal exportador de soja para a China, obtendo em média 58,5% de participação nas importações chinesas do produto.

Algodão (SH 5201): As exportações brasileiras de algodão saltaram de US$ 28,2 milhões em 2017 para US$ 490 milhões em 2018, alcançando US$ 819 milhões em 2019. Em 2020, o Brasil exportou US$ 1,01 bilhão para o mercado chinês, com aumento de 23,9% em relação ao ano anterior. Esse montante corresponde a mais de 30% do algodão exportado pelo Brasil. Com base nos dados disponíveis, o Brasil é o maior fornecedor de algodão para a China, seguido de Austrália, Estados Unidos e Índia. Nos nove primeiros meses de 2021, as exportações brasileiras à China atingiram US$ 527,6 milhões (aumento de 23% com relação ao mesmo período do ano anterior).

Açúcar (SH 17): Depois de exportações de US$ 598,8 milhões em 2016 (63% do total de açúcar importado pela China), as exportações brasileiras de açúcar diminuíram para US$ 344,2 milhões em 2017 (38,8%), chegando a seu piso em 2018, com exportações de apenas US$ 30,4 milhões (4% do total importado pela China). Em 2019,

as exportações recuperaram espaço e alcançaram US$ 390 milhões (40,5% do total). A queda abrupta da participação brasileira em 2018 decorreu de salvaguarda aplicada pelas autoridades chinesas em maio do ano anterior. Os dois países chegaram a entendimento em 2019, pelo qual o Brasil concordou em não dar andamento a processo de solução de controvérsias na OMC em troca do compromisso chinês de não renovar as salvaguardas. Os números cresceram desde então, alcançando US$ 1,29 bilhão em 2020, variação positiva de 230,7% em relação ao ano anterior. A trajetória ascendente continua em 2021 (janeiro a setembro) com aumento de 58,9% (US$ 1,2 bilhão) em comparação ao mesmo período do ano anterior. Nos nove primeiros meses de 2021, as exportações brasileiras à China atingiram US$ 1,1 bilhão (aumento de 58,9% com relação ao mesmo período do ano anterior).

Melões frescos: Após assinatura de protocolo em 2019, foi oficialmente autorizada a exportação de melão brasileiro para China, tendo o primeiro carregamento chegado no segundo semestre de 2020. Como resultado, as exportações de melões frescos alcançaram a cifra de U$ 125.175 naquele ano. Nos três primeiros trimestres de 2021, as exportações brasileiras à China foram pouco significativas.

INVESTIMENTOS

De acordo com dados compilados pelo Ministério da Economia, a China foi o segundo maior investidor no Brasil entre 2003 e 2019 (terceiro trimestre), com estoque estimado em US$ 80 bilhões. O montante é inferior apenas aos investimentos feitos pelos EUA, estimados em US$ 82 bilhões no final do mesmo período. Relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), com dados compilados entre 2007 e 2020, aponta estoque de US$ 66 bilhões, montante que corresponde a quase metade (47%) dos investimentos chineses na América do Sul. Com relação ao destino dos investimentos chineses, destacam-se os setores de energia elétrica (geração e transmissão) e de extração de petróleo, bem como de transportes, telecomunicações, serviços financeiros e indústria.

A China é, ainda, a principal origem externa de investimentos no PPI. Com projetos que totalizam USD 76,8 bilhões, o país responde por um quarto (25,8%) de todo o investimento estrangeiro potencial previsto no programa. Os investimentos chineses no programa destinam-se aos setores de energia elétrica (geração e transmissão) e de extração de petróleo.

Em novembro de 2019, as estatais chinesas CNOOC e CNODC participaram nos consórcios vencedores da rodada de licitações do excedente da cessão onerosa do pré-sal.

Parte significativa dos investimentos chineses no Brasil dirige-se a iniciativas já existentes no mercado doméstico brasileiro, como geração e distribuição de energia, setor automobilístico e serviços bancários. Em alguns casos, como no setor automobilístico (associação entre a CAOA e a Chery) e no de serviços bancários (compra de participação no Nubank pela Tencent, por US$ 180 milhões), a presença chinesa ocorre em associação com empresas locais. Na área de energia elétrica, as empresas chinesas *State Grid* e a *Three Gorges* têm no Brasil cerca de metade de seus ativos no exterior.

Em termos de distribuição geográfica, empresas chinesas investiram em todas as regiões do Brasil. Há projetos chineses confirmados em 23 das 27 unidades federativas do País. A maior parte, no entanto, concentra-se na região Sudeste, em particular em São Paulo e no Rio de Janeiro. Quanto às demais regiões, destaca-se a decisão, em

leilão realizado em 2019, de que consórcio de empresas chinesas construiriam a ponte Salvador-Itaparica, no valor de 3,8 bilhões de reais.

Nas visitas do Presidente Jair Bolsonaro à China, assim como do Presidente Xi Jinping ao Brasil, ambas em 2019, reafirmou-se a posição de que a atração de investimentos em áreas de interesse nacional está entre as prioridades do governo brasileiro.

Investimentos brasileiros na China

Muito embora sejam menos expressivos os investimentos brasileiros na China, especialmente se comparados aos investimentos chineses no Brasil ou aos investimentos brasileiros em outras regiões, o volume tem crescido e o estoque já passaria dos 350 milhões. Relatório do CEBC posiciona a China no quarto lugar no ranking de países com investimentos brasileiros anunciados no exterior. Dentre as empresas brasileiras com presença na China destacam-se Vale, Petrobrás, Banco do Brasil, BRF, Embraer, Itaú, Odebrecht, Queiroz Galvão, Marfrig, WEG, Suzano, Tramontina, entre outros.

ENERGIA E MINERAÇÃO

Há grande interesse das empresas chinesas no setor energético brasileiro. As duas maiores empresas chinesas da área de energia elétrica, a "State Grid" e a "Three Gorges", reconhecem a importância das oportunidades oferecidas pelo mercado brasileiro e mantêm no Brasil mais de 50% de seus ativos no exterior. Na área de petróleo, empresas chinesas participaram do leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa do pré-sal, em 2019.

A Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN tem cumprido relevante papel como catalisadora da cooperação bilateral, servindo, sobretudo, como foro de intercâmbio de informações sobre políticas, regulamentação, estratégias de desenvolvimento e projetos-chave nas áreas de energia, geologia e mineração. Foram realizadas, ao todo, quatro reuniões da subcomissão. A última edição ocorreu em maio de 2019, oportunidade na qual foram discutidos temas afetos a mineração, petróleo e gás e bioenergia.

No contexto da visita de Estado do Senhor Presidente da República à China, realizada em 2019, o Ministro de Minas e Energia realizou missão ao país (21-26/10/19), quando manteve encontros com representante da NDRC e com o Ministro de Recursos Naturais Lu Hao, além de visitar a construção da plataforma de exploração de petróleo "offshore" da Petrobras na cidade de Qingdao. Durante a missão, o Ministério de Minas e Energia e a NDRC celebraram Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energias Renováveis e Eficiência Energética.

O memorando prevê a criação de subgrupos específicos e parcialmente independentes de energia renovável hidrelétrica, eólica e solar; bioenergia; e eficiência energética. No caso das energias renováveis, há espaço para trabalho conjunto no desenvolvimento de tecnologia e em diálogos bilaterais sobre atração de investimentos.

Brasil e China mantêm cooperação já tradicional no setor mineral (ferro, nióbio e cobre). A China importa cerca de 70% de suas necessidades em minério de ferro, item fundamental no comércio bilateral. O Brasil é o segundo maior fornecedor de minério de ferro para a China, ficando atrás da Austrália, que responde por 60% das importações chinesas.

O petróleo é um dos principais itens da pauta exportadora do Brasil para o mercado chinês. O país asiático tornou-se, em 2017, o maior importador mundial de petróleo, ultrapassando os EUA. A China importa, atualmente, 70% do petróleo que utiliza, parcela que poderá, de acordo com estimativas, atingir 80% em 2030. A China tornou-se também o maior importador mundial de gás natural. De acordo com a "US Energy Information Administration" (EIA), o país deverá responder por um terço do crescimento da demanda global de gás até 2022, em parte devido ao objetivo de mitigar a poluição atmosférica. O crescimento da demanda de petróleo e gás tem sido atendido principalmente por meio de compras no mercado internacional. A China é também a maior importadora de carvão do mundo (cerca de 300 milhões de toneladas em 2019).

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Um dos marcos para a cooperação parlamentar bilateral é a assinatura, em 2006, do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Intercâmbio entre a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional do Povo, que prevê contatos entre seus respectivos líderes e cooperação em nível de comitês especializados. O mecanismo regular de intercâmbio entre instituições legislativas dos dois países foi lançado em junho de 2012, por ocasião de visita à China do então Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

O Grupo Parlamentar Brasil-China na Câmara dos Deputados foi criado em 30 de junho de 1993 (Resolução nº 47/93) e o Grupo Parlamentar Brasil-China no Senado Federal foi criado em maio de 2004 (Resolução nº. 04/04).

Existe, no âmbito da corrente legislatura do Congresso Nacional do Povo chinês, grupo parlamentar de amizade com o Brasil, presidido pelo diretor do Comitê de Supervisão e Justiça e integrado por outros 12 representantes.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

O relacionamento bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) intensificou-se a partir de 2004, com a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e a assinatura do Plano Decenal de CTI 2012-2021 e do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021.

Os assuntos relacionados à CTI são tratados pela Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da COSBAN, que se reuniu pela quarta vez em setembro de 2017, em Brasília. A quinta edição desse mecanismo estava prevista para abril de 2020, em Pequim, mas foi adiada em função da pandemia de COVID-19. Ademais das discussões no âmbito da COSBAN, os dois países mantêm os chamados Diálogos de Alto Nível Brasil-China sobre C,T&I, cuja última edição ocorreu em junho de 2019, em Brasília, no nível de Secretário-Executivo.

Com o maior envolvimento de entidades privadas na cooperação em C, T e I, uma vertente que tem obtido resultados promissores é a aproximação de parques tecnológicos, fundos de capital de risco e startups. Essas áreas são exploradas também com atividades conexas à iBRICS Network (rede de parques tecnológicos do BRICS) e seus programas de incubação cruzada para startups.

Em outubro de 2019, no contexto da visita do Presidente Bolsonaro à China, foi assinado o “Memorando de Entendimento para o Intercâmbio de Jovens Cientistas”, que prevê a concessão de bolsas para cientistas que concluíram o doutorado recentemente para realizar suas pesquisas em universidades do outro país.

Em junho de 2021, realizou-se videoconferência entre o Ministro Marcos Pontes e o Ministro de Ciência e Tecnologia da China, Wang Zhigang. A pauta do encontro incluiu, entre outros pontos, saúde, intercâmbio de cientistas, COSBAN, cidades inteligentes e inteligência artificial.

Entre os projetos de cooperação bilateral em CTI, destacam-se o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, mantido entre a Universidade de Tsinghua e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), e a parceria estabelecida em 2019 entre Embrapa e INASEED/CAAS para a criação de laboratórios conjuntos voltados ao melhoramento e desenvolvimento de novas variedades de soja a partir de técnicas de edição de genoma.

No âmbito do Programa Diplomacia da Inovação, o MRE e os postos na China têm conduzido ou apoiado ações para atores brasileiros de C,T e I na China, a exemplo de iniciativas voltadas a startups, agritechs e fintechs, seminários e mobilização da diáspora brasileira. Dentro do programa Startout Brasil (iniciativa conjunta entre MRE, ME, Apex-Brasil, Sebrae e Anprotec), 15 startups brasileiras participaram de programa de internacionalização com destino a Xangai e pós-missão em Hong Kong, em dezembro de 2019.

COVID-19 E COOPERAÇÃO EM SAÚDE

Os dois países têm histórico de aproximação bilateral na área de saúde que data da década de 1980, ao amparo do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em 1982. A partir do início da década de 2000, o relacionamento Brasil-China no domínio da saúde ampliou-se e ganhou maior institucionalidade. Em 2011, os Ministros de Saúde assinaram o Plano de Ação Conjunta Brasil-China em Saúde, instrumento que norteou a cooperação para o setor. Em 2015, foi criada a Subcomissão de Saúde no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). A primeira reunião da Subcomissão de Saúde foi realizada em São Paulo, em novembro de 2017.

A segunda e mais recente reunião da Subcomissão de Saúde ocorreu à margem da 72ª Assembleia Mundial da Saúde (Genebra, 20-28/5/19) e contou com a participação do Ministro da Saúde do Brasil e do titular da Comissão Nacional de Saúde da China. Na ocasião, ambas as partes intercambiaram ideias e demonstraram interesse em reforçar a cooperação bilateral, com foco em prevenção e controle de doenças contagiosas e não-contagiosas; acesso a novos remédios e vacinas; respostas a emergências de saúde pública; resistência antimicrobiana; e medicina tradicional e alternativa. Foi assinado, em novembro de 2019, Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde e a Administração Nacional de Medicina Tradicional da República Popular da China no campo da Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa.

Brasil e China têm dialogado e cooperado constantemente no enfrentamento da crise causada pela pandemia. Em 2020, com a pandemia global, a cooperação para o seu enfrentamento tem sido item prioritário da agenda bilateral. Em fevereiro de 2020, o governo brasileiro enviou à China doações de produtos médicos arrecadados por doadores brasileiros e pela comunidade chinesa no Brasil. Em março, empresas e entidades chinesas mobilizaram-se para doar insumos médicos ao Brasil (estimativa das doações de empresas e governo chinês: 15 toneladas). Em julho de 2020, o Brasil recebeu doações de materiais médicos e equipamentos de proteção individual viabilizadas pela Agência Chinesa de Desenvolvimento para a Cooperação Internacional (CIDCA). Em junho de 2020, o Instituto Butantan estabeleceu parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac para testes, importação e produção no Brasil da

vacina CoronaVac. O imunizante começou a ser produzido pelo Butantan no início de 2021.

Em fevereiro de 2021, o governo chinês liberou a exportação do primeiro lote de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) para a produção da Oxford/AstraZeneca no Brasil. São produzidos na China os IFAs para a fabricação no Brasil tanto da CoronaVac quanto da vacina Oxford/AstraZeneca, esta na Fundação Oswaldo Cruz. Em conversa telefônica com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, realizada em 9 de abril, o Ministro Carlos França solicitou auxílio para fornecimento de IFAs com vistas à produção, no Brasil, de 60 milhões de doses da vacina Oxford-AstraZeneca. Até outubro de 2021, 75% das vacinas oferecidas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações haviam sido produzidas com insumos originários da China. A Embaixada do Brasil em Pequim acompanha cada processo de autorização de exportação dos insumos na China e, ao longo deste ano, realizou diversas gestões junto às autoridades chinesas com vistas a acelerar a liberação de IFAs para a Fiocruz e o Instituto Butantan.

COMUNIDADE CHINESA NO BRASIL

A primeira chegada oficial de imigrantes chineses no Brasil foi registrada em 15 de agosto de 1900, quando atracou no porto de Santos o navio a vapor Malange, vindo de Portugal e trazendo trabalhadores chineses para lavouras de café no interior do estado. O registro de 119 homens chineses, com idades entre 20 e 40 anos, consta nos arquivos da antiga Hospedaria dos Imigrantes, na capital paulista. Em 2018, Lei Federal instituiu o 15 de agosto como o Dia da Imigração Chinesa no Brasil. Estima-se que, atualmente, vivam no país cerca de 300 mil chineses e descendentes. Segundo dados da Polícia Federal, os chineses representam cerca de 5% do número de imigrantes registrados no Brasil.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

POLÍTICA INTERNA

O sistema político chinês é composto por duas grandes instituições verticais paralelas: (1) o Partido Comunista da China (PCC); e (2) o governo propriamente dito. Observa-se, na prática, sinergia entre instâncias partidárias e governamentais.

O PCC é o segundo maior partido político do mundo, com cerca de 92 milhões de membros, e está estruturado em três esferas concêntricas de poder: (1) o Comitê Permanente do Politburo, com 7 integrantes; (2) o Politburo, composto por 25 membros; e (3) o Comitê Central, com 376 integrantes (incluindo os alternos).

O Congresso Nacional do PCC, formalmente o principal órgão do Partido, é convocado a cada 5 anos e elege o Comitê Central. Esse último atua como órgão máximo quando o Congresso não está reunido. O Comitê Central, segundo a Constituição do PCC, deve reunir-se pelo menos uma vez por ano, nas chamadas sessões plenárias (ou “plenos). Como essas sessões costumam ocorrer apenas uma vez ao ano, a maioria das funções e responsabilidades recaem no Politburo e seu Comitê Permanente, cujas lideranças são consideradas as mais altas do Partido e do Estado.

O Politburo (Birô Político) é órgão de decisão intermediário entre o Comitê Central do Partido e o Comitê Permanente do Politburo. As reuniões têm frequência

menor que mensal. O poder do Politburo reside em grande parte no fato de seus membros geralmente deterem simultaneamente cargos dentro da estrutura estatal da República Popular da China e controlarem nomeações. O atual encarregado dos temas de política externa no Politburo é Yang Jiechi, que é o Diretor do Comitê Central de Negócios Estrangeiros do PCC.

O Comitê Permanente do Politburo, por sua vez, é um comitê composto pelos mais altos líderes da China, entre os quais o Presidente e o Primeiro-Ministro. Estima-se que o Comitê se reúna uma vez por semana. Cada membro tem um portfólio, como a economia e a legislação. De acordo com a Constituição do Partido, o secretário-geral do PCC é sempre um membro do Comitê Permanente. Na prática, o Comitê Permanente do Politburo atua como o mais poderoso órgão de decisão na China.

Governo Central

Na esfera governamental, a instância máxima de governo é, formalmente, o Congresso Nacional do Povo (CNP), ao qual estão submetidos o Poder Executivo e o Poder Judiciário. O CNP é composto por aproximadamente 3000 delegados eleitos – para mandatos de 5 anos – por unidades eleitorais representadas por províncias, regiões autônomas, municipalidades e Forças Armadas.

Enquanto o CNP tem apenas uma sessão programada por ano, seu Comitê Permanente reúne-se com periodicidade maior, a cada dois meses. O Comitê é integrado por 175 membros eleitos entre os deputados do CNP e seu presidente é o terceiro na hierarquia política chinesa, atrás apenas do Secretário-Geral do Partido e do Primeiro-Ministro da China. Atualmente, o Comitê Permanente é presidido por Li Zhanshu.

A Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) é órgão consultivo de assessoramento da cúpula partidária e governamental, composta por 2.157 membros que representam diversos grupos sociais. É atualmente chefiada por Wang Yang, membro do Comitê Permanente do Politburo. É formada, no nível nacional, por um Comitê Permanente (com 298 membros) e dez comitês especiais: encaminhamento de propostas; assuntos econômicos; população, recursos naturais e meio ambiente; educação, ciência, cultura, saúde e esporte; assuntos sociais e aplicação da lei; assuntos étnicos e religiosos; registros culturais e históricos; assuntos relativos a Hong Kong, Macau, Taipé Chinês e à comunidade chinesa no exterior; agricultura e assuntos rurais, e assuntos exteriores.

As sessões anuais do CNP durante a primavera chinesa ocorrem em paralelo às reuniões do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). Por serem os principais órgãos deliberativos da China, os encontros do Congresso do Povo e da Conferência são chamados de “As Duas Reuniões” (“Liang Hui”) ou “Sessões Gêmeas”. Na prática, tanto o CNP quanto o CCPPC costumam apenas referendar as decisões tomadas pela cúpula do PCC.

O principal órgão do Poder Executivo é o Conselho de Estado, equivalente ao “cabinet” no Ocidente. Atualmente, presidido pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang, é integrado por 26 órgãos em nível ministerial e tem 35 membros em seu formato plenário. O Comitê Permanente do Conselho de Estado, por sua vez, é formado por dez autoridades e se reúne semanalmente. São membros do Comitê Permanente: o Primeiro-Ministro; quatro vice-Primeiros-Ministros; o Secretário-Geral do Conselho de Estado; Ministros da Defesa Nacional, da Segurança Pública e dos Negócios Estrangeiros; e o Presidente da Comissão de Administração de Bens do Estado.

O principal cargo político da China é o de Secretário-Geral do PCC, ocupado, desde 2012, por Xi Jinping. A exemplo de seus antecessores Hu Jintao e Jiang Zemin,

Xi exerce a liderança política do país através dos três cargos que acumula: Secretário Geral (responsável pelos deveres do partido); Presidente da Comissão Militar Central (CMC) (responsável pelos assuntos militares); e Presidente do Estado (posição de cunho cerimonial). Em março de 2018, foi aprovada emenda à Constituição da RPC removendo o limite constitucional de dois mandatos presidenciais consecutivos.

Poder Judiciário

A China continental utiliza o Direito romano-germânico. A Revolução de 1949 e, principalmente, a Revolução Cultural (1966-1976) acarretaram profundas alterações na ordem jurídica chinesa, mas a partir do processo de reforma e abertura, no final da década de 1970, a China voltou a estruturar seu sistema jurídico com base no modelo civilista. Na Região Administrativa Especial de Hong Kong, o "common law" herdado dos colonizadores britânicos foi mantido.

Embora a Constituição de 1982 da República Popular da China reconheça a separação e independência dos poderes, tanto os tribunais quanto as procuradorias ficam submetidos às assembleias populares, nos diferentes níveis da estrutura estatal. Consoante o artigo 3º da Constituição da RPC, "[...] todos os órgãos administrativos, judiciais e de procuradoria do Estado são criados pelas assembleias populares às quais respondem e sob cuja supervisão operam".

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Presidente Xi Jinping apresenta importante inflexão em relação à de seus antecessores imediatos. Se Jiang Zemin e Hu Jintao seguiam, com adaptações, a linha estabelecida por Deng Xiaoping ("esconda a sua força, ganhe tempo e nunca assuma a liderança"), Xi Jinping optou por projeção externa mais assertiva. Trata-se de uma mudança que reflete o progresso econômico e social do país e a posição relativa que assumiu no mundo, sobretudo a partir da crise financeira de 2008, mas também representa uma opção política interna. Em seus discursos, Xi passou a referir-se às responsabilidades da China como grande potência que deve participar ativamente da reforma e reconstrução do sistema de governança internacional.

Essa nova assertividade materializa-se em diversos foros e iniciativas, que, de certo modo, definem o atual momento da política externa chinesa, como a iniciativa "Belt and Road" (BRI) e a presença mais enfática, inclusive militar, no Mar do Sul da China. Observa-se que Pequim vem atribuindo igualmente progressiva atenção a organismos e foros multilaterais e plurilaterais como ONU, G20, BRICS, APEC e outros, estabelecidos em diferentes regiões. A China passou a adotar atitude mais propositiva nessas instâncias. Esse adensamento de participação reflete a afirmação, pela China, no cenário internacional, de seu protagonismo e de sua identidade de país em desenvolvimento e de potência emergente.

ECONOMIA

A economia chinesa está em processo de transição - de um modelo focado no setor exportador e marcado por investimentos em infraestrutura e no setor imobiliário para um modelo com maior participação do mercado interno, além de ganhos de produtividade com inovação e tecnologia.

Ademais da tendência de desaceleração da economia, as consequências econômicas do novo coronavírus deram origem a novas medidas de estímulo econômico. As principais decisões nesse sentido referem-se à criação de linhas

emergenciais de financiamento para empresas afetadas pela crise, com prioridade para as de pequeno e médio porte. Também foram anunciadas ações nas áreas regulatória e administrativa, como benefícios tributários e diferimento no pagamento de contribuições sociais, empréstimos bancários e tarifas de serviços públicos, para apoiar a atividade na indústria, serviços e agricultura.

Na área de investimentos, o governo vem implementando reformas com o intuito de introduzir medidas liberalizantes em determinados setores. A lei de investimento estrangeiro, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, prevê a facilitação dos procedimentos necessários para a criação de empresa na China com capital estrangeiro e para a participação estrangeira em companhias existentes. A produção de carros pela Tesla (fábrica 100% com capital estrangeiro) na China e a autorização recebida pelo JP Morgan para controlar instituição financeira chinesa são exemplos dos resultados dessa lei.

Por sua vez, a reforma industrial aprovada no final de 2019 lançou plano destinado a promover a integração entre indústrias tecnologicamente avançadas e o setor de serviços, principalmente relacionada com a aplicação da internet e da ciência da informação.

Na política econômica chinesa, deverá aprofundar-se o modelo de "circulação dual", que privilegia o consumo interno como motor do desenvolvimento e reserva ao comércio exterior papel de apoio ao consumo doméstico através da garantia de acesso às cadeias globais de suprimento. A ideia subjacente é a de que o país deverá priorizar o desenvolvimento de seu mercado interno como resposta aos desafios econômicos que já se impunham, mas que foram exacerbados pela pandemia de COVID-19. A classe média chinesa cresceu substancialmente nas últimas décadas, como consequência do desenvolvimento geral do país, e hoje representa contingente estimado em torno de 400 milhões de pessoas, cuja capacidade de consumo deverá ser potencializada como grande motor da economia.

Ao mesmo tempo, as autoridades afirmam que a abertura econômica e comercial seguirá adiante, em nível ainda mais elevado. Destacam-se, nesse aspecto, a participação da China no Acordo Regional Abrangente de Parceria Econômica (RCEP) e a solicitação chinesa (em 16 de setembro último) de aderir ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP, em inglês).

A RCEP, firmada em 2020, constitui o maior bloco comercial da atualidade. Conta com 15 membros que, em 2019, somavam população de 2,27 bilhões, PIB de USD 26 trilhões e exportações de USD 5,2 trilhões. Apesar da relevância desses indicadores, analistas têm destacado o grau limitado de liberalização comercial do RCEP, principalmente em razão da exclusão da Índia e da existência de acordos preferenciais prévios entre diversos membros do grupo. Do ponto de vista chinês, no entanto, o RCEP ampliou a rede de acordos com parceiros regionais, sobretudo ao incluir o Japão. O RCEP constituiu, assim, o primeiro acordo chinês com uma das dez maiores economias do mundo.

O CPTPP é o quarto maior ALC do mundo, com 495 milhões de habitantes e 13,4% do PIB mundial. Apesar do potencial ganho econômico que adviria do ingresso da China, permanecem desafios políticos para a acessão chinesa, com provável dificuldade para obter endosso de alguns países participantes do acordo. Apenas uma semana após a solicitação chinesa, o Taipé Chinês igualmente solicitou adesão ao CPTPP, na qualidade de membro. Alega que poderá se valer da mesma denominação utilizada quando de sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), ou seja, como “território aduaneiro autônomo”. Como esperado, o governo chinês reagiu negativamente à candidatura do Taipé Chinês.

De acordo com dados do Escritório Nacional de Estatísticas (NBS), o PIB chinês alcançou, em 2020, a cifra de RMB 101,6 trilhões (USD 15,69 trilhões), com alta de 2,3%, em termos reais, em relação a 2019 (alta nominal de 3%). A previsão de crescimento para o PIB chinês para 2021, segundo o Banco Mundial, é de 7,9%, enquanto analistas locais apostam em taxas entre 8 e 8,5%.

INICIATIVA BELT AND ROAD

Lançada em 2013, a "Iniciativa do Cinturão e da Rota", ou “Belt and Road Initiative” (BRI), é o mais ambicioso projeto na área externa do governo Xi Jinping, tendo sido inscrita, em 2017, na constituição do Partido Comunista. Trata-se de conjunto de projetos de infraestrutura nas vertentes terrestre ("Cinturão Econômico da Rota da Seda") e marítima ("Rota Marítima da Seda"), que ligam, sobretudo, a Ásia ao Mediterrâneo. Seu alcance é aberto e flexível, abrangendo tanto outras regiões do globo, como a costa oriental da África, o ártico (“Rota Polar da Seda”) e mesmo a América Latina, bem como outras formas de infraestrutura, a exemplo da “Rota da Seda Digital”.

Segundo o governo chinês, 143 países já seriam parceiros da BRI. A lista inclui 19 países da América Latina e Caribe, entre os quais Uruguai, Venezuela, Chile, Peru, Bolívia e Equador. Dos países da América do Sul, apenas Brasil, Argentina, Colômbia e Paraguai não aderiram ao BRI, sendo que o último não possui relações diplomáticas com a República Popular da China.

Nome oficial	República Popular da China.
Gentílico	Chinês.
Capital	Pequim.
Área	9.561.000 km2.
População	1,4 bilhão (2020).

Língua oficial	Mandarim.
Principais religiões	Ateísmo/agnosticismo (61%); budismo (18%); taoísmo (13%); cristianismo (4%); islamismo (2%).
Sistema de governo	República socialista.
Poder legislativo	Congresso Nacional do Povo; composta por 2.987 membros, eleitos para mandatos de 5 anos.
Chefe de estado	Presidente Xi Jinping (desde 14 de março de 2013).
Chefe de governo	Primeiro-ministro Li Keqiang (desde 14 de março de 2013).
Chanceler	Wang Yi (desde 14 de março de 2013).
Embaixador em Brasília	Yang Wanming (desde 27/12/2018).
Embaixador em Pequim	Paulo Estivallet de Mesquita (desde 22/11/2018).
Brasileiros no país	4.853 (2020).
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2020)	0,76 (85ª posição).
PIB nominal (2020)	USD 15,69 trilhões (National Bureau of Statistics - China).
PIB PPP (2020)	USD 24,1 trilhões (FMI).
PIB per Capita (2020)	USD 10,5 mil (FMI).
PIB per Capita PPP (2020)	USD 17,21 mil (FMI).
Variação do PIB (%)	● 2,3% (2020); 6,1% (2019); 6,6% (2018); ● Crescimento ininterrupto desde 1979.
Comércio bilateral em 2020	US$ 102,56 bilhões
Comércio bilateral nos primeiros nove meses de 2021	US$ 105,6 bilhões (34,4% a mais que o mesmo período de 2020)
Total exportações em 2020	US$ 67,8 bilhões.
Total exportações nos primeiros nove meses de 2021	US$ 71,6 bilhões (34,1% a mais que o mesmo período de 2020)
Participação no total das exportações	32,4% em 2020 e 33,6% nos primeiros nove meses de 2021.

Posição da China nas exportações brasileiras	1º.
Principais produtos de exportação em 2020	Soja (31%), Minério de ferro (27%), Petróleo (17%), Carne bovina (6%) e Celulose (4,2%).
Principais produtos de exportação nos primeiros nove meses de 2021	Soja (33%), Minério de ferro (33%), Petróleo (15%), Carne bovina (5,3%) e Celulose (2,9%)
Total importações em 2020	US$ 34,77 bilhões.
Participação no total das importações em 2020	21,9%.
Total importações nos primeiros nove meses de 2021	US$ 34 bilhões (35,2% a mais que o mesmo período de 2020)
Posição da China nas importações brasileiras	1º.
Principais produtos de importação em 2020	Equipamentos de telecomunicações (13%), Válvulas e tubos termiônicos (6,2%), Plataformas e embarcações (5,4%), Compostos orgânicos (5%), demais produtos da Indústria de transformação (5%).
Principais produtos de importação nos primeiros nove meses de 2021	Equipamentos de telecomunicações (13%), Válvulas e tubos termiônicos (6,3%), Plataformas e embarcações (5,6%), Compostos orgânicos (5,1%), demais produtos da Indústria de transformação (4,8%).
Participação do Brasil no comércio exterior da China	3,8% das importações e 1,4% das exportações chinesas (2019).
Posição do Brasil no comércio exterior da China	8º maior exportador para a China e 20º destino das exportações chinesas.
Evolução das exportações brasileiras	● As exportações brasileiras atingiram, em 2020, seu maior valor histórico, com US$ 67,8 bilhões; ● Foram US$ 63,3 bilhões em 2019 e US$ 63,9 bilhões em 2018. ● Média de US$ 48,5 bilhões desde 2011.

Evolução das importações brasileiras	● As importações de produtos chineses têm-se mantido estáveis ao longo dos últimos anos; ● 34,0 bilhões em 2020, 35,2 bilhões em 2019 e 34,7 bilhões em 2018; ● Média de US$ 32,7 bilhões desde 2011.
Saldo da balança comercial	● A China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009 ● O Brasil mantém superávit desde então ● **O superávit de 2020**, de US$ 33 bilhões, foi recorde. Nos primeiros nove meses de 2021, já foi ultrapassado (US$ 37,6 bilhões) ● Houve aumento de 193% na última década (US$ 11 bilhões em 2011)
Investimentos chineses no Brasil	● Estoque de 80,5 bilhões (dados compilados pela SE-CAMEX entre 2003 e 2019) ● Destacaram-se, nesse período, setores de eletricidade e de extração de petróleo, que representam 45% e 25%, respectivamente, do total ● Relatório do CEBC aponta estoque de US$ 66 bilhões (compilado entre 2007 e 2020) ● Esse montante corresponde a quase metade (47%) dos investimentos chineses na América do Sul ● Em novembro de 2019, estatais chinesas participaram do leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal ● A China é a principal origem externa de investimentos no PPI, respondendo por 26% do investimento estrangeiro potencial no programa
Investimentos brasileiros na China	Vale, Banco do Brasil, BRF, Embraer, Itaú, Odebrecht, Queiroz Galvão, WEG, Suzano, Tramontina, entre outros (estoque de 320 milhões)
SECOM	Brasemb Pequim; Consbras Xangai, Cantão e Hong Kong; e Escritório em Taipé.

Negociação de Acordo Comercial	● Estão em andamento negociações para a elaboração de novo Plano Estratégico para as relações bilaterais e para a reestruturação da COSBAN; ● Na área comercial, foram assinados, em 2019, 4 protocolos para a exportação de produtos agropecuários - carne bovina termo-processada, farelo de algodão, melão (do Brasil para a China) e pera (da China para o Brasil); ● Estão em negociação protocolos para a exportação brasileira de: proteína de soja, milho, gergelim, farelo de soja, noz pecã, amendoim, feijão caupi, uva, abacate, pelotas de polpa cítrica, levedura, arroz, sorgo e leguminosas; ● Em SPS, além da habilitação de novos estabelecimentos exportadores de produtos cárneos, o Brasil espera que a China reconheça o status do Brasil como país com risco negligenciável de encefalopatia espongiforme bovina e livre de febre aftosa com vacinação, bem como a regionalização da área livre de peste suína clássica no Brasil.
Presença da APEX	Pequim e Xangai.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MONGÓLIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA

8 de outubro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Mongólia
GENTÍLICO	Mongol, mongólico
CAPITAL	Ulan Bator
ÁREA	1.566.500 km^2
POPULAÇÃO (2018)	3,17 milhões
IDIOMAS	Mongol (oficial), Turco e Russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (53%), Islamismo (3%), Xamanismo (2,9%), Cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%).
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (Grande Hural)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Khürelsükh Ukhnaa
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Luvsannamsrain Oyun-Erdene
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Batmunkh Battsetseg
PIB nominal (2020)	US$ 13,14 bilhões
PIB PPP (2020)	US$ 39,66 bilhões
PIB nominal *per capita* (2020)	US$ 4.007
PIB PPP *per capita* (2020)	US$ 12.100
VARIAÇÃO DO PIB	-5,3% (2020); 5,1% (2019); 6,94% (2018); 5,15% (2017); 1,24% (2016); 2,3 (2015); 9,6% (2014); 11,74% (2013);
IDH	0,735 (92° lugar no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	69,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	98,63% (2018)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7,01% (2020)
UNIDADE MONETÁRIA	Tugrik
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Agrément concedido à Sra. Battsetseg Shagdar, embaixadora residente em Havana.

EMBAIXADOR EM ULAN BATOR	Emb. Paulo Estivallet de Mesquita (não residente - Pequim)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	30

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (US$ milhões – FOB / Fonte: MDIC)

Brasil/Mongólia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan a ago)
Intercâmbio	0,949	1,774	1,267	2,135	5,601	4,500	5,400	2,600	1,200
Exportações	0,814	1,557	1,195	1,973	5,516	4,250	4,400	2,400	0,800
Importações	0,135	0,217	0,072	0,162	0,085	0,250	1,000	0,200	0,400
Saldo	0,679	1,339	0,122	1,812	5,432	4,000	3,400	2,200	0,400

APRESENTAÇÃO

A Mongólia é um país mediterrâneo, situado entre a Rússia e a China, no centro-norte da Ásia. Possui uma das menores taxas de densidade demográfica do planeta, com população de pouco mais de 3 milhões de habitantes e a 18ª maior extensão geográfica: 1,56 milhão de km².

A área hoje ocupada pela Mongólia — na maior parte, coberta por estepes, com montanhas ao norte e a oeste, e o deserto de Gobi ao sul — foi governada por diversos impérios nômades. Esse território foi berço do império mongol, dominante nos séculos XIII e XIV e considerado o maior da história em área contígua. O fundador do império, Genghis Khan, é figura venerada na cultura popular do país.

Após longo período sob jugo chinês, a Mongólia tornou-se independente em 1921. Em 1924, foi estabelecida a República Popular da Mongólia, alinhada a Moscou. A partir de 1990, foi implantado sistema semipresidencialista e pluripartidário, ocorreram eleições diretas e teve início transição para economia de mercado. Em 1992, foi promulgada nova Constituição e adotado seu nome atual: Mongólia.

Circundada por duas grandes potências, a Mongólia desenvolve relações amistosas e de cooperação com países tanto do Oriente quanto do Ocidente. Busca seguir uma política externa pacifista, independente e aberta. Possui grande potencial no setor mineral e direciona os objetivos de sua política comercial para a ampliação do acesso aos mercados externos e maior integração à economia mundial, para a superação de seu isolamento geográfico.

PERFIL BIOGRÁFICO

KHÜRELSÜKH UKHNAA
Presidente da República



Nascido em 14/6/1968, Khürelsükh Ukhnaa graduou-se em Ciência Política pela Universidade de Defesa da Mongólia e em Administração pela Universidade Nacional da Mongólia. Após atingir a patente de coronel no Exército (1985-1990), dedicou-se a diversas funções públicas, notadamente: Parlamentar (desde 2000); Ministro de Inspeção Profissional (2004-6) e de Emergências (2004-6); Vice-Primeiro-Ministro (2014-5); e Primeiro-Ministro (2017-janeiro de 2021). Venceu as eleições presidenciais de 9 de junho de 2021, no primeiro turno, com 67,76% dos votos válidos.

LUVSANNAMSRAIN OYUN-ERDENE
Primeiro-Ministro



Nascido em 1980. Formado em Direito pela Universidade Nacional da Mongólia, com Mestrado em Ciência Política pela mesma instituição e Mestrado em Política Pública por Harvard. Iniciou carreira política em 2008, pelo então Partido Revolucionário do Povo Mongol, hoje Partido Popular Mongol. Elegeu-se para o Parlamento em 2016, logrando a reeleição em 2020. Desde fevereiro de 2019, ocupava o posto de Ministro-Chefe da Secretaria do Gabinete do governo mongol. Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em 27 de janeiro de 2021, após a renúncia de Ukhnaagiin Khürelsükh.

BATMUNKH BATTSETSEG

Ministra dos Negócios Estrangeiros



Nascida em 1973 na província de Bayankhongor. Formada em Relações Internacionais pela Universidade Nacional da Mongólia, com especialização em Administração pela Escola de Administração de Maastricht, Países Baixos. Entre 2005 e 2007, serviu como Diretora do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação da Agência de Investimento Estrangeiro e Comércio da Mongólia. Entre 2016 e 2020, ocupou o cargo de Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros. Com a nomeação de Luvsannamsrain Oyun-Erdene ao cargo de Primeiro-Ministro da Mongólia, em 27 de janeiro de 2021, Battsetseg assumiu a chefia da diplomacia mongol.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987. Naquele momento, o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores, intitulada "terceiros vizinhos". Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabelecera relações diplomáticas com os Estados Unidos. A partir daquele período, a Mongólia promoveria a transição de seu regime político para linha das democracias ocidentais e sistema de economia de mercado.

Entre 2007 e 2015, o Brasil e a Mongólia intensificaram os laços bilaterais. Em 3 de maio de 2007, o Secretário de Estado da Chancelaria mongol, embaixador Hasbazaryn Behbat, visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo Regular de Consultas Políticas e realizada a primeira reunião do mecanismo. As sessões seguintes ocorreram em Ulan Bator, em 24 de junho de 2010; em Brasília, em 15 de junho de 2012 e em 9 de junho de 2014; e em Ulan Bator, em outubro de 2018. As cinco primeiras reuniões de consultas políticas evidenciaram a possibilidade de cooperação em energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.

Em 12 de junho de 2014, a Mongólia instalou Embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul, cumulativa com Argentina, Colômbia, Peru e Chile. A missão foi fechada em 2017, alegadamente em caráter temporário e em consequência de crise fiscal enfrentada pela Mongólia. A Sra. Battsetseg Shagdar, embaixadora residente em Havana, recebeu em 2020 *agrément* como embaixadora não-residente junto à República Federativa do Brasil.

Em 2015, foram assinados acordos nas seguintes áreas:

1) educacional, que permitirá a participação de estudantes mongóis nos Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG).

2) esportiva, que busca reforçar a cooperação em esportes de alto rendimento e para portadores de necessidades especiais, em informação e documentação esportiva, em medicina esportiva, entre outros.

3) diplomática, que possibilita, além do aperfeiçoamento de diplomatas, organização de eventos conjuntos e intercâmbio de acadêmicos e de publicações. No âmbito desse instrumento, a diplomata mongol

Unurjargal Tsegmid, lotada em Brasília, participou, em 2017, do curso de formação oferecido pelo Instituto Rio Branco.

Também em 2015, foi estabelecida, em Entendimento Recíproco por Troca de Notas, isenção de visto para fins de turismo e negócios, para períodos de permanência de até 90 dias, prorrogáveis por igual período.

Minuta de Acordo Básico de Cooperação Técnica encontra-se em fase final de negociação. A última versão acordada foi encaminhada em abril de 2021 por nota verbal à Embaixada da Mongólia em Pequim.

A Mongólia apresenta elevado potencial para desenvolvimento agropecuário, com oportunidades de cooperação com o Brasil. Em visita à Mongólia para apresentação de credenciais, em novembro de 2018, o embaixador Paulo Estivallet de Mesquita ouviu do lado mongol que o país teria intenção de desenvolver sua indústria de processamento de alimentos, especialmente de produtos cárneos. Na ocasião, o então Presidente Battulga manifestou desejo de aprofundar a cooperação bilateral, reconhecendo que o Brasil é um importante exportador de carne bovina e polo de tecnologias para a agricultura. Já a vice-ministra da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve, Saule Janimkhan, afirmou que gostaria de relançar o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação assinado em 2011 com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, ressaltando que a parte mongol tinha interesse em projetos nas áreas de sanidade animal, processamento de carnes e desenvolvimento de pequenas e médias empresas no agronegócio. Na pecuária, em particular, esclareceu que seu país - seguindo metas estabelecidas no documento "Mongolia Sustainable Development Vision 2030" - tem empreendido esforços para realizar a transição da criação extensiva para criação intensiva de rebanhos.

Ainda no contexto da apresentação de suas credenciais, o embaixador Paulo Estivallet de Mesquita manteve encontro, em 27 de novembro de 2018, com o então secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Damdinsuren Davaasuren. A autoridade mongol mencionou, em particular, que as áreas de esportes e do agronegócio poderiam ser exploradas na cooperação bilateral. No campo esportivo, manifestou interesse na ida de técnicos a Ulan Bator para treinar equipes de futebol.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de trinta pessoas.

Em fevereiro de 2018, foi nomeado novo cônsul honorário do Brasil em Ulan Bator, Battulga Tumurdash. Em junho de 2018, foi dada

anuência, pelo governo brasileiro, à designação do sr. Henrique Almirates Neto como Cônsul Honorário da Mongólia em São Paulo.

POLÍTICA INTERNA

No período soviético, o sistema político-econômico mongol emulava, em grande medida, o do vizinho do norte. Em 1986, as tropas da URSS partiram. Com a queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1990-1991), a Mongólia iniciou transição para sistema multipartidário, com economia de mercado. A realização de eleições para o Grande Hural do Povo (parlamento mongol), marcou, em 1990, a chamada "revolução democrática". Em 1992, foi promulgada Constituição ainda em vigor, com estabelecimento de direitos e liberdades civis. Hoje, a Mongólia é considerada como a democracia mais consolidada da Ásia Central, ocupando o 61º lugar no "Democracy Index" da revista "The Economist", à frente inclusive de países europeus.

A cena política mongol é dominada pelos seguintes partidos políticos:

(i) Partido Democrata da Mongólia (PD): formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa da "revolução democrática" de 1990, que pôs fim ao comunismo. Foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. Trata-se do principal partido de vertente liberal;

(ii) Partido Popular Mongol (PPM): criado, em sua atual versão, em 2010, como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. Adota ideário semelhante à social-democracia;

(iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): disputou, em sua atual versão, apenas as eleições presidenciais de 2013, quando a ministra da Saúde Natsagiin Udval, figura próxima ao ex-presidente Nambaryn Enkhbayar, recebeu 6,5% dos votos.

Em julho de 2017, a 7ª eleição presidencial sagrou a vitória, em segundo turno, de Khaltmaa Battulga do PD, com 50,6% dos votos, sobre Miyeegombyn Enkhbold, do PPM, partido que possuía maioria parlamentar. Em outubro de 2017, disputas intrapartidárias no PPM resultaram em voto de desconfiança do Grande Hural, dissolução do gabinete de ministros e substituição do então Primeiro-Ministro

Jargaltulgyn Erdenebat por Khürelsükh Ukhnaa.

O PPM venceu as eleições legislativas de julho de 2020, conquistando 62 das 76 cadeiras do Parlamento, seguido pelo Partido Democrático com 11 assentos. Khürelsükh Ukhnaa foi reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro. Em janeiro de 2021, renunciou em decorrência de protestos populares contra a atuação do governo no contexto da pandemia de COVID-19.

Luvsannamsrain Oyun-Erdene, também do PPM, assumiu chefia do governo em 27 de janeiro de 2021. Com apenas 40 anos, é um líder jovem, com formação no exterior, e dedicado à estratégia de desenvolvimento "Visão 2050", que busca implementar práticas de boa governança e aumentar o potencial econômico do país.

Nas eleições presidenciais de 9 de junho de 2021, Khürelsükh Ukhnaa sagrou-se vencedor, no primeiro turno, com 67,76% dos votos válidos. Cerca de 1,2 milhão de eleitores compareceram às urnas, sem registro de incidentes violentos. Khürelsükh Ukhnaa derrotou o ex-parlamentar e empresário do setor de telecomunicações, Enkhbat Dangaasuren.

Monitores internacionais do Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE, na sigla em inglês) acompanharam as eleições. O período pré-eleitoral foi marcado por decisão judicial que proibiu o então presidente Khaltmaagiin Battulga a disputar a reeleição. O escrutínio esteve sujeito a restrições impostas pela pandemia. Enkhbat Dangaasuren testou positivo para Covid-19 e foi obrigado a isolar-se, o que prejudicou a realização do único debate público previsto entre os candidatos.

À luz da posição majoritária do PPM no Grande Hural, analistas internacionais acreditam que Khürelsükh Ukhnaa contará com confortável margem de governabilidade nos seus próximos seis anos de mandato, sendo vedada a reeleição. Além de chefe de Estado, o novo presidente exerce também as funções de Comandante das Forças Armadas e de presidente do Conselho de Segurança Nacional, dispondo de poder de veto legislativo.

COVID-19

Em resposta à pandemia de COVID-19, a Mongólia fechou fronteiras e aeroportos. Todos os voos internacionais foram suspensos. Todas as cidades do país, incluindo a capital, Ulan Bator, foram declaradas em quarentena. Eventos públicos foram cancelados, e escolas e espaços de entretenimento foram fechados. Até 04/10/2021, foram confirmados 312.376 casos e 1.347 óbitos. O país já imunizou 65,7% de sua população.

Foram utilizadas as vacinas Sputnik V, AstraZeneca, Sinopharm, Moderna e Pfizer.

POLÍTICA EXTERNA

A situação geográfica da Mongólia, com território inteiramente localizado entre a Rússia e a China, condicionou historicamente as relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, era preponderante a parceria com a União Soviética, os vínculos com a China, com a qual foi estabelecida Parceria Estratégica em 2011, tornaram-se preferenciais.

Nos últimos vinte anos, ampliou-se significativamente a presença chinesa na Mongólia, sobretudo nas áreas comercial e de investimentos. Mais de 60% das exportações mongóis destinam-se à China. A Mongólia - detentora de amplas reservas minerais e de grande potencial pecuário, setores muito valorizados pela demanda do vizinho meridional - recebeu expressivos investimentos chineses na área de mineração. No entanto, a Mongólia continua a conferir importância à Rússia, seu fornecedor de energia.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos constitui outro forte vetor da política externa mongol. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o país ofereceu-se como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão. A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque.

Nas duas últimas décadas, a Mongólia tem buscado diversificar parcerias, explorando inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, a Mongólia procura contribuir para a resolução da questão da Península Coreana, tendo sido anfitriã de duas reuniões intercoreanas e de encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclearização da Península Coreana. Em 28 de fevereiro de 2000, a Mongólia declarou-se "Estado livre de armas nucleares", fato de relevância para o contexto do Nordeste Asiático.

Em sua região, o país integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), como membro-observador, desde 2004; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), para assuntos de defesa, na qualidade de membro pleno. Ademais, aderiu, no âmbito da

ASEAN, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático.

No plano extrarregional, a Mongólia é, desde 2010, país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Em 2012, tornou-se membro pleno da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE).

A Mongólia procura ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da política de "terceiros vizinhos", além de participar mais ativamente em organismos multilaterais e eventos internacionais.

Ao longo dos últimos dez anos, elevou para mais de 160 o número de países-membros da ONU com os quais mantém relações diplomáticas. Vinte e cinco países possuem embaixadas residentes em Ulan Bator, ao passo que a Mongólia mantém embaixadas em trinta e duas capitais.

No final de julho de 2021, a diplomacia da Mongólia manteve intensa agenda de contatos com representantes dos EUA, da China, do Japão e da Coreia do Sul. Nas interações, verificou-se busca por equidistância no antagonismo entre EUA e China e diversificação de parcerias.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Durante o período em que foi satélite da URSS, a Mongólia obtinha um terço de seu PIB da ajuda soviética. A dissolução da URSS ocasionou súbita perda de expressiva parte dessa renda e, consequentemente, recessão econômica, até 1993. A partir de então, a Mongólia cresceu em ritmo variável, conforme oscilações nos preços internacionais de *commodities* minerais, atualmente o principal setor de sua economia.

De acordo com dados do *Asian Development Bank*, a mineração gera mais de 20% do PIB mongol. O segundo setor mais importante é a agropecuária, responsável por 12% do PIB, seguido pelo comércio, fonte de 11%. A atividade mineradora é origem de quase um terço das rendas do governo.

Com a queda dos preços internacionais das *commodities*, particularmente a partir de 2016, a Mongólia enfrenta dificuldades em razão de sua forte dependência da renda gerada pela mineração. Apesar do aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do PIB da Mongólia caiu de 11%, em 2013, para apenas 1% em 2016, recuperando-se

parcialmente em 2017 (5,15%) e 2018 (6,94%). Em 2019, o ritmo de crescimento voltou a desacelerar para 5,1%. Em decorrência da pandemia de COVID-19, em 2020 o PIB mongol sofreu contração de 5,3%.

A mina de Oyu Tolgoi (cobre e ouro), desenvolvida em *joint venture* pela australiana Rio Tinto e pelo governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história do país. Espera-se que, em seu pico de produção - suscetível à variação do preço das *commodities* minerais - responda por até 30% do PIB.

Intercâmbio comercial com o Brasil

Em 2020, as trocas bilaterais somaram US$ 2,6 milhões, queda de mais de 50% em relação ao ano anterior (US$ 5,4 milhões), quando o intercâmbio esteve próximo do recorde histórico de 2017 (US$ 5,6 milhões). O Brasil registrou superávit US$ 2,4 milhões, exportando sobretudo medicamentos (40%), artigos de confeitaria (37%) e carne de frango (6%). As importações brasileiras da Mongólia, que em 2019 registraram recorde de US$ 1 milhão, somaram apenas US$ 248 mil em 2020, centrados em compostos nitrogenados (65%) e matérias plásticas (29%). Entre janeiro e agosto de 2021, o comércio bilateral atingiu o patamar de US$ 1,2 milhão, com saldo positivo para o Brasil de aproximadamente US$ 400 mil. O Brasil exportou sobretudo artigos de confeitaria (60%), ferramentas (12%) e chocolate (11%), ao passo que as importações concentraram-se em matérias plásticas (54%) e compostos de função nitrogênio (43%).

Em 24 de julho de 2019, foi constituída a Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), em Ulan Bator. A Câmara declara ter por objetivo incrementar o volume de comércio entre o Brasil e a Mongólia e conta com cinco diretorias - atualmente ocupadas por três brasileiros e dois mongóis.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1206	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
1206-1263	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios da história em extensão territorial.
1271	Kublai Khan, neto de Genghis Khan, estabelece na China a dinastia Yuan.
1368	Enfraquecido pela desunião, o império implode. Tropas Ming expulsam os mongóis de Dadu, atual Pequim.
1380	A Horda Dourada mongol é derrotada pelo príncipe russo Dmitriy Donskoy. Tropas Ming destroem a capital mongol, Karakorum.
1636	O império Manchu (Qing) conquista os mongóis do sul, criando a Mongólia Interior.
1691	O império Qing oferece proteção para os mongóis do Norte, criando a Mongólia Exterior.
1727	O Tratado de Kyakhta fixa a fronteira ocidental entre a Rússia e o império Manchu, confirmando o domínio Qing sobre a Mongólia e Tuva.
1911	A dinastia Qing cai e a Mongólia Exterior declara independência. A Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
1919	O exército chinês ocupa a Mongólia Exterior.
1920	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com bolcheviques na Sibéria.
1921	Com o apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas e czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol".

1924	O Partido Popular escolhe o modelo leninista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido como Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). A República Popular da Mongólia é proclamada.
1937	O primeiro-ministro Genden, da Mongólia, é preso na União Soviética (URSS) e acusado de espionagem para o Japão. O ministro da Guerra Marechal Demid é envenenado a bordo de trem Trans-Siberiano.
1939	As tropas soviéticas e mongóis comandadas pelo general Zhukov derrotam invasão por forças japonesas na Batalha de Khalkhyn Gol.
1945 e 1946	A Conferência de Yalta preserva o controle soviético da Mongólia. Mongóis votam pela independência em plebiscito das Nações Unidas. A Mongólia é reconhecida pela República da China.
1949 a 1955	São estabelecidas relações com a República Popular da China. Ferrovia que liga a Rússia e a China é construída na Mongólia.
1961	Conselho de Segurança da ONU aprova adesão da Mongólia à ONU.
1966	O secretário-geral do Partido Comunista Soviético assina tratado de amizade em Ulan Bator permitindo permanência de tropas soviéticas na Mongólia.
1984	O secretário-geral do PRPM Yuumjagiin Tsedenbal, chefe de Estado desde 1974, é forçado a renunciar.
1986	Discurso de Gorbachev em Vladivostok abre caminho para *détente* com a China e retirada das tropas soviéticas da Mongólia.
1990	Protestos forçam renúncia do Politburo do PRPM. Partidos políticos são legalizados. Eleições para o Grande Hural (Parlamento) são vencidas pelo PRPM.
1992	Nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. Nas primeiras eleições democráticas, o PRPM ganha 71 dos 76 assentos na nova unicameral Grande Hural.

1993	Primeiras eleições diretas para presidente são vencidas por Ochirbat, indicado pelos Nacionais e Sociais Democratas.
1997	O candidato Bagabandi, do PRPM, vence a eleição presidencial.
2001	Reeleição do presidente Bagabandi
2002	Visita do Dalai Lama à Mongólia.
2004	Tsakhiagiin Elbegdorj é nomeado primeiro-ministro.
2005	O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. George W. Bush se torna o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.
2006	Parlamento escolhe Miyeegombo Enkhbold, do PRPM, como primeiro-ministro.
2007	Em novembro, o primeiro-ministro Miyeegombo Enkhbold renuncia e é substituído por Sanjagiin Bayar.
2008	O presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter protestos na capital.
2009	O candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, é eleito presidente. O primeiro-ministro Sanjagiin Bayar, do PRPM, renuncia por motivos de saúde. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
2010	Primeiro-ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. O PRPM passa a se chamar Partido Popular Mongol (PPM). O ex-presidente Nambaryn Enkhbayar funda uma nova agremiação chamada Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
2012	Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue maioria. O ex-presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção.
2013	Candidato do Partido Democrático e presidente da República, Tsakhiagiin Elbegdorj, é reeleito presidente.
2014	Nomeação de novo Chefe de Governo: primeiro-ministro Chimed Saikhanbileg (dezembro). Nomeação do ministro dos Negócios Estrangeiros Lundeg Purevsuren (dezembro).

2016	PPM vence eleições parlamentares e ocupa 65 das 76 cadeiras do Parlamento.
2017	Acordo com o FMI. Khaltmaa Battulga (Partido Democrático) é eleito presidente. Khürelsükh Ukhnaa (PPM) assume como primeiro-ministro.
2020	PPM vence eleições parlamentares e ocupa 62 das 76 cadeiras do Parlamento. Khürelsükh Ukhnaa é mantido como primeiro-ministro.
2021	Após protestos populares, Khürelsükh Ukhnaa renuncia ao cargo de primeiro-ministro. Luvsannamsrain Oyun-Erdene assume como novo Chefe de Governo.
2021	Khürelsükh Ukhnaa vence, em primeiro turno, as eleições presidenciais de 9/6.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
2003	Visita do primeiro-ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
2005	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília).
2007	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (23 de abril). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
2008	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
2010	Brasil doa US$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulan Bator.
2012	Visita privada do presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio *Champions of Earth*, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhishig Badamdorj, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
2014	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).

2017	Fechamento da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).
2018	V Reunião do Mecanismo Regular de Consultas Políticas, em Ulan Bator.

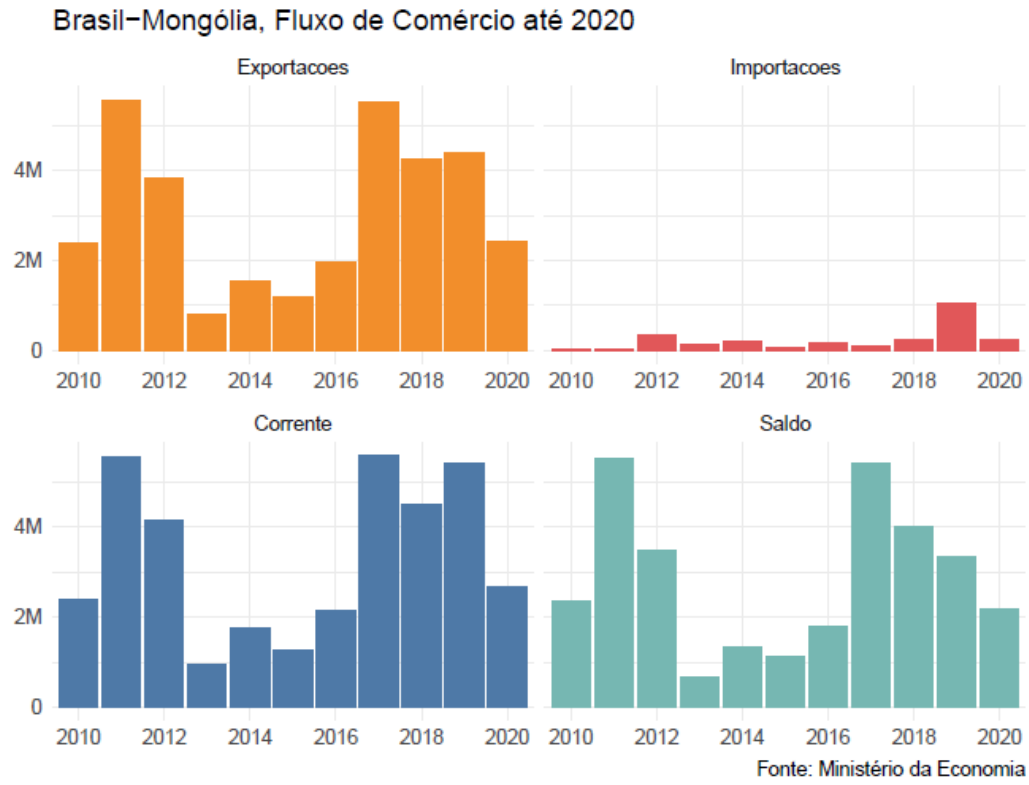
ATOS BILATERAIS		
Título	Celebração	Entrada em vigor/Produção de efeitos
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Geologia, Mineração e Energia, firmado entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Indústria e Comércio da Mongólia	8/8/2005	8/8/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia sobre Isenção Mútua de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	3/5/2007	3/7/2007
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	3/5/2007	3/5/2007
Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia	2011	2011
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia na Área do Esporte	9/6/2015	9/6/2015
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia (área diplomática)	21/9/2015	21/9/2015

Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	21/9/2015	Em tramitação no CN
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Mongólia, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	21/9/2015	21/10/2015

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

1 Dados anuais

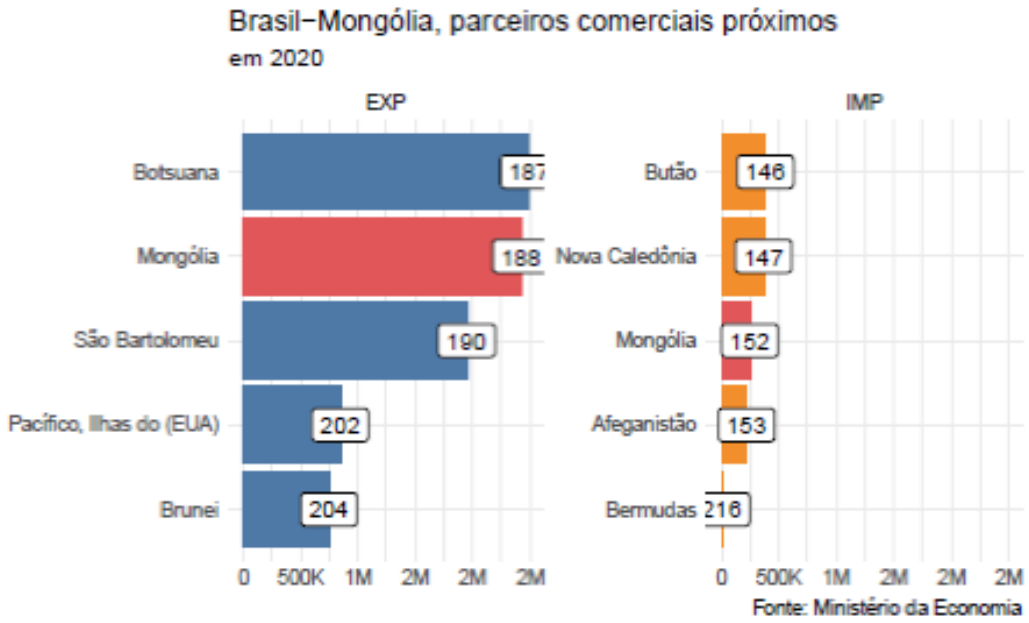
1.1 Fluxo de Comércio

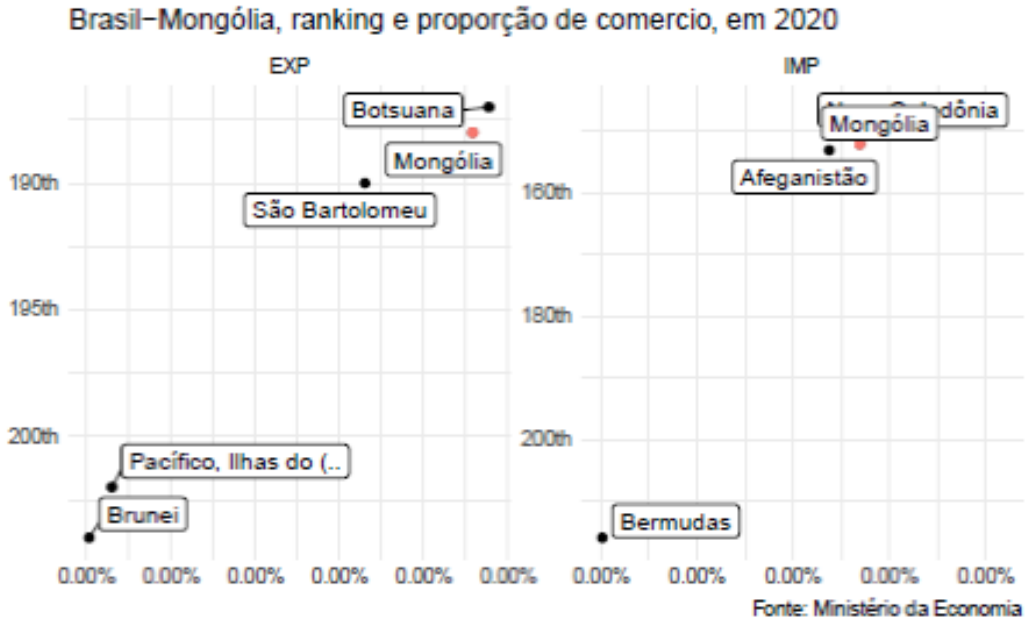


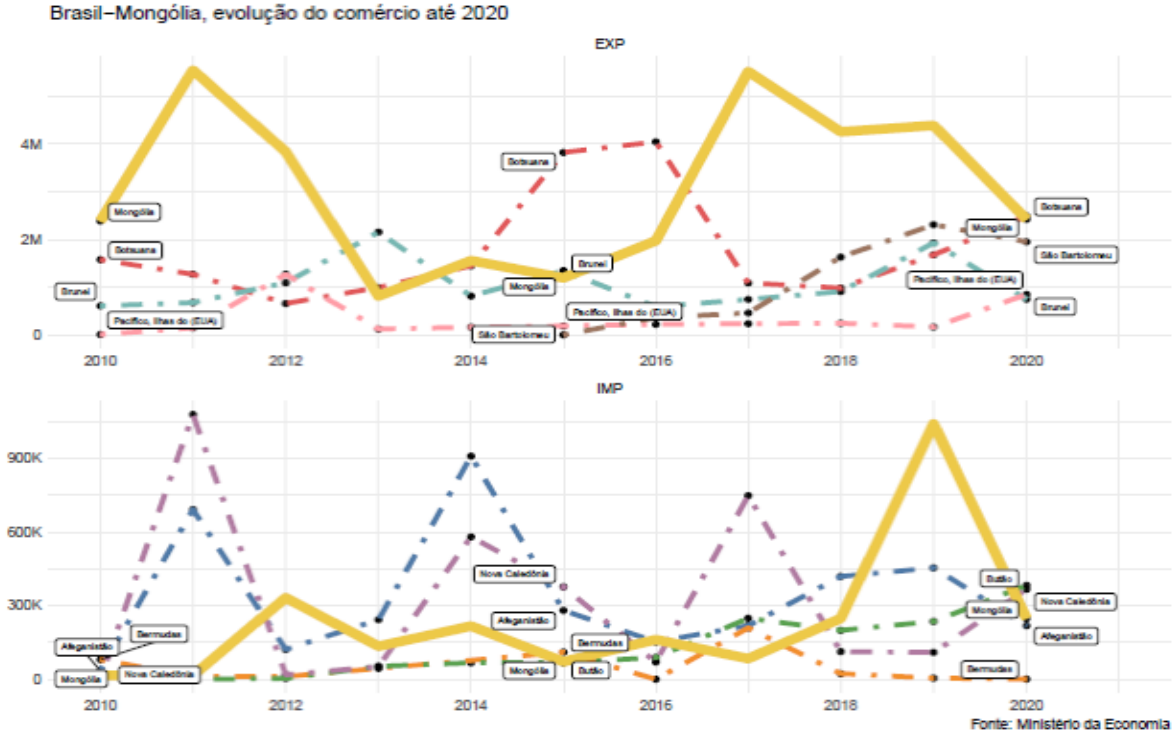
	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	2M (-44.81%)	4M (3.11%)	4M (-22.87%)	6M (179.51%)	2M (65.21%)
Importacoes	248K (-76.2%)	1M (319.0%)	248K (193.9%)	85K (-47.8%)	162K (123.7%)
Saldo	2M (-35.05%)	3M (-16.48%)	4M (-26.24%)	5M (199.83%)	2M (61.44%)
Corrente	3M (-50.8%)	5M (20.5%)	5M (-19.6%)	6M (162.3%)	2M (68.6%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	1M (-23.27%)	2M (91.17%)	814K (-78.77%)	4M (-30.85%)	6M (132.42%)
Importacoes	72K (-66.7%)	217K (61.2%)	135K (-59.5%)	333K (2 052.4%)	15K (-1.3%)
Saldo	1M (-16.23%)	1M (97.12%)	680K (-80.60%)	4M (-36.67%)	6M (133.30%)
Corrente	1M (-28.6%)	2M (86.9%)	949K (-77.2%)	4M (-25.1%)	6M (131.5%)

1.2 Destinos de exportações e origens de importações





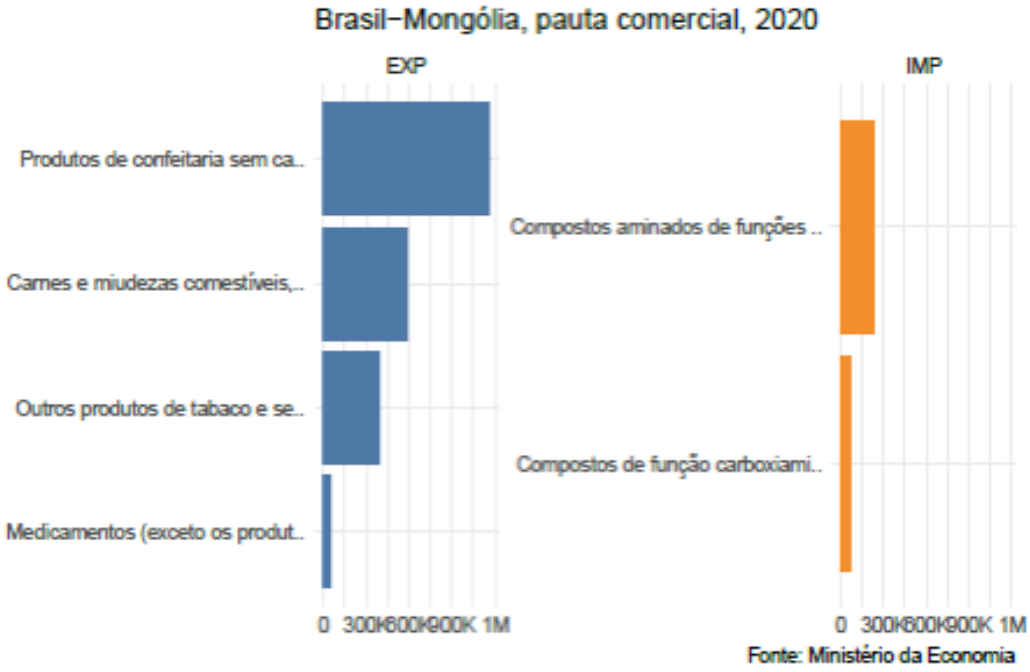


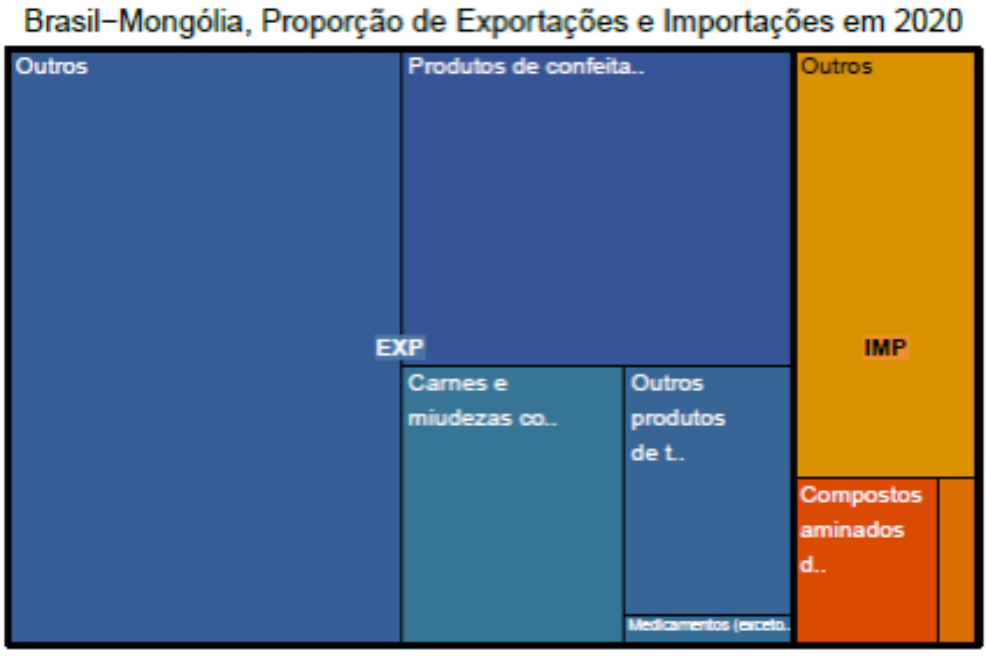
Fonte: Ministério da Economia

Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

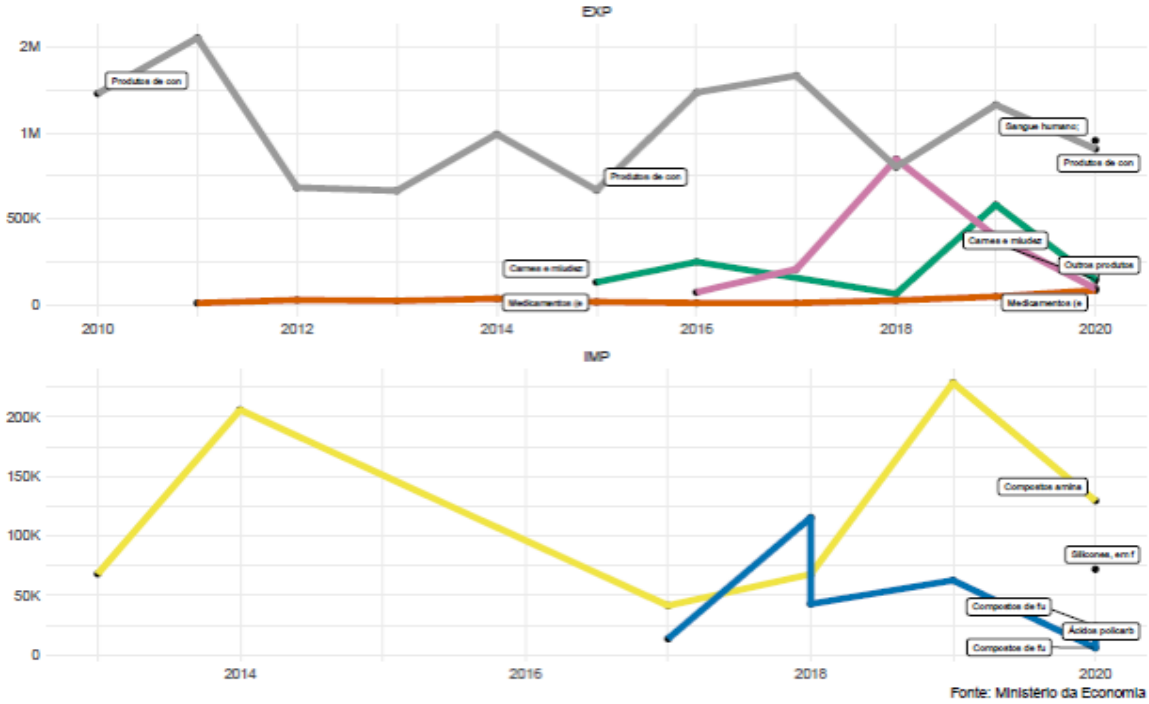
Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020				
EXP	Botsuana	2.49M	48,50%	0,00%
	Mongólia	**2.42M**	**-44,81%**	**0,00%**
	São Bartolomeu	1.95M	-15,56%	0,00%
	Pacífico, Ilhas do (EUA)	846.56K	404,25%	0,00%
	Brunei	748.22K	-61,17%	0,00%
IMP	Butão	383.28K	62,38%	0,00%
	Nova Caledônia	367.40K	234,46%	0,00%
	Mongólia	**248.06K**	**-76,17%**	**0,00%**
	Afeganistão	218.70K	-51,87%	0,00%
	Bermudas	1.01K	-79,41%	0,00%
2019				
EXP	**Mongólia**	**4.39M**	**3,11%**	**0,00%**
	São Bartolomeu	2.31M	41,64%	0,00%
	Brunei	1.93M	112,00%	0,00%
	Botsuana	1.68M	70,57%	0,00%
	Pacífico, Ilhas do (EUA)	167.86K	-31,44%	0,00%
IMP	**Mongólia**	**1.04M**	**319,03%**	**0,00%**
	Afeganistão	454.35K	8,29%	0,00%
	Butão	236.05K	18,06%	0,00%
	Nova Caledônia	109.85K	-2,85%	0,00%
	Bermudas	4.89K	-79,19%	0,00%
2018				
EXP	**Mongólia**	**4.25M**	**-22,87%**	**0,00%**
	São Bartolomeu	1.63M	253,78%	0,00%
	Botsuana	583.34K	-3,74%	0,00%
	Brunei	909.01K	22,16%	0,00%
	Pacífico, Ilhas do (EUA)	244.87K	3,92%	0,00%
IMP	Afeganistão	419.55K	91,59%	0,00%
	Mongólia	**248.47K**	**193,91%**	**0,00%**
	Butão	199.94K	-15,73%	0,00%
	Nova Caledônia	113.06K	-84,90%	0,00%
	Bermudas	23.48K	-88,82%	0,00%
2017				
EXP	**Mongólia**	**8.82M**	**179,81%**	**0,00%**
	Botsuana	1.09M	-73,05%	0,00%
	Brunei	744.14K	25,67%	0,00%
	São Bartolomeu	460.84K	27,24%	0,00%
	Pacífico, Ilhas do (EUA)	235.63K	6,30%	0,00%
IMP	Nova Caledônia	748.82K	565,07%	0,00%
	Butão	240.08K	176,85%	0,00%
	Afeganistão	219.00K	43,27%	0,00%
	Bermudas	209.23K	165 199,21%	0,00%
	Mongólia	**84.84K**	**-47,80%**	**0,00%**

1.3 Produtos comercializados





Brasil–Mongólia, evolução do comércio, até 2021



Fonte: Ministério da Economia

Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

Dados Anuais

	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Variação	Proporção
2020						
	EXP	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc...	1704	907.30K	-22,0%	37,5%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad...	0207	145.69K	-74,9%	6,0%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf...	2403	94.34K	-76,1%	3,9%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002...	3004	84.00K	78,8%	3,5%
	IMP	Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	129.66K	-43,3%	52,3%
		Compostos de função carboximida (incluindo a sacа...	2925	24.54K	-42,9%	9,9%
		Compostos de função carboxiamida; compostos de fun...	2924	6.15K	-90,2%	2,5%
2019						
	EXP	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc...	1704	1.16M	45,2%	26,5%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad...	0207	581.54K	818,0%	13,3%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf...	2403	396.38K	-53,4%	9,0%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002...	3004	46.97K	89,5%	1,1%
	IMP	Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	228.64K	236,6%	22,0%
		Compostos de função carboxiamida; compostos de fun...	2924	62.79K	-45,6%	6,0%
2018						
	EXP	Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf...	2403	847.95K	309,6%	19,9%
		Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc...	1704	801.80K	-39,9%	18,8%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad...	0207	63.35K	-74,6%	1,5%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002...	3004	24.78K	153,4%	0,6%
	IMP	Compostos de função carboxiamida; compostos de fun...	2924	115.52K	732,0%	46,5%
		Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	67.93K	63,3%	27,3%
2017						
	EXP	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc...	1704	1.33M	7,9%	24,2%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf...	2403	207.00K	186,1%	3,8%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002...	3004	9.78K	-4,0%	0,2%
	IMP	Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	41.60K	-79,8%	49,2%

1.4 Classificações do Comércio

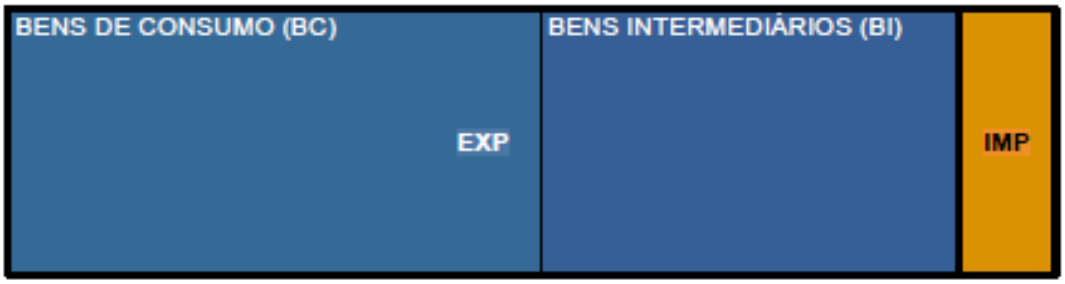
Classificação ISIC em 2020



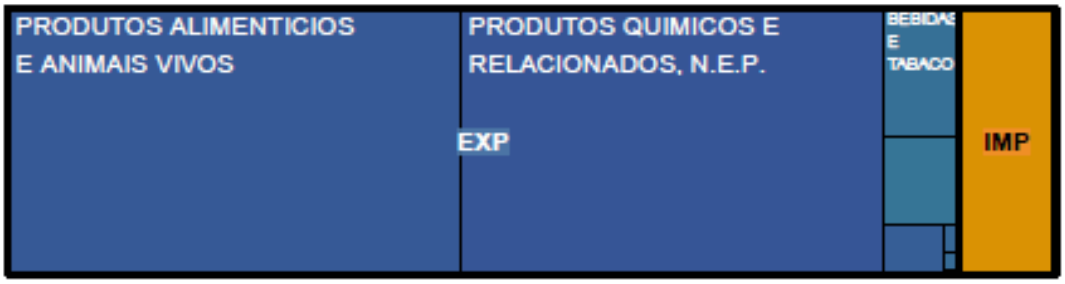
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	2.4M	99,9%
	Agropecuária	648.0	0,0%
	Outros Produtos	617.0	0,0%
IMP	Indústria de Transformação	248.1K	100,0%

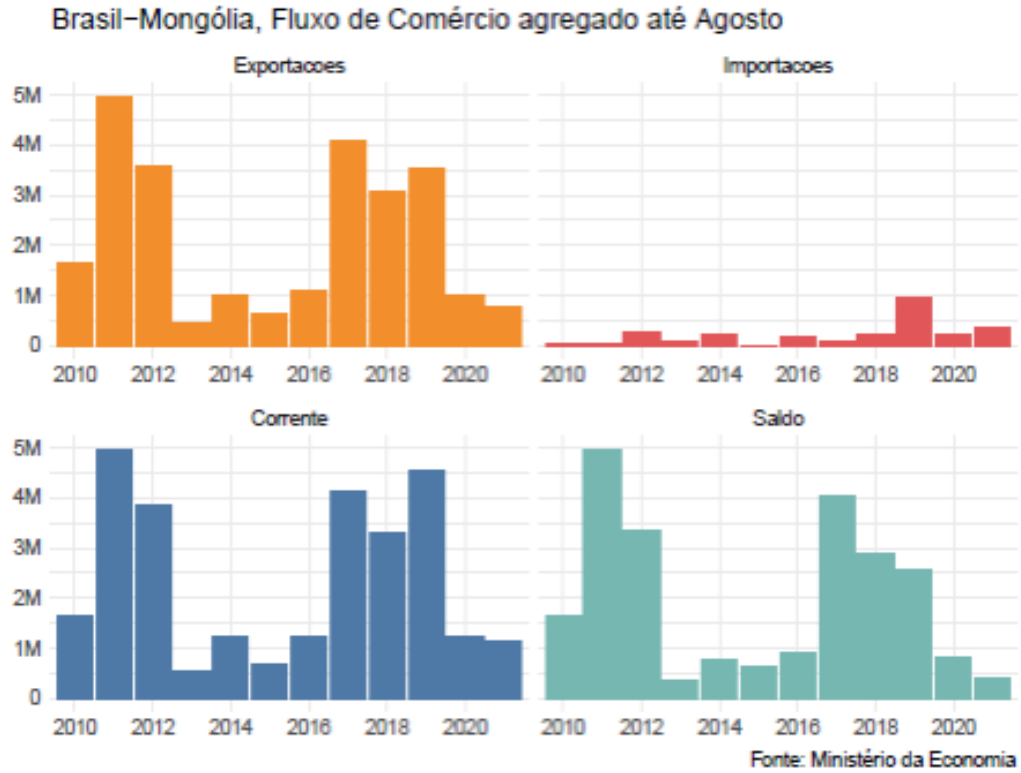
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	2.3M	93,9%
	PRODUTOS BASICOS	146.5K	6,1%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	14.0	0,0%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	248.1K	100,0%

Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	1.4M	56,0%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	1.1M	43,9%
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	2.4K	0,1%
	BENS DE CAPITAL (BK)	93.0	0,0%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	247.5K	99,8%
	BENS DE CONSUMO (BC)	568.0	0,2%

Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	1.2M	47,7%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	1.1M	44,4%
	BEBIDAS E TABACO	94.4K	3,9%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	62.5K	2,6%
	OBRAS DIVERSAS	29.7K	1,2%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	3.7K	0,2%
	COMBUSTIVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	2.4K	0,1%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	617.0	0,0%
IMP	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	247.5K	99,8%
	OBRAS DIVERSAS	568.0	0,2%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	6.0	0,0%

2 Dados mensais

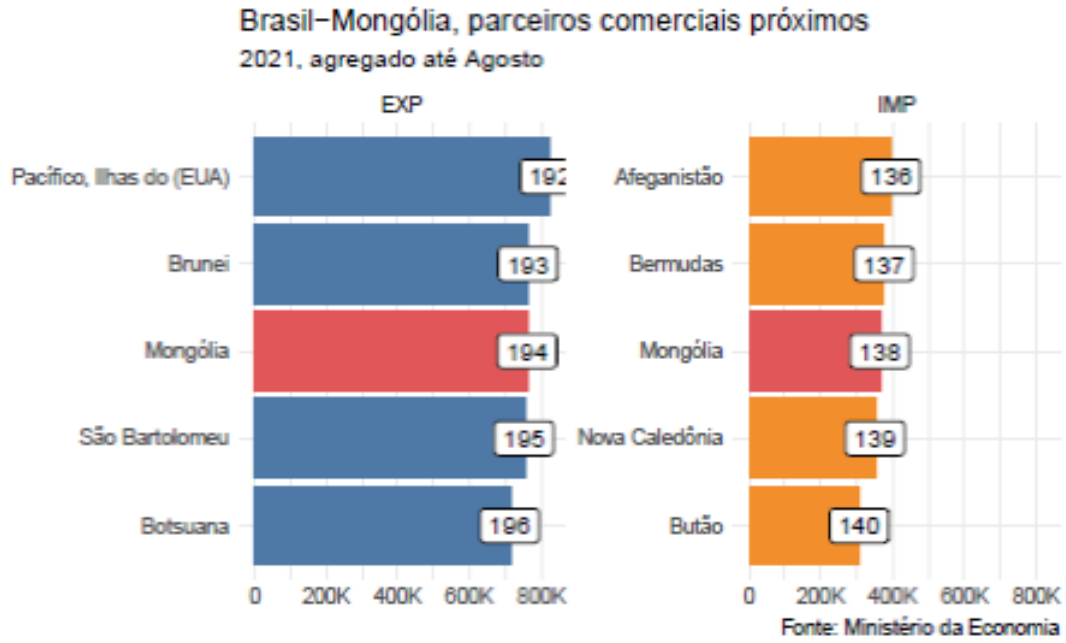
2.1 Fluxo de Comércio

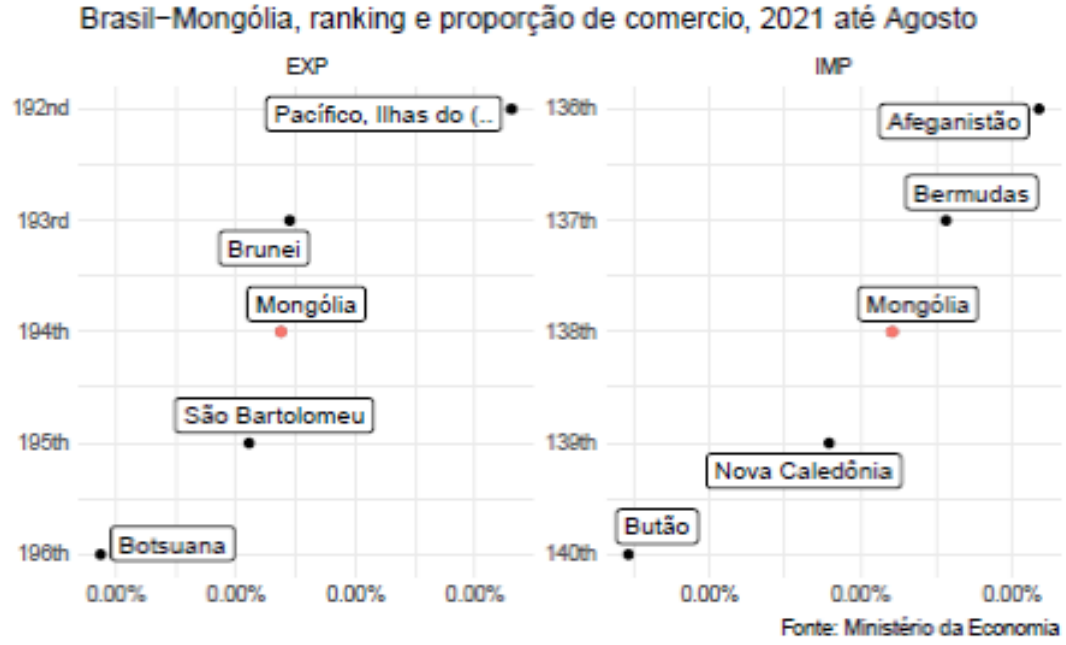


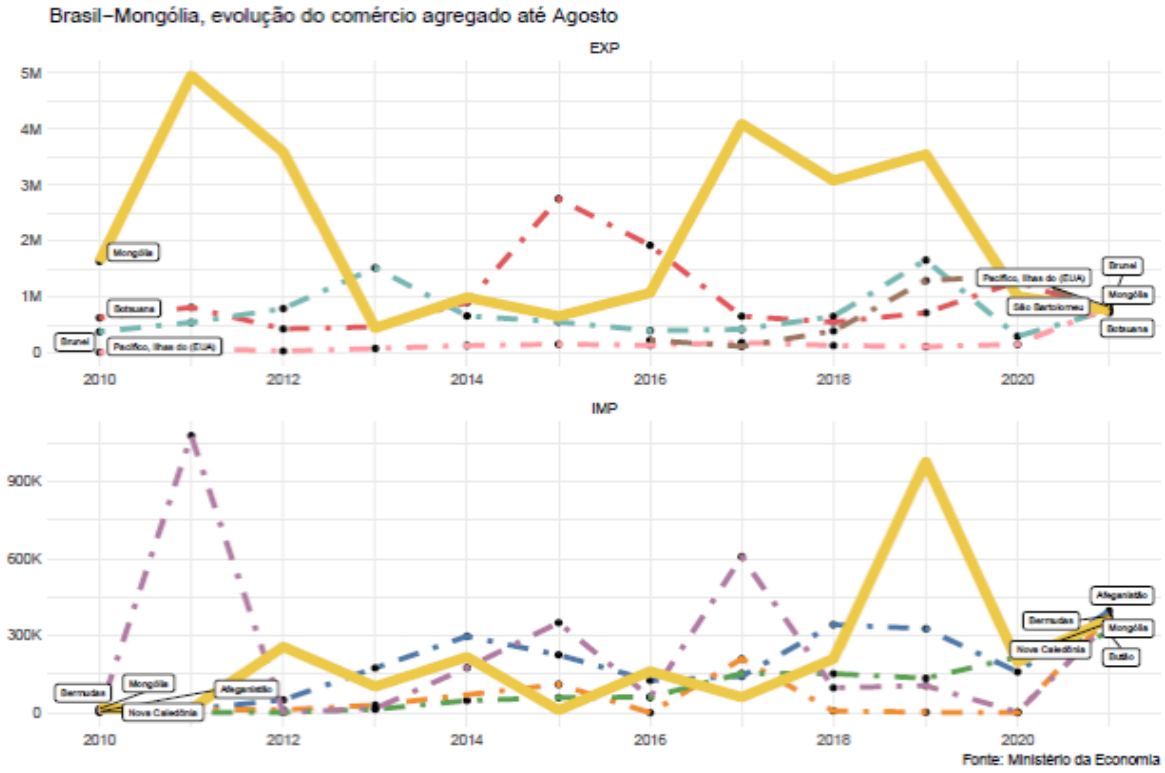
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	762K (-24.95%)	1M (-71.39%)	4M (15.19%)	3M (-24.77%)	4M (281.46%)
Importacoes	365K (84.3%)	198K (-79.7%)	976K (364.6%)	210K (247.0%)	61K (-62.5%)
Saldo	396K (-51.5%)	816K (-68.2%)	3M (-10.4%)	3M (-28.9%)	4M (342.5%)
Corrente	1M (-7.1%)	1M (-73.2%)	5M (37.5%)	3M (-20.8%)	4M (236.4%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	1M (63.63%)	656K (-33.88%)	992K (122.83%)	445K (-87.61%)	4M (-27.58%)
Importacoes	162K (1 518.3%)	10K (-95.4%)	217K (112.9%)	102K (-60.3%)	257K (1 598.0%)
Saldo	911K (41.1%)	646K (-16.6%)	774K (125.8%)	343K (-89.7%)	3M (-32.6%)
Corrente	1M (85.5%)	666K (-44.9%)	1M (121.0%)	547K (-85.8%)	4M (-22.6%)

2.2 Destinos de Exportações e Origens de Importações





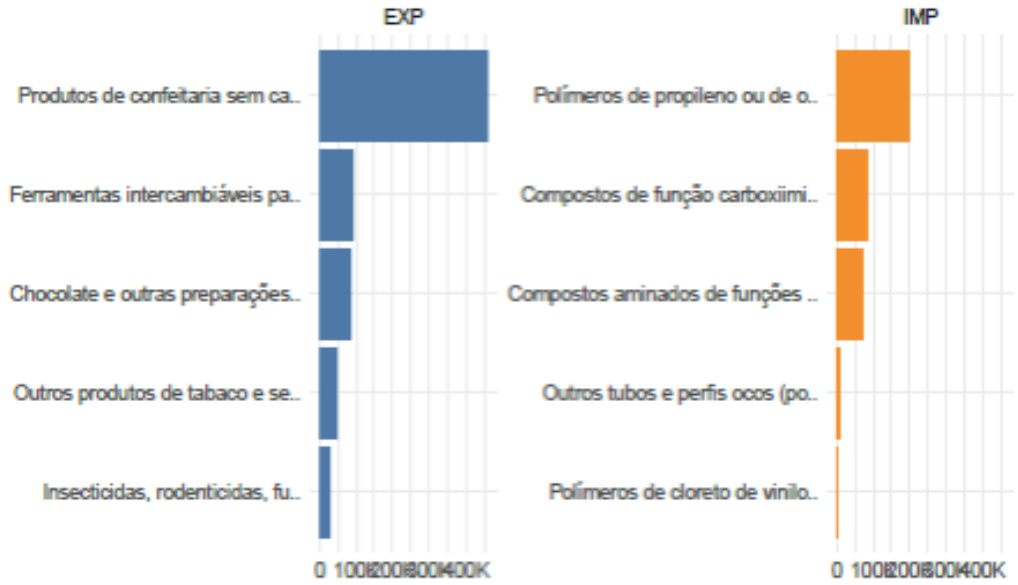

Brasil–Mongólia, evolução do comércio agregado até Agosto
EXP
5M
4M
3M
2M
1M
0
Mongólia
Botsuana
Brunei
Pacífico, Ilhas do (EUA)
2010
2012
2014
2016
2018
2020
Brunei
Mongólia
Botsuana
IMP
900K
600K
300K
0
Bermudas
Mongólia
Nova Caledônia
Afeganistão
Butão
2010
2012
2014
2016
2018
2020
Fonte: Ministério da Economia

Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

Dados Agregados até Agosto				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2021				
EXP	Pacífico, Ilhas do (EUA)	824.26K	440,34%	0,00%
	Brunei	763.90K	156,88%	0,00%
	Mongólia	**761.51K**	**-24,98%**	**0,00%**
	São Bartolomeu	752.80K	-45,68%	0,00%
	Botsuana	712.65K	-44,29%	0,00%
IMP	Afeganistão	396.81K	149,19%	0,00%
	Bermudas	376.74K	39 893,74%	0,00%
	Mongólia	**365.24K**	**84,28%**	**0,00%**
	Nova Caledônia	351.69K	12 637,85%	0,00%
	Butão	308.24K	42,20%	0,00%
2020				
EXP	São Bartolomeu	1.39M	7,42%	0,00%
	Botsuana	1.28M	78,47%	0,00%
	Mongólia	**1.01M**	**-71,39%**	**0,00%**
	Brunei	297.38K	-82,07%	0,00%
	Pacífico, Ilhas do (EUA)	152.55K	36,72%	0,00%
IMP	Butão	216.77K	61,20%	0,00%
	Mongólia	**198.19K**	**-79,70%**	**0,00%**
	Afeganistão	159.24K	-51,33%	0,00%
	Nova Caledônia	2.76K	-97,37%	0,00%
	Bermudas	942.00	-57,51%	0,00%
2019				
EXP	**Mongólia**	**3.55M**	**15,19%**	**0,00%**
	Brunei	1.66M	153,54%	0,00%
	São Bartolomeu	1.29M	228,53%	0,00%
	Botsuana	716.78K	30,46%	0,00%
	Pacífico, Ilhas do (EUA)	111.57K	-15,87%	0,00%
IMP	**Mongólia**	**976.17K**	**364,64%**	**0,00%**
	Afeganistão	327.15K	-4,69%	0,00%
	Butão	134.47K	-11,61%	0,00%
	Nova Caledônia	105.05K	7,92%	0,00%
	Bermudas	2.22K	-69,21%	0,00%
2018				
EXP	**Mongólia**	**3.08M**	**-24,77%**	**0,00%**
	Brunei	654.05K	56,15%	0,00%
	Botsuana	549.41K	-16,17%	0,00%
	São Bartolomeu	392.74K	236,04%	0,00%
	Pacífico, Ilhas do (EUA)	132.62K	-28,61%	0,00%
IMP	Afeganistão	343.25K	141,86%	0,00%
	Mongólia	**210.09K**	**246,96%**	**0,00%**
	Butão	152.13K	-0,59%	0,00%
	Nova Caledônia	97.37K	-83,98%	0,00%
	Bermudas	7.20K	-96,57%	0,00%

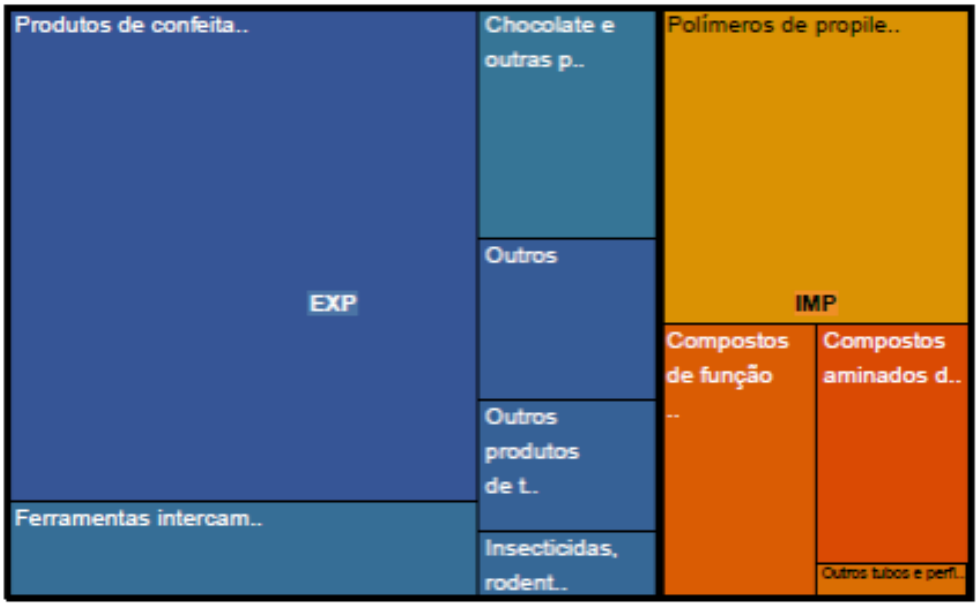
2.3 Produtos comercializados

Brasil−Mongólia, pauta comercial, 2021 até Agosto



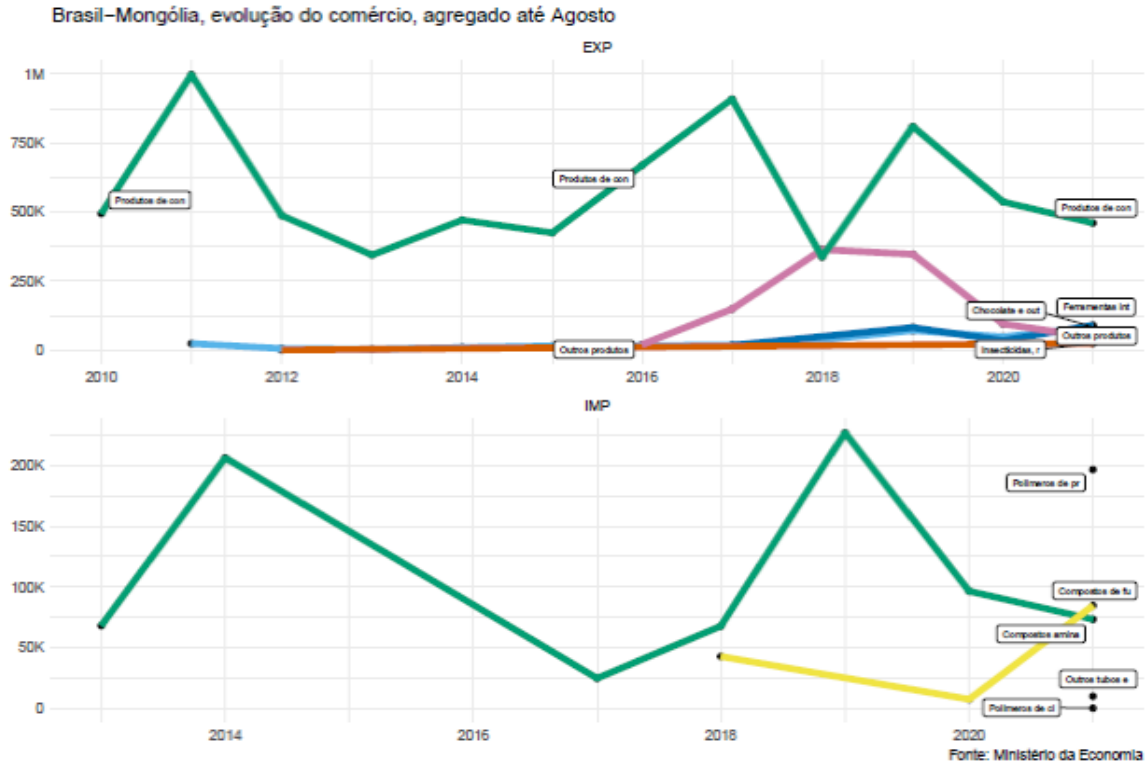
Fonte: Ministério da Economia

Brasil−Mongólia, Proporção de Exportações e Importações 2021 até Agosto



Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

		Dados Agregados até Agosto				
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Variação	Proporção
2021						
	EXP	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc...	1704	459.81K	-14,3%	60,4%
		Ferramentas intercambiáveis para ferramentas manua...	8207	89.62K	164,4%	11,8%
		Chocolate e outras preparações alimentícias conten...	1806	82.75K	73,6%	10,9%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf...	2403	46.89K	-50,3%	6,2%
		Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas...	3808	24.00K	37 995,2%	3,2%
	IMP	Compostos de função carboximida (incluindo a sacа...	2925	84.70K	992,7%	23,2%
		Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	73.46K	-23,9%	20,1%
2020						
	EXP	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc...	1704	536.76K	-33,7%	52,9%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf...	2403	94.34K	-72,8%	9,3%
		Chocolate e outras preparações alimentícias conten...	1806	47.68K	-32,4%	4,7%
		Ferramentas intercambiáveis para ferramentas manua...	8207	33.90K	-58,5%	3,3%
	IMP	Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	96.58K	-57,4%	48,7%
		Compostos de função carboximida (incluindo a sacа...	2925	7.75K	-82,0%	3,9%
2019						
	EXP	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc...	1704	809.30K	140,4%	22,8%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf...	2403	346.71K	-4,7%	9,8%
		Ferramentas intercambiáveis para ferramentas manua...	8207	81.61K	381,2%	2,3%
		Chocolate e outras preparações alimentícias conten...	1806	70.52K	93,2%	2,0%
	IMP	Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	226.60K	233,6%	23,2%
2018						
	EXP	Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf...	2403	363.68K	145,3%	11,8%
		Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc...	1704	336.68K	-63,0%	10,9%
		Chocolate e outras preparações alimentícias conten...	1806	36.50K	105,1%	1,2%
	IMP	Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	67.93K	171,4%	32,3%

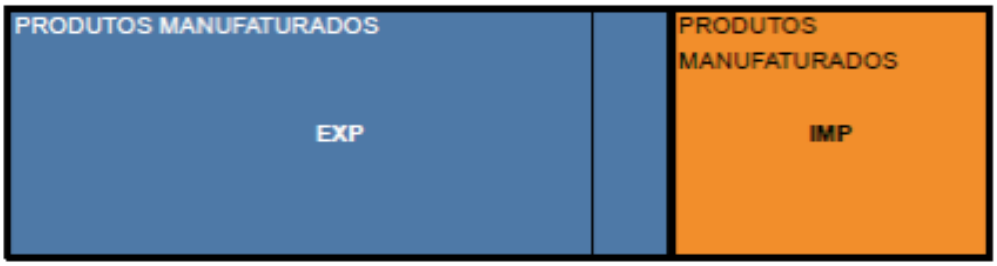

Brasil–Mongólia, evolução do comércio, agregado até Agosto
EXP
1M
750K
500K
250K
0
2010
2012
2014
2016
2018
2020
Produtos de con
Produtos de con
Produtos de con
Chocolate e out
Ferramentas Int
Outros produtos
Outros produtos
Inseticidas, r
IMP
200K
150K
100K
50K
0
2014
2016
2018
2020
Polímeros de pr
Compostos de fu
Compostos amina
Outros tubos e
Polímeros de cl
Fonte: Ministério da Economia

2.4 Classificações do Comércio

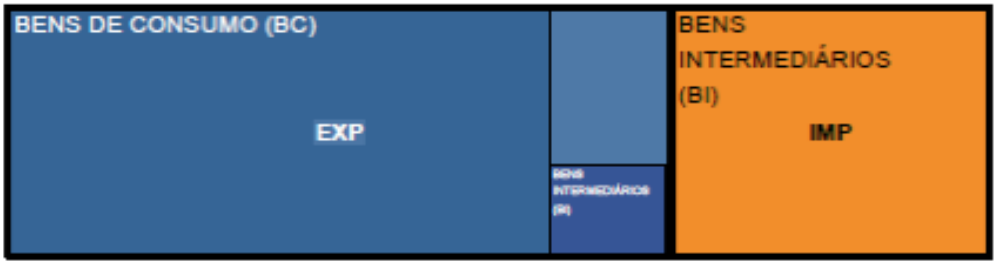
Classificação ISIC agregado até Agosto



Classificação Fator Agregado agregado até Agosto



Classificação CGCE agregado até Agosto



Classificação CUCI agregado até Agosto



Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

2021, agregado até Agosto			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	671.9K	88,2%
	NA	89.6K	11,8%
IMP	Indústria de Transformação	365.2K	100,0%

Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	671.9K	88,2%
	NA	89.6K	11,8%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	365.2K	100,0%

Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	621.2K	81,6%
	NA	89.6K	11,8%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	47.8K	6,3%
	BENS DE CAPITAL (BK)	2.9K	0,4%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	365.2K	100,0%

Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	542.6K	71,2%
	NA	89.6K	11,8%
	BEBIDAS E TABACO	46.9K	6,2%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	41.2K	5,4%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	19.6K	2,6%
	OBRAS DIVERSAS	18.8K	2,5%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	2.8K	0,4%
IMP	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	355.0K	97,2%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	10.2K	2,8%

EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA
(2018 - 2021)

CHINA

INTRODUÇÃO

No início da gestão, em novembro de 2018, as prioridades da embaixada focavam o relacionamento econômico e comercial. A China é, desde 2009, o principal mercado de destino das exportações brasileiras. Em 2019, absorveu 29,77% de nossas exportações e respondeu por 82,9% de nosso superávit comercial. A China tornou-se, desde 2010, uma das principais origens do investimento estrangeiro direto no Brasil, com um estoque estimado superior a US$ 80 bilhões, em áreas como eletricidade, petróleo e gás natural, mineração, indústria e infraestrutura.

2. A embaixada tinha por meta ampliar e diversificar as exportações, divulgar programas e oportunidades como o PPI e facilitar contatos de entes e empresas brasileiras com investidores chineses.

3. Em segundo plano, mas com importância crescente, situavam-se as demais áreas do relacionamento, como fluxo de pessoas, ciência e tecnologia, turismo, educação e cultura. Existe um déficit de conhecimento mútuo, que se explica por fatores como distância, diferenças linguísticas e culturais, a história ainda relativamente curta do relacionamento diplomático e o peso comparativamente menor dos fluxos migratórios. O extraordinário desenvolvimento da China nas últimas quatro décadas oferece, no entanto, oportunidades que merecem ser avaliadas e melhor exploradas pelo Brasil.

4. A atuação da embaixada enfrentou, desde o início, obstáculos importantes. Destaque-se, em particular, o acirramento das tensões entre EUA e China e seu impacto sobre o sistema de comércio multilateral, com o consequente aumento da politização na administração do comércio. Nesse contexto, a expansão do conteúdo de opinião crítico à China nos meios políticos e de comunicação brasileiros requereu, por parte da embaixada, esforço permanente de esclarecimento e contextualização. A realização da Comissão Sino-Brasileira de

Concertação e Cooperação (COSBAN) e a visita do Presidente da República à China, em 2019, seguida pela visita do presidente Xi Jinping ao Brasil, para participar da Cúpula do BRICS, em muito contribuíram para a manutenção do bom relacionamento bilateral.

5. A pandemia de COVID-19 provocou transformação profunda nas condições de trabalho e nas prioridades da embaixada, bem como nas perspectivas para o relacionamento bilateral. O posto enfrentou o desafio de organizar e acompanhar a evacuação de brasileiros de Wuhan, em fevereiro de 2020. Atuou intensamente no apoio a entes federados, empresas e associações na aquisição de vacinas, respiradores e insumos para o combate à COVID-19.

6. A embaixada manteve a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) informada sobre a evolução das condições de suprimento e das iniciativas chinesas no plano doméstico e internacional. A partir de dezembro de 2020, o posto acompanhou de perto, facilitou a busca de informações e efetuou frequentes gestões com vistas à liberação tempestiva dos lotes de insumo farmacêutico ativo (IFA) adquiridos pelo Brasil. Em que pese a especulação no Brasil de que nosso país pudesse ter sido prejudicado por algum tipo de retaliação política, os dados de exportações de IFA e o constante monitoramento pela embaixada junto a outros compradores embasam a avaliação de que as dificuldades pontuais deveram-se à insuficiência da oferta, acentuada pela decisão da China de antecipar a vacinação de sua vasta população.

7. Apesar das dificuldades conjunturais e do desafiador cenário internacional, as perspectivas para o relacionamento bilateral, em especial na área econômica e comercial, são favoráveis. Ainda assim, algumas questões dependem de decisões e iniciativas da parte brasileira. A tão almejada expansão das exportações de produtos com maior valor agregado, por exemplo, depende de esforço de promoção a ser conduzido essencialmente pelo setor privado, dado que requer o estabelecimento de marcas diferenciadas.

DIÁLOGO POLÍTICO

8. Ao longo da gestão, a embaixada buscou manter e estimular contatos em todos os níveis governamentais. O ano de 2019 foi marcado por intensa agenda de encontros de alto nível entre o Brasil e a China. Em maio, realizou-se, em Pequim, a quinta

sessão plenária da COSBAN, a primeira reunião em quatro anos do principal mecanismo de diálogo bilateral. O encontro foi co-presidido pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e pelo vice-presidente da República Popular da China, Wang Qishan, e contou com a presença de representantes de diversos ministérios dos dois países. Conforme registrado na ata final da plenária, os vice-presidentes decidiram iniciar discussões para aprimorar a estrutura da COSBAN e revisar o Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 e o Plano de Ação Conjunta 2015-2021, os dois instrumentos balizadores do relacionamento bilateral. As negociações sobre a reestruturação da COSBAN e a revisão dos planos bilaterais iniciaram-se em dezembro de 2020 e devem ser concluídas nos próximos meses, com a realização de nova sessão plenária.

9. Em julho, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, visitou o Brasil para participar da reunião de chanceleres do BRICS e da terceira reunião do Diálogo Estratégico Global (DEG), principal canal institucional de diálogo entre as duas chancelarias. Durante o encontro do DEG, os chanceleres do Brasil e da China passaram em revista os principais temas da agenda bilateral e trocaram avaliações sobre a conjuntura internacional.

10. Em outubro, o presidente Jair Bolsonaro realizou visita de Estado à China, onde manteve encontros com o presidente Xi Jinping, com o primeiro-ministro Li Keqiang e com o presidente da Assembleia Nacional Popular, Li Zhanshu. Durante a visita, foram assinados oito atos bilaterais, nas áreas de política, economia e comércio, agricultura, energia, ciência e tecnologia e educação. Entre os instrumentos, destacam-se o acordo para reconhecimento mútuo de operadores econômicos autorizados, que deverá facilitar procedimentos aduaneiros no comércio bilateral, e protocolos sanitários para exportação de carne bovina termoprocessada e de farelo de algodão.

11. Em novembro, o presidente Xi Jinping viajou ao Brasil para participar da 11ª Cúpula do BRICS e realizar visita bilateral. O encontro resultou em nove atos bilaterais, nas áreas de cooperação judiciária, transportes, agricultura, saúde, comércio de serviços, investimentos e cultura. Os principais destaques concentram-se na área de agricultura, em que foram assinados protocolos sanitários para exportação de pera e melão e um Plano

de Ação quinquenal para aprofundar a colaboração entre os dois países no setor.

12. A intensa agenda de contatos bilaterais de alto nível contribuiu para a criação de um clima de entendimento e confiança entre as principais autoridades dos dois países, requisito fundamental para a manutenção do bom relacionamento entre Brasília e Pequim em uma conjuntura externa em profunda transformação.

13. A epidemia da COVID-19 e as severas restrições impostas pela China à entrada de estrangeiros em seu território interromperam o intercâmbio de visitas bilaterais de alto nível. A única exceção, realizada com protocolos sanitários especiais negociados com o governo chinês, foi a visita do ministro das Comunicações, Fábio Faria, a Shenzhen, em fevereiro de 2021, no contexto de missão para manter contatos com os principais produtores de equipamentos para redes 5G.

14. A atuação da embaixada enfrentou obstáculos importantes. No plano internacional, a COVID-19 e o acirramento das tensões entre a China e os EUA impactaram os fluxos comerciais internacionais e levaram a uma crescente politização da administração do sistema comercial multilateral. No plano interno brasileiro, expandiu-se a difusão de conteúdos críticos à China nos meios políticos e nas redes sociais, o que exigiu esforço constante de esclarecimento por parte da embaixada. Paralelamente, verificou-se aumento da cobertura negativa de aspectos da realidade brasileira pela mídia chinesa. Diante desse cenário, o posto intensificou contatos com meios de comunicação locais, com vistas a influenciar positivamente a publicação de conteúdos relacionados ao Brasil. A embaixada aumentou sua presença nas redes sociais chinesas, divulgando conteúdos sobre variados aspectos da realidade brasileira, com ênfase em cultura, agricultura e meio ambiente.

DIPLOMACIA DA SAÚDE

15. A COVID-19 abriu nova vertente de atuação para a embaixada. A primeira tarefa envolveu o planejamento e a execução da parte terrestre da operação de repatriamento de brasileiros de Wuhan, foco inicial da epidemia. Com a decretação de quarentena compulsória na cidade em 23 de janeiro de 2020, o posto

localizou e estabeleceu comunicação com os cerca de 70 nacionais residentes na região afetada pelo "lockdown". Paralelamente, foram abertos canais de interlocução com as autoridades chinesas. Uma vez autorizada a operação, foi necessário identificar quais cidadãos queriam retornar ao Brasil e a situação imigratória e documental de cada um deles. O posto manteve contato com outras embaixadas que haviam realizado operações de resgate de nacionais, antecipando dificuldades que poderiam gerar atrasos.

16. Em 5 de fevereiro de 2020, três diplomatas da embaixada foram escalados para a fase terrestre da "Operação Regresso", coordenada em Brasília pelos Ministérios das Relações Exteriores, Defesa e Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Naquele momento, Wuhan só estava acessível por via terrestre, mediante autorização especial concedida pelos governos provincial e central. Os servidores dirigiram por mais de 16 horas, muitas das quais sob neve, para percorrer os 1.150 quilômetros que separam Pequim e Wuhan. Na noite do dia 8 de fevereiro, os diplomatas percorreram a cidade para recolher os repatriados e conduzi-los ao aeroporto. Na madrugada do dia 9, duas aeronaves VC-2 da Força Aérea Brasileira partiram em direção à Base Aérea de Anápolis, onde todos os passageiros cumpriram quarentena de quinze dias. A obtenção das autorizações para os voos e o planejamento e execução da missão em região situada a mais de mil quilômetros da embaixada foram facilitados pelo bom relacionamento desenvolvido pelo posto com as autoridades chinesas.

17. A embaixada também contribuiu para a importação brasileira de vacinas e insumos chineses (Ingrediente Farmacêutico Ativo – IFA) a partir do final de 2020. A vacina da Oxford/AstraZeneca, produzida no Brasil pela Fiocruz, utiliza IFA manufaturado por empresa farmacêutica chinesa. A Coronavac, fabricada pelo Instituto Butantan, conta igualmente com insumos originários da China. Juntas, as duas correspondiam a quase dois terços das vacinas aplicadas nos primeiros meses do programa nacional de imunização.

18. Em dezembro de 2020, a embaixada, em conjunto com o Consulado-Geral em Xangai, viabilizou a missão da Anvisa que atestou boas práticas das fábricas da Sinovac (produtora da Coronavac) e da Wuxi Biologics (responsável pelo IFA da Oxford/ AstraZeneca). A partir daquele momento, o posto também atuou

intensamente junto a instituições chinesas (chancelaria e aduanas central e regionais) para a concessão das licenças de exportação do IFA para a AstraZeneca. Os contatos da embaixada com o fornecedor e as autoridades do lado chinês e com a AstraZeneca e instituições brasileiras (Ministério da Saúde, Fiocruz e Anvisa) realizaram-se com frequência diária e estenderam-se por meses, até a normalização do fornecimento.

19. A pedido do Butantan, o posto realizou gestões junto à Sinovac em momentos em que se verificaram atrasos nas entregas contratadas. Em outra frente, o chefe do posto reuniu-se com o presidente da Sinopharm para informar a intenção do governo brasileiro de estudar a aquisição de vacinas produzidas pelo laboratório. Em todas essas gestões, a embaixada não participou da definição nem teve acesso a detalhes comerciais dos contratos, como quantidades e prazos de entrega.

20. Segundo estatísticas oficiais, o Brasil representou, em 2020, o segundo maior destino de exportações chinesas de vacinas e IFA, com 21,3% do total. Esse volume foi superado apenas pelos Emirados Árabes Unidos, que responderam por 25,4%. No primeiro semestre de 2021, as aquisições brasileiras foram mais de cinco vezes superiores às de todo o ano passado.

21. O posto prestou apoio institucional a aquisições de equipamentos de proteção individual (EPIs), equipamentos médicos especializados e suprimentos, como respiradores e kits de teste. A China é o principal fornecedor brasileiro de itens como aparelhos de terapia respiratória, vestimentas de proteção hospitalar, máscaras médicas e termômetros. No ano passado, o Brasil foi o quinto maior destino das exportações chinesas de respiradores. A embaixada forneceu informações e facilitou o contato entre representantes do governo federal, Estados, municípios e empresas privadas, de um lado, e fornecedores chineses, de outro. Atuou também para garantir as operações de transporte aéreo dos equipamentos adquiridos pelo Brasil. As licenças obtidas permitiram a realização de mais de 40 voos para transporte de material médico-hospitalar para os aeroportos de Cantão, Xangai, Xiamen, Pequim e Qingdao.

COMÉRCIO BILATERAL

22. O período entre 2019 e 2021 assistiu a um crescimento robusto das exportações brasileiras para a China, apesar das incertezas do cenário econômico internacional. As exportações brasileiras passaram de US$ 65,84 bilhões em 2019 para US$ 70,12 bilhões em 2020. Apenas nos primeiros nove meses de 2021, nossas vendas já ultrapassam a cifra recorde dos US$ 73,22 bilhões. As importações brasileiras de produtos chineses, por sua vez, têm permanecido em patamar relativamente estável, com US$ 36,64 bilhões registrados em 2019, US$ 35,37 bilhões em 2020, e US$ 34,48 bilhões até o terceiro trimestre deste ano. A corrente bilateral de comércio atingiu o valor de US$ 105,49 bilhões em 2020, recorde já batido pelo volume apurado entre janeiro e setembro de 2021 (US$ 107,70 bilhões). Neste ano, a China foi o destino de quase 34% das exportações brasileiras e respondeu por aproximadamente 22% das nossas importações. O comércio bilateral com a China atualmente responde por 68,5% do superávit comercial brasileiro

23. O Brasil conseguiu aumentar, entre 2020 e 2021, o valor exportado de sete dos dez principais produtos nacionais comprados pela China, com destaque para carne bovina e suína, açúcar e óleos vegetais. Permanece, porém, o descompasso entre a pauta exportadora brasileira e as importações chinesas, muito mais diversificadas e com predomínio de produtos industriais de alto valor agregado, como eletroeletrônicos, químicos, medicamentos e maquinário industrial. A diversificação da pauta brasileira de exportações continua a apresentar desafios no comércio bilateral. Os três principais produtos exportados do Brasil para a China – soja, minério de ferro e petróleo – responderam, em 2021, por 80,58% do valor total exportado, patamar acima dos 74% registrado em 2015-2016.

24. A escalada de atritos na área comercial entre Estados Unidos e China a partir de 2018 – o início da chamada “guerra comercial” entre os dois países, com a imposição generalizada de tarifas e restrições bilaterais ao comércio e investimentos – teve como resultado indireto uma ampliação da participação de produtos brasileiros no mercado chinês, com destaque para soja e proteína animal. A conclusão de uma trégua entre os dois países (Acordo Fase 1) no início de 2020 trouxe apreensão quanto à possiblidade de reversão desses ganhos, uma vez que o documento estabelecia metas de compras de produtos norte-americanos pelos

chineses, em potencial violação das regras multilaterais de comércio.

25. A ameaça presente no documento, porém, não se concretizou até o momento. As compras chinesas de produtos americanos ficaram largamente abaixo das metas estabelecidas no documento (apenas 58% do total previsto para 2020 e 69% para o período de janeiro-agosto de 2021) e não ensejaram desvios de fluxos comerciais provenientes do Brasil. Pequim e Washington sinalizaram, nas últimas semanas, disposição de retomar as negociações comerciais tendo em vista uma possível Fase 2. A embaixada acompanhou com atenção a conclusão e implementação do Acordo Fase 1 e deve continuar esse trabalho nos próximos meses, procurando mapear violações das regras da OMC e eventuais impactos negativos sobre os interesses comerciais brasileiros na China.

26. Há muitas oportunidades econômico-comerciais a serem exploradas na China. O comércio eletrônico, com ampla capilaridade entre a população local e receita anual superior a US$ 840 bilhões, constitui excelente exemplo de possibilidade de acesso inovador ao mercado chinês. O melhor aproveitamento do potencial consumidor da economia chinesa dependerá, porém, do engajamento do setor privado brasileiro, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de marcas e ao estabelecimento, junto aos consumidores finais, de uma "reputação" de qualidade e originalidade dos produtos "Made in Brazil".

SETOR AGRÍCOLA

27. O setor agrícola foi objeto de ação reforçada da embaixada, em especial a exportação de grãos, fibras e proteínas animais. Durante todo o período da gestão, as vendas do agronegócio para a China estiveram acima dos US$ 30 bilhões anuais, consolidando o país como nosso principal mercado, com 37,9% do total das exportações brasileiras desses produtos. Desde 2018, o Brasil tornou-se o principal fornecedor de produtos agrícolas para a China, com 20,9% do total, seguido pelos EUA, com 17,2%.

28. A soja ainda responde por 30,8% de todas as exportações brasileiras para a China e por 61,5% das exportações do agronegócio brasileiro para o país asiático. O setor de proteína animal observou significativa expansão: as exportações de carnes

para a China cresceram 268% entre 2017 e 2020. A carne bovina tornou-se o segundo produto da pauta do agronegócio no mercado chinês, com US$ 4 bilhões exportados em 2020. As exportações de carne de frango tiveram aumento de 67% no mesmo período, após resolução de processo antidumping com adoção de compromisso de preços em fevereiro de 2019. As vendas de carne suína aumentaram mais de doze vezes, no contexto da epidemia de peste suína africana na China.

29. O algodão também registrou significativo crescimento: as exportações da fibra para a China aumentaram quase oito vezes e passaram a ocupar mais de um quarto do "market-share" nas importações chinesas (contra apenas 5,6% em 2017), após redução das vendas norte-americanas e australianas para o país asiático. Outros produtos que merecem destaque são o açúcar e a celulose, respectivamente, com 70,3% e 27,8% de participação nas importações chinesas. A retomada das exportações de açúcar, após o término da aplicação da salvaguardas pela China em fevereiro de 2019, permitiu triplicar o valor exportado em 2020.

30. Foram assinados protocolos sanitários para exportação de melões, farelo de algodão e carne bovina termoprocessada para a China, além de memorando de entendimento entre a Embrapa e a Academia Chinesa de Ciências (CAS) para iniciativas de melhoramento genético de soja. Encontram-se em curso outras dezenas de processos negociadores de abertura de mercados para produtos de origem vegetal (proteína de soja, milho, farelo de soja, sorgo, polpa cítrica, gergelim, amendoim, noz pecã, uva, abacate, limão, entre outros) e animal (miúdos de suínos e de aves, soro bovino, novas espécies de pescados, colágeno e gelatinas, material genético avícola, por exemplo), além das solicitações de reconhecimento de status sanitário do Brasil em febre aftosa, peste suína clássica e encefalopatia espongiforme bovina (EEB).

31. Em setembro de 2019, 25 estabelecimentos brasileiros de carnes foram habilitados para exportar à China. Desde então, a embaixada tem realizado constantes esforços para a retomada do processo de habilitação de novos estabelecimentos, que se viu afetado pela pandemia da COVID-19. A mesma dificuldade no avanço de processos de habilitação e abertura de mercados com a China nos últimos dois anos é relatada por todos os países, à exceção dos EUA, que obtiveram concessões chinesas na área agrícola no

âmbito do Acordo Fase 1, incluindo a habilitação de mais de mil novos estabelecimentos exportadores.

32. A pandemia motivou a adoção de diversas medidas de controle sanitário pelos chineses e terminou por desacelerar o andamento de outros processos de abertura de mercado em curso. A embaixada acompanhou de perto essa conjuntura, com atenção para suas possíveis implicações sobre o comércio agrícola com a China. Entre 2020 e 2021, a China suspendeu, por COVID-19, mais de 370 estabelecimentos exportadores de carnes e pescados de todo o mundo, dos quais 14 brasileiros (13 de carnes e 1 de pescados). A embaixada vem acompanhando de perto o processo de revogação dessas suspensões. Dois frigoríficos brasileiros permanecem suspensos.

33. Observou-se, em todo o período, aumento da demanda das autoridades chinesas por informações e garantias relativas à segurança dos alimentos, não apenas restritos à pandemia da COVID-19. Em 2019, as exportações de carne bovina, suspensas pela ocorrência de caso de EEB atípica em cumprimento ao protocolo sanitário bilateral vigente, puderam ser retomadas em cerca de duas semanas. A suspensão decorrente da ocorrência de dois outros casos similares em setembro de 2021, no entanto, ainda não foi anunciada, apesar dos permanentes esforços brasileiros pela pronta conclusão da análise sanitária chinesa. Outros países também têm sido afetados por demoras para a retomada dos fluxos comerciais.

34. Ainda que a política de segurança alimentar chinesa tenha como objetivo o máximo grau de autossuficiência, a demanda de importação de grãos pelo país deve ser mantida devido a fatores como baixa disponibilidade de terras aráveis e de recursos hídricos, custo crescente da mão de obra e dos insumos. O aumento da urbanização, o crescimento da classe média e a alteração de hábitos alimentares indicam tendência de alteração do perfil das importações agrícolas chinesas nas próximas décadas, com aumento da participação de produtos de maior valor agregado, o que apresenta oportunidades de diversificação da pauta agrícola brasileira e a melhoria de condições de acesso para nossos produtos. O aproveitamento dessas oportunidades dependerá do constante esforço, do governo e do setor privado brasileiro, de construção de confiança e consolidação da imagem do país como fornecedor confiável de produtos de qualidade.

35. Nesse contexto, foi realizada, entre 2018 e 2021, a expansão do setor de agronegócio da embaixada, que passou a contar com dois diplomatas, dois adidos agrícolas e dois funcionários locais de dedicação exclusiva, além da colaboração do núcleo de apoio de análises e estatísticas econômicas.

INVESTIMENTOS

36. O Brasil é, historicamente, importante destino de investimentos chineses. Segundo estimativas do "China Global Investment Tracker", o país situou-se entre os cinco maiores receptores de investimentos externos diretos chineses entre 2005 e 2021, atrás apenas de EUA, Reino Unido, Austrália e Suíça. Segundo o Ministério da Economia, os investimentos da China no Brasil ultrapassaram USD 82 bilhões e são particularmente expressivos, em volume, nos setores de óleo e gás e transmissão, geração e distribuição de energia. Os investimentos chineses são significativos em diversos outros setores, como bens de consumo, mineração, agrícola, financeiro e tecnologia.

37. Nos últimos três anos, a China continuou a ser o maior investidor externo do Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Destacam-se, entre esses investimentos, os realizados pela "China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)" e a "China National Oil and Gas Exploration and Development Company" (CNODC), que arrematarам um bloco dos volumes excedentes da cessão onerosa, em novembro de 2019. Companhias chinesas também participaram da concessão do terminal de contêineres de Paranaguá e têm demonstrado reiterado interesse em continuar investindo no programa brasileiro.

38. Fora do âmbito do PPI, destacam-se investimentos das companhias de tecnologia "Tencent", "Full Truck Alliance" e "Dahua Technology"; a construção e operação da ponte entre Salvador e a Ilha de Itaparica pelo consórcio da "China Communications Construction Company" (CCCC) e da "China Railway 20 Bureau Group Corporation" (CR20); e a aquisição de usinas de energias renováveis pela "China General Nuclear Power Group" (CGN). Esses investimentos ocorreram em contexto de expressiva redução dos aportes globais chineses. Perceptível desde 2017, em decorrência, principalmente, de mudanças legislativas internas

relativas à exportação de capital e das condições macroeconômicas do país, a queda global nos investimentos não-financeiros da China alcançou 8,2%, de 2018 a 2019. No mesmo período, no entanto, houve crescimento de 117% no valor dos investimentos confirmados no Brasil, segundo o "Conselho Empresarial Brasil-China". O país manteve-se, em 2019, como principal destino dos investimentos chineses na América Latina, de acordo com estatísticas do Ministério do Comércio (MOFCOM) da China.

39. A eclosão da pandemia, em 2020, provocou retração dos investimentos globais (cerca de 35%, segundo a UNCTAD), com impacto também sobre a China. Embora a América Latina tenha sido severamente afetada no ano passado, há indicativos de retomada de aportes chineses na região. Segundo o MOFCOM, de janeiro a maio de 2021, os investimentos chineses na América Latina ultrapassaram USD 10 bilhões, o que representa aumento de mais de 40% em relação ao mesmo período do ano passado. O valor coloca a região em segundo lugar entre as que mais receberam investimentos chineses no mundo. São exemplos do renovado interesse na região, sobretudo no Brasil, a instalação da montadora chinesa "Haval" em Iracemápolis (SP) e o desenvolvimento de estudos para instalação de complexo eólico no Ceará pela empresa "Ming Yang".

40. Em 2019, foi assinado o "Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação em Assuntos Relacionados a Investimentos" com vistas a promover ações conjuntas para ampliar os investimentos de lado a lado. Seguindo diretrizes emitidas na COSBAN e outras visitas bilaterais de alto nível, a embaixada procurou reforçar, junto a atores políticos e econômicos do país, o interesse do Brasil em receber investimentos chineses. Para tanto, realizou trabalho de divulgação de oportunidades de negócios ao empresariado local, por meio de seminários em formato híbrido (presencial e virtual) e apoio a companhias interessadas no mercado brasileiro. Coube à embaixada, ainda, a transmissão regular de informações sobre temas econômicos e políticos da China com repercussão para os investimentos no Brasil e o apoio a missões de governos estaduais com interesse em atrair investimentos para seus

estados. As missões presenciais, no entanto, foram praticamente inviabilizadas pela pandemia de COVID-19.

41. A embaixada manteve estreito relacionamento com bancos multilaterais sediados na China, como o "New Development Bank" (NDB) e o "Asian Infrastructure Investment Bank" (AIIB). Com relação ao NDB, que conta, desde 2020, com presidente brasileiro, foi aprovada a criação de escritório regional do banco nas Américas com sede no Brasil. Verificou-se expressiva ampliação do financiamento pelo NDB de projetos em território brasileiro. Entre 2018 e 2021, a instituição aprovou financiamento de mais de US$ 2,74 bilhões para projetos brasileiros, dos quais US$ 1 bilhão dedicado exclusivamente ao combate aos efeitos socioeconômicos da pandemia.

42. No âmbito do AIIB, a embaixada realizou repetidas gestões para reiterar o compromisso do Brasil em oficializar sua condição de membro fundador do banco. Em setembro de 2021, o Decreto Nº 10.801 promulgou o "Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura" e o acordo complementar, que estipula a adesão brasileira com a subscrição de cinquenta ações. Com a integralização da primeira parcela do capital pelo país, projetos brasileiros que buscam financiamento do banco poderão ser aprovados. Há, atualmente, três projetos brasileiros em estágio avançado de análise pela instituição.

DIPLOMACIA DA INOVAÇÃO

43. No campo da ciência, tecnologia e inovação (CTI), a relação bilateral continuou a seguir trajetória de adensamento por meio da proliferação de iniciativas entre instituições dos dois países. Com apoio da embaixada, foram realizadas, nos últimos três anos, conferências entre academias de ciências, sessões remotas para apresentação de "startups" brasileiras interessadas em atrair investidores chineses e treinamentos para parques tecnológicos brasileiros, entre outras atividades.

44. Do ponto de vista temático, algumas áreas de colaboração em CTI podem ser destacadas, além do setor de saúde. A agricultura, como reflexo do próprio peso na relação comercial bilateral, constitui segmento no qual o Brasil vem-se destacando pelo caráter inovador e pelo número das "agritechs", que, apesar do

ambiente internacional adverso, apresentou crescimento no ano passado. A embaixada desenvolveu várias linhas de trabalho para apoiar as "startups" agrícolas brasileiras na prospecção do ambiente de negócios na China, com destaque para a publicação "Radar AgTech", que tem a EMBRAPA como coautora. O documento dedicou capítulo especial às relações entre Brasil e China na agricultura.

45. A partir do final do ano passado, empresas chinesas apresentaram renovado interesse em ampliar operações relacionadas com a transição digital impulsionada no Brasil com a adoção do trabalho remoto e a ampliação do comércio eletrônico. A embaixada manteve contato e troca de informações com empresas como a plataforma "Kuaishou" e a fabricante de celulares "Xiaomi" com vistas a apoiar a realização de novos investimentos e o aumento no número de postos de trabalho em suas unidades no Brasil.

46. Vale destacar, ainda, a realização de esforço permanente de divulgação sobre a inovação e os centros de excelência do Brasil, apresentando ao público chinês exemplos exitosos de cientistas e instituições brasileiras.

47. O impacto da pandemia de COVID-19 provocou, entretanto, mudanças significativas na forma e nas possibilidades de cooperação. Até 2019, parte importante do contato e intercâmbio ocorria por meio de missões e visitas que reuniam, por exemplo, universidades e empresas. Após janeiro de 2020, em processo gradual, o uso das formas de colaboração "online" assumiu o centro do trabalho de cooperação científica e tecnológica, com vantagens e algumas limitações.

48. O uso de tecnologias de colaboração remota oferece, no caso da China, a vantagem do baixo custo e flexibilidade, ao dispensar viagens demoradas e custosas. Essas vantagens, entretanto, precisam ser vistas como complementares ao trabalho presencial necessário a colaborações mais densas e de longo prazo, uma vez seja possível restabelecer o fluxo de pessoas entre os dois países.

49. Paralelamente ao trabalho em CTI, a cooperação espacial entre o Brasil e a China, iniciada em 1988, registrou momento importante de continuidade. Em dezembro de 2019, com a presença do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, foi lançado o satélite CBERS 4-A. A cooperação espacial sino-

brasileira é, em ambos os países, uma das mais tradicionais, após mais de três décadas de trabalho conjunto na construção de seis satélites. Em junho de 2021, foi realizada reunião entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST), tendo em vista o lançamento de novos satélites conjuntos.

SETOR CULTURAL

50. O posto buscou estimular a difusão da cultura brasileira na China para além dos elementos mais conhecidos (futebol, churrasco e samba). Em 2019, o programa cultural realizou 25 eventos nos segmentos de música (erudita, popular e eletrônica), teatro, cinema, dança, artes plásticas e gastronomia. No total, foram 204 apresentações em 21 cidades chinesas. Merecem destaque a terceira edição do Festival de Cinema Brasileiro na China, o Festival de Gastronomia com a "chef" Morena Leite, o apoio à turnê da Orquestra Sinfônica de São Paulo (OSESP) e a continuação de apresentações de músicos como Pablo Rossi & Rosana Lamosa, Bianca Gismonti Trio, Tulipa Ruiz, Ava Rocha e Negro Leo, Brasil in Trio, entre outros.

51. Com a COVID-19, a China praticamente proibiu a entrada de estrangeiros no país e suspendeu por vários meses os eventos culturais em locais públicos. Diante desse quadro, não foi possível continuar o programa cultural no formato anterior, baseado na promoção de eventos presenciais com a participação de artistas brasileiros. O posto redirecionou as ações de difusão cultural para a produção de conteúdo original destinado ao ambiente virtual. Constitui exemplo dessa iniciativa a série documental sobre futebol de rua, lançada em agosto passado nas contas da embaixada no "Weibo" e no "Wechat" (equivalentes ao "Twitter" e ao "Whatsapp/Facebook") e nas plataformas "Tencent Video", "Tencent Sports", "Bilibili", "Youkou" e "KuaiShou". A série já conta com mais de 2 milhões de visualizações e deixou claro o potencial das ferramentas "online" e da cooperação com plataformas e influenciadores digitais na ampliação do alcance das atividades de difusão cultural do Brasil na China. Estão em fase avançada de produção outras duas séries documentais para a internet, uma sobre arte de rua e outra sobre comida de rua do Brasil. Uma quarta série sobre música brasileira está em fase

inicial de produção e tem lançamento previsto para o início de 2022.

52. Ainda no campo da diplomacia pública, o posto buscou reforçar a percepção predominantemente positiva do Brasil junto ao público chinês, por meio da intensificação da frequência de postagens sobre cultura brasileira nas redes sociais. Alcançaram popularidade significativa as listas de música criadas na plataforma "QQ Music", equivalente ao "Spotify".

53. Com a reabertura dos espaços públicos e a retomada das atividades culturais na China, sobretudo a partir do início de 2021, foi possível retomar a organização do IV Festival de Cinema Brasileiro na China. O projeto teve lançamento em Xangai em setembro passado e deverá passar por outras sete cidades até dezembro. É a primeira vez que o festival de cinema brasileiro chega às províncias de Yunnan (Kunming), Sichuan (Chengdu) e Zhejiang (Hangzhou e Ningbo), além de Xangai, Cantão, Shenzhen e Pequim. As atividades culturais de 2021 incluem a Primeira Mostra de Animações Brasileiras no âmbito do Festival Internacional de Animações da China, realizada em Hangzhou entre 29 de setembro e 4 de outubro; a participação brasileira no segmento virtual da Feira do Livro de Pequim em 25 de agosto; a participação brasileira no "Youth Film Festival" de Chongqing, prevista para 24 de outubro; além de exposição fotográfica de Araquém Alcântara em Pequim e em Wuxi, previstas para novembro próximo.

54. No âmbito da cooperação institucional de longo prazo, destaque-se a parceria com a Universidade Tsinghua e o escritório da UNESCO na China para a realização do projeto "Origens do Brasil". Lançada em abril, a iniciativa inclui a elaboração de livro infantil sobre história do Brasil e a realização de apresentações sobre o país para estudantes de 10 a 12 anos em diferentes províncias chinesas. O projeto encontra-se em fase avançada de produção e tem lançamento previsto para o início das comemorações do bicentenário da independência do Brasil em 2022.

55. A experiência dos últimos três anos parece comprovar a importância da ampliação do uso sistemático do ambiente digital chinês como plataforma de divulgação e promoção da imagem do Brasil e de nossa cultura.

QUESTÕES AMBIENTAIS

56. A embaixada acompanhou os principais desdobramentos da política ambiental chinesa. Nos últimos anos, o meio ambiente tornou-se um tema central da política interna e externa da China. O país continua sendo o maior emissor global de gases de efeito estufa (27% do total global, segundo as estimativas mais recentes), mas tem buscado melhorar o seu perfil. Para isso, buscou acelerar sua transição energética, assumiu compromissos internacionais relevantes – como a ratificação da Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal, que combate as emissões de HFCs, ou o compromisso de atingir o pico de emissões até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2060 – e implantou mecanismos como o mercado nacional de carbono.

57. Com relação a outros pontos da agenda ambiental, como o combate à desertificação e a diminuição da poluição atmosférica urbana, a China tem apresentado bons resultados. Por exemplo, em 2020, as grandes cidades chinesas tiveram 87% dos dias com boa qualidade do ar, e a cobertura vegetal alcança agora 20% do território chinês, contra 9% nos anos 1950. Essa movimentação permitiu à China alterar sua postura internacional sobre o tema, antes eminentemente defensiva. Cite-se, a propósito, a realização da COP15 da Conferência sobre a Diversidade Biológica, em Kunming. A embaixada enviou diplomata para acompanhar a primeira etapa da reunião, realizada em outubro de 2021.

SETOR CONSULAR

58. A embaixada montou esquema especial para atendimento aos brasileiros desde as primeiras notícias sobre a COVID-19 na China. O atendimento consular presencial jamais foi interrompido em Pequim, nem mesmo durante os períodos de maior restrição à movimentação de pessoas na capital chinesa. Houve um esforço de apoio aos brasileiros residentes na região de Wuhan, anteriormente relatado. Desde a eclosão da pandemia, o setor consular vem prestando informações e orientações de viagem a brasileiros que precisam voltar à China. Também fez gestões específicas para obtenção de autorização especial para desembarque de tripulantes brasileiros embarcados em navio estrangeiro e para a concessão de vistos a brasileiros contratados para trabalho temporário na China. Esse

acompanhamento deve continuar enquanto perdurarem as medidas chinesas de restrição à entrada de estrangeiros em seu território.

59. Segundo informações das autoridades imigratórias chinesas, 127.631 brasileiros estiveram no território da China continental em 2019. Dados mais atualizados ainda não estão disponíveis, mas devem registrar queda drástica em 2020 devido às medidas chinesas contra a pandemia.

60. A pequena comunidade brasileira residente na China somava cerca de 4.800 pessoas em dezembro de 2020, com redução de quase 40% em relação a 2019. Em geral, trata-se de familiares de cidadãos chineses e de outras nacionalidades, pessoas com vistos de trabalho e estudantes. Os serviços consulares mais demandados pela comunidade brasileira referem-se à legalização de documentos, aos atos notariais (procurações, certidões de nascimento e de casamento) e à emissão de passaportes. São pouco frequentes casos mais graves de assistência consular, sendo os mais recorrentes as prisões administrativas relacionadas a irregularidades de situação imigratória.

61. A embaixada realizou licitação para renovação do contrato da empresa de serviços de "visa center". Iniciado no final de 2015, o programa propiciou melhora na qualidade e aumento da quantidade na concessão de vistos para estrangeiros (50% entre 2016 e 2019). O novo contrato previa a expansão da rede de "visa centers" de três para quinze cidades chinesas. Em decorrência da pandemia de COVID-19, a inauguração dos novos centros está suspensa no momento, sem previsão para a retomada. Nas previsões da nova empresa contratada, no entanto, uma vez retomadas as condições pré-pandemia, estima-se aumento potencial de cerca de 10% ao ano com o aumento da capilaridade dos locais aptos a receberem pedidos de vistos brasileiros para cidadãos chineses.

62. No esforço de atendimento ao cidadão brasileiro, a embaixada contou sempre com o valioso suporte dos consulados em Cantão, Hong Kong e Xangai.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

63. A China vive, atualmente, movimentos em certa medida antagônicos, com reflexos potenciais sobre o perfil de sua inserção internacional e o relacionamento com seus principais

parceiros, o Brasil entre eles. No plano internacional, de um lado, a espetacular ascensão econômica do país gera tensões em polos tradicionais de poder, como os EUA e a União Europeia, e em países de seu entorno geográfico, como Índia, Japão e Austrália. De outro, Pequim intensifica ações de projeção e de integração, como a "Belt and Road Initiative", a assinatura do "Regional Comprehensive Economic Partnership" (RCEP) e o pedido formal de adesão ao "Comprehensive and Progressive Trans-Pacific Partnership" (CPTPP).

64. No plano interno, apesar de ter sido a única grande economia a registrar crescimento em 2020, o país passa por momento de desaceleração, agravado por ameaças como a escassez de energia, a contração do setor imobiliário e o aperto no crédito decorrente das medidas de combate ao endividamento e ao risco financeiro. Trata-se de processo político novo para o governo e para o Partido Comunista Chinês (PCC), que têm no crescimento da renda das famílias uma de suas principais fontes de legitimidade.

65. Também aqui operam forças em sentidos opostos. De um lado, a ênfase no mercado doméstico de programas como a "circulação dual" e a "prosperidade comum", lançados recentemente pelo presidente Xi Jinping, a prioridade atribuída à autossuficiência alimentar, industrial e tecnológica, a escalada regulatória contra setores locais altamente internacionalizados ligados à informática e às finanças, o peso crescente das empresas estatais ("state-owned enterprises" ou SOEs) e a desconfiança e a adesão seletiva a regras multilaterais parecem sinalizar uma tendência centrípeta, de relativo distanciamento da economia global. De outro, porém, a retórica em favor do aprofundamento das reformas, as medidas concretas de abertura do setor financeiro, a busca do "crescimento de qualidade" em lugar do "crescimento de quantidade", a renovada força das exportações no período pós-COVID-19, a crescente exposição do país aos fluxos financeiros globais no mercado de dívida pública e privada e o plano de internacionalização do renminbi constituem forças centrífugas em direção a uma maior conexão e presença no mundo.

66. O Brasil encontra-se bem posicionado para o primeiro cenário devido à complementaridade entre nossas economias. O segundo panorama também oferece possibilidades para o Brasil. A transição econômica chinesa cria oportunidades para a diversificação das exportações brasileiras, a depender da

evolução da nossa oferta exportadora. Novos produtos e uma nova matriz industrial exigem novos insumos. O reposicionamento da China nas cadeias globais de produção pode gerar complementaridades até agora desconhecidas. A alteração do perfil tanto da pauta quanto do destino das exportações chinesas pode abrir (ou reabrir) demandas por produtos brasileiros em terceiros mercados. A internacionalização e eventual relocalização das empresas chinesas pode ter implicações para o comércio exterior brasileiro. No futuro, talvez estejamos exportando não só para a China, mas também para companhias chinesas situadas em outros países.

67. A gestão em vias de encerrar suas atividades nesta embaixada teve que ajustar-se às transformações abruptas ocorridas no palco internacional nos últimos três anos. A permanência do quadro agudo de incerteza parece recomendar a continuidade do esforço de fortalecimento do diálogo com Pequim e do reconhecimento dos desafios e oportunidades apresentadas pela China, um parceiro incontornável para o Brasil, apesar de nossas diferenças em valores, sistema político e visão de mundo.

MONGÓLIA

INTRODUÇÃO

68. Em abril de 2021, Brasil e Mongólia completaram 34 anos de relações diplomáticas. Apesar de as relações bilaterais serem relativamente pouco densas – em decorrência de diversos fatores, como distância geográfica e assimetrias variadas -, há que se destacar o excelente ambiente prevalecente em todos os encontros entre autoridades brasileiras e mongóis.

69. Em junho de 2017, em função de dificuldades econômicas e financeiras enfrentadas pelo país asiático, a Mongólia decidiu encerrar as atividades de sua Embaixada residente em Brasília. À época, o fechamento da Embaixada da Mongólia foi considerado temporário, embora não haja informações sobre a eventual retomada de suas atividades. O intercâmbio de temas de interesse comum realiza-se por meio das Embaixadas em Pequim, no caso brasileiro, e em Havana, no caso da Mongólia.

70. Em junho passado, a Mongólia organizou eleições presidenciais, sagrando-se como vencedor, no primeiro turno,

Khürelsükh Ukhnaa, ex-primeiro-ministro e líder do Partido do Povo Mongol (PPM), com mais de 67% dos votos válidos. Após o pleito, houve troca de mensagens entre o senhor Presidente da República e o novo Chefe de Estado da Mongólia, marcadas por tom positivo e cordial. A Embaixada acompanhou e informou sobre o processo eleitoral na Mongólia.

71. À luz da posição majoritária do PPM no Grande Hural do Povo, vislumbra-se que o presidente Khürelsükh Ukhnaa desfrutará de confortável margem de governabilidade nos seus próximos seis anos de mandato (vedada reeleição). Recorde-se que, nas eleições legislativas de junho de 2020, o PPM conquistara 62 das 76 cadeiras do Parlamento da Mongólia, seguido pelo Partido Democrático, com 11 assentos. Um dos principais desafios do novo governo será a possível revisão do contrato de exploração da vasta mina de cobre e ouro de Oyu Tolgoi (produção estimada em até 450 mil toneladas de cobre por ano), operada pela multinacional Rio Tinto, com vistas ao aumento da arrecadação pública.

DIÁLOGO POLÍTICO

72. Brasil e Mongólia estabeleceram, em 2007, Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, sob o qual já realizaram cinco encontros (2007, 2010, 2012, 2014 e 2018). O mecanismo de consultas políticas é instrumento útil para identificar caminhos de cooperação e definir diretrizes comuns aos dois países.

73. Em novembro de 2018, o Chefe do Posto apresentou ao então presidente da Mongólia, Khaltamaagiin Battulga, suas cartas credenciais em cerimônia realizada no Palácio do Estado, sede do Parlamento e da Presidência. No contato com o ex-presidente Battulga, destacou-se o interesse da Mongólia em aprofundar a cooperação bilateral, especialmente na área de tecnologias para a agricultura.

74. Durante a missão a Ulan Bator (26 a 29/11/2018), o Chefe do Posto avistou-se também com o Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Damdinsuren Davaasuren, com a vice-ministra da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve, Saule Janimkhan, e com o vice-ministro da Mineração e Indústria Pesada, Zagdjav Deleg.

75. Nessa oportunidade, o ex-chanceler Damdinsuren Davaasuren recordou positivamente a realização, em setembro de 2018, da 5ª Reunião do Mecanismo Regular de Consultas Políticas Bilaterais. Mencionou, em particular, que as áreas de esportes e do

agronegócio poderiam ser exploradas bilateralmente. No campo esportivo, manifestou interesse na ida de técnicos a Ulan Bator para treinar equipes de futebol. No setor do agronegócio, externou que a parte mongol tinha intenção de desenvolver sua indústria de processamento de alimentos, especialmente de produtos cárneos.

76. A então vice-ministra da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve, Saule Janimkhan, mencionou o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação como possível via de cooperação entre Brasil e Mongólia. Segundo a vice-ministra Janimkhan, a Mongólia teria interesse em relançar o Memorando de Entendimento, com ênfase em projetos nas áreas de sanidade animal, processamento de carnes e desenvolvimento de pequenas e médias empresas no agronegócio.

77. O então vice-ministro da Mineração e Indústria Pesada, Zagdjav Deleg, externou o interesse em aprofundar a cooperação com o Brasil no setor mineral, haja vista a elevada capacidade produtiva nacional nessa área.

COMÉRCIO BILATERAL

78. Embora superavitário para o Brasil, o comércio bilateral é reduzido (média anual de menos de USD 5 milhões), sobretudo em razão da distância e da pequena dimensão da economia da Mongólia, país de extenso território, mas de população reduzida (cerca de 3 milhões de habitantes).

79. Em julho de 2019, destacou-se o lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), que poderá auxiliar no incremento do volume de comércio bilateral, por meio do estímulo a ações e projetos. Dos seis dirigentes da CCBM, quatro são brasileiros: Koji Alexandre Suzuki (presidente), Higor Uchôa (diretor executivo), Thiago Geremonte (diretor de marketing) e Milena Mendes (relações públicas). O cônsul honorário do Brasil na Mongólia, Battulga Tumurdash, atua como o diretor de operações da CCBM. A cerimônia de lançamento da CCBM ocorreu em 10 de outubro de 2019, em Ulan Bator, tendo a Embaixada sido representada pelo ministro responsável por temas econômicos. Em razão da pandemia da COVID-19, a maior parte das iniciativas planejadas pela CCBM teve de ser temporariamente postergada.

80. Entre 2018 e 2021, as exportações do Brasil para a Mongólia sofreram impacto decorrente da pandemia da COVID-19. Em 2018, as exportações alcançaram mais de USD 4,2 milhões; em 2019, cerca

de USD 4,4 milhões; em 2020, USD 2,4 milhões. No agregado do ano corrente, as exportações brasileiras atingiram USD 800 mil. Registrou-se, também, menor dinamismo das importações de produtos da Mongólia: USD 250 mil, em 2018, USD 1 milhão, em 2019, USD 248 mil, em 2020, e USD 365 mil, em 2021.

81. Nos últimos anos, os principais produtos de exportação do Brasil para a Mongólia foram chocolate e produtos de confeitaria, produtos de cutelaria e ferramentas e tabaco. Os principais produtos de importação foram insumos para produção de plásticos e insumos para a indústria química. Há oportunidades para incremento e diversificação do comércio entre Brasil e Mongólia, em um cenário de recuperação econômica pós-pandemia, especialmente no setor agrícola.

82. Em 2020, o PIB da Mongólia alcançou cerca de USD 13 bilhões. De acordo com o "Asian Development Bank", prevê-se que, em 2021 e 2022, o PIB da Mongólia se recupere da contração de -5,3%, em 2020, com expectativa de crescimento de 4,8% em 2021 e de 5,7% em 2022. Essa tendência seria favorecida pela melhoria dos termos de intercâmbio de produtos exportados pela Mongólia, especialmente carvão e cobre.

SETOR CONSULAR

83. Em abril de 2021, o Brasil renovou, por mais quatro anos, a nomeação do Senhor Battulga Tumurdash para exercer a função de cônsul honorário do Brasil em Ulan Bator, com jurisdição sobre todo o território da Mongólia. Há cerca de 30 nacionais naquele país.

COOPERAÇÃO

84. A despeito das dificuldades impostas pela pandemia (restrições de deslocamentos internacionais, por exemplo), as atividades de cooperação entre a Mongólia e o Brasil continuam a transcorrer regularmente, com amplo escopo para sua ampliação em diversas áreas. Brasil e Mongólia estão em processo de negociação de texto de Acordo de Cooperação Técnica, à espera de manifestação da parte mongol acerca de proposta brasileira. Já ratificado pelos mongóis, o Acordo sobre Cooperação Educacional, celebrado entre os dois países em 2015, segue em tramitação no Brasil, por meio do Projeto de Decreto Legislativo 466/2019. A ratificação do acordo pelo lado brasileiro criará oportunidades

de estudos de graduação e de pós-graduação para estudantes mongóis, no âmbito dos programas PEC-G e PEC-PG.

CANDIDATURAS

85. A Mongólia recentemente apoiou o Brasil nas eleições para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mandato 2022-2023. Em 2020, houve acordo para troca de apoios com a Mongólia envolvendo a candidatura do professor George Rodrigo Bandeira Galindo à Comissão de Direito Internacional (CDI), mandato 2022-2026.

CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

86. O relacionamento bilateral entre Brasil e Mongólia nos últimos anos pode ser caracterizado como positivo e estável. A despeito de dificuldades impostas pela pandemia, verificou-se adensamento dos laços bilaterais com o lançamento da Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), que poderá ser instrumental para o incremento dos intercâmbios comerciais. Há considerável potencial para ampliação do escopo das interações, sobretudo na área econômica e de cooperação.

87. Entre as iniciativas que poderiam auxiliar nesse sentido, vislumbro as seguintes atividades:

- Realização da 6ª Reunião do Mecanismo Regular de Consultas Políticas Bilaterais, possivelmente em Brasília;

- Celebração do Acordo de Cooperação Técnica;

- Ratificação pelo Brasil do Acordo sobre Cooperação Educacional; e

- Apoio à dinamização da Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), com vistas à divulgação de oportunidades de negócios para investidores e exportadores brasileiros.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM PEQUIM

Candidato EMBAIXADOR MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão



Nascido em 1959, o embaixador Marcos Galvão ingressou na carreira diplomática em 1980. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1984, e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 1997, com a tese "Globalização: arautos, céticos e críticos. O conceito, o debate e alguns elementos para a política externa brasileira". Possui mestrado em Relações Internacionais pela American University em Washington D.C., EUA (1988).

O embaixador Galvão ministrou vários cursos no Instituto Rio Branco (IRBr), entre os quais Linguagem Diplomática e Política Externa Brasileira.

Atuou em várias áreas do Ministério das Relações Exteriores, tendo ocupado as funções de assistente na Divisão da América Meridional-II (1980-81), assessor do chefe do Departamento das Américas (1981-1982) e do secretário-geral (1982-1984); diretor-geral da Fundação Alexandre de Gusmão (1992-1993); subchefe de gabinete e porta-voz do ministro (1998-2001). Entre maio de 2016 e dezembro de 2018, foi secretário-geral das Relações Exteriores.

Foi adjunto da Assessoria Diplomática da Presidência da República (1990-1992), assessor do ministro da Fazenda (1994), bem como chefe de gabinete do ministro do Meio Ambiente (1993-1994) e do ministro da Fazenda (2005-2007). Por fim, foi secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e negociador principal no processo do G-20 (2008-2010).

No exterior, atuou na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington D.C., EUA (1984-1987), na Embaixada em Assunção, Paraguai (1987-1989), na Embaixada em Londres, Reino Unido (1995-1998) e na Embaixada em Washington, D. C., EUA (2001-2005), onde foi ministro-conselheiro e encarregado de negócios. De janeiro de 2011 a outubro de 2013, foi embaixador do Brasil no Japão e, em seguida, representante permanente do Brasil junto à OMC e a outras organizações econômicas em Genebra (2013-2016). De fevereiro de 2019 até a presente data, é embaixador, chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE[1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Prestar serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

Contribuir para promover os interesses do Brasil e dos brasileiros na China, por meio de uma ação diplomática de excelência dirigida a identificar e explorar oportunidades de aproximação entre os dois países e superar desafios que afetem interesses brasileiros.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com a China, sempre em atenção ao imperativo do desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Fortalecer e ampliar a presença brasileira na China, bem como a cooperação e parceria com aquele país nas mais diversas as frentes (diplomática, econômico-comercial, científica e tecnológica, sociocultural), sempre com foco na promoção dos interesses e no desenvolvimento do Brasil.
2. Promover a ampliação e diversificação da pauta dos bens e serviços brasileiros exportados para a China.
3. Atrair investimentos chineses em áreas de interesse do Brasil.
4. Prestar apoio a empresas brasileiras com representação na China e a empreendedores brasileiros interessados em realizar parcerias e/ou investimentos diretos naquele país.
5. Estimular o incremento do intercâmbio científico-educacional entre Brasil e China, em benefício da ampliação da capacidade de inovação nacional.
6. Fomentar cooperação científico-tecnológica entre instituições brasileiras e chinesas, com ênfase em saúde, sustentabilidade, inteligência artificial, espaço e tecnologias da informação.
7. Promover a imagem e cultura do Brasil na China, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, bem como a língua portuguesa na variante brasileira.
8. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na China, dando continuidade aos esforços em curso para facilitar o acesso do nacional à prestação da assistência consular.
9. Explorar mecanismos de cooperação técnica pelos quais Brasil e China possam compartilhar soluções e práticas exitosas em diferentes áreas, inclusive em benefício de terceiros países.
10. Fortalecer as relações bilaterais e em blocos regionais.
11. Contribuir para o fortalecimento do diálogo do Brasil com a China nos foros multilaterais.
12. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

Mongólia, cumulatividade

13. Aprofundar o diálogo diplomático com o governo mongol.

14. Identificar oportunidades comerciais e de investimentos na Mongólia, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.

15. Estimular iniciativas de cooperação bilateral.

16. Promover a imagem do Brasil na Mongólia.

17. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros na Mongólia.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio do agronegócio com a China

- *Apoio à organização de reuniões de alto nível, ministerial e/ou de secretários-executivos e similares, inclusive no campo sanitário, com suas contrapartes chinesas.*
- *Realização de gestões contínuas, junto ao governo chinês, para viabilizar a habilitação de estabelecimentos brasileiros para exportar ao mercado chinês.*
- *Organização de visitas e missões brasileiras à China e chinesas ao Brasil, incluindo a empresas do setor do agronegócio.*
- *Reforço do intercâmbio acadêmico e científico entre instituições especializadas em temas do agronegócio.*
- *Realização de seminários bilaterais em temas de interesse, sobretudo em biotecnologia, agricultura digital, investimentos agrícolas e sustentabilidade agrícola.*
- *Apoio aos esforços para a criação de regime de pre-listing para a exportação de carne bovina brasileira e outras proteínas de origem animal para a China, de forma a agilizar sua aprovação e entrada naquele mercado.*
- *Seguimento às tratativas entabuladas pelo Brasil para obter o reconhecimento pela China de zonas livres de febre aftosa no Brasil conforme o mapa atual da OIE, inclusive das novas áreas sem vacinação (RO, AC, PR, RS, e partes do AM e MT.*
- *Retomada das exportações de carne bovina para a China, após cumpridas as previsões do protocolo bilateral entre ambos os países, e seguimento às tratativas entabuladas pelo Brasil para obter o reconhecimento pela China do Brasil como país de risco negligenciável de encefalopatia espongiforme bovina (EEB), em consonância status de que o Brasil goza na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).*

- *Participação brasileira nas principais feiras chinesas do agronegócio, como a "SIAL China" (Xangai), "HKTDC Food Expo" e "Hong Kong International Wine & Spirits", bem como estímulo à participação de empresas chinesas em feiras brasileiras, como a feira AGRISHOW, em Ribeirão Preto, e a ANUFOOD.*

- *Apoio aos esforços para o encaminhamento de questões relacionadas ao comércio de produtos do agronegócio brasileiro nas subcomissões de Agricultura e de Temas Sanitários e Fitossanitários (SPS) da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).*

- *Palestras dirigidas e diálogo com associações empresariais do agronegócio brasileiro.*

- *Interlocução com os principais importadores chineses de produtos do agronegócio e outros atores locais relevantes.*

- *Trabalho em apoio às empresas brasileiras do agronegócio que mantêm representação comercial permanente na China, assim como ações de fomento à presença, no mercado chinês, de outras empresas do setor, em coordenação com entidades setoriais brasileiras.*

- *Permanente contato com autoridades chinesas para informá-las e atualizá-las sobre medidas adotadas pelo Brasil para garantir a produção de bens agrícolas e de origem animal de maneira sustentável e com respeito aos melhores padrões de sanidade e inocuidade.*

- *Atuação tempestiva para informar o governo chinês sobre medidas adotadas para solucionar eventuais problemas sanitários ou fitossanitários na produção de bens agrícolas e de origem animal no Brasil, visando à manutenção ou retomada das exportações desses itens ao mercado do país.*

- *Gestões periódicas, junto ao governo chinês, para assegurar-se de que todas as medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas e requisitos de conformidade adotadas pelo país sejam baseados em critérios científicos e minimamente restritivos ao comércio, em linha com as regras e os padrões estabelecidos pelas organizações internacionais pertinentes.*

2. **Promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado ao mercado chinês, inclusive os do agronegócio, assim como de serviços de provedores brasileiros**

    - *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado.*

    - *Realização de eventos de promoção comercial de produtos da indústria nacional e de serviços de prestadores brasileiros, bem como de bens e serviços relacionados à exploração e produção de petróleo e gás em alto mar, entre outros, em consulta com associações setoriais e a Apex Brasil.*

    - *Apoio a discussões no GT de Biotecnologia Agrícola e Biossegurança (da COSBAN) e a iniciativas de cooperação bilateral na área de melhoramento genético e realização de gestões, quando solicitado, para buscar a redução da assincronia dos procedimentos regulatórios voltados à aprovação de eventos geneticamente modificados no Brasil e na China.*

- *Atividades de inteligência comercial, para identificação de novos nichos e oportunidades de exportação de bens industrializados.*
- *Realização de eventos de promoção de produtos brasileiros de valor agregado, com potencial de expansão no mercado chinês, como cafés especiais, cachaça, vinhos, espumantes, queijos e frutas, inclusive industrializadas, entre outros.*
- *Incentivo à participação de compradores e investidores chineses em feiras comerciais da nova economia digital, como a BIG Festival (jogos eletrônicos, organizada pela Abragames), e de empresas brasileiras em eventos congêneres chineses.*
- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos do agronegócio com agregação de valor (processamento industrial), bem como de importadores adequados, em coordenação com os escritórios da Apex-Brasil em Pequim e Xangai.*
- *Apoio às iniciativas discutidas na Subcomissão Econômico-Comercial da COSBAN visando à ampliação e diversificação da pauta exportadora brasileira.*
- *Participação em reuniões e eventos promovidos pelo Fórum para a Cooperação Econômico e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), com especial foco nos esforços para que o mecanismo contribua para o aumento do comércio e dos investimentos da China com os países lusófonos.*
- *Contribuição para a atualização do "Guia Como Exportar China".*
- *Intensificação da cooperação no setor de serviços, inclusive nas áreas previstas no Memorando de Entendimento bilateral na área assinado em 2019.*
- *Auxílio a provedores brasileiros para a prestação de serviços a usuários chineses, em todos os modos previstos nos compromissos da China na OMC.*
- *Atuação tempestiva para defender o pleno gozo dos direitos de propriedade intelectual de empreendedores brasileiros no território chinês.*

3. Promover abertura do mercado chinês para a exportação de produtos de origem vegetal e animal do Brasil

- *Apoio técnico, organizacional e logístico às negociações entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Administração Geral de Aduanas da China (GACC) para a finalização de protocolos sanitários para a exportação de diversos produtos de origem vegetal à China, tais como a proteína de soja, milho, gergelim, farelo de soja, noz pecã, amendoim, feijão caupi, uva, abacate, lima ácida, pelotas de polpa cítrica, levedura, arroz, sorgo e leguminosas.*
- *Manutenção de diálogo permanente com o governo chinês para fornecer informações de natureza sanitária para iniciar a exportação de produtos animais que se encontram em etapas distintas de negociação, como lagosta viva, novas espécies de pescados, soro sanguíneo bovino, material genético*

avícola, penas e plumas lavadas, farinhas de aves e de suínos, colágeno e gelatina, miúdos de aves e de suínos, entre outros.

4. **Aumentar a captação de investimentos chineses em diferentes setores, sobretudo em infraestrutura e nas cadeias logísticas do agronegócio brasileiro, assim como fomentar a cooperação em setores de interesse do Brasil**

- *Ações de promoção de oportunidades de investimentos no Brasil, inclusive por meio de parcerias público-privadas em infraestrutura.*
- *Divulgação, em diferentes foros e a diferentes públicos chineses, de oportunidades de investimento em projetos da carteira do Programa de Parceria de Investimentos (PPI).*
- *Intensificação da cooperação sino-brasileira visando à ampliação e diversificação dos fluxos bilaterais de investimentos, inclusive por meio da implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relacionados a Investimentos, assinado em 2019.*
- *Promoção do diálogo com altos executivos chineses potencialmente interessados em investimentos setoriais específicos.*
- *Promoção do intercâmbio de dados e informações sobre temas regulatórios, parâmetros nacionais e requisitos normativos entre os governos do Brasil e da China.*
- *Apresentação do novo marco legal do gás às empresas chinesas do setor energético.*
- *Fomento à cooperação tecnológica e industrial sino-brasileira sobre beneficiamento e agregação de valor a minerais estratégicos, como terras raras, cobalto, grafite e lítio.*
- *Ações de apoio entre empresas brasileiras e chinesas para a realização de joint-ventures.*
- *Ações junto a empresas chinesas da cadeia de soja para ampliar investimentos em logística e armazenagem.*
- *Ações de apoio junto a empresas chinesas do setor de fertilizantes para ampliar investimentos em logística, armazenagem e distribuição, inclusive na ampliação e construção de portos no Brasil.*
- *Fortalecimento do diálogo nas áreas financeira e fiscal, visando a promover cooperação financeira capaz de estimular ambiente favorável ao investimento e ao comércio bilateral.*
- *Apoio à realização de "road-shows" a províncias chinesas para divulgar oportunidades de investimento no Brasil.*
- *Fornecimento de informações sobre critérios para a qualificação de projetos de infraestrutura do setor privado brasileiro junto a potenciais financiadores chineses, inclusive fundos de investimento.*

- *Apoio a iniciativas de entidades subnacionais do Brasil, incluindo contatos com províncias chinesas, para a atração de investimentos chineses no Brasil.*

- *Auxílio para a apresentação de oportunidades de investimento no Brasil em reuniões das unidades pertinentes da COSBAN, tais como, na atual estrutura do mecanismo, a subcomissão de Energia e Mineração e o Grupo de Trabalho de Investimentos.*

- *Intensificação da cooperação em energias renováveis (incluindo biocombustíveis), energia nuclear, petróleo e gás, hidrogênio e mineração, por meio da promoção de investimentos, da cooperação técnica e do intercâmbio científico, tecnológico e regulatório em áreas de interesse recíproco.*

- *Estabelecimento da cooperação em energia elétrica, incluindo em redes de energia elétrica inteligentes; linhas de ultra alta tensão em corrente alternada; geração elétrica por meio de energias renováveis; sistemas de armazenamento; e plantas híbridas (eólica/solar).*

- *Apoio aos esforços para aumentar a cooperação sobre aspectos de interesse mútuo do setor de transportes, como previsto no Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre Autoridades de Transportes, assinado em 2019.*

- *Fortalecimento do diálogo e fomento à circulação de informações sobre "títulos verdes" e "títulos de sustentabilidade", visando à realização de investimentos chineses em projetos brasileiros.*

- *Participação em eventos organizados pelo Fórum de Macau, como o "Fórum Internacional sobre Investimentos e Construção de Infraestruturas", a "Feira Internacional de Macau" e o "Encontro de Empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa", além do apoio a iniciativas de aproximação do Fórum com as agências de promoção do investimento dos integrantes daquele mecanismo.*

5. Apoiar os trabalhos do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)

- *Ações de apoio à realização de encontros regulares do CEBC, com vistas a fortalecer os laços entre as comunidades empresariais dos dois países.*

- *Envolvimento, sempre que possível, do CEBC em ações de promoção comercial patrocinadas ou organizadas pelo Posto.*

- *Apoio a eventos do CEBC, sejam organizados isoladamente pela seção brasileira ou em conjunto com a seção chinesa, em especial os realizados à margem de sessões plenárias da COSBAN.*

6. Acompanhar e informar sobre políticas econômicas chinesas ou desenvolvimentos no país que tenham repercussão na esfera econômica

- *Elaboração de informações regulares sobre mudanças de orientação emanadas de diferentes esferas do governo/poder público chinês.*

- *Interlocução com agentes acadêmicos e de outros organismos, bem como com diplomatas de outros postos, para conhecer diferentes perspectivas sobre os desdobramentos econômicos e seu impacto na sociedade chinesa.*
- *Acompanhamento de notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação chinês, bem como das principais redes sociais do país, sobre temas econômicos ou com relevância para a economia chinesa.*
- *Participação em eventos sobre temas da atualidade econômica chinesa, bem como sobre iniciativas específicas de temas relevantes para a economia do país, como o Fórum Internacional de Alto Nível da "Belt and Road Initiative" (BRI).*

Mongólia, cumulatividade

7. **Impulsionar as exportações brasileiras à Mongólia, com ênfase nas potencialidades para o agronegócio brasileiro;**
   - Incremento do volume de comércio bilateral, por meio do estímulo a ações e projetos da Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), instituída em 24 de julho de 2019.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. **Índice de promoção do comércio do agronegócio**
   (Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas durante a gestão / número de gestões realizadas, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas na gestão anterior) x 100/ número de gestões junto ao governo chinês e junto a importadores locais com vistas a habilitar estabelecimentos brasileiros a exportar produtos pecuários para a China durante a gestão/ número de gestões junto ao governo chinês e junto a importadores locais com vistas a habilitar estabelecimentos brasileiros a exportar produtos pecuários para a China durante a gestão anterior, após a introdução de medidas sanitárias contra produtos cárneos brasileiros) x 100. Resultados estão relacionados a decisões do governo chinês.
2. **Índice de promoção de produtos brasileiros de maior valor agregado e de serviços brasileiros**
   (Número de gestões junto a empresas locais e ao governo chinês, articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção comercial durante a gestão/ número de gestões junto a empresas locais e ao governo chinês, articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção comercial durante a gestão anterior) x 100.
3. **Índice de promoção da abertura do mercado chinês para a exportação de produtos de origem vegetal e animal do Brasil**

   (Número de gestões junto ao governo chinês durante a gestão / número de gestões junto ao governo chinês durante a gestão anterior) x 100.

4. **Índice de promoção de investimentos externos chineses no Brasil**

   (Número de gestões junto a empresas locais e ao governo chinês (no caso de estatais), articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção de investimentos no Brasil durante a gestão/ número de gestões junto a empresas locais e ao governo chinês (no caso de estatais), articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção de investimentos no Brasil durante a gestão anterior) x 100.

   Resultados estão relacionados a decisões empresariais

5. **Número de reuniões do Conselho Empresarial Brasil-China realizadas durante a gestão; número de eventos do Conselho com participação da embaixada**

6. **Número de telegramas do Posto sobre temas de política econômica chinesa, bem como sobre outros assuntos relacionados à economia nacional da China ou da relação entre a China e terceiros atores, com relevância para o Brasil; número de eventos com participação da Embaixada.**

Mongólia, cumulatividade

7. **Número de gestões junto a empresas e entidades locais, além da Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM)**

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para o fortalecimento da parceria estratégica global Brasil-China, por meio da retomada dos mecanismos diplomáticos de alto nível, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado**

   - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à China.*
   - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades chinesas ao Brasil.*
   - *Apoio a visitas de autoridades brasileiras à China e autoridades chinesas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos.*
   - *Apoio substantivo e logístico à realização de reuniões dos mecanismos bilaterais de alto nível: Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN, em nível de Vice-Presidente); Diálogo Estratégico Global (em nível de Chanceler).*

- *Apoio aos trabalhos preparatórios das subcomissões, grupos de trabalho e mecanismos temáticos da COSBAN, em conjunto com as áreas correlatas do MRE e demais Ministérios responsáveis, de modo a contribuir para que a COSBAN logre resultados concretos.*

- *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e chineses, em formato presencial ou virtual;*

- *Participação e apoio à finalização das negociações dos planos executivo (2022-26) e estratégico (2022-31) que orientarão as relações bilaterais nas mais variadas áreas de cooperação bilateral.*

- *Apoio às negociações da reestruturação da COSBAN.*

2. Facilitar a interlocução entre governos

- *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China.*

- *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo chinês, por meio de reuniões e visitas a entes governamentais e autoridades chinesas.*

- *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e China, quando cabível.*

- *Participação em reuniões ou eventos relativos ao BRICS, quando cabível.*

3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa chinesa

- *Elaboração regular de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa chinesa, inclusive em suas vertentes de comércio e investimentos, energia, saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, ciência, tecnologia e inovação, economia digital, segurança e defesa, desarmamento e não proliferação, direitos humanos, entre outros.*

- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.*

- *Realização de visitas/reuniões/encontros/eventos envolvendo observadores e atores políticos locais com participação da Embaixada.*

4. Incrementar o diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos Legislativos dos dois países

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e chineses.*

- *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e chineses.*

- *Apoio a atividades dos grupos parlamentares de amizade Brasil-China.*

5. Aumentar a interação entre os sistemas de inovação de Brasil e China

- *Ampliação da cooperação nos debates sobre a interação entre educação, pesquisa e iniciativa privada, em especial para tecnologias de comunicação.*
- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre agências de inovação, aceleradores de inovação e incubadoras brasileiras e chinesas.*
- *Apoio à negociação de instrumentos de cooperação (protocolos, memorandos de entendimento) para desenvolver ligações entre parques tecnológicos brasileiros e chineses.*
- *Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades de pesquisa e desenvolvimento e empresas brasileiras e chinesas.*

6. Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral

- *Gestões, junto ao governo chinês, para negociação de acordos de interesse brasileiro.*
- *Elaboração de análises das propostas do governo chinês para a abertura de negociação de acordos bilaterais.*
- *Preparação de subsídios para o diálogo com o Congresso Nacional sobre a importância de análise de acordos bilaterais já assinados e ainda não ratificados pelo lado brasileiro. Em caso de impossibilidade de ratificação derivada de legislação superveniente, subsidiar gestões com vistas a reabrir negociações, sempre o que o tema seja de interesse brasileiro.*
- *Apoio ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros sobre a importância da mais pronta resposta possível a propostas realizadas pelo lado chinês.*

7. Informar o governo brasileiro sobre evoluções na inserção da China no quadro político regional do Indo-Pacífico

- *Preparo de Informações sobre a evolução da política externa chinesa para o Indo-Pacífico.*
- *Elaboração de registro e análise sobre iniciativas chinesas no Indo-Pacífico e seus impactos ambientais, econômicos e geopolíticos na região.*
- *Monitoramento da evolução do diálogo ASEAN-China.*
- *Confecção de relatórios sobre a integração das economias do Sudeste Asiático impulsionada por acordos de livre comércio (RCEP, CPTPP) e pela política chinesa de "dupla circulação da economia".*

Mongólia, cumulatividade

8. **Fortalecer a interlocução diplomática entre o governo do Brasil e o governo da Mongólia.**

   - *Fortalecimento da interlocução diplomática entre o governo brasileiro e o governo mongol, por meio da Embaixada da Mongólia em Pequim*
   - *Apoio à realização da sexta reunião do mecanismo de Consultas Políticas, que se reuniu pela última vez em outubro de 2018.*
   - *Apoio a eventuais visitas de autoridades brasileiras à Mongólia e autoridades mongóis ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos.*
   - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Mongólia, quando cabível.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. **Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais**

   (Número de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas durante a gestão / número de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas na gestão anterior) x 100

2. **Índice de facilitação de diálogo entre governos**

   (Número de gestões junto ao governo chinês, durante a gestão/número de gestões junto ao governo chinês na gestão anterior) x 100

3. **Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa chinesa, bem como sobre outros assuntos de interessa para a Política Externa Brasileira, por ano**

4. **Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e chineses**

5. **Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre agências de inovação e parques tecnológicos brasileiros e chineses**

6. **Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**

7. **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas afetos à política externa chinesa para a região do Indo-Pacífico por ano**

Mongólia, cumulatividade

8. **Número de reuniões e contatos políticos com autoridades mongóis durante a gestão**

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Contribuir para a atuação do Brasil em organismos multilaterais que contam com a China entre seus membros**

   - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação da China em dossiês regionais e internacionais, inclusive como subsídio para a participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU no biênio 2022-2023.*
   - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela China em foros multilaterais, como a ONU e seus órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde e a UNESCO, além do G-20, BRICS e outros, inclusive que não contam com a participação do Brasil, como a Organização de Cooperação de Xangai.*
   - *Diálogo com representantes governamentais chineses sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais.*

2. **Contribuir para o fortalecimento do diálogo Brasil-China em fóruns multilaterais, com especial ênfase no âmbito do BRICS, como forma de alavancar a cooperação bilateral**

   - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e reuniões de cúpula durante a Presidência Chinesa do agrupamento BRICS.*
   - *Incentivo a iniciativas conjuntas entre Brasil e China no âmbito do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) para financiamento de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável, bem como para o Mecanismo de Assistência Emergencial para combater a pandemia de covid-19;*

- *Início da participação brasileira como membro de pleno direito do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB). Apoio a projetos brasileiros candidatos a financiamento pelo AIIB;*
- *Gestões junto ao governo chinês em iniciativas brasileiras para a próxima presidência pro-tempore brasileira do BRICS em 2025.*

3. **Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais que contam com a China entre seus membros.**
   - *Realização de gestões para buscar o apoio do governo chinês a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

Mongólia, cumulatividade

4. **Contribuir para a atuação do Brasil em organismos multilaterais que contam com a Mongólia entre seus membros.**
   - *Apoio à atuação do Brasil em organismos multilaterais que contam com a Mongólia entre seus membros.*
   - *Apoio a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais que contam com a Mongólia entre seus membros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano**

2. **Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais**

3. **Índice de apoio chinês a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais**

   (Número de indicações positivas de apoio chinês a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais no ano / número de solicitações brasileiras apresentadas à parte chinesa para apoio a candidaturas a organismos multilaterais no ano) x 100

Mongólia, cumulatividade

4. **Elaborar sistematicamente materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Mongólia em foros multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde e a UNESCO, entre outros (indicador de esforço)**

   Adoção das medidas ou gestões necessárias para buscar o apoio do governo da Mongólia a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais, de acordo com instruções eventualmente recebidas pela Embaixada, inclusive nos casos de proposta de troca de votos (indicador de esforço).

IV - Promoção da imagem do País, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil[2]

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade chinesa, inclusive por meio de utilização de ações de imprensa e das redes sociais locais, e diversificar as referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas**

   - *Promoção da gastronomia brasileira associada à promoção da exportação de ingredientes brasileiros.*
   - *Apoio à organização regular do Festival de Cinema Brasileiro na China e à inserção brasileira em outros festivais de cinema.*
   - *Apoio à publicação de edições em chinês de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição para várias cidades chinesas.*
   - *Estímulo a atores locais que cultivam cultura brasileira.*
   - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua chinesa, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país.*
   - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos).*
   - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira, em especial manifestações menos conhecidas do público chinês.*
   - *Promoção de eventos de música e dança brasileira, clássica e popular, e apoio a festivais que contem com a participação de músicos ou dançarinos brasileiros.*

2. **Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas ao bicentenário da Independência do Brasil e ao centenário da Semana de Arte Moderna**

   - *Realização de palestras em museus e universidades sobre artes brasileiras.*

[2] A realização de eventos de promoção cultural está sujeita à destinação de recursos para esta finalidade após a aprovação da lei de orçamento para 2022.

- *Promoção de eventos relativos ao bicentenário da Independência do Brasil, com eventual apoio do setor privado.*
- *Apoio a galeristas brasileiros que desejem aproveitar a efeméride do centenário da Semana de Arte Moderna para realizar atividades em Pequim e em outras cidades chinesas.*

3. Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores chineses e brasileiros.*
- *Monitoramento e, quando possível, apoio a iniciativas comerciais ou de cooperação nas áreas de jogos eletrônicos, arte digital e design.*
- *Início de diálogo sobre possível cooperação para intercâmbio de experiências na área de produção de grandes eventos.*
- *Incentivo a galeristas e artistas plásticos brasileiros a participar de eventos especializados em Pequim.*

4. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes chineses

- *Participação brasileira em grandes feiras de turismo na China, em cooperação com a EMBRATUR.*
- *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo da China.*
- *Aumento do número de turistas chineses no Brasil em níveis superiores aos patamares pré-pandemia.*

5. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público chinês

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com o escritório da Apex Brasil em Pequim, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, como cafés especiais, vinhos, cachaça, espumantes, queijos e frutas industrializadas, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*
- *Promoção da imagem do Brasil no comércio eletrônico com iniciativas específicas para o calendário de grandes campanhas promocionais do comércio eletrônico chinês (como o 11/11, o 18/06 e o 09/09)*
- *Expansão da diplomacia pública por meio das plataformas mais correntes na China (em especial Weibo e Wechat).*
- *Promoção das indicações geográficas brasileiras para o público chinês.*

Mongólia, cumulatividade

6. **Contribuir para a divulgação da cultura e arte brasileiras na Mongólia.**
    - *Apoio à divulgação da cultura e da arte brasileiras na Mongólia.*
    - *Apoio à realização de eventos e iniciativas com vistas à divulgação da cultura e da arte brasileiras na Mongólia.*

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS cumulatividade

1. **Índice de realização de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros**

    (Número de eventos organizados pelo Posto na gestão / número de eventos na gestão anterior) x 100

2. **Número de eventos culturais alusivos ao bicentenário da Independência do Brasil e ao centenário da Semana de Arte Moderna organizados localmente no ano**

3. **Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**

4. **Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**

5. **Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa**

    Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a ApexBrasil realizadas durante a gestão

Mongólia, cumulatividade

6. **Convites enviados para divulgar participação de artistas brasileiros em festivais culturais na Mongólia**
7. **Número de ações de promoção da cultura brasileira junto ao público da Mongólia aprovadas e realizadas durante a gestão**

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Promover a cooperação com a China em áreas já identificadas, como combate a mudanças climáticas e ciência e tecnologia para a sustentabilidade**

   - *Participação brasileira em eventos na China ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável.*
   - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia.*
   - *Apoio ao diálogo entre especialistas chineses e brasileiros para troca de experiências em matéria de conservação da biodiversidade, combate à desertificação, monitoramento e combate ao desmatamento ilegal de florestas.*
   - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, tais como a de energias limpas, eficiência energética, e eliminação de resíduos sólidos, entre outras.*
   - *Implementação do "Foro Brasil-China de Tecnologias de Baixo Carbono" para promover o contato direto entre instituições brasileiras e chinesas interessadas em avançar o uso de tecnologias relacionadas à neutralidade de emissões e tecnologias verdes.*
   - *Acompanhamento da presidência rotativa da China no agrupamento BRICS (2022) e registro de suas principais iniciativas em temas ambientais.*

2. **Fortalecer diálogo com o governo chinês sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris**

   - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre os desdobramentos do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dos compromissos assumidos pela China no Acordo de Paris e na implementação do Protocolo de Quioto.*
   - *Identificação de possibilidades e apoio à criação de parcerias para financiamento dos esforços de redução das emissões de gases causadores de mudanças climáticas.*
   - *Acompanhar a implementação de iniciativas chinesas como a recente criação de mercados de créditos de carbono, buscando identificar pontos possíveis de cooperação e incorporação de experiências locais.*
   - *Análise dos impactos na China dos efeitos da mudança do clima, (como aumento da frequência e duração das secas em regiões determinadas; aumento dos índices pluviométricos, enchentes e alagamento solo; aumento do risco de incêndios em áreas florestais).*

- *Incentivo ao diálogo entre negociadores chineses e brasileiros em temas ambientais no âmbito dos agrupamentos BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) e BRICS, sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris.*

3. Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável

- *Negociação de acordo quadro de cooperação técnica bilateral e trilateral entre Brasil e China.*

Mongólia, cumulatividade

4. Identificar possibilidades de desenvolvimento de cooperação técnica bilateral

- *Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica com o governo mongol para compartilhamento de técnicas de agricultura e pecuária sustentáveis, irrigação e processamento de alimentos.*
- *Oferecimento de apoio para o combate à desertificação e degradação do solo na Mongólia.*
- *Identificação de oportunidades de cooperação técnica nas áreas de agricultura e pecuária ao governo mongol.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão

2. Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano

3. Início das negociações de acordo quadro de cooperação técnica bilateral e trilateral entre Brasil e China

Mongólia, cumulatividade

4. Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica com a Mongólia

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação na área espacial**

   - *Apoio ao diálogo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Nacional da China (CNSA), bem como aos contatos entre representantes da academia, do setor de negócios e do segmento de spacetechs que indiquem interesse na busca de parcerias e oportunidades comerciais nos dois países.*
   - *Respaldo à ampliação do uso das imagens produzidas pelo satélite Sino-Brasileiro CBERS-4A.*
   - *Fomento a novas parcerias para a utilização de infraestruturas de pesquisa, como o radiotelescópio BINGO, localizado na Paraíba, e difusão do impacto positivo das pesquisas espaciais nas universidades brasileiras.*
   - *Promoção da utilização, pela China, do Centro de Lançamento de Alcântara.*
   - *Incentivo a parcerias para produção e lançamentos de nanossatélites.*

2. **Expandir a cooperação científico-tecnológica em áreas estratégicas para o Brasil**

   - *Apoio às atividades dos Centros Brasil-China de (i) Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia; e (ii) Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia.*
   - *Apoio à instalação do Centro de Pesquisa e Prevenção de Doenças Infecciosas Brasil-China, bem como apoio ao estabelecimento de centros bilaterais de biotecnologia e de inovação em iluminação de estado-sólido.*
   - *Apoio à aproximação dos países em iniciativas sobre computação científica.*
   - *Fomento a estudos e contatos entre técnicos de Brasil e China sobre tecnologia da informação, comunicação, inteligência artificial, biotecnologia, segurança cibernética, entre outras áreas.*

3. **Incentivar a cooperação Brasil-China em inovação, com especial ênfase em agritechs.**

   - *Apoio à internacionalização de fintechs por meio de ferramentas da diplomacia da inovação, como estudo de mercado do setor de fintechs, missão de incubação de fintechs a parques tecnológicos na China, organização de roadshow de soluções tecnológicas brasileiras na área de fintechs.*
   - *Lançamento de rede de Setores de Ciência e Tecnologia da China continental (Embaixada em Pequim, Consulados-Gerais em Xangai e Cantão).*
   - *Respaldo à internacionalização das "agritechs" brasileiras por meio de seminários virtuais, publicações em chinês e organização de apresentações.*

- *Participação de startups brasileiras em programas de "softlanding" (em formato online ou presencial, a depender das circunstâncias, disponibilidade financeira e fluxo internacional de indivíduos) oferecidos por parques tecnológicos chineses.*
- *Realização de programa de incubação cruzada, em que startups dos dois países participam de processo de imersão na realidade, ecossistema e condições de negócios do país parceiro.*
- *Promoção de cooperação entre parques tecnológicos chineses de referência, como o TusPark (da Universidade Tsinghua) e as incubadoras de negócios de Zhongguancun com contrapartes brasileiras.*
- *Incentivo a novas missões de parques tecnológicos brasileiros à China.*
- *Incentivo e apoio a missões de startups brasileiras à China para interação com investidores (venture e angel capital) e para melhor conhecimento do ecossistema de negócios local.*
- *Promoção da maior participação de mulheres nas atividades de conexão entre os ecossistemas de inovação do Brasil e da China.*
- *Promoção e apoio à instalação de empresas inovadoras chinesas no Brasil, por meio da apresentação de oportunidades de negócios e do ecossistema de negócios em diferentes regiões brasileiras, como forma de captar investimentos e desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil.*

Mongólia, cumulatividade

4. Contribuir para o fortalecimento da cooperação em C, T & I em áreas estratégicas para o Brasil

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre o tema

2. Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre o tema

3. Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, reuniões de coordenação com a ApexBrasil durante a gestão

Mongólia, cumulatividade

4. Número de reuniões, gestões e ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas

VII - Cooperação em educação, saúde e defesa

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária conjunta e de mobilidade acadêmica mútua**

   - *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com potenciais contrapartes chinesas.*
   - *Contribuição para o fortalecimento de programas existentes dedicados a apoiar projetos conjuntos de mobilidade acadêmica e de pesquisa universitária, ou buscar patrocínios regulares para o mesmo fim, por meio da articulação de atores públicos e privados interessados.*
   - *Dinamização das atividades do programa de leitorado brasileiro.*
   - *Incentivo a atividades voltadas às parcerias com a China, por meio do programa Print-CAPES de apoio à internacionalização de universidades brasileiras.*
   - *Interlocução com os estudantes brasileiros residentes na China e acadêmicos nacionais em visita ou intercâmbio.*

2. **Promover a variante brasileira da língua portuguesa**

   - *Apoio ao processo de credenciamento de instituições chinesas para fins de aplicação de exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Brasil.*
   - *Apoio à manutenção de leitorado brasileiro na Universidade de Pequim e implementação do novo leitorado em Macau.*
   - *Promoção do engajamento dos leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância).*
   - *Atuação, nos eventos deliberativos do Fórum de Macau, para defender o papel do mecanismo como promotor da lusofonia, em suas diferentes variantes, em território chinês.*
   - *Prospecção para futura criação de Centro Cultural do Brasil na China, nos termos de Comunicado Conjunto firmado em 2011.*

3. **Ampliar o diálogo com a China para o desenvolvimento, produção e aquisição de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos, com especial ênfase no enfrentamento da pandemia da COVID-19**

   - *Monitoramento dos avanços realizados pela China em matéria de desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamento médico em geral e, sobretudo, no contexto de enfrentamento da pandemia da COVID-19.*
   - *Apoio à Fiocruz, ao Instituto Butantã, bem como a outras instituições voltadas à produção de vacinas e fármacos no Brasil, nos contatos com contrapartes chinesas.*
   - *Identificação de outras possibilidades de cooperação no combate à pandemia da COVID-19, como importação de medicamentos antivirais, equipamentos de proteção individual e ventiladores mecânicos.*
   - *Apoio a entes federativos e autoridades brasileiras que venham a buscar informações sobre o tema ou que manifestem interesse em cooperar com parceiros chineses para a aquisição ou produção de vacinas, medicamentos e material médico-hospitalar.*

4. **Incentivar o contato entre pesquisadores brasileiros e chineses envolvidos no desenvolvimento de tratamentos para COVID-19 e outras enfermidades**

   - *Promoção entre centros chineses de excelência da iniciativa "Rede Vírus", criada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações para coordenar pesquisas relacionadas ao sequenciamento genético de doenças infecciosas, com ênfase na SARS-COV-2.*
   - *Apoio ao funcionamento do Centro Brasil-China de Pesquisa em Doenças Infecciosas.*

5. **Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países**

   - *Elaboração sistemática, para o governo brasileiro, de materiais de registro e análise sobre os produtos de defesa produzidos pela China, bem como a atuação e o funcionamento do complexo militar-industrial da China.*
   - *Apoio à participação governamental e empresarial brasileira em feiras militares na China e promoção na China das feiras de segurança e defesa no Brasil.*
   - *Prestação de apoio à participação brasileira em eventos e cursos de capacitação chineses na área de segurança e defesa, em coordenação com os Adidos da Marinha, do Exército, da Força Aérea em Pequim.*

6. **Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa**

   - *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e China, quando cabível.*

Mongólia, cumulatividade

7. **Incentivar intercâmbio universitário, cooperação esportiva e interlocução entre autoridades de defesa**

   - *Incentivo ao contato e a interlocução entre autoridades de defesa do Brasil e da Mongólia, com vistas a identificar oportunidades de cooperação e de venda de produtos de defesa brasileiros.*
   - *Incentivo ao intercâmbio universitários entre Brasil e Mongólia.*
   - *Incentivo à cooperação esportiva entre o Brasil e Mongólia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. **Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e chinesas durante a gestão**

2. **Promoção da língua portuguesa no exterior**

   Número de ações realizadas em conjunto com os leitores, de produção de material com a variante brasileira do português e de gestões para o credenciamento de instituições para aplicação do CELPE-Brasil durante a gestão.

3. **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão**

4. **Número de contatos de especialistas ou autoridades relacionadas ao combate da COVID-19 e a outras enfermidades em reuniões bilaterais com a China**

5. **Índice de realização de ações de promoção de produtos de defesa**

   Número de contatos com autoridades de defesa da China, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de Defesa, e ações de promoção de produtos de Defesa durante a gestão.

6. **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre negociações de acordos em matéria de defesa**

Mongólia, cumulatividade

7. **intercâmbio universitário, cooperação esportiva e interlocução entre autoridades de defesa**

   Número de ações de promoção de produtos de defesa aprovadas e realizadas durante a gestão.

   Número de iniciativas de cooperação entre universidades no Brasil e na Mongólia.

   Número de ações para promoção de intercâmbio de atletas, treinadores e outros profissionais de esportes coletivos e individuais.

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira na China**

   - *Atualização do mapeamento da comunidade brasileira na China, composta em sua maior parte por estudantes, empresários e trabalhadores na indústria de calçados.*

2. **Aprimorar o atendimento ao público**

3. **Aprimorar a capacidade de pronto apoio a brasileiros residentes na China em face de epidemias, desastres naturais, acidentes de grandes proporções, bem como outros episódios extremos**

   - *Preparação de Plano de Contingência para avaliar riscos potenciais à integridade física de brasileiros em sua jurisdição, em razão de crises políticas, conflitos sociais e/ou desastres naturais, de modo a assegurar resposta imediata e coordenação permanente com o Itamaraty.*

4. **Dar continuidade ao já iniciado processo de expansão de "visa centers" em território chinês**

Mongólia, cumulatividade

5. **Aprimorar a capacidade de pronto apoio a brasileiros residentes na Mongólia, com a cooperação do Cônsul honorário do Brasil em Ulan Bator.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 5

1. **Índice de reclamações do consulente**

(Número de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria / número de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria) x 100

2. **Duração do atendimento no guichê**

Somatório do tempo total de atendimento em guichês / total de chamadas para atendimento

3. **Número de contatos com a comunidade brasileira para avaliar necessidades**

4. **Número de gestões realizadas junto aos governos para atender necessidades da comunidade brasileira**

5. **Apresentação de plano de contingência atualizado**

6. **Número de "visa centers" inaugurados**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/21071.15808-32

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 54, de 2021 (nº 554, de 2021, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

A observar o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado nasceu em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, Estados Unidos da América (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946). É filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão.

SF/21071.15808-32

Em 1979, graduou-se no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Também no Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1984; e o Curso de Altos Estudos em 1997, tendo defendido tese intitulada "Globalização: arautos, céticos e críticos. O conceito, o debate atual, alguns elementos para a política externa brasileira". Na área acadêmica, o diplomata é Mestre em Relações Internacionais pela American University, de Washington-DC, Estados Unidos da América.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe em 2006.

Em sua carreira, desempenhou diversas e importantes funções. Desde 1982 tem sido professor e orientador no Instituto Rio Branco; de 1990 a 1992, foi Assessor Diplomático, Adjunto, da Presidência da República; em 1992 foi diretor-geral da Fundação Alexandre Gusmão; em 1993, foi Chefe de Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal; em 1994 ocupou o cargo de Assessor do Ministro da Fazenda; entre 1995 e 1998, estava na Embaixada em Londres, como Conselheiro; de 1998 a 2001, exerceu o cargo de subchefe e porta-voz do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores; entre 2001 e 2005, foi ministro-conselheiro e encarregado de negócios na Embaixada em Washington; de 2005 a 2011, Chefe de Gabinete e Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; entre 2011 e 2013, representou o Brasil como Embaixador em Tóquio; de 2013 a 2016 ocupou o posto de delegado permanente na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas; de 2016 a 2018, exerceu o cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores; e, desde 2019, é embaixador do Brasil, chefe da Missão junto à União Europeia.

O Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão tem importante obra publicada na área de relações internacionais.

Como reconhecimento a seus serviços, o diplomata recebeu diversas e honrosas condecorações, entre elas a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Além do currículo do diplomata indicado e atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Popular da China e sobre a Mongólia. Constam dos

SF/21071.15808-32

documentos informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

As relações bilaterais entre Brasil e China são maduras, sólidas e baseadas em interesses comuns. Seus princípios basilares são soberania, respeito mútuo, cooperação, busca de resultados concretos para o bem-estar de suas populações e não-interferência no processo político interno de cada país. A China permanece, desde 2009, como o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos em território brasileiro.

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa e adquiriram progressiva densidade e elevado grau de institucionalização. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica — a primeira do Brasil com um país em desenvolvimento — e, a partir de 2004, passaram a contar com o arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância bilateral.

O comércio bilateral atingiu, em 2020, seu maior volume histórico (US$ 102,56 bilhões), com saldo superavitário para o Brasil de US$ 33 bilhões. As exportações brasileiras destinadas à China cresceram 7% no período, apesar da pandemia, e representaram cerca de um terço do total exportado pelo país. A tendência se manteve em 2021 e, apenas nos nove primeiros meses do ano, já foram ultrapassados os valores recordes do ano anterior para a corrente de comércio, as exportações brasileiras e o superávit do Brasil.

De acordo com dados compilados pelo Ministério da Economia, a China foi o segundo maior investidor no Brasil entre 2003 e 2019 (terceiro trimestre), com estoque estimado em US$ 80 bilhões. O montante é inferior apenas aos investimentos feitos pelos EUA, estimados em US$ 82 bilhões no final do mesmo período. Relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), com dados compilados entre 2007 e 2020, aponta estoque de US$ 66 bilhões, montante que corresponde a quase metade (47%) dos investimentos chineses na América do Sul. Com relação ao destino dos investimentos chineses, destacam-se os setores de energia elétrica (geração e transmissão) e de extração de petróleo, bem como de transportes, telecomunicações, serviços financeiros e indústria.

Muito embora sejam menos expressivos os investimentos brasileiros na China, especialmente se comparados aos investimentos chineses no Brasil ou

SF/21071.15808-32

aos investimentos brasileiros em outras regiões, o volume tem crescido e o estoque já passaria dos 350 milhões. Relatório do CEBC posiciona a China no quarto lugar no ranking de países com investimentos brasileiros anunciados no exterior.

Em 2014, a China tornou-se a maior economia do mundo pelo critério da paridade de poder de compra (PIB PPP). A classe média chinesa cresceu substancialmente nas últimas décadas, com contingente estimado em torno de 400 milhões de pessoas (a população total é de 1,4 bilhão), cuja capacidade de consumo deverá ser potencializada como grande motor da economia. Nos últimos anos, houve relativa desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Entre 1979 e 2015, a economia cresceu a uma taxa média anual de 9,3%. Em 2018, a taxa de crescimento foi de 6,6%; em 2019, foi de 6,1% e, em 2020, de 2,3%. Ainda que seja a menor alta do PIB chinês desde o fim da Revolução Cultural, o resultado concedeu à China o posto de única entre as grandes economias mundiais a registrar crescimento positivo em 2020.

Em 2006, foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Intercâmbio entre a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional do Povo, que prevê contatos entre seus respectivos líderes e cooperação em nível de comitês especializados. O mecanismo regular de intercâmbio entre instituições legislativas dos dois países foi lançado em junho de 2012, por ocasião de visita à China do então Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

O Grupo Parlamentar Brasil-China na Câmara dos Deputados foi criado em 30 de junho de 1993 (Resolução nº 47/93) e o Grupo Parlamentar Brasil-China no Senado Federal foi criado em maio de 2004 (Resolução nº 04/04).

Existe, no âmbito da corrente legislatura do Congresso Nacional do Povo chinês, grupo parlamentar de amizade com o Brasil, presidido pelo diretor do Comitê de Supervisão e Justiça e integrado por outros 12 representantes.

Sobre a Mongólia, cabe registro nesse Relatório que A Mongólia é um país mediterrâneo, situado entre a Rússia e a China, no centro-norte da Ásia. Possui uma das menores taxas de densidade demográfica do planeta, com população de pouco mais de 3 milhões de habitantes e a 18ª maior extensão geográfica: 1,56 milhão de km².

SF/21071.15808-32

Circundada por duas grandes potências, a Mongólia desenvolve relações amistosas e de cooperação com países tanto do Oriente quanto do Ocidente. Busca seguir uma política externa pacifista, independente e aberta. Possui grande potencial no setor mineral e direciona os objetivos de sua política comercial para a ampliação do acesso aos mercados externos e maior integração à economia mundial, para a superação de seu isolamento geográfico.

O Brasil e a Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987. Entre 2007 e 2015, o Brasil e a Mongólia intensificaram os laços bilaterais.

Em 2020, as trocas bilaterais somaram US$ 2,6 milhões, queda de mais de 50% em relação ao ano anterior (US$ 5,4 milhões), quando o intercâmbio esteve próximo do recorde histórico de 2017 (US$ 5,6 milhões). O Brasil registrou superávit US$ 2,4 milhões, exportando sobretudo medicamentos (40%), artigos de confeitaria (37%) e carne de frango (6%). As importações brasileiras da Mongólia, que em 2019 registraram recorde de US$ 1 milhão, somaram apenas US$ 248 mil em 2020, centrados em compostos nitrogenados (65%) e matérias plásticas (29%). Entre janeiro e agosto de 2021, o comércio bilateral atingiu o patamar de US$ 1,2 milhão, com saldo positivo para o Brasil de aproximadamente US$ 400 mil. O Brasil exportou sobretudo artigos de confeitaria (60%), ferramentas (12%) e chocolate (11%), ao passo que as importações se concentraram em matérias plásticas (54%) e compostos de função nitrogênio (43%).

Em 24 de julho de 2019, foi constituída a Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), em Ulan Bator. A Câmara declara ter por objetivo incrementar o volume de comércio entre o Brasil e a Mongólia e conta com cinco diretorias - atualmente ocupadas por três brasileiros e dois mongóis

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

, Relator

SF/21071.15808-32

8

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES*
CPF.: 548.539.407-82
ID.: 8112 MRE

1960	Filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1981	CPCD - IRBr
1985	Direito pela Universidade de Brasília/DF
1988	CAD - IRBr
2001	CAE-IRBr - A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica
Cargos:	
1982	Terceiro-secretário
1986	Segundo-secretário
1993	Primeiro-secretário, por merecimento
1998	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de segunda classe, por merecimento
2007	Ministro de primeira classe, merecimento
Funções:	
1983-86	Divisão de Política Comercial, assistente
1986-90	Delegação do Brasil em Genebra, terceiro-secretário e segundo-secretário
1990-93	Embaixada em Santiago, segundo-secretário
1993	Departamento de Organismos Internacionais, assessor
1993-95	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político, assessor
1995	Secretaria de Imprensa do Gabinete do Ministro, assessor
1995-99	Missão junto à ONU, Nova York, primeiro-secretário
1999-01	Núcleo de Coordenação da ALCA, chefe
2001-03	Coordenação-Geral para as Negociações da Área de Livre Comércio das Américas, coordenador-adjunto e coordenador-geral
2003-05	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2005-06	Secretário de Planejamento Diplomático, chefe
2006-08	Departamento de Energia, diretor
2008-10	Embaixada em Caracas, embaixador
2010-	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, subsecretário-geral
2010-15	Coordenador Nacional do Mercosul, da UNASUL, da CALC, do Grupo do Rio e da CELAC
2010-13	Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional
2010	Representante do Brasil na Comissão Interina de Reconstrução do Haiti
2015-18	Embaixada em Madri, embaixador.
2018-	Embaixada em Montevidéu, embaixador
Publicações:	
2001	O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio - Algumas reflexões, Carta Internacional, São Paulo
2002	A ALCA no limiar do século XXI, INTAL, Buenos Aires
2003	Alca: riscos e oportunidades, Editora Manole, São Paulo
2007	"Biofuels will help fight hunger", International Herald Tribune, Nova York
2011	"Integração: sonho e realidade na América do Sul", FUNAG, Brasília
2012	"Eu sou da América do Sul", FUNAG, Brasília.

Condecorações:	
1998	Ordem ao Mérito das Forças Armadas, Oficial
2001	Medalha do Pacificador, Brasil
2003	Ordem ao Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2010	Ordem Francisco de Miranda, Generalíssimo
2011	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2015	Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grã Cruz

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2021

(nº 552/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 552

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de outubro de 2021.

EM nº 00192/2021 MRE

Brasília, 8 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de delegado permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

2. O atual ocupante do cargo, **BRUNO DE RÍSIOS BATH**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexos, informações sobre o organismo internacional e curriculum vitae de **ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

572

00001.007964/2021-10

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 887/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 29/10/2021, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2979217** e o código CRC **1B9622AC** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007964/2021-10 SEI nº 2979217

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)





Informação ao Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2021

DADOS BÁSICOS

Países-membros:	13 países-membros: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai. A Nicarágua encontra-se em processo de adesão.
Ano de Fundação:	1980
Ano de adesão do Brasil:	1980 (país fundador)
Sede:	Montevidéu (Uruguai)
Principais órgãos:	Conselho de Ministros Conferência de Avaliação e Convergência Comitê de Representantes Secretaria-Geral
Secretário-Geral:	Sergio Abreu Bonilla, desde 18 de setembro de 2021
Atual Chefe da missão brasileira junto à ALADI:	Embaixador Bruno de Rísios Bath

Superfície Total: 19.465.854 km2
População Total: 569 milhões de habitantes (2019)
PIB: US$ 4,69 trilhões
Intercâmbio total do Brasil com a ALADI: US$ 49,17 bilhões (2020) **Exportações:** US$ 27,07 bilhões (91% da pauta composta de produtos industrializados). **Importações:** US$ 22,1 bilhões. Fontes: Trademap, MDIC e ALADI

Perfil Biográfico

SECRETÁRIO-GERAL
SERGIO ABREU BONILLA



- Nasceu em Montevidéu, em 12 de novembro de 1945;
- Doutor em Direito e Ciências Sociais pela Universidad de la República (Udelar) do Uruguai. Mestre em Administração Pública pela University of Southern California (1977), pós-graduado pela Universidade do Texas (1980) e pela Academia de Direito Internacional de Haia (1983);
- Professor de Direito da Integração pela Universidad de Montevideo; e de Teoria e Prática das Negociações Comerciais Internacionais pela Udelar;
- Diretor de Administração e Finanças da ALADI (1979-1989);
- Vice-presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas (1993); e Presidente do Comitê de Negociações do GATT em nível ministerial (Rodada Uruguai, 1993–1994);
- Ministro das Relações Exteriores do Uruguai no governo de Luis Alberto Lacalle de Herrera (1993-1995); e Ministro da Indústria, Energia e Minas no governo do colorado Jorge Battle (2000-2002);
- Chefe da Missão de Observação Eleitoral da OEA nas eleições nacionais do Peru em 2016.
- Está em seu quarto mandato como senador (1990-1993; 2005-2010; 2010-2015; e 2020-2025).
- Assumiu como Secretário-Geral da ALADI, em 18 de setembro de 2020.

Informações Gerais

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), cuja sede se localiza em Montevidéu, Uruguai, tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região, em um processo de integração que visa ao estabelecimento, de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano.

Atualmente, são membros da ALADI: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A Nicarágua está em processo de adesão desde 2011.

A ALADI foi estabelecida pelo Tratado de Montevidéu de 12 de agosto de 1980 (TM80), promulgado no Brasil pelo Decreto n.º 87.054, de 23 de março de 1982, em substituição à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). A ALALC havia sido criada em 1960 com o objetivo de conformar uma ambiciosa área de livre comércio na América Latina, sob a influência do pensamento desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Os objetivos e mecanismos de liberalização comercial da ALALC, no entanto, mostraram-se demasiadamente rígidos e ambiciosos, sobretudo devido ao estabelecimento de um prazo fixo para alcançar o livre comércio e à inexistência de flexibilidade para acomodar acordos bilaterais entre os países. Diante do insucesso da meta ambiciosa da Associação, seus onze países membros, entre eles o Brasil, assinaram o TM80, que constituiu a ALADI, em substituição à ALALC.

O TM80 estabeleceu os seguintes princípios gerais: **pluralismo** em matéria política e econômica; **convergência** progressiva de ações e acordos parciais de integração econômica para a criação de um mercado comum latino-americano; **flexibilidade**, caracterizada pela capacidade de permitir a celebração de acordos de alcance parcial, regulada de forma compatível com a consecução progressiva de sua convergência e pelo fortalecimento dos vínculos de integração; **tratamentos diferenciais** com base no nível de desenvolvimento dos países-membros; e **multiplicidade** nas formas de concertação de acordos regionais de integração econômica.

Nesse sentido, convém ter presente que a ALADI prevê a criação progressiva e gradual de um mercado comum latino-americano, por meio de três mecanismos:

i) preferência tarifária regional (PTR), comum a todos os países-membros e diferenciado conforme o nível de desenvolvimento;

ii) acordos de alcance regional (AR), comuns a todos os países-membros; e

iii) acordos de alcance parcial (AAP), com a participação de dois ou mais países da área, nas seguintes modalidades: Acordos de Complementação Econômica (ACEs), Acordos agropecuários, Acordos de Promoção do Comércio, Acordos Comerciais

ou outras modalidades em áreas como cooperação científica e tecnológica, turismo e meio ambiente.

Estrutura Institucional

A Secretaria-Geral da ALADI é o órgão técnico da Associação, que, por sua vez, é constituída pelos seguintes órgãos políticos:

i) Conselho de Ministros:

Integrado por Ministros de Relações Exteriores ou de Comércio Exterior. O Conselho adota as decisões relativas à condução política superior do processo de integração econômica e, regra geral, se reúne anualmente.

ii) Comitê de Representantes:

Integrado por Embaixadores dos países-membros, tem funcionamento permanente em Montevidéu.

iii) Conferência de Avaliação e Convergência:

A Conferência pode ser convocada de forma extraordinária e tem a função, entre outras, de examinar o processo de integração em todos os seus aspectos e de recomendar ao Conselho a adoção de medidas corretivas.

Importância e interesses do Brasil na ALADI

A ALADI é a principal organização regional de integração latino-americana, em consonância com o que preconiza o artigo 4º da Constituição Federal. Tem formato flexível para cumprir o objetivo de integração sem impor modelos fechados e preserva os interesses dos países membros, ao permitir a administração de uma ampla rede de acordos por meio de estrutura enxuta e eficiente.

A organização constitui uma das bases jurídicas sobre a qual se conformou o MERCOSUL, que foi formalizado na ALADI sob o Acordo de Complementação Econômica Nº 18 (ACE-18). Também estão sob o guarda-chuva da ALADI os Acordos de Complementação Econômica (ACE) que conformam a rede de acordos de liberalização do comércio do MERCOSUL na região: ACE-35 (MERCOSUL-Chile); ACE-36 (MERCOSUL-Bolívia); ACE-53 (Brasil-México); ACE-55 (MERCOSUL-México - setor automotivo, exclusivamente); ACE-58 (MERCOSUL-Peru); ACE-59 (MERCOSUL-Colômbia/Equador/Venezuela); ACE-62 (MERCOSUL-Cuba); e ACE-72 (MERCOSUL-Colômbia).

Sob o manto da ALADI, desde janeiro de 2019, com a conclusão do último cronograma de desgravação tarifária no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru), pode-se dizer que praticamente existe uma zona ou área de livre comércio de bens

abrangendo a maior parte da América do Sul – a Guiana e o Suriname não são membros da ALADI. Atualmente, 95% do comércio de bens negociado entre os países sul-americanos da ALADI está totalmente desgravado, ou seja, conta com 100% de preferência tarifária.

Importância do fortalecimento da ALADI

Em 2020, o Brasil registrou com os países da ALADI intercâmbio comercial de quase US$ 50 bilhões (exportações – US$ 27,07 bilhões; importações – US$ 22,15 bilhões; **superávit brasileiro de US$ 4,92 bilhões**).

Em termos quantitativos, a região, como parceira comercial do Brasil, só fica atrás de China, União Europeia e EUA. Ademais, trata-se de um **relacionamento estratégico de qualidade**, caracterizado por exportações brasileiras de produtos industrializados (91% do total), por forte presença de micro, pequenas e médias empresas e pela constituição de cadeias regionais de produção (o setor automotivo é um exemplo).

Principais temas da Associação

O principal tema da ALADI é a integração econômico-comercial regional. No entanto, considerando-se o estado avançado da liberalização tarifária regional, ganham relevância também temas conexos, como facilitação do comércio, cooperação aduaneira e promoção comercial. Um exemplo importante é o projeto de Certificação de Origem Digital da ALADI, cujo objetivo é implementar um sistema digital para emissão, assinatura e transmissão dos certificados de origem, dispensando o uso do papel. Outra iniciativa é a EXPO ALADI, uma rodada de negócios com empresários dos países da Associação e empresas convidadas da América Central e do Caribe, realizada desde 2014, com especial ênfase em pequenas e médias empresas.

Destacam-se, igualmente, outros temas de interesse do Brasil na agenda da ALADI: (i) a inserção de micro, pequenas e médias empresas em cadeias regionais de valor; (ii) o tratamento de questões logísticas, no âmbito do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT); e (iii) a elaboração de estudos e relatórios de comércio exterior.

A Delegação do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL

A Delegação do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL representa o país nos trabalhos desenvolvidos pelos dois organismos. Foi criada pelo Decreto N° 318/1961, do Conselho de Ministros, para atuar, à época, junto à ALALC. O Decreto N° 52.111/1963 dispôs que o Chefe do Posto teria as prerrogativas inerentes à função de Embaixador. Com o surgimento da ALADI, o Decreto N°

85.893/81 transformou a delegação em "Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI". Por fim, o Decreto N° 4762/2003 dispôs que ao Posto compete, também, a representação do Governo brasileiro junto ao MERCOSUL. Este passou a denominar-se "Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL".

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MERCOSUL

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2021

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)
Estados partes:	Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela
Estados associados:	Bolívia (desde 1996)*, Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (desde 2015) * Em processo de adesão como Estado parte
Fundação:	26 de março de 1991
Ano de adesão do Brasil:	1991 (membro fundador)
Sede:	Montevidéu (Uruguai), sede da Secretaria do MERCOSUL
Principais órgãos:	Conselho do Mercado Comum - CMC Grupo Mercado Comum - GMC Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM Parlamento do MERCOSUL - PARLASUL Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP) Tribunal Permanente de Revisão Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
Principais chefias:	Chefes de Estado dos Estados partes CMC - Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Economia dos Estados partes
Chefia administrativa:	Luiz Gonzaga Coelho Júnior (Brasil), Diretor da Secretaria do MERCOSUL
Atual Chefe da missão brasileira junto ao MERCOSUL:	Embaixador Bruno de Rísios Bath

Informações Gerais

O MERCOSUL foi lançado em 1991, na esteira da aproximação entre Brasil e Argentina, na década precedente, em contexto de redemocratização, reforma econômica e superação das hipóteses de conflito. Paraguai e Uruguai somaram-se às duas maiores economias da região para conformar, em 1991, o Mercado Comum do Sul.

O MERCOSUL é o principal instrumento com que o Brasil conta para cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º da Constituição Federal, segundo o qual "a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

A Venezuela aderiu ao MERCOSUL em 2012, sendo suspensa em dezembro de 2016, por descumprimento de seu Protocolo de Adesão. Em agosto de 2017, aplicou-se ao país a Cláusula Democrática do Protocolo de Ushuaia. Embora suspensa do bloco, a Venezuela mantém sua condiçao de Estado parte.

O Protocolo de Adesão da Bolívia, assinado por todos os Estados partes em 2015, ainda não está vigente. Sua entrada em vigor depende da conclusão dos processos de incorporação aos ordenamentos jurídicos nacionais no Brasil e na própria Bolívia, que estaria aguardando a adoção do Protocolo de Adesão por todos os Estados partes. O Protocolo de Adesão da Bolívia tramita, atualmente, na Câmara dos Deputados em regime de urgência, já tendo sido aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (2017) e na Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (2018).

Todos os demais países sul-americanos relacionam-se com o MERCOSUL na qualidade de Estados associados. A Bolívia, ademais, tem o "status" de Estado associado em processo de adesão desde 2015, quando foi assinado, na Cúpula de Brasília, o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, submetido à aprovação congressual pelos Estados partes. No momento, são Estados associados do MERCOSUL a própria Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia, o Equador, a Guiana e o Suriname.

Os acordos fundamentais do bloco são: o Tratado de Assunção (26/3/1991); o Protocolo de Ouro Preto (17/12/1994), que definiu a estrutura institucional e as atribuições especificas dos principais órgãos do MERCOSUL; o Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias (18/2/2002); o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile (24/7/1998); o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (20/6/2005); e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (9/12/2005), que ampliou a dimensão democrática e participativa na região.

O Tratado de Assunção (1991), instrumento fundacional do MERCOSUL, além de implementar programa de desgravação tarifária que reduziu a zero a alíquota de imposto de importação para o universo de bens, estabeleceu modelo de integração profunda, com vistas à formação de um mercado comum, com livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos, em paralelo à adoção de uma política comercial comum e à harmonização de políticas setoriais.

Os setores de açúcar e automóveis ainda estão excluídos do livre comércio, mas existem mandatos para estabelecimento de regimes comuns, cujo objetivo é sua futura adequação às regras do MERCOSUL. O Brasil tem buscado engajar os demais Estados partes nas discussões sobre esses dois temas.

A Tarifa Externa Comum do bloco (TEC) está organizada, de forma geral, em onze níveis tarifários, cujas alíquotas variam de 0% a 20% e obedecem ao princípio geral da escalada tarifária: insumos têm alíquotas mais baixas; produtos de maior valor agregado têm alíquotas maiores.

O estabelecimento do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em 2005, marcou nova etapa no tratamento das assimetrias no âmbito do bloco. O Fundo visou ao financiamento de programas de convergência estrutural, desenvolvimento da competitividade, coesão social e fortalecimento institucional do processo de integração regional. Em funcionamento efetivo desde 2007, foram financiados pelo FOCEM 48 projetos nas áreas de infraestrutura rodoviária e ferroviária, transmissão de energia elétrica, habitação, construção de escolas, saúde animal, pesquisa científica, saneamento, integração produtiva, turismo e desenvolvimento social e fortalecimento institucional do MERCOSUL, que equivalem a cerca de US$ 1,5 bilhão, sendo aproximadamente US$ 1 bilhão de recursos não reembolsáveis do Fundo e o restante em contrapartidas nacionais. O período inicial de dez anos de funcionamento do FOCEM terminou em 2015 e, na Cúpula de Brasília de julho/2015, adotou-se a Decisão CMC Nº 22/15, que renovou o mecanismo por dez anos, a contar de sua entrada em vigor, que ocorrerá quando todos os Estados partes tiverem internalizado a norma (o que ainda não ocorreu no caso do Brasil).

Estrutura Institucional e Normativa

Os três principais órgãos do MERCOSUL, constituídos de forma intergovernamental por representantes dos Estados partes e com a faculdade de expedir atos normativos nas respectivas áreas de competência, são:

- o Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão máximo do MERCOSUL, que emite as Decisões do bloco e é integrado pelos ministros das Relações Exteriores e ministros da Economia;

- o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do MERCOSUL, que expede as Resoluções do bloco e é integrado por representantes das chancelarias e dos ministérios da Economia, normalmente em nível de vice-ministros ou secretários-executivos; e
- a Comissão de Comércio do MERCOSUL, que se manifesta por meio de Diretrizes e é formado por quatro representantes de cada país. Sob seu guarda-chuva estão os diversos Comités Técnicos (CTs), como o CT de Assuntos Aduaneiros, CT de Defesa da Concorrência, CT de Defesa do Consumidor e CT de Estatística de Comércio Exterior.

Conforme dispõe o Protocolo de Ouro Preto, todas as Decisões do MERCOSUL são tomadas por consenso (Art. 37) e todas as normas aprovadas entram em vigor simultaneamente para todos os Estados partes, quando concluídos os procedimentos necessários para sua incorporação (Art. 40).

Nos termos da Decisão CMC Nº23/00, algumas normas aprovadas pelos órgãos do MERCOSUL requerem incorporação aos ordenamentos jurídicos internos dos Estados partes; outras, por apenas regulamentarem aspectos do funcionamento do bloco, dispensam a etapa nacional antes da respectiva entrada em vigor. Todas as normas estão disponíveis na página eletrônica do MERCOSUL (www.mercosur.int).

“MERCOSUL econômico e comercial”

O MERCOSUL pode ser entendido como uma união aduaneira incompleta, em fase de consolidação, com matizes de mercado comum. O bloco se caracteriza pela eliminação dos entraves à circulação dos fatores de produção, bem como pela adoção de política tarifária comum em relação a terceiros países, com a existência de uma Tarifa Externa Comum (TEC). Concebem-se, ainda, instrumentos comuns de política comercial e iniciativas de integração produtiva em diferentes setores.

As trocas dentro do bloco multiplicaram-se em sete vezes desde sua criação, evoluindo de US$ 4,5 bilhões, em 1991, para US$ 33,5 bilhões, em 2019.

Em 2020, o MERCOSUL foi o quarto parceiro comercial do Brasil, com um intercâmbio de US$ 24,4 bilhões, ficando atrás apenas de China, União Europeia e EUA. A corrente de comércio teve retração em comparação com os anos anteriores, em larga medida devido à pandemia de COVID-19. As vendas brasileiras foram de US$ 12,4 bilhões e as compras provenientes do bloco chegaram a US$ 12 bilhões, com um saldo positivo em favor do Brasil de aproximadamente US$ 400 milhões. No período de janeiro a maio de 2021, o intercâmbio do Brasil com o MERCOSUL aumentou 42% em relação a 2020, dando sinais de recuperação ante os impactos adversos derivados da pandemia.

Os principais itens vendidos pelo Brasil ao MERCOSUL são automóveis, veículos de carga, petróleo, tratores, minério de ferro, polímeros, laminados de ferro e aço, máquinas agrícolas, pneus, material elétrico e motores. O comércio no âmbito do MERCOSUL é marcado pela ampla participação de bens industrializados. Entre os principais produtos vendidos pelo bloco ao Brasil estão veículos de carga, trigo, automóveis, autopeças, malte e polímeros.

O MERCOSUL segue como principal receptor de investimentos estrangeiros na região. Segundo os últimos dados disponíveis na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o MERCOSUL recebeu, em 2019, 45% dos investimentos estrangeiros diretos na América Latina e Caribe e 67% dos investimentos estrangeiros diretos na América do Sul.

Houve também aumento da participação do bloco como destino de investimentos estrangeiros: nos anos pré-crise financeira (2005-2007), o MERCOSUL recebia 2% do investimento mundial; em 2015, recebeu 4,4%; e, em 2019, 4,8%. A ampliação da agenda econômica da integração contribuiu também para atrair e impulsionar investimentos diretos entre os países do bloco.

"MERCOSUL social e cidadão"

A agenda social e cidadã do MERCOSUL ganhou densidade crescente na segunda década de existência do bloco, a partir do entendimento de que o projeto de integração não poderia prescindir do envolvimento e da participação das sociedades nacionais.

Importante marco na vertente cidadã e social foi a publicação, por ocasião do 30º aniversário do Tratado de Assunção, em 26 de março de 2021, do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL (ECM). O documento compila os direitos e benefícios garantidos pelo MERCOSUL aos cidadãos dos Estados partes e busca apresentá-los de forma clara e acessível.

Em dezembro de 2005, foi assinado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (PCPM), que instituiu o PARLASUL como órgão de representação dos povos do MERCOSUL. Desde maio de 2007, o Parlamento do MERCOSUL passou a se reunir em Montevidéu, em sessões mensais. O órgão tem funções deliberativas e de recomendação ao Conselho Mercado Comum (CMC) e representa grande passo no aprimoramento da transparência e da representação cidadã no MERCOSUL.

Com o objetivo de auxiliar no desenho de políticas públicas em temas relacionados ao desenvolvimento social e aos direitos humanos, respectivamente, foram criados o Instituto Social do MERCOSUL (ISM) e o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH).

Ainda no referente à dimensão social e cidadã, a produção normativa do MERCOSUL contempla diversas esferas da integração regional. Nesse sentido, podem-se mencionar o Acordo sobre Revalidação de Títulos ou Diplomas de Ensino Superior; o Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional, de 2018; o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas; o Acordo de Cooperação Policial e o Acordo sobre o Mecanismo de Cooperação Consular, de 2019. Além disso, objetiva-se, até o final da atual presidência *pro tempore* do Brasil (PPTB), encerrar as tratativas para a conclusão de Acordo contra a Corrupção no Comércio Exterior e Investimentos.

MERCOSUL na atualidade

O ano de 2021 marca os trinta anos do MERCOSUL. Em 26 de março de 1991, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmavam o Tratado de Assunção, que formalizou a criação do bloco.

O MERCOSUL tem passado, nos últimos anos, por um processo de modernização, caracterizado pelo maior dinamismo da negociação de acordos comerciais com parceiros externos e pelo revigoramento da vertente econômico-comercial do bloco. Busca-se resgatar a vocação original do MERCOSUL para a abertura e a integração com o mundo. Na variada agenda do bloco, tem-se trabalhado por resultados concretos, que produzam impacto direto sobre a vida dos cidadãos. Também estão sendo adotadas medidas para racionalizar o funcionamento do MERCOSUL, com redução de gastos e de burocracia.

Com o avanço das negociações comerciais externas, o objetivo é obter mais mercados para exportações e acesso a importações de alto conteúdo tecnológico e a custos reduzidos, que sirvam de insumo para produtores e exportadores nacionais e atendam às demandas dos consumidores. Além disso, com a ampliação da rede de acordos se pretende incrementar a participação do bloco nas cadeias regionais e globais de produção, atrair investimentos e modernizar os marcos regulatórios internos.

Na frente interna, estão em curso exercícios de revisão dos principais instrumentos de política comercial comum – a Tarifa Externa Comum e o Regime de Origem do MERCOSUL –, com o objetivo de aumentar os níveis de produtividade e competitividade. Busca-se fortalecer, igualmente, o livre comércio no interior do bloco, por meio, por exemplo, da conclusão recente dos acordos de facilitação de comércio e de comércio eletrônico e da reativação dos foros sobre os setores automotivo e açucareiro. Não menos importante, tem-se tentado traduzir para a relação com os sócios os compromissos e as disciplinas mais modernas em negociação com parceiros extrarregionais, movimento que já produziu acordos em áreas como facilitação de comércio e compras governamentais.

Além disso, têm-se envidado esforços para a modernização das estruturas organizacionais do bloco, com a racionalização orçamentária, o enxugamento de instâncias redundantes e a definição de critérios mais claros para a avaliação de produtividade dos foros.

Presidência "pro tempore" brasileira (PPTB) – julho a dezembro de 2021

O Brasil apoia e tem sido promotor ativo dessa agenda de modernização do MERCOSUL. Defende um MERCOSUL comprometido firmemente com os valores democráticos e voltado para a geração de ganhos tangíveis para os cidadãos. Preconiza um bloco apegado ao livre comércio e que sirva de plataforma para a inserção competitiva dos países nos mercados regional e global. O governo brasileiro reconhece no MERCOSUL um complemento aos esforços em curso pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional para aumentar a competitividade e abertura da economia brasileira. Ao defender a centralidade da agenda externa do MERCOSUL, o Brasil tem postulado a importância das "flexibilidades negociadoras", com vistas a contribuir para o dinamismo e o avanço das negociações comerciais.

O Brasil assumiu a presidência de turno do MERCOSUL em 8 de julho passado, quando se realizou a cúpula de encerramento da presidência argentina. Em dezembro, o Brasil passa a presidência para o Paraguai. A presidência brasileira coincide com a comemoração dos 30 anos do MERCOSUL. Embora grande parte das iniciativas nesse contexto tenha sido realizada no primeiro semestre, ainda se planejam eventos relacionados ao tema durante a PPTB, como o lançamento de selo comemorativo.

A presidência brasileira busca dar continuidade à agenda de modernização que tem sido levada adiante pelo MERCOSUL, marcada por quatro eixos principais:

I – a busca de maior competitividade e integração com a economia regional e global, mediante a intensificação da negociação de acordos de livre comércio com terceiros países e grupos de países e a continuidade do processo de revisão da TEC;

II – o reforço do livre comércio e da convergência regulatória no interior do bloco, com a ampliação do marco normativo e da pauta de iniciativas do bloco em temas como regime de origem, comércio de serviços, agenda digital, regulamentos técnicos, aproximação empresarial e integração produtiva e energética;

III – a geração de resultados concretos e visíveis para os cidadãos, em uma agenda multifacetada, que se estenda para além dos temas comerciais, a exemplo da conclusão de instrumento jurídico sobre reconhecimento mútuo das medidas protetivas concedidas por um Estado parte a mulheres em situação de violência de gênero e de acordo sobre anticorrupção no comércio exterior; e da realização de foro sobre justiça e segurança no MERCOSUL, com a participação de atores da sociedade; e

IV – a continuidade do processo de reforma institucional, para racionalização da estrutura e métodos de funcionamento do bloco, com redução de burocracia e gastos.

Durante a presidência brasileira, será também dada atenção especial ao tema da saúde e da recuperação pós-pandemia, bem como ao permanente diálogo com o PARLASUL.

ANEXOS

Comércio do Brasil com a ALADI e seus membros (2020 - US$)			
	Exportações	**Importações**	**Saldo**
Argentina	8.488.738.068	7.897.095.769	591.642.299,00
Chile	3.849.842.523	2.895.554.015	954.288.508,00
México	3.829.385.290	3.862.357.510	-32.972.220,00
Colômbia	2.290.911.934	1.314.654.363	976.257.571,00
Paraguai	2.152.550.659	2.971.508.865	-818.958.206,00
Uruguai	1.761.682.541	1.111.744.644	649.937.897,00
Peru	1.659.787.430	730.269.814	929.517.616,00
Bolívia	1.025.144.926	1.078.728.258	-53.583.332,00
Venezuela	782.121.639	76.034.284	706.087.355,00
Equador	599.398.129	87.201.909	512.196.220,00
Panamá	428.305.007	124.277.339	304.027.668,00
Cuba	209.301.226	3.052.129	206.249.097,00
ALADI	**27.077.169.372**	**22.152.478.899**	**4.924.690.473,00**

Cronologia do Mercosul

1991 – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado de Assunção, que fixa metas, prazos e instrumentos para a construção do Mercado Comum do Sul, como o Programa de Liberalização Comercial, que consistiu em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições, para que se chegasse a uma tarifa zero em 1994.

– Criada a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, por iniciativa de deputados e senadores dos Estados partes do Bloco.
– Firmado o Acordo de Complementação Econômica n.º 18 no âmbito da Associação Latino-americana de Integração (ALADI). Por esse instrumento são transpostas para o ordenamento jurídico da ALADI as disposições comerciais do Tratado de Assunção.
– Protocolo de Brasília – institui o sistema de solução de controvérsias para o período de transição. Prevê quatro instâncias resolutivas, com procedimentos próprios: negociações diretas, intervenção do Grupo Mercado Comum, procedimento arbitral e reclamações de particulares.

1994 – Aprovada a Tarifa Externa Comum (TEC), a ser aplicada às importações de extrazona, a partir de 1/1/1995;
– Criada a Comissão de Comércio do MERCOSUL - Com a finalidade de zelar pela aplicação de uma política comercial comum; e
– Assinado o Protocolo de Ouro Preto, que complementa o Tratado de Assunção, estabelecendo as bases institucionais do MERCOSUL.

1998 - Assinado o Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL, que estabelece as normas gerais para comércio de serviços intrabloco.

1997 – Inaugurada a Secretaria Administrativa do MERCOSUL em Montevidéu.

1998 – Aprovado, na XIV Reunião de Presidentes do MERCOSUL, o Protocolo de Ushuaia, que dá força de lei à cláusula democrática nos Estados partes do Bloco. Assim, o país signatário que não respeitar os preceitos democráticos não poderá permanecer no MERCOSUL.

2002 – Assinado pelos Presidentes do MERCOSUL, em Buenos Aires, o Protocolo de Olivos, que cria o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), com o objetivo de aperfeiçoar o mecanismo de solução de controvérsias do Bloco.

2003 – Criação da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), como órgão do Conselho do Mercado Comum (CMC).

2004 – Cria-se o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), para financiar programas de convergência estrutural, competitividade, coesão social, e infraestrutura institucional.

2005 – Após ser ratificado por Argentina, Brasil e Uruguai, entra em vigor o Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL; e
– Assinatura do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

2006 – Assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

2007 – Aprovados os primeiros projetos pilotos do FOCEM;
– Entrada em vigor do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL; e
– Sessão de instalação do Parlamento do MERCOSUL, em Montevidéu.

2010 – Aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM) por meio da Decisão CMC n° 27/10. A norma estabelece marco definido para a conformação de legislação aduaneira comum, além de permitir o tratamento conjunto dos institutos que regulam a matéria no Bloco.

2011 – Assinatura do Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL (Ushuaia II).

2012 – Na reunião de Cúpula do MERCOSUL em Mendoza, aprovam-se a "Decisão sobre a Suspensão do Paraguai do MERCOSUL em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático" e "Declaração sobre a Incorporação da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL"; e
– Entrada em vigor do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

2015 - Decisão CMC no. 22/15 renova o FOCEM por mais 10 anos, contados a partir da entrada em vigência da Decisão em todos os Estados partes; e
- Assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL.

2016 – Venezuela é notificada do cessamento de seus direitos como Estado parte do MERCOSUL por descumprimento de obrigações previstas em seu Protocolo de Adesão ao bloco.

2017 - Assinatura do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

2018 - Modernização no tratamento de questões regulatórias, com a aprovação do Acordo de Boas Práticas e Coerência Regulatória;
- Assinatura de acordo-quadro entre o FOCEM e o FONPLATA (2018);
- Aprovação do programa de trabalho para a agenda digital do MERCOSUL, com reflexos em áreas como governo digital, segurança cibernética e comércio eletrônico;
- Assinatura do Acordo-Quadro para a Disposição de Bens Apreendidos do Crime Organizado Transnacional no MERCOSUL;
- Assinatura do Acordo sobre Revalidação de Títulos ou Diplomas de Ensino Superior em Nível de Graduação no MERCOSUL; e
- Assinatura de emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais - Protocolo de São Luís.

2019 - Assinatura do Acordo Operativo para a Implementação de Mecanismos de Intercâmbio de Informação Migratória;
- Assinatura do Acordo sobre Mecanismo de Cooperação Consular;

- Assinatura do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais de Serviços de Telefonia Móvel no MERCOSUL;
- Conclusão da negociação do pilar comercial do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia;
- Conclusão da negociação do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre Comércio;
- Assinatura do Acordo sobre Facilitação de Comércio do MERCOSUL;
- Assinatura do Acordo para a Proteção Mútua das Indicações Geográficas dos Estados partes do MERCOSUL;
- Assinatura do Acordo sobre Reconhecimento Recíproco de Certificados de Assinaturas Digitais do MERCOSUL;
- Aprovação do Marco geral para as Iniciativas Facilitadoras de Comércio no MERCOSUL;
- Assinatura do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas;
- Assinatura do Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços; e
- Aprovação do Plano de Ação para o Combate à Corrupção no Âmbito do MERCOSUL.

2020 - Conclusão da negociação de acordo sobre comércio eletrônico do MERCOSUL (2020).

Dados adicionais

Território

O MERCOSUL responde por 71,8% (12.789.558 km²) do território da América do Sul. Possui cerca de 3 vezes a área da União Europeia.

ESTADOS PARTES	EXTENSÃO TERRITORIAL
ARGENTINA	2.791.810 km²
BRASIL	8.502.728 km²
PARAGUAI	406.750 km²
URUGUAI	176.220 km²
VENEZUELA	912.050 km²
TOTAL	12.789.558 km²

População

Somada, a população do MERCOSUL ultrapassa 295 milhões de habitantes, o que corresponde a 67,8% da população da América do Sul.

ESTADOS PARTE	População (em milhões)
ARGENTINA	45,3
BRASIL	211,4
PARAGUAI	7,5
URUGUAI	3,5
VENEZUELA	27,9
TOTAL	295,6

Fonte: FMI, 2021

Produto Interno Bruno (PIB)

O MERCOSUL conta com PIB nominal de US$ 2,71 trilhões e ocuparia a posição de sexta economia mundial se fosse considerado como um único país.

Comércio Exterior

Balança Comercial Brasil - MERCOSUL (em bilhões de dólares)

	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	18,38	22,61	20,83	14,74	12,40
Importações	11,59	11,89	13,36	12,96	11,98
Corrente de Comércio	29,97	34,5	34,19	27,7	24,38
Saldo	6,79	10,72	7,47	1,78	0,42

Fonte: Ministério da Economia - Comex stat.

Comércio Brasil-Argentina

A Argentina é o maior parceiro comercial do Brasil no MERCOSUL. Em 2020, as vendas brasileiras para o mercado argentino foram de US$ 8,5 bilhões, e as compras provenientes daquele país chegaram a US$ 7,9 bilhões, com um superávit de aproximadamente US$ 600 milhões para o Brasil.

Trata-se de relacionamento comercial com forte participação de manufaturas e semi-manufaturas nas vendas brasileiras (em torno de 90% do total).

O setor automotivo é um dos principais pilares desse intercâmbio, sendo responsável por aproximadamente 40% do comércio bilateral.

No período janeiro-maio de 2021, o intercâmbio do Brasil com a Argentina aumentou 43% em relação a 2020, dando sinais de recuperação ante os impactos adversos derivados da pandemia.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram: automóveis, autopeças, veículos de carga, minério de ferro, pneus, polímeros, tratores, motores e calçados. Os principais produtos importados da Argentina foram: veículos de carga, automóveis, trigo, polímeros, produtos hortícolas, motores e ônibus.

Balança Comercial Brasil-Argentina (em bilhões de dólares)

	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	13,41	17,61	14,91	9,79	8,48
Importações	9,08	9,43	11,05	10,55	7,89
Corrente de Comércio	22,49	27,04	25,96	20,34	16,38
Saldo	4,33	8,18	3,86	- 0,76	0,59

Fonte: Ministério da Economia - Comex stat.

Comércio Brasil-Paraguai

Em 2020, as vendas brasileiras para o mercado paraguaio foram de US$ 2,15 bilhões e as compras provenientes daquele país chegaram a US$ 2,97 bilhões, com superávit de US$ 820 milhões em favor do Paraguai.

No período janeiro-maio de 2021, o intercâmbio do Brasil com o Paraguai aumentou 41% em relação a 2020, dando sinais de recuperação ante os impactos adversos derivados da pandemia.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram: automóveis, agroquímicos, máquinas agrícolas, adubos, fertilizantes, material elétrico, cerveja e veículos de carga.

Os principais produtos comprados do Paraguai são: material elétrico, arroz, milho, trigo, plásticos e etanol.

Balança Comercial Brasil-Paraguai (em bilhões de dólares)

	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	2,22	2,64	2,91	2,47	2,15
Importações	1,22	1,13	1,15	1,30	2,97
Corrente de Comércio	3,44	3,77	4,06	3,77	5,12
Saldo	1	1,51	1,76	1,17	- 0,81

Fonte: Ministério da Economia - Comex stat.

Comércio Brasil-Uruguai

Em 2020, as vendas brasileiras para o mercado uruguaio foram de US$ 1,76 bilhão e as compras provenientes daquele país chegaram a US$ 1,11 bilhão, com superávit de US$ 650 milhões para o Brasil.

No período janeiro-maio de 2021, o intercâmbio do Brasil com o Uruguai aumentou 34% em relação a 2020, dando sinais de recuperação ante os impactos adversos derivados da pandemia.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são: petróleo, automóveis, carne bovina, carne suína, veículos de carga, erva mate e minério de ferro.

Os principais produtos importados do Uruguai foram: malte, produtos lácteos, veículos de carga, carne bovina, arroz, trigo e tubos de ferro e aço.

Balança Comercial Brasil-Uruguai (em bilhões de dólares)

	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	2,74	2,34	3,00	2,47	1,76
Importações	1,28	1,32	1,16	1,11	1,11
Corrente de Comércio	4,02	3,66	4,16	3,58	2,87
Saldo	1,46	1,02	1,84	1,36	0,65

Fonte: Ministério da Economia - Comex stat.

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL EM MONTEVIDÉU
RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADOR BRUNO DE RÍSIOS BATH

Apresento relatório simplificado de minha gestão à frente da Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, função que assumi em novembro de 2017.

ALADI

2. A Associação Latino-americana de Integração (ALADI), como concebida nos termos do Tratado de Montevidéu 1980 (TM-80), é o organismo, sediado na capital uruguaia, incumbido de criar um mercado comum latino-americano. Em sua configuração original, constituía o marco institucional por excelência para a integração comercial do Brasil com os demais países da região. Sob o TM-80, que está amparado juridicamente na Cláusula de Habilitação da Organização Mundial do Comércio (OMC), avançou-se no processo de liberalização comercial com base em acordos de alcance parcial entre distintos grupos de países (entre os quais o MERCOSUL), até se conformar uma área de comércio com baixíssima incidência de tarifas. Os acordos de alcance parcial permitiram o desenvolvimento de um processo de liberalização em ritmos diferentes, mantendo um "horizonte de convergência". O Brasil concluiu acordos de livre comércio com todos os vizinhos sul-americanos membros da Associação e mantém com o México acordos de preferências tarifárias fixas de escopo limitado porém de alto significado comercial. Ainda sob o TM-80, o País é parte de acordos regionais de cooperação econômica em áreas como ciência e tecnologia, transporte terrestre, transporte fluvial e promoção comercial.

3. A ALADI constitui também um foro negociador multilateral incumbido do aprimoramento operativo do comércio intrarregional. A rede de acordos comerciais da ALADI foi desenvolvida a partir das regras em boa medida heterogêneas. Há, assim, um emaranhado regulatório cuja simplificação e convergência, negociada no âmbito da Associação, favorece a facilitação e a intensificação do comércio de bens e serviços entre os países-membros, com clara vantagem para o Brasil.

4. A Secretaria-Geral da Associação (SG-ALADI) dispõe de boa capacidade técnica e fornece insumos importantes para os treze países-membros, inclusive para capacitá-los a negociar temas cuja regulação é objeto de discussões em âmbito internacional, como comércio eletrônico e economia digital. Por outro lado, as iniciativas de promoção comercial, com foco em pequenas e médias empresas, constituem mecanismo relevante para o aprofundamento dos laços comerciais de bens e serviços entre os países-membros.

5. A instância decisória superior da ALADI é o Conselho de Ministros, que se reuniu pela última vez em setembro de 2020 (18ª reunião). O órgão decisório permanente é o Comitê de Representantes, integrado pelos Representantes Permanentes junto à Associação, sediados em Montevidéu.

6. O orçamento anual da ALADI mantém o mesmo valor nominal desde 1982, em torno de USD 4,6 milhões. As dívidas dos países membros relativas a anos anteriores chegam atualmente a USD 4,1 milhões. Dos valores devidos para o exercício 2021, até agora 8 % foram integralizados. Brasil Argentina e México são os maiores contribuintes para o orçamento da ALADI, com quota anual de USD 836 mil (18,45% do total).

7. A mora no pagamento das contribuições, em contexto de dificuldades econômicas na região nos últimos anos, faz com que a ALADI atravesse momento orçamentário delicado e opere com corte de despesas de mais de 20% e monitoramento estrito dos países-membros. As restrições orçamentárias levaram a um enxugamento considerável do plantel de funcionários da Secretaria Geral ao longo dos anos.

8. As atividades da Associação estão organizados em grupos de trabalho que elevam suas conclusões ao Comitê de Representantes. Segundo a resolução 466 do Comitê, de 11 de março de 2021, os seguintes grupos de trabalho encontram-se em atividade: acesso a mercado de bens; facilitação do comércio; integração social e produtiva; promoção comercial e EXPO ALADI; serviços e novos temas; e sistema de apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDERS). O orçamento e a administração da Associação são acompanhados pelo Comitê de Assuntos Orçamentários, Administrativos e Institucionais.

9. O Brasil coordena atualmente o grupo de trabalho de serviços e novos temas da ALADI. Os trabalhos concentram-se em serviços baseados em conhecimento, comércio eletrônico e investimentos. Foram realizadas reuniões de funcionários

governamentais sobre serviços baseados em conhecimento; a terceira edição deverá realizar-se em dezembro próximo. O grupo trabalha no mapeamento de aspectos regulatórios para o comércio regional de serviços e no desenho de curso virtual voltado à capacitação de pequenas e médias empresas. Em comércio eletrônico, prevê-se a realização, em novembro, de seminário com organizações internacionais e governos com vistas à elaboração de um roteiro para o tratamento do tema no âmbito da ALADI. Curso virtual deverá ser lançado pela ALADI em outubro, também com vistas à capacitação de pequenas e médias empresas. Em matéria de investimentos, estão em andamento consultas para a realização de uma primeira reunião de especialistas sobre possível convergência regulatória e harmonização de padrões entre os países da região, tendo por base o modelo brasileiro de acordo de cooperação e facilitação de investimentos.

10. A ALADI desenvolve um sistema pioneiro de Certificação de Origem Digital (COD), que permite a transmissão por via eletrônica do certificado às entidades habilitadas, ao importador e à aduana do país de destino. Sob esse sistema, o intercâmbio de certificados de origem do Brasil com Argentina e Uruguai já se dá exclusivamente por meio digital. A ALADI também opera como plataforma para coordenação técnica e intercâmbio de experiências entre as áreas técnicas dos países-membros responsáveis pelo fornecimento de dados estatísticos sobre comércio exterior, tanto de bens quanto de serviços.Com a entrada em vigor do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC, em 2017, a Associação passou a receber assistência do secretariado daquela organização para servir de centro regional para apoio à implementação do Acordo, por meio de reuniões periódicas dos Comitês Nacionais de Facilitação do Comércio dos países-membros.

11. Em matéria de superação das barreiras técnicas ao comércio regional, discute-se na Comissão Administradora do Acordo Quadro sobre a Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio (Acordo Regional N° 8 - AR-8), proposta apresentada pelo Chile para o setor de cosméticos, que se pretenderia transformar em acordo de alcance parcial. A Comissão Administradora do AR-8 firma-se como foro para a difusão e intercâmbio de boas práticas regulatórias entre os países membros.

12. Importante parte do trabalho da Associação reside na gestão do Sistema de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDER), estabelecido pelo Capítulo III do TM80 com o propósito de criar

condições favoráveis à participação desses países no processo de integração econômica, baseando-se nos princípios da não reciprocidade e da cooperação. São considerados PMDER a Bolívia, o Equador e o Paraguai. Destinam-se, anualmente, US$ 300 mil do orçamento da Associação para o financiamento de projetos em favor desses três países-membros, predominando ações voltadas ao fortalecimento institucional, à prestação de assistência técnica, capacitação do setor público e à elaboração de estudos sobre temas de interesse específico. Os PMDER não costumam apresentar projetos em número e valor suficiente para esgotar o orçamento anual do programa. Os valores não executados são considerados como "crédito" para uso em projetos apresentados em exercícios futuros, o que tem permitido que o Sistema de Apoio mantenha seu funcionamento regular, apesar das restrições orçamentárias.

13. O grupo de trabalho de promoção comercial e EXPO ALADI reflete a importância dada ao tema pelo atual Secretário-Geral da ALADI, o uruguaio Sergio Abreu. Dentre as novas iniciativas da SG-ALADI nesse campo, ressalta-se o lançamento, em junho último, da Plataforma "PMEs Latinas, Ótimos Negócios", criada com a finalidade de promover e apoiar a internacionalização de pequenas e médias empresas dos países-membros. Foram realizadas quatro rodadas de negócios, cobrindo setores antes ausentes da agenda da Associação, como economia criativa, tecnologia da informação e igualdade de gênero. A EXPO ALADI segue sendo um dos principais instrumentos de projeção da Associação. A Delegação Permanente do Brasil atua na aproximação entre a ALADI e o SEBRAE e a APEX com vistas a aumentar a participação de empresários brasileiros nas rodadas de negócios e em eventual retomada das reuniões do Conselho Assessor Empresarial - órgão auxiliar do Comitê de Representantes criado em 1988, cuja última reunião se deu em 2010.

14. Dentre os acordos regionais de natureza regulatória ao abrigo do TM-80, destaca-se o Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT), assinado em 01/01/1990 por Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. A Secretaria Geral da ALADI é responsável pelo apoio técnico e administrativo à Comissão de Acompanhamento do ATIT, bem como à implementação de seus protocolos adicionais e eventuais modificações, ajustes ou atualizações que se façam ao acordo. O ATIT é o principal instrumento regulador da prestação de serviços de transporte terrestre rodoviário (cargas e passageiros) entre os países signatários. Atua como relevante foro de consulta entre os organismos nacionais competentes,

revelando especial importância durante a emergência sanitária decorrente da pandemia de COVID-19. Como as medidas sanitárias extraordinárias adotadas por autoridades de saúde e vigilância tiveram efeitos sobre o transporte de carga na região, o ATIT foi o mecanismo utilizado para a coordenação e para o compartilhamento de informações sobre requisitos sanitários adotados pelos sete signatários. Em 2021, foram realizadas sete reuniões extraordinárias para tratar da harmonização dos critérios na adoção de medidas sanitárias unilaterais.

15. Personalidade pública destacada no Uruguai, com extensa carreira política como Senador e Ministro das Relações Exteriores e da Indústria, Sergio Abreu tomou posse como Secretário-Geral da ALADI em setembro de 2020, após eleição acirrada em que foi eleito como candidato de consenso. Abreu busca implementar uma agenda de trabalho modernizadora, mas realista, levando em conta a situação financeira da ALADI e os interesses de seus países-membros. Essa foi a mensagem que transmitiu em sua visita ao Brasil, em agosto último.

MERCOSUL

- CRPM

16. Os trabalhos da Delegação Permanente do Brasil no que se refere ao MERCOSUL concentram-se na Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), em cumprimento aos mandatos recebidos do Grupo Mercado Comum (GMC). Nesse contexto, destaca-se o acompanhamento e a supervisão do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

17. O FOCEM foi criado para promover a competitividade e a coesão social dos Estados Partes, reduzir as assimetrias econômico-sociais em regiões menos desenvolvidas, impulsionar a convergência estrutural e fortalecer a estrutura institucional do MERCOSUL. Estabelecido pelas Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 45/04 e nº 18/05, o FOCEM encontra-se em efetivo funcionamento desde 2007. Sua carteira de projetos alcança investimentos de US$ 1,55 bilhão, com mais de US$ 1 bilhão de recursos comunitários. Entre os projetos contemplados incluem-se a construção ou recuperação de estradas, ferrovias, linhas de transmissão elétrica, casas populares, obras de saneamento básico, capacitação de pequenas e médias empresas, educação e fomento à ciência, tecnologia e inovação.

18. Desde o início das atividades do FOCEM, em 2007, o CMC

aprovou 53 projetos, dos quais 22 foram finalizados, 11 estão em execução e 15 em encerramento administrativo (cinco foram rescindidos por decisão dos países beneficiários). Os aportes do Fundo a projetos aprovados do Paraguai (19 projetos, no valor de US$ 658,32 milhões) corresponderam, até o momento, a 64% dos recursos que foram integralizados. Em termos de recursos investidos, o maior projeto do Fundo foi a construção da linha de transmissão 500 kV Itaipu-Villa Hayes, da subestação Villa Hayes e a ampliação da subestação margem direita Itaipu", com um custo de US$ 415 milhões. O projeto possibilitou a transmissão de Itaipu ao Paraguai de um volume de energia suficiente para atender a mais de 1 milhão de unidades consumidoras. O Uruguai, por sua vez, teve 16 projetos aprovados, no valor de US$ 274,38 milhões, o que equivale a 28,18% do total dos recursos aportados ao Fundo. Juntos, Paraguai e Uruguai receberam 92,18% do total de recursos do FOCEM. A Argentina, segundo maior contribuinte ao FOCEM, possui quatro projetos em execução, no montante total de US$ 46,75 milhões. O Brasil, maior contribuinte do Fundo, recebeu aprovação para cinco projetos, dos quais dois estão em execução. Merecem destaque também os projetos pluriestatais do FOCEM, como o já concluído Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa e o projeto de pesquisa em biotecnologias aplicadas à saúde (a cargo da FIOCRUZ), que possibilitou o financiamento de medidas contra a COVID-19.

19. Atualmente, os recursos do FOCEM montam a aproximadamente US$ 156 milhões, dos quais US$ 144 milhões já comprometidos com projetos aprovados. A maior parte desses recursos (cerca de US$ 100,5 milhões) estão sob administração fiduciária do FONPLATA. No total, o Brasil transferiu cerca de US$ 548,2 milhões em contribuições regulares e US$ 205,7 milhões em contribuições voluntárias (estas últimas direcionadas à construção da linha de transmissão no Paraguai).

20. A Decisão CMC Nº 22/15, de 16/07/15, estabelece uma nova fase do FOCEM (FOCEM II) por mais 10 anos, com contribuições anuais não reembolsáveis de US$ 127 milhões, cabendo ao Brasil, como maior contribuinte, parcela anual de US$ 70 milhões. Segundo a Decisão, o Brasil terá à sua disposição 9,1% dos recursos a serem aportados ao FOCEM para a apresentação de projetos. A Decisão não foi incorporada pelos Estados Partes. No Brasil, o assunto está sob responsabilidade da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais do Ministério da Economia.

21. A CRPM exerce, ainda, funções relacionadas ao Estatuto

da Cidadania do MERCOSUL (Dec. CMC N° 64/10), à plataforma MERCOSUL de formação (Dec. CMC N° 22/19), à política comunicacional do bloco (Res. GMC N° 16/17), ao monitoramento da produtividade dos foros e dos programas de trabalho (Dec. CMC N° 18/19), aos temas administrativos e de recursos humanos da Secretaria do MERCOSUL (Dec. CMC N° 15/15), à assinatura de convênios por parte dos órgãos da estrutura institucional (Res. GMC N° 15/20), além de outras tarefas pontualmente atribuídas pelo GMC.

22. A CRPM também supervisiona as ferramentas de difusão dos direitos e benefícios a que os cidadãos do MERCOSUL fazem jus. Desde 2005, a Cartilha da Cidadania, um portal eletrônico, transmite, em linguagem acessível, informações de caráter prático sobre ampla gama de assuntos de interesse da população em geral. Em março deste ano, foi lançado o Estatuto da Cidadania, instrumento que compila todos os direitos e benefícios dos cidadãos que emanam das normas do bloco. O Estatuto deverá, gradualmente, ser unificado com a plataforma digital da Cartilha, formando o Portal do MERCOSUL Cidadão. A CRPM trabalha também na criação de módulo informático para acompanhamento dos programas de trabalho dos foros do MERCOSUL, com vistas a avaliar sua produtividade. O módulo informático desenvolvido já conta com todos os programas de trabalho 2021-2022 aprovados pelo GMC e encontra-se em fase final de ajustes para o seu lançamento.

23. A Res. GMC N° 15/20 estabeleceu orientações para a assinatura de convênios por órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL, como o Instituto MERCOSUL Social e a Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão, com instituições externas, dando à CRPM as incumbências de autorizar a assinatura de cada convênio e informar sobre eles ao GMC. A CRPM estabeleceu modelo para a apresentação, por cada órgão, de relatórios semestrais de execução de seus convênios. Ademais, a CRPM também avalia novas propostas de convênio apresentadas pelos órgãos do MERCOSUL.

24. Em decorrência de mandato conferido pela Dec. CMC N° 22/19, a CRPM tem-se debruçado sobre a implementação da Plataforma MERCOSUL de Formação, que visa a reunir a oferta de capacitação desenvolvida pelos foros e órgãos da estrutura institucional do bloco. Concluiu-se recentemente a primeira etapa dos trabalhos, com diagnóstico completo dos cursos oferecidos pelos diversos órgãos do MERCOSUL, dos recursos tecnológicos existentes e dos potenciais temas para a definição de cursos futuros. O próximo passo serão as discussões sobre as diretrizes a serem observadas para a

conformação da Plataforma, em termos técnicos e de oferta acadêmica.

25. Além das funções de apoio ao funcionamento do MERCOSUL, a CRPM exerce a atribuição de interação sistemática com a Secretaria do MERCOSUL - atualmente dirigida pelo brasileiro Luiz Gonzaga Coelho Júnior - sediada em Montevidéu. Destacam-se seu papel na definição do orçamento da Secretaria do MERCOSUL e no acompanhamento de sua execução e prestação de contas. A CRPM também apoia o GMC na análise da estrutura e do funcionamento Secretaria do MERCOSUL, com vistas ao aprimoramento de seu desempenho.

26. No âmbito da Secretaria do MERCOSUL, a Resolução GMC no. 16/17 criou uma Unidade de Comunicação e Informação (UCIM), com o objetivo de desenvolver e executar uma política de comunicação institucional do bloco. A CRPM trabalhou com a UCIM na uniformização da divulgação e comunicação feita pelas diferentes instâncias do bloco, a fim de assegurar aos diversos órgãos do MERCOSUL uma identidade pública definida. A UCIM passou a processar e administrar grande fluxo de informações nas plataformas digitais, dando visibilidade e melhorando o grau de conhecimento sobre o MERCOSUL. Vale destacar o significativo aumento no número de acessos ao endereço eletrônico do MERCOSUL, principalmente entre o público mais jovem. A UCIM deverá ser coordenada a partir de novembro por funcionário de nacionalidade brasileira.

27. Nos encontros da CRPM, a delegação da Bolívia participa nos termos estabelecidos pela Decisão CMC Nº 13/15, que permite a Estados em processo de adesão assistir às reuniões do bloco com direito a voz.

- PARLAMENTO DO MERCOSUL (PARLASUL)

28. Constituído em 2006, o PARLASUL é o órgão representativo dos cidadãos dos Estados Partes do MERCOSUL. Conta em sua estrutura com diferentes instâncias, como a mesa diretora, o plenário, as comissões temáticas e o Observatório da Democracia - além do secretariado. As reuniões plenárias presenciais realizam-se em Montevidéu. A Delegação Permanente acompanha as discussões no Plenário e em algumas das Comissões e presta o apoio logístico à delegação brasileira. Durante minha gestão à frente da Delegação, o PARLASUL foi presidido, em 2017, por Sua Excelência o Deputado Arlindo Chinaglia, e é atualmente presidido por Sua Excelência o Deputado Celso Russomanno. Em razão da pandemia de COVID-19, as últimas reuniões do Parlamento se realizaram em formato virtual. Na sessão

plenária mais recente, realizada em 31/08/2021, o Presidente Celso Russomanno anunciou o início, em breve, das obras de recuperação e reforma do prédio que abriga o PARLASUL, em Montevidéu.

29. O PARLASUL tem sua composição baseada no princípio de "proporcionalidade atenuada". Tendo em conta a impossibilidade de cumprimento da Decisão CMC nº 11/14, que previa que todos os Estados Partes apresentassem, até 31 de dezembro de 2020, as condições necessárias à eleição direta de suas respectivas bancadas para o PARLASUL, o então presidente do órgão, em agosto de 2020, encaminhou recomendação de que se prorrogasse a etapa de transição até que cada Estado Parte, "de acordo com sua dinâmica eleitoral", possa ajustar suas agendas a fim de eleger, "com a brevidade possível", "e de modo direto", seus representantes. Com base no Acordo Político de 2009, Argentina e Paraguai, que elegem diretamente seus representantes para o PARLASUL, têm respectivamente 43 e 18 parlamentares nacionais; e Brasil e Uruguai, que indicam seus representantes a partir dos eleitos para seus parlamentos nacionais, têm 37 e 18 parlamentares, respectivamente. A Venezuela teria direito a 27 parlamentares, que atualmente não estão designados. Há ainda 9 parlamentares bolivianos, com direito a voz, mas não a voto.

30. Apesar de a Argentina ter elegido diretamente sua bancada em 2015, com mandato até 2019, não houve nova eleição desde então e, ao amparo do artigo 12 do regimento do PARLASUL, os parlamentares argentinos então eleitos seguem exercendo seus mandatos. No caso do Paraguai, em julho de 2020 o país decidiu deixar de realizar eleições diretas ao Parlamento do MERCOSUL. Dessa forma, a partir de 2023, o país voltará a indicar congressistas nacionais como seus representantes no PARLASUL.

31. O PARLASUL opera com orçamento anual pouco menor que US$ 3 milhões. Com a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, a distribuição das contribuições entre os Estados Partes passou a ser a seguinte: Brasil, 44%; Argentina, 24%; Paraguai, 16%; e Uruguai, 16%.

32. O PARLASUL, por meio de suas diferentes instâncias, mantém ativa agenda de relacionamento com outros parlamentos, autoridades governamentais, organizações internacionais e representantes da sociedade civil. Nesse sentido, ressalta-se, dentre outras ações: a visita de membros do PARLASUL ao estado de Roraima, em novembro de 2018, para conhecer a situação de migrantes venezuelanos na

região; a participação em foros interparlamentares, como a Assembleia Parlamentar Euro-Latino-americana; e o estabelecimento de convênios com instituições acadêmicas e organismos internacionais, como a OPAS. O Observatório da Democracia, criado em 2008 para contribuir para o fortalecimento dos objetivos previstos no Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático do MERCOSUL, realiza missões de observação e acompanhamento eleitoral a diversos países latino-americanos.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ALADI E AO MERCOSUL EM MONTEVIDÉU

Candidato: EMBAIXADOR ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Antonio José Ferreira Simões



Nascido no Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1960, o embaixador Antonio José Ferreira Simões graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília, ingressando no Instituto Rio-Branco em 1981. Especialista em temas econômico-comerciais e agrícolas, iniciou a carreira diplomática trabalhando na Divisão de Política Comercial. Sua primeira missão permanente no exterior foi na Delegação do Brasil em Genebra, em 1985, onde se ocupou de temas agrícolas na Rodada Uruguai (que deu origem à Organização Mundial do Comércio).

Foi coordenador das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), de 1999 a 2003, e Assessor Econômico do Ministro das Relações Exteriores, de 2003 a 2006. Foi Coordenador Nacional do MERCOSUL entre 2010 e 2015, período em que preparou três Presidências “pro tempore” brasileiras do bloco.

Em Brasília, trabalhou ainda como Assessor do Diretor de Organismos Internacionais (1993) e do Subsecretário-Geral de Planejamento Político (1993). Foi Secretário de Planejamento Político do Itamaraty (2005) e o primeiro Diretor do Departamento de Energia (2006), com forte atuação nas discussões sobre utilização do etanol. Ocupou a função de Subsecretário-Geral de América do Sul, Central e do Caribe, com responsabilidades econômicas e políticas em toda a América Latina, entre 2010 e o final de 2015.

No exterior, serviu na Delegação do Brasil em Genebra (1986), na Embaixada em Santiago (1990) e na Missão junto às Nações Unidas em Nova York (1995). Foi nomeado Ministro de Primeira Classe, com o título de Embaixador, em 2007. Atuou como Embaixador do Brasil em Caracas (2008-09) e em Madri (2015-18). Desde 2018, ocupa o cargo de Embaixador do Brasil em Montevidéu. É casado e tem dois filhos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO
Ser reconhecido como Posto fundamental para a integração regional em suas distintas vertentes (comercial, econômica e sociocultural), com ênfase na inserção competitiva do Brasil nas cadeias regionais e globais de valor, contribuindo, assim, para o desenvolvimento nacional.

MISSÃO DO POSTO
Assegurar a participação do Brasil e a promoção dos interesses nacionais em mecanismos de negociação e cooperação no âmbito da ALADI e do MERCOSUL, em consonância com o artigo 4º, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, participando ativamente do planejamento e da execução das iniciativas negociadoras e de cooperação em ambos os organismos.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Integracionismo.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Defender os interesses brasileiros nas negociações e demais iniciativas desenvolvidas na ALADI para fortalecer as relações comerciais e de integração do Brasil com os demais países-membros da Associação, tendo em vista, entre outros aspectos, a importância dos mercados regionais para as exportações brasileiras de produtos de maior valor agregado.
2. Manter e ampliar, quando necessário, a influência do Brasil nos processos negociadores e decisórios na ALADI e, onde couber, no MERCOSUL, a partir da representatividade adequada de nacionais brasileiros nos secretariados dessas entidades.
3. Participar e estimular a atuação brasileira nas iniciativas de promoção comercial desenvolvidas pela ALADI.
4. Assistir a Coordenação Nacional do Brasil no Grupo Mercado Comum (GMC) na defesa dos objetivos do Brasil nos órgãos decisórios do MERCOSUL.
5. Velar pelo bom encaminhamento dos interesses brasileiros no funcionamento da Secretaria do MERCOSUL e interagir com esse órgão, com o objetivo de robustecer os benefícios da integração regional para os operadores econômicos e para os cidadãos brasileiros.
6. Apresentar, por meio da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), iniciativas ao Conselho do Mercado Comum sobre temas relativos ao processo de integração, às negociações externas e à conformação do mercado comum.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Participar ativamente das iniciativas de promoção comercial lançadas pela ALADI:**

   - *Atuação nas rodadas de negócios desenvolvidas pela Secretaria-Geral da ALADI, tanto em setores específicos como no marco da macrorrodada de negócios regional - a EXPO ALADI.*
   - *Difusão da plataforma "PMEs Latinas, Ótimos Negócios" como ferramenta de apoio à internacionalização das pequenas e médias empresas dos países-membros.*
   - *Articulação do apoio de instituições brasileiras, como APEX e SEBRAE, às rodadas de negócios desenvolvidas pela Secretaria-Geral da ALADI, em prol dos interesses exportadores das PMEs brasileiras.*

2. **Apoiar a implementação do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC pelos países-membros da ALADI:**

   - *Realização de reuniões periódicas das autoridades dos conselhos nacionais de facilitação de comércio dos países-membros, para intercâmbio de experiências e aperfeiçoamento de procedimentos em benefício das exportações brasileiras para os demais países-membros da ALADI.*

3. **Apoiar a implementação do Acordo-Quadro para Superação de Barreiras Técnicas da ALADI (AAR-8):**

   - *Realização de reuniões regulares da Comissão Administradora do AAR-8 e em nível técnico, para difusão e intercâmbio de boas práticas e avaliação da possibilidade de convergência regulatória progressiva entre os países-membros, partindo de setores específicos, de modo a facilitar as exportações brasileiras para os mercados da região.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta 1. Indicadores:

- **Número de empresas brasileiras participantes em rodadas de negócios promovidas pela Secretaria-Geral da ALADI;**
- **Número de empresas brasileiras participantes na macrorrodada de negócios EXPO ALADI.**

Meta 2. Indicador:

- **Número de eventos de articulação dos conselhos nacionais de facilitação do comércio dos países-membros da ALADI.**

Meta 3. Indicadores:

- **Número de reuniões da Comissão Administradora do AAR-8;**
- **Número de reuniões de especialistas em barreiras técnicas dos países-membros da ALADI;**
- **Número de rodadas negociadoras de acordos para mitigação de barreiras técnicas ao comércio de bens dos países-membros da ALADI em setores específicos.**

II - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Apoiar o aperfeiçoamento do sistema de compilação de estatísticas regionais de comércio de bens e serviços da ALADI:**

   - *Realização de reuniões de especialistas em dados estatísticos do comércio exterior de bens e serviços de países-membros da ALADI, como plataforma de coordenação técnica e intercâmbio de conhecimento.*

2. **Promover os interesses brasileiros nas deliberações da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL:**

   - *Acompanhamento das questões relacionadas à gestão ou à implementação de mandatos específicos dos órgãos decisórios do MERCOSUL relacionados à atualização do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, à execução da política comunicacional do bloco, ao monitoramento da produtividade dos foros do MERCOSUL e à celebração de convênios, entre outros mandatos.*

3. **Acompanhar o funcionamento da Secretaria do MERCOSUL:**

   - *Reuniões periódicas com o Diretor da Secretaria do MERCOSUL e demais Representações Permanentes dos Estados Partes em Montevidéu para verificar a situação orçamentária e financeira da Secretaria.*

4. **Apoio à participação da Representação Brasileira junto ao PARLASUL nas reuniões do órgão e acompanhamento de suas sessões em Montevidéu:**

   - *Apoio à participação dos parlamentares brasileiros que integram o Parlamento do MERCOSUL e acompanhar as sessões do colegiado que se realizam, regularmente, em Montevidéu.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta 1. Indicadores:

- **Número de reuniões de especialistas em dados estatísticos do comércio exterior de bens dos países-membros da ALADI;**
- **Número de reuniões de especialistas em dados estatísticos do comércio exterior de serviços dos países-membros da ALADI.**

Meta 2. Indicador:

- **Número de encontros de trabalho com o Diretor da Secretaria do MERCOSUL.**

Meta 3. Indicador:

- **Número de reuniões da CRPM e de seus Grupos de Trabalho acompanhadas pela Delegação.**

Meta 4. Indicador:

- **Número de expedientes com registro de apoio prestado à delegação parlamentar brasileira no PARLASUL.**

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa do Brasil, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DE GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Assegurar, sempre que seja adequado, que a imagem do país seja veiculada de maneira apropriada na política comunicacional da ALADI e da Secretaria do MERCOSUL:**
   - *A Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL buscará contribuir para que seja contemplada a valorização da imagem do país, da cultura brasileira, da língua portuguesa do Brasil e da marca Brasil em todas as atividades das quais participe, nos âmbitos da ALADI e do MERCOSUL, inclusive por meio do uso do idioma português como língua oficial de trabalho.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta 1. Indicador:

- **Número de publicações e realização de postagens em redes sociais do MERCOSUL e da ALADI que reflitam as prioridades brasileiras em termos de promoção de imagem do país.**

IV - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente, incluindo mudança do clima;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para a execução das Tarefas Prioritárias da Agenda de Trabalho do Subgrupo de Trabalho no 6 - Meio Ambiente (SGT 6), que incluem os temas de competitividade e meio ambiente; produção e consumo sustentável dentre outros.

- *Apoio à realização de reuniões dos grupos ad hoc subordinados ao SGT-6 que tratam de temais ambientais, tais como o Grupo ad hoc sobre o Sistema de Informação Ambiental do MERCOSUL; o Grupo ad hoc sobre gestão ambiental de substâncias e produtos químicos; o Grupo ad hoc de luta contra a desertificação etc.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta 1. Indicadores:

- **Número de reuniões dos grupos ad hoc subordinados ao SGT-6.**
- **Número de outras iniciativas relacionadas a temas ambientais, como seminários e workshops com a participação de especialistas dos países-membros do MERCOSUL.**

V - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Estimular a modernização da agenda temática da ALADI, por meio da coordenação do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas e com especial foco em serviços baseados em conhecimento, comércio eletrônico e investimentos, de forma a propiciar a atualização e a convergência regulatória nos mercados regionais e favorecer oportunidades de comércio para empresas brasileiras:**

    - *Realização de reuniões semestrais de funcionários governamentais especialistas em serviços baseados em conhecimento.*
    - *Mapeamento de aspectos regulatórios relevantes para o comércio de serviços baseados em conhecimento.*
    - *Oferta de curso de capacitação para pequenas e médias empresas interessadas no comércio de serviços baseados em conhecimento.*
    - *Organização de seminários com especialistas nas diversas vertentes relacionadas a comércio eletrônico (por exemplo, tributação, logística e regulação)*
    - *Oferta de curso de capacitação para pequenas e médias empresas interessadas em comércio eletrônico.*
    - *Reuniões periódicas de especialistas em aspectos regulatórios de investimentos e discussão de modelos negociadores para convergência regulatória e harmonização de padrões.*

2. **Apoiar a consolidação do sistema de Certificação de Origem Digital (COD) da ALADI**

    - *Difusão do mecanismo de elaboração e transmissão eletrônica de certificados de origem às entidades habilitadas, a importadores e*

aduanas, de modo a facilitar os procedimentos alfandegários em operações comerciais e mitigar os custos de exportações brasileiras para os demais países-membros da ALADI.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta 1. Indicadores:

- **Número de reuniões do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas da ALADI;**
- **Número de reuniões de funcionários governamentais dos países-membros da ALADI especialistas em serviços baseados em conhecimento;**
- **Número de cursos de capacitação para pequenas e médias empresas dos países-membros da ALADI interessadas no comércio de serviços baseados em conhecimento;**
- **Número de seminários com especialistas dos países-membros da ALADI em comércio eletrônico;**
- **Número de cursos de capacitação para pequenas e médias empresas dos países-membros da ALADI interessadas em comércio eletrônico;**
- **Número de eventos para discussão de modelos regulatórios para investimentos dos países-membros da ALADI.**

Meta 2. Indicador:

- **Número de eventos para difusão do sistema de Certificação de Origem Digital (COD) da ALADI**

VI - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Apoiar a gestão do Sistema de Apoio a Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDERs) da ALADI**

   - *Capitalização do apoio a projetos de fortalecimento institucional, assistência técnica, capacitação e elaboração de estudos para favorecer e estimular a participação dos PMDERs no processo de integração regional no marco da Associação.*

2. **Supervisionar o funcionamento do FOCEM**

   - *Revisão e aprovação de auditorias e relatórios de desenvolvimento dos projetos do FOCEM.*
   - *Cumprimento do Regulamento do FOCEM.*
   - *Acompanhamento da execução orçamentária e financeira da carteira de projetos do FOCEM.*
   - *Supervisionarmento da atuação da Unidade Técnica FOCEM no acompanhamento e avaliação do desenvolvimento de projetos.*

- *Apoio à representatividade brasileira na Unidade Técnica FOCEM.*
- *Manutenção da interlocução com a Unidade Técnica Nacional FOCEM do Brasil para acompanhar os projetos brasileiros no FOCEM, bem como os plurilaterais dos quais o país participe.*
- *Decisão sobre os investimentos dos recursos do FOCEM, em especial na gestão pelo FONPLATA, e tratamento das possibilidades de cooperação técnica e financeira no quadro de acordos fiduciários.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta 1. Indicador:

- **Número de projetos aprovados no marco do Sistema de Apoio aos PMDERs da ALADI.**

Meta 2. Indicadores:

- **Número de reuniões do Grupo Técnico FOCEM;**
- **Número de reuniões da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL.**

VII - Cooperação fronteiriça

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Apoiar a implementação do Acordo de Transporte Internacional Terrestre (ATIT)**
    - *Participação nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do ATIT e nas reuniões negociadoras de protocolos específicos, como os de solução de controvérsias e facilitação aduaneira.*
    - *Estímulo do uso do ATIT como plataforma para coordenação da prestação de serviços de transporte terrestre rodoviário de cargas e passageiros entre os países signatários do acordo, em particular no caso de emergências como a crise sanitária da pandemia de COVID-19.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta 1. Indicadores:

- **Número de reuniões da Comissão de Acompanhamento do ATIT;**
- **Número de reuniões negociadoras de aspectos específicos do ATIT.**

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

PARECER Nº , DE 2021

SF/21494.16563-02

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 51, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul*.

Relator: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

É submetida ao exame desta Casa a indicação que o Exmo. Sr. Presidente da República faz do Senhor ANTONIO JOSÉ FERREIRA SIMÕES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor Antonio José Ferreira Simões, nascido em 14 de julho de 1960 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, é filho de Walter Simões e Norma de Jesus Ferreira Simões.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1981 e ingressou na carreira, no posto de Terceiro-Secretário, no ano seguinte. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco atendeu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) e de Altos Estudos (CAE), tendo defendido, nesse último, a tese intitulada "A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica".

O diplomata indicado tornou-se Segundo-Secretário em 1986; Primeiro-Secretário em 1993; Conselheiro em 1998; Ministro de Segunda Classe em 2003; e Ministro de Primeira Classe em 2007. Todas as promoções por merecimento.

Ao longo de sua carreira, exerceu diversas funções. Entre as desempenhadas na Chancelaria e na Administração Pública Federal, merecem destaque as de assessor do Departamento de Organismos Internacionais (1993); assessor da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político (1993-1995); Chefe do Núcleo de Coordenação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA (1999-2001); Coordenador-Adjunto e Geral da Coordenação-Geral para as Negociações da ALCA (2001-2003); assessor no Gabinete do Ministro de Estado (2003-2005); Chefe da Secretaria de Planejamento Diplomático (2005-2006); Diretor do Departamento de Energia (2006-2008); e Representante do Ministério das Relações Exteriores junto à ITAIPU Binacional (2010-2013).

No exterior, serviu como Primeiro-Secretário na Missão junto à Organização das Nações Unidas – ONU (1995-1999); Embaixador em Caracas (2008-2010); Embaixador em Madri (2015-2018); e Embaixador em Montevidéu (2018-presente).

Foi, ainda, chefe de inúmeras delegações, bem como de relevantes missões brasileiras ao longo de sua profícua carreira. O indicado foi, por igual, merecedor de importantes condecorações.

Ainda em conformidade com preceito regimental, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a ALADI e o Mercosul. E, em atendimento à decisão do Plenário desta Comissão, foi juntado o relatório de

SF/21494.16563-02

gestão da Chefe de Posto em final de missão, Embaixador Bruno de Rísios Bath.

A ALADI, estabelecida pelo Tratado de Montevidéu, em 1980, com sede naquela cidade, conta atualmente com 13 membros (Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela e Uruguai), sendo o Brasil um de seus membros fundadores. Cuida-se do principal arcabouço jurídico-institucional da integração econômico-comercial na América Latina, que prevê a criação progressiva e gradual de mercado comum latino-americano, mediante os seguintes mecanismos: i) preferência tarifária regional (PTR), que é comum a todos ao países-membros e diferenciado conforme o nível de desenvolvimento; ii) acordos de alcance regional (AR), comuns a todos os países-membros; e iii) acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da área.

O Produto Interno Bruto dos países da ALADI é de US$ 4,69 trilhões (2016). O intercâmbio do Brasil com a ALADI totaliza US$ 49,17 bilhões (2020).

Vale lembrar que a ALADI tem como precursora a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960, com o objetivo de conformar uma ambiciosa área de livre comércio na América Latina, sob a influência do pensamento desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Desde a década de 1990, as negociações no âmbito da ALADI estão centradas em acordos de alcance parcial bilaterais ou plurilaterais – e não em amplas rodadas multilaterais – sobretudo os chamados Acordos de Complementação Econômica (ACEs), que liberalizam o comércio apenas entre alguns países-membros.

Nesse processo de integração econômico-comercial da ALADI, o Brasil tornou-se protagonista, tendo celebrado importantes acordos nas últimas duas décadas. Desse modo, a região consolidou-se como espaço de relevância para o comércio exterior brasileiro e esses acordos servem de instrumentos de promoção e consolidação de exportações brasileiras de maior valor agregado.

Sobre o Mercosul, o documento informativo do Itamaraty lembra que o bloco nasceu no início dos anos noventa, na esteira da aproximação entre Brasil-Argentina, ocorrida na década precedente, dentro

SF/21494.16563-02

do contexto de redemocratização, reforma econômica e superação das hipóteses de conflito. Em 1991, Paraguai e Uruguai somaram-se às duas maiores economias da região para instituir o Mercosul. Posteriormente, a Venezuela. Além disso, como associados, estão Bolívia (desde 1996, em processo de adesão), Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (desde 2015).

Os acordos fundamentais do bloco são o Tratado de Assunção, de 1991, que o criou; o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, que definiu o arcabouço institucional dos principais órgãos do Mercosul, bem como sua personalidade jurídica; o Protocolo de Olivos sobre Solução de Controvérsias (2002); o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998); o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (2005); e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul (2005).

Do ponto de vista institucional, o Protocolo de Olivos e a instituição do Parlamento do Mercosul são considerados grandes avanços na última década. O estabelecimento do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em 2005, marcou, por sua vez, nova etapa no tratamento das assimetrias no âmbito do bloco.

Por fim, destacamos excertos sobre o FOCEM e o Parlasul do Embaixador BRUNO DE RÍSIOS BATH, em final de missão no posto:

> 16. Os trabalhos da Delegação Permanente do Brasil no que se refere ao MERCOSUL concentram-se na Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), em cumprimento aos mandatos recebidos do Grupo Mercado Comum (GMC). Nesse contexto, destaca-se o acompanhamento e a supervisão do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).
>
> 17. O FOCEM foi criado para promover a competitividade e a coesão social dos Estados Partes, reduzir as assimetrias econômico-sociais em regiões menos desenvolvidas, impulsionar a convergência estrutural e fortalecer a estrutura institucional do MERCOSUL. Estabelecido pelas Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 45/04 e nº 18/05, o FOCEM encontra-se em efetivo funcionamento desde 2007. Sua carteira de projetos alcança investimentos de US$ 1,55 bilhão, com mais de US$ 1 bilhão de recursos comunitários. Entre os projetos contemplados incluem-se a construção ou recuperação de estradas, ferrovias, linhas de transmissão elétrica, casas populares, obras de saneamento básico, capacitação de pequenas e médias empresas, educação e fomento à ciência, tecnologia e inovação.

SF/21494.16563-02

(...)

32. O PARLASUL, por meio de suas diferentes instâncias, mantém ativa agenda de relacionamento com outros parlamentos, autoridades governamentais, organizações internacionais e representantes da sociedade civil. Nesse sentido, ressalta-se, dentre outras ações: a visita de membros do PARLASUL ao estado de Roraima, em novembro de 2018, para conhecer a situação de migrantes venezuelanos na região; a participação em foros interparlamentares, como a Assembleia Parlamentar Euro-Latino-americana; e o estabelecimento de convênios com instituições acadêmicas e organismos internacionais, como a OPAS. O Observatório da Democracia, criado em 2008 para contribuir para o fortalecimento dos objetivos previstos no Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático do MERCOSUL, realiza missões de observação e acompanhamento eleitoral a diversos países latino-americanos.

SF/21494.16563-02

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador Zequinha Marinho, Relator

9

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ORLANDO LEITE RIBEIRO*
CPF.: 994.344.077-53
ID: 8086 MRE

1966	Filho de Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro e Elizabeth de Souza Dantas Strauss, nasce em 7 de junho, em Paris, França (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1991	Ciências Econômicas pela Faculdade Cândido Mendes/RJ
Cargos:	
1993	Terceiro-secretário
1999	Segundo-secretário
2003	Primeiro-secretário, por merecimento
2007	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe, por merecimento
2017	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1993-94	Divisão da África I, assistente
1994-95	Divisão da África II, assistente
1995	Embaixada em Harare, encarregado de negócios em missão transitória
1995-96	Divisão de Política Financeira, assistente
1996-97	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e Comércio Exterior, assessor
1997-00	Consulado-Geral em Nova York, terceiro-secretário e segundo-secretário
2000-04	Embaixada em Assunção, segundo-secretário
2004-06	Divisão de Integração Regional, assistente
2006-07	Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
2008-11	Embaixada em Washington, conselheiro
2011-15	Divisão de Agricultura e Produtos de Base, chefe
2016	Divisão de China e Mongólia, chefe
2016-18	Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos, diretor
2018-	Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, secretário
Condecorações:	
	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2021

(nº 569/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

AUTORIA: Presidência da República

Página da matéria

MENSAGEM Nº 569

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ORLANDO LEITE RIBEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ORLANDO LEITE RIBEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.

EM nº 00222/2021 MRE

Brasília, 28 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ORLANDO LEITE RIBEIRO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **POMPEU ANDREUCCI NETO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **ORLANDO LEITE RIBEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 904/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 –– Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DIVISÃO DE EUROPA III

ESPANHA



OSTENSIVO

Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Espanha
CAPITAL	Madri
ÁREA	505.370 km^2
POPULAÇÃO	47 milhões de habitantes
IDIOMAS	Castelhano, catalão, galego, valenciano, basco e aranês
RELIGIÃO	Católica Romana (94%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentar
LEGISLATIVO	Bicameral (Cortes Generales): Congresso dos Deputados (*Congreso de los Diputados*) e Senado (*Senado*)
CHEFE DE ESTADO	Rei Felipe VI (desde junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente de Governo Pedro Sánchez (desde junho de 2018)
CHANCELER	José Manuel Albares (desde julho de 2021)
PIB nominal (2020)	US$ 1,28 trilhão
PIB PPP (2021, est)	US$ 1,92 trilhão
PIB nominal *per capita* (2020)	US$ 27.130
PIB PPP *per capita* (2021, est)	US$ 41.546
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	6,2% (2021, est); -11% (2020); 2% (2019); 2,6% (2018); 3,0% (2017); 3,2% (2016); 3,6% (2015)
IDH (2019)	0,904 - 25º lugar (PNUD)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)	83,6 anos (PNUD)
ALFABETIZAÇÃO (2018)	99,72% (UNESCO)

ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	16,8% (FMI)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR NO BRASIL	Fernando García-Casas
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	80.480 (regulares ou não, segundo Instituto Nacional de Estatística da Espanha de 2018), sendo 36.689 também cidadãos da União Europeia.
EMBAIXADOR NA ESPANHA	Pompeu Andreucci Neto

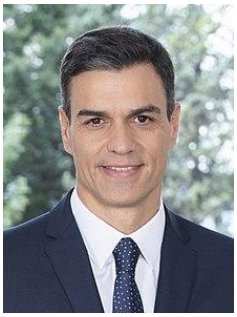
PERFIS BIOGRÁFICOS

REI FELIPE VI



O **Rei Felipe VI** (Felipe Juan Pablo Alfonso de Todos los Santos de Borbón y de Grecia) é o terceiro filho do Rei Juan Carlos e da Rainha Sofía. Nasceu em Madri, em 30 de janeiro de 1968. Em 1993, graduou-se em Direito pela Universidade Autônoma de Madri. Em 1995, completou mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown. Em 2004, casou-se com Letizia Ortiz Rocasolano. Em 19 de junho de 2014, fez o juramento previsto no artigo 61 da Constituição da Espanha e foi proclamado Rei diante do Parlamento, assumindo o nome de Felipe VI.

PRESIDENTE DE GOVERNO, PEDRO SÁNCHEZ



Pedro Sánchez. Nasceu em Madri, em 29 de fevereiro de 1972. Formado em Economia, trabalhou como professor universitário e assessor no Parlamento Europeu. Foi eleito deputado pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) em 2009, reeleito em 2013. Durante as eleições gerais ocorridas em abril de 2019, o PSOE foi vitorioso tanto no Congresso quanto no Senado. Fortemente europeísta, tendo feito doutorado com tese sobre diplomacia europeia. É casado e tem duas filhas. Fluente em inglês e francês**.**

MINISTRO DOS ASSUNTOS EXTERIORES, UNIÃO EUROPEIA E COOPERAÇÃO, JOSÉ MANUEL ALBARES



José Manuel Albares Bueno. Nascido em Madri, em 1972. É licenciado em direito pela Universidade de Deusto. Ao longo de sua carreira diplomática, desempenhou os cargos de Cônsul Geral na Colômbia, Representante Permanente junto à OCDE e Embaixador na França. De junho de 2018 a fevereiro de 2020, ocupou o cargo de Secretário Geral de Assuntos Internacionais, União Europeia, G20 e Segurança Global no Gabinete do Presidente de Governo, Pedro Sánchez, atuando como *sherpa* espanhol tanto junto à UE como junto ao G20. Tem como um dos objetivos de sua gestão intensificar relações com países do norte da África e da "Iberoamérica". Possui 4 filhos.

Comércio Bilateral - Fonte: MECON (US$ bilhões)

Brasil → Espanha	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	6,4	5,2	6,7	8,2	7,0	6,6
Exportações	2,9	2,6	3,8	5,1	4,0	4,0
Importações	3,5	2,6	2,9	3,1	3,0	2,6
Saldo	-0,556	0,038	0,963	2,0	1,21	1,4

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve estreitamento contínuo do relacionamento bilateral, marcado por forte imigração de espanhóis para o Brasil, na primeira metade do século XX e, a partir da década de 1990, pelos investimentos espanhóis no Brasil. Atualmente, o componente econômico representa eixo essencial da relação.

A comunidade brasileira na Espanha soma mais de 80 mil residentes cadastrados, sendo que cerca de 40 mil são também cidadãos da Comunidade Europeia. Do total de residentes, cerca de 25 mil são homens e 55 mil são mulheres.

A relação alcançou patamar superior com a assinatura, em 2003, do Acordo de Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha. Em 2005, foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica), que previa reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades

das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração. Em novembro de 2012, com a Declaração de Madri, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político, com vistas a garantir uma avaliação permanente da relação bilateral, além de estruturar o diálogo político.

A mais recente visita oficial de Chefe de Governo ocorreu com a vinda do então Presidente de Governo Mariano Rajoy ao Brasil, em 24 de abril de 2017, sendo a culminação de encontros ministeriais, ocorridos em novembro de 2016, por ocasião da visita do então Chanceler José Serra à Espanha. Durante o evento, foi aprovada nova Declaração Conjunta, contendo plano de ação que passou a orientar a agenda bilateral em suas diversas áreas temáticas. Segundo a Declaração, "o Presidente Mariano Rajoy convidou o Presidente Michel Temer a visitar a Espanha, o que foi aceito pelo mandatário brasileiro, em data a ser determinada de acordo com a conveniência mútua." Por ocasião da visita de Rajoy, o então Presidente Temer reiterou convite dirigido ao rei Felipe VI para que visitasse o Brasil.

A última visita de Chefe de Estado da Espanha ao Brasil foi de D. Felipe, ainda na condição de Príncipe das Astúrias, em março de 2014, quando manteve em São Paulo compromissos com empresários e autoridades locais. O lado brasileiro reiterou o convite ao monarca por meio de carta do Presidente Jair Bolsonaro encaminhada em fevereiro de 2020. Após a eclosão da pandemia de COVID-19, o assunto permaneceu em suspenso, até ser renovado em carta do Presidente Bolsonaro parabenizando o rei pelo sexto ano de reinado. Em julho de 2020, a Secretária-Geral da chancelaria espanhola mencionou ao Embaixador brasileiro em Madri que “conviria retomar” a ideia da viagem do rei ao Brasil.

Em relação a outras recentes visitas de autoridades, a então Presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, Ana Pastor, esteve no Brasil para a posse do Presidente Jair Bolsonaro. O então Ministro do Turismo, Marcelo Henrique Teixeira Dias, manteve, em Madri, em maio de 2019, reunião com o CEO do grupo turístico espanhol Globalia, Javier Hidalgo, com o Secretário-Geral da Organização Mundial

do Turismo (OMT), Zurab Pololikashvili, e com a Secretária de Estado de Turismo da Espanha, Isabel Olivera. O Ministro Marcos Pontes (MCTIC) manteve reunião, em Barcelona, em fevereiro de 2019, com seu homólogo espanhol, Pedro Duque. Houve encontro bilateral entre o ex-ministro Ernesto Araújo e o então chanceler espanhol Borrell durante a 74ª AGNU, em setembro de 2019.

Em fevereiro de 2020, houve ligação telefônica entre o Ministro Carlos Alberto Franco França e a então Ministra Arancha González, seguido de diversos contatos ministeriais por videoconferência ao longo do ano. O então Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, realizou viagem oficial à Espanha, de 26 de fevereiro a 2 de março, acompanhado de delegação parlamentar. No dia 27/02, Rodrigo Maia manteve audiência com o Rei Felipe VI no Palácio da Zarzuela.

Em 2021, o Ministro de Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França conversou por telefone com a então Ministra de Assuntos Exteriores, Arancha González, no mês de abril. Em maio, a ex-Ministra Arancha visitou Brasília, oportunidade em que teve lugar reunião da Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha. Na ocasião, o Ministro Carlos Alberto Franco França agradeceu ao governo espanhol a doação de medicamentos para intubação para os hospitais brasileiros e reiterou a intenção de trabalhar de forma coordenada com a Espanha para a distribuição tempestiva e a promoção de vacinas seguras, eficazes e acessíveis. Foram também passadas em revista as perspectivas dos diálogos setoriais da Parceria Estratégica, com destaque para os campos econômico-comercial, de ciência e tecnologia e cooperação. Discutiu-se o fortalecimento de iniciativas de cooperação técnica entre a Agência Brasileira de Cooperação e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Adicionalmente, foi estabelecida a Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha, com o objetivo de conferir organicidade à densa relação bilateral e assegurar agilidade na implementação dos compromissos assumidos em amplo espectro temático. A Comissão Permanente elaborará um "mapa do caminho" com metas e iniciativas prioritárias para os

diálogos setoriais. A ex-Ministra Arancha González foi recebida pelo Senhor Presidente da República em audiência em 6 de maio. Manteve ainda encontros com o Ministro do Desenvolvimento Regional, com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o Ministro da Economia e com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Mecanismos Bilaterais Existentes

A Comissão Ministerial de Diálogo Político, inaugurada em 2014, é o principal instrumento de consultas bilaterais regulares. É chefiada por ambos os ministros. Na visita do ex-Presidente Rajoy ao Brasil, foi acordado que a Comissão deverá reunir-se a cada dois anos, alternadamente em cada país, sem prejuízo da possibilidade de os ministros manterem consultas mais frequentes, quando necessário. A mais recente edição do diálogo ocorreu em maio de 2021.

De acordo com a declaração presidencial de 2017, nos intervalos entre reuniões da Comissão Ministerial, serão realizadas consultas entre o Secretário de Estado de Cooperação Internacional e para Ibero-américa (SECIPI) da Espanha e o Secretário-Geral de Relações Exteriores do Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Não houve, ainda, reunião inaugural nesse nível. Com a alteração estrutural do organograma do Ministério dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação espanhol, entende-se que as reuniões entre o Secretário-Geral seriam mantidas com o Secretário de Estado de Assuntos Exteriores para Ibero-américa, consoante ligação telefônica realizada em maio de 2020.

A última edição da reunião de Consultas Políticas, em nível de SG (Secretário-Geral), teve lugar em Brasília, em março de 2015.

Os demais mecanismos bilaterais são:

Comissão Permanente Bilateral (CPB) Brasil-Espanha - estabelecida em maio de 2021, tem como objetivo conferir maior organicidade à densa relação bilateral e assegurar agilidade na implementação dos compromissos assumidos em amplo espectro temático, seguindo o modelo já existente da CPB Brasil-Portugal. A CPB pretende ser instância superior de subcomissões temáticas, que deverão subsidiar os encontros da CPB e da Comissão Ministerial. O Memorando de Entendimento que estabeleceu a CPB não definiu o nível de autoridade a presidir suas reuniões, de forma a flexibilizar futuras reuniões do mecanismo. Não obstante, o Ministro José Manuel Albares, em sua missiva, indicou interesse em que a CPB fosse realizada em nível ministerial. A realização da primeira edição em nível de chanceleres simbolizaria a prioridade dada tanto ao mecanismo como ao relacionamento bilateral.

Comissão Mista de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação - houve primeira reunião em Brasília, em novembro de 2017. No âmbito da Comista, há grupos de trabalho para tratamento de temas de biotecnologia, saúde, nanotecnologia, energia, cidades inteligentes e indústria 4.0.

Comissão Mista de Defesa - último encontro realizado em novembro de 2016.

Grupo de Trabalho Bilateral de Cooperação Industrial para Defesa – inaugurado em setembro de 2015.

Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos e Infraestrutura – última reunião em dezembro de 2019.

Comissão Mista de Educação e Cooperação - ainda não se reuniu.

Há interesse no estabelecimento dos seguintes mecanismos:

Comissão Mista de Interior, Justiça e Segurança - estabelecido no Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, firmado em Madri, em 25 de junho de 2007, promulgado em 2013. Ainda não houve nenhuma reunião, mas há interesse do Ministério da Justiça.

Mecanismo de Cooperação Técnica entre a ABC e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do Reino da Espanha - em janeiro de 2019, o Embaixador espanhol levantou a ideia de "estabelecimento de comissão específica Brasil-Espanha de cooperação técnica" ao Diretor da ABC, mas não houve estabelecimento formal do mecanismo. Atualmente, a ABC e a Espanha estão em processo de negociação de Memorando de Entendimento para a cooperação em defesa civil e proteção ao meio ambiente mediante projetos nas seguintes áreas prioritárias: identificação e análise de riscos naturais; gestão de riscos naturais e implantação de normativas pertinentes; medidas preventivas estruturais e não estruturais diante de riscos naturais; fenômenos meteorológicos adversos em defesa civil; modelos de simulação aplicados à análise de riscos naturais; coordenação de emergências a partir de centros nacionais de operações; respostas a desastres; operações de extinção de incêndios florestais e inundações; assistência psicossocial em situações de riscos, emergências e catástrofes; e informação e promoção da cultura preventiva em comunidades e em situações de risco e escolas.

POLÍTICA INTERNA

O Reino da Espanha é uma monarquia parlamentar, na qual a chefia do Estado está a cargo do monarca, o Rei Felipe VI, que também cumpre o papel de árbitro do funcionamento estável das instituições e de símbolo de unidade nacional. O Parlamento é denominado “Cortes Gerais” e se compõe de duas casas, o Senado e o Congresso dos Deputados. A chefia do Executivo está a cargo do presidente de Governo, cuja nomeação, pelo Rei, após as eleições-gerais, depende de votação da maioria do Congresso dos Deputados.

Pedro Sánchez (Partido Socialista Obrero Español - PSOE em janeiro de 2020, formou o primeiro governo de coalizão nos 40 anos da democracia espanhola. Durante as prorrogações dos “estados de alarme” em decorrência da pandemia de Covid-19, o governo utilizou-se de configurações de geometria variável, ora com apoio da base parlamentar que permitiu a investidura, ora com apoio de partidos de oposição, como foi o caso do Ciudadanos.

A posse, em 12/7, de José Manuel Albares no cargo de Ministro de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação confirma o foco “europeísta" da administração Pedro Sanchéz, tendo em conta a experiência prévia de mais de dois anos do chanceler como sherpa espanhol tanto junto à UE como junto ao G20. Poucas semanas após sua posse, Albares promoveu mudanças na estrutura do Ministério, dentre as quais se destacam a recriação de Secretaria de Estado dedicada aos assuntos de Ibero-América e Caribe, a qual terá entre suas competências a promoção do idioma espanhol do exterior, uma das prioridades delineadas pelo chanceler em seu discurso de posse.

POLÍTICA EXTERNA

Há grande interesse por parte da diplomacia espanhola no sentido de evidenciar aos parceiros da UE que, além de nutrir laços e interesses compartilhados com a Europa, a Espanha possui forte ligação com países latino-americanos. A Espanha é um dos principais investidores na região, com forte presença em setores como construção, energia e telecomunicações. O Brasil é o principal destino dos investimentos espanhóis na América Latina, com 40% do total. A Espanha reivindica o papel de facilitador dos contatos entre América Latina e União Europeia, já que percebe sua proximidade com a região como capital político que alavanca sua influência e seu status político em Bruxelas.

A União Europeia constitui o núcleo da política externa espanhola. A Espanha é um dos principais fiadores do projeto de integração, e a UE constitui um de seus principais referentes políticos e econômicos, embora o país tenha ingressado tardiamente no bloco, em 1986. Na condição de 4ª principal economia da Zona do Euro e detentora da 5ª maior população, a Espanha aspira a assumir posições de maior destaque na liderança de temas comunitários. A Chancelaria espanhola costuma sublinhar agendas específicas como Política de Vizinhança Euromediterrânea e o Diálogo Birregional União Europeia-CELAC, bem como sua postura construtiva no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

Desde o início de sua gestão à frente do Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação, o chanceler José Manuel Albares tem defendido ação exterior que permita reposicionamento do país frente a parceiros estratégicos, algo que teria sido evidenciado, segundo sua análise, pela contribuição da Espanha para a retirada de Cabul de ocidentais e cidadãos afegãos durante a tomada de poder pelo Talibã no Afeganistão. Tais acontecimentos teriam demonstrado aos EUA que a Espanha é um "sócio confiável", conforme mencionou o chanceler em entrevista ao periódico "La Vanguardia" em 29/08. O governo espanhol tem buscado, igualmente, intensificar seu protagonismo nas altas instâncias comunitárias, juntamente com

intensa agenda internacional do Presidente Pedro Sánchez no âmbito europeu, para elevar a capacidade da Espanha de influir em temas-chave como o Pacto de Migração e Asilo, o Fundo de Recuperação Europeu, a cooperação com os países do Mediterrâneo e com o continente africano, e as relações com a América Latina (Acordo Mercosul-UE e Venezuela).

No contexto da crise sanitária internacional, a Espanha vem buscando papel de liderança no âmbito da UE, especialmente no que tange à aprovação de orçamento plurianual expansionista para o bloco, enfrentando a oposição dos países ditos "do Norte" ou "frugais" (especialmente Países Baixos e Suécia) que seriam contrários à concessão de doações aos países que mais sofreram com a pandemia (chamados "do Sul"). Nesse contexto, a Espanha vem se aproximando dos países do MED7 (França, Espanha, Chipre, Itália, Malta e Portugal). O grupo foi estabelecido informalmente em 2013, tendo realizado sua sétima cúpula de Chefes de Estado em 2020, ocasião em que se tratou, entre outros temas, de posição coordenada perante atividades da Turquia no Mediterrâneo Oriental e do apoio ao plano europeu de recuperação econômica – "Next Generation EU".

Segundo a "Estratégia de Acción Exterior 2021-2024", publicada em janeiro de 2021, a Espanha coloca o Brasil entre as prioridades dos relacionamentos bilaterais do país. O documento destaca o Brasil como país de associação estratégica e prevê novos impulsos aos mecanismos de consultas políticas e à retomada dos contatos de alto nível. O texto afirma que a Espanha apoiará o ingresso do Brasil na OCDE e prosseguirá com planos de investimentos espanhóis em infraestrutura e desenvolvimento regional. A Espanha buscará trabalhar em conjunto com o Brasil na luta contra as mudanças climáticas, a preservação da floresta amazônica, assim como a proteção de minorias étnicas.

A "Estratégia" determina quatro eixos substantivos da política externa espanhola nos próximos anos: i) direitos humanos, democracia, segurança, feminismo e

diversidade; ii) economia e sociedade integrada, justa e equitativa; iii) planeta mais sustentável, resiliente, habitável e verde; iv) integração regional e multilateralismo reforçados.

Ainda que condicionada pela evolução e pelos resultados obtidos no combate à pandemia de COVID-19, a aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2021 e a recente aprovação da Estratégia de Ação Exterior 2021-2024 tendem a conferir impulso às iniciativas de ação exterior espanholas. O Orçamento Geral garantiu incremento de 17% dos recursos alocados à pasta das Relações Exteriores em 2021. A contribuição voluntária espanhola a organismos das Nações Unidas, por exemplo, deverá ser mais de dez vezes superior à de 2020 (passou de EUR 3,2 milhões para EUR 39,2 milhões em 2021); e a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento foi elevada em 20%.

A Estratégia de Ação Exterior 2021-2024, aprovada em 27/4 pelo Conselho de Ministros, reúne prioridades e objetivos setoriais e geográficos de ação exterior no médio prazo. O texto prioriza a inserção da Espanha na UE, a diplomacia econômica, o apoio ao multilateralismo e a um "bilateralismo estratégico", além de propor modernização dos instrumentos da cooperação para o desenvolvimento.

REPRESENTAÇÃO ESPANHOLA NO PARLAMENTO EUROPEU

Em maio de 2019, ocorreram eleições para o Parlamento Europeu. Houve manutenção de partidos de centro e de esquerda como majoritários.

O PSOE se destacou como maior partido (ligado ao partido europeu S&D), com 20 parlamentares (acréscimo de 6 parlamentares) e com desempenho mais satisfatório desde as eleições gerais de abril de 2019, fortalecendo o governo de Pedro Sánchez. O PSOE se sobressaiu, ainda, como partido com maior votação do S&D no contexto europeu.

Os encolhimentos mais expressivos foram do PP (partido europeu PPE, com perda de 4 parlamentares) e do Podemos (perda de 6 parlamentares). Em contrapartida, cresceram o Vox (pela primeira vez no Parlamento Europeu, com 3 representantes) e o Partido da Catalunha (2 parlamentares), ambos sem filiação europeia.

Houve grande aumento da participação de eleitores, circunstância relacionada à realização de pleitos municipais e das comunidades autônomas na mesma data. Entre os partidos nacionalistas catalães e bascos, a coalizão Ahora Repúblicas, formada por ERC, EH Bildu e BNG, obteve 3 assentos. O ex-presidente da Generalitat da Catalunha, Carles Puidgemont, prófugo da justiça espanhola na Bélgica, conseguiu eleger-se pela lista do Junts per Catalunya (JxCat), que obteve 2 assentos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia espanhola foi proporcionalmente mais afetada pela crise epidemiológica de 2020 do que outras economias europeias, conforme atestam dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), que indicam retração de 10,8% do PIB em 2020 - enquanto a média das economias da Zona do Euro sofreu contração de 6,8% no mesmo período. A queda foi menos acentuada pela melhora da situação econômica no terceiro e quatro trimestres do ano, com crescimento de 16,4% e 0,4%. A maior queda ocorreu no setor de construção (-18%) e em serviços (-9,8%). O impacto da crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19 foi maior, em relação a outros europeus, pela dependência da economia espanhola dos serviços de turismo (que representam 12% do PIB) e pelas características do tecido produtivo,

majoritariamente composto por micro, pequenas e médias empresas pouco capitalizadas, por conseguinte, mais vulneráveis a choques macroeconômicos.

A despeito de retração de 0,4% do PIB no primeiro trimestre de 2021, a expansão de 2,8% da economia no segundo trimestre validou visão otimista do governo espanhol segundo a qual a recuperação econômica ganhará ímpeto no segundo semestre de 2021, com crescimento do PIB de 6,5%, e o de 2022 estimado em 7%, o que proporcionaria retorno da economia espanhola a níveis pré-pandêmicos já no ano que vem.

Por sua vez, a Comissão Europeia, em seu relatório de primavera publicado em maio, prevê crescimento da economia espanhola de 5,9% em 2021 e 6,8% em 2022. A Comissão Europeia avalia que o Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência (PRTR) da Espanha terá papel decisivo para viabilizar a recuperação da atividade econômica no segundo semestre e para a expansão do PIB. Ademais, espera-se que a contribuição da demanda externa ao crescimento do PIB seja positiva a partir de 2022, quando o setor de turismo deve retornar ao nível de atividade registrado em 2019. Os dados recentemente publicados pela UE demonstram que a Espanha se tornou o quarto país mais endividado do bloco, logo atrás de Grécia, Itália e Portugal. Por outro lado, a Comissão Europeia também indica que, após ter alcançado 11% do PIB em 2020, o déficit público espanhol deve reduzir-se a 7,6% do PIB em razão da expectativa de redução da necessidade de medidas públicas de estímulo econômico. Espera-se que a dívida pública se reduza a 116,9% do PIB até o fim de 2022, após ter alcançado 120% do PIB em 2020. A inflação também deve elevar-se em 2021 à medida que o crescimento da demanda leve ao aumento de preços de serviços aos consumidores. A elevação dos preços de eletricidade e de combustíveis também poderá desencadear tendências inflacionárias. A Comissão também assinala que, apesar dos esforços governamentais, as empresas espanholas

ainda enfrentam riscos de insolvência, que podem impactar a capacidade produtiva e o nível de emprego do país.

Em 27 de abril último, o governo espanhol enviou à Comissão Europeia a versão definitiva, aprovada pelo Conselho de Ministros, do Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência (PRTR), que apresenta os investimentos e reformas a serem realizadas pela Espanha no marco do "Recovery and Resilience Facility (RRF)" do programa "Next Generation EU". O plano espanhol foi aprovado em 16 de junho. A Espanha espera receber, entre 2021 e 2026, recursos da ordem de 140 bilhões de euros, dos quais 70 bilhões em transferências diretas, do total de 672,5 bilhões de euros do orçamento do RRF. Não havendo objeção do Conselho para Assuntos Econômicos e Financeiros (Ecofin) ou dos governos nacionais, espera-se que a primeira transferência de recursos ocorra já no mês de julho, após a próxima reunião do Ecofin. Estima-se que em 2021 a Espanha receba até 19 bilhões de euros.

O INE revelou, em fevereiro de 2021, que a taxa de desemprego teria sido de 16,1% em 2020. O dado oficial do FMI foi de 15,5%. O desemprego na Espanha afeta em especial a população jovem. Ao final de 2020, 40,1% da população com menos de 25 anos estavam fora do mercado de trabalho e sem perspectivas de absorção nos próximos seis meses. Apesar da intensa queda do PIB, a queda do desemprego foi menos expressiva do que a registrada no período que se seguiu à crise financeira de 2008. Tal comportamento seria explicado pelas medidas contracíclicas adotadas pelo governo. A queda na oferta de empregos na indústria e no comércio foi contrabalançada pelo aumento das vagas no setor público. As regiões mais afetadas pelo aumento do desemprego em números absolutos foram: Catalunha, Ilhas Canárias, Madri e Valência, regiões onde os setores de serviço, turismo e indústria são protagonistas econômicos.

O INE publicou, em junho, dados sobre indicadores demográficos da população espanhola. Com contribuição direta da pandemia do COVID-19, a

Espanha registrou no ano passado o mais baixo saldo populacional vegetativo da série histórica, iniciada em 1975. No decorrer de 2020, faleceram 492.930 pessoas na Espanha, 74.227 (17,7%) a mais do que em 2019. número de nascimentos em 2020, por sua vez, foi de 339.206, 5,9% menos do que o total registrado em 2019. Desde 2010, a queda no número de nascimentos é contínua – com exceção de 2014, quando nasceram cerca de 2.000 pessoas mais do que em 2013 - e chega a 30,3%. Do total de nascimentos que ocorreram na Espanha, 22,5% foram de mães estrangeiras, proporção semelhante àquela de 2019 (22,3%).

COMÉRCIO EXTERIOR

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Espanha tem variado ao longo da última década, com pico de US$ 8,1 bilhões em 2018 e mínima de US$ 5,2 bilhões em 2016. Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 6,5 bilhões, com queda de 4,1% em relação ao ano de 2019. As exportações brasileiras para a Espanha variaram positivamente e alcançaram o volume de US$ 4,0 bilhões (+ 0,4%), o que representou 1,93% do total das exportações brasileiras. Por sua vez, as importações da Espanha ao Brasil, de US$ 2,5 bilhões (-10,5%), representaram 1,59% do total das importações brasileiras. O saldo comercial bilateral manteve-se favorável ao Brasil, alcançando US$ 1,524 bilhões, de modo que a Espanha figurou em 8º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e o 14º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são: óleos brutos de petróleo (26%); soja (24%); milho (9,5%); farelos de soja (7,8%); e minérios de cobre (7,7%). A pauta importadora é composta principalmente por produtos manufaturados, em particular: óleos combustíveis de petróleo (14%); compostos organo-inorgânicos (5,6%); medicamentos, incluindo veterinários (5.4%); defensivos agrícolas (5,1%); e outros produtos da indústria de transformação.

A Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoques de investimentos de mais de US$ 78 bilhões. Por dados compilados até 2019, várias empresas espanholas entraram ou redobraram sua aposta no Brasil, entre as quais AENA, Iberdrola/Neoenergia, Globalia/Air Europa e Red Eléctrica. Os principais setores em que as empresas espanholas estão presentes no Brasil são: serviços financeiros, telecomunicações e energia. É também significativo o interesse das empresas brasileiras em investir na Espanha. Ainda no ano de 2019, foi retomado o mecanismo do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimento Brasil-Espanha, que não se reunia desde 2015.

TURISMO E ESPORTES

Os setores de Turismo e Esportes oferecem contribuição fundamental ao desenvolvimento de países com inegável vocação turística como Brasil e Espanha, e podem, portanto, estimular investimentos recíprocos, além de intercâmbios de experiências, especialmente na área de formação profissional. Em 2019, a Espanha recebeu 83,7 milhões de turistas, que gastaram cerca de 92,2 bilhões de euros no país, aumento exponencial comparado a 2001, quando o país recebeu 48,6 milhões de turistas. A promoção de maior e melhor cooperação no setor turístico poderia beneficiar-se da revisão dos instrumentos bilaterais existentes nesse campo. Há ainda potencial turístico a ser explorado, cerca de 145 mil turistas espanhóis vieram ao Brasil em 2019 (11º emissor, Embratur) e 566 mil brasileiros foram ao país ibérico (dados da Secretária de Estado de Turismo da Espanha).

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ESPANHA

Anos	Eventos
1873	Proclamação da Primeira República Espanhola
1888	Fundação da União Geral de Trabalhadores e do Partido Socialista Operário Espanhol
1898	Guerra Hispano-Americana, perda para os EUA dos territórios de Cuba e das Filipinas
1914	Neutralidade espanhola na I Guerra Mundial
1923	Início da ditadura do General Primo de Rivera (até 1930)
1931	Proclamação da Segunda República Espanhola, em 12 de abril
1936	Início da Guerra Civil Espanhola (até 1939), conflito entre nacionalistas e republicanos
1939	Início do governo do General Francisco Franco (até 1975)
1939	Início da II Guerra Mundial. A Espanha permanece neutra
1945	Fim da II Guerra Mundial; a Espanha tem seu ingresso negado pela ONU
1955	Admissão da Espanha na ONU
1960	Fase de crescimento econômico, com expansão do turismo e entrada de divisas de emigrantes
1960	Surgimento de grupos como o ETA e o FRAP
1962	Espanha solicita sua entrada no Mercado Comum Europeu
1973	Assassinato do Presidente de Governo, Luis Carrero Blanco, pelo ETA
1975	Morte do General Francisco Franco, em 20 de novembro
1975	Início da transição da Espanha para a democracia (até 1982), com a coroação do Rei Juan Carlos I
1975	Adolfo Suárez é designado Presidente de Governo pelo Rei Juan Carlos
1978	Promulgação da Constituição democrática (ainda em vigor)
1982	Eleição de Felipe González, do PSOE, à Presidência de Governo
1986	Adesão da Espanha à Comunidade Econômica Europeia

1996	Partido Popular (PP) vence as eleições gerais, liderado por José María Aznar
1999	Adesão da Espanha à União Econômica e Monetária Europeia
2000	Eleições gerais: maioria absoluta do PP. Aznar continua à frente do Governo
2002	Entra em vigor o euro como moeda única europeia
2003	Aznar apoia a invasão do Iraque e envia tropas espanholas para combate na região
2004	Série de atentados terroristas em Madri mata 191 pessoas
2004	PSOE ganha as eleições e José Luis Rodríguez Zapatero torna-se Presidente da Espanha
2004	Zapatero toma, como primeira medida de seu governo, a retirada das tropas espanholas do Iraque
2006	ETA anuncia cessar-fogo permanente em toda região espanhola
2007	Atentado a bomba põe fim às negociações entre os separatistas e o governo de Madri
2008	Zapatero é reeleito à Presidência de Governo, em eleições em que tanto o PSOE quanto o PP logram aumentar seu número de deputados
2010	Espanha preside a UE no primeiro semestre, quando divide pela primeira vez as decisões da Presidência com as instâncias europeias
2010	ETA apresenta novo cessar-fogo, após período de intensa repressão policial, na Espanha e na França
2010	Governo empreende reformas trabalhista, previdenciária, financeira e do sistema de bancos; média nacional de desemprego chega a 20%
2011	ETA anuncia o fim do uso da violência (20/10)
2011	Eleições nacionais vencidas pelo PP. Posse de Mariano Rajoy como novo Presidente de Governo (21/12)
2014	O Rei Juan Carlos I abdica em favor de seu filho, Felipe VI
2018	Eleições nacionais vencidas pelo PSOE. Posse de Pedro Sánchez como novo Presidente de Governo

2019	Eleições nacionais vencidas pelo PSOE com maioria simples. PSOE encabeça o primeiro governo de coalizão desde a Segunda República. Pedro Sánchez é mantido como Presidente de Governo
2020	Pandemia de COVID-19 provoca mais de 80.000 mortes na Espanha e infecta aproximadamente 10% da população até o mês de novembro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
Ano	**Evento**
1834	A Espanha reconhece a independência do Brasil
1880	Década em que se inicia a imigração espanhola oficial em grande escala
1890	Reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Governo da Espanha
1933	A Legação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de Embaixada
1936-40	Nova onda de imigração espanhola para o Brasil
1962	Inauguração da Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro
1988	Assinatura do Tratado de Extradição entre Brasil e Espanha
1989	Assinatura do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil
1991	Assinatura do Convênio de Seguridade Social
1996	Assinatura do Tratado sobre Transferência de Presos
2001	Início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha
2003	Visita do Presidente Aznar ao Brasil. Assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
2005	Assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do Presidente do Governo José Luis Rodríguez Zapatero ao Brasil
2007	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita oficial à Espanha.
2008 (maio)	Presidente de Governo José Luis Zapatero realiza visita oficial ao Brasil
2008 (outubro)	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita à Espanha (Toledo e Madri)
2010	Assinatura do Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa

2011	Início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação
2012 (junho)	Rei Juan Carlos, acompanhado do Ministro García-Margallo e de empresários espanhóis, visita o Brasil
2012 (novembro)	Presidente Dilma Rousseff visita a Espanha. Firmada a Declaração Presidencial Conjunta de Madri, que estabelece, entre outros, Grupo de Trabalho bilateral sobre cooperação industrial para a defesa.
2015 (abril)	Vice-Presidente Temer visita a Espanha.
2016 (setembro)	Presidente Temer encontra-se com o Presidente de Governo Rajoy à margem da Reunião do G-20 em Hangzhou, China.
2016 (novembro)	Chanceler Serra visita a Espanha, onde participa de Seminário sobre Oportunidades de Investimentos no Brasil, e, entre encontros com outras altas autoridades, entrega ao Rei Felipe VI e ao Presidente de Governo Mariano Rajoy convites do Presidente Temer para que visitem o Brasil.
2017	O Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, visita a Espanha.
2017	Visita do Presidente do Governo da Espanha, Mariano Rajoy, ao Brasil (24 e 25 de abril)
2018	Visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira à Espanha (Madri, 11 de outubro)
2019	A Presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, Ana Pastor, esteve no Brasil para a posse do Presidente Jair Bolsonaro (janeiro)
2019	O Ministro do Turismo, Marcelo Henrique Teixeira Dias, visita Madri (maio de 2019)
2019	O Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, visita a Espanha
2020	O Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia realiza viagem oficial à Espanha (26 de fevereiro a 2 de março)
2021	Visita da Ministra Arancha González a Brasília.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação D.O.U.
Convenção para Regular a Troca de Correspondência	21/01/1870	30/04/1870	
Convenção de Arbitramento	08/04/1909	29/06/1911	04/02/1912
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	28/11/1949	22/02/1954	15/03/1954
Acordo Cultural	25/06/1960	01/06/1965	19/08/1965
Acordo de Migração	27/12/1960	10/06/1964	06/07/1964
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	03/12/1975	05/01/1976
Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	12/05/1983	02/04/1993	08/06/1993
Convênio Zoossanitário para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal	12/04/1984	26/02/1986	17/06/1986
Convênio de Defesa Fitossanitária	12/04/1984	14/12/1990	13/12/1990
Tratado de Extradição	02/02/1988	30/06/1990	25/06/1990
Convênio de Cooperação para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988	26/04/1988	05/10/1990	20/12/1990
Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	13/04/1989	31/07/1991	04/07/1991

Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e Protocolo de Intenções	13/04/1989	27/07/1992	20/08/1992
Convênio de Seguridade Social	16/05/1991	01/12/1995	08/11/1995
Tratado Geral de Cooperação e Amizade	23/07/1992	06/07/1994	04/08/1994
Tratado sobre Transferência de Presos	07/11/1996	22/04/1998	04/05/1998
Acordo de Cooperação na Área de Turismo	18/04/1997	20/05/1998	20/07/1998
Ajuste Complementar relativo à Realização da Terceira Edição do curso Ibero-Americano em Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências	14/05/1998	17/06/1998	05/08/1998
Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Autossustentado da Região Semiárida brasileira	19/02/2002	26/08/2002	
Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social	14/05/2002		Em ratificação
Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre o Brasil e a Espanha	22/05/2006	01/02/2008	09/12/2008
Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade	25/06/2007	31/08/2011	12/07/2013
Acordo para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais	17/09/2007	07/04/2009	18/03/2009
Acordo Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	17/09/2007	16/11/2009	13/12/2012

Acordo sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	17/09/2007	10/11/2009	11/02/2010
Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	24/07/2012		Tramitação CN
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	23/08/2013		Tramitação MRE

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANDORRA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE ANDORRA	
NOME OFICIAL:	Principado de Andorra
GENTÍLICO:	andorrano (a)
CAPITAL:	Andorra-a-Velha
ÁREA:	467,63 km^2
POPULAÇÃO:	77.543 mil habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Catalão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (88,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Democracia parlamentar
PODER LEGISLATIVO:	Parlamentarismo Unicameral (Conselho Geral, com 28 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Co-príncipes: Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicilia (desde 12 de maio de 2003); representado por Josep Maria Mauri (desde 20 de julho de 2012); e Emmanuel Macron (desde 14 de maio de 2017), representado por Patrick Strzoda (desde 14 de maio de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Xavier Espot Zamora (desde 16 de maio de 2019)
CHANCELER:	Maria Ubach Font (desde 17 de julho de 2017)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US$ 3,154 bilhões (Banco Mundial)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US$ 3,320 bilhões

PIB *PER CAPITA* (2019)	US$ 45,887
PIB PPP *PER CAPITA* (2015)	US$ 49,900
VARIAÇÃO DO PIB	1,8% (2019); 1,5% (2018); 0,3% (2017); 1,2% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2020):	0,868 (36ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	81,9 anos
ALFABETIZAÇÃO:	n.d.
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1,7%
UNIDADE MONETÁRIA:	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há representação diplomática andorrana residente no Brasil.
BRASILEIROS NO PAÍS:	300

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ANDORRA (FONTE: MDIC, US$)						
BR → Andorra	**2013**	**2015**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	1,300,899	161,463	124,450	393,000	2,055,000	228,800
Exportações	14,649	152,825	100,953	382,000	2,042,000	202.000
Importações	128,625	8,638	33,497	10,000	11,400	26,800
Saldo	-1,271,601	144,187	67,456	372,000	2,032,000	175,200

APRESENTAÇÃO

O Principado de Andorra é um país europeu localizado na cordilheira dos Pirineus, entre o nordeste da Espanha e o sudoeste da França. Com território de 467,63 km^2, Andorra é o sexto menor país da Europa, maior apenas que Malta, Liechtenstein, São Marino, Mônaco e Vaticano. O principado é também o único país do mundo cuja única língua oficial é o catalão.

O país é conhecido como uma principalidade ou diarquia, devido ao papel honorário concedido aos dois Co-Príncipes: o Bispo de Urgel, na Espanha, e o Presidente da França. Seu Parlamento, conhecido como Conselho Geral, criado em 1419, é o mais antigo da Europa.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicilia
Co-príncipe



Nascido em 1949, em Barcelona. Em 1965 ingressou no Seminário, onde estudou Humanidades, Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote em 1974, tendo se tornado posteriormente Bispo Auxiliar de Barcelona, em 1993. Foi nomeado pelo papa João Paulo II como bispo coadjutor de Urgel em 2001. Após dois anos, tornou-se bispo de Urgel e, portanto, co-príncipe de Andorra.

Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron
Co-príncipe



Nascido em 1977, em Amiens. Estudou Filosofia na Universidade de Nanterre e concluiu Mestrado em Relações Públicas na Sciences Po. Formou-se na École Nationale d'Administration (ENA) em 2004. Trabalhou como funcionário público superior na Inspeção Geral de Finanças, e mais tarde, tornou-se banqueiro de investimento na Rothschild & Cie Banque. Macron foi nomeado vice-secretário geral do presidente por François Hollande em 2012 e ministro da Economia, Indústria e Assuntos Digitais em 2014. Em 2017, aos 39 anos, Macron tornou-se o presidente mais jovem da história da França.

Xavier Espot Zamora
Primeiro-ministro



Nascido em 1977, em Andorra. Graduou-se em Direito e Filosofia. Sua carreira foi predominantemente na área jurídica, tendo sido Secretário Judicial de Andorra entre 2004 a 2008. Também possui experiência jurídica em tribunais da França e da Espanha. Em 2011, tornou-se Secretário da Justiça e do Interior de Andorra, e em 2012 foi nomeado Ministro do Interior, no Governo de Antoni Martí (2015-2019, do partido Democratas por Andorra). Em 2015, acumulou a pasta de Ministro de

Assuntos Sociais. É líder do partido Democratas por Andorra (centro direita) desde dezembro de 2018. Foi eleito em abril de 2019 e assumiu a chefia do Governo em maio daquele ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

A partir do ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1993, Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular. A densidade das relações bilaterais é, contudo, modesta. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial. Nesse sentido, as excelentes relações bilaterais culminaram em positivos resultados em termos de apoios a candidaturas brasileiras a cargos multilaterais, principalmente no âmbito do sistema das Nações Unidas.

Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista de paraísos fiscais da organização. Note-se, contudo, que a Receita Federal do Brasil ainda mantém o país na lista de países com tributação favorecida.

Episódio marcante das relações bilaterais entre Brasil e Andorra consistiu na visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Gilbert Saboya Sunyé a Brasília, em abril de 2013, quando manteve contato com o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Tratou-se da primeira visita de chanceler andorrano ao país. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área do Turismo, com o intuito de encorajar o intercâmbio de turistas e os investimentos mútuos no setor, além do intercâmbio de especialistas e de troca de experiências e informações sobre turismo.

O ex-Presidente Michel Temer, teve a oportunidade de saudar o então Chefe de governo do Principado, Antoni Petit, e sua esposa durante a recepção por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016. Além disso, Petit encontrou-se com o então Vice-Presidente Temer por ocasião da Cúpula Ibero-americana de Veracruz, em 2014. Em 2016, o então Ministro do Turismo, Henrique Alves, manteve encontro com o Ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri, ocasião na qual a parte andorrana

manifestou interesse em promover o turismo entre os brasileiros que visitam a Espanha todos os anos, tendo em vista a proximidade histórica e cultural entre Andorra e a Catalunha.

Em 2018, o então Presidente da República, Michel Temer, manteve reunião com o Presidente de Governo andorrano à margem da XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Antígua, Guatemala, quando trataram da Secretaria Pro Tempore andorrana da Conferência Ibero-Americana (2019-2020).

A cooperação bilateral segue focada no âmbito consular, dado o elevado número de turistas brasileiros que anualmente chegam ao Principado, assim como o emprego de nacionais brasileiros na indústria do turismo sazonal de inverno. Também são frequentes os intercâmbios de pedidos de cooperação jurídica internacional.

Nesse contexto, em abril de 2018, foi criado Consulado Honorário em Andorra-a-Velha.

Andorra tem participação ativa no âmbito ibero-americano. Desde 2005, o país participa das Reuniões de Cúpula Ibero-Americanas. Em 2016, a capital andorrana ostentou o título de Capital da Cultura Ibero-Americana e sediou a XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação. Cumpre sublinhar a eleição de Andorra para assumir a Presidência Pro Tempore Ibero-Americana, por ocasião do encontro de chanceleres realizado, em dezembro de 2018, em Antígua, Guatemala. Desse modo, a capital Andorra-a-Velha sediou, em abril de 2021, a XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Ainda no âmbito ibero-americano, Andorra participou com contribuição financeira a projeto trilateral Brasil-Guatemala-México na área de aleitamento materno e banco de leite humano.

Na XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada na Ilha do Sal, em Cabo Verde, nos dias 17 e 18 de julho de 2018, foi atribuída a categoria de Observador Associado ao Principado de Andorra.

Em 12 de novembro de 2020, realizou-se videoconferência entre o ex-Ministro Ernesto Araújo e sua homóloga andorrana, dando continuidade a contato telefônico de outubro do mesmo ano. Na ocasião, tratou-se da Conferência Ibero-Americana e de temas bilaterais, como transparência bancária e fiscal, combate ao financiamento do crime internacional, em especial o impedimento da lavagem de dinheiro, e aprofundamento das

negociações bilaterais para um acordo sobre bitributação e cooperação em matéria de turismo.

POLÍTICA INTERNA

As origens da organização estatal andorrana são baseadas no instituto do co-principado e remontam ao século XIII, quando se estabeleceu espécie de "condomínio feudal" entre Roger Bernardo III de Foix e Pedro de Urtx. No século XV, foi criado um Conselho da Terra, formado por representantes das unidades administrativas ("paróquias"), instituição que evoluiu gradativamente até se converter no parlamento (Conselho Geral) de Andorra, no século XIX. Inicialmente, a figura do Síndico Geral do parlamento concentrava atividades executivas e judiciais. Desde que Napoleão voltou a assumir a soberania sobre Andorra, após breve lapso de tempo em que a França a recusara, formalizou-se o condomínio entre França e a Sé de Urgel, razão pela qual, até os dias atuais, a chefia de Estado recai sobre o Presidente da República Francesa e o Bispo de Urgel. Em 1982, foi estabelecido o Conselho Executivo de Andorra, composto por um presidente e quatro ministros.

No contexto da modernização gradativa das instituições andorranas, aprovou-se por referendo popular, em 1993, a primeira Constituição escrita do país. O texto acordado assegura a soberania popular, inclusive por meio de iniciativa legislativa da população (desde que reunidas assinaturas de 10% dos habitantes) e limita a dois mandatos sucessivos a escolha do Síndico, dos prefeitos e integrantes do Judiciário. A aprovação da Constituição coincide com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas e seu reconhecimento internacional.

Segundo a Constituição de Andorra, "os co-príncipes são o símbolo e a garantia da permanência e da continuidade de Andorra, assim como de sua independência e do sustento do espírito de igualdade nas relações de equilíbrio com os Estados vizinhos". Embora as atribuições sejam, na prática, meramente protocolares, o texto constitucional estabelece que os co-príncipes encarnam as funções de arbitrar e moderar o funcionamento dos poderes públicos e das instituições andorranas.

O país tem cerca de 77 mil habitantes, dos quais 50% são estrangeiros, oriundos, principalmente, de França, Espanha e Portugal.

Em abril de 2011, Antoni Martí Petit, líder do partido de centro-direita "Dèmocrates de Andorra" (DA), assumiu a chefia de governo do Principado, havendo sido reeleito, em março de 2015, para novo mandato de quatro anos. A reeleição de Martí Petit foi interpretada como voto de confiança do eleitorado andorrano em amplo de processo de reformas iniciado por seu Governo, a raiz dos efeitos da grave crise econômica que derivou da recessão espanhola entre 2008 e 2012. A bancada do partido governista, não obstante, reduziu-se em sete representantes em relação à legislatura anterior, quando detinha 22 assentos. A vitória do DA foi matizada pelo crescimento da agremiação Liberals d'Andorra (LdA), de orientação conservadora, que passou a ser a segunda força política do país, com oito deputados.

O então governo andorrano tinha os objetivos de consolidar a abertura do Principado ao exterior, ao identificar sete desafios a serem enfrentados pelo país: i) intercâmbio automático de informações tributárias; ii) soberania energética e sustentabilidade; iii) incremento da oferta educativa; iv) melhoria das comunicações com o exterior; vi) oferta cultural; e vii) associação com a União Europeia.

Em 2019, Petit dissolveu o Conselho Geral (Parlamento) e convocou eleições. O Decreto correspondente foi assinado pelos co-príncipes, seguindo medida prevista no calendário eleitoral andorrano. Nas eleições, a chapa do então Ministro de Assuntos Sociais, Justiça e Interior, Xavier Espot Zamora, também pelo DA, foi exitosa com acordo de coalizão com as lideranças do LdA e do Cidadãos Comprometidos (CC), que ocupam Ministérios da atual administração. Nas eleições de 2019, o DA obteve 11 assentos, o LdA 4, o CC, 2 (totalizando 17 conselheiros na coalizão), o Partido Social-Democrata (oposição) 7, Terceira Via 4 (abstiveram-se na eleição do Chefe de Governo).

POLÍTICA EXTERNA

Em 1993, Andorra tornou-se membro pleno das Nações Unidas. O país busca adequar-se paulatinamente ao amplo acervo de diplomas multilaterais. Andorra sublinha a importância do Objetivo de

Desenvolvimento Sustentável Nº 4 (educação), declaradamente o eixo da diplomacia multilateral do Principado.

Ressalta-se a singularidade de Andorra como único país dotado de identidade em suas relações internacionais com a Ibero-América e a Francofonia. O país mantém relações reconhecidamente excelentes com a Espanha, consubstanciadas em cerca de 40 acordos nos mais diversos setores e marcada por frequentes visitas de alto nível. O então Presidente Rajoy visitou o país em 2015 - a primeira visita de um Chefe de Governo espanhol ao país.

Andorra está empenhada em negociações para um Acordo de Associação com a União Europeia (UE) que lhe permita aceder, sem barreiras, ao mercado comunitário, preservando, contudo, especificidades próprias. O país já assinou com o bloco instrumentos que regulam a participação na união aduaneira comunitária (1990), acordo monetário (2011), e acordo sobre intercâmbio automático de informações em matéria fiscal (2014). Em 2016, foi firmado acordo sobre troca de dados de contas financeiras.

Além da ONU, Andorra é membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), do Tribunal Penal Internacional (TPI), da União Internacional de Telecomunicações (ITU), do Conselho da Europa, da Organização Mundial do Turismo, da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). O país acedeu ao FMI como membro em 16 de outubro de 2020.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB nacional é em grande medida centrado no sistema financeiro e no turismo. O país adquiriu grande experiência e *know-how* na prestação de serviços turísticos, notadamente no inverno. Andorra recebe cerca de 500 mil visitantes por mês, totalizando número recorde de 8 milhões em 2019, com foco voltado para as estações de esqui e o comércio de luxo. O Principado está incluído em circuitos esportivos como a Copa do Mundo de Esqui Alpino e o “Tour de France”.

As prioridades do Governo consistem, em contexto dos planos de modernização da economia local, na construção de imagem de transparência de seu sistema financeiro por meio de compromissos de intercâmbio automático de informações tributárias e acordos de bitributação. Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista de paraísos fiscais da organização. A partir de então, Andorra firmou mais de vinte acordos bilaterais sobre intercâmbio de informação fiscal, bem como convênios para evitar bitributação.

Em 2018, entrou em vigor, uma das principais medidas legislativas com impacto sobre o modelo econômico andorrano: a lei de intercâmbio automático de informação em matéria fiscal. Trata-se de importante esforço de modernização da economia local, com vistas ao reconhecimento internacional da transparência do setor bancário local.

O Governo de Antoni Petit também implementou modelo de isenção tributária para determinados setores, como "ferramenta de competitividade fiscal". Estima-se que 25% da mão-de-obra do país esteja isenta de pagamento de imposto sobre a renda, a maioria nos setores de hotelaria, comércio e estações de esqui. As sociedades andorranas são isentas de pagamentos de impostos sobre dividendos.

Em 2019, a Standard & Poor's manteve a qualificação de risco do país como BBB/A-2, considerando positivas as políticas de diminuição da dívida pública, candidatura ao FMI e evolução das negociações para ingresso na UE. Em outubro de 2020, Andorra acedeu ao FMI como membro.

Por suas dimensões, o país é essencialmente importador, tendo déficit na corrente de comércio com o mundo de cerca de um pouco mais de US$ 1 bilhão. Seus principais parceiros comerciais são: Espanha, França, China, Itália, Alemanha e Reino Unido. A Espanha é o maior demandande dos serviços financeiros andorranos, maior investidor estrangeiro no país, comprador de metade de suas exportações, fornecedor de cerca de 62% de suas importações e principal país de origem dos turistas que chegam a Andorra. Cerca de 40% dos investimentos externos em Andorra provêm da Espanha.

Intercâmbio comercial Brasil - Andorra

As trocas comerciais Brasil-Andorra são ainda pouco expressivas. O principado é o 216º destino das vendas e a 182ª origem das compras brasileiras (2020). Após cinco anos consecutivos de déficits nas transações comerciais com o principado, o Brasil reverteu a tendência e obteve superávits a partir de 2015. Vale observar que não existe tradição nos produtos comercializados: a cada ano, novos produtos compõem a pauta, que não se repete no período seguinte.

Em 2020, o fluxo comercial foi de US$ 228.800 (-90% frente a2019). As exportações brasileiras recuaram 90% (de US$ 2,04 milhões em 2019 para US$ 202.000 em 2020), ao passo que as importações mantiveram-se em baixo patamar, no nível dos US$ 26.800.

Os produtos industrializados representaram a totalidade do fluxo comercial bilateral. Os produtos brasileiros exportados em 2020 foram: motores de pistão e suas partes (22%); madeiras (13%), compressores de ar (10%) e manufaturas de madeira (8,7%). Os principais produtos importados foram: artigos de plástico (32%), compressores de ar e ventiladores (24%), instrumentos e aparelhos de medição (13%) e material impresso (12%).

A Receita Federal do Brasil mantém Andorra na lista de países com tributação favorecida.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1133	O conde de Urgell cede Andorra ao bispo de Urgell.
1278	Nos termos do acordo de "pareage", Andorra adota fidelidade conjunta a um príncipe francês e um espanhol, após disputas entre herdeiros franceses do condado de Urgell e bispos espanhóis de Urgell.
1419	O Conselho da Terra, órgão eleito, é estabelecido para lidar com questões locais.
1607	Édito real francês estabelece que chefe de Estado francês e bispo de Urgell serão co-príncipes de Andorra.
1936-39	Tropas francesas são enviadas para proteger Andorra na Guerra Civil Espanhola.
1982	Primeiro ramo executivo do governo toma posse. Sua liderança é eleita pelo Conselho da Terra.
1990	Andorra assina acordo que estabelece união aduaneira com a União Europeia.
1993	Primeira constituição é adotada, por referendo. Documento reduz poderes feudais dos dois príncipes. Novos órgãos executivos, legislativos e judiciais do governo são criados.
1993	Andorra se junta às Nações Unidas.
1993	França, Espanha estabelecem embaixadas em Andorra.
2004	Assinado Acordo de Cooperação com a União Europeia (UE), que entra em vigor no ano seguinte.
2011	Assinado acordo com a UE que permite que o euro seja a moeda oficial de Andorra. O acordo entra em vigor em 2012.
2013	Andorra introduz o imposto de renda pessoal pela primeira vez, sob pressão da União Europeia para combater a evasão fiscal.
2016	EUA suspendem sanções impostas em 2015 contra o quarto maior banco de Andorra, o Banca Privada d'Andorra, por lavagem de dinheiro.
2016	O Parlamento aprova planos para acabar com o sigilo das contas bancárias de residentes da UE a partir de janeiro de 2018.
2019	O Parlamento Europeu emite recomendação positiva à eventual assinatura de acordo de associação entre a UE e Andorra.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1993	Com a entrada de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil passa a manter diálogo político regular com o Principado.
1997	Nomeação do primeiro embaixador não-residente do Brasil para Andorra, residente em Madri.
2013	O ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, Gilbert Saboya Sunyé, visita o Brasil, ocasião na qual é firmado Memorando de Entendimento sobre Turismo.
2016	O então ministro do Turismo, Henrique Alves, mantém encontro com o ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri.
2020	O então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, mantém videoconferência com sua homóloga de Andorra, Maria Ubach Font, dando continuidade a contato telefônico de outubro do mesmo ano.

ACORDOS BILATERAIS

Não há registro de acordos bilaterais entre Brasil e Andorra além de Memorando de Entendimento Bilateral em Turismo, assinado em 2013.

EMBAIXADA DO BRASIL EM MADRI

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR POMPEU ANDREUCCI NETO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (2018-2021):

I- APRESENTAÇÃO

Em mais de três anos à frente das Embaixadas na Espanha e em Andorra, foi possível redesenhar o arcabouço institucional das regras que normatizam a atuação conjunta do Brasil com esses estados e, assim, elevar a relação bilateral a novo patamar de eficiência e qualidade, em particular com a Espanha.

2. Os esforços envidados para recompilar, rever e reformatar a relação bilateral resultaram na definição de "Mapa do Caminho" com propostas de aditamentos e de novos acordos bilaterais em formatos modernos e com conteúdo atualizado em áreas como ciência, tecnologia e inovação; educação; cultura; esportes; meio-ambiente; serviços aéreos; e turismo, entre outros. Esses esforços de revisão do arcabouço institucional da relação para colocá-la em novo e mais elevado patamar de eficiência e qualidade culminaram na assinatura de Memorando de Entendimento para o estabelecimento da Comissão Permanente Bilateral (CPB) e de suas oito comissões temáticas.

3. Ao estruturar e organizar a relação bilateral Brasil-Espanha e subordiná-la à direção conjunta dos chanceleres dos dois países, a CPB dota os interesses comuns dos dois estados de verdadeiro "motor" para impulsar avanços nos temas de maior benefício recíproco.

4. À luz desses avanços e dessa nova estrutura definida para a relação bilateral, passo ao relato dos progressos obtidos nos temas principais que unem Brasil e Espanha.

II- RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

5. A densidade da relação política e a força dos laços históricos e culturais que unem Brasil e Espanha determinam relação que pode ser qualificada de “sistêmica”, mais do que estratégica. Relação em que reverberações políticas, econômicas e sociais em um país são imediatamente trasladadas ao outro.

6. A partir do estabelecimento do "Plano de Parceria Estratégica", em 2003, a relação bilateral expressou-se em três outros documentos institucionais marco: a “Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Associação Estratégica”, de 2005; a “Declaração de Madri”, em 2012; e, por fim, a “Declaração Presidencial Conjunta de 2017”.

7. A criação da CPB, em maio de 2021, reestruturou o marco institucional da relação bilateral. A CPB está dotada de oito comissões temáticas às quais se subsumiram os grupos de trabalho antes

dispersos. São as seguintes as comissões temáticas da CPB: Assuntos Políticos Bilaterais, Regionais e Multilaterais; Comércio, Investimento e Infraestrutura; Cooperação Técnica; Defesa; Educação, Cultura e Turismo; Ciência e Tecnologia; Meio Ambiente; e Assuntos Consulares, Migratórios e de Combate à Criminalidade.

8. A relação bilateral, sofreu, inevitavelmente, os efeitos adversos da pandemia global em 2020, e a concentração de esforços dos dois governos em temas internos e na mitigação do impacto econômico da crise sanitária levou ao adiamento de visitas oficiais previstas em numerosos setores.

9. Exceção a esse quadro verificou-se no campo da diplomacia da saúde, onde a cooperação técnica bilateral resultou na remessa de medicamentos para o Brasil para intubação de pacientes críticos, vítimas de Covid-19, em abril de 2021.

10. Reuniões virtuais mantidas pelos Chanceleres e também pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores com a Secretária de Estado de Assuntos Exteriores, Ibero-América e Caribe, respectivamente, propiciaram a necessária continuidade às relações bilaterais durante o período mais agudo do isolamento sanitário.

11. Nesse período de ano e meio, a Embaixada trabalhou de forma diligente para estender e aprofundar a relação bilateral em suas vertentes mais relevantes. Os esforços do Posto resultaram na visita de trabalho da Chanceler Arancha González Laya ao Brasil, em maio de 2021, primeira autoridade de nível ministerial a realizar visita oficial ao Brasil após a pandemia. O encontro de alto nível permitiu reafirmar a importância dos laços políticos, econômicos e comerciais entre os dois países e, diante do volume de investimentos espanhóis no Brasil e da atenção do lado espanhol à questão ambiental, reforçar o apoio da Espanha ao processo de ratificação do Acordo Birregional e ao processo de acessão do Brasil à OCDE.

12. A intensidade da relação política Brasil-Espanha reflete-se em numerosos aspectos dos interesses bilaterais comuns, mas fica principalmente evidenciada pelo elevado número de visitas oficiais recíprocas de altas autoridades governamentais. Para exemplificar esse importante aspecto, basta registrar que, apenas em 2019, a Embaixada recebeu e acompanhou 89 visitas de autoridades brasileiras à Espanha.

III - POLÍTICA INTERNA

13. Desde que assumi a chefia da Embaixada em Madri, tenho orientado o Posto no sentido de prover o governo brasileiro de informações atualizadas sobre a política interna espanhola, em especial sobre as repercussões desse aspecto nas relações bilaterais. Em centenas de expedientes telegráficos, o Posto relatou a situação interna espanhola e analisou seus desdobramentos à luz dos interesses não apenas políticos, mas também econômicos e comerciais sobre a relação bilateral.

14. Assumi o Posto quando ainda transcorria o governo "em funções" de Pedro Sánchez, resultante da moção de censura proposta em maio de 2018 contra Mariano Rajoy que culminara na saída do Partido Popular do governo, com a assunção do Partido Socialista (PSOE).

15. Decorridos dez meses de governo "em funções", foram convocadas novas eleições gerais, em abril de 2019, quando o PSOE sagrou-se vencedor, mas não obteve apoio suficiente no Congresso para que Sánchez fosse investido na Presidência de Governo. Dissolvido novamente o Parlamento e realizadas novas eleições gerais, em novembro daquele mesmo ano, o PSOE obteve maioria, mas ainda insuficiente para formar governo sem o apoio dos partidos minoritários. Somente em janeiro de 2020, Sánchez finalmente formou maioria em coalizão com o partido Unidas Podemos, de orientação comunista, agora suficiente para ser investido na função de Presidente de Governo e assumir o mandato, desta feita em plenas funções.

16. A estreita maioria formada por Sánchez para chegar à Presidência de Governo reuniu, além do Unidas Podemos, partidos de distintas prioridades e orientações, entre os quais siglas nacionalistas e independentistas, o que conformou cenário distante do bipartidarismo que marcara as primeiras décadas da democracia espanhola.

17. Na primeira quinzena de março de 2020, o advento da pandemia Covid-19 sequestrou a agenda política da nação. Em seguidos expedientes para a Secretaria de Estado, a Embaixada relatou e analisou como o combate à crise sanitária se impôs sobre a agenda de prioridades do governo espanhol. As atividades plenárias do Congresso foram suspensas e foram impostas limitações à mobilidade, à realização de eventos públicos e às atividades escolares. Em 12 de março, foi adotado o "Plano de Choque de Reação à Covid-19", a primeira de numerosas medidas destinadas a mitigar os efeitos das crises sanitária, econômica e social.

IV - POLÍTICA EXTERNA

18. Tema essencial do trabalho diplomático, o acompanhamento da política exterior espanhola ocupa diariamente a Embaixada. A partir da chegada de Pedro Sánchez e do PSOE ao poder, a chancelaria espanhola tratou de imprimir matriz cosmopolita à política externa, ao tempo em que buscava lograr promover ações concretas e respondia a desafios imediatos.

19. A partir do final da fase mais aguda da crise sanitária mundial, em meados deste ano, Sánchez vem imprimindo nova dinâmica à política exterior, agora constituída em instrumento da promoção da recuperação econômica e do aproveitamento dos recursos advindos do Fundo Europeu de Recuperação. Os tradicionais pilares do multilateralismo e do europeísmo na política externa espanhola ganham perfil ainda mais elevado. Ademais, a política exterior passa a ser via privilegiada para promover a transformação estrutural da Espanha com ênfase na transição ecológica e na transformação digital como fomento da coesão territorial e social e da promoção da igualdade de gênero.

20. Em contexto de atualização da política externa, o governo Sánchez anunciou, neste ano, nova "Estratégia de Ação Exterior 2021-2024", para definir metas de médio e de longo prazos para a ação exterior espanhola e para consolidar prioridades assignadas ao Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação.

21. Em julho de 2021, o Presidente de Governo substituiu a Chanceler Arancha Laya por José Manuel Albares. Albares assumiu a pasta e deu importantes sinais no sentido de reforçar a relação

da Espanha com a América Latina, em especial com o Brasil. Além do encontro dos chanceleres brasileiro e espanhol ocorrido em Lima por ocasião da posse presidencial no Peru, em julho, Albares recriou a Secretaria de Estado Ibero-Americana para reforçar as relações com a região.

V - ORGANISMOS REGIONAIS E MULTILATERAIS

22. O trabalho da Embaixada em Madri reveste importante dimensão multilateral ao requerer o tratamento dos temas afetos à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e aos demais organismos internacionais sediados nesta capital.

23. A Embaixada tem acompanhado, analisado e informado, à luz da perspectiva dos interesses brasileiros, as atividades da SEGIB e das organizações internacionais a ela adstritas: Organização Ibero-Americana para Educação, Ciência e Cultura (OEI); a Organização Internacional da Juventude pela Ibero-América (OIJ); Organização Ibero-Americana da Segurança Social (OISS); e a Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB).

24. Igualmente, o Posto acompanha, à luz dos mesmos interesses, outros organismos internacionais sediados na capital espanhola: a Organização Mundial do Turismo (UNWTO), a Organização do Conselho Oleícola Internacional (IOC), a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICAA) e a Organização Internacional de Valores Mobiliários (IOSCO).

VI. ECONOMIA

25. À luz dos vultosos investimentos diretos espanhóis no Brasil, a Embaixada segue com interesse muito atento os desdobramentos da economia espanhola. Até o início da pandemia de Covid-19, a Espanha vinha em trajetória de recuperação e melhorava a resiliência de sua economia no rescaldo das crises financeiras globais de 2008 e da zona do euro entre 2009 e 2013. O país mantinha padrão de crescimento equilibrado, setor financeiro mais saudável e menor participação da construção civil no valor agregado da economia. A persistência de condicionantes estruturais negativas, porém, a tornava mais vulnerável e frágil a choques externos, comparativamente a outras economias europeias.

26. O impacto econômico da crise sanitária na Espanha foi mais severo do que em outros países da OCDE. Razão principal desse fato encontra-se na composição estrutural da economia espanhola, caracterizada pela elevada participação do setor de serviços no produto interno bruto e pelo grande número de pequenas empresas, mais vulneráveis às oscilações do mercado em tempos de crise.

27. A pandemia tornou inviável a agenda de retomada econômica e, sobretudo a partir de março de 2020, desferiu golpe ao setor produtivo em intensidade e abrangência que só encontram paralelo no colapso econômico que se seguiu ao período da Guerra Civil. O PIB registrou, em 2020, a pior contração desde a década de 1930, ao encolher 10,8%, tendo o impacto da crise sanitária sido mais intenso na Espanha do que em outros países da Zona Euro. Em 2020, a Espanha assistiria à primeira queda anual do PIB desde 2013, quando o produto retrocedeu 1,4%.

28. A partir do segundo trimestre de 2021, o estado de emergência em vigor na Espanha foi finalmente suspenso e as medidas de distanciamento social começaram a ser revistas. A melhora dos dados dos agregados macroeconômicos foi registrada no projeto de Orçamento do Estado espanhol para 2022, em discussão no Parlamento, o qual prevê crescimento do PIB de 6,5% em 2021 e de 7% em 2022, além de redução da dívida pública.

29. No marco fiscal, a Espanha viu ampliada a margem de ação por conta dos recursos do fundo "Next Generation EU", cujo volume de repasses poderá alcançar 140 bilhões de euros até 2027, equivalente ao valor dos recursos que o país recebeu da UE ao longo das últimas três décadas. Para as autoridades espanholas, os repasses europeus serão destinados prioritariamente à modernização do país e representam "oportunidade histórica" para a Espanha promover a transformação estrutural da economia com ênfase na transição ecológica e na transformação digital.

VII. COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

30. Com estoque de investimentos no Brasil de cerca de US$ 80 bilhões, a Espanha é grande interessada no processo de ratificação do Acordo Mercosul-União Europeia. O apoio espanhol ao Acordo tem-se materializado por meio de gestões bilaterais e da atuação do país nas instâncias comunitárias em favor da entrada em vigor do acordo birregional. Igualmente, com relação à acessão do Brasil à OCDE, a Espanha tem expressado apoio à candidatura brasileira, tal como formalmente incorporado ao documento "Estratégia de Ação Exterior 2021-2024", no qual o Brasil é definido como "país de associação estratégica".

31. Desde que assumi, tenho enfatizado os temas comerciais e de investimentos como fundamentais na relação bilateral. Os capitais de origem espanhola conformam, hoje, o segundo maior estoque de investimentos diretos no Brasil. O Brasil é, atualmente, um dos principais parceiros comerciais da Espanha, o terceiro maior destino de seus investimentos no exterior, além de uma das principais fontes de ingressos no faturamento global de diversas multinacionais espanholas. A Espanha, por sua vez, é o nono país com maior estoque de investimentos de empresas brasileiras no exterior.

32. Uma das prioridades da atuação do Posto nesse campo tem sido a identificação, a busca e o direcionamento de oportunidades de investimentos de pequenas e médias empresas espanholas para o Brasil

33. O agronegócio tem merecido especial atenção, sendo objeto de tratamento minudente e cuidadoso por parte do SECOM. Determinei a criação de área especialmente dedicada à promoção do agronegócio brasileiro. Trata-se de setor que responde por parcela importante do comércio bilateral e que suscita grande interesse de empresários dos dois países. Em 2020, a Espanha foi o sexto maior parceiro do agronegócio brasileiro. O Brasil, por sua vez, foi o quinto maior fornecedor de produtos agroalimentares para a Espanha.

34. Em 2021, o SECOM elaborou estudos de mercado e mapeamento de oportunidades sobre os seguintes produtos e temas do agronegócio: limão; nozes de macadâmia e pecãs; suco de uva; café;

e produtos inovadores e de alto valor agregado nos setores agropecuário e de alimentos e bebidas. O SECOM também organizou *webinar* sobre "Oportunidades em España para los Cafés de Especialidad de Brasil".

VIII. DEFESA

35. A relação bilateral na área de Defesa ocupa a atenção da Embaixada, que conta com dois Adidos Militares com os quais mantenho estreita coordenação. A cooperação nesse setor com a Espanha é intensa e dinâmica.

36. Digno de nota foram a entrada em vigor, em dezembro de 2018, do Acordo de Cooperação na Área de Defesa, e a realização, em Brasília, de reunião da Comissão Mista Bilateral para o Setor de Defesa.

37. O governo espanhol elaborou, em 2020, nova "Directiva de Defensa Nacional", que ressaltou a importância do fortalecimento do multilateralismo nos esforços para garantir a paz. O documento defende a necessidade de modernização das bases industriais e tecnológicas de Defesa da Espanha, o que poderá abrir oportunidades de cooperação e de negócios para o Brasil.

IX. COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

38. No contexto de revisão do arcabouço institucional da relação para reposicioná-la em novo e mais elevado patamar de qualidade e eficiência, determinei a preparação de proposta de Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, de 1992, para incluir os temas de inovação afetos ao desenvolvimento de novas tecnologias com aplicação nos parques industriais dos dois países. O texto do ajuste está em consultas com o governo espanhol.

39. A Embaixada identificou os seguintes setores com potencial para cooperação bilateral em CTI: luz síncrotron; materiais de alta condutividade; dessalinização e irrigação; compartilhamento de satélites; veículos lançadores; segurança cibernética; *big data*; *blockchain* e nanotecnologia, entre outros.

X. ENERGIA E MEIO AMBIENTE

40. A política energética e climática da Espanha está fundamentada em três pilares: o Plano Nacional Integrado de Energia e Clima 2021-2030; o anteprojeto de Lei de Mudança Climática e Transição Energética; e a Estratégia de Transição Justa. A posição espanhola sobre o tema tem sido condicionada pelos compromissos do país no âmbito da União Europeia e a Embaixada acompanha e fomenta a cooperação bilateral nessa área tão importante para o desenvolvimento do Brasil.

41. A Embaixada promove iniciativas de divulgação de oportunidades de investimentos no Brasil na área de energia, com especial destaque para o marco institucional do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) nas áreas de renováveis e de transmissão e distribuição de energia elétrica.

42. A Embaixada realizou, em janeiro de 2020, o seminário "Energia no Brasil: Oportunidades de Investimento no País Líder em Renováveis". O evento permitiu divulgação de dados detalhados e relevantes sobre o marco regulatório brasileiro no setor e sobre oportunidades de negócio.

43. Em dezembro de 2019, no contexto da 25ª Conferência das Partes do Acordo Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, a Embaixada acolheu eventos e reuniões organizados à margem da COP-25, tais como o Dia do Brasil na COP-25; a assinatura de acordo entre o BNDES e o Banco de Desenvolvimento Alemão KfW; reunião de trabalho sobre o Fundo Amazônia; e reunião do Presidente do Senado Federal, copresidida pelo Ministro de Estado de Meio Ambiente, a qual congregou cerca de 70 participantes da Conferência, entre parlamentares, governadores e assessores.

XI. COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

44. Desde que assumi o Posto, favoreci especialmente iniciativas de parcerias entre universidades brasileiras e espanholas, com vistas a promover a mobilidade acadêmica e o incremento de programas de dupla titulação.

45. Com a colaboração do Posto, a Universidade de Santiago de Compostela e a Universidade Complutense de Madri iniciarão, a partir de janeiro de 2022, Programas de Leitorado. No quadro da promoção da Língua Portuguesa, em sua vertente brasileira, o Posto apoia a aplicação de exames do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

46. O Posto colabora, ainda, com a realização do I Congresso de Literatura Brasileira da Universidade de Salamanca e organiza atividades culturais paralelas em Salamanca para divulgar a arte brasileira.

47. A Embaixada tem participado, também, da Feira Aula – maior feira voltada para o setor educacional na Espanha –, com estande intitulado "Estudiar en Brasil", para promover o Brasil como destino acadêmico para estudantes espanhóis.

48. Gestionei pessoalmente e com sucesso junto às universidades espanholas e às autoridades governamentais competentes a autorização para que alunos e professores brasileiros pudessem ingressar na Espanha em 2021 para dar continuidade a seus estudos e cursos, apesar das restrições à entrada de voos oriundos do Brasil até junho deste ano.

XII. COOPERAÇÃO CULTURAL

49. Os temas culturais têm prioridade em minha gestão. O alto retorno positivo que os esforços nesse setor geram são incentivo adicional para que a Embaixada busque a excelência na promoção

da cultura brasileira na Espanha e em Andorra. Logo em 2019, a Embaixada realizou a primeira edição do “Mês do Brasil na Espanha” e do “Mês do Brasil em Andorra”, ciclos culturais dedicados a promover atividades artísticas brasileiras como cinema, fotografia, música e mesas redondas temáticas sobre o País.

50. No campo audiovisual, a Embaixada fez realizar, mais uma vez, em 2019, a tradicional mostra de cinema brasileiro, Novocine, com entusiasmado comparecimento e agrado do público espanhol. Em dezembro do mesmo ano, a Embaixada participou da IV edição da “Navideña Feria de las Culturas”, promovida pela Prefeitura de Madri. Ainda em 2019, o Posto também esteve presente em iniciativa voltada ao público infanto-juvenil e cuidou da participação brasileira no XX Salão Internacional do Livro Infantil e Juvenil de Pontevedra.

51. O apoio à recuperação do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista enseja levantamento ainda em curso sobre o acervo museológico brasileiro mantido por instituições na Espanha, com destaque para as peças sobre o Brasil conservadas nos Arquivos Gerais das Índias (Sevilha) e nos Arquivos de Simancas (Valladolid).

52. Em 2020, em consequência da pandemia, os modais da promoção e da realização de atividades culturais foram revistos. A segunda edição do “Mês do Brasil”, inicialmente prevista para ocorrer entre os meses de abril e maio de 2020, se realizou em formato virtual. Foi oferecido ao público espanhol, por meio de plataformas digitais, conteúdo cultural que seria promovido presencialmente. Lançou-se, ainda, a iniciativa "#Brasilaunclick" nas redes sociais. A ferramenta reuniu depoimentos de profissionais de numerosas áreas da cultura, com conteúdo exclusivo.

53. Também em decorrência da pandemia, a edição de 2020 do Novocine realizou-se em formato virtual. Nas redes sociais da Embaixada, fez-se amplo uso do Instagram. Como resultado da iniciativa, de baixíssimo custo, obtiveram-se mais de 4 mil acessos aos filmes do Novocine – 75% dos quais provenientes de regiões da Espanha fora de Madri.

54. Entre abril e maio de 2021, o Posto realizou o projeto “Libros Todos los Días”, iniciativa de difusão cultural por meio das redes sociais sobre literatura brasileira.

XIII. COOPERAÇÃO JURÍDICA

55. A cooperação bilateral entre Brasil e Espanha em matéria jurídica é intensa e dinâmica. A Espanha é um dos países aos quais o Brasil mais apresenta pedidos de extradição.

56. Nos últimos três anos, a Embaixada acompanhou 84 processos, dos quais 69 de extradição, 13 de transferências de presos e 2 de execução de pena no exterior. Ademais, a Embaixada processa número significativo de procedimentos judiciais, entre os quais pedidos de informação entre autoridades judiciárias, cartas rogatórias e pedidos de transferência de presos para cumprimento de pena.

57. O Setor de Cooperação Jurídica mantém estreita coordenação com a Adidância da Polícia Federal para garantir livre fluxo de informações e a celeridade dos trâmites relacionados à cooperação jurídica entre os dois países.

XIV. IMPRENSA E REDES SOCIAIS

58. A Embaixada realiza diariamente acompanhamento atento do fluxo de noticiário trazido pela imprensa espanhola e das movimentações e tendências das redes sociais espanholas, à luz dos interesses do Brasil. O Posto atua, também, junto a veículos de comunicação, com vistas a promover a imagem do Brasil e da cultura brasileira na Espanha, bem como para prestar esclarecimentos sobre o Brasil, quando cabível.

59. Desde que assumi o Posto, tenho buscado promover aproximação e maior diálogo com a imprensa local, em especial com os dirigentes dos grandes jornais, assim como com os correspondentes brasileiros e estrangeiros. Visitei redações e me reuni com os diretores dos principais jornais de tiragem nacional, como El Mundo, La Razón, ABC e El País, além de ter realizado almoço de trabalho com o El País e com o Grupo PRISA, proprietário do jornal.

60. Mantenho diálogo franco, aberto e fluido com os dirigentes dos jornais espanhóis, entre eles Joseph Oughourlian, CEO do Grupo Prisa, e também com Gabriela Cañas, Presidente da Agência EFE, assim como com Asís Martín, Diretor da Europa Press, a segunda maior agência de notícias da Espanha.

61. O Setor de Imprensa e Redes Sociais da Embaixada atua, ainda, para identificar notícias distorcidas ou falaciosas sobre o Brasil e, quando cabível, tenho respondido por carta aos jornais que as publicaram, prestando os necessários esclarecimentos sobre a realidade brasileira.

62. O Setor de Imprensa e Redes Sociais também trabalha na convocatória de coletivas e entrevistas a autoridades e rodas de imprensa; no diálogo com a imprensa local e com correspondentes brasileiros e estrangeiros; na publicação de artigos de autoridades brasileiras e de materiais relacionados ao País; na compilação e análise das notícias sobre Brasil publicadas na Espanha; e na divulgação de eventos realizados ou apoiados pelo Posto e promovidas pela Secretaria de Estado.

63. A Embaixada participa também em programa de rádio semanal na Libertad FM e na Rádio Círculo. Na transmissão, difundem-se desdobramentos nos cenários político, econômico e social do Brasil e informações sobre os eventos culturais apoiados pela Embaixada.

64. O Posto tem intensificado atividades nas redes sociais. São utilizadas não só a tradicional página web hospedada no servidor do Itamaraty, mas também as contas no Instagram, Facebook, Youtube e Twitter. A Embaixada promove a cobertura em tempo real de eventos, das visitas e agendas de autoridades brasileiras e de divulgação de fatos sobre o Brasil e suas manifestações culturais.

65. A conta oficial do Posto no Instagram, inaugurada em fevereiro de 2021, vem tendo crescimento constante, tendo alcançado quase 2 mil seguidores em apenas oito meses no ar.

XV. ANDORRA

66. A vertente multilateral do relacionamento Brasil-Andorra é altamente relevante e tem sido objeto de fluida coordenação. O governo do Principado mostra-se sempre receptivo às candidaturas brasileiras em organismos internacionais, em todas as ocasiões em que o Posto realiza gestões a esse respeito.

67. Ao longo de 2020, o Principado de Andorra não foi exceção à crise sanitária mundial. O importante setor turístico do país se desestruturou, o que comprometeu a geração de riqueza e induziu drástica redução do Produto Interno Bruto. Como enclave entre a Espanha e a França, cerca de 40% do PIB de Andorra se originava da atividade turística até 2019. A pandemia acelerou mudanças estruturais na economia andorrana. O governo andorrano estabeleceu como "prioridades estratégicas" de gestão a conclusão das negociações do Acordo de Associação com a União Europeia, iniciadas em 2015, e a diversificação setorial no contexto da recuperação econômica, por meio da promoção de políticas de desenvolvimento sustentável e de digitalização.

68. Ao longo dos últimos três anos, a política exterior andorrana esteve altamente demandada a partir da assunção pelo país da Presidência Pro Tempore da XXVII Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, ocorrida em abril deste ano, certamente o evento de maior visibilidade já realizado pelo serviço exterior andorrano.

69. As negociações do Acordo de Associação com a UE estão no centro da política externa andorrana, por sua contribuição ao fortalecimento da segurança jurídica no país, bem como pelos efeitos positivos que poderá aportar para a diversificação da economia.

70. O relacionamento Brasil-Andorra tem evoluído de forma bastante positiva, com o aprofundamento do intercâmbio bilateral sobre os desafios da pandemia, o interesse em promover a cooperação em matéria de turismo e também para evitar a bitributação, bem como sob a benéfica inspiração do constante e reiterado apoio andorrano a candidaturas brasileiras em foros multilaterais.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM MADRI

Candidato EMBAIXADOR ORLANDO LEITE RIBEIRO

PERFIL DO CANDIDATO



Nascido em Paris, em 7 de junho de 1966, o embaixador Orlando Leite Ribeiro é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1992. No Brasil, trabalhou como assistente nas Divisões de África I e II (1993-1995) e de Política Financeira (1995-1996). Foi ainda assessor do Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e Comércio Exterior (1996-1997). Entre 2004 e 2006 foi assistente na Divisão de Integração Regional. Em seguida, exerceu as funções de assessor e coordenador-geral de planejamento administrativo no Departamento de Comunicações e Documentação (2006-2007). De volta ao Brasil em 2011, foi, durante quatro anos, chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base e, em 2016, chefe da Divisão de China e Mongólia. Em 2017, foi nomeado Diretor de Promoção Comercial e de Investimentos, cargo que ocupou até 2019.

No exterior, o embaixador Orlando Leite Ribeiro serviu no Setor de Promoção Comercial em Nova York (1997-2000) e nas Embaixadas em Assunção (2000-2004) e em Washington (2008-2011), momento no qual defendeu, no Curso de Altos Estudos do Itamaraty, em 2011, a tese sobre "Sanções Econômicas como Instrumento de não-Proliferação Nuclear: os casos do Irã e da Coreia do Norte".

Desde janeiro de 2019, o embaixador Orlando Leite Ribeiro atua como Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nessa função, supervisiona, pelo MAPA, todas as negociações de acordos de livre comércio, de tarifas, de temas sanitários e fitossanitários e de barreiras técnicas nas relações com outros países. Além disso, coordena as políticas de promoção comercial, investimentos e cooperação do MAPA.

O embaixador é vice-presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), membro do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior e do Comitê de Créditos e Garantias à Exportação. É conselheiro do Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex) e do Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

A ampla experiência profissional do embaixador Orlando Leite Ribeiro, sobretudo na área econômico-comercial, em muito contribuiria para redinamizar a agenda bilateral com o Reino da Espanha, em especial em suas vertentes comercial e de investimentos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, ao promover e administrar, com integridade e visão global, as relações

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

entre Brasil, Espanha e Andorra, em todos os seus âmbitos, assim como ao defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros na Espanha e em Andorra, por intermédio de atuação diplomática de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República no que tange ao acompanhamento, promoção, defesa e representação dos interesses do Brasil nas suas relações com o Reino da Espanha e o Principado de Andorra, tanto entre governos, com o setor privado local e a sociedade espanhola em geral, assim como ao fomento da cooperação bilateral em todos os níveis. Integrar as ações diplomáticas junto ao Reino da Espanha aos esforços regionais e globais do Brasil em suas relações internacionais.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar e ampliar as relações diplomáticas com o Reino da Espanha e o Principado de Andorra, de forma a contribuir para a prosperidade da sociedade brasileira e o desenvolvimento nacional.
2. Promover os interesses econômicos e comerciais do Brasil na Espanha e em Andorra.
3. Tratar, de forma integrada e com visão de conjunto, as ações de promoção comercial e investimentos, o engajamento entre governos nos seus diversos níveis, a difusão da imagem do Brasil, da marca-país e de sua cultura e das parcerias científicas, educacionais e acadêmicas, articulando esses instrumentos para que contribuam, individual e coletivamente, para avançar a posição do Brasil na sociedade espanhola e assegurar o melhor tratamento a nossos interesses nacionais, sobretudo aqueles de natureza econômica-comercial.
4. Aprofundar a Parceria Estratégica com o Reino da Espanha, com a promoção de agenda bilateral fluída, construtiva e mutuamente benéfica.
5. Fomentar a imagem e a cultura do Brasil no Reino da Espanha, com a promoção ativa da língua portuguesa e da cultura brasileira, em toda sua diversidade.
6. Promover cooperação ampla e produtiva com o Reino da Espanha em todas as áreas de interesse comum.
7. Ampliar a influência brasileira nos processos de decisão de mecanismos e foros regionais e internacionais compartilhados com o Reino da Espanha, por intermédio do fortalecimento da articulação com o governo espanhol, e explorar formas de promover interesses comuns em foros dos quais o Brasil não participa diretamente, particularmente no contexto do arranjo comunitário da União Europeia.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho cotidiano do posto, de forma a manter o nível de excelência dos serviços diplomáticos da Embaixada e a adequada prestação de contas à sociedade brasileira.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover maior participação do Brasil nos fluxos de comércio de bens e serviços com a Espanha:

   - Estabelecer o mecanismo de diálogo no âmbito do Grupo de Trabalho Brasil-Espanha sobre Comércio, Investimentos e Infraestrutura;

   - Identificar setores, bens e serviços brasileiros prioritários para ações de diversificação e de promoção da pauta exportadora brasileira para a Espanha;

   - Intensificar ações de promoção de produtos agrícolas brasileiros com potencial exportador para a Espanha;

   - Identificar oportunidades para complementariedade de cadeias de valor, inclusive com a importação de insumos espanhóis;

   - Fomentar e apoiar a participação de entidades e empresas brasileiras em feiras de promoção comercial na Espanha;

   - Monitorar obstáculos relacionados ao acesso de bens e serviços brasileiros ao mercado espanhol;

   - Articular as ações de promoção comercial do Posto com a APEX-Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais órgãos relevantes do governo federal, estados e municípios;

   - Articular as ações de promoção comercial do Posto com as confederações e associações representativas do setor privado; e

   - Modernizar métodos de trabalho e de gestão com vistas a ampliar o uso de ferramentas de inteligência comercial e marketing.

2. Favorecer o incremento e a diversificação do fluxo de investimentos entre Brasil e Espanha:

   - Apoiar e facilitar acesso a fontes financiadoras espanholas, para viabilizar projetos de infraestrutura nas áreas de energia, saneamento e transportes no Brasil;

- Apoiar iniciativas com vistas à atração e diversificação de investimentos espanhóis para além dos setores já tradicionais (serviços financeiros, telecomunicações e energia);

- Articular as ações de promoção de investimentos do Posto com a APEX-Brasil, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e demais órgãos relevantes do governo federal, estados e municípios;

- Articular as ações de promoção de investimentos do Posto com as confederações e associações representativas do setor privado;

- Fomentar iniciativas conjuntas e parceria entre os setores privados de ambos os países; e

- Apoiar a internacionalização de empresas brasileiras interessadas em se estabelecer no mercado espanhol.

3. Apoiar e incrementar os trabalhos da Câmara de Comércio Brasil-Espanha (CCBE):

   - Apoiar a realização de encontros regulares da CCBE, com vistas a fortalecer os vínculos entre os setores empresariais dos dois países; e

   - Favorecer a participação, quando cabível, da CCBE nas atividades de promoção comercial do Posto.

4. Apoiar e promover os interesses brasileiros da Base Industrial de Defesa (BID) na Espanha:

   - Apoiar a realização de missões e eventos de promoção comercial da BID na Espanha, com vistas a fortalecer os vínculos entre os setores empresariais dos dois países, contando com o apoio dos adidos militares do Posto; e

   - Promover maior conhecimento recíproco entre as bases industriais de defesa dos dois países.

5. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão de foros regionais e internacionais econômicos e financeiros que contam com a participação de ambos os países, por intermédio do fortalecimento da articulação com o governo espanhol:

   - Intensificar contatos entre autoridades brasileiras e espanholas nos setores econômico e financeiro, com vistas a promover interesses brasileiros em organizações econômicas multilaterais de modo compatível com as diretrizes, os interesses nacionais brasileiros e o desenvolvimento nacional.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros, virtuais ou presenciais, gestões e outras ações para promover maior participação do Brasil no comércio com a Espanha;

2) Número de encontros, virtuais ou presenciais, gestões e outras ações para promover o incremento e a diversificação do fluxo de investimentos entre Brasil e Espanha;

3) Número de reuniões, encontros ou eventos da Câmara de Comércio Brasil-Espanha realizados durante a gestão;

4) Número de missões, reuniões, encontros ou eventos de promoção da Base Industrial de Defesa (BID) durante a gestão; e

5) Número de encontros, virtuais ou presenciais, gestões e outras ações junto a autoridades econômicas e financeiras espanholas para tratar de interesses brasileiros em organizações econômicas multilaterais.

II - Relações políticas bilaterais

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Consolidar a Parceria Estratégica entre Brasil e Espanha, com a intensificação de visitas oficiais bilaterais e da promoção de agendas de interesse comum, em benefício da prosperidade da sociedade brasileira e do fomento ao desenvolvimento nacional:

   - Acompanhar, subsidiar, preparar e apoiar, quando cabível, visitas de autoridades brasileiras à Espanha e de autoridades espanholas ao Brasil, incluindo representantes dos Poderes Legislativo, Judiciário e dos entes federativos.

2. Promover a realização periódica de reuniões da Comissão Permanente Bilateral (CPB) Brasil-Espanha:

   - Apoiar os trabalhos da recém criada Comissão Permanente Bilateral (CPB) Brasil-Espanha e de suas subcomissões, a fim de assegurar seu pleno funcionamento. Conferir maior nível de implementação aos compromissos assumidos em seus eixos temáticos.

3. Fomentar a interlocução entre as chancelarias dos dois países:

- Manter canais regulares de diálogo e interação com o governo espanhol, particularmente por intermédio do Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação;
- Apoiar encontros, reuniões e negociações entre representantes do governo brasileiro e espanhol; e
- Representar o Brasil em cerimônias oficiais promovidas pela Chancelaria espanhola.

4. Fomentar o diálogo, quando pertinente, com os demais órgãos do governo espanhol e do Principado de Andorra, mantendo os canais abertos e fluidos.

5. Acompanhar, desde a perspectiva do interesse nacional brasileiro, a evolução das políticas interna e externa da Espanha:

- Analisar as relações externas da Espanha, sobretudo com os Estados Unidos, países da América Latina e Caribe, e da Ásia (em particular, com a China), sempre com especial atenção a possíveis implicações para os interesses brasileiros ~~e~~ a eventuais oportunidades para ação coordenada;
- Acompanhar a evolução das relações da Espanha com a Comissão Europeia e com os demais estados membros da UE, com especial atenção aos posicionamentos espanhóis perante temas de interesse brasileiro, como a conclusão do Acordo de Associação MERCOSUL-UE;
- Manter contatos regulares com atores relevantes do cenário político e diplomático da Espanha, em nível nacional e, quando couber, regional, com vistas a assegurar interlocução adequada com o governo e demais forças políticas do país; e
- Acompanhar os desenvolvimentos relacionados a dinâmicas das políticas regionais e das regiões autônomas na Espanha, assim como de seus efeitos sobre o cenário político do país.

6. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade nos dois países:

- Apoiar missões, visitas, reuniões e encontros entre parlamentares brasileiros e espanhóis;
- Apoiar iniciativas e o diálogo entre parlamentares brasileiros e espanhóis; e
- Apoiar atividades dos grupos parlamentares de amizade de ambos os países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de visitas e missões oficiais de autoridades brasileiras e espanholas, inclusive representantes dos Poderes Legislativo, Judiciário e dos entes federativos brasileiros;

2) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, da Comissão Permanente Bilateral (CPB) Brasil-Espanha e de suas comissões temáticas;

3) Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações junto ao Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação;

4) Número de expedientes telegráficos que versem sobre as políticas interna e externa espanhola; e

5) Número de missões, visitas, reuniões e encontros de parlamentares dos dois países.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Intensificar a concertação bilateral em mecanismos multilaterais compartilhados entre os dois países:

   - Acompanhar e analisar, à luz dos interesses brasileiros, as atividades desempenhadas pela Espanha em foros multilaterais, tais como as Nações Unidas e seus órgãos, agências e programas especializados (como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde e a UNESCO, por exemplo);

   - Promover o diálogo com representantes governamentais espanhóis sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;

   - Realizar gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais; e

   - Promover os interesses do País junto ao governo espanhol no âmbito dos processos de ratificação do Acordo de Associação Regional MERCOSUL-UE e de acessão do Brasil à OCDE.

2. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais que contam com a participação da Espanha:

   - Elaborar, à luz dos interesses brasileiros, materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela

Espanha em foros regionais, particularmente na Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB);

- Acompanhar e apoiar, à luz dos interesses brasileiros, as atividades da SEGIB e das organizações internacionais a ela vinculadas: Organização Ibero-americana para Educação, Ciência e Cultura (OEI); Organização Internacional da Juventude pela Ibero-América (OIJ); Organização Ibero-americana da Segurança Social (OISS); e Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB); e
- Acompanhar e apoiar, à luz dos interesses brasileiros, as demais organizações internacionais sediadas em Madri: Organização Mundial de Turismo (UNWTO), Conselho Oleícola Internacional (IOC), Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICAA) e Organização Internacional de Valores Mobiliários (IOSCO).

3. Promover junto ao governo da Espanha as candidaturas de interesse do Brasil a cargos internacionais:
    - Manter diálogo constante e fluido com representantes do governo espanhol a fim de promover candidaturas de interesse do Brasil em cargos internacionais.

4. Prestar apoio à cooperação técnica e iniciativas de assistência humanitária desenvolvidas pelos dois países:
    - Apoiar, quando cabível, a participação brasileira em iniciativas e negociações bilaterais e regionais no âmbito da cooperação técnica; e
    - Prestar apoio a iniciativas e ações de assistência humanitária de interesse dos dois países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações relativas à concertação entre os dois países em mecanismos multilaterais compartilhados;
2) Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações relativas à concertação entre os dois países nos mecanismos regionais sediados em Madri;
3) Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações efetuadas junto ao governo espanhol em apoio a candidaturas de interesse do Brasil a cargos internacionais; e

4) Número de encontros, virtuais ou presenciais, gestões e outras ações para promover a cooperação técnica e de assistência humanitária entre Brasil e Espanha.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover a imagem do Brasil e da marca-país junto ao público espanhol:

- Realizar eventos, na própria Embaixada ou em parceria com instituições espanholas, que resultem na promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados e integrados a atividades de promoção comercial e investimentos; e

- Coordenar com a APEX-Brasil, outros órgãos relevantes do governo e entidades do setor privado, iniciativas para a promoção da marca-país na Espanha.

2. Promover ações de divulgação da cultura brasileira junto à sociedade espanhola:

- Apoiar a organização regular de edições do Novocine na Espanha e promover a inserção de obras cinematográficas brasileiras em outros festivais de cinema no país, inclusive por meio virtual ou itinerante;
- Apoiar e promover eventos culturais de divulgação da cultura brasileira na Espanha, em coordenação com parceiros como a Casa do Brasil e a Fundação Cultural Hispano-Brasileira (FCHB);
- Apoiar eventos de gastronomia brasileira na Espanha;
- Apoiar festivais e eventos musicais com a participação de artistas brasileiros na Espanha;
- Promover a literatura brasileira, inclusive por intermédio de parcerias com instituições e editoras espanholas;
- Apoiar a aplicação dos exames Celpe-Bras na jurisdição do Posto, em parceria com o Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (CEB-USAL) e a Casa do Brasil;
- Apoiar a publicação de edições em espanhol de obras literárias brasileiras, assim como sua difusão junto ao público espanhol;
- Fomentar a produção de conteúdo sobre o Brasil em língua espanhola, em particular aquele voltado ao público infanto-juvenil; e
- Promover o estabelecimento de parcerias entre instituições brasileiras e espanholas dos setores cultural, educacional e acadêmico.

3. Promover o Brasil como destino turístico a viajantes espanhóis:

    - Realizar ação promocional do Brasil como destino turístico junto a operadores de turismo e influenciadores espanhóis;
    - Participar e apoiar a presença de representantes brasileiros na Feira Internacional do Turismo (FITUR), a principal referência espanhola e uma das mais importantes feiras mundiais do setor;
    - Fortalecer o diálogo com a EMBRATUR para a organização de eventos, seminários e iniciativas de promoção do Brasil como destino turístico junto a operadores de turismo emissivo e ao público espanhol;
    - Apoiar iniciativas dos estados e municípios brasileiros junto ao mercado espanhol; e
    - Promover, nas redes sociais do Posto, conteúdo digital direcionado ao público espanhol sobre destinos turísticos brasileiros.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, ações e iniciativas com empresas e entidades setoriais para a promoção da imagem do Brasil e da marca-país;

2) Número de eventos no campo das artes plásticas, música, dança, teatro, cinema e gastronomia realizadas na Espanha com o apoio do Posto e de convênios e termos de cooperação estabelecidos entre instituições culturais brasileiras e espanholas; e

3) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, ações e iniciativas destinadas a promover o Brasil como destino turístico a viajantes espanhóis.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Identificar possibilidades para promover a cooperação bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente:

    - Fomentar e aprofundar os canais de diálogo bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente, de modo a promover o mútuo conhecimento sobre as realidades e os desafios de cada país na agenda ambiental;
    - Estimular visões convergentes e construtivas entre a agenda brasileira e espanhola, em temas como a recuperação de ecossistemas e solos

degradados, as finanças sustentáveis e a implementação do Acordo de Paris; e

- Promover e apoiar a participação na Espanha de representantes brasileiros em eventos ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável.

2. Fomentar iniciativas de cooperação bilateral na área de proteção ambiental:

- Apoiar as tratativas em curso entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) com vistas a eventual assinatura de Memorando de Cooperação Técnica em Matéria de Defesa Civil e Proteção ao Meio Ambiente; e
- Acompanhar e monitorar a formulação e o trâmite de regulamentos e projetos legislativos na área de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente, identificando riscos, impactos e oportunidades para o Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, sobre ações e gestões bilaterais de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; e

2) Número de expedientes telegráficos do Posto sobre a temática da cooperação bilateral na área de proteção ambiental.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Intensificar e fortalecer a cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Espanha:

- Apoiar iniciativas de intercâmbio acadêmico, governamental e empresarial na área de ciência e tecnologia;
- Incentivar o compartilhamento de conhecimento na área de CT&I entre Brasil e Espanha;
- Fomentar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, tais como inteligência artificial, “big data,” robótica, computação quântica, nanotecnologia, “blockchain”, biotecnologia e genética;

- Incentivar a articulação desse diálogo por intermédio da Comissão Mista Bilateral de Cooperação em CT&I, com ênfase no tratamento de temas de tecnologias de ponta; e
- Promover o estreitamento das relações entre Brasil e Espanha em todo o espectro da agenda de transição digital, principalmente no tocante aos padrões de telecomunicação 5G e 6G, internet das coisas e inteligência artificial, entre outros.

2. Apoiar e promover o intercâmbio científico-tecnológico bilateral nos setores acadêmico e empresarial em CT&I:

- Promover a cooperação entre parques tecnológicos do Brasil e da Espanha, com vistas a incrementar iniciativas conjuntas em áreas consideradas estratégicas;
- Realizar eventos voltado à atração de investimentos e clientes para “startups" brasileiras, com destaque a segmentos como “Agritech” e “Fintech”, por exemplo; e
- Apoiar a realização de missões e feiras bilaterais na Espanha na área de CT&I, que promovam o intercâmbio entre os setores governamentais, acadêmicos e empresariais de ambos os países nesta temática.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, presenciais e virtuais, ações e gestões sobre a promoção da cooperação bilateral em matéria de temas de tecnologia de ponta em CT&I; e

2) Número de ações de promoção tecnológica, reuniões com empresas e entidades setoriais, assim como de eventos e missões realizadas com o apoio do Posto.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover o Brasil como destino acadêmico para estudantes espanhóis:

- Ação promocional do Brasil como destino acadêmico junto a instituições de ensino espanholas, em especial com o apoio da Fundação Cultural Hispano-Brasileira (FCHB); e
- Apoiar a presença brasileira em feiras estudantis na área de jurisdição do Posto.

2. Fomentar a cooperação educacional e a mobilidade acadêmica entre Brasil e Espanha:

   - Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior do Brasil e da Espanha, com foco em programas de intercâmbio acadêmico;
   - Promover o diálogo e eventuais parcerias com instituições educacionais espanholas relevantes, como o Instituto Cervantes e o Serviço Espanhol para Internacionalização da Educação;
   - Promover as atividades do programa de leitorados na Espanha; e
   - Fomentar a interlocução com estudantes e acadêmicos brasileiros em instituições de ensino superior espanholas.

3. Promover a variante brasileira da língua portuguesa:

   - Incentivar atividades de divulgação e promoção da língua portuguesa na Espanha, inclusive por meio de iniciativas de cooperação acadêmica e educacional.
   - Divulgar, inclusive nas redes sociais do Posto, a realização do exame de proficiência de língua portuguesa Celpe-Bras e apoiar cursos de preparação para o certame; e
   - Apoiar o credenciamento de instituições de ensino superior espanholas interessadas em aplicar o Celpe-Bras, quando cabível.

4. Intensificar esforços bilaterais de cooperação na área de saúde, com ênfase no enfrentamento à pandemia da COVID-19:

   - Monitorar os avanços realizados pela Espanha na área das políticas públicas da saúde, em particular da situação epidemiológica da COVID-19;

5. Apoiar o fortalecimento da cooperação bilateral em defesa:

   - Incentivar processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Espanha;
   - Apoiar, em coordenação com os adidos militares, a realização de reuniões de alto nível entre autoridades de defesa de ambos os países; e
   - Assegurar continuidade do engajamento no âmbito do Grupo de Trabalho Bilateral de Cooperação Industrial para Defesa.

6. Intensificar iniciativas de cooperação jurídica e policial entre Brasil e Espanha:

- Adotar e acompanhar as providências à efetivação dos pedidos de cooperação jurídica, em particular aqueles apresentados pelo Brasil às autoridades espanholas com fundamento no Tratado de Extradição entre Brasil e Espanha; e
- Em coordenação com a Adidância da Polícia Federal, facilitar a articulação de ações conjuntas dos dois países no combate a ilícitos transnacionais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações para a promoção do Brasil como destino acadêmico para estudantes espanhóis;

2) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações para a promoção da cooperação e da mobilidade acadêmica entre instituições de ensino brasileiras e espanholas;

3) Número de ações realizadas na Espanha para a divulgação da variante brasileira do português;

4) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações sobre iniciativas de cooperação na área de saúde, em particular no enfrentamento da pandemia de COVID-19;

5) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações entre autoridades de defesa do Brasil e da Espanha; e

6) Número de processos de cooperação jurídica ativa e passiva tramitados, e de gestões e ações efetuadas em matéria de cooperação policial bilateral.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Identificar oportunidades para investimentos em negócios de impacto no Brasil e na Espanha, assim como para a participação em projetos de cunho social nos dois países, inclusive no contexto de responsabilidade social corporativa e "ESG".

2. Apoiar iniciativas de cooperação entre Brasil e Espanha para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades, inclusive com iniciativas trilaterais em terceiros países.

3. Fortalecer o diálogo bilateral no campo de direitos humanos:

    - Acompanhar os debates sobre direitos humanos no âmbito das instituições espanholas, com especial enfoque em temas que tenham relevância para a imagem e os interesses do Brasil;

- Examinar a possibilidade de fomentar o diálogo bilateral em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos; e
- Manter as instituições espanholas relevantes informadas acerca da situação de direitos humanos no Brasil e sobre as políticas públicas brasileiras no setor.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações voltadas a investimentos de impacto ou a projetos de cunho social.
2) Número de expedientes telegráficos sobre iniciativas de promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades em terceiros países; e
3) Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.

IX - Apoiar as comunidades brasileiras no exterior

Considerando que temas consulares não estão entre as competências primárias da Embaixada do Brasil junto ao Reino da Espanha, a ação do Posto para apoio direto às comunidades brasileiras naquele país fica adstrita à atuação dos Consulados-Gerais em Madri e em Barcelona e também ao trabalho realizado pelos 10 Consulados Honorários do Brasil na Espanha (Granada, Las Palmas, Tenerife, Santiago de Compostela, Sevilha, Alicante, Bilbao, Palma de Mallorca, Tarragona e Valência). Não obstante, o Posto manterá interlocução com o Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação sobre temas consulares, a fim de apoiar o provimento de serviços de excelência à comunidade brasileira na Espanha.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

SF/21226.53905-41

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 57, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra*.

Relator: Senador **CARLOS VIANA**

Esta Comissão é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ORLANDO LEITE RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata é filho de Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro e Elizabeth de Souza Dantas Strauss. Nasceu em 7 de junho, em Paris, França, sendo brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946.

Concluiu o Curso de Ciências Econômicas pela Faculdade Cândido Mendes/RJ no ano de 1991.

No Instituto Rio Branco, iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano de 1993. Tornou-se Segundo-Secretário em 1999. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2003; Conselheiro em 2007; Ministro de Segunda Classe em 2011; e Ministro de Primeira Classe em 2017.

Entre as atividades por ele exercidas ao longo de sua trajetória profissional, destacam-se as de: Conselheiro na Embaixada em Washington (2008-2011); Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (2011-2015); Chefe de Divisão de China e Mongólia (2016); Diretor do Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos (2016-2018), Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (desde 2018).

Foi agraciado com a Ordem do Rio Branco, Brasil, no grau de Grande-Oficial.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra. Além disso, foi juntado o relatório de gestão do Chefe de Posto ao final de sua missão, em atendimento ao item IV do art. 383, do RISF, bem como o Planejamento Estratégico para o posto de destino.

O Reino da Espanha é monarquia parlamentar com quase 50 milhões de habitantes.

Desde o reconhecimento da independência do Brasil pela Espanha, em 1834, percebeu-se estreitamento contínuo das relações bilaterais, com destaque para a forte imigração de espanhóis para o Brasil na

SF/21226.53905-41

primeira metade do século XX e de investimentos espanhóis no Brasil a partir da década 1980. Hoje a Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com mais de US$ 78 bilhões em estoques de investimentos.

Acrescente-se que são mais de 80 mil brasileiros residentes na Espanha.

Em 2003, Brasil e Espanha firmaram Acordo de Parceria Estratégica. Foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica) no ano de 2005, com previsão de reuniões anuais dos presidentes, consultas periódicas entre as segundas autoridades das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração.

Com a Declaração de Madri, no ano de 2012, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político, para avaliação permanente do relacionamento bilateral e para estruturar o diálogo político. Inaugurando em 2014, esse passou a ser o principal instrumento de consultas bilaterais regulares.

O fluxo de comércio bilateral experimentou variações no decorrer da última década: alcançou o máximo de US$ 8,1 bilhões em 2018 e o mínimo de US$ 5,2 bilhões em 2016. Ano passado, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 6,5 bilhões (redução de 4,1% em relação ao ano de 2019). As exportações brasileiras para a Espanha alcançaram o volume de US$ 4,0 bilhões (+ 0,4%), o que representou 1,93% do total das exportações brasileiras. As importações da Espanha ao Brasil, foram da ordem de US$ 2,5 bilhões (-10,5%), representaram 1,59% do total das importações brasileiras.

Houve saldo comercial favorável ao Brasil de US$ 1,524 bilhões. Com isso, a Espanha foi o 8º país no ranking de destino de exportações brasileiras e o 14º no ranking das importações. Os principais produtos exportados pelo Brasil são: óleos brutos de petróleo (26%); soja (24%); milho (9,5%); farelos de soja (7,8%); e minérios de cobre (7,7%). Predominam produtos manufaturados na pauta, com destaque para: óleos combustíveis de petróleo (14%); compostos organo-inorgânicos (5,6%); medicamentos, incluindo veterinários (5.4%); defensivos agrícolas (5,1%); e outros produtos da indústria de transformação.

SF/21226.53905-41

Com o ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas, no ano de 1993, passamos a manter diálogo político regular com aquele país, ainda que de forma modesta e traduzindo-se, sobretudo, em apoios a candidaturas brasileiras a cargos multilaterais, principalmente no âmbito do sistema das Nações Unidas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/21226.53905-41

10

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA*
CPF.: 349.807.170-04
ID.: 9015255831 SSP/RS

1959	Filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, nasce em 17 de dezembro, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1983	Engenharia Agrônomica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1984	CPCD - IRBr
1986	Pós-graduação em Administração, École Nationale d`Administration, Paris/FR
2004	CAD, IRBr - Multifuncionalidade e Preocupações Não-Comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC
Cargos:	
1985	Terceiro-Secretário
1989	Segundo-Secretário
1997	Primeiro-Secretário, por merecimento
2001	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2013	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1986-89	Divisão de Política Comercial, Assistente
1989-93	Embaixada em Roma/FAO, Terceiro e Segundo-Secretário
1993-95	Embaixada em Santiago, Segundo-Secretário
1995-96	Secretaria de Planejamento Diplomático, Assessor
1996-2000	Divisão de Política Comercial, Assessor e Subchefe
2000-01	Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe, substituto
2001-03	Gabinete do Ministro de Estado, Assessor
2003-08	Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2008-11	Delegação do Brasil junto à OMC, ministro-conselheiro
2011-15	Departamento Econômico, Diretor
2015-16	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, Subsecretário
2016-18	Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe, Subsecretário
2016-18	Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional
2018-	Embaixada em Pequim, Embaixador
Condecorações:	
1986	Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Prata
1996	Medalha Mérito Tamandaré,
2001	Ordem do Mérito Militar, Cavaleiro
2002	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2002	Ordem de Rio Branco, Grã Cruz
	Ordem do Mérito Cartográfico, Grande Oficial
	Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho
Obras Publicadas:	
2006	"Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
2009	"Taxation and Representation in the WTO". In Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations:

New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law.

2013 "A Organização Mundial do Comércio". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

2013 "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". In Benjamim, Daniela Arruda (org.). "O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 58, DE 2021

(nº 566/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 566

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de novembro de 2021.

EM nº 00206/2021 MRE

Brasília, 19 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Colômbia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 903/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 04 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/11/2021, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008162/2021-19 SEI nº 2985744

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 –– Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COLÔMBIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Outubro de 2021

APRESENTAÇÃO

A Colômbia localiza-se ao norte da América do Sul e compartilha fronteiras com Brasil, Venezuela, Peru, Equador e Panamá. O país tem saída para o Caribe (Oceano Atlântico) e para o Oceano Pacífico.

Com cerca de 1 milhão de km2, é o quarto maior país da América do Sul. Sua extensão territorial assemelha-se à da região sudeste do Brasil. A Colômbia é o segundo país mais populoso da América do Sul, com cerca de 49 milhões de habitantes. Sua população é formada, majoritariamente, por descendentes de espanhóis, africanos e indígenas.

O país iniciou seu processo de independência da Espanha em 1810 e, em 1886, adotou seu nome atual, República da Colômbia. Sua data da independência é celebrada no dia 20 de julho.

A partir da década de 1940, na esteira de graves tensões políticas entre os antigos partidos Liberal e Conservador, a Colômbia ingressou em um período de convulsão social conhecido como "La Violencia", que contribuiu para a criação de grupos paramilitares como as FARC-EP (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo) e o autodenominado ELN (Ejército de Liberación Nacional).

A firma dos Acordos de Paz de 2016 com as FARC-EP não levou à pacificação total do país, dada a necessidade de se equacionarem questões como a reintegração de ex-combatentes, a garantia dos direitos humanos em áreas afetadas pelo conflito, o tráfico de entorpecentes e a desmobilização de grupos paramilitares ainda ativos.

Não obstante os desafios ainda por superar, a Colômbia tem, desde então, renovado sua imagem como uma nação dinâmica e com grandes potencialidades. A Colômbia constitui a 3ª maior economia da América do Sul e tem dado forte apoio estatal ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, assim como na área ambiental e na promoção de uma agenda modernizante. O país é, hoje, o segundo destino prioritário de internacionalização de firmas brasileiras e se tornou, em 2020, o 37º membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

PERFIL BIOGRÁFICO

IVÁN DUQUE MÁRQUEZ

Presidente da República da Colômbia



Iván Duque Márquez (Bogotá, 1976) é advogado, formado pela Universidade Sergio Arboleda, com mestrados em Finanças e Administração Pública, pela Georgetown University, e Direito Internacional, pela American University. Durante o governo de Andrés Pastrana, foi Registrador Nacional (autoridade eleitoral) e assessor do então ministro da Fazenda, Juan Manuel Santos. De 2001 a 2010, foi conselheiro principal da Colômbia na diretoria-executiva do BID. Foi consultor da presidência Uribe. Elegeu-se senador em 2014 pelo partido Centro Democrático, de centro-direita. Elegeu-se presidente em segundo turno, com cerca de 54% dos votos, para mandato de 4 anos, iniciado em 7 de agosto de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

A convergência de programas dos atuais governos do Brasil e da Colômbia é alicerce sobre o qual se estabeleceu diálogo e parceria estratégicos para a atuação dos dois países no plano regional. Cabe ainda, no entanto, traduzir a ampla convergência de valores em avanços concretos em alguns setores (com destaque para o comércio bilateral, ainda abaixo de sua potencialidade) e em agenda regular dos mecanismos institucionais existentes. Entre os recentes contatos de alto nível, em janeiro de 2019, a Vice-Presidente colombiana, Marta Lucía Ramírez, viajou a Brasília para a posse do Presidente Jair Bolsonaro. No mesmo mês, o Presidente Bolsonaro encontrou-se com o Presidente Duque à margem do Foro Econômico

Mundial em Davos. Os líderes encontraram-se novamente em agosto de 2019, por ocasião de reunião de cúpula que deu origem ao Pacto de Letícia. Em 12 de agosto de 2021, Marta Lucía Ramírez, já como Vice-Presidente e Chanceler, realizou visita oficial a Brasília. Desde o encontro em Davos, vem-se buscando data para visita do mandatário colombiano ao Brasil. Após tentativas de organização da visita em abril e agosto de 2020 e em março de 2021, malogradas em decorrência da pandemia, a visita do presidente Iván Duque encontra-se agendada para 19 de outubro de 2021. Espera-se que resulte do encontro a assinatura de diversos acordos e o anúncio de importantes iniciativas bilaterais.

Situação na fronteira

Durante os meses de fechamento das fronteiras terrestres, o trânsito entre as cidades-gêmeas de Letícia e Tabatinga manteve-se, na prática, parcialmente aberto, com base na discricionariedade de autoridades locais colombianas, que permitiram a continuidade do ingresso de pedestres e de veículos, com aplicação de reciprocidade pela Polícia Federal brasileira. Em 19 de maio de 2021, a Colômbia reabriu suas fronteiras terrestres com o Brasil.

Cooperação contra a COVID-19

Após registro do primeiro caso de COVID-19 na Colômbia (março de 2020), a cidade de Letícia tornou-se o município com maior incidência da doença por habitante. A situação na fronteira sul da Colômbia atraiu a atenção da mídia e das autoridades do país vizinho, que, por vezes, creditaram publicamente a rápida disseminação da doença na região fronteiriça à "importação" de casos do Brasil.

Buscando equacionar o problema de maneira concertada, realizou-se, em 15 de maio de 2020, videoconferência do Mecanismo 2+2, envolvendo as pastas das Relações Exteriores e da Defesa e o Ministro da Saúde colombiano, para definir estratégia de contenção da epidemia na fronteira. O entendimento promovido pelo encontro resultou em esforços para acelerar implantação de sala binacional de saúde e de monitoramento epidemiológico. O processo de operacionalização da sala binacional encontra-se em estágio avançado.

O Brasil deverá oferecer cooperação à Colômbia na área de produção de vacinas, no marco do esforço do país vizinho para retomar sua capacidade produtiva.

Defesa

O Brasil apoia o processo de desminagem na Colômbia, por meio do envio de

especialistas do Exército e da Marinha. Desde 2006, foram enviados ao país vizinho, no âmbito de programa da Junta Interamericana de Defesa, quase uma centena de militares brasileiros, que contribuíram para a destruição de mais de 3.500 minas terrestres e de 320 artefatos explosivos improvisados. Em 2018, durante reunião do Mecanismo 2+2, foi assinado memorando de entendimento, que aumentou o contingente militar brasileiro envolvido nessas atividades. O Brasil é, ainda, um dos países garantes dos diálogos de paz entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional (ELN), por ora suspensos.

Atualmente, a empresa brasileira Technicae, com apoio da IMBEL, desenvolve programa de modernização de veículos blindados Cascavel e Urutu colombianos. Há interesse também da Embraer em fornecer aeronaves para a Colômbia.

Segurança pública

O processo de paz na Colômbia, com assinatura de Acordos de Paz com as FARC-EP, em 2016, não conduziu à pacificação total. O vácuo de poder resultante da desmobilização do agrupamento guerrilheiro levou a considerável elevação da produção de cocaína, associada a altos índices de violência e à atuação de grupos criminosos, incluindo cartéis mexicanos, por vezes associados a dissidentes das FARC ou ao autodenominado Exército de Libertação Nacional (ELN).

A porosidade dos cerca de 1.600 quilômetros de fronteira compartilhada entre Brasil e Colômbia, assim como a concentração de forças públicas colombianas no Mar do Caribe e no Oceano Pacífico, deram oportunidade para que grupos armados dissidentes das FARC se envolvessem com o tráfico de drogas e armas pelo território brasileiro, por vezes em associação com facções criminosas brasileiras. O Brasil considera importante a intensificação do diálogo bilateral no combate ao tráfico de drogas. Os países mantêm diálogo sobre o tema por meio de Comissão Mista em Matéria de Drogas. Sua décima edição ocorreu nos dias 7 e 8 de julho de 2021, de maneira virtual.

Educação

A Colômbia é o país com maior número de participantes acumulados no Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), alcançando a marca de 724 estudantes desde 2000. Há 126 participantes colombianos no Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

Ciência e tecnologia

A gestão de Iván Duque forneceu relevante impulso à área da promoção tecnológica, com a criação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MinCiencias), em 2019.

Em contatos bilaterais ao longo de 2019 e de 2020, a Colômbia manifestou interesse em estabelecer colaboração institucional entre o novo MinCiencias e o MCTI. O MinCiencias pretendia realizar, em 2020, missão técnico-científica ao Brasil para conhecer o ecossistema de ciência e tecnologia brasileiro, adiada devido à pandemia. Em contatos recentes, reforçou o interesse em organizar visita em 2021.

Em 19 de agosto de 2021, em cerimônia virtual, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) assinou com o Ministerio de Tecnologías de la Información y las Comunicaciones (MinTIC) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Atividades Espaciais para Fins Pacíficos.

MEIO AMBIENTE

Em meio à visibilidade dada pela imprensa internacional aos incêndios na Amazônia no segundo semestre de 2019, o governo colombiano liderou tratativas que levaram à adoção do Pacto de Letícia, composto por compromissos referentes à preservação da floresta e à promoção do desenvolvimento sustentável.

O Brasil privilegia a condução do tema pelos países amazônicos, sem ingerência extra-regional, e favorece a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como instância de coordenação e execução de políticas públicas para a região. Nos últimos meses, esteve em curso esforço de convergência entre Pacto e OTCA, de forma que os compromissos políticos adotados no âmbito do primeiro possam ser implementados pela organização, que conta com a institucionalidade, a capacidade e a experiência para levar adiante tais iniciativas.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Iván Duque iniciou seu mandato em agosto de 2018. Sua plataforma baseia-se no firme combate à criminalidade e na rígida condução do processo de paz, em especial diante de dissidências das FARC-EP e dos novos grupos armados. O Presidente teve vitórias importantes, mas encontra dificuldades para implementar a agenda de reformas (política, tributária, judicial) proposta em sua plataforma de governo.

O avanço no processo de paz no país segue como questão central da

política interna colombiana após os acordos de paz de 2016. Fatores a serem equacionados são: reincorporação à sociedade dos ex-combatentes; eliminação de cultivos ilícitos; proteção de defensores de direitos humanos; e divisão entre apoiadores do acordo e partidários de postura mais rígida quanto às antigas lideranças e combatentes das guerrilhas.

Em resposta ao incremento de demonstrações de insatisfação social em 2019, o Presidente Duque anunciou a convocação de um grande "diálogo nacional", estabelecendo encontros com representantes da sociedade civil para planejar políticas públicas em seis eixos temáticos: crescimento com equidade, transparência e luta contra a corrupção, educação, paz com legalidade, meio ambiente e fortalecimento das instituições.

A partir de março de 2020, em razão da pandemia, o Governo colombiano concentrou-se no fortalecimento da infraestrutura hospitalar no país, que não dispõe de sistema público de acesso universal como o SUS, e na retomada de capacidade de produção de vacinas. Ademais, buscou implementar medidas que evitassem colapso do sistema de saúde nacional e diminuíssem o impacto negativo sobre a economia.

Em abril e maio de 2021, no entanto, registraram-se novas e expressivas manifestações populares em diversas cidades colombianas, em reação à apresentação de proposta de reforma tributária com o objetivo de incrementar a arrecadação e sanear as contas públicas. A retirada da proposta não freou o ímpeto dos manifestantes, que passaram a avançar pauta de reivindicações diversas, como reforma no sistema de saúde, criação de empregos, subsídios agrícolas, redução de violência contra líderes sociais e fim da fumigação de cultivos ilícitos. O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU registrou 74 vítimas fatais nos protestos (sendo ao menos 20 ocasionadas por disparos policiais). A OEA, PROSUL, Grupo de Puebla e países como Argentina, Paraguai, Chile, Alemanha e Vaticano manifestaram preocupação com a escalada de violência no país. O secretário de Estado dos EUA ressaltou a importância do direito de manifestação pacífica, mas ressaltou os esforços de diálogo do governo colombiano. O Escritório da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Serviço Europeu de Ação Externa condenaram os "atos de violência policial". Em resposta, o presidente Iván Duque anunciou reforma no Ministério da Defesa e das forças policiais do país, com o objetivo de revisar protocolos para uso da força.

Na esteira dos protestos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre 8 e 10 de junho corrente, realizou visita de trabalho à Colômbia. Em 7 de julho, publicou relatório com 41 recomendações e informou sobre a instalação de

Mecanismo Especial de Acompanhamento em Matéria de Direitos Humanos para a Colômbia. A chancelaria colombiana afirmou receber “de maneira respeitosa” o relatório, mas o governo colombiano decidiu “apartar-se” das recomendações em vários temas e rejeitou enfaticamente a criação do Mecanismo Especial.

O quadro político colombiano em 2021 deverá seguir atrelado à evolução da situação sanitária e, especificamente, ao resultado da campanha governamental de vacinação, após aprovação, pelo Congresso, de marco regulatório para a imunização gratuita da população. A Colômbia firmou acordos de fornecimento de imunizantes com a Janssen-Johnson & Johnson, Pfizer, AstraZeneca, COVAX, Moderna e Sinovac e iniciou negociações para adquirir a Sputnik V.

As perspectivas para a eleição presidencial de 2022 seguem polarizadas. Enquanto não é tornada pública uma candidatura do oficialismo uribista, o atual senador Gustavo Petro, representante do espectro de esquerda, e segundo colocado nas eleições de 2018, desponta à frente em pesquisas eleitorais. Nota-se, paralelamente, movimentação, até o momento sem sucesso, para o lançamento de uma “terceira via” e para a promoção de candidatos como o centrista Sergio Fajardo, terceiro colocado no pleito de 2018, e os candidatos independentes Alejandro Gaviria e Federico Gutierrez.

POLÍTICA EXTERNA

A assinatura do Acordo de Paz com as FARC, em 2016, possibilitou ao país renovar sua imagem internacional, substituindo tradicional vinculação à guerrilha e ao narcotráfico pela perspectiva de uma nação dinâmica e com grandes potencialidades. Nesse contexto, a diplomacia colombiana busca diversificar parceiros e campos temáticos de atuação, explorando novos espaços no cenário externo.

Em nível bilateral, o Governo Duque reafirmou a centralidade dos Estados Unidos, tido como principal aliado externo da Colômbia. Ocorreram diversos encontros bilaterais de alto nível, que incluíram visita de Estado aos EUA em fevereiro de 2019. Percebe-se também incremento da relação entre Bogotá e Pequim, escorada na atratividade chinesa como fonte de investimentos e mercado a ser explorado. Em julho de 2019, Iván Duque visitou a China e subscreveu, junto a Xi Jinping, diferentes acordos com o objetivo de incrementar comércio e investimento bilaterais.

Brasil e Colômbia mostram-se afinados na OEA, sobretudo em temas ligados à

defesa da democracia e à promoção da segurança multidimensional. O Governo colombiano apresenta alto engajamento na Organização, inclusive sediando reuniões hemisféricas sobre temas diversos. Em 2019, sediou o 49º Período Ordinário de Sessões da Assembleia-Geral da OEA, em Medellín. Em dezembro do mesmo ano, realizou, em Bogotá, reunião do Órgão de Consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) sobre a crise na Venezuela. Brasil e Colômbia atuaram em prol da reeleição de Luis Almagro ao cargo de Secretário-Geral da OEA, em março de 2020. Ambos os países foram protagonistas em iniciativas de resoluções críticas aos regimes de Nicolás Maduro, na Venezuela, e de Daniel Ortega, na Nicarágua. Como temas adicionais, registre-se firme apoio do Brasil à atuação da Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), que inclui participação de militares brasileiros em atividades de desminagem.

Como o Brasil, a Colômbia é membro fundador do PROSUL, que constitui novo espaço de diálogo regional para fortalecimento da cooperação entre Estados sul-americanos, baseado em compromisso com valores fundamentais como defesa da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos. A Colômbia busca dar maior visibilidade, reforçar a institucionalidade e ampliar o escopo temático do PROSUL.

Em fevereiro de 2019, o regime venezuelano anunciou rompimento de relações diplomáticas e consulares com a Colômbia. Desde então, a relação entre ambos os países tem se mantido tensa. O governo colombiano tem condenado os vínculos do regime bolivariano com organizações paramilitares, como o Exército de Libertação Nacional (ELN). Em 21 de março de 2021, noticiaram-se combates entre efetivos militares da Venezuela e grupos armados possivelmente associados a uma dissidência das FARC no estado venezuelano de Apure. O conflito ocorreu em área fronteiriça ao território colombiano e ocasionou o deslocamento de mais de 5 mil cidadãos venezuelanos, que buscaram proteção na Colômbia. Em julho último, o presidente Iván Duque sofreu atentado quando seu helicóptero sobrevoava cidade fronteiriça, o qual teria sido reivindicado por dissidência das FARC em território venezuelano.

Bogotá tem adotado políticas que buscam contribuir para aliviar o sofrimento humano ocasionado pela crise na Venezuela. País mais afetado pela crise migratória, tendo já recebido mais de 1,7 milhão de imigrantes, a Colômbia manteve política de acolhimento a cidadãos venezuelanos, suspensa apenas pela pandemia, em função do fechamento de fronteiras. O país tem implementado incentivos à regularização da migração, a exemplo do anúncio de oferta de imunização contra COVID-19 a imigrantes venezuelanos documentados.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Desde o início do Governo de Iván Duque (agosto de 2018), o país recuperava seu ritmo de crescimento: de 1,4%, em 2017, evoluiu para 2,6%, em 2018, e 3,3% em 2019. Todavia, devido a efeitos da pandemia, o país encerrou 2020 com queda de 6,8% no PIB e nível recorde de endividamento público de 61,4% do PIB. Em decorrência da suspensão das regras fiscais em contexto de pandemia e dificuldade para a implementação de reforma tributária e medidas de ajuste econômicos, a Colômbia teve retirado seu grau de investimento pela agência Standard & Poor's em maio de 2021, após mais de uma década ostentando essa qualificação.

A Colômbia é o 20º destino das exportações brasileiras e o 25º fornecedor de produtos importados ao Brasil. Por sua vez, o Brasil é o 4º principal fornecedor de produtos à Colômbia (atrás de EUA, China e México) e o 5º maior destino de exportações colombianas. A Colômbia representa o segundo destino prioritário de internacionalização de empresas brasileiras (atrás somente dos EUA). Mais de 100 empresas nacionais, incluindo conglomerados como Gerdau, Votorantim, Bovespa BM&F, Itaú, BTG Pactual, Natura e O Boticário, operam no país vizinho.

A composição da pauta comercial contribuiu para o superávit persistente do Brasil ao longo de toda a última década. Ao passo que as exportações brasileiras são concentradas em produtos de maior valor agregado (como automóveis de passageiros, partes e acessórios de veículos automotivos e produtos da indústria de transformação), os produtos importados pelo Brasil da Colômbia são menos elaborados, constituindo sobretudo insumos produtivos (como carvão não aglomerado, coques, semi-coques e carvão de retorta, e polímeros).

O comércio bilateral encontra-se amparado pelo Acordo de Complementação Econômica nº 72 (ACE-72), firmado entre MERCOSUL e Colômbia, em aplicação provisória desde 2017 (por falta de internalização pela Colômbia). O acordo, que conta com Protocolos Adicionais para os setores automotivo, siderúrgico e têxtil, permitiu a liberalização comercial bilateral de 97% da pauta comercial bilateral. O Brasil tem interesse na revisão e no aprofundamento do ACE-72.

O Protocolo de Serviços, que tem por objetivo oferecer maior transparência e segurança jurídica a prestadores de serviços, por meio da adoção de compromissos de acesso a mercados e não discriminação, ainda não foi ratificado nem pelo Brasil nem pela Colômbia. O governo colombiano comprometeu-se a apresentar tanto o Protocolo de Serviços quanto o próprio ACE-72 a seu Legislativo para aprovação, o

que ainda não ocorreu.

A negociação de acordo de compras governamentais poderia abrir ao Brasil o mercado colombiano, estimado em US$ 50 bilhões anuais, no qual empresas brasileiras não possuem as mesmas condições de participação de empresas de EUA, União Europeia, México e Canadá, que já contam com benefícios advindos da assinatura de tratados por seus governos. O tema está na agenda bilateral há quatro anos, sem avanço significativo.

A assinatura do Acordo para Evitar Dupla Tributação – ADT (cuja negociação foi concluída em setembro de 2021) e a entrada em vigor do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos – ACFI (ratificado pelo Brasil em 2018, mas ainda pendente de aprovação pela Colômbia) poderão incrementar a segurança jurídica necessária à ampliação da presença de empresas brasileiras no país vizinho.

Em 28 de abril de 2020, a Colômbia tornou-se oficialmente o 37º membro da OCDE, após ter concluído procedimentos internos para ratificação da Convenção da OCDE e depósito de seu instrumento de adesão. A Colômbia tem reiterado apoio ao pleito brasileiro de acessão à Organização, favorecendo a inclusão de mais um membro latino-americano.

DADOS BÁSICOS

	Colômbia	Brasil
Nome oficial	República da Colômbia	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol	Português
População	48,2 milhões (DANE)	211,7 milhões (IBGE)
Área	1,141 milhão km²	8,516 milhões km²
PIB nominal (FMI, 2020)	US$ 264,9 bilhões	US$ 1,36 trilhão
PIB *per capita* (FMI)	US$ 5,2 mil	US$ 6,4 mil
Crescimento do PIB (FMI; BACEN)	-8,2% (2020) 5,1% (2021)	-4,5% (2020) 3,2% (2021)
IDH (PNUD, 2019)	0,767 (83ª posição)	0,761 (79ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	95,1%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	77,3 anos	74,7 anos
COVID-19 (04/10)	4.963.243 casos 126.425 óbitos	21.478.546 casos 598.152 óbitos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões)

BRASIL-COLÔMBIA	2018	2019	2020
Intercâmbio total	**4.519,8**	**4.546,7**	**3.605,4**
Exportações	2.802,2	3.100,3	2.291,2
Importações	1.717,5	1.446,4	1.314,2
Saldo	1.804,7	1.653,9	977

*** Principais produtos da pauta comercial (2020)**

➢ **Exportações:** veículos automóveis de passageiros, 13%; partes e acessórios de veículos automotivos, 7%; produtos da indústria de transformação, 4,9%; etc.

➢ **Importações:** coques, semi-coques e carvão de retorta, 19%; carvão não aglomerado, 17%; polímeros, 16%; etc.

Embaixador da Colômbia no Brasil: Darío Montoya Mejía.

Embaixador do Brasil na Colômbia: Luis Antonio Balduino Carneiro.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1810	Independência da dominação espanhola
1819	Batalha de Boyacá, que consolidou a independência de Nova Granada
1821	Fundação formal da Grã-Colômbia, a partir do Congresso de Cúcuta
1829	Venezuela declara-se independente da Grã-Colômbia
1830	Equador declara-se independente da Grã-Colômbia. Morre Simón Bolívar
1852	Abolição da escravatura
1899	Guerra dos Mil Dias, entre facções de poder colombianas
1903	Independência do Panamá, apoiada pelos EUA
1933	Negociações de paz com o Peru, que reconheceu a soberania colombiana sobre a cidade de Letícia.
1946	Início do período denominado "La Violencia", de conflitos entre Conservadores e Liberais
1948	"Bogotazo", revolta pelo assassinato do liberal Jorge Gaitán
1958	Início da Frente Nacional, monopólio dos partidos Conservador e Liberal, com vistas a superar o período de "La Volencia".
1964	Invasão militar em Marquetália
1964	Criação do Exército de Libertação Nacional (ELN)
1966	Criação oficial das "Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia" (FARC)
1969	Criação do Pacto Andino (depois, Comunidade Andina de Nações - CAN)
1974	Fim do período da Frente Nacional

1974	Eleição de Alfonso López Michelsen
1974	Início das ações militares urbanas do M-19
1974	Início das atividades de grupos paramilitares
1978	Julio César Turbay Ayala é eleito Presidente
1980	M-19 ocupa Embaixada da República Dominicana em Bogotá
1982	Belisario Betancour é eleito Presidente
1982	FARC decidem atuar com vista à conquista definitiva do poder. Acrescentam as letras EP (Exército do Povo) em sua sigla.
1984	Acuerdo de La Uribe, estabelece cessar-fogo entre as Forças Armadas e as FARC-EP
1985	As FARC-EP fundam o partido União Patriótica-UP
1985	Rompimento do cessar-fogo entre o governo e as FARC-EP
1986	Virgilio Barco é eleito Presidente
1986	O M-19 depõe armas e se torna partido, a Aliança Democrática M-19
1990	César Gaviria é eleito Presidente
1990	Desmobilização do M-19
1994	Ernesto Samper é eleito Presidente
1994	A CAN adota uma tarifa externa comum
1997	Formação das "Autodefensas Unidas de Colômbia", união de paramilitares
1998	Andrés Pastrana toma posse como Presidente
1998	Início de novas negociações com as FARC-EP, com desmilitarização de área
2000	É lançado o "Plano Colômbia", com apoio dos EUA
2002	As FARC-EP sequestram avião e Presidente Pastrana declara fim das negociações

2002	As FARC-EP sequestram Senadora e candidata presidencial Ingrid Betancourt
2002	Eleição de Álvaro Uribe como Presidente
2004	Congresso aprova emenda à Constituição para permitir reeleição
2005	Congresso aprova Lei para a desmobilização dos paramilitares
2006	Presidente Álvaro Uribe é reeleito, em primeiro turno
2006	Anunciado fim do desarmamento dos paramilitares
2006	Corte Suprema ordena prisão de parlamentares envolvidos com paramilitares
2006	Assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos
2008	Ataque a acampamento das FARC-EP em território equatoriano.
2008	Falecimento de "Manuel Marulanda", líder histórico das FARC-EP.
2008	Libertação da Senadora Ingrid Betancourt
2009	Libertação de seis reféns das FARC-EP com apoio logístico brasileiro
2010	Libertação de dois reféns das FARC-EP (militares) e devolução dos restos mortais de militar morto em cativeiro, com apoio logístico brasileiro.
2010	Corte Suprema considera inexequível a proposta de referendo para a segunda reeleição (fevereiro).
2011	Eleição de Juan Manuel Santos à Presidência da República, em segundo turno.
2011	Libertação de seis reféns das FARC-EP, com apoio logístico brasileiro
2011	O Comandante das FARC-EP, Alfonso Cano, é abatido em operação militar do governo. As FARC-EP escolhem "Timochenko" (Rodrigo Londoño) como seu novo comandante
2012	Libertação de 10 reféns das FARC-EP com apoio logístico brasileiro
2012	Entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio Colômbia-EUA

2012	As FARC-EP anunciam libertação de todos os reféns políticos em seu poder
2012	Anúncio de novo processo de paz com as FARC-EP
2012	Início do diálogo com as FARC-EP em Cuba. Cuba e Noruega são definidos como os países garantes do processo.
2013	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre participação política
2014	Reeleição do Presidente Juan Manuel Santos, em segundo turno
2014	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre a solução dos problemas das drogas ilícitas
2014	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre uma Política de Desenvolvimento Agrário Integral
2015	Anúncio do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre a criação de uma justiça de transição e reparações às vítimas do conflito
2016	Assinatura de acordo para dar início às negociações oficiais de paz com o ELN
2016	Aprovada reforma política que acaba com o direito à reeleição para Presidente
2016	Assinatura do acordo entre as FARC-EP e o Governo sobre o cessar-fogo bilateral e definitivo das hostilidades, a entrega de armas e a garantia de segurança dos integrantes das FARC-EP desmobilizados.
2017	Início da fase pública das negociações de paz entre o governo colombiano e o ELN.
2017	Finalizado processo de desmobilização das FARC-EP e entrega de armas.
2017	Aprovação de propostas legislativas para implementação do acordo de paz com as FARC-EP, como as que criam e regulamentam a Justiça Especial para a Paz – JEP.

2018	Em abril, o Equador renuncia à condição de país-sede das negociações de paz com o ELN. As negociações se deslocam para Havana.
2018	Eleição de Iván Duque Márquez como presidente da República. Carlos Holmes Trujillo é apontado Chanceler.
2018	Suspensão das negociações de paz com o ELN.
2019	Atentado contra a Escola de Cadetes General Santander, em Bogotá, é reivindicado pelo ELN. Presidente Duque se dissocia das negociações de paz.
2020	A Colômbia tornou-se oficialmente o 37º membro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1827	O Governo da Grã-Colômbia envia para o Rio de Janeiro Leandro Palácios, como seu primeiro representante junto ao Império do Brasil
1829	O Império do Brasil envia Luiz de Souza Dias para Bogotá, na qualidade de Enviado Especial e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto à Grã-Colômbia
1907	Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia, usando como base de demarcação a linha Tabatinga-Apapóris
1925	Ata de Washington, entre Brasil, Colômbia e Peru, que assegura o reconhecimento da linha Tabatinga-Apapóris como fronteira entre o Brasil e a Colômbia.
1971	Encontro entre o Presidente Médici e o Presidente colombiano Misael Pastrana Borrero, para realizarem o primeiro encontro de cúpula bilateral entre mandatário brasileiro com homólogo colombiano (Letícia, 07 de agosto)

1981	Visita do Presidente João Baptista Figueiredo à Colômbia, a primeira visita oficial de um Chefe de Estado do Brasil ao país (10-13 de março).
2009	I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos Chanceleres (Cartagena das Índias, 08 de junho)
2011	Visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, ao Brasil, para a posse da Presidente Dilma Rousseff (Brasília, 01 de janeiro)
2012	Participação da Presidente Dilma Rousseff na Cúpula das Américas (Cartagena das Índias, 14-15 de abril)
2014	Visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, ao Brasil (Brasília, 19 de junho)
2014	Visita do Vice-Presidente Michel Temer à Colômbia para participar da cerimônia de posse do Presidente Juan Manuel Santos (Bogotá, 7 de agosto)
2015	Visita do Vice-Presidente da Colômbia, Germán Vargas Lleras, ao Brasil, para participar da cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff (Brasília, 01 de janeiro)
2015	Visita da Presidente Dilma Rousseff à Colômbia (Bogotá, 08-09 de outubro)
2016	Criação do Grupo de Amigos do Brasil para a Paz na Colômbia (15 de março)
2016	Viagem do Senhor Presidente da República à Colômbia, por ocasião da assinatura do acordo de paz entre o Governo da Colômbia e as FARC (Cartagena das Índias, 26 de setembro)
2018	Visita ao Brasil da ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín, e do ministro da Defesa Nacional da Colômbia, Luis Carlos Villegas (Brasília, 21 de fevereiro)
2018	Visita do presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos (20 de março)
2018	Viagem do Ministro das Relações Exteriores para participar da posse do presidente Iván Duque Márquez (7 de agosto)

2019	A Vice-Presidente colombiana, Marta Lucía Ramírez, representa o Presidente Duque na posse do presidente Jair Bolsonaro (1º de janeiro)
2019	Encontro presidencial bilateral à margem do Foro Econômico Mundial em Davos, na Suíça
2021	Visita da Vice-Presidente e Chanceler colombiana, Marta Lucía Ramírez, a Brasília (12 de agosto)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data de Entrada em Vigor	Data de Publicação
Tratado de Limites e Navegação	24/04/1907	20/04/1908	24/04/1908
Tratado de Limites e Navegação Fluvial	15/11/1928	09/01/1930	19/02/1930
Convênio Rádio-Elétrico	04/11/1936	04/05/1938	29/04/1938
Tratado de Extradição	28/12/1938	02/10/1940	27/09/1940
Acordo sobre Transportes Aéreos	28/05/1958	27/06/1975	03/07/1975
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais.	24/07/1962	02/08/1962	16/11/1962
Acordo de Intercâmbio Cultural	20/04/1963	30/08/1974	13/09/1974
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns	26/08/1969	26/08/1969	24/09/1969
Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica	10/03/1972	13/07/1976	13/07/1976
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	13/12/1972	27/09/1973	05/11/1973
Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos.	20/06/1973	17/07/1976	13/07/1976
Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas	12/03/1981	11/05/1981	18/05/1981
Tratado de Amizade e Cooperação	12/03/1981	10/07/1985	31/07/1985
Acordo sobre Turismo	12/03/1981	28/07/1983	11/08/1983

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/03/1981	05/03/1986	31/03/1986
Acordo de Cooperação Amazônica	12/03/1981	10/04/1986	15/05/1986
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear	12/03/1981	05/03/1986	31/03/1986
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira	16/07/1985	18/05/1994	24/04/2000
Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal	09/02/1988	28/01/1997	24/04/2000
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	14/04/1993	24/09/1995	11/09/1995
Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	07/11/1997	22/03/2006	27/06/2006
Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	07/11/1997	09/09/1999	14/10/1999
Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal	07/11/1997	29/06/2001	24/08/2001
Acordo entre o Brasil e a Colômbia sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	21/08/2007	27/10/2010	23/05/2014

Acordo entre o Brasil e o Governo da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	19/07/2008	28/01/2014	29/12/2015
Acordo para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)	19/09/2008	22/10/2013	18/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Colômbia sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas	01/09/2010		Em tramitação no Poder Executivo
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Colômbia	09/10/2015	20/04/2018	Em ratificação pela Colômbia

RELATÓRIO DE GESTÃO SIMPLIFICADO

EMBAIXADOR LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO

BOGOTÁ, NOVEMBRO DE 2021

I) Introdução

Desde dezembro de 2019, quando assumi a chefia da Embaixada do Brasil em Bogotá, procurei dar continuidade e intensificar o aprofundamento dos entendimentos bilaterais. A relação entre os dois países, conforme avaliou o Presidente da Colômbia, Iván Duque, encontra-se em seu melhor momento histórico, com perspectivas futuras muito positivas.

2. A cooperação entre Brasil e Colômbia poderá, nos próximos anos, constituir um dos eixos mais dinâmicos de desenvolvimento da América do Sul. O trabalho da Embaixada do Brasil na Colômbia, nos últimos dois anos, concentrou-se exatamente em aprimorar as bases estruturais dessa relação, com harmonização de regras, assinatura de novos acordos, abertura de mercados e desenvolvimento das relações políticas e de cooperação, particularmente na área de defesa, cooperação técnica e cultural.

3. O positivo desenvolvimento que vinha sendo registrado foi, naturalmente, afetado pelos desafios impostos pela pandemia de COVID-19. As restrições decorrentes da crise sanitária tiveram impacto, sobretudo em 2020, sobre os fluxos de comércio e investimentos e sobre as interações em diferentes áreas, tanto no nível de governos quanto entre as sociedades. O uso de novas tecnologias e de ferramentas alternativas de trabalho permitiu o seguimento de contatos e interações da Embaixada com autoridades colombianas em diferentes áreas.

4. O arrefecimento da pandemia, com o avanço das campanhas de vacinação e a gradual reabertura e retomada econômica, tanto na Colômbia quanto no Brasil, tem levado a uma notável recuperação dos intercâmbios bilaterais. Esse movimento é indicativo da solidez das bases sobre os quais vinha avançando o relacionamento entre ambos os países antes da pandemia e sugere a continuidade dessa transformação qualitativa no curto e no médio prazo.

5. A diversidade dessa agenda de trabalho culminou na visita do presidente colombiano, Iván Duque, ao Brasil, em outubro de 2021, acompanhado de ampla delegação governamental (integrada por cinco ministros) e empresarial. Seu encontro com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e os resultados da visita dão impulso renovado à evolução da relação bilateral, sobretudo neste momento de superação dos piores momentos da pandemia e de gradual retomada da normalidade.

6. Nesse contexto, foram os seguintes os principais resultados das atividades do posto nos últimos dois anos:

II) Setor político

7. Minha chegada à Embaixada do Brasil em Bogotá coincidiu com os efeitos da greve nacional e das manifestações que dominaram o cenário político colombiano no fim de 2019, e da chegada da pandemia de COVID-19 na Colômbia, temas acompanhados com atenção pelo posto, que manteve relatos frequentes sobre a situação política colombiana.

8. Os esforços do presidente Duque, em reação aos protestos, de ampliar o diálogo com diferentes atores e promover alterações na articulação parlamentar ainda vinham evoluindo,

quando teve início a pandemia. Como parte das medidas para lidar com a emergência sanitária, a Colômbia passou por longo período de isolamento obrigatório, do fim de março ao fim de agosto de 2020, com a adoção gradual de flexibilizações. A COVID-19 condicionou o cenário político local e tanto a ação governamental quanto a agenda legislativa voltaram-se essencialmente ao enfrentamento da crise.

9. Ao longo do ano, os impactos econômicos e sociais da forte desaceleração econômica e o alcance limitado dos programas emergenciais adotados pelo governo levaram ao aumento de 7 pontos percentuais da taxa de pobreza em 2020, que chegou a 42,5% da população de cerca de 51 milhões de habitantes e impactou negativamente a popularidade do governo.

10. Esta se viu adicionalmente afetada pelo novo e mais longo ciclo de manifestações iniciado em abril de 2021, o qual teve como detonante proposta de reforma tributária que, entre outros elementos, aumentava a incidência de impostos sobre a classe média. O fim dos grandes protestos em meados de 2021 atendeu a expectativas do governo, mas as agitações recentes no cenário social poderão ter impactos sobre as eleições parlamentares e presidenciais de 2022 e sobre a capacidade do governo de fazer sucessor (desde 2015, não há possibilidade reeleição na Colômbia).

11. O cenário político atual é marcado por panorama pré-eleitoral altamente pulverizado, com grande número de pré-candidatos. Em pesquisa recente publicada pela revista Semana, o senador de esquerda Gustavo Petro, segundo colocado nas eleições de 2018, figura em primeiro lugar, mas enfrenta alto nível de rejeição. Ainda não há um candidato do partido do atual presidente, ao passo que mais de 30 pré-candidatos procuram se definir como de "centro" ou "terceira via".

12. No plano externo, a implementação do Acordo de Paz com as extintas FARC-EP constitui um dos temas centrais para o país, permitindo à Colômbia diversificar o leque de parceiros e de campos temáticos de atuação. Além de questões regionais prioritárias, como a situação na Venezuela (origem de mais de 1,8 milhões de imigrantes irregulares, muitos dos quais receberão proteção temporária por meio do Estatuto Temporário de Proteção para Migrantes Venezuelanos), o governo colombiano tem focado sua política externa em áreas como segurança e narcotráfico, meio ambiente, comércio e ciência, tecnologia e inovação. Mais recentemente, tanto o presidente Iván Duque quanto a vice-presidente e chanceler, Marta Lucía Ramírez, têm cumprido intensa agenda de missões e viagens ao exterior.

13. Nesse contexto, o Brasil está bem posicionado para adensar e expandir ainda mais o relacionamento com a Colômbia. A diplomacia presidencial é importante catalisador, e a visita do presidente Duque a Brasília, com sete atos assinados e anúncios e avanços em diversas áreas, poderá marcar novo momento da relação bilateral, mais densa, estratégica e perene, superando a sazonalidade verificada por vezes no passado.

14. Contribuirá para esse resultado a retomada da regularidade dos mecanismos institucionais de diálogo, como a Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, presidida pelos chanceleres (e que não se reúne desde fevereiro de 2018), e o Mecanismo 2+2, copresidido pelos chanceleres e ministros da Defesa (e que também não se reúne desde a mesma data). Os preparativos para a próxima reunião da Comissão de Vizinhança e Integração têm avançado no nível técnico,

e o Comunicado Conjunto do presidente da República, Jair Bolsonaro, e do presidente colombiano, Iván Duque, determina sua realização até o primeiro semestre de 2022.

III) Segurança e defesa

15. Os temas de segurança e de defesa mereceram especial atenção durante minha gestão. Mantive positiva agenda de trabalho conjunto com as adidâncias de Defesa e Exército; Aeronáutica; Naval; Policial; e Civil, exercida pela ABIN, que muito contribuíram para a interlocução junto aos distintos órgãos da administração colombiana e para uma avaliação abrangente do contexto atual do país.

16. No plano da segurança pública, a agenda bilateral centra-se em três principais modalidades de delitos: narcotráfico, tráfico de armas e delitos ambientais (em particular, a mineração ilegal). O narcotráfico persiste como o principal problema de segurança pública, de caráter transnacional, enfrentado pela Colômbia – origem de cerca de 70% da cocaína produzida mundialmente.

17. O acordo final de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército Popular (FARC-EP), assinado em 24 de novembro de 2016 e cuja evolução é acompanhada de perto pelo posto, não se traduziu em redução das atividades ilícitas associadas ao tráfico de entorpecentes. Os últimos levantamentos divulgados pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em junho de 2021 indicaram que, apesar da redução de 7% da área com cultivos ilícitos, outros fatores, como, particularmente, a melhoria nas técnicas de produção, resultaram em constantes aumentos de produtividade. De modo a enfrentar o narcotráfico, a Armada Colombiana coordena a campanha multinacional Orión, que está em sua VIII Edição e conta com o engajamento de 40 países, inclusive o Brasil. As adidâncias do posto mantêm estreita coordenação, a fim de verificar o interesse das respectivas instituições em participar de suas operações.

18. O narcotráfico alimenta, principalmente, a atuação de grupos armados organizados (GAOs), estruturas ilícitas que em sua maioria mantêm estruturas de caráter militar, com importante capacidade de combate. Grupos como o Exército de Libertação Nacional (ELN), membros das extintas FARC (também chamadas de “dissidências”), Clã do Golfo, dentre outras, financiam-se essencialmente pelo narcotráfico e constituem a principal ameaça à soberania colombiana. São também os principais responsáveis pelo assassinato de líderes sociais e de atores de direitos humanos.

19. A maior parte desses grupos mantém atividades, incluindo rotas de transporte de cocaína ou bases, na Venezuela, a ponto de analistas colombianos apontarem que, hoje, o problema dos GAO e do narcotráfico é estruturalmente uma questão binacional. Há suspeitas de conluio e apoio de autoridades venezuelanas aos grupos criminosos.

20. Da perspectiva brasileira, o contexto de segurança colombiano demanda atenção por duas razões: o narcotráfico em si, e a presença de GAOs, principalmente dissidências das FARC e ELN, em região próxima à fronteira com o Brasil. Além de acompanhar atentamente a questão, procurei ampliar os mecanismos de cooperação entre as autoridades dos dois países, de modo a aprimorar o intercâmbio de informações e a capacidade de atuação coordenada na

repressão à criminalidade. Em fevereiro de 2020, a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas do Ministério de Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP) enviou missão à Colômbia, evidenciando o potencial de cooperação em matéria de gestão de ativos apreendidos.

21. Como resultado, foi assinado, durante a visita do presidente Iván Duque ao Brasil, Acordo de cooperação técnica internacional entre a Polícia Federal do Brasil e a Policía Nacional da Colômbia. O instrumento complementará os mecanismos já existentes entre os dois países, especialmente a Comissão Mista Antidrogas e a Comissão Binacional de Fronteiras, ambos dedicados aos temas de segurança pública. A X Comissão Mista sobre Drogas e Delitos Conexos Brasil – Colômbia ocorreu em julho de 2021, na modalidade virtual, em razão da pandemia.

22. Na área da cooperação em defesa, houve destaque para o contínuo e intenso intercâmbio entre oficiais dos dois países e o desenvolvimento, ainda incipiente, da cooperação na área de indústria de defesa. Há positivas perspectivas de intercâmbio bilateral na área industrial, tendo sido realizadas reuniões com a área do Ministério da Defesa da Colômbia responsável pelas indústrias de defesa do país, de modo a ampliar as possibilidades de cooperação. As áreas de aviação de transporte e de caça, artilharia transportada e veículos blindados tiveram destaque no diálogo iniciado durante minha gestão.

23. O Brasil também enviou ao lado colombiano proposta de memorando de entendimento na área de segurança cibernética. A Coordenação de Prevenção do Delito da chancelaria colombiana informou que a avaliação inicial do Ministério da Defesa Nacional foi positiva, mas esclareceu que o tema envolve outras áreas do governo colombiano e, por esse motivo, sugeriu que as negociações do instrumento sejam coordenadas por meio das duas chancelarias. A Colômbia propôs, ainda, que o escopo do memorando seja ampliado, de modo a incluir os campos de "segurança digital, cibersegurança/ciberdelinquência e defesa cibernética". O Brasil encaminhou, em maio de 2021, contraproposta sobre o tema, que ainda está em análise pelo lado colombiano.

24. Por fim, cabe registro de que, desde 2006, o Brasil tem designado militares da Marinha e do Exército para colaborar em missões na área de desminagem humanitária coordenadas bilateralmente ou por meio dos grupos de Monitores Interamericanos (GMI/OEA) e de Assessores Técnicos Interamericanos (GATI/OEA). Atualmente, 20 militares brasileiros encontram-se em missões de monitoramento, instrução e assessoramento em diversos pontos do território colombiano.

IV) Relações econômico-comerciais

25. Os temas econômicos e comerciais receberam especial atenção no período em que estive à frente da Embaixada do Brasil em Bogotá. A visita do presidente Duque ao Brasil, em outubro, permitiu a concretização ou encaminhamento de muitos dos objetivos econômico-comerciais que havia estabelecido para minha gestão, conforme exposto em sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 2019.

26. Dentre os acordos, destaco: assinatura do Acordo sobre Serviços Aéreos, que trará maior previsibilidade às empresas do setor e permitirá estabelecer e explorar serviços aéreos entre os territórios do Brasil e da Colômbia por meio das rotas acordadas; conclusão das negociações do Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT Brasil-Colômbia), que contribuirá para a ampliação do fluxo bilateral de comércio e de investimentos e fornecerá segurança jurídica para o planejamento de longo prazo do setor privado; assinatura do Memorando de Entendimento entre as pastas de Agricultura para promover a cooperação técnica em áreas da produção agropecuária que promovam o desenvolvimento competitivo, equitativo e sustentável do setor nos dois países.

27. No que se refere à internalização do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), assinado em 2015, outro objetivo que havia definido para minha gestão, foram realizadas diversas gestões e consultas junto aos interlocutores locais sobre o tema. Por ocasião da última reunião da Comissão Bilateral de Comércio, realizada em outubro de 2021, a delegação colombiana informou que a Colômbia havia reavaliado a questão e decidido reapresentar o acordo ao Conselho Superior de Comércio Exterior, em linha com o que havia solicitado à ministra da Pasta em encontro que mantivemos em setembro de 2021.

28. Para além dos objetivos estratégicos estabelecidos, pôde-se obter ainda resultados que certamente contribuirão para o aprofundamento da relação econômico-comercial, tais como: i) assinatura, em 6 de julho de 2021, do Acordo de Reconhecimento Mútuo sobre os Programas de Operador Econômico Autorizado, que deverá estimular o comércio bilateral e a integração das cadeias produtivas; ii) entendimento, em outubro de 2021, para a incorporação dos produtos originários de zonas francas ao comércio bilateral, o qual, uma vez incorporado ao ACE-72, dará maior previsibilidade e segurança jurídica aos operadores comerciais dos dois países; iii) avanço na área de reconhecimento e intercâmbio da Certificação de Origem Digital (COD) como instrumento de facilitação do comércio, o que diminui custos e tempos de resposta para os operadores de comércio exterior e fortalece a segurança na cadeia de comércio exterior; iv) assinatura, em outubro de 2021, da Carta de Intenção entre a Secretaria de Defesa Agropecuária do Brasil e o Instituto Colombiano Agropecuário (ICA) em Certificação Digital, como ferramenta segura, rápida e eficiente que contribuirá para a facilitação digital do comércio de produtos entre os dois países.

29. No que se refere às relações comerciais entre Brasil e Colômbia, destaco o crescimento impulsionado pela entrada em vigor das preferências acordadas no âmbito do Acordo de Complementação Econômica ACE-72. Antes da entrada em vigor do acordo, o fluxo de comércio bilateral atingia cerca de USD 3,2 bilhões, em média. Após a entrada em vigor do ACE-72, o fluxo comercial aumentou 45%, atingindo recordes históricos: USD 3,95 bilhões, em 2017; USD 4,52 bilhões, em 2018; e, ao finalizar 2019, acumulava USD 4,55 bilhões. Apesar da desaceleração do crescimento do comércio bilateral em 2020 por conta da emergência sanitária (retração de 26% das exportações brasileiras), em 2021, o fluxo comercial apresenta notável recuperação. Até setembro, as cifras do comércio bilateral já haviam superado a totalidade de 2020, acumulando USD 2,42 bilhões em exportações à Colômbia e USD 1,4 bilhões de importações provenientes deste país. O saldo comercial, por sua vez, apresenta superávit de mais de USD 1 bilhão no período.

30. No que se refere à pauta comercial, cumpre fazer especial referência ao setor automotivo, principal setor do comércio bilateral. Em 2019, a cota de 50 mil veículos concedida ao Brasil no âmbito do ACE-72 foi utilizada em 97,1% - foram exportados para a Colômbia 43791 veículos brasileiros com Valor de Conteúdo Regional (VCR)= 50% e 4754 com VCR= 35%. Em 2020, apesar da retração decorrente da pandemia, manteve-se patamar elevado da utilização da cota, atingindo 71,3% da cota de 50 mil unidades (foram exportados para a Colômbia 32.280 veículos brasileiros com VCR= 50% e 3.387 com VCR= 35%). Em 2021, de acordo com o último relatório divulgado pelas autoridades colombianas (02 de agosto), nos primeiros sete meses do ano o consumo da cota já havia atingido 60%, e a previsão é de que até o final do ano a cota seja totalmente utilizada, dada a tendência de reativação do consumo desta classe de bens na Colômbia.

31. A esse respeito, montadoras instaladas no Brasil têm reiterado o interesse na ampliação do comércio automotivo. Segundo a Volkswagen, 85% dos veículos da marca que se comercializam na Colômbia são importados do Brasil, e os 15% restantes, da Argentina. Outra preocupação externada seria com eventual desvio de comércio (em desfavor do Brasil) decorrente da finalização, ainda neste ano, dos cronogramas de desgravação dos acordos de livre comércio celebrados pela Colômbia com os Estados Unidos (em vigor desde 2012) e com a União Europeia (em vigor desde 2013), o que implicaria a isenção total da tarifa de importação de veículos automotivos dessas origens. As tarifas de importação extraquota para veículos brasileiros são de 16,1% para veículos de passageiros e de 6,9% para veículos de carga.

32. Observo, ainda, a existência de vantagens tributárias e regulatórias concedidas pelo governo colombiano aos veículos elétricos e híbridos, o que poderá favorecer ainda mais fabricantes europeus e japoneses. Nesse contexto, realizei reuniões com os Ministérios de Comércio, Indústria e Turismo, Minas e Energia, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a respeito da introdução dos carros movidos a motores "flex", os quais poderiam, idealmente, gozar de vantagens tributárias e regulatórias. Defendi o estabelecimento de cooperação técnica e regulatória entre Brasil e Colômbia no setor de biocombustíveis, tema que se viu refletido na Declaração Conjunta de Presidentes. Avalio que a promoção dos padrões regulatórios, da tecnologia de produção da cadeia sucroenergética e de motores "flex" do Brasil resultará em significativos benefícios comerciais e políticos ao nosso país.

33. Dentre os principais desafios a serem enfrentados na relação comercial com a Colômbia, encontra-se obter o engajamento do governo local no lançamento de negociações de um acordo bilateral de compras governamentais. O governo colombiano indicou que preferiria aguardar a conclusão do processo de acessão do Brasil ao acordo de Contratações Públicas da Organização Mundial do Comércio para definir as bases da negociação com o Brasil. Restaria ainda obter a internalização do ACE-72 (que se encontra em vigência provisória por parte da Colômbia) e do Protocolo de Serviços Colômbia-MERCOSUL, bem como a confirmação de internalização do ACFI.

V) Promoção comercial

34. Na área de promoção comercial, pouco antes do início da pandemia em 2020, foi possível apoiar duas grandes missões comerciais presenciais à Colômbia: i) A Missão ABIMAQ-ABIT ColombiaTex 2020, em janeiro de 2020, da qual participaram 44 empresas brasileiras com expectativas de negócios de USD 8 milhões (aumento de 20% em relação ao mesmo evento em 2019); e, ii) Vitrine Turística ANATO, em fevereiro, com a participação de diversas secretarias estaduais de turismo e da EMBRATUR. Em março, foi organizado encontro com mais de 60 empresas brasileiras com atuação na Colômbia (a Embaixada tem registro de 110 empresas brasileiras presentes na Colômbia) com a participação da vice-ministra do Comércio e representantes de entidades de classe colombianas.

35. Durante a emergência sanitária, as dificuldades geradas pelas medidas de isolamento da população e as restrições à realização de eventos presenciais não impediram a realização de série de eventos de promoção comercial e de turismo, com especial destaque para o agronegócio e as TIC, o que possibilitou manter o interesse de empresas brasileiras na abertura, consolidação e manutenção de seus negócios no mercado colombiano. Entre as atividades desenvolvidas encontram-se, de forma não exaustiva, as seguintes: 19 "webinars" com foco na divulgação das potencialidades e das caraterísticas diferenciadas dos produtos e serviços originários do Brasil com alto potencial no mercado colombiano; primeiro diálogo comercial DF-Colômbia, em novembro de 2020, com a participação da FIBRA.

36. Diante da impossibilidade de participação em feiras e eventos comerciais presenciais, que ficaram suspensas de março de 2020 a agosto de 2021, a Embaixada promoveu a participação em eventos e feiras virtuais que permitiram realização de novos negócios, entre os quais: Feira ExpoAgrofuturo 2020, que contou com a participação de 31 empresas brasileiras; Rodada de negócios e "showroom" da indústria brasileira de calçados, que contou com a participação de 15 empresas brasileiras; Rodadas internacionais de negócios da ABUP; 1º e 2º Encontro Virtual de Negócios da Abicalçados, realizado nos meses de agosto e novembro de 2020, eventos que contaram com a presença de 15 empresas brasileiras e mais de 70 compradores colombianos; "Precious Brazil": encontros digitais B2B entre exportadores brasileiros de joias e potenciais compradores colombianos.

37. Foram igualmente dedicados esforços para realizar e apoiar ações de inteligência comercial com vistas a aperfeiçoar as estratégias de negócios das empresas brasileiras interessadas no mercado colombiano. Algumas dessas ações foram concretizadas por meio da elaboração de estudos de mercado e atualização de guias e outras ferramentas destinadas às empresas brasileiras. Os estudos foram divulgados por meio da realização de seminários digitais com a participação de associações e empresas brasileiras, bem como de representantes governamentais e de diferentes entidades de classe colombianas.

38. Foram os seguintes os estudos realizados ou que se encontram em processo de realização neste período: atualização do Guia Como Exportar-Colômbia; estudo sobre Bitributação; estudo sobre Compras Públicas; estudo sobre Tecnologias Disruptivas: AgriTech, Helthtech, Fintech e Transformação Digital; estudo sobre barreiras comerciais da Colômbia a produtos da agroindústria; estudo sobre o aproveitamento do ACE-072; estudo de mercado do setor de

vinhos e sucos de uva; estudo sobre o setor de TIC e novas tecnologias e transformação digital; estudo sobre franquias na Colômbia; e estudo sobre Zonas Francas na Colômbia.

39. Na área da promoção turística foram também realizadas diversas atividades que permitiram manter o foco de interesse no Brasil pelos agentes de viagens e prestadores de serviços do segmento. Destacaria as seguintes atividades realizadas no período de minha gestão: realização de 20 "webinars" e "lives" com foco na promoção de diversos destinos turísticos no Brasil e no treinamento de agentes de viagens colombianos; "conversatório" sobre reativação do turismo bilateral, evento que contou com a participação da ANATO e palestrantes da Embratur, da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo e da rede hoteleira "Hotéis Rio"; diálogos interinstitucionais entre as secretarias de turismo brasileiras e as Câmaras de Comércio de Cartagena e Cali, dos quais também surgiram iniciativas de três encontros bilaterais para troca de informações com as secretarias de Recife, Salvador e Rio de Janeiro; evento "Carnaval Experience", organizado pelo "Rio Convention & Visitors Bureau", com a participação dos membros do Comité Descubra Brasil da Colômbia. Finalmente, em 2020 e 2021 foram promovidas campanhas digitais no jornal de maior circulação na Colômbia, "El Tiempo".

40. Registro que, nos últimos dois anos, o setor de promoção comercial manteve-se entre os postos mais demandados, conforme objetivo determinado em minha sabatina. O interesse de empresários e exportadores brasileiros pelo mercado colombiano manteve-se elevado, com mais de duas mil consultas recebidas e respondidas pela Embaixada no período (cerca de 5 consultas diárias). Entre os principais temas consultados estão informações sobre impostos, requisitos de importação e/ou informações de potenciais importadores, distribuidores ou representantes de produtos e empresas brasileiras. As consultas (telefônicas ou eletrônicas) são respondidas em média em até 2 dias. Na plataforma "Invest & Export Brasil", são em média atualizadas informações sobre 500 produtos a cada trimestre.

VI) Setor de energia

41. O principal tema que ocupou a agenda do setor de energia foi a promoção do etanol combustível. Avalia-se que o setor de biocombustíveis apresenta oportunidades significativas para adensar a relação bilateral, por meio de cooperação regulatória, da promoção das exportações brasileiras de etanol e de insumos para a cadeia produtiva e de investimentos brasileiros na Colômbia.

42. A embaixada, em articulação com o setor privado brasileiro, tem buscado promover agenda para difundir os benefícios da ampliação da mistura de etanol combustível na gasolina (atualmente entre 8% e 10%) na Colômbia. A estruturação do mercado doméstico colombiano de etanol deverá resultar na ampliação da demanda interna e no cumprimento dos requisitos da estrita normativa colombiana para a redução dos gases de efeito estufa.

43. Nesse contexto, o posto promoveu, no segundo semestre de 2021, reunião técnica sobre biocombustíveis entre os Ministérios de Minas e Energia, que contou ainda com a participação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia. A reunião despertou interesse dos funcionários colombianos de realizar visita ao Brasil, para aprofundar conhecimento sobre o setor. Em seguida realizei gestões sobre o tema junto aos ministros de

Comércio, Indústria e Turismo, Minas e Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Agricultura e Desenvolvimento Rural. As ações do Posto se viram plasmadas no Comunicado Conjunto por ocasião da visita do Presidente Duque ao Brasil, em outubro de 2021, em que se mencionam as potencialidades existentes para a cooperação bilateral no setor, incluindo cooperação técnica, regulatória e industrial, bem como a intenção colombiana em organizar uma missão técnica ao Brasil, com vistas a conhecer a cadeia produtiva de biocombustíveis brasileira.

44. Com relação ao setor de petróleo e gás, logrou-se aprofundar o conhecimento mútuo sobre aspectos regulatórios e de mercado por intermédio de reunião técnica entre os Ministérios de Minas e Energia. Cumpre notar o interesse colombiano em estabelecer parceria no setor, em especial em áreas “off-shore”, conforme expressado no Comunicado Conjunto por ocasião da visita do Presidente Duque ao Brasil, em outubro de 2021.

VII) Setor de ciência, tecnologia e inovação

45. Na área de Ciência e Tecnologia, por ocasião da visita do Presidente Duque ao Brasil em outubro de 2021, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) do Brasil, para desenvolver iniciativas conjuntas em matéria de ciência e pesquisa e para promover o intercâmbio de pesquisadores e estudantes.

46. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia (APC) estão negociando carta de intenções para apoiar projeto entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Colômbia (SENA) para a implementação de um centro de manufatura avançada e indústria 4.0 na cidade de Medellín. Com o apoio do Banco para Desenvolvimento da América Latina (CAF), o SENA está conduzindo estudo de viabilidade econômica da proposta, que deverá ser concluído em breve.

47. Em 19 de agosto de 2021, participei presencialmente da cerimônia de assinatura do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil (MCTI) e o MinCTI sobre cooperação em matéria espacial para fins pacíficos. O instrumento poderá ajudar a lidar com os desafios de mudança climática, monitoramento do uso dos solos, desenvolvimento da agricultura, dentre outros.

48. Em janeiro de 2021, foi entregue estudo encomendado pelo Posto junto à empresa APC Consulting sobre “Oportunidades de Mercado para Empresas Brasileiras na Colômbia em Tecnologias Disruptivas". O estudo foi constituído por quatro segmentos (Healthtech, Agritech, Fintech e Transformação Digital na Colômbia), com vistas a identificar oportunidades que poderiam ser atendidas por empresas brasileiras já atuantes no país ou que tenham o mercado colombiano como alvo.

49. Encontra-se em processo de elaboração estudo a ser realizado pela consultoria Araújo Ibarra sobre "Oportunidades no mercado de TICs e de Transformação Digital na Colômbia para empresas brasileiras". O estudo deverá avaliar as principais barreiras à entrada de empresas estrangeiras para competir no segmento, especialmente no que se refere à

participação em processos de licitação oferecidos pelos governos central, departamental e municipal. Serão mapeadas oportunidades que poderão ser aproveitadas por empresas brasileiras, tanto aquelas instaladas ou que venham a instalar-se no país quanto aquelas que tenham interesse em exportar serviços à Colômbia.

50. Ao longo do segundo semestre de 2020, realizou-se, de forma virtual, a primeira fase do Programa StartOut Brasil (Ciclo Bogotá-Medellín) Brasil - iniciativa que reúne MRE, ME, APEX-Brasil, SEBRAE e ANPROTEC - com o objetivo de promover a imersão de startups brasileiras nos principais ecossistemas de inovação do mundo. No contexto do projeto, foram oferecidos a 40 startups selecionadas treinamentos de “pitch”, mentorias, “sprint” de internacionalização, serviço de “matchmaking”, além de encontros com os principais atores dos ecossistemas de inovação das duas cidades colombianas e evento "Demo Day" com investidores e potenciais parceiros locais. Finalmente, seriam selecionadas 15 empresas que realizariam missão presencial na Colômbia, etapa que ainda não ocorreu por conta do prolongamento da pandemia em 2021.

VIII) Setor de agricultura

51. No setor agrícola, os produtos brasileiros ainda contam com presença inferior ao seu potencial no mercado colombiano. O país andino é apenas o 5º parceiro do Brasil em termos de comércio agropecuário na América do Sul. O potencial a ser explorado é grande, especialmente considerando a significativa importação de produtos agropecuários pela Colômbia e as necessidades de modernização do setor produtivo local, que poderia beneficiar-se da “expertise”, dos insumos e da tecnologia agrícola brasileira.

52. Um dos maiores entraves para o comércio bilateral é a falta de definição de requisitos sanitários e fitossanitários para uma longa lista de produtos. Os processos de abertura de mercados ainda são lentos, identificando-se certa resistência colombiana quanto à ampliação das concessões ao Brasil sob o argumento de que seus temas de interesse não têm avançado.

53. Nesse contexto, considero que o compromisso presidencial de que seja assinado em breve o Memorando de Entendimento para a formalização de uma “mesa técnica”, com o propósito de avaliar a admissibilidade sanitária de produtos agrícolas de interesse para cada país, constituirá significativo impulso às diversas gestões realizadas por este Posto junto às autoridades sanitárias locais para o estabelecimento do mecanismo. Também merece destaque a assinatura do Memorando de Entendimento entre as pastas de Agricultura para promover a cooperação técnica em áreas da produção agropecuária.

54. No que se refere à promoção da imagem do agronegócio brasileiro, o posto organizou a realização, em 12 de agosto de 2021, de "webinar" sobre a sustentabilidade da pecuária brasileira. O evento, intitulado "Sostenibilidad Ambiental en la Ganadería Brasileña: experiências y tendências”, teve repercussão na imprensa local e foi assistido por representantes de várias entidades e organizações locais e internacionais.

55. O posto colaborou com a organização e participação em seminários para a prospecção comercial de produtos do setor. Em 24 de junho de 2021, participou de “webinar” sobre “Oportunidades para Máquinas e Equipamentos para a Cadeia Sucroenergética na

Colômbia", no qual se apresentou estudo sobre o mercado de máquinas e equipamentos para a cadeia sucroenergética da Colômbia com informações sobre produção local, acordos comerciais, regulamentações e leis. No âmbito do projeto setorial "Brasil Sweets and Snacks", criado por meio de uma parceria entre a ABICAB (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas) e a Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), o posto participou da realização, em 4 de março de 2021, de "webinar" sobre oportunidades de mercado para o setor de amendoim e cacau na Colômbia.

56. Concluiu-se, no primeiro semestre de 2021, estudo intitulado "Estudo de mercado: setor vinícola", realizado pela consultoria Araújo Ibarra. O projeto mapeou aspectos comerciais, regulatórios e tributários do setor de vinhos e de suco de uva na Colômbia, apresentando possíveis oportunidades aos empresários brasileiros. A esse respeito, será realizada, nas próximas semanas, apresentação sobre o referido estudo seguido de missão comercial do setor a este país.

57. No que se refere à abertura de mercados de interesse do agronegócio brasileiro, logrou-se, no período, a conclusão satisfatória das tratativas relacionadas ao estabelecimento dos requisitos sanitários para "Suínos destinados à Reprodução", "Bovinos destinados à Reprodução", "Milho Pipoca", "Frutos Frescos de Maçã ", "Sementes de Arroz ", "Sementes de Algodão", "Estacas Enraizadas de Eucalipto urograndis" e "Sementes de Eucalyptus grandis x Eucalyptus camaldulensis", bem como a revisão (melhoria de condição de acesso) dos certificados acordados para o comércio bilateral de "Material Genético Avícola" e "Fibra de Algodão". Avalio que a criação da mesa técnica, quando concretizada, colaborará de maneira significativa para o atendimento a importantes pedidos brasileiros de abertura de mercado, tais como: carne suína; carne de aves; carne bovina refrigerada; e ovoprodutos.

IX) Setor educacional

58. O Brasil é destino acadêmico de número significativo de colombianos interessados em cursar graduação e, principalmente, pós-graduação no exterior. A Colômbia tem logrado papel de destaque nos editais de bolsas como o Programa Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG) e o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (PAEC).

59. A cooperação educacional durante minha gestão buscou fortalecer o intercâmbio acadêmico entre Brasil e Colômbia. A título de exemplo, o posto ofereceu apoio às delegações da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), no início de 2020, para fortalecer a cooperação interinstitucional entre universidades colombianas e brasileiras. Ao longo dos dois últimos anos, foi oferecido apoio também à realização de mais de 100 palestras sobre "Estudar e Pesquisar no Brasil".

60. Conforme objetivo apresentado em minha sabatina, o posto tem realizado cadastro de egressos colombianos que concluíram seus estudos de graduação ou pós-graduação no Brasil a fim de constituir rede de ex-alunos. A expressiva presença colombiana nas universidades brasileiras sugere que a rede "alumni" local pode vir a ser uma das maiores do Brasil no exterior, contribuindo para divulgar o Brasil como destino acadêmico e difundir a língua

portuguesa no país, além de favorecer o fortalecimento de laços econômicos entre os dois países.

61. Em linha com as diretrizes para a difusão do português no exterior, o posto atuou pela ampliação da oferta do Português como Língua Estrangeira (PLE) e como Língua de Herança (PLH). Com relação ao PLH, foi realizada a I edição das Olimpíadas de Português em parceria com a Fundação Aquarela, projeto lançado em 2021. No âmbito desses programas, foram articuladas iniciativas para a formação de professores, com atenção especial à fronteira (Letícia - Tabatinga).

62. A difusão da língua portuguesa na Colômbia tem avançado graças, primordialmente, ao interesse de estudantes colombianos em estudar no Brasil; à cultura de bilinguismo estabelecida na Lei 1651 de 2013; e ao crescente intercâmbio econômico e turístico entre os dois países. Ressalte-se que a Colômbia constitui o país em que mais se aplica o exame de Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) no exterior, tendo aprovado mais de 10.000 candidatos entre 2000 e 2020.

X) Setor de cooperação técnica e humanitária

63. A cooperação técnica do Brasil com a Colômbia tem como marco o Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1972. Durante a minha gestão, a área de agricultura ganhou destaque nessa pauta, por sua relevância para o desenvolvimento e a construção da paz na Colômbia (o tema constitui o primeiro capítulo do Acordo de Paz, chamado "Reforma Rural Integral").

64. Em sua nona reunião (setembro de 2019), o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Técnica (GTCT), aprovou o “Programa de Cooperação Técnica Bilateral 2019-2021”, que contém cinco projetos: i) "Consórcios Microbianos e Manejos Sustentáveis para a Recuperação de Solos Degradados no Sudoeste do Brasil e no Departamento de Cundinamarca, Colômbia" (USD 74.000); ii) "Troca de Experiências em Manejo e Conservação de Espécies e Ecossistemas Ameaçados" (USD 58.000); iii) "Capacitação Técnica para o Fortalecimento Institucional da Direção Nacional de Bombeiros da Colômbia e do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal” (USD 156.000); iv) "Fortalecimento das Capacidades Técnicas da Superintendência de Saúde na Elaboração de Indicadores Estratégicos e de Gestão e Fortalecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar do Brasil no Controle de Gastos em Saúde" (USD 49.000); e v) "Aperfeiçoamento das Capacidades Técnicas da ANVISA e do Ministério da Saúde e da Proteção Social no Controle Sanitário de Produtos Derivados do Tabaco" (USD 21.000).

65. Apesar dos desafios impostos pela pandemia, os cinco projetos já se encontram em fase de implementação. Para assegurar a boa condução do programa, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Presidencial de Cooperação Internacional (APC-Colômbia) mantiveram oito videoconferências ao longo de 2020 e 2021. Por sua vez, as instituições implementadoras técnicas realizaram quatorze encontros virtuais no decorrer da execução dos projetos bilaterais. O processo de implementação dos projetos é acompanhado, ainda, por meio de reuniões virtuais de seguimento.

66. Já na modalidade de cooperação sul-sul trilateral, o Brasil tem apoiado outros cinco projetos durante a minha gestão:

- Com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO): i) Projeto-país GCP/RLA/160/BRA: “Aprimoramento de Políticas Públicas para a Agricultura Campesina, Familiar e Comunitária na Colômbia com Base em um Enfoque Agroecológico” (USD 800.000, sendo USD 400.000 do governo brasileiro e USD 400.000 do governo colombiano); ii) Projeto-país GCP/RLA/199/BRA: “Apoio ao Fortalecimento do Setor Algodoeiro Colombiano através da Melhoria de Competitividade dos Sistemas de Produção da Agricultura Familiar” (USD 1.000.000,00, provenientes do contencioso do algodão).

- Com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): i) Projeto regional ANA/OTCA/002: "Segunda Fase do Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos" (BRL 7.256.679, provenientes de recursos da Agência Nacional de Águas - ANA), que busca contribuir para a promoção da gestão compartilhada e sustentável dos recursos hídricos e qualidade da água na Bacia Amazônica nos oito países membros da OTCA, dentre eles a Colômbia; ii) Projeto regional OTCA/19/001/BRA: "Apoio à Elaboração e Implementação da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica” (BRL 3.612.410, provenientes de recursos da ABC).

- Com o Programa Mundial de Alimentos (PMA): Projeto regional PMA/19/001/BRA: “Combate da Múltipla Carga de Má Nutrição em Escolares” (USD 246.670), provenientes do Ministério da Saúde do Brasil.

67. No tocante à cooperação humanitária, a resposta brasileira a necessidades emergenciais da Colômbia tem contribuído para estreitar os laços de cooperação bilateral, em bases solidárias. Durante a minha gestão, o Brasil realizou as seguintes doações para a Colômbia: USD 85 mil para atender às vítimas de desastre natural no arquipélago de San Andrés (2020); quatro ampolas de soro antiaracnídico (Loxosceles, Phoneutria e Tityus), para socorrer, em caráter emergencial, criança colombiana de 5 anos que havia sido inoculada por aracnídeo com veneno de ação moderada (agosto de 2021); e kits de medicamentos antirretrovirais para o tratamento de migrantes venezuelanos vivendo com HIV/AIDS.

XI) Setor cultural

68. O posto trabalhou para promover a cultura brasileira, tendo presentes as restrições orçamentárias e as orientações vigentes sobre a matéria. Essa atuação considera o contexto da cultura na Colômbia, marcado por elevada oferta de conteúdos, pela diversidade de interesses do público colombiano e pela existência de instituições culturais de grande porte interessadas em produzir cultura brasileira, como o Instituto de Cultura Brasil Colômbia (IBRACO).

69. A atuação do posto apoiou-se em parcerias estabelecidas em Bogotá e em outras regiões, na rede de cônsules honorários, nas empresas brasileiras presentes na Colômbia e na rede “alumni”. Os campos artísticos em que esse exercício mostrou-se mais profícuo foram a literatura, pela tradição de importantes eventos literários na Colômbia; a música, pela força e tradição que a produção musical brasileira adquiriu no exterior; e o audiovisual, tanto pelo

interesse existente pela indústria audiovisual brasileira, como pela facilidade no trânsito e exibição das obras.

70. No âmbito da literatura, foi apoiada a publicação, na Colômbia, de livros traduzidos de autores nacionais (pela Editorial Planeta) e de obras bilíngues de poesia brasileira (pela Vestigios Ediciones). Os livros publicados por esta segunda são distribuídos por meio de sua rede no Equador e no Peru (com previsão de expansão para Argentina e Uruguai, o que promove maior visibilidade aos autores brasileiros). À luz da recente retomada de feiras e festas literárias presenciais, o posto tem logrado promover a representação nacional nesses eventos.

71. A música brasileira é o campo artístico de maior interesse por parte do público colombiano, portanto o posto recebe constantemente pedidos de apoio à participação de músicos brasileiros na programação de teatros e festivais na Colômbia. Em meio à pandemia, alguns shows que já haviam sido confirmados se tornaram virtuais, de modo que se recorreu à produção e à edição de apresentações pré-gravadas. O posto também tem impulsionado a participação do Brasil em festivais de música neste país e a exibição de programa sobre a cultura brasileira em emissora local de rádio.

72. O mercado audiovisual colombiano tem observado, cada vez mais, os desenvolvimentos do campo no Brasil, o que se reflete na frequente presença de obras brasileiras em festivais na Colômbia. Nos últimos anos, o posto tem colaborado com atividades junto ao consagrado Festival Internacional de Cinema de Cartagena, trazendo diretores de filmes selecionados pelo Festival, apresentando e intermediando contatos junto a produtoras e a detentores de direitos de obras. Acresce-se a isso, o fato de que, durante a minha gestão, o posto continuou a organizar anualmente a Semana de Cinema Brasileiro em Bogotá. Devido à pandemia, o evento foi realizado de maneira virtual em 2020 e, neste ano, em formato híbrido.

73. Por fim, cumpre destacar que, em setembro de 2020 foi realizada a Semana do Brasil na Colômbia, inteiramente virtual e com conteúdo diverso, envolvendo história, literatura, música, cinema e gastronomia. O evento marcou a efeméride nacional, uma vez que não foi possível realizar projetos presenciais naquele momento.

XII) Setor consular

74. A crescente relevância da relação bilateral entre Brasil e Colômbia tem repercutido também na demanda por serviços consulares. Ademais da repartição consular, o posto tem sob sua jurisdição sete consulados honorários, localizados em grandes cidades da Colômbia, como Medellín, Cali, Cartagena, Bucaramanga, Barranquilla e San Andrés, ademais do consulado honorário na Venezuela, que está oficialmente sediado em La Asunción, mas atende também em Caracas. Os consulados honorários prestam apoio não somente no atendimento de casos de emergência, mas também na tramitação de alguns serviços consulares, como passaportes e vistos.

75. O principal desafio consular durante minha gestão foi, naturalmente, a pandemia de COVID-19, a qual alterou substancialmente as rotinas do setor consular, seja pelas restrições

impostas pelas autoridades sanitárias colombianas, seja pelo grande aumento na demanda por assistência consular e repatriação durante o período, em particular no ano de 2020.

76. Conforme decisão das autoridades sanitárias da Colômbia, as companhias aéreas suspenderam os voos comerciais ao Brasil entre 22/03/2020 e 02/10/2020 e de 29/01/2021 a 14/05/2021. Durante esses períodos, o setor consular teve como máxima prioridade o rápido atendimento e orientação aos nacionais que encontravam dificuldades para retornar ao Brasil. Os esforços incluíram a contratação do primeiro voo de repatriação em 05/04/20, o qual partiu com 174 passageiros e foi custeado pelo governo brasileiro.

77. A partir de maio de 2020, o governo colombiano passou a permitir que seus nacionais regressassem ao país. Nesse contexto, coordenei com minha contraparte em Brasília a realização de voos que levassem brasileiros e retornassem com colombianos, com bilhetes custeados pelos próprios passageiros, de modo que o Erário fosse preservado. Foi estabelecido novo procedimento conjunto entre o posto e a chancelaria colombiana, pelo qual foram realizados 10 voos, que permitiram o retorno ao Brasil de 887 pessoas. Nesses voos, em casos de pessoas em alegada situação de vulnerabilidade, foi possível negociar a isenção de tarifas, de modo que os desvalidos custeassem apenas a taxa de embarque com recursos próprios ou com recursos do posto, para os casos de comprovada necessidade.

78. No total, 1.184 pessoas conseguiram retornar ao Brasil em 2020 com apoio da Embaixada. Posteriormente, em 2021, a Colômbia suspendeu os voos ao Brasil de 29/01 a 19/05. Durante o período em tela, o setor consular buscou apoiar os consulentes que necessitavam retornar ao Brasil principalmente por meio de orientações sobre rotas com conexões que ainda permitiam o regresso ao país.

79. Houve avanços, ademais, importantes na modernização do atendimento com a adoção do sistema E-consular, e para atendimento de consulentes que se encontram na Venezuela, de acordo com as especificidades da situação local. A modernização do atendimento ensejou significativo ganho de eficiência no momento do agendamento, que passou a ser realizado de modo automático após a validação dos serviços. A adoção do sistema permitiu também a pré-análise dos documentos dos consulentes, o que diminuiu consideravelmente o tempo de permanência dos solicitantes nas dependências da Embaixada, de modo a cumprir com as orientações de biossegurança para contenção da COVID-19.

80. Nesse contexto, o setor consular analisou mais de 2 mil requerimentos realizados por meio do sistema desde sua implantação. Entre dezembro de 2019 e outubro de 2021, foram concluídos 4.234 serviços consulares, dos quais 1.628 vistos; 853 passaportes; 104 Autorizações de Retorno ao Brasil; 246 procurações; 143 registros de nascimento; 41 registros de casamento; 8 registros de óbito; 548 inscrições para CPF, ademais de 663 serviços variados como reconhecimento de assinaturas, atestados e segundas-vias de documentos. No período em tela, a execução dos referidos serviços resultou no recolhimento de USD 291.560,52 aos cofres do Tesouro Nacional, a título de renda consular.

81. Finalmente, desde que a jurisdição consular da Venezuela foi transferida para a Embaixada em Bogotá, em 14/04/2020, determinei ao setor consular que fizesse tudo que estivesse a seu alcance para atender aos brasileiros naquele país, mesmo diante das limitações

que essa circunstância excepcional impôs. Em 2020, a Embaixada em Bogotá assistiu a repatriação de pelo menos três consulentes que se encontravam na Venezuela.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BOGOTÁ

Candidato: EMBAIXADOR PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita



Nascido em Porto Alegre, em 17 de dezembro de 1959, graduou-se em engenharia agronômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em diplomacia pelo Instituto Rio Branco, a academia diplomática brasileira. Estudou, também, na École Nationale d'Administration, em Paris.

Serviu nas Embaixadas em Roma/FAO (1989-1993) e em Santiago (1993-1995) e foi Representante Permanente, Adjunto, da Delegação do Brasil junto à OMC e outras organizações internacionais em Genebra (2003-2011). Em Brasília, foi assessor do Ministro de Estado (2001-2003), diretor do Departamento Econômico (2011-2015) e subsecretário-geral da América Latina e do Caribe, com responsabilidade sobre questões de natureza política e econômica relacionadas com os países da região. Foi o coordenador nacional brasileiro do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Serviu, ainda, como membro do Conselho Diretor da Itaipu Binacional (2016-2018).

É Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federativa do Brasil na China desde 18 de dezembro de 2018.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Acompanhar, de forma integrada e com visão global, as relações do Brasil com a Colômbia em todos os âmbitos e níveis e prestar contas ao Executivo e ao Estado brasileiro de maneira geral, aos entes federados interessados e à opinião pública sobre todos os aspectos atinentes a tais relações, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional. Representar, promover e proteger os interesses brasileiros na Colômbia, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República da Colômbia e fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Conhecimento detalhado e crítico das realidades colombianas e da atuação interna, regional e internacional da Colômbia. Consciência plena dos interesses brasileiros no país.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com a Colômbia nos âmbitos bilateral, regional (sul-americano, latino-americano e hemisférico) e internacional, assim como a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado colombiano, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países.
2. Desenvolver uma cooperação ampla e produtiva com a Colômbia em todas as áreas de interesse comum, como o desenvolvimento sustentável da região amazônica lindeira, o combate ao crime organizado internacional, a segurança das fronteiras comuns e a integração fronteiriça.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Colômbia, em especial por meio da promoção ativa da língua portuguesa e da cultura brasileira no país.
4. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais, hemisféricos e internacionais, por meio de articulação com o governo colombiano.
5. Fortalecer as relações com a Colômbia, com os mecanismos de integração sub-regional de que faz parte e, por consequência, com toda a América do Sul.
6. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Colômbia, apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento.
7. Apoiar o desenvolvimento das relações de Estados e Municípios brasileiros, especialmente os fronteiriços, com o Estado colombiano, suas regiões, departamentos e cidades.
8. Apoiar e promover a diplomacia parlamentar brasileira na Colômbia.
9. Promover o turismo colombiano no Brasil, assim como o fomento de laços entre entidades do Brasil e da Colômbia no setor.
10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do posto, com vistas a aumentar sua eficiência e capacidade de resposta.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio e investimentos com a Colômbia

- *Realização de atividades de inteligência comercial para identificar novos nichos de mercado para produtos brasileiros e aprofundar o conhecimento sobre o mercado colombiano sobre setores com potencial de expansão para empresas brasileiras, especialmente no setor agropecuário, de tecnologias das informações e comunicações, automotor, máquinas e equipamentos e serviços;*
- *Fomento a sinergias e complementaridades entre as cadeias produtivas de setores estratégicos para o Brasil e para a Colômbia visando estimular o comércio de bens e de serviços para esses setores;*
- *Consolidação da presença de empresas e produtos brasileiros de setores para os quais o mercado colombiano é considerado estratégico;*
- *Continuidade à promoção da imagem do Brasil como destino de negócios;*
- *Promoção da presença e dos negócios de empresas brasileiras de base tecnológica no mercado colombiano, e fortalecer estratégias para afiançar a imagem do Brasil como pioneiro na região nas áreas que requerem avanços em tecnologia de ponta.*
- *Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado colombiano;*
- *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes na Colômbia;*
- *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
- *Apoio a investidores colombianos interessados no mercado brasileiro;*
- *Apoio a empresários brasileiros interessados no mercado colombiano e às mais de 100 empresas brasileiras já instaladas na Colômbia;*
- *Articulação de ações integradas com o escritório da Apex Brasil para a América do Sul;*
- *Participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas na Colômbia;*
- *Sensibilização dos agentes econômicos colombianos para temas comerciais de interesse mútuo;*
- *Manutenção de contatos com autoridades governamentais e empresariais colombianas com vistas a apoiar o lançamento de negociação de um acordo de compras governamentais entre Brasil e Colômbia, abrindo assim esse setor a empresas brasileiras;*
- *Manutenção de contatos com autoridades governamentais colombianas com vistas à internalização do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil-Colômbia (ACFI);*
- *Manutenção de contatos com autoridades governamentais colombianas com vistas à assinatura e implementação do acordo para evitar a dupla tributação;*
- *Acompanhamento de investigações de defesa comercial (antidumping, salvaguardas) que possam afetar exportações brasileiras, realizando gestões junto a representantes do Governo colombiano e participando de audiências, conforme o caso;*
- *Promoção da aproximação econômico-comercial do MERCOSUL com a Aliança do Pacífico em linha com o estabelecido no Plano de Ação de Puerto Vallarta.*

2) **Buscar a internalização e/ou revisão do Acordo de Complementação Econômica n° 72 (ACE-72) e alguns de seus protocolos, com vistas à liberalização do comércio bilateral**

- *Realização de gestões junto a autoridades colombianas com vistas a apoiar a internalização do Acordo de Complementação Econômica n° 72 (ACE-72), em aplicação provisória pela Colômbia desde 2017;*
- *Apoio à ampliação de preferências bilaterais no ACE-72 para o setor automotivo, por meio de gestões com o objetivo de renovar o cronograma de liberalização do Protocolo Automotivo do ACE-72;*
- *Manutenção de contatos de alto nível com autoridades governamentais colombianas com vistas à ratificação, pela Colômbia, do Protocolo de Serviços do ACE-72. O Protocolo, que visa a incrementar a transparência e a segurança jurídica na prestação de serviços, ainda não foi ratificado pelo Brasil ou pela Colômbia;*
- *Realização de gestões para o incremento do diálogo com autoridades colombianas com vistas a revisar o ACE-72 de forma a incorporar novos produtos agropecuários.*

3) **Promover maior abertura do mercado colombiano aos produtos agrícolas do Brasil.**

- *Apoio técnico, organizacional e logístico às negociações entre os órgãos técnicos brasileiros e colombianos;*
- *Contato com autoridades colombianas para a definição de requisitos a exportações agropecuárias brasileiras, com apoio ao estabelecimento de mecanismo técnico bilateral para temas sanitários e fitossanitários;*
- *Contato com autoridades colombianas para definição de requisitos sanitários e fitossanitários para exportações brasileiras.*

4) **Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira na Colômbia**

- *Ações de apoio à realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira, com o ativo envolvimento dos adidos militares acreditados em Bogotá;*
- *Apoio e acompanhamento a todas as tratativas bilaterais com o objetivo de aproximar a demanda colombiana por equipamento militar e de polícia da oferta brasileira de bens e serviços na área de defesa;*
- *Promoção da integração das bases industriais de defesa dos dois países e divulgar o seu potencial para o desenvolvimento tecnológico em ambos os países junto às autoridades colombianas de defesa, especialmente no contexto de necessidade de modernização de seu aparato militar.*

5) **Contribuir para o processo de fortalecimento da cooperação energética, nas vertentes fontes convencionais e renováveis**

- *Apoio ao diálogo entre autoridades competentes dos dois países com vistas a promover a complementação entre os dois mercados nacionais de energia, facilitando, quando necessária, missões técnicas com vistas a expandir a cooperação na área de energias tradicionais, como petróleo e gás, e renováveis, como biocombustíveis;*
- *Promoção do padrão regulatório brasileiro no setor biocombustíveis, em especial do uso de etanol, com efeitos para a promoção das exportações brasileiras de etanol,*

insumos para a cadeia produtiva e de investimentos brasileiros na Colômbia, bem como de automóveis "flex".

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de promoção comercial
(N° de gestões realizadas junto a entidades setoriais, de atividades de inteligência e promoção comercial e de ações aprovadas e realizadas durante a gestão / N° de gestões realizadas junto a entidades setoriais, de atividades de inteligência e de ações aprovadas e realizadas na gestão anterior) x 100.
Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

2) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre o Acordo de Complementação Econômica n° 72 (ACE-72)

3) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais que impactem a exportação de produtos cárneos brasileiros

4) Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, de atividades de inteligência e promoção comercial, incluindo ações realizadas com impacto sobre questões sanitárias e fitossanitárias

5) Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira
(N° de gestões realizadas junto a autoridades de defesa para a exportação da BID brasileira / N° de gestões realizadas junto a autoridades de defesa para exportação da BID brasileira na gestão anterior) x 100.
Resultados estão relacionados a decisões do Governo colombiano.

6) Valor de eventuais aquisições pelo governo colombiano de produtos da indústria de defesa brasileira
Resultados estão relacionados a decisões do Governo colombiano.

7) Número de gestões e de reuniões diplomáticas com o objetivo de tratar de temas regionais e, em específico, da concertação no âmbito do PROSUL e da aproximação econômico-comercial do MERCOSUL com a Aliança do Pacífico

II - relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar e fortalecer o relacionamento bilateral entre Brasil e Colômbia por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado e da realização periódica de reuniões de mecanismos diplomáticos de alto nível

- *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Colômbia e vice-versa;*
- *Apoio substantivo e cerimonial aos trabalhos preparatórios e à realização de reuniões de mecanismos bilaterais de alto nível;*

- *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e colombianos, em formato presencial ou virtual;*
- *Apoio a visitas de autoridades brasileiras à Colômbia e de autoridades colombianas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos.*

2. **Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias**
   - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo colombiano, por meio do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia;*
   - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Colômbia, quando cabível;*
   - *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.*

3. **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa colombiana**
   - *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa colombiana, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na Colômbia;*
   - *Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade colombiana nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, militar e de segurança;*
   - *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa colombiana, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, gestão fronteiriça, PROSUL, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, inclusive no que se refere à implementação dos Acordos de Paz de 2016 celebrados com as extintas FARC, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação à Colômbia e sua ação regional e internacional;*
   - *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.*

4. **Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos Legislativos dos dois países**
   - *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e colombianos;*
   - *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e colombianos;*
   - *Apoio a atividades dos grupos parlamentares de amizade de ambos os países;*
   - *Provisão de informação sobre as principais atividades e iniciativas em andamento no Congresso colombiano.*

5. **Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e colombianas**
   - *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes governamentais, inclusive de entes federados brasileiros e entidades subnacionais colombianas;*
   - *Apoio à coordenação e cooperação na gestão integrada das fronteiras entre entidades de ambos os países, assim como por meio da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia;*
   - *Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e colombianas;*
   - *Convite a entes federativos brasileiros e entidades subnacionais colombianas para participar de diálogos, inclusive preparatórios, afeitos à Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia.*

6. **Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral**
   - *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro, principalmente nas áreas de comércio e investimentos; cooperação jurídica; segurança e defesa, entre outras;*
   - *Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo colombiano para a abertura de negociação de acordos bilaterais;*
   - *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado colombiano.*

7. **Apoiar e incrementar programa de cooperação técnica bilateral e ações de assistência humanitária no contexto posterior à assinatura dos Acordos de Paz.**
   - *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação e ampliação de acordos de cooperação técnica bilateral;*
   - *Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo colombiano para a abertura de negociação de acordos de cooperação técnica bilateral;*
   - *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado colombiano na matéria;*
   - *Apoio à prestação de assistência humanitária brasileira, levando-se em consideração que a assinatura dos Acordos de Paz, em 2016, entre o Governo Nacional da Colômbia e as extintas FARC não levaram à total pacificação do país.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais

(Nº de reuniões de mecanismos bilaterais realizadas por ano durante a gestão / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas por ano, em média, nos cinco anos anteriores) x 100

Índice de realização de visitas oficiais de lado a lado

(N° de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão / N° de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano, em média, nos cinco anos anteriores) x 100

2) **Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa colombiana e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano**

3) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e colombianos por ano**

4) **Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc, por ano.**

5) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais colombianas por ano**

6) **Número de acordos bilaterais concluídos por ano durante a gestão**

7) **Número de acordos de cooperação técnica bilateral concluídos por ano durante a gestão**

8) **Número de ações de cunho humanitário realizadas por ano durante a gestão**

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais nos quais Brasil e Colômbia sejam membros**
   - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Colômbia em foros multilaterais, como a ONU e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;*
   - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Colômbia em organismos internacionais comerciais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente sobre as perspectivas quanto à posição colombiana nas negociações afeitas a áreas como facilitação de investimentos, agricultura, acesso a mercados e compras públicas;*
   - *Diálogo com representantes governamentais colombianos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
   - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais;*
   - *Acompanhamento e análise quanto à evolução, na política externa da Colômbia, do processo de participação do país em foros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).*

2. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais que contam com a participação da Colômbia**
   - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Colômbia em organismos regionais e sub-regionais, particularmente no PROSUL, na Organização dos Estados Americanos, na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, na Aliança do Pacífico e na Comunidade Andina de Nações, entre outros;*
   - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais.*

3. **Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais e regionais que contam com a Colômbia entre seus membros.**
   - *Realização de gestões para buscar e monitorar o apoio do Governo colombiano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos e, com especial atenção, quanto ao pleito brasileiro de ingresso na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano;**
   Número de reuniões promovidas com autoridades colombianas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo por ano;
   Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais por ano.

2) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas regionais por ano;**

3) **Número de reuniões promovidas com autoridades colombianas sobre temas regionais por ano;**

4) **Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais por ano;**

5) **Índice de apoio colombiano a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais**
   (Nº de indicações positivas de apoio colombiano a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais por ano / Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte colombiana para apoio a candidaturas a organismos multilaterais por ano) x 100
   Índice de apoio colombiano a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos regionais
   (N° de indicações positivas de apoio colombiano a candidaturas brasileiras a organismos regionais por ano / N° de solicitações brasileiras apresentadas à parte colombiana para apoio a candidaturas a organismos regionais por ano) x 100

6) **Número de gestões e de reuniões diplomáticas com o objetivo de tratar de temas regionais, em especial da concertação no âmbito do PROSUL, OEA e OTCA, entre outros.**

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa do Brasil, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade colombiana e diversificar as referências culturais brasileiras**
   - *Apoio à organização regular de festival de cinema brasileiro na Colômbia e à inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
   - *Promoção de eventos de fotografia, música e dança brasileira;*
   - *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
   - *Apoio a eventos de gastronomia brasileira na Colômbia;*
   - *Apoio à publicação de edições em espanhol de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição na Colômbia;*
   - *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com a Feira Internacional do Livro de Bogotá (FILBO);*
   - *Estímulo a atores locais que cultivam cultura brasileira na Colômbia, inclusive na região fronteiriça;*
   - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua espanhola, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país;*
   - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
   - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira.*

2. **Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil**
   - *Promoção de eventos relativos à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil, com eventual apoio do setor privado, inclusive de produtos brasileiros destacados.*

3. **Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que a Colômbia tenha reconhecida tradição**
   - *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e colombianos;*
   - *Fomento ao intercâmbio na área musical, por meio de incentivo a aproximação entre músicos, cantores e compositores de ambos os países e organização de festivais de música, inclusive levando em conta a tradição colombiana em manifestações carnavalescas e na música de origem africana;*
   - *Fomento ao intercâmbio na área da literatura, por meio de incentivo a aproximação entre escritores de ambos os países e organização de eventos literários;*
   - *Desenvolvimento de política atualizada de atuação nas redes sociais.*

4. **Promover a indústria cultural e criativa brasileira na Colômbia**
   - *Apoio à realização de estudo de mercado sobre nichos a serem explorados no mercado colombiano para a indústria cultural brasileira;*
   - *Diversificação de ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores colombianos e brasileiros;*
   - *Apoio a iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira na Colômbia, a exemplo da produção de grandes eventos;*
   - *Incentivo a artistas brasileiros a participar de eventos na Colômbia.*

5. **Promover destinos turísticos brasileiros na Colômbia e estreitamento de laços setoriais**
   - *Ação promocional do Brasil como destino turístico variado junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e influenciadores;*
   - *Participação brasileira em grandes feiras de turismo na Colômbia;*
   - *Fortalecimento do diálogo com o Ministério de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia para organização de iniciativas conjuntas e para a organização de seminários e de eventos junto a operadores de turismo;*
   - *Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo junto ao mercado colombiano;*
   - *Realização de campanhas digitais direcionadas ao público colombiano por meio de veículos locais de grande circulação e das redes sociais da Embaixada.*

6. **Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público colombiano**
   - *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*

7. **Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção cultural**
   - *Ampliação de realização de eventos de promoção cultural brasileira na Colômbia;*
   - *Realização de parcerias com vistas à promoção da literatura brasileira e do idioma português;*
   - *Apoio, quando possível e sem ônus financeiro, às atividades do Instituto de Cultura Brasil Colômbia (IBRACO).*

8. **Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa**
   - *Realização de ações, como oficinas, para divulgação do idioma português;*
   - *Articulação de parcerias para ampliar a oferta do português na Colômbia, com atenção especial para as regiões do país menos atendidas.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Evolução no número de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros em relação à gestão anterior**

2) **Número de eventos culturais alusivos à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil**

3) **Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**

4) **Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**

5) **Número de ações de promoção do turismo e de reuniões com autoridades setoriais colombianas aprovadas e realizadas durante a gestão**

6) **Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa - Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex Brasil realizadas durante a gestão**

7) **Número de parcerias estabelecidas ou de gestões realizadas para tal com vistas à ampliação da oferta do português neste país**

V – cooperação técnica para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente, incluindo mudança do clima;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover a cooperação com a Colômbia na área de desenvolvimento sustentável, mudança do clima e proteção ambiental, incluindo manejo florestal sustentável**
   - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;*
   - *Promoção da participação brasileira em eventos na Colômbia ligados à temática ambiental, de mudança do clima e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades colombianas em eventos realizados no Brasil;*
   - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
   - *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos colombianos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental e de mudança do clima;*
   - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
   - *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*

- *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na Colômbia.*

2. **Desenvolver e identificar possibilidades de equalização de posições brasileiras e colombianas na área ambiental.**
   - *Promoção do diálogo com autoridades colombianas para manutenção de interlocução de alto nível no setor ambiental;*
   - *Realização de gestões, junto ao Governo colombiano, com o objetivo de equalizar posições brasileiras e colombianas quanto a mecanismos de concertação ambiental, com especial atenção para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável durante a gestão**

2) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Colômbia**
   - *Incentivo à cooperação com governo colombiano para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I, aproveitando recentes impulso governamental na Colômbia ao setor;*
   - *Apoio ao estreitamento de laços e a concretização de parcerias entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil e o novo Ministério de Tecnologias da Informação e das Comunicações da Colômbia;*
   - *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I;*
   - *Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software, biotecnologia, entre outras.*

2. **Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I**
   - *Realização de análises contínuas do ambiente de CT&I na Colômbia, com vistas a identificar potenciais para desenvolvimento de cooperação bilateral, com especial atenção para setores como economia criativa e Indústria 4.0.*

3. **Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**

- *Diálogo com representantes da indústria de CT&I na Colômbia, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
- *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
- *Promoção de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema

2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária conjunta e de mobilidade acadêmica mútua

- *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas colombianas;*
- *Promoção das atividades do programa de leitorado na Colômbia, apoiando o efetivo início dos trabalhos do programa a partir de 2022;*
- *Interlocução com os estudantes brasileiros residentes na Colômbia e acadêmicos nacionais em visita ou intercâmbio;*
- *Estabelecimento de rede de articulação com os egressos colombianos que estudaram no Brasil.*

2. Promover a variante brasileira da língua portuguesa

- *Divulgação do exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras;*
- *Apoio ao início dos trabalhos do leitorado brasileiro na Universidade Nacional da Colômbia (UNAL);*
- *Promoção do engajamento dos leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança por parte da comunidade fronteiriça e da diáspora brasileira.*

3. Ampliar o diálogo com a Colômbia para cooperação na área de saúde, com especial ênfase no enfrentamento da pandemia de covid-19

- *Monitoramento dos avanços realizados pela Colômbia na área de saúde e, em particular, no contexto de enfrentamento da pandemia de covid-19;*
- *Compartilhamento de experiências bem sucedidas na área de saúde, incluindo o processo de vacinação contra o coronavírus e outras enfermidades;*
- *Apoio à interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia;*

- *Promoção da cooperação na área de saúde entre autoridades de ambos os países, integrando representantes de administrações locais da região de fronteira;*
- *Apoio à possível cooperação na área de desenvolvimento e produção de vacinas contra o coronavírus;*
- *Identificação de possibilidades de cooperação no combate à pandemia de covid-19, em particular por meio de intercâmbio de medicamentos e material médico-hospitalar na área de fronteira.*

4. **Incentivar a cooperação na área de saúde, bem como de segurança e defesa na zona de fronteira**
   - *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais;*
   - *Apoio à cooperação entre as forças policiais no combate ao tráfico de drogas, de pessoas e de armas, com o envolvimento direto do adido policial acreditado em Bogotá;*
   - *Promoção e apoio às atividades da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil–Colômbia e da Comissão Mista em Matéria de Drogas e Crimes Conexos.*

5. **Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países**
   - *Divulgação, junto aos setores interessados do governo colombiano, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
   - *Promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao governo colombiano, aproveitando o contexto de renovação do material de defesa nas Forças Armadas do país vizinho;*
   - *Apoio às reuniões entre autoridades de ambos os países;*
   - *Apoio à participação governamental e empresarial colombiana em feiras de produtos de defesa brasileiros;*
   - *Apoio a iniciativas para promover um melhor conhecimento recíproco entre as indústrias de defesa do Brasil e do Colômbia;*
   - *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Colômbia, em coordenação com a Adidância militar em Bogotá;*
   - *Acompanhamento da tradicional cooperação na área de desminagem humanitária implementada por militares do Exército e da Marinha do Brasil mediante instrução junto ao governo colombiano e à Missão da OEA na Colômbia, que também contribui para o estreitamento de laços de amizade entre as forças armadas de ambos os países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e colombianas durante a gestão**

2) **Promoção da língua portuguesa no exterior**
   Número de ações realizadas em conjunto com os leitores e de produção de material com a variante brasileira do português.

3) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão**

4) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto ou acompanhadas pelo Posto sobre projetos de cooperação bilateral em segurança, incluindo a fronteira, por ano, durante a gestão**

5) **Número de contatos com autoridades de Defesa da Colômbia e de reuniões bilaterais em matéria de Defesa por ano, durante a gestão**

6) **Índice de realização de ações de promoção de produtos de Defesa**
Número de contatos com autoridades de Defesa da Colômbia, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de Defesa, e ações de promoção de produtos de Defesa por ano, durante a gestão.

7) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação em matéria de Defesa por ano, durante a gestão.**

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e dos direitos humanos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo colombiano com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações**
   - *Promoção da cooperação técnica em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura e energias renováveis.*

2. **Promover a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento, em especial assistência humanitária, na Colômbia**
   - *Acompanhamento e desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária com o a Colômbia, levando em consideração o contexto pós-assinatura dos Acordos de Paz em 2016;*
   - *Promoção do diálogo com o governo colombiano sobre iniciativas de desenvolvimento socioeconômico;*
   - *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de desenvolvimento.*

3. ***Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Colômbia na temática de direitos humanos***
   - *Continuidade da defesa junto ao governo colombiano das posições brasileiras em discussões relacionadas a direitos humanos;*

- *Acompanhamento do seguimento pela Colômbia da temática de direitos humanos, em especial no contexto do cumprimento e da implementação, pelo governo colombiano, dos acordos de paz de 2016 com as extintas FARC;*
- *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico por ano, durante a gestão

2) Número de projetos e inciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades por ano, durante a gestão

3) Número de reuniões, gestões e outras ações na área de direitos humanos por ano, durante a gestão

IX - cooperação fronteiriça

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar a cooperação na área na zona de fronteira

- *Promoção da cooperação em segurança entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais e ao crime organizado na zona de fronteira;*
- *Promoção da integração econômica na fronteira entre os dois países, inclusive por meio de projetos no âmbito da Comissão de Vizinhança e Integração;*
- *Promoção da cooperação na área de saúde na zona de fronteira;*
- *Apoio à promoção da cooperação na área educacional – entre escolas e universidades, por exemplo – e cultural na zona de fronteira, com ênfase na promoção da língua portuguesa e cultura brasileira junto à comunidade residente na faixa de fronteira;*
- *Apoio à renegociação e futura aprovação do Acordo sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas.*

2. Promover o diálogo sobre projetos de integração da infraestrutura física na região fronteiriça

- *Manutenção de contatos de alto nível com autoridades colombianas para averiguar possibilidades de integração, inclusive por meio intermodal, de localidades na zona fronteiriça brasileiro-colombiana;*
- *Contribuição à concepção de alternativas que possam viabilizar a consecução dos projetos de integração da infraestrutura física na fronteira, inclusive por meio da participação do setor privado.*

3. **Apoiar e promover iniciativas de cooperação e interlocução entre as unidades subnacionais fronteiriças de ambos os países**

4. **Apoiar as reuniões e atividades no âmbito da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia**

5. **Em consonância com a meta proposta anteriormente na área de cooperação em saúde, aprofundar a cooperação em saúde na zona de fronteira, incluindo também enfrentamento à pandemia de covid-19.**
   - *Acompanhamento e apoio à interlocução entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre medidas de enfrentamento à pandemia, assim como sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia;*
   - *Acompanhamento do diálogo bilateral a fim de garantir que restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia não representem obstáculos à dinâmica de integração fronteiriça, em particular no tocante ao trânsito vicinal fronteiriço entre as cidades gêmeas de Leticia e Tabatinga;*
   - *Acompanhamento do diálogo bilateral a fim de garantir que restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia não representem obstáculos ao fluxo normal do transporte rodoviário de cargas.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação na área de fronteira por ano, durante a gestão**

2) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de integração da infraestrutura física na área de fronteira por ano, durante a gestão**

3) **Número de encontros preparatórios, reuniões ou ações realizadas no âmbito da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia por ano, durante a gestão.**

X - apoio às comunidades brasileiras na Colômbia e na Venezuela

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Realizar pesquisa quantitativa online junto às comunidades brasileiras na Colômbia e na Venezuela, de modo a melhor compreender seus perfis e suas necessidades.

2. Promover a atuação dos Consulados Honorários na Colômbia e na Venezuela, de modo a facilitar o apoio à comunidade brasileira residente no território dos dois países.
   - *Realização de sessão de treinamento remoto dos 7 consulados honorários sob a jurisdição da Embaixada em Bogotá;*
   - *Realização de campanha de divulgação ativa dos serviços prestados pelos consulados honorários nas redes sociais do posto;*

3. Realizar missões consulares itinerantes para cidades com maior presença de brasileiros que contem com consulados honorários na Colômbia, para realização de registros notariais e demais serviços que somente podem ser solicitados presencialmente.

- *Promoção da realização de consulados itinerantes com a frequência necessária para atender a comunidades de brasileiros que apresentem demanda significativa em cidades que contam com consulados honorários.*

4 . Promover o diálogo consular com a chancelaria colombiana, com vistas a solucionar eventuais problemas migratórios e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros temporários e permanentes e à eventual utilização do território colombiano para rotas migratórias irregulares com destino e origem no Brasil.

5. Ampliar e aperfeiçoar a utilização do sistema E-consular

- *Aperfeiçoamento da utilização do sistema E-consular pelos consulentes na Colômbia, com base nas necessidades identificadas na pesquisa mencionada na meta 1;*
- *Desenvolvimento da possibilidade de que consulentes na Venezuela possam solicitar serviços consulares, como atestados e passaportes, por meio do sistema E-consular, ao invés de correio eletrônico, com base nas especificidades da demanda local.*

6 – Organizar a realização das Eleições 2022 na Embaixada do Brasil em Bogotá

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Porcentagem de pessoas satisfeitas com os serviços consulares prestados na jurisdição da Embaixada em Bogotá, entre aquelas que utilizaram os referidos serviços nos 12 meses anteriores.

2.1) Número de pessoas treinadas pertencentes à equipe dos consulados honorários.
2.2) Número de postagens realizadas na página do posto sobre serviços prestados pelo consulado honorário.

3.1) Número de missões consulares itinerantes realizadas por ano.
3.2) Número total de consulentes atendidos em missões itinerantes.

4) Número de reuniões realizadas com a chancelaria colombiana sobre temas migratórios.

5) Número de pessoas atendidas por meio do sistema E-consular em relação ao ano anterior.

6) Realização das Eleições 2022 de forma exitosa na Embaixada em Bogotá.

XI - Administração

I - METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1) Otimização dos recursos humanos do posto;

→ Remanejamento dos funcionários locais nos diversos setores da embaixada de forma a obter maior aproveitamento e eficiência na realização de suas funções.

2) Redução de custos e aumento da eficiência de serviços prestados nas áreas de segurança e limpeza do posto;
→ Realização de pesquisa, no mercado local, de empresas prestadoras de serviços nas áreas de segurança privada e limpeza;
→ Avaliação da custos relativos à manutenção do pessoal local contratado para a realização dos referidos serviços.

3) Elaboração do mapeamento de processos;
→ Utilização do programa "Bisagi modeler" na elaboração de manual prático para padronizar as rotinas de cada setor da embaixada;
→ Promoção de adaptação mais rápida dos novos servidores às rotinas da embaixada com a utilização de manual prático sobre o funcionamento do posto.

II – INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS:

1) Avaliação do desempenho dos funcionários em novos setores de forma a aumentar a produtividade de cada um;

2) Avaliação, por meio de pesquisa no mercado local, entre a manutenção de pessoal contratado nas áreas de segurança e limpeza e a sua substituição por empresas prestadoras de serviço nas referidas áreas, de forma a atingir mais eficiência na realização dos trabalhos e redução de gastos;

3) Avaliação da adaptação de novos servidores às rotinas do posto e desempenho mais eficiente das suas funções com a utilização de manual prático e de fácil compreensão sobre o funcionamento de cada setor.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Cid Gomes

SF/21535.71119-63

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 58, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia*.

Relator: Senador **CID GOMES**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, tendo nascido em 17 de dezembro de 1959, em Porto Alegre/RS. Graduou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983 e no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1984. Em 1986 completou a Pós-graduação em Administração na École Nationale

d'Administration em Paris, França, e foi aprovado, em 2004, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco (CAD) com a tese "Multifuncionalidade e preocupações não comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC".

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1985, Segundo-Secretário em 1989 e Primeiro-Secretário em 1997. Foi promovido a Conselheiro, em 2001, a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Na Secretaria de Estado exerceu, entre outras, as seguintes funções: Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania II (2000-2001); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2001-2003); Diretor do Departamento Econômico (2011-2015); Coordenador Nacional para o Mercosul (2015 e 2017); Subsecretário-Geral da América Latina, Central e do Caribe (2015-16); Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe (2016-18). Chefiou a delegação brasileira em numerosas e relevantes reuniões internacionais.

Entre 2016 e 2018 foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Em missões no Exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra (2003-2008) e na Delegação do Brasil junto à OMC (2008-2011), entre outros postos. Por fim, desde 2018, é Embaixador do Brasil em Pequim, na China.

Entre as obras que publicou destacam-se: "Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006; "Taxation and Representation in the WTO", *in* Stewart, Terence P. (ed.) "Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy". Alphen aan den Rijn: Kluwer Law; "O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC" *in* Benjamim, Daniela Arruda (org.) *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem de Rio Branco (Brasil, Comendador); Ordem do Mérito Militar (Brasil, Cavaleiro), Ordem do Mérito Naval (Brasil, Oficial); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil. Recebeu, também o Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, do Instituto Rio Branco.

SF/21535.71119-63

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Colômbia. O documento apresentado oferece amplo leque de outras informações.

A República da Colômbia é o quarto país da América do Sul em extensão territorial, segundo mais populoso, com cerca de 50 milhões de habitantes, e a terceira economia. As relações diplomáticas com o Brasil se estabeleceram na década de 1820, quando o país era ainda Grã-Colômbia e seu território compreendia não apenas a atual Colômbia, mas também Equador, Venezuela e Panamá.

O Brasil tem apoiado o processo de paz iniciado desde 2016, ativamente, com programas de cooperação na área de desminagem. As minas antipessoais espalhadas no País é tema de grande repercussão. Estima-se que o Brasil auxiliou na destruição de mais de 3.500 minas terrestres e 320 artefatos explosivos improvisados.

Essa pacificação, contudo, enfrenta vários desafios, tais como reintegração de ex-combatentes, a garantia dos direitos humanos em áreas afetadas pelo conflito, o tráfico de entorpecentes e a desmobilização de grupos paramilitares ainda ativos.

O Presidente Iván Duque Márquez, eleito em 2018 para mandato de quatro anos, pautou sua plataforma no combate à criminalidade e na condução do processo de paz, em especial diante de dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN). Além disso, o combate ao narcotráfico segue um grave problema, com vastas áreas cultivadas de folha de coca. Recentemente, houve a prisão de Dairo Antonio Usuga, codinome Otoniel, que era o traficante de drogas mais procurado da Colômbia e líder do Clan del Golfo. Este clã reúne mais de 1.200 pessoas armadas.

Contudo, a pandemia e as dificuldades econômicas, além do grande fluxo de imigrantes venezuelanos (a Colômbia é o País que mais recebeu imigrantes, no total de 1,7 milhões de pessoas, o levou a estabelecer políticas impopulares, como reforma tributária, e tem enfrentado duras e intensas manifestações populares.

O Brasil é o 4º principal fornecedor de produtos à Colômbia (atrás de EUA, China e México), principalmente com exportação de automóveis de passageiros, partes e acessórios de veículos automotivos e produtos da indústria de transformação; e o 5º maior destino de exportações

SF/21535.71119-63

colombianas, especialmente com carvão não aglomerado, coques, semi-coques e carvão de retorta, e polímeros.

Além disso, há mais de 100 empresas brasileiras na Colômbia, tais como Gerdau, Votorantim, Bovespa BM&F, Itaú, BTG Pactual, Natura e O Boticário, que operam no país vizinho.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/21535.71119-63

11

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *POMPEU ANDREUCCI NETO*
CPF: 131.423.918-00
ID: 9723 MRE

1964	Filho de Durval Anchieta Andreucci e Clarice Andreucci, nasce em São Paulo (SP), em 16 de março.
Dados Acadêmicos:	
1986	Universidade de São Paulo, Bacharel em Direito
2009	Johns Hopkins University - Paul H. Nitze School of Advanced International Studies, Washington-DC. Mestre em Políticas Públicas Internacionais
Cargos:	
1989	Terceiro-Secretário
1995	Segundo-Secretário
2000	Primeiro-Secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2009	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2016	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1992	Secretaria-Geral de Controle, Assessor de gabinete
1992-94	Secretaria de Controle Interno, Diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro
1994-97	Escritório Financeiro em Nova York, Terceiro e Segundo-Secretário
1997-00	Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário
2000-03	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assessor
2003	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessor Especial do Ministro de Estado
2003-06	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Chefe da Assessoria Internacional
2006-11	Embaixada em Washington, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2011-14	Vice-Presidência da República, Assessor Diplomático do Vice-Presidente da República
2014-16	Vice-Presidência da República, Chefe da Assessoria Diplomática
2016-18	Presidência da República, Chefe do Cerimonial da Presidência da República
2018-	Embaixada em Madri, cumulativa com o Principado de Andorra, Embaixador
Condecorações:	
2005	Ordem de Rio-Branco - Oficial
2011	Medalha Mérito Tamandaré
2012	Ordem de Rio-Branco - Grande Oficial
2012	Medalha da Vitória
2012	Medalha Cívica Regente Feijó
2014	Ordem do Mérito Militar
2015	Ordem do Mérito Naval
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico
2017	Ordem de Rio-Branco - Grã-Cruz
2017	Ordem do Mérito da Defesa - Grande Oficial
2018	Ordem do Mérito Naval - Grande Oficial
2018	Medalha do Pacificador

Obras publicadas

A Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores: Desafios e Perspectivas Ante uma Herança Weberiana

Itaipu Binacional - Origens e Conseqüências de uma Crise

La Pensée de Jean-Jacques Rousseau et la Structure de la Légitimité Démocratique dans l'État Moderne - Est-ce quíl y en a Une?

Rio-Branco e a Questão do Acre - Antecedentes da Ação. Desenvolvimentos Políticos e Reflexos Atuais na Política Externa Brasileira na América do Sul

A Opção Realista em Política Internacional - O Pensamento de Hans Morgenthau

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2021

(nº 506/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 506

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **POMPEU ANDREUCCI NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **POMPEU ANDREUCCI NETO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de outubro de 2021.

EM nº 00178/2021 MRE

Brasília, 1 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **POMPEU ANDREUCCI NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **POMPEU ANDREUCCI NETO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 839/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 08/10/2021, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com

782 fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2939413** e o código CRC **28A68624** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007700/2021-58 SEI nº 2939413

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

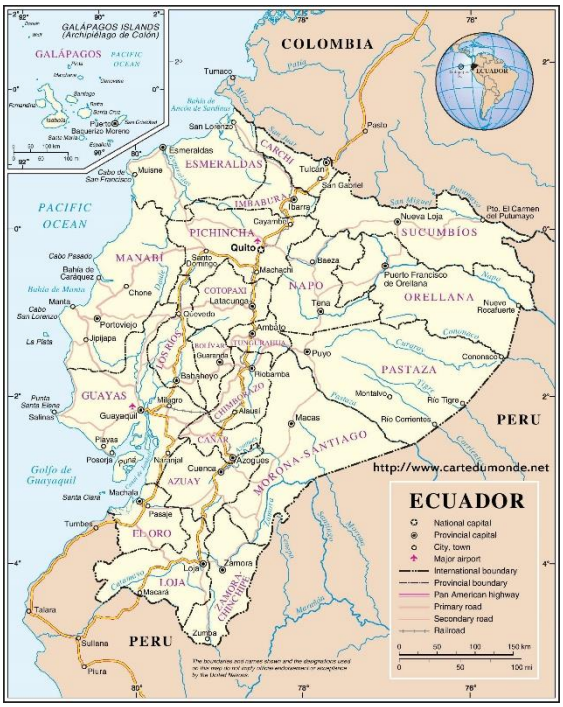
Criado por elainema, versão 3 por luizerbp em 08/10/2021 12:31:38.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EQUADOR







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

APRESENTAÇÃO

A República do Equador está localizada na porção noroeste da América do Sul. Tem seu litoral banhado pelo Oceano Pacífico a oeste e noroeste. Faz fronteira ao norte com a Colômbia e ao leste e ao sul com o Peru. Além do território continental, o Equador tem soberania sobre as ilhas Galápagos, localizadas a cerca de 1000 km da costa sul-americana.

O território equatoriano é dividido pela Cordilheira dos Andes, que corta o país de norte a sul; do lado ocidental, ficam planícies extensas e o golfo de Guayaquil, enquanto do lado oriental está a Amazônia. O Equador é um dos países com maior diversidade biológica do mundo e dispõe de recursos minerais abundantes.

Com território de 283.561 km², o Equador é o 73º país mais extenso do mundo. A população equatoriana é de aproximadamente 17,5 milhões de habitantes, fazendo do país o sétimo mais populoso da América do Sul.

Durante o Império Espanhol, a história equatoriana esteve relacionada à Real Audiência de Quito, jurisdição pertencente ao Vice-Reino do Peru. O Equador teve sua independência declarada da Grã-Colômbia, em 1830, após quase duas décadas de um processo iniciado pela primeira Constituição de Quito.

PERFIL BIOGRÁFICO

GUILLERMO LASSO MENDOZA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascido em Guayaquil, foi eleito Presidente da República nas eleições de 11 de abril de 2021. Assumiu a presidência do Equador em 24 de maio de 2021. Empresário e banqueiro de profissão, Lasso foi presidente executivo do Banco Guayaquil (1994-2012), do qual segue sendo um dos principais acionistas. Ingressou na administração pública em 1998, quando foi nomeado governador de Guayas pelo então presidente Jamil Mahuad. Durante o governo Mahuad, atuou como ministro da Economia, por cerca de um mês, no contexto da crise financeira equatoriana de 1999. Lasso fundou o partido Movimento CREO ("Creando Oportunidades") em 2012, tendo sido candidato à presidência do Equador nas eleições de 2013 e 2017.

Em seu plano de governo, Lasso afirma ter como objetivo estabelecer uma democracia plena, regida pelo Estado de Direito, na qual as instituições funcionem e a liberdade seja respeitada. Defende um Estado menor, mas robusto e eficiente, que proteja os mais vulneráveis e crie oportunidade para todos.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Equador
CAPITAL	Quito
ÁREA	283.561 km²
POPULAÇÃO (FMI, 2020)	17,48 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Guillermo Lasso (desde 24/05/2021)
CHANCELER	Mauricio Montalvo (desde 24/05/2021)
PIB (FMI, 2020)	US$ 96,67 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US$ 201,5 bilhões
PIB *per capita* (FMI, 2020)	US$ 5,52 mil
PIB PPP *per capita* (FMI, 2020)	US$ 11,3 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-7,5% (2020); 0,05% (2019); 1,3% (2018); 2,4% (2017); -1,2% (2016); 0,1% (2015); 3,8% (2014); 4,9% (2013)
IDH (PNUD, 2020)	0,759 (86º)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2017)	92,83%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2020)	77 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar estadunidense
EMBAIXADOR EM LIMA	João Almino de Souza Filho
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Carlos Alberto Velástegui Calero (designado)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2021)	Cerca de 2 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB)

Brasil–Equador	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2019-2020
Exportações	932,7	897,9	819,9	822	664,9	653,6	836,7	904,7	832,8	599,4	-28,0%
Importações	95,2	133,0	140,9	142,9	117,7	144,0	131,8	112,3	82,9	87,2	+5,2%
Saldo	837,5	764,9	679,0	679,1	547,2	509,5	704,9	792,3	749,9	512,2	-31,7%
Intercâmbio	1.027,9	1.030,9	960,7	964,9	782,6	797,6	968,4	1.016,9	915,7	686,6	-25,0%

Fonte: Ministério da Economia

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Equador estabeleceram relações diplomáticas em 1844. Em 1873, o Brasil abriu legação diplomática residente em Quito. Apesar de ser um dos dois únicos países da América do Sul com os quais o Brasil não compartilha fronteira, as relações bilaterais têm sido historicamente densas.

O comércio entre Brasil e Equador, que em 2020 somou US$ 686,6 milhões, está regulado por acordo entre o MERCOSUL e Colômbia, Equador e Venezuela (Acordo de Complementação Econômica No. 59, ou ACE-59), de 2004. O Brasil tem interesse em expandir os entendimentos com esse país para incluir novos temas, como comércio de serviços e compras governamentais, caminho semelhante ao adotado com o Chile em 2018 e a Colômbia em 2017.

Entre os principais produtos da pauta de exportações brasileiras para o Equador destacam-se: lâminas de ferro ou aço; fios de cobre; plásticos; ônibus; e calçados; entre outros. As importações brasileiras foram compostas, especialmente, por chumbo refinado; conservas de peixes; chocolates e preparações alimentícias contendo cacau; caramelos; filés de peixe; e madeira; entre outros.

Em 2019, Brasil e Equador celebraram Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), o primeiro instrumento jurídico em matéria de investimentos assinado pelo país andino após a denúncia, em anos recentes, de todos os seus acordos similares. Estima-se em US$ 129 milhões o estoque de investimentos brasileiros naquele país.

Entre os contatos de alto nível mais recentes, destaca-se a participação do Senhor Presidente da República na cerimônia de posse do presidente Guillermo Lasso, em 24 de maio de 2021, e reunião entre os então chanceleres, em setembro de 2019, à margem da 74ª Assembleia Geral da ONU, quando foi assinado o ACFI antes mencionado.

O Mecanismo de Consultas Bilaterais Brasil-Equador, conduzido pelos ministros das Relações Exteriores, teve sua terceira e última reunião em Brasília, em 2018. O lado equatoriano manifestou interesse em realizar a quarta reunião ainda em 2021.

Nos últimos anos, os Governos de Equador e Brasil têm mantido interlocução fluida e coordenação estreita nos principais foros regionais, como o PROSUL, a OEA e a OTCA, bem como na defesa de princípios democráticos e da livre iniciativa no continente sul-americano.

A cooperação bilateral abarca diversas áreas. Em função dos incêndios na Amazônia, o Governo equatoriano ofereceu em 2019 ao Brasil o envio de três brigadas, cada uma integrada por dez especialistas em combate a incêndios florestais, as quais foram empregadas na Amazônia Legal no âmbito da Operação Verde Brasil.

Em 2020, o Governo brasileiro realizou doações de US$ 100 mil dólares em atenção a pedido de apoio da Prefeitura Metropolitana de Quito para o combate à COVID-19 e de 100 mil máscaras cirúrgicas ao Ministério da Saúde daquele país.

Em fevereiro e abril de 2021, a OEA enviou Missões de Observação Eleitoral para acompanhar o primeiro e o segundo turnos das eleições realizadas no Equador. O Brasil contribuiu para as referidas missões tanto por meio de doação, quanto pela presença de uma brasileira entre os cinco coordenadores da equipe de observação.

No âmbito do programa bilateral de cooperação técnica, figuram, entre outros, um projeto para gestão de recursos hídricos e um projeto para apoio à implantação do Banco de Leite Humano em hospital equatoriano.

Assuntos consulares: Estima-se em cerca de 2 mil o número de brasileiros no país andino. O setor consular da Embaixada do Brasil em Quito tem jurisdição sobre todo o território equatoriano. O Brasil conta, ainda, com dois consulados honorários no Equador, em Guayaquil e Cuenca.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Não há, atualmente, nenhuma operação relevante que envolva exportação ao Equador no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

POLÍTICA INTERNA

A República do Equador é um estado unitário e descentralizado. Administrativamente, o país é dividido em 24 províncias, subdivididas em cantões e paróquias.

Politicamente, o Equador é uma república presidencial dotada de sistema multipartidário. Sob a atual Constituição, o presidente é o chefe de Estado e de governo, eleito para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito uma única vez. O presidente é a máxima autoridade das Forças Armadas e tem amplas capacidades legislativas: pode apresentar leis, tem capacidade de veto total e parcial a projetos legislativos e tem a faculdade exclusiva de apresentar e conformar leis em matéria econômica e tributária. O Poder Executivo é integrado também pela Vice-Presidência da República, pelos Ministérios de Estado e pelos demais organismos e instituições que o compõem.

O Poder Legislativo é representado pela Assembleia Nacional, unicameral e composta de 137 parlamentares divididos em doze comissões permanentes. Os membros da Assembleia Nacional são eleitos para mandatos de quatro anos, coincidindo com o mandato presidencial.

O Poder Judiciário tem como seu órgão máximo a Corte Nacional de Justiça, com competência sobre todo o território nacional e sede em Quito. A Corte Nacional tem como funções, entre outras: conhecer os recursos de

cassação, de revisão e os demais estabelecidos pela lei; desenvolver o sistema de precedentes jurisprudenciais; e julgar as causas iniciadas contra servidores públicos que gozem de prerrogativa de foro. A Corte é composta de 21 juízes, designados para períodos de nove anos e que, em conjunto, formam o Pleno. Já a Corte Constitucional do Equador é o órgão supremo de interpretação e controle da constitucionalidade no Peru. É autônomo e independente, composto de nove juízes com mandato de nove anos, sem direito a reeleição imediata, renovados em três a cada três anos.

Além dos três Poderes convencionais, o sistema político do Equador conta com mais dois Poderes, chamados de "Funções": a de Transparência e Controle Social tem como prerrogativa promover o controle das entidades e organismos do setor público e das pessoas naturais ou jurídicas do setor privado que prestem serviços ou desenvolvam atividades de interesse público, para que haja o cumprimento de seu trabalho com responsabilidade, transparência e igualdade; a Eleitoral tem, por sua vez, o objetivo de garantir o exercício dos direitos políticos que se expressam por intermédio do sufrágio, assim como dos referentes à organização política da cidadania.

O presidente Guillermo Lasso, que tomou posse em 24 de maio de 2021, enfrenta o desafio da governabilidade em cenário parlamentar extremamente fragmentado, no qual seu partido (CREO) conta com apenas doze parlamentares na Assembleia Nacional em um total de 137. O mandatário assumiu o governo em contexto de crises combinadas: econômica (com 32% da população em situação de pobreza e queda de 7,5% no PIB em 2020), sanitária (em função da pandemia) e, de forma mais geral, de confiança nas instituições.

Nos primeiros três meses de gestão, o êxito do plano de vacinação contra o coronavírus elevou a aprovação popular do presidente Guillermo Lasso para 73,5% em agosto de 2021. Não obstante, o mandatário ainda não logrou êxito em consolidar maioria sólida e estável no parlamento.

O governo tem enfrentado dificuldades em obter apoio parlamentar a muitas de suas iniciativas. Por outro lado, a oposição ao governo ainda se mostra fragmentada e com escassa capacidade de mobilização, em cenário de desgaste e cansaço generalizados após um ano e meio de pandemia e crise econômica.

Tendo em vista o êxito do plano de vacinação, o presidente Lasso deverá continuar a beneficiar-se de altas taxas de aprovação popular nos próximos meses. No entanto, manifestações recentes, como o movimento em defesa da manutenção dos subsídios aos combustíveis, evidenciam a reorganização das forças da oposição e uma reconfiguração política, em que a polarização correísmo-anticorreísmo (sedimentada ao longo dos dez anos de mandato de Rafael Correa entre 2007 e 2017) passa a ganhar novas formas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Equador se caracterizou nos últimos anos pela influência de dinâmicas internas. Sob os dez anos do governo Rafael Correa, as relações exteriores do país seguiram postulados do chamado "socialismo do século XXI", com prioridade, no campo econômico, à soberania nacional, o que se traduziu, por exemplo, na denúncia de vários acordos bilaterais, sobretudo no campo de investimentos, até então mantidos pelo país.

A partir de 2018, a política externa do Presidente Lenin Moreno, então partidário de Rafael Correa, foi mudando gradualmente, à medida em que aumentavam as desavenças internas com o "correísmo" e, externamente, com o governo venezuelano. Paralelamente, o país recebeu um fluxo cada vez maior de refugiados venezuelanos. O esfriamento das relações com a Venezuela, a aceitação da atuação da OEA para a proteção dos direitos humanos naquele país e a saída da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) foram acompanhados por uma série de gestos do governo Moreno em direção a uma nova política externa. Outros exemplos dessa inflexão foram o estreitamento de relações com os EUA, inclusive no campo da cooperação militar; o relacionamento comercial com a União Europeia; os acordos com o FMI; a manifestação de intenção de aderir à Aliança do Pacífico e à OCDE; a adesão ao PROSUL e a denúncia do tratado da UNASUL.

Com a assunção do novo governo em 24 de maio de 2021, esperam-se mudanças sutis na condução da política externa. O novo chanceler, Mauricio Montalvo, ao expor metas e diretrizes traçadas para a política externa equatoriana sob o governo Lasso, afirmou que a diplomacia equatoriana será fluida e de muito diálogo com todos os países, com ênfase nas instituições multilaterais. Valendo-se de um slogan da campanha eleitoral, Montalvo espera "por mais Equador no mundo e mais mundo no Equador", o que começaria por uma maior institucionalidade conferida à Chancelaria, privilegiando os diplomatas de carreira.

No âmbito latino-americano, o Equador vê a CELAC como espaço preferencial para o diálogo com a União Europeia e a OEA como plataforma para o diálogo hemisférico. Dentro da América do Sul, a principal prioridade será a acessão à Aliança do Pacífico como membro pleno; ademais, o Equador assumiu a presidência pró-tempore da Comunidade Andina em julho de 2021.

No plano global, o Equador dá prioridade aos temas de meio ambiente, direitos humanos e desenvolvimento. O país tem-se engajado em sua candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o

biênio 2023-2024, foro no qual o Equador não tem assento há mais de trinta anos. Brasil e Equador trocaram apoios com relação às respectivas recentes candidaturas ao Conselho de Segurança.

O Equador confere ênfase particular ao relacionamento com os vizinhos imediatos Peru e Colômbia. A Colômbia foi o primeiro país visitado por Lasso após sua posse. O Equador busca aprofundar as relações políticas e econômicas e consolidar a integração fronteiriça com os dois vizinhos.

Por fim, a política externa do governo Lasso tem privilegiado o objetivo de abrir o país ao mundo por intermédio de tratados de investimentos e de acordos de livre comércio bilaterais com a maior quantidade possível de parceiros. Nesse contexto, países com especial atenção são Estados Unidos, China, Coreia do Sul, Índia e Turquia, mencionados no plano de governo de Lasso. Os EUA foram o principal parceiro comercial do Equador em 2020, seguidos da China. Em 2020, as exportações equatorianas para os EUA foram de US$ 4,79 bilhões, enquanto as vendas à China somaram US$ 3,19 bilhões.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Equador é caracterizada pela presença de importantes reservas de petróleo, que representam parcela considerável das exportações do país e das receitas governamentais. Outro elemento central a ser considerado é o uso do dólar estadunidense como moeda oficial, adotada desde 2000. No plano econômico-comercial, houve certa retração na inserção internacional equatoriana durante os mandatos de Rafael Correa, com a denúncia de todos os acordos bilaterais de investimento.

Mais recentemente, o Equador voltou a buscar maior integração em âmbito regional, tendo celebrado acordo com a União Europeia, ao lado de Colômbia e Peru, e com a EFTA. O crescimento equatoriano se deu sobretudo pela prevalência do petróleo e dos altos preços durante o chamado “boom das commodities”; há, porém, a intenção de tornar a economia equatoriana mais diversificada.

O PIB do Equador sofreu queda de 7,8% em 2020, segundo o Banco Central equatoriano (ou -7,5%, segundo o FMI). A contração, contudo, foi menor do que as previsões. O BCE prevê crescimento de 3,1% em 2021. A retomada da atividade ao nível de 2019 só deverá ocorrer em 2023 ou mais tarde.

Ao não dispor de reservas para viabilizar um comportamento anticíclico no enfrentamento à crise econômica decorrente da pandemia, o Equador recorreu a créditos junto a organismos multilaterais, a saber, FMI,

Banco Mundial, BID e CAF. O financiamento requerido pelo país apenas em 2020 atingiu a quantia de US$ 8 bilhões.

A contração do PIB em 2020 decorreu da crise sanitária gerada pela pandemia do coronavírus, que levou a severas medidas de confinamento, adotadas de março a setembro, com a suspensão de grande parte das atividades não essenciais. A reabertura dos setores produtivos, feita de forma lenta, não contribuiu para a retomada da atividade econômica. A contração do PIB impactou de forma negativa no nível de empregos formais, tendo havido crescimento da informalidade no mercado de trabalho.

É importante destacar a posição fiscal do Equador, dado que a dívida pública em 2020 (62,5% do PIB) se encontra abaixo da média dos países da América Latina (81,6% do PIB) e equivalente à média dos países emergentes (62,2% do PIB). Contudo, houve crescimento da dívida pública em termos relativos de forma ininterrupta desde 2009, quando o indicador era de 16,5% do PIB.

Há preocupação quanto às reservas cambiais, que chegaram a ficar abaixo de US$ 2 bilhões, o que colocou em risco não apenas a solvência externa, como a própria economia equatoriana, que não tem moeda própria. Após acertar aporte de quase US$ 1 bilhão junto ao FMI, e no contexto da recuperação econômica pós-pandemia, o Banco Central do Equador estima que as reservas cheguem a US$ 6 bilhões no fim de 2021. A manutenção desses fundamentos é vital para que haja possibilidade de investimentos sociais e de promoção da estabilidade econômica.

A pandemia do COVID-19 significou um retrocesso no progresso econômico e social observados nos últimos anos, com queda da renda e dos indicadores de educação e saúde, além do aumento da informalidade, que se estima ter passado de 45% no final de 2019 para 51% em 2020.

Outro desafio no plano econômico é destravar os investimentos em infraestrutura – exemplo disso é o fato de que apenas 18% dos 50 mil quilômetros de estradas do país são pavimentados. O problema se agrava em nível provincial e municipal, cujas estruturas estão em piores condições do que aquelas administradas pelo governo nacional.

O presidente Guillermo Lasso nomeou como ministro de Economia e Finanças o engenheiro e economista Simón Cueva, que foi representante do FMI na Bolívia entre 1999 e 2006 e, desde 2013, estava na direção de uma organização internacional que estuda problemas econômicos globais. Estima-se que ele será um dos fiadores do novo governo equatoriano entre investidores e agentes de mercado devido à sua experiência anterior, formação acadêmica e defesa da prudência macroeconômica.

O intercâmbio comercial equatoriano em 2020 registrou queda, com exportações de US$ 20,23 bilhões (-9,5% em relação a 2019) e importações de US$ 16,99 bilhões (-21%). O superávit no ano foi de US$ 3,24 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1526	Bartolomé Ruiz chega à costa do atual território equatoriano.
1532	O espanhol Francisco Pizarro conquista a capital sul do império Inca, atual Cusco (Peru).
1534	Os conquistadores espanhóis fundam Santiago de Quito.
1538	É fundada Guayaquil.
1586	Fundação da primeira universidade de Quito.
1812	Após a deposição do governo espanhol e a constituição da Junta Soberana, é redigida a primeira Constituição de Quito.
1819	Fundação da República da Colômbia, que se junta à Venezuela e à Nova Granada.
1822	Após o exército de Sucre derrotar as forças espanholas na Batalha de Pichincha, Quito se anexa à Grã-Colômbia. Logo a seguir, Guayaquil também declara sua anexação.
1830	O Equador declara independência da Grã-Colômbia e redige sua primeira Constituição.
1832	O Equador toma posse das ilhas Galápagos.
1858-60	Guerra com o Peru; governo central equatoriano colapsa em 1859, mas reação preserva unidade territorial.
1863	Guerra com a Colômbia.
1883	Fundação da União Republicana, primeiro partido do Equador (Partido Conservador).
1895	Após golpe de Estado, Revolução Liberal liderada por Eloy Alfaro.
1967	Localizada primeira reserva de petróleo equatoriana.
1968-72	José María Velasco Ibarra (FNV) é eleito e torna-se presidente pela quinta vez (primeiro mandato em 1934-35). Em 1970, após reestatizar a indústria petrolífera, perde apoio legislativo e decide por um autogolpe. Em 1971, Velasco recebe o cubano Fidel Castro, o que acirra tensões políticas.
1972	Golpe de Estado dá início a novo período sob ditadura militar, com o general Guillermo Rodríguez Lara assumindo a presidência de fato até 1976. Os militares administrariam o chamado “auge do petróleo”. Equador começa a exportar o produto em meio a elevação internacional

	de preços; empréstimos estrangeiros financiam programa de industrialização.
1976	Formada uma junta militar para governar o país e organizar a transição de volta à democracia. Em 1978, eleições gerais vencidas por Jaime Roldós Aguilera (CFP).
1979	O presidente Roldós Aguilera assume o poder como primeiro chefe de Estado civil após sete anos sob ditadura militar.
1981	Roldós Aguilera morre em acidente aéreo na selva amazônica. Assume seu lugar o então vice-presidente Osvaldo Hurtado (DP). País vive contexto de crise econômica crônica, com inflação, déficits fiscais e dívida crescente.
1984	León Febres-Cordero Ribadeneyra (PSC) é eleito presidente e desenvolve política econômica orientada ao livre-mercado, com apoio dos EUA. Terremoto em 1987 suspende produção de petróleo e agrava problemas econômicos.
1988	Rodrigo Borja Cevallos (ID) é eleito presidente e leva a cabo reformas nos campos dos direitos humanos e na abertura comercial, mas problemas econômicos persistem.
1992	Sixto Durán-Ballén (UR) é eleito presidente e impõe medidas econômicas de austeridade, impopulares mas que obtiveram êxito.
1996	Abdalá Bucaram (POR) é eleito presidente com plataforma populista e promessas de reformas econômicas e sociais.
1997	Bucaram é destituído pelo Congresso sob a alegação de incapacidade mental para governar. Cria-se impasse, com o Legislativo designando como "presidente interino" o presidente do Congresso, Fabián Alarcón, a despeito de a vice-presidente Rosalía Arteaga expedir decreto anunciando que assumiria a presidência. Apesar de acordo mediado pelas Forças Armadas apontar Arteaga como presidente interina, o Congresso manteve a indicação de Alarcón. Arteaga renunciaria após cinco dias e retorna à vice-presidência.
1998	Nova Constituição entra em vigor (julho). Jamil Mahuad Witt (DP) é eleito presidente e toma posse no mesmo dia da entrada em vigor da nova Constituição.
2000	Governo decreta dolarização da economia, com o sucre abandonado e o dólar estadunidense adotado como moeda de circulação legal. Reforma monetária leva a crise entre as populações mais pobres e, em janeiro, após o exército e a polícia se recusarem a reprimir manifestação popular, o presidente Mahuad é forçado a deixar o palácio presidencial. Assume em seu lugar o vice-presidente Gustavo Noboa, que não logra apoio

	popular por alegação de descuido com problemas sociais.
2003	Lúcio Gutiérrez (PSP), coronel aposentado, é eleito presidente com uma plataforma de combate à corrupção.
2005	Falta de apoio no Congresso faz com que Gutiérrez se isole e declare Estado de Emergência Nacional, destituindo os membros da Corte Suprema. Após protestos populares, o Congresso decide destituir Gutiérrez por intervir em outro Poder e por "abandono de cargo". Assume em seu lugar o vice-presidente Alfredo Palacio González, que buscou avançar políticas progressistas e liberais, apesar de protestos populares. Seu ministro da Economia, Rafael Correa, entraria em conflito ao seguir políticas nacionalistas e sociais.
2007	Rafael Correa (Aliança PAIS) é eleito presidente com a proposta de uma nova Constituição equatoriana. É convocada Assembleia Constituinte, que aprova e promulga nova Constituição para o Equador.
2008	Nova Constituição entra em vigor e antecipa data das eleições gerais de 2011 para 2009.
2009	Correa é reeleito presidente. Em seu segundo mandato, aumentou o Estado com a criação de novos ministérios e secretarias. O governo buscou maior controle sobre a economia, a educação e o desenvolvimento social.
2010	Integrantes da Polícia Nacional do Equador iniciaram motim, com bloqueio de ruas, e impediram a entrada ao Parlamento em Quito. Membros da Força Aérea bloquearam a pista do aeroporto internacional.
2011	Correa envia pacote de questões à Corte Constitucional para convocar um Referendo e uma Consulta Popular para novas reformas na Constituição. Opositores apontaram as medidas de Correa como início de uma ditadura, com a reestruturação do Judiciário e das forças de segurança.
2013	Correa é reeleito presidente. Com maioria absoluta no Congresso, seu terceiro mandato foi marcado pelo aprofundamento das reformas, com leis regulando os meios de comunicação, um novo Código Penal, entre outros.
2015	Queda do preço do petróleo leva o governo a aumentar impostos e impor medidas de austeridade, com redução de gastos e pessoal.
2016	Em dezembro, documentos apresentados revelaram que funcionários do governo equatoriano teriam recebido subornos da Odebrecht desde 2007, em troca de benefícios em contratos para obras públicas.
2017	Lenín Moreno (Aliança PAIS) é eleito presidente, com apoio de Correa. Desde o início do mandato, porém, adota posição mais moderada, com melhor relação com a imprensa e com o setor privado, além de colocar

	em prática medidas de austeridade, com grande redução de ministérios, o que leva à ruptura com Correa.
2018	Juíza expede ordem de prisão preventiva contra Correa, que estava na Bélgica desde sua saída da presidência.
2020	Corte Nacional de Justiça condena Correa a oito anos de prisão pelo crime de corrupção, no caso dos subornos entre 2012 e 2016. Ordem não foi executada até o momento: Correa segue na Bélgica.
2021	Eleições gerais são realizadas. Guillermo Lasso, do partido CREO, assume a presidência em 24 de maio.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1844	Brasil e Equador estabelecem relações diplomáticas; Imperador D. Pedro II designa Manuel Cerqueira Lima encarregado de negócios junto aos Governos de Nova Granada (atual Colômbia) e Equador, com residência em Bogotá (novembro)
1873	Aberta a legação diplomática do Brasil residente em Quito (janeiro).
1904	Tratado de Limites bilateral define a linha Tabatinga-Apapóris como marco divisório, em área ainda disputada com o Peru (maio).
1922	Acordo de limites entre Colômbia e Peru deixa Equador sem fronteira com Brasil.
1942	Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil é um dos garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre Peru e Equador.
1982	O então presidente Osvaldo Hurtado protagoniza a primeira visita oficial de um chefe de Estado equatoriano ao Brasil.
1988	O então presidente José Sarney realiza a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Equador.
1995	Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.
1998	Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador
2003	Visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Equador (janeiro). Visita do então presidente Lúcio Gutiérrez ao Brasil (maio).

2005	Brasil concede asilo ao ex-presidente Lúcio Gutiérrez, após seu refúgio na Embaixada do Brasil em Quito (abril). Gutiérrez renunciou ao asilo e regressou a seu país (outubro).
2007	Comparecimento do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva à cerimônia de posse presidencial de Rafael Correa (janeiro). O então presidente Rafael Correa realiza visita de Estado ao Brasil (abril). Os presidentes Lula e Correa mantêm encontro em Manaus (setembro).
2008	Visita do então presidente Rafael Correa ao Brasil, para angariar apoio na crise de seu país com a Colômbia (março).
2011	Visita do então ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Equador (julho).
2012	O então chanceler Ricardo Patiño realiza visita a Brasília para reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais com o ministro Antonio de Aguiar Patriota (abril). O então presidente Rafael Correa visita o Brasil para participar da Cúpula Rio+20 (junho) Assinatura de Acordo de Cooperação bilateral (outubro) O então presidente Rafael Correa visita o Brasil para participar da Cúpula do MERCOSUL de Brasília (dezembro)
2013	Visita do então ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Equador para participar de reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais seu homólogo equatoriano e reunião de Chanceleres da OTCA (maio). O então vice-presidente Michel Temer participou da cerimônia de posse presidencial de Rafael Correa (maio)
2014	O então chanceler Ricardo Patiño visita Brasília para reunir-se com o então ministro de Estado Luiz Alberto Figueiredo (janeiro). O então presidente Rafael Correa visitou o Brasil para participar da cerimônia de abertura da Copa do Mundo (junho). O então presidente Rafael Correa visitou o Brasil para participar da Cúpula BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). A então presidente Dilma Rousseff visita o Equador por ocasião da Cúpula Extraordinária da UNASUL (dezembro).

2015	Visita do então vice-presidente do Equador, Jorge Glas, para a posse presidencial de Dilma Rousseff. O vice-presidente equatoriano realiza encontro com seu homólogo brasileiro Michel Temer (janeiro). Viagem do então ministro de Estado Mauro Vieira a Quito para reunião extraordinária do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL sobre a situação na Venezuela (março). Viagem do então ministro de Estado Mauro Vieira a Quito para reunião de chanceleres da CELAC (maio).
2016	Viagem da então presidente Dilma Rousseff ao Equador para participar da IV Cúpula da CELAC (janeiro).
2018	Visita do então chanceler do Equador, José Valencia, ao Brasil (agosto).
2019	Assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Equador (setembro).
2021	Comparecimento do presidente Jair Messias Bolsonaro à cerimônia de posse presidencial de Guillermo Lasso (maio).

EMBAIXADA DO BRASIL EM QUITO

RELATÓRIO DE GESTÃO (13/10/2021)

EMBAIXADOR JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO

O período de minha gestão, iniciada em 31 de outubro de 2018, foi caracterizado por relações fluidas entre o Brasil e o Equador e, no plano interno, marcado por três fatos de maior significação: as manifestações de outubro de 2019, a pandemia a partir de março de 2020 e as eleições que, no corrente ano, trouxeram ao poder o Presidente Guillermo Lasso e uma Assembleia dominada pela oposição.

2. A chegada de Lenín Moreno à presidência em maio de 2017, após dificuldades no relacionamento Brasil-Equador a partir de maio de 2016 durante o governo do Presidente Rafael Correa, havia recolocado a relação bilateral em sua trajetória histórica. A reorientação política empreendida com a saída da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) em agosto de 2018 e com o início do distanciamento em relação ao governo Maduro ainda em 2018 ensejou aproximação de posições sobre os temas regionais. Esta se estreitou com o desligamento do país em março de 2019 da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que tinha sede em Quito, e sua adesão ao Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL). Já tivera lugar em agosto de 2018 a III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, com a presença em Brasília do Chanceler equatoriano, à qual compareci como Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

3. Portanto, por ocasião de minha assunção, deparei-me com um processo de reaproximação já iniciado, carente, porém, de fortalecimento. Cumpria dar prosseguimento à reconstrução de confiança entre os dois países, de forma segura e constante. Estavam assentadas as bases para uma nova etapa do relacionamento bilateral, cujos destaques assinalo a seguir.

4. O ano de 2019 marcou o aniversário de 175 anos da relação bilateral, em cuja comemoração não poupei esforços. A Embaixada do Brasil publicou volume comemorativo da data, intitulado "Brasil-Equador: 175 años de Historia", que reuniu ensaios de respeitados historiadores equatorianos e brasileiros. A apresentação do volume foi escrita pelo Chanceler equatoriano, a

meu convite. A comemoração da data nacional brasileira destacou a celebração dos 175 anos e a renovação da amizade entre Brasil e Equador. Compareceram ao evento mais de 500 pessoas, entre Ministros de Estado, outras autoridades locais, jornalistas, empresários e corpo diplomático.

5. Quanto à agenda bilateral contemporânea, ainda em dezembro de 2018, com o apoio dessa Secretaria de Estado e expressiva presença de empresários e autoridades, organizei encontro sobre a pauta do relacionamento econômico-comercial bilateral. Dele participaram também os negociadores brasileiros e equatorianos do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que, assinado em 2019, veio a ser o primeiro instrumento sobre investimentos do Equador após a denúncia, em 2017, no governo Correa, de 16 acordos de investimento. Está ratificado pelo Equador e encontra-se em tramitação no Congresso Nacional brasileiro.

6. Quando assumi a chefia da Embaixada, já havia ocorrido diminuição no número de empresas brasileiras com filiais no Equador, consequência sobretudo dos efeitos da operação Lava Jato. Construtoras com atuação tradicional no país, como Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e OAS, haviam fechado suas sucursais. Apenas a Novonor (antiga Odebrecht) ainda mantém escritório, para atuação em processos judiciais. Entre as empresas brasileiras que mantêm operações próprias no Equador, destacam-se Tigre Tubos e Conexões, Vicunha e ABInBev (principal acionista da maior fabricante de cervejas do Equador, a Cervecería Nacional); CCR (acionista majoritária da Quiport, concessionária do aeroporto de Quito); Synergy Group (que explora poços petrolíferos); e o consórcio Safra-Cutrale (acionistas principais do grupo Chiquita Banana).

7. Em 29 de setembro último, a empresa brasileira Camil Alimentos S.A. confirmou a compra das operações de arroz da equatoriana Agroindustrias Dajahu S.A., que detém 21% do mercado do produto no país. Tramontina e WEG possuem escritórios comerciais próprios, enquanto a Marcopolo tem representante exclusivo. LATAM e Avianca, empresas que contam com acionistas brasileiros, operam linhas domésticas e internacionais no Equador.

8. Houve expansão da comercialização de produtos de origem animal brasileira e do agronegócio. O Setor do Agronegócio da Embaixada vem dedicando particular atenção à habilitação de exportadores brasileiros perante a agência pertinente. No

momento, contudo, só é possível a venda de material genético avícola e bovino.

9. O comércio bilateral, em curva levemente ascendente até o início da pandemia, situando-se numa faixa em torno de US$ 1 bilhão somados os dois sentidos, é caracterizado pelo alto desequilíbrio das contas em favor do Brasil (relação de 6,6 para 1). O terceiro maior déficit comercial do Equador tem sido com o Brasil, logo após Colômbia e China, e o Brasil ocupa o vigésimo nono lugar no destino das exportações equatorianas. Em 2020, com a pandemia, a corrente comercial bilateral decresceu em mais de 25%, situando-se em torno de US$ 720 milhões. Os principais produtos exportados pelo Brasil para o Equador são automóveis de passageiros, polímeros de etileno e de propileno, medicamentos, rações, produtos siderúrgicos, maquinaria rodoviária, papel e cartão, ferro fundido, veículos para o transporte de mercadorias, calçados, móveis, motores, pneumáticos e autopeças. O Equador, por sua vez, tem exportado para o Brasil principalmente preparações e conservas de peixe, desperdícios e sucata de cobre, fios de algodão, produtos de confeitaria e peixes.

10. Um dos entraves nesse comércio, a barreira brasileira à entrada do camarão equatoriano, foi superado com a abertura do comércio brasileiro para o produto em junho de 2019. Apesar do anúncio da abertura pelo Brasil do mercado para a banana equatoriana, foi exarada pela Justiça Federal em Brasília decisão que voltou a proibir a importação desse produto de alto interesse do Equador. Isso motivou retaliações comerciais através de grande número de medidas unilaterais de verificação de origem relativas a importações de alguns dos principais itens da pauta brasileira. Desde o início da pandemia, existe uma moratória relativa a essas retaliações.

11. O Equador dá grande importância à cooperação internacional e é grato pela cooperação técnica, educacional e humanitária prestada pelo Brasil. Neste particular, em razão da pandemia, vem sendo adiada a VI Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Cooperação Técnica. Com a decisão recente de eliminar a necessidade de quarentena para quem vem do Brasil, tem-se a expectativa de que a reunião possa ocorrer presencialmente em Quito em data a ser mutuamente acordada.

12. Auxiliei na organização de atividades e acompanhei a execução de vários projetos de cooperação. Em 28 de julho último, por ocasião de uma das doações feitas pelo Brasil, e na

presença do Subsecretário de Assuntos Econômicos e de Cooperação Internacional da Chancelaria e do Vice-Ministro de Governança e Vigilância da Saúde Pública do Equador, fiz um balanço de nossa cooperação recente, que ocorre em várias frentes, desde vagas em universidades brasileiras até a capacitação na luta contra incêndios florestais. Destaco também os projetos da Rede de Bancos de Leite Humano, de Fortalecimento da Rede Hidrológica e Capacitação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos, de Curso Internacional de Boas Práticas relativas aos Sistemas de Distribuição de Água, de Gestão do Conhecimento relativa à Biodiversidade em parceria com a Alemanha e, em colaboração com a FAO, na área do algodão.

13. Através do Ministério da Saúde e sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Brasil tem feito doações de equipamentos hospitalares e de medicamentos. Desde o ano passado, doou mais de um milhão de comprimidos de fármacos para o tratamento do HIV e da hepatite B e C e mais de um milhão de doses de vacinas contra a febre amarela, rotavírus e pneumococo, além de 100.000 máscaras de proteção respiratória. Acompanhei o processo de transporte, supervisionei a entrega dessas doações e organizei junto às autoridades pertinentes as respectivas cerimônias.

14. A arte e a cultura brasileiras têm grande receptividade entre as instituições locais e o público em geral. Ressalto, em fevereiro do ano passado, a IV edição do Prêmio Brasil de Arte Contemporânea, em associação com o Centro de Arte Contemporáneo da cidade de Quito, reconhecidamente o mais prestigioso prêmio de artes plásticas para artistas jovens do país. Abri a respectiva exposição, que atraiu grande público e a imprensa, um mês antes de que fossem impostas as medidas relativas à pandemia. Participei virtualmente, já no corrente ano, do lançamento do catálogo do prêmio e de sua respectiva exposição. Sai este mês o quarto número da Revista Literária ViceVersa, que publica textos de escritores de ambos os países, e já está em processo de publicação antologia com poemas de autores igualmente dos dois países. Em 2020, no âmbito das comemorações do centenário de nascimento do poeta João Cabral de Melo Neto (Embaixador no Equador entre 1979 e 1981), a Embaixada reuniu pela primeira vez em livro e em edição bilíngue seus poemas equatorianos, “Vivir en los Andes”, cuja segunda edição, publicada no corrente ano, foi acrescida de poemas inéditos. A Embaixada desenvolveu atividades no Museo Casa del Alabado, na Academia de la Lengua, no Centro Cultural Benjamin Carrión, na XIV Bienal Internacional de Arte de Cuenca (2019-2020), na XXI

Bienal Pan-americana de Arquitetura de Quito, em duas edições da Feira Internacional do Livro de Quito, na Cinemateca Nacional do Equador, no 4º Congresso Internacional de Educação Artística e no Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC), principal referência de ensino de português no país e cujas atividades tenho acompanhado de perto. O instituto é o único aplicador no país do exame para o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), cujas inscrições mais do que duplicaram no último ano, chegando ao número de 435.

15. Propus em 2019 e foi aprovada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a criação do leitorado brasileiro junto à Universidade Andina Simón Bolívar, de grande prestígio nacional e que mantém uma Cátedra Brasil. Em razão da pandemia, a Universidade ainda não retomou as aulas presenciais, o que impossibilitou até agora o início das atividades do leitor.

16. Existe diálogo fluido entre os dois países na agenda relativa aos organismos internacionais, nos quais o Equador tem atuação expressiva, especialmente em temas ambientais, de desarmamento e de direitos humanos, e os apoios recíprocos a candidaturas têm sido frequentes.

17. Acompanhei as atividades e mantive contato com os representantes da Secretaria Executiva da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), com sede em Quito, e que tem no Brasil um dos maiores contribuintes ao seu orçamento.

18. Há coincidência de propósitos em relação à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), organização criada por iniciativa brasileira, que tem sede em Brasília e cujo Diretor-Executivo é atualmente o meu antecessor neste posto, o Embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira. Embora o Equador tenha participado das três reuniões do Pacto de Letícia pela Amazônia (setembro de 2019, agosto de 2020 e outubro de 2021), autoridades equatorianas sublinham a necessidade de não dissipar o tema em foros concorrentes e de fortalecer a OTCA, em cujas discussões o país demonstra grande interesse.

19. A cooperação ampla na área de defesa e segurança compreende programa de intercâmbio de alunos e instrutores, prestação de reconhecido apoio pelo Brasil a trabalho de desminagem na fronteira com o Peru, intercâmbio de informações sobre o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON), o Programa Antártico Brasileiro, treinamento na selva, assessoria técnica

para a prevenção de delitos e 19 atividades somente no âmbito do Exército. Contudo, essa cooperação pode e deve ser expandida para contemplar o interesse recíproco em novos temas, como os da segurança e defesa cibernéticas. Atualmente há na Embaixada Adidância do Exército, bem como de Defesa, Marinha e Aeronáutica, esta última ocupada por oficial da Armada.

20. A Força Aérea Equatoriana (FAE) dispõe de aviões Super Tucano, adquiridos em 2010. A Embaixada vem buscando, sob instrução da Divisão de Produtos de Defesa (DIPROD) e em coordenação com o Ministério da Defesa (MD), promover os produtos de defesa e segurança brasileiros no Equador. Durante minha gestão, empresas das áreas de cibersegurança (Rustcon), criptografia (Kryptus), equipamentos antibalísticos (Glágio), veículos de defesa (Iveco Defesa), manutenção de veículos leves (Columbus Engesa), mísseis balísticos (Avibrás), lanchas de uso militar e policial (DGS), aviões de combate e equipamentos de defesa aérea (Embraer) e armamento não letal (Condor) exploraram o mercado local com apoio do Posto. Em alguns casos fecharam negócios; noutros, aguardam abertura de licitações.

21. Participei no processo de assinatura do Convênio de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Nacional do Equador, que, firmado em Quito em 31 de outubro de 2019, tem vigência até 31 de outubro de 2024. A Polícia Federal não mantém presença institucional no Equador desde o fim da missão do último, e único, oficial de ligação, em janeiro de 2020.

22. Contei com a boa vontade das autoridades locais na expedição de centenas de salvo-condutos individuais e no apoio policial por ocasião dos deslocamentos dentro do país com vistas à repatriação de brasileiros quando teve início a pandemia de COVID-19. Dadas as peculiaridades do posto, tão logo cheguei, determinei a preparação de um Plano de Emergência da Embaixada (PEE). Se tive a sorte de não ter precisado utilizar o plano em seus objetivos previsíveis, ele pôde ser implementado com sucesso nas complexas operações de repatriação de brasileiros, trazidos de 42 localidades, inclusive 25 das ilhas Galápagos.

23. Mantive ao longo de minha gestão diálogo frequente com altas autoridades do país e muito especialmente com os Chanceleres e Vice-Ministros de Relações Exteriores. A Andrés Terán, Vice-Ministro de Relações Exteriores durante o governo Moreno, amigo do Brasil, fiz a entrega em agosto de 2019 da Grã-Cruz da Ordem

do Rio Branco em cerimônia que contou com a presença do Chanceler, de outras autoridades e do corpo diplomático.

24. Durante minha gestão, tive também a satisfação de facilitar o adensamento das relações parlamentares entre Brasil e Equador. Mantive interlocução com a Assembleia, especialmente sua Comissão de Relações Internacionais e Mobilidade Humana. Ao seu Presidente, o assembleísta Fernando Flores, entreguei, ao final de seu mandato, Placa de Reconhecimento da Embaixada do Brasil. Destaco, em particular, sua participação em reunião de dezembro de 2020 com vistas à reativação do Parlamento Amazônico, convocada pelo Senador Nelsinho Trad, então Presidente da Comissão de Relações Exteriores. A correspondente Comissão equatoriana é atualmente presidida pelo filho de Fernando Flores, Juan Fernando Flores, do Movimiento Político Creando Oportunidades (CREO), do Presidente Guillermo Lasso. A ele transmiti o convite, que aceitou de imediato, da sua homóloga Senadora Kátia Abreu para que participasse de reunião por ela convocada em agosto do corrente ano sobre integração regional.

25. Um ponto alto do relacionamento político bilateral dos últimos anos foi a visita do Presidente Jair Bolsonaro a Quito para a posse do Presidente Guillermo Lasso, encabeçando expressiva delegação ministerial. A última visita de um presidente brasileiro ao Equador tivera lugar em janeiro de 2016, quando a Presidente Dilma Rousseff participou da IV Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Quito.

26. No contexto da recente visita presidencial, organizei, em coordenação com o Chanceler designado Maurício Montalvo, que eu conhecia desde antes de assumir o posto, reunião bilateral entre os ministros e deputados presentes, liderados pelo Chanceler brasileiro, e integrantes do governo recém-eleito. O encontro, único a ocorrer nesse formato amplo e substantivo com delegação de país visitante no marco da cerimônia, teve lugar em 23 de maio, véspera da posse. Contou com a presença, entre outros, do Embaixador César Montaño, que seria nomeado Vice-Ministro das Relações Exteriores, e da Ministra Lotty Andrade, que ocuparia a função de Subsecretária da América Latina e do Caribe. Entre outras questões, a delegação do Equador mencionou o interesse em estreitar relações entre a Academia Diplomática de seu país e o Instituto Rio Branco, tema que, havendo sido diretor desta instituição, permito-me opinar que é de relevância também para o Brasil. Aludiu ao projeto antigo e estratégico de ligação Manta-Manaus, obra de transporte multimodal que tornaria viável rota

alternativa ao canal do Panamá para o escoamento de produtos equatorianos, bem como a importação de produtos brasileiros da Zona Franca de Manaus. A esse respeito, concordou-se que poderiam ser realizados estudos de viabilidade ambiental, logística e econômica através dos bancos regionais de desenvolvimento. Recordo, neste particular, que recebi em 2019 expressiva delegação do estado do Amazonas interessada no projeto. Outro tema levantado pela delegação equatoriana foi o da possibilidade de se iniciarem entendimentos que levassem à atualização do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica número 59 (ACE-59), assinado em 2004 no contexto da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

27. Este último assunto foi novamente levantado no encontro que mantive com o Chanceler Mauricio Montalvo no dia 16 de agosto último, ao qual compareceram, entre outros, a Subsecretária de América Latina e Caribe, Ministra Lotty Andrade, e o Embaixador Carlos Alberto Velástegui, então recém designado para assumir a Embaixada do Equador em Brasília. Também se discutiu a possível convocação e o formato da IV Reunião do Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas.

28. Com o seguimento dado pela SERE, esta Embaixada e a Chancelaria equatoriana, ficou marcada reunião técnica exploratória entre o Brasil, como Presidente Pro Tempore do MERCOSUL, e o Equador, a realizar-se por videoconferência, para tratar da eventual transposição do ACE-59.

29. Já a IV Reunião do Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas realizada em outubro passado, de forma virtual e no nível de Subsecretários, sendo posteriormente seus resultados referendados pelos Chanceleres. A convocação do mecanismo nos primeiros seis meses da presidência Guillermo Lasso não apenas sublinha o excelente estado das relações bilaterais, como também permite repassar a agenda de temas de interesse de ambos os países, de forma a traçar prioridades e identificar possibilidades de cooperação.

30. A reaproximação política entre Brasil e Equador, consubstanciada inicialmente na normalização da relação bilateral e afiançada pelas ações descritas neste relatório, deixa lançadas as bases para a recuperação do comércio bilateral aos níveis pré-pandemia - e quiçá para sua intensificação. Ao encerrar minha missão, tenho a satisfação de registrar a solidez da relação bilateral: não há, no momento, qualquer desconfiança que possa obstaculizar o crescimento do comércio e dos

investimentos entre Brasil e Equador, bem como a cooperação em temas de interesse mútuo em foros regionais e multilaterais.

31. Quanto ao panorama interno, durante minha gestão assisti à derrota da principal agremiação política que dera sustentação ao governo Correa e levara ao poder Lenín Moreno, o Aliança País. Ações penais contra o ex-Presidente Rafael Correa impossibilitaram que se lançasse candidato a Vice-Presidente nas eleições do corrente ano. A coligação que conseguiu montar não foi capaz de eleger Andrés Arauz, candidato mais votado no primeiro turno, porém obteve o maior número de cadeiras na Assembleia. A grande novidade da eleição foi o crescimento exponencial do partido Pachakutik, que se tornou a segunda maior agremiação da Assembleia. Embora as relações entre esse braço político do movimento indígena e as organizações sociais indígenas não tenham sido sempre harmoniosas, o partido se beneficiou das mobilizações daquelas organizações em outubro de 2019. Isso ocorreu em consonância com o lançamento de uma candidatura indígena, pela primeira vez competitiva, à Presidência da República, a de Yaku Pérez, que perdeu a segunda colocação no primeiro turno para Guillermo Lasso por apenas 30 mil votos. As expressivas votações de Pérez, bem como de Xavier Hervas, da Izquierda Democrática, indicam que mais de 30% do eleitorado preferiu candidatos que se posicionassem como "terceira via", fora da polarização correísmo X anti-correísmo que marcou a política equatoriana nos últimos 14 anos. A escolha de Yaku Pérez como candidato já havia criado fricções dentro do partido Pachakutik e do movimento indígena, havendo ele recentemente se desligado do partido para liderar o que pode vir a se constituir nova agremiação política, de bandeira voltada para reivindicações ambientais.

32. Um dos maiores desafios do governo atual é o da relação com a Assembleia, na qual não tem base de sustentação. A "Bancada del Acuerdo Nacional", criada para esse fim, conta com apenas 25 dentre os 137 assembleístas. Sucessor de um presidente que tinha as taxas de aprovação mais baixas do continente e que assistiu ao colapso do sistema hospitalar e à crise sanitária, o Presidente Guillermo Lasso mantém no momento taxa de aprovação significativa, atribuída ao cumprimento de ambiciosa promessa de campanha, que previa vacinação de mais de metade da população do país nos 100 primeiros dias de governo.

33. Sua primeira grande iniciativa de lei, o projeto da Lei Criando Oportunidades, que abrange promoção de investimentos e reformas tributária e trabalhista, foi-lhe devolvido pela

Assembleia, deixando-lhe como opções fatiar a iniciativa ou recorrer a mecanismos de democracia direta para tentar contornar sua fragilidade parlamentar.

34. O detonador das manifestações de outubro de 2019, as maiores e mais violentas das últimas décadas no Equador, que deixaram uma ferida, ainda aberta, na história recente do país, foi a tentativa do governo Moreno de eliminar, por razões fiscais, o subsídio concedido pelo Estado aos combustíveis, em especial ao óleo diesel. Somente o recuo do governo permitiu que se acalmassem os ânimos, depois de 12 dias que paralisaram o país e atraíram atenção internacional. O Brasil emitiu "Declaração de Apoio ao Equador" (nota à imprensa 254/2019), em que manifestava apoio "às ações empreendidas pelo presidente Lenín Moreno para recuperar a paz, a institucionalidade e a ordem". O Brasil também apoiou nota do PROSUL e resolução do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) no mesmo sentido.

35. Os protestos deixaram saldo de pelo menos 12 mortos, mais de 1.300 feridos, cerca de 1.500 detidos, além de danos materiais estimados em mais de US$ 2 bilhões. De um lado, os representantes dos manifestantes denunciaram a repressão violenta da polícia e das forças armadas e violações de direitos humanos, que foram objeto de admoestações por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, bem como de duro relatório de comissão criada pela Defensoria do Povo. De outro, foram movidos processos contra manifestantes e líderes políticos, alguns dos quais obtiveram asilo político no México.

36. A questão dos subsídios continua na pauta das discussões, já que, ainda durante o governo anterior, foram em grande medida eliminados através da implantação de mecanismo de faixas de preço, medida mantida pelo atual governo. A reintrodução dos subsídios foi uma das várias reivindicações do movimento indígena em reunião entre representantes da CONAIE e o Presidente Guillermo Lasso no último dia 4 de outubro. Trata-se de diálogo inicialmente bem-sucedido, na visão do governo, mas malogrado, na perspectiva das organizações indígenas. Ainda terá seus desdobramentos.

37. A questão fiscal foi e é um pilar das negociações do Equador com o Fundo Monetário Internacional. Embora o Fundo dê latitude ao governo para escolher os instrumentos necessários à consecução dos objetivos perseguidos, essa latitude é estreitada por um dos poucos consensos no país: a necessidade de manutenção

da dolarização, que elimina a possibilidade de recurso a políticas monetárias e cambiais. O acordo com o FMI foi celebrado em agosto de 2020. Como o Brasil ocupava a diretoria que tratava também dos interesses do Equador, acompanhei o processo através de visitas a Quito do diretor Alexandre Tombini, com quem me encontrei em mais de uma ocasião. Quando da finalização das negociações, reuni-me, a seu convite, com o Presidente Moreno, no Palácio Carondelet, juntamente com os Embaixadores dos EUA, da Itália, da Espanha e da Alemanha.

38. O acordo, na modalidade "Extended Fund Facility" (EFF), permitiu ao Equador aceder a um crédito de US$ 6,5 bilhões, com liberação de US$ 4 bilhões em 2020. Foram recentemente desembolsados US$ 800 milhões e, se as próximas revisões do acordo também atenderem as expectativas do Diretório do Fundo, parcela adicional de US$ 700 milhões será desembolsada até o final do corrente ano, restando US$ 1 bilhão para 2022.

39. O petróleo é o item mais importante da balança comercial equatoriana e todos os temas a ele afetos devem ser observados de perto. Relatei a saída do país da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em janeiro de 2020, o que deu maior liberdade ao Equador para aumentar sua produção interna. O governo assinou contratos com empresas da China e da Tailândia para obter empréstimos e adiantamentos em troca de vendas obrigatórias do produto. Através desses contratos, assumiu compromisso de enviar a esses países 300 milhões de barris até 2024. O Equador tem, por isso, necessidade de expandir a produção diária, havendo o Presidente Lasso prometido duplicá-la, elevando-a a um milhão de barris. O plano ambicioso requer investimento de US$ 16 bilhões do setor privado. O aumento do preço dos combustíveis pode incentivar o governo a passar o percentual de etanol misturado à gasolina de 5% para 10 ou 15%. O plano abre possibilidades para empresas brasileiras venderem etanol e eventualmente prestarem assessoria à expansão da produção local.

40. Ainda na área de energia, o Equador aposta em continuar construindo hidrelétricas. Pretende contratar até o final do ano empresa estrangeira para assessorar o processo de seleção de empreiteira incumbida da construção da hidrelétrica de Santiago, que demandará investimento de US$ 3,6 bilhões. O país também pretende até 2031 atrair US$ 2,2 bilhões em investimento privado para projetos de geração de energia por meio de fontes renováveis não convencionais.

41. Na área extrativa, a mineração ganha cada vez mais importância. Houve de 2019 para 2020 aumento de 183% em valor -- e 83% em volume -- das exportações de minérios, atividade que atingiu o quinto lugar na balança comercial de produtos não-petroleiros, atrás de camarão, banana, peixes enlatados e cacau.

42. Mesmo antes da pandemia, a economia estava fragilizada. O Produto Interno Bruto, que cresceu à taxa de apenas 0,1% em 2019, teve decréscimo de 7,8% em 2020, e a previsão do Banco Mundial é de que somente em 2024 volte ao nível pré-pandemia. O governo e o próprio FMI não desconhecem que a política fiscal não deveria gerar um agravamento ainda maior da situação social, que se tornou dramática com a pandemia. Em comunicado após a recente revisão do acordo, o Fundo declarou que "as autoridades têm expandido de forma significativa os programas de assistência social. A continuada expansão desta rede, alcançando famílias dos grupos de mais baixa renda e de forma geral das áreas menos assistidas, será crucial para mitigar o impacto da pandemia nos grupos mais vulneráveis." A pobreza atinge 32% da população, e apenas um terço da população economicamente ativa tem emprego formal. Segundo a Confederação de Trabalhadores do Equador (CTE), ao menos um milhão de pessoas teriam sido demitidas durante os primeiros seis meses da pandemia.

43. O drama social equatoriano se estende aos imigrantes venezuelanos, hoje calculados em 450 mil, com estimativa de que cheguem mais 90 mil até o final do ano. A questão da imigração tem merecido, aliás, uma atenção especial do governo equatoriano, inclusive através de iniciativas internacionais. Acompanhei os encontros organizados no âmbito do Processo de Quito, iniciado em setembro de 2018 para promover um diálogo entre países sul-americanos sobre as medidas de apoio aos migrantes venezuelanos. Relatei as reuniões das "Mesas de Movilidad Humana", organizadas pela Chancelaria para conjugar os diferentes programas de assistência aos migrantes. Acompanhei também o programa instituído pelo governo para regularizá-los. Apesar desses esforços, calcula-se que três quartos dos migrantes venezuelanos estejam em situação irregular.

44. Quanto à emigração, o país experimenta uma onda de fluxo em massa para os EUA, via México e Guatemala, o que provocou a reinstituição da necessidade de visto por estes dois países. Como fator positivo para as contas do Estado, as remessas dos emigrantes já estabelecidos, sobretudo nos EUA, Espanha e Itália, totalizaram US$ 3,3 bilhões no ano passado – mais de 3% do PIB.

45. Outros dos grandes desafios enfrentados pelo país estão na área de segurança, com incursões de grupos guerrilheiros na fronteira norte, na atividade do narcotráfico e no sistema carcerário, que vive crise de rebeliões e massacres resultantes, entre outros fatores, de disputas entre organizações criminosas pelo comércio das drogas. Só em 2021, as chacinas já deixaram 240 mortos e mais de 100 feridos, as mais altas cifras de violência carcerária registradas no país. Alguns laboratórios de refino de cocaína vêm sendo desbaratados na fronteira com a Colômbia.

46. Por decisão da Corte Constitucional, foi aprovada, em abril do corrente ano, a descriminalização do aborto em casos de estupro. Outra importante decisão da Corte foi a do reconhecimento, em junho de 2019, do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo. Não obstante sua forte convicção religiosa, o Presidente Lasso pronunciou-se respeitoso das decisões da justiça e criou uma Subsecretaria de Diversidades, com o objetivo de promover e proteger os direitos, a fim de erradicar todo tipo de violência (elevada e crescente) por orientação sexual ou identidade de gênero.

47. Quanto à política externa e internacional, a reaproximação com os Estados Unidos durante o governo Moreno, após o hiato dos anos de Rafael Correa, teve como marcos a visita ao Equador do Vice-Presidente Mike Pence em junho de 2018 e do Secretário de Estado Mike Pompeo em julho de 2019, bem como o encontro entre os presidentes Lenín Moreno e Donald Trump na Casa Branca em fevereiro de 2020 (a última visita oficial de um presidente equatoriano ocorrera em 2003). Em abril de 2019, um fator perturbador na relação do Equador com os EUA e o Reino Unido foi eliminado com a revogação da concessão de asilo político ao ativista digital Julian Assange, que se encontrava albergado na sede da embaixada equatoriana em Londres desde 2012. É intenção do governo Lasso avançar na negociação de um acordo comercial amplo com os Estados Unidos (acordo comercial de primeira fase foi assinado em dezembro de 2020), e a cooperação entre Equador e EUA vem sendo intensificada na área de combate ao narcotráfico, no qual são usados dois aviões americanos de vigilância P-3C, bem como em programa de vigilância relativo às ilhas Galápagos.

48. O aprofundamento da aproximação com os EUA no atual governo não se dá em prejuízo da relação com a China. O Equador tenta tirar o melhor partido da disputa estratégica entre os dois

países, seus maiores parceiros comerciais, sendo a China, com a qual mantém uma "aliança estratégica integral", seu maior credor. Em 6 de agosto passado foi concluído acordo de extensão do perfil da dívida com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), contraída em abril de 2016. O entendimento altera o prazo para pagamento de US$ 417 milhões. A dívida externa com a China é superior a US$ 5 bilhões, correspondendo a 11,5% do total da dívida pública externa do Equador e a 86% do total de sua dívida externa bilateral.

49. Não houve modificação, por Guillermo Lasso, na política em relação à Venezuela – esta, sim, alterada por Moreno durante minha gestão. A reivindicação de Juan Guaidó à presidência interina foi reconhecida desde seu primeiro momento, em janeiro de 2019. Participante, desde sua criação em 2019, do Grupo Internacional de Contato sobre a Venezuela, espaço de mediação de iniciativa da União Europeia, o Equador uniu-se ao Grupo de Lima, na qualidade de observador, em 2020. Mantém, por outro lado, presença ativa na CELAC.

50. Algumas outras constantes da política exterior igualmente se mantiveram. Com a União Europeia, principal destino das exportações não petrolíferas do Equador, foi assinado acordo comercial amplo já em 2016, na gestão de Correa. Existe também acordo comercial com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), em vigência desde novembro do ano passado. Os países fronteiriços, Peru e Colômbia, conservaram sua relevância, concretizada tanto pelos substanciais fluxos de comércio e de pessoas, quanto pela manutenção de encontros políticos de alto nível. A este respeito, as reuniões anuais de Gabinetes Binacionais com Peru e Colômbia não foram interrompidas.

51. A política externa do Governo Lasso, sem ter modificado em suas linhas gerais a do governo anterior, é pragmática e tem foco nas questões econômico-comerciais. É intenção do governo promover a negociação de acordos de livre comércio com dez países, prioritariamente com o México, condição "sine qua non" para a consecução do objetivo estratégico de adesão pelo Equador à Aliança do Pacífico. Já está em curso negociação de acordo com a Coreia do Sul.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM QUITO

Candidato: EMBAIXADOR POMPEU ANDREUCCI NETO

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Pompeu Andreucci Neto



Nascido em São Paulo, em 16 de março de 1964, Pompeu Andreucci Neto é formado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – Universidade de São Paulo – e Mestre em Políticas Públicas Internacionais pela *Paul H. Nitze School of Advanced International Studies* da *Johns Hopkins University*, em Washington, DC, EUA.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1988. Ascendeu a Primeiro-Secretário em 2000, a Conselheiro em 2005, a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe em 2016, todas as promoções por merecimento.

No Brasil, trabalhou como diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro da Secretaria de Controle Interno, de 1992 a 1994; e como assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, entre 2000 e 2003. Entre 2003 e 2006, foi assessor especial e chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Exerceu a função de assessor diplomático e chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República, entre 2011 e 2016; e de Chefe do Cerimonial da Presidência da República, entre 2016 e 2018.

No exterior, o embaixador Pompeu Andreucci Neto serviu na Embaixada em Paris, em 1993, como Prêmio de Viagem do Instituto Rio Branco. Serviu, em seguida, em Nova York, de 1994 a 1997; e na Embaixada em Montevidéu, de 1997 a 2000. Na Embaixada em Washington, serviu entre 2006 e 2011, como conselheiro e, promovido, também como ministro-conselheiro. É, desde 2018, embaixador do Brasil na Espanha e no Principado de Andorra.

Participou de numerosas missões no Brasil e no exterior, entre elas: Cúpula América Latina, Caribe e União Europeia - ALC-UE (2006); Cúpula América do Sul - Países Árabes – ASPA (2006); Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul - Assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL (2008); Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de Nações Sul-Americanas – UNASUL (2011); I Fórum de Parceiros da Aliança das Civilizações (2012); Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 (2012); Cúpulas Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (2011 e 2014); LXXI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas (2016); Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do G-20, (2016 e 2017); XI Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (2017); XLVIII Reunião do Fórum Econômico Mundial (2018); VIII Cúpula das Américas (2018); reuniões presidenciais do MERCOSUL (2018); Cúpulas MERCOSUL-Aliança do Pacífico (2017 e 2018); e chefiou a Delegação brasileira à Reunião de Ministros de Assuntos Exteriores Ibero-Americanos, em Andorra (2019).

O embaixador Pompeu Andreucci Neto recebeu as seguintes condecorações: Oficial da Ordem de Rio-Branco (2005); Medalha Mérito Tamandaré (2011); Grande Oficial da Ordem de Rio-Branco (2012); Medalha da Vitória (2012); Medalha Cívica Regente Feijó (2012); Ordem do Mérito Militar (2014); Ordem do Mérito Naval (2015); Ordem do Mérito Aeronáutico (2015); Grã-Cruz da Ordem de Rio-Branco (2017); Grande Oficial da Ordem do Mérito da Defesa (2017); Ordem do Mérito Judiciário Militar (2017); Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval (2018); e Medalha do Pacificador (2018).

O embaixador Pompeu Andreucci Neto tem ampla experiência profissional em funções-chave para a diplomacia brasileira, no Brasil e no exterior. Sua extensa trajetória, inclusive na gestão do relacionamento com parceiros estratégicos, como é o caso da Espanha, em muito contribuiria para o tratamento dos interesses brasileiros junto à República do Equador, país de nosso entorno imediato com o qual o Brasil desenvolve interlocução fluida e coordenação estreita em importantes âmbitos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI-MRE[1])

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Exterior definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência aos cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Administrar de forma integrada e com visão global as relações do Brasil com o Equador e trasladar ao governo brasileiro todos os aspectos atinentes às relações Brasil-Equador, inclusive aqueles com repercussão nos âmbitos regional e internacional. Apoiar, promover e proteger os interesses brasileiros no Equador.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República e instruída pelo Ministério das Relações Exteriores, com vistas a representar, negociar, informar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República do Equador; prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros em território equatoriano e fomentar a cooperação bilateral.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com o Equador nos âmbitos bilateral, regional (amazônico, sul-americano, latino-americano e hemisférico) e internacional e a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado equatoriano, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável dos dois países.
2. Desenvolver cooperação com o Equador em áreas de interesse comum.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil no Equador, em especial mediante a promoção ativa da língua portuguesa.
4. Oferecer serviços consulares de qualidade aos brasileiros no Equador e aos equatorianos que os necessitem.
5. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo equatoriano.
6. Fortalecer as relações com o Equador, com os mecanismos de integração sub-regional de que faz parte e, por consequência, com a América do Sul.
7. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros no Equador, apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento.
8. Apoiar e promover a diplomacia parlamentar brasileira no Equador.
9. Apoiar o desenvolvimento das relações de Estados e Municípios brasileiros com o Equador, suas regiões, departamentos e cidades.
10. Promover o turismo de equatorianos no Brasil.
11. Dar seguimento às iniciativas em curso e propor e promover novas estratégias no plano bilateral e nos planos regional e internacional de que Brasil e Equador sejam partes ativas.

12. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do posto, com vistas a aumentar sua eficiência e capacidade de resposta.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I. PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) Metas Prioritárias da Gestão do Candidato

1. **Acompanhar o processo de internalização pelo Governo equatoriano do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) Brasil-Equador, assinado em 25/09/2019**
   - *Realização de gestões junto ao Governo equatoriano com vistas à internalização do acordo pelo Equador.*

2. **Promover maior abertura do mercado equatoriano aos produtos agrícolas do Brasil e do MERCOSUL**
   - *Incremento do diálogo com autoridades equatorianas sobre o Acordo de Complementação Econômica n° 59 (ACE-59), em particular no que se refere ao interesse na negociação de entendimentos que permitam a facilitação e o aumento dos fluxos do comércio.*

3. **Apoiar entendimentos em nível técnico e político com vistas à conclusão do processo de abertura do mercado equatoriano às exportações procedentes do Brasil e, em contrapartida, de abertura do mercado brasileiro a produtos exportados pelo Equador**
   - *Apoio às negociações entre os órgãos técnicos brasileiros e equatorianos;*
   - *Manutenção de diálogo permanente com o governo equatoriano, em especial a Agencia de Regulación y Control Fito y Zoosanitario.*

4. **Buscar incrementar a participação estratégica do Brasil no comércio exterior do Equador, bem como apoiar o aumento dos investimentos recíprocos**
   - *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros;*
   - *Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado equatoriano;*
   - *Interlocução com associações empresariais, importadores e atores relevantes do Equador nesta área;*
   - *Apoio à realização de missões empresariais;*
   - *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
   - *Apoio a investidores equatorianos interessados no mercado brasileiro;*

- *Apoio a empresários brasileiros interessados no mercado equatoriano;*
- *Articulação de ações integradas com a Apex Brasil;*
- *Incentivo à participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas no Equador.*

5. **Monitorar e apoiar ações para a redução de barreiras econômico-comerciais às exportações brasileiras ao Equador**
   - *Acompanhamento de investigações de defesa comercial que possam afetar exportações brasileiras;*
   - *Fomento à intensificação do comércio bilateral.*

6. **Apoiar o desenvolvimento dos trabalhos da Câmara de Comércio Equatoriano-Brasileira**
   - *Incentivo à realização de encontros regulares da Câmara de Comércio Equatoriano-Brasileira de modo a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais dos dois países;*
   - *Identificação de sinergias entre trabalhos da Câmara de Comércio Equatoriano-Brasileira e ações de promoção comercial patrocinadas pelo Posto.*

7. **Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira no Equador**
   - *Ações voltadas à realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira;*
   - *Apoio e acompanhamento de tratativas bilaterais com o objetivo de identificar demanda equatoriana por equipamento militar e policial brasileiro;*
   - *Promoção de melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos dois países.*

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

1. **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações voltadas à cooperação na área econômica, comercial e de facilitação de investimentos**

2. **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre o comércio bilateral e regional no Mercosul**

3. **Gestões sobre acesso ao mercado equatoriano de produtos procedentes do Brasil**

   Gestões realizadas junto ao Governo equatoriano para apoio a estabelecimentos brasileiros aptos a exportar para o Equador.

4. **Gestões sobre promoção comercial**

Gestões realizadas junto a entidades setoriais, de atividades de inteligência e promoção comercial e de ações aprovadas e realizadas.

5. **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais**

6. **Número de reuniões da Câmara de Comércio Equatoriano-Brasileira realizadas durante a gestão**

7. **Número de reuniões e contatos com autoridades e representantes do setor privado**

II. RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) Metas Prioritárias da Gestão do Candidato

1. **Apoiar e fortalecer o Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas e outros mecanismos de concertação por meio do incentivo a Visitas de Estado e Oficiais de lado a lado e da realização periódica de reuniões dos mecanismos diplomáticos de alto nível**
   - *Participação em Visitas de Estado;*
   - *Participação em Visitas Oficiais de autoridades brasileiras ao Equador;*
   - *Participação substantiva na realização de reuniões dos mecanismos bilaterais de alto nível, sobretudo o Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas, co-presidido pelos Ministros das Relações Exteriores dos dois países;*
   - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e equatorianos;*
   - *Apoio a visitas de autoridades brasileiras ao Equador e autoridades equatorianas ao Brasil, em particular membros dos Poderes Legislativo e Judiciário.*

2. **Conduzir e ampliar o diálogo político entre as duas Chancelarias**
   - *Manutenção de canais regulares de diálogo fluído e interação com o governo equatoriano;*
   - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Equador;*
   - *Representação do Governo Brasileiro em reuniões oficiais e negociações de interesse do País.*

3. **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa equatoriana**

   - *Manutenção de contatos regulares com os principais atores políticos equatorianos, em níveis nacional, regional e local, com vistas a possibilitar a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país, bem como construir canais livres voltados à discussão e ao encaminhamento de temas de interesse brasileiro no Equador;*
   - *Visitas, reuniões, encontros e eventos, com formadores de opinião, analistas, representantes do mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade equatoriana nos campos político, econômico, social e cultural;*
   - *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo Brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa equatoriana, em particular em temas atinentes à gestão amazônica, à economia, ao comércio e aos investimentos, à energia, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, entre outros, com vistas a subsidiar a política externa brasileira em relação ao Equador e sua ação regional e internacional;*
   - *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas específicas oriundas do Itamaraty ou de outros órgãos públicos brasileiros.*

4. **Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral, assim como os contatos entre os Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais no Poder Legislativo dos dois países**

   - *Participação em visitas, reuniões e encontros entre Parlamentares brasileiros e equatorianos;*
   - *Apoio a iniciativas e projetos conjuntos entre os Congressos do Brasil e do Equador;*
   - *Incentivo a atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade dos dois países.*

5. **Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais brasileiras e equatorianas**

   - *Apoio a visitas, reuniões e encontros entre representantes governamentais;*
   - *Apoio a demais iniciativas e projetos conjuntos entre entidades nacionais brasileiras e equatorianas.*

6. **Ampliar o arcabouço normativo institucional do relacionamento bilateral**

   - *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
   - *Provisão de informações e análises sobre propostas do governo equatoriano para a abertura de negociações e propostas de acordos bilaterais;*
   - *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de posições apresentadas pelo lado equatoriano.*

7. **Apoiar e incrementar programa de cooperação técnica bilateral**

- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos de cooperação técnica bilateral;*
- *Prestação de informações e análises sobre propostas do governo equatoriano para a abertura de negociação de acordos de cooperação técnica bilateral;*
- *Apoio à assistência humanitária.*

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

1. **Reuniões em mecanismos bilaterais**

   Número de reuniões bilaterais realizadas durante a gestão;

2. **Visitas Oficiais de lado a lado**

   Visitas Oficiais de lado a lado realizadas durante a gestão.

3. **Número de expedientes do Posto sobre temas de política interna e externa equatoriana e demais assuntos de interesse para a Política Exterior Brasileira durante a gestão**

4. **Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos e formadores de opinião durante a gestão**

III. ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) **Metas Prioritárias da Gestão do Candidato**

1. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais que contem com o Equador entre seus membros**
   - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo Brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Equador na Organização Mundial do Comércio, especialmente sobre as perspectivas quanto à participação equatoriana nas negociações multilaterais;*
   - *Elaboração sistemática de matérias de registro e análise sobre temas de interesse relativos às propostas apresentadas pelo Equador em foros multilaterais, tais como aqueles do sistema ONU, demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde e a UNESCO, entre outros;*
   - *Diálogo com representantes governamentais equatorianos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse do Brasil em organismos internacionais;*

- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos internacionais;*
- *Acompanhamento e análise quanto à evolução, na política exterior do Equador, dos processos de adesão do país à Aliança do Pacífico e à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).*

2. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais que contem com a participação ativa do Equador

- *Elaboração sistemática de análises que permitam ao Governo Brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Equador em organismos regionais e sub-regionais, particularmente na Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL);*
- *Elaboração de análises sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Equador em foros regionais que não contem com a participação do Brasil, como a Comunidade Andina, além de foros aos quais o Equador tencione aderir, como a Aliança do Pacífico e o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC);*
- *Em apoio às presidências pro tempore brasileiras do MERCOSUL, realização de gestões para o incremento do diálogo com autoridades equatorianas sobre o Acordo de Complementação Econômica n° 59 (ACE-59), particularmente sobre o interesse do bloco na convocação de reunião da comissão administradora;*
- *Apoio ao diálogo junto ao Governo equatoriano com vistas a incrementar a cooperação bilateral nos âmbitos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL);*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos regionais;*
- *Acompanhamento e análise quanto a propostas do governo equatoriano para iniciativas de integração regional, como Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL) e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).*

3. Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos internacionais e regionais que contem com o Equador entre seus membros

- *Realização de gestões para buscar o apoio do governo equatoriano a candidaturas brasileiras em organismos internacionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

1. Número de expedientes do Posto sobre temas multilaterais durante a gestão

Número de reuniões promovidas com autoridades equatorianas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo.

2. **Número de expedientes do Posto sobre temas regionais**

   Número de reuniões promovidas com autoridades equatorianas sobre temas regionais.

3. **Apoio equatoriano a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais**

4. **Apoio equatoriano a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos regionais**

IV. PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA, DA CULTURA BRASILEIRA, DA IMAGEM DO BRASIL E DO TURISMO

i) **Metas Prioritárias da Gestão do Candidato**

1. **Dar continuidade e ampliar atividades de promoção da Língua Portuguesa**

- *Fomento da oferta de cursos de português oferecidos pelo Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC), tanto presenciais quanto virtuais;*
- *Realização de ações, como oficinas, debates e seminários, para divulgação da Língua Portuguesa.*

2. **Promover a variante brasileira da Língua Portuguesa**

- *Divulgação do Exame de Proficiência em Língua Portuguesa Celpe-Bras e apoio à realização de cursos especiais de preparação para o exame;*
- *Apoio a eventual processo de credenciamento de instituições equatorianas para fins de aplicação de exame de proficiência em Língua Portuguesa Celpe-Bras;*
- *Apoio às atividades do Leitorado Brasileiro na Universidade Andina de Quito;*
- *Promoção do engajamento dos Leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança por parte da diáspora brasileira.*

3. **Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade equatoriana e diversificar as referências culturais brasileiras**

- *Apoio à organização regular de festival de cinema brasileiro no Equador e à inserção brasileira em outros festivais de cinema no país;*
- *Promoção de eventos de fotografia, artes plásticas, música e dança brasileiras;*
- *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
- *Apoio a eventos de gastronomia brasileira no Equador;*

- *Apoio à publicação de edições em espanhol de obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição no Equador;*
- *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com a Feira Internacional do Livro de Quito e edição de publicação com textos de autores brasileiros;*
- *Estímulo a autores locais que se interessem pela cultura brasileira no Equador;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua espanhola;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
- *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira, entre suas múltiplas manifestações;*
- *Apoio à participação de artistas brasileiros em eventos culturais no Equador.*

4. **Divulgar e realizar atividades relacionadas à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil**
   - *Promoção de eventos culturais e acadêmicos relativos à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil;*
   - *Divulgação junto à imprensa e a formadores de opinião locais da celebração do Bicentenário da Independência do Brasil.*

5. **Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que o Equador tenha reconhecida tradição**
   - *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e equatorianos;*
   - *Fomento à realização de visitas recíprocas entre artistas e agentes culturais dos dois países;*
   - *Apoio à realização de intercâmbios, parcerias e acordos entre instituições culturais e artísticas do Brasil e do Equador.*

6. **Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
   - *Apoio a levantamento de mercado sobre nichos a serem explorados na demanda equatoriana pela indústria cultural brasileira;*
   - *Diversificação de ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto pelo incentivo a projetos de cooperação entre agentes culturais equatorianos e brasileiros;*
   - *Apoio a iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira no Equador, a exemplo da produção de grandes eventos;*
   - *Incentivo a artistas e agentes culturais brasileiros para que participem de eventos no Equador.*

7. **Dar continuidade e ampliar atividades de promoção cultural desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC)**
   - *Ampliação da realização de eventos de promoção da cultura brasileira no Equador;*

- *Realização de parcerias com vistas à promoção da literatura brasileira e do idioma português.*

8. Intensificar a promoção da imagem do Brasil junto ao público equatoriano

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*

9. Promover o Brasil como destino turístico de visitantes equatorianos

- *Ações promocionais voltadas a apresentar o Brasil como destino turístico rico e variado junto ao público potencial e a operadores turísticos equatorianos;*
- *Participação brasileira em feiras de turismo no Equador;*
- *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo no Equador;*
- *Apoio a iniciativas de estados e municípios brasileiros que desejem promover atrações turísticas junto ao mercado equatoriano;*
- *Realização de campanhas digitais direcionadas ao público equatoriano por meio das redes sociais da Embaixada e do Comitê Descubra Brasil em Quito;*
- *Apoio a empresas aéreas brasileiras ou de terceiros países em suas operações, regulares ou do tipo "charter", com destino ou origem no Brasil;*
- *Envio de informações e análises sobre a situação da indústria de turismo no Equador, em especial no que se refere à recuperação no período pós-pandemia de Covid-19 e sobre eventuais restrições à entrada de viajantes procedentes do Brasil.*

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

1. Número de eventos para promoção da cultura brasileira

2. Número de eventos culturais alusivos à celebração da Independência do Brasil

3. Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira realizadas durante a gestão

4. Número de ações de promoção do turismo realizadas durante a gestão

5. Promoção comercial da indústria cultural e criativa - ações de promoção comercial realizadas

6. Promoção da Língua Portuguesa no exterior

- *Número de ações e gestões, em conjunto com o Leitorado Brasileiro nas Universidades, de produção de material com a variante brasileira do português.*

V. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) Metas Prioritárias da Gestão do Candidato

1. **Promover a cooperação com o Equador na área de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental**
   - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
   - *Promoção da participação brasileira em eventos no Equador ligados à temática ambiental e ao desenvolvimento sustentável;*
   - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
   - *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos equatorianos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
   - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em projetos voltados à promoção do desenvolvimento sustentável;*
   - *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*
   - *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima no Equador.*

2. **Fortalecer diálogo com o governo equatoriano no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**
   - *Incentivo a ações para preservação do bioma amazônico no âmbito da OTCA;*
   - *Apoio ao fortalecimento da OTCA como canal de articulação da cooperação bilateral e regional em favor da Amazônia.*

3. **Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental**
   - *Busca de cooperação com o governo equatoriano para o compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;*
   - *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental;*
   - *Promoção da cooperação entre o Brasil e o Equador na área do desenvolvimento sustentável e da preservação do bioma amazônico.*

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

1. **Número de ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**

VI. COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

i) **Metas Prioritárias da Gestão do Candidato**

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e o Equador**
   - *Incentivo à cooperação com governo equatoriano para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
   - *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I;*
   - *Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta;*
   - *Cooperação na área espacial;*
   - *Cooperação em cibernética, cibersegurança e cibedefesa.*

2. **Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I**
   - *Realização de análises contínuas do ambiente de CT&I no Equador, com vistas a identificar potenciais oportunidades de desenvolvimento da cooperação bilateral.*

3. **Apoio ao intercâmbio de experiencias científico-tecnológicas bem sucedidas no setor acadêmico e empresarial**
   - *Diálogo com representantes da indústria de CT&I no Equador com vistas a incrementar a cooperação lateral em áreas consideradas estratégicas;*
   - *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
   - *Promoção de cooperação entre os parques tecnológicos do Brasil e do Equador.*

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

1. **Número de ações e gestões do Posto sobre o tema durante a gestão**

2. **Número de ações de promoção tecnológica realizadas**

VII. COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, SAÚDE E DEFESA

i) Metas Prioritárias da Gestão do Candidato

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral, incentivar projetos de pesquisa universitária conjunta e buscar elevar o grau de mobilidade acadêmica

- *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com seus homólogos equatorianos;*
- *Interlocução com estudantes brasileiros residentes no Equador e acadêmicos nacionais;*
- *Divulgação de vagas, bolsas e oportunidades de estudo e pesquisa oferecidas por instituições de ensino e pesquisa brasileiras para pesquisadores equatorianos;*
- *Fomento à participação de acadêmicos e estudantes brasileiros em atividades em instituições de ensino e pesquisa no Equador;*
- *Busca do aprimoramento dos instrumentos para o intercâmbio de estudantes universitários entre Brasil e Equador.*

2. Ampliar o diálogo com o Equador para cooperação, entre outras, na área de pesquisa universitária em saúde, com especial ênfase no enfrentamento da pandemia de COVID-19

- *Monitoramento dos avanços alcançados pelo Equador na área de pesquisa em saúde e, em particular, no contexto do enfrentamento da pandemia de COVID-19;*
- *Fomento ao compartilhamento de experiências exitosas na área de saúde;*
- *Apoio à interlocução entre autoridades governamentais brasileiras e equatorianas, com vistas à cooperação e ao diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento da pandemia;*
- *Identificação de possibilidades de cooperação no combate à pandemia de COVID-19 e da cooperação entre instituições de pesquisa brasileiras e equatorianas.*

3. Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa do Brasil e do Equador

- *Divulgação, junto aos setores interessados do governo equatoriano, de informações sobre produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
- *Promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao governo equatoriano;*
- *Apoio às reuniões entre autoridades dos dois países;*
- *Apoio à participação governamental e empresarial equatoriana em feiras de produtos de defesa brasileiros;*

- *Apoio a iniciativas voltadas a aperfeiçoar o conhecimento recíproco entre as indústrias de defesa do Brasil e do Equador.*

4. **Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa**
   - *Participação em processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Equador;*
   - *Aprofundamento dos mecanismos de cooperação militar na área de inteligência;*
   - *Promoção da participação de militares equatorianos em exercícios na faixa de fronteira amazônica brasileira;*
   - *Fomento à maior cooperação entre os Centros de Capacitação de Recursos Humanos para Operações de Paz de ambos os países.*

5. **Incentivar o contato, a interlocução e a cooperação entre autoridades de segurança do Brasil e do Equador**
   - *Incentivo ao contato e à interlocução estruturada entre autoridades de segurança dos dois países, tendo como base o Convênio de Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Nacional do Equador, firmado em 31/10/2019;*
   - *Apoio à realização de reuniões dos respectivos setores de inteligência com vistas ao combate ao crime transnacional e a repressão da atuação de carteis organizados, especialmente na Amazônia, e dissuasão às atividades de pesca ilegal;*
   - *Promoção de produtos e serviços da Base Industrial de Defesa do Brasil junto às autoridades equatorianas.*

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

1. **Número de contatos e gestões para fomento de novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e equatorianas durante a gestão**

2. **Número de gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde durante a gestão**

3. **Ações de promoção de produtos de Defesa**
   - *Contatos com autoridades de defesa do Equador, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de defesa e ações de promoção de produtos de defesa durante a gestão.*

VIII. APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EQUADOR

i) Metas Prioritárias da Gestão do Candidato

1. **Aprimorar mapeamento da comunidade brasileira no Equador**
   - *Aperfeiçoamento do mapeamento da comunidade brasileira no Equador de modo a identificar melhor seu perfil e suas necessidades.*

2. **Promover a atuação de consulados honorários no Equador de modo a facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território equatoriano**
   - *Incentivo à atuação de consulados honorários em cidades equatorianas com maior concentração de brasileiros ou que constituam destinos turísticos de brasileiros em viagem ao Equador, além de manutenção de contato com canais de apoio;*
   - *Fomento ao diálogo com representações da comunidade brasileira no Equador;*
   - *Ampliação da difusão de informações consulares de interesse de brasileiros;*
   - *Promoção da interlocução entre os consulados honorários e a Embaixada.*

3. **Incentivar missões consulares itinerantes a cidades com maior presença de brasileiros**
   - *Apoio à realização de consulados itinerantes para encaminhamento das demandas da comunidade brasileira no Equador.*

4. **Promover o diálogo consular com a Chancelaria equatoriana**

5. **Prestar atendimento consular de qualidade, inclusive por meio do sistema e-Consular**
   - *Incentivo a funcionários do Setor Consular a participarem de cursos de qualificação, de modo a buscar melhor atendimento aos consulentes;*
   - *Promoção do aprimoramento e a boa utilização dos sistemas eletrônicos consulares.*

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

1. **Número de missões consulares itinerantes realizadas, quando julgadas apropriadas**

2. **Número de consultas e entendimentos com a Chancelaria equatoriana sobre o tema**

IX. COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) Metas Prioritárias da Gestão do Candidato

1. **Atuar em iniciativas de cooperação com o governo equatoriano com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico**
   - *Promoção da cooperação técnica em áreas com externalidades positivas como saúde, educação, agricultura e energias renováveis.*

2. **Incentivar a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento no Equador**
   - *Acompanhamento de projetos de cooperação técnica e assistência com o Equador;*
   - *Acompanhamento com o governo equatoriano de iniciativas de desenvolvimento socioeconômico;*
   - *Promoção da cooperação em foros sobre a temática de desenvolvimento.*

3. ***Manter diálogo com o Equador sobre temas de direitos humanos***
   - *Apresentação ao governo equatoriano das posições brasileiras em direitos humanos;*
   - *Acompanhamento da evolução da temática de direitos humanos.*

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

1. **Número de contatos com interlocutores sociais sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico**

2. **Número de contatos com autoridades equatorianas da área de desenvolvimento socioeconômico**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/21165.15278-93

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 46, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor POMPEU ANDREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. POMPEU ADREUCCI NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/21165.15278-93

O Sr. POMPEU ANDREUCCI NETO é filho de Durval Anchieta Andreucci e Clarice Andreucci e nasceu em São Paulo-SP, em 16 de março de 1964. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, em 1986. Ainda na seara acadêmica, em 2009 tornou-se Mestre em Políticas Públicas Internacionais pela *Paul H. Nitze School of Advanced International Studies* da *Johns Hopkins University*, em Washington-DC.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1989. Ascendeu a Primeiro-Secretário, em 2000. A Conselheiro, em 2005; a Ministro de Segunda Classe, em 2009; e a Ministro de Primeira Classe, em 2016. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de 1992-94 Diretor da Divisão de Coordenação e Controle Financeiro da Secretaria de Controle Interno, de 1992 a 1994; Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, entre 2000 e 2003; Assessor Especial e Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2003 e 2006; Assessor Diplomático e Chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência da República, de 2011 a 2016; e Chefe do Cerimonial da Presidência da República, de 2016 a 2018.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Terceiro e Segundo-Secretário no Escritório Financeiro em Nova York, de 1994 a 1997; Segundo-Secretário na Embaixada em Montevidéu, de 1997 a 2000; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, entre 2006 e 2011; e Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra de 2018 até o presente.

O diplomata indicado fez jus às seguintes condecorações: Oficial da Ordem de Rio-Branco (2005); Medalha Mérito Tamandaré (2011); Grande Oficial da Ordem de Rio-Branco (2012); Medalha da Vitória (2012); Medalha

SF/21165.15278-93

Cívica Regente Feijó (2012); Ordem do Mérito Militar (2014); Ordem do Mérito Naval (2015); Ordem do Mérito Aeronáutico

(2015); Grã-Cruz da Ordem de Rio-Branco (2017); Grande Oficial da Ordem do Mérito da Defesa (2017); Ordem do Mérito Naval – Grande Oficial (2018); e Medalha do Pacificador (2018).

Ainda em seu currículo, a menção às diversas obras publicadas pelo diplomata:

- A Gestão por Resultados no Ministério das Relações Exteriores: Desafios e Perspectivas Ante uma Herança Weberiana;
- Itaipu Binacional – Origens e Conseqüências de uma Crise;
- *La Pensée de Jean-Jacques Rousseau et la Structure de la Légitimité Démocratique dans l'État Moderne – Est-ce qui`l y en a Une?*;
- Rio-Branco e a Questão do Acre – Antecedentes da Ação. Desenvolvimentos Políticos e Reflexos Atuais na Política Externa Brasileira na América do Sul; e
- A Opção Realista em Política Internacional – O Pensamento de Hans Morgenthau

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Equador e relatório de gestão do atual ocupante do cargo, Embaixador JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO.

Como balanço de sua gestão, o Embaixador João Almino destacou três fatos: (a) as manifestações de outubro de 2019 em razão de o

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/21165.15278-93

Governo de Lenín Moreno tentar eliminar, por razões fiscais, o subsídio concedido pelo Estado aos combustíveis, em especial ao óleo diesel; (b) a pandemia e (c) as eleições que, neste ano, trouxeram ao poder o Presidente Guillermo Lasso e uma Assembleia dominada pela oposição.

Destaca que na relação bilateral, que já dura 177 anos, o período é de reaproximação. Há no Equador várias empresas brasileiras, como Tigre Tubos e Conexões, Vicunha, *ABInBev*; CCR (acionista majoritária da *Quiport*, concessionária do aeroporto de Quito); *Synergy Group* (que explora poços petrolíferos); e o consórcio Safra-Cutrale (acionistas principais do grupo Chiquita Banana); Tramontina; WEG; Latam e Avianca (que contam com acionistas brasileiros); além da Camil Alimentos S.A, que comprou as operações de arroz da equatoriana Agroindustrias Dajahu S.A., que detém 21% do mercado do produto no país. Tramontina e WEG possuem escritórios comerciais próprios, enquanto a Marcopolo tem representante exclusivo.

Quanto ao comércio, houve expansão da comercialização de produtos de origem animal brasileira e do agronegócio. Esse comércio é amplamente favorável ao Brasil (relação de 6,6 para 1), cuja corrente, em 2020, com a pandemia, decresceu em mais de 25%, situando-se em torno de US$ 720 milhões. Um dos problemas desse desequilíbrio é que, por força judicial, não importamos a banana equatoriana, em razão do vírus do Mosaico das Brácteas da Bananeira (BBrMV), inexistente aqui.

Nós vendemos para o Equador sobretudo automóveis de passageiros, polímeros de etileno e de propileno, medicamentos, rações, produtos siderúrgicos, maquinaria rodoviária, papel e cartão, ferro fundido, veículos para o transporte de mercadorias, calçados, móveis, motores, pneumáticos e autopeças. E importamos em especial preparações e conservas de peixe, desperdícios e sucata de cobre, fios de algodão, produtos de confeitaria e peixes.

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

SF/21165.15278-93

O Embaixador destaca vários projetos de cooperação bilateral, mas não esquece do fomento da diplomacia parlamentar, nesses termos:

> Durante minha gestão, tive também a satisfação de facilitar o adensamento das relações parlamentares entre Brasil e Equador. Mantive interlocução com a Assembleia, especialmente sua Comissão de Relações Internacionais e Mobilidade Humana. Ao seu Presidente, o assembleísta Fernando Flores, entreguei, ao final de seu mandato, Placa de Reconhecimento da Embaixada do Brasil. Destaco, em particular, sua participação em reunião de dezembro de 2020 com vistas à reativação do Parlamento Amazônico, convocada pelo Senador Nelsinho Trad, então Presidente da Comissão de Relações Exteriores. A correspondente Comissão equatoriana é atualmente presidida pelo filho de Fernando Flores, Juan Fernando Flores, do Movimiento Político Creando Oportunidades (CREO), do Presidente Guillermo Lasso. A ele transmiti o convite, que aceitou de imediato, da sua homóloga Senadora Kátia Abreu para que participasse de reunião por ela convocada em agosto do corrente ano sobre integração regional.

Não menos relevante foi a decretação de Estado de Sítio em outubro de 2021, pelo Presidente do Equador, em razão da insegurança e da necessidade de combater o narcotráfico. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Interior do Equador, entre janeiro e agosto desse ano foram registrados 1.427 assassinatos no país, 55 a mais do que em todo o ano de 2020.

Contudo, um dos fatos mais marcantes do ano no Equador, em 28 de setembro, foi o enfrentamento de facções ligadas a cartéis do México

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/21165.15278-93

e da Colômbia na penitenciária de Guayaquil, deixando 119 mortos. Mesmo assim, nos dias 12 e 13 de novembro desse ano, novo enfrentamento nessa prisão deixou mais 58 mortos, mesmo sob a vigência do Estado de Sítio.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br